unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 42
DOSSIÊ

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

A DIMENSÃO INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA: UM APORTE PARA SUA INTERPRETAÇÃO
Luis Eduardo Aragón

INVENTADO UM NOVO SABER ESTATAL SOBRE A NATUREZA AMAZÔNICA DE SÉCULO XIX
Francivaldo Alves Nunes

DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A COLONIALIDADE DOS PROCESSOS EM CURSO NA BR-163
Rosane Brito e Edna Castro

INTERROGATING THE ADVANCE OF AGRIBUSINESS IN THE AMAZON: PRODUCTION, RENT AND POLITICS
Antonio Augusto Rossoto Ioris

UM BALANÇO DAS DISCUSSÕES SOBRE OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA
Pedro Marcelo Staevie

DENDÊ PARA QUÊ? DENDÊ PARA QUEM? A IDEOLOGIA DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA PARAENSE
João Santos Nahun e Cleison Bastos dos Santos

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA MARAJOARA
Dérick Lima Gomes, Benedito Ely Valente da Cruz, Miquéias Freitas Calvi e Cristiano Cardoso dos Reis

BELO MONTE: ATORES E ARGUMENTOS NA LUTA SOBRE A BARRAGEM AMAZÔNICA MAIS CONTROVERSA DO BRASIL
Philip Martin Fearnside

DESESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL NA ATIVIDADE PESQUEIRA: A INSTALAÇÃO DE USINAS HIDROELÉTRICAS NA BACIA DO ARAGUARI (FERREIRA GOMES-AMAZÔNIA-BRASIL)
Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima e Vicka Nazaré Magalhães Marinho

O ARCO NORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PORTUÁRIAS PARA O OESTE DO ESTADO DO PARÁ (ITAITUBA E RURÓPOLIS): APRESENTAÇÃO, DEBATE E ARTICULAÇÕES
Jondinson Cardoso Rodrigues

ÁGUA, CONFLITOS E POLÍTICA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA
Shriley Capela Tozi, Abraão Levi Mascarenhas e Ricardo Reis Pólen

O RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA METROPOLITANA: REFLEXÕES A PARTIR DE ANANINDEUA, PARÁ
Jovenildo Cardoso Rodrigues, José Sobreiro Filho e Adolfo Oliveira Neto

PERMANÊNCIA NA COMUNIDADE CILO BANANAL EM VITÓRIA DO XINGU, PARÁ: UM ESTUDO A PARTIR DO LUGAR
José Antonio herrera, Fernando Oliveira Santos e Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

O PROGRAMA PILOTO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS NO BRASIL (1993-2008): AS PRIMEIRAS ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA AMBIENTAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA
Gerd Kohlhepp

AMADURECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA APA IGARAPÉ GELADO/PA
Neli Aparecida de Mello Théry e Herve Théry

POR UMA OUTRA TERRITORIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE
João Márcio Palheta e Adolfo da Costa de Oliveira Neto

QUESTÃO AGRÁRIA, O MASSACRE DE PAU D'ARCO E VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA: ENTREVISTA COM ULISSES MANAÇAS
José Sobreiro Filho

2018

Revista NERA nº. 42

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Adolfo de Oliveira Neto
José Sobreiro Filho

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2018

Revista NERA (RNERA) nº. 42

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Adolofo de Oliveira Neto
José Sobreiro Filho

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Maximiliano Macías Fernández – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)

Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

Indexada por

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2013 – ano 16, nº. 22
1999 – interrompida	2013 – ano 16, nº. 23
2000 – ano 3, nº. 3	2014 – ano 17, nº. 24
2001 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 25
2002 – interrompida	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2003 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2004 – ano 7, nº. 4	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2015 – ano 18, nº 29
2005 – ano 8, nº. 6	2016 – ano 19, nº 30
2005 – ano 8, nº. 7	2016 – ano 19, nº31
2006 – ano 9, nº. 8	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2016 – ano 19, nº33
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº35
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº37
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2009 – ano 12, n°. 15	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2017 – ano 20, nº 40
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 41
2011 – ano 14, nº. 18	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	
2012 – ano 15, nº. 20	Quadrimestral
2012 – ano 15, Dossiê	ISSN 1806-6755
2012 – ano 15, nº. 21	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO
Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

09	APRESENTAÇÃO PRESENTATION PRESENTACIÓN **José Sobreiro Filho e Adolfo Oliveira Neto**
14	**A DIMENSÃO INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA: UM APORTE PARA SUA INTERPRETAÇÃO** THE INTERNATIONAL DIMENSION OF THE AMAZON: A CONTRIBUTION FOR ITS INTERPRETATION LA DIMENSIÓN INTERNACIONAL DE LA AMAZONIA: UN APORTE PARA SU INTERPRETACIÓN **Luis Eduardo Aragón**
34	**INVENTANDO UM NOVO SABER ESTATAL SOBRE A NATUREZA AMAZÔNICA DO SÉCULO XIX** INVENTING A NEW STATE KNOWLEDGE ABOUT THE AMAZONIAN NATURE OF THE XIX CENTURY INVENTANDO UN NUEVO SABER ESTATAL SOBRE LA NATURALEZA AMAZÓNICA DEL SIGLO XIX **Francivaldo Alves Nunes**
51	**DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A COLONIALIDADE DOS PROCESSOS EM CURSO NA BR-163** DEVELOPMENT AND CONFLICT IN THE AMAZON - A GLIMPSE INTO THE COLONIALITY OF ON-GOING PROCESSES IN BR-163 DESARROLLO Y CONFLICTOS EN LA AMAZONIA - UNA MIRADA SOBRE LA COLONIALIDAD DE LOS PROCESOS EN CURSO EN LA BR-163 **Rosane Brito e Edna Castro**
74	**INTERROGATING THE ADVANCE OF AGRIBUSINESS IN THE AMAZON: PRODUCTION, RENT AND POLITICS** INTERROGANDO O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO, RENDA E POLÍTICA INTERROGER LE PROGRÈS DE L'AGRO-BUSINESS EN AMAZONIE: PRODUCTION, RENTE ET POLITIQUE **Antonio Augusto Rossoto Ioris**
98	**UM BALANÇO DAS DISCUSSÕES SOBRE OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

STOCK OF DISCUSSIONS ON THE IMPACT OF AGRIBUSINESS ON THE BRAZILIAN AMAZON

UN BALANCE DE LAS DISCUSIONES SOBRE LOS IMPACTOS DEL AGRONEGOCIO SOBRE LA AMAZONIA BRASILEÑA

Pedro Marcelo Staevie

DENDÊ PARA QUÊ? DENDÊ PARA QUEM? A IDEOLOGIA DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA PARAENSE

113

PALM FOR WHAT? PALM FOR WHOM? THE FRONTIER IDEOLOGY IN PARA'S AMAZON

LA PALME A HUILE A QUOI? LA PALME À HUILE POUR QUI? L´IDÉOLOGIE DE LA FRONTIÈRE DANS L´AMAZONIE, AU PARÁ

João Santos Nahun e Cleison Bastos dos Santos

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA MARAJOARA

135

EXPANSION OF AGRIBUSINESS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE BRAZILIAN AMAZON

EXPANSIÓN DE AGRONEGÓCIOS Y CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN LA AMAZONIA BRASILEÑA

Dérick Lima Gomes, Benedito Ely Valente da Cruz, Miquéias Freitas Calvi e Cristiano Cardoso dos Reis

BELO MONTE: ATORES E ARGUMENTOS NA LUTA SOBRE A BARRAGEM AMAZÔNICA MAIS CONTROVERSA DO BRASIL

162

BELO MONTE: ACTORS AND ARGUMENTS IN THE STRUGGLE OVER BRAZIL'S MOST CONTROVERSIAL AMAZONIAN DAM

BELO MONTE: ACTORES Y ARGUMENTOS EN LA LUCHA SOBRE LA PRESA AMAZÓNICA MÁS CONTROVERTIDA DE BRASIL

Philip Martin Fearnside

DESESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL NA ATIVIDADE PESQUEIRA: A INSTALAÇÃO DE USINAS HIDROELÉTRICAS NA BACIA DO ARAGUARI (FERREIRA GOMES-AMAZÔNIA-BRASIL)

186

TERRITORIAL DISRUPTION IN THE FISHERY: THE INSTALLATION HYDROELECTRIC POWER PLANTS AT ARAGUARI RIVER (FERREIRA GOM AMAZON - BRAZIL)

DESAGREGACIÓN TERRITORIAL DE LA ACTIVIDAD PESQUERA: LA IMPLANTACIÓN DE PRESA HIDROELÉCTRICA EN LA CUENCA DE ARAGUARI (FERREIRA GOMES - AMAZÔNIA - BRASIL)

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima e Vicka Nazaré Magalhães Marinho

202 **O ARCO NORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PORTUÁRIAS PARA O OESTE DO ESTADO DO PARÁ (ITAITUBA E RURÓPOLIS): APRESENTAÇÃO, DEBATE E ARTICULAÇÕES**

THE NORTHERN ARC AND THE PUBLIC PORT POLICIES FOR THE WEST OF THE STATE OF PARÁ (ITAITUBA E RURÓPOLIS): PRESENTATION, DEBATE AND ARTICULATIONS

L'ARCO NORTE ET LE PORT DES POLITIQUES PUBLIQUES À L'ÉTAT DE PARÁ OUEST (ITAITUBA E RURÓPOLIS): PRÉSENTATION, DÉBAT ET ARTICULATIONS

Jondinson Cardoso Rodrigues

229 **ÁGUA, CONFLITOS E POLÍTICA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA**

WATER, CONFLICTS AND ENVIRONMENTAL POLICY IN THE BRAZILIAN LEGAL AMAZON

L’EAU, LES CONFLITS ET POLITIQUE ENVIRONNEMENT DANS L'AMAZONIE LÉGALE BRÉSILIENNE

Shriley Capela Tozi, Abraão Levi Mascarenhas e Ricardo Reis Pólen

257 **O RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA METROPOLITANA: REFLEXÕES A PARTIR DE ANANINDEUA, PARÁ**

THE RURAL AND THE URBAN IN THE METROPOLITAN AMAZON: RELATIONSHIPS FROM ANANINDEUA, PARÁ

EL RURAL Y EL URBANO EN LA AMAZONIA METROPOLITANA: REFLEXIONES A PARTIR DE ANANINDEUA, PARÁ

Jovenildo Cardoso Rodrigues, José Sobreiro Filho e Adolfo Oliveira Neto

282 **PERMANÊNCIA NA COMUNIDADE CILO BANANAL EM VITÓRIA DO XINGU, PARÁ: UM ESTUDO A PARTIR DO LUGAR**

STAYING IN THE COMMUNITY CILO BANANAL IN VITÓRIA DO XINGU, PARÁ: A STUDY FROM THE PLACE

PERMANECER EN EL CILO BANANAL COMUNIDAD EN VITÓRIA DO XINGU, PARÁ: UN ESTUDIO DEL LUGAR

José Antônio Herrera, Fernando Oliveira Santos e Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

309 **O PROGRAMA PILOTO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS NO BRASIL (1993-2008): AS PRIMEIRAS ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA AMBIENTAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

THE INTERNATIONAL PILOT PROGRAM TO CONSERVE THE BRAZILIAN RAIN FORESTS (1993-2008): THE FIRST STRATEGIES OF ENVIRONMENTAL POLICY AND REGIONAL DEVELOPMENT FOR BRAZILIAN AMAZONIA

DAS INTERNATIONALE PILOTPROGRAMM ZUM SCHUTZ DER TROPISCHEN REGENWÄLDER BRASILIENS (1993-2008): DIE ERSTEN STRATEGIEN ZUR UMWELTPOLITIK UND REGIONALENTWICKLUNG IM BRASILIANISCHEN AMAZONASGEBIET

Gerd Kohlhepp

332 **AMADURECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA APA IGARAPÉ GELADO/PA**

RIPENING OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT EXPERIENCES: RECENT TRANSFORMATIONS IN APA IGARAPÉ GELADO/PA

MADURACIÓN DE LAS EXPERIENCIAS DE DESARROLLO SOSTENIBLE: TRANSFORMACIONES RECIENTES EN LA APA IGARAPÉ HELADO / PA

Neli Aparecida de Mello Théry e Herve Théry

354 **POR UMA OUTRA TERRITORIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE**

FOR ANOTHER TERRITORIALISATION IN THE AMAZON OF THE PARÁ STATE

POR UNA OUTRA TERRITORIALIZACIÓN EN LA AMAZONIA PARAENSE

João Márcio Palheta e Adolfo da Costa de Oliveira Neto

373 **QUESTÃO AGRÁRIA, O MASSACRE DE PAU D'ARCO E VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA: ENTREVISTA COM ULISSES MANAÇAS**

AGRARIAN QUESTION, THE PAU D'ARCO MASSACRE AND VIOLENCE IN AMAZON: INTERVIEW WITH ULISSES MANAÇAS

CUESTIÓN AGRARIA, EL MASACRE DEL PAU D'ARCO Y VIOLENCIA EN LA AMAZONIA: ENTREVISTA CON ULISES MANACAS

José Sobreiro Filho

397 **COMPÊNDIO DE AUTORES**

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

422 **COMPÊNDIO DE EDIÇÕES**

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

APRESENTAÇÃO

A primeira década do século XXI foi fundamental para consolidar novas e recrudescer antigas dinâmicas que envolvem a Amazônia, assim como as novas perspectivas de futuro que se abrem. O texto “A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação” de Luis Eduardo Aragón apresenta a importância desta região para o mundo e a necessidade de se considerar este cenário internacional para pensar as políticas públicas e os modelos de desenvolvimento que serão implementados. Em geral, a visão apresentada pela região é majoritariamente construída considerando a importância ambiental que ela possui para o mundo, a partir de uma visão de natureza que antes necessitava ser controlada, como nos mostra o texto “Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica do século XIX” de Francivaldo Alves Nunes, e depois deveria ser usada para garantir os modelos de desenvolvimento.

O papel atribuído a região nos diferentes momentos históricos produziu um território marcado por tensões territoriais constantes que teve e tem o Estado como um dos principais sujeitos, atuando em defesa de interesses bem definidos e que reproduzem o conflito como característica intrínseca do desenvolvimento, como demonstra o texto “Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163”, de Roseane Brito e Edna Castro.

No espaço agrário, ao menos quatro elementos precisam ser melhor discutidos. O primeiro é referente às dinâmicas produtivas no campo, merecendo se fazer um balanço dos resultados da ação do agronegócio na região, como aponta o texto “*Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rent and politics*”, de Antônio Ioris. Como principal *commoditie* agrícola brasileira, o agronegócio da soja também avança sobre o bioma amazônico e, assim como fez na região de cerrado, cria seu próprio território e modelo de desenvolvimento. Pedro Staevie no texto “Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira” faz um balanço dos debates sobre o desenvolvimento na Amazônia a partir do agronegócio sojicultor, apontando alguns dos principais argumentos defendidos por estes sujeitos na atualidade.

Alterações significativas também foram introduzidas a partir da Política Nacional de Uso e Produção de Biodiesel, que incentivou o plantio de Palma Africana e fez com que o cultivo monopolizasse próximo de 200 mil hectares em 2017. O texto

“Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense” de João Nahum e Cleison Santos entra no debate sobre o papel atual que a produção de óleo de palma tem no espaço agrário amazônico e como ele reedita o discurso de espaço vazio como base para a produção de *commodities* para o mercado globalizado. Este recrudescimento da fronteira agrícola é uma das marcas deste período com o avanço de outras *commodities* agrícolas, como o milho, por exemplo, além de transformações significativas em antigas atividades, como a indústria madeireira e a pecuária.

A forma como estas atividades são implementadas e o papel concentrador de terra e riqueza que elas exercem trazem à tona o segundo elemento marcante do espaço agrário na Amazônia hoje: a violência. José Sobreiro Filho apresenta a entrevista com Ulisses Manaças, do MST e da Via Campesina, destacando que este fenômeno é um elemento constante e cada vez mais atual. A chacina de Pau D’arco, em maio de 2017, por exemplo, é apenas mais um momento em que a acumulação primitiva permanente é escancarada. Esta forma de ação, infelizmente, é mais um dos artifícios que a elite agrária tem a sua disposição, contanto não com a conveniência do Estado, mas com o seu apoio, assumindo o próprio Estado, em determinadas situações, o papel de jagunço professional e legitimado. Ela se manifesta, também, contra as testemunhas, contra as lideranças e contra todos que se colocam na luta contra a “santa aliança” que tem como objetivo monopolizar a terra e a riqueza, além de explorar ao seu bel prazer a natureza e o trabalho. Esta aliança é protagonizada por grileiros, latifundiários, grandes empresas e uma parcela da elite política que se ligam a partir do complexo do Agronegócio e que, desde 1990 já realizaram 18 chacinas no campo na Amazônia.

O tema dos conflitos socioambientais é tratado no texto “Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara”, de autoria de Dérick Gomes, Benedito Cruz, Miqueias Calvi e Cristiano dos Reis. Nele, os autores apresentam como a migração do agronegócio rizicultor de Roraima para a ilha do Marajó, no Pará, tem gerado conflitos socioambientais com as comunidades tradicionais, em especial, com as comunidades quilombolas da região.

O terceiro elemento para analisarmos o espaço agrário é o impacto que a Política Nacional de Reforma Agrária tem na região. Foi neste período que esta política teve seu maior impacto, sobretudo, com o processo de autorização de uso de terras públicas pelas populações ribeirinhas, comunidades quilombolas e povos

tradicionais, reconhecendo áreas de uso coletivo e, é claro, com desapropriações de latifúndios para a reforma agrária. No entanto, é neste período em que também temos o ápice da contradição, quando, em 2017, a política de reforma agrária é suspensa e, como resultado emblemático, na Amazônia, temos mais famílias assassinadas na luta pela terra do que famílias assentadas na reforma Agrária.

O quarto elemento é o crescente impacto ambiental gerado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico na região. Por um lado, este impacto é expresso em ações aparentemente desarticuladas, como no aumento do desmatamento no arco do fogo. Por outro, ela está presente nos grandes projetos que buscam explorar em larga escala os recursos da região, como os empreendimentos minero-metalúrgicos que recentemente voltaram a tona com o caso de despejo irregular de dejetos da Hydro em rios de Barcarena, nas ações ligadas à frente de agrocombustíveis e *commodities* agrícolas e ações ligados ao hidronegócio, seja para a produção de energia ou no setor de logística, configurando a nova forma de avanço do capitalismo no campo na região: o agro-hidro-mineronegócio.

Traços importantes sobre esta dinâmica estão presentes no texto “Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem Amazônica mais controversa do Brasil” de Philip Fearnside. Nele, o autor aborda algumas das contradições e embates que marcaram a construção da 3ª maior usina hidroelétrica do mundo. Por sua vez, o texto “Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes-Amazônia-Brasil)” de Christian Nunes da Silva, Ricardo Lima e Vicka Marinho apresenta um dos impactos gerados pelo barramento dos rios, apontando os impactos das hidrelétricas na desestruturação da atividade pesqueira, fundamental para a reprodução social de diversos povos da Amazônia.

As hidrelétricas são apenas uma das dimensões do chamado hidronegócio, que na região atua também distribuindo água para o agronegócio e construindo os novos corredores logísticos para permitir a fluidez das *commodities* pelo território, como aponta Jondison Rodrigues no texto “O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações”. Estes múltiplos usos têm sido conflituosos e a maneira como o Estado vem atuando na questão não tem permitido um uso dos recursos hídricos baseados nos princípios de atender às necessidades humanas básicas respeitando as

dinâmicas ambientais, como aponta o texto “Água, conflitos e política ambiental na Amazônia legal brasileira” de Shirley Tozi, Abraão Mascarenhas e Ricardo Pólen.

Nas cidades o problema também é grave. A violência urbana que colocou as cidades da Amazônia entre as mais violentas do mundo é apenas uma das facetas de como se estruturam os problemas urbanos na região. Ela, a violência, tem como principais vítimas os negros e os pobres que, na periferia, tem suas vidas ceifadas, alimentando uma estatística assustadora. A este problema somam-se a falta do saneamento, o déficit habitacional, a falta de transporte adequado e, de maneira geral, a ausência do direito à cidade, que é o modo capitalista de produção das cidades nos países subdesenvolvidos. Este modelo encontra-se em tensão permanente com as formas de resistência e com a construção popular das cidades.

Nesta construção popular, entrelaçam-se as formas de resistência material e as simbólicas, construindo a cidade como totalidade, em que a riqueza dos objetos encontram-se mais no *como* se constituíram e no *porque*, e não no valor de troca que fetichiza tudo no maldito mundo da mercadoria e da exploração. A riqueza e a pluralidade como se formam as cidades amazônicas é apresentada no texto “O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará” de Jovenildo Rodrigues, José Sobreiro Filho e Adolfo Oliveira Neto.

Em contrapartida, também há um movimento de renovação das ações políticas e o surgimento de novas propostas de futuro para o campo e a cidade protagonizadas pelos povos e movimentos sociais que disputam projetos territoriais. Entre estas múltiplas propostas de resistência, José Antônio Herrera, Fernanda Santos e Maria Cavalcante apresentam no texto “Permanência na Comunidade Cilo Bananal em Vitória do Xingu, Pará: um estudo a partir do lugar” como o sentimento de pertencimento é um articulador da resistência ao mostrar como os sujeitos se articularam para defender o seu território e impedir a sua remoção. O texto “O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia Brasileira” de Gerd Kohlhepp analisa uma experiência pensada a partir de dinâmicas globais e que busca proteger a floresta e promover o desenvolvimento endógeno, enquanto Neli Mello-Théry e Hervé Théry analisam no texto “Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado/PA” como comunidades locais se

organizam para promover o desenvolvimento a partir da perspectiva da sustentabilidade em Áreas de Proteção Ambiental.

Por fim, optamos por finalizar esta edição especial com o texto “Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense”. Nele, João Márcio Palheta da Silva e Adolfo Oliveira Neto fazem uma avaliação crítica de como os modelos hegemônicos de desenvolvimento implementados até o momento na Amazônia produziram contradições que tiveram como resultado principal o genocídio e etnocídio contra as populações do campo e sujeitos que se mobilizam em defesa de outros projetos territoriais, a exploração do trabalho em níveis elevadíssimos, a captura de recursos naturais e a degradação ambiental. No entanto, os sujeitos se mobilizam e a única certeza que podemos ter, neste momento, é que os sujeitos resistem. Eles não se entregam e continuarão forjando alternativas ao modelo de destruição que, escondido sob o termo “desenvolvimento” socializa mazelas enquanto concentra terra e riqueza.

É neste embate entre projetos antagônicos que o futuro da Amazônia vem sendo forjado e, por isso, é tão fundamental o dossiê que neste momento a revista NERA torna público, disponibilizando a um número maior de sujeitos um conjunto de estudos recentes sobre estas temáticas, socializando experiências na tentativa de construir alternativas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento na Amazônia.

Boa leitura a todos.

José Sobreiro Filho

Adolfo Oliveira Neto

A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação

Luis Eduardo Aragón
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil
e-mail: aragon_naea@ufpa.br

Resumo

Trata-se aqui da dimensão internacional da Amazônia e da necessidade de considerar tal dimensão na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional. Aborda-se a dimensão internacional da Amazônia tanto no nível regional como no nível global. A dimensão internacional em nível regional refere-se ao compartilhamento da Amazônia por diversos países. A dimensão internacional em nível global refere-se à atenção que o mundo vem dando a Amazônia pelo seu importante papel nas mudanças climáticas e pela abundância de recursos naturais existentes na região cada vez mais demandados pela economia ao redor do mundo.

Palavras-chave: Globalização; desenvolvimento amazônico; mudanças climáticas; água; biodiversidade.

The international dimension of the Amazon: a contribution for its interpretation

Abstract

Presentation of the international dimension of the Amazon and the need to consider this dimension in the formulation and implementation of regional development policies. The international dimension of the Amazon is addressed at both the regional and the global levels. The international dimension at the regional level refers to the sharing of the Amazon by several countries. The international dimension at the global level refers to the attention the world has been giving to the Amazon because of its important role in climate change and the abundance of natural resources in the region that are increasingly demanded by the economy around the world.

Keywords: Globalization; amazonian development; climatic change; water; biodiversity.

La dimensión internacional de la Amazonia: un aporte para su interpretación

Resumen

Se trata aquí de la dimensión internacional de la Amazonia y de la necesidad de considerar tal dimensión en la formulación e implementación de políticas de desarrollo regional. Se aborda la dimensión internacional de la Amazonía tanto a nivel regional como a nivel global. La dimensión internacional a nivel regional se refiere al compartimiento de la Amazonía por diversos países. La dimensión internacional a nivel global se refiere a la atención que el mundo viene dando a la Amazonia por su importante papel en los cambios climáticos y la abundancia de recursos naturales existentes en la región cada vez más demandados por la economía alrededor del mundo.

Palabras clave: Globalización; desarrollo amazónico; cambio climático; agua; biodiversidad.

Introdução

Para alguns a palavra Amazônia é a terceira mais pronunciada no mundo contemporâneo apenas após Jesus Cristo e Coca-Cola (MENDES, 2001). Certo ou não, a realidade é que a Amazônia alcançou o mundo inteiro, tornando-se um assunto não somente de interesse nacional, mas também regional e global, sobretudo pelo seu relevante papel nas mudanças climáticas, e seu enorme estoque de recursos estratégicos disputados ao redor do mundo (AMIN, 2015). Como acertadamente argumenta Becker (2004, p. 127), "se os fluxos financeiros são globais, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados [como a Amazônia] ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente." Segundo a mesma autora, vive-se, atualmente, acirrada disputa pelo controle e exploração desses estoques, entre as potencias detentoras da moderna tecnologia, localizadas nos países hegemônicos, e aqueles detentores dos maiores estoques de natureza, localizados principalmente em países periféricos (BECKER, 2004).

De fato a Amazônia, com uma superfície de mais de 7 milhões de km^2, que integra territórios de oito países e um departamento francês,

> Emerge no cenário mundial como centro das atenções, graças aos seus significativos superlativos: maior floresta tropical úmida do planeta; maior bacia hidrográfica da Terra; maior reserva de biodiversidade e banco genético do globo; uma das mais ricas províncias minerais existentes. Ou seja, um ecossistema constituído por mais de cem bilhões de toneladas de carbono e um potencial exuberante e inigualável de recursos naturais, extremamente estratégicos num contexto civilizatório em que clima, água, geração de energia, alimentos e medicamentos pautam (e pautarão, nas próximas décadas) as prioridades dos investimentos globais (MELLO, 2013, p. 19).

E o mesmo autor continua argumentando que essas características credenciam a região

> Como o mais exuberante e promissor laboratório natural para o avanço do conhecimento científico sobre processos evolutivos que geram e mantêm a diversidade de genes, espécies e ecossistemas e o desenvolvimento de experimentos revolucionários nos campos da Química, da Bioquímica, da Microbiologia e da Engenharia Genética, com notórias possibilidades de inovação em segmentos de negócios de crescente interesse mercadológico (fármacos, fitoterápicos, cosméticos, perfumes, alimentos, nutracêuticos, agroquímicos, etc.), anunciando, em toda a sua virtualidade, uma potencial e vigorosa economia de futuro (MELLO, 2015, p. 93).

Nesse contexto trataremos aqui da dimensão internacional da Amazônia e da necessidade de considerar tal dimensão na formulação e implementação de políticas de

desenvolvimento. Abordaremos a dimensão internacional da Amazônia tanto em nível regional como em nível global. Este documento representa uma revisão da literatura sobre o assunto, discutindo pontos polêmicos e deixando em aberto uma série de questionamentos que requerem abordagens mais aprofundadas.

A dimensão internacional da Amazônia em nível regional

Pan-Amazônia, Amazônia continental, Amazônia sul-americana, Grande Amazônia e outros termos tornaram-se necessários para se referir à Amazônia toda, e diferenciá-la da Amazônia nacional em cada país que compartilha a região. A Amazônia é compartilhada por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, e Guiana Francesa (departamento ultramarinho francês), mas percebe-se que quando se fala da Amazônia em quaisquer desses países, geralmente refere-se à Amazônia do respectivo país. Pouco conhecimento existe em cada país sobre a Amazônia dos demais países, ou da região como um todo. Esse desconhecimento leva à formulação de políticas conforme os interesses nacionais, sem considerar, na maioria das vezes, as consequências que tais políticas podem trazer para a Amazônia dos demais países. Conforme declarou o coordenador de Ciência e Tecnologia da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA), na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 2007, realizada em Belém, não existe uma unidade política de atuação da Pan-Amazônia, existem somente iniciativas nacionais sem maior cooperação, ou responsabilidade, com os países vizinhos (SBPC, 2007).

Seja como for, a Amazônia é hoje uma região dividida em nove partes, cada uma sob uma soberania diferente, mas permanece sendo uma só região, porém, diversa. A dimensão internacional da Amazônia em nível regional refere-se precisamente a seu compartilhamento por diversos países. Para entender melhor essa dimensão é necessário delimitar a região, mas, fazer-lo é tarefa árdua (OLIVEIRA, 2009).

Gutiérrez Rey et al. (2004, p. 21) resumem a dificuldade:

> As expressões Amazônia, Pan-Amazônia, Amazônia Sul-Americana, Região Amazônica ou Grande Amazônia, compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais. Em geral, esses termos referem-se à maior selva tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas, às nações que têm territórios nessas áreas, aos estados que promovem, através de ações conjuntas, o planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia para preservar o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, aos limites artificiais de conveniência político-administrativa para a aplicação de incentivos fiscais em territórios determinados, aos povos que a habitam, e a sua fauna terrestre e aquática. Esses conceitos têm a dificuldade de que não se podem traduzir facilmente

> numa cartografia única, porque se referem a espaços diferentes cujos limites não necessariamente coincidem. A Amazônia, como entidade unificada, só pode existir como uma amálgama de regiões. Dessa forma pode-se afirmar que existem varias amazônias as quais conformam uma grande região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente.

Três são os critérios mais comuns para delimitar a região Amazônica: o critério hidrográfico, o critério ecológico e o critério político-administrativo.

O critério hidrográfico refere-se à bacia amazônica, a qual é constituída pela bacia do rio Amazonas ao longo de toda sua extensão e de todos seus inúmeros afluentes que compõem o sistema fluvial da região. Por este critério não fariam parte da Amazônia o Suriname nem a Guiana Francesa, cujos rios deságuam diretamente no Atlântico, e só uma pequena parte da Guiana faria parte da região, constituída pela bacia do rio Takutu que desemboca em um afluente do rio Negro (BERNARD, 2005). Em compensação grandes extensões do cerrado brasileiro e das altas montanhas nevadas dos Andes seriam consideradas amazônicas.

O critério ecológico refere-se à área coberta pela floresta tropical úmida com altas temperaturas. Por esse critério as partes altas dos Andes e o cerrado brasileiro não fariam parte da região, ampliando, em contrapartida, maiores áreas ao norte, incluindo toda a Guiana, Guiana Francesa, Suriname e uma parte maior da Venezuela.

O critério político-administrativo refere-se à delimitação da região conforme a lei ou as divisões administrativas. Por exemplo, na Venezuela, o estado Amazonas; no Equador o Oriente, constituído por seis províncias: Napo, Sucumbios, Orellana, Pastaza, Morona Santiago, e Zamora Chichipe; e no Brasil a Amazônia Legal.

Obviamente a extensão da região varia dependendo do critério utilizado. A Tabela 1 apresenta a superfície da região segundo esses três critérios conforme estudo do PNUMA/OTCA (2008).

Tabela 1 - Superfície da Amazônia segundo três critérios

País	Superfície do país (km²)	Superfície da Amazônia (km²)								
		Critério hidrográfico			Critério ecológico			Critério político-administrativo		
		Superfície	% do pais	% da região	Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região
Brasil	8514876	3869953	45,4	63,3	4196943	49,3	60,7	5034740	59,1	67,1
Bolívia	1098581	724000	65,9	11,8	567303	51,6	8,2	724000	65,9	9,7
Peru	1285216	967176	75,2	15,8	782786	60,9	11.3	651440	50,7	8,7
Equador	283561	146688	51,7	2,4	76761	27,1	1,1	115613	40,8	1,5
Colômbia	1141748	345293	30,2	5,6	452572	39,6	6,6	477274	41,8.	6,4
Venezuela	916445	53000	5,8	0,9	391296	42,7	5,7	53000	5,8	0,7
Guiana	214960	12224	5,7	0,2	214960	100,0	3,1	214960	100,0	2,9
Suriname	142800	-	-	-	142800	100,0	2,1	142800	100,0	1,9
Guiana Fr.*	84000	-	-	-	84000	100,0	1,2	84000	100,0	1,1
TOTAL	13598187	6118334	45,0	100,0	6909421	50,8	100,0	7497827	55,1	100,0

Fonte: PNUMA/OTCA (2008, p. 41). Com adaptações do autor.
*Refere-se somente ao território da Guiana Francesa, e não ao território da França. Esse território é excluído nas estimativas do PNUMA/OTCA (2008), porque a Guiana Francesa (ou a França) não pertence à OTCA. Integram a OTCA os outros oito países.

Juntando os três critérios, o estudo do PNUMA/OTCA (2008) conseguiu uma delimitação ampla da região, composta por duas sub-regiões: a Amazônia maior e a Amazônia menor.

> A Amazônia maior corresponde à maior extensão da área amazônica com base pelo menos num dos critérios (hidrográfico, ecológico ou político-administrativo) [e] a Amazônia menor corresponde à mínima extensão da área amazônica com base nos três critérios simultaneamente [...] A Amazônia maior compreende uma área de 8.187.964 km², o equivalente a 6% da superfície terrestre do planeta, 40% da superfície da América Latina e o Caribe, 85% do território dos Estados Unidos, mais de quatro vezes o território do México e 33 vezes o território do Reino Unido. Em comparação com os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), corresponde a 60% da superfície total dos oito países. A Amazônia menor abarca uma área de 5.147.970 km², o equivalente a 4% da superfície da terra e a 25% da superfície da América Latina e o Caribe (PNUMA/OTCA, 2008, p. 40).

Em esforço anterior ao do PNUMA/OTCA, Eva e Huber (2005) estimaram para a Grande Região, ou *Amazônia senso latíssimo*, uma superfície de 8.121.312 km², integrada por cinco sub-regiões (ARAGÓN, 2013, p. 37):

1) *Amazônia senso stricto,* a área coberta pela biota de floresta tropical de planície das bacias do Amazonas e Tocantins;

2) *Andes,* a área coberta pela biota amazônica andina, não de planície, acima dos 700 metros acima do nível do mar;

3) *Planalto*, a área coberta pela biota da bacia amazônica, não de planície;

4) *Guiana*, área do platô das Guianas;

5) *Gurupi*, área do extremo nordeste da região, que junto com o platô das Guianas, é coberta por floresta tropical amazônica de planície não contemplada nas três primeiras sub-regiões.

Não é de surpreender, portanto, a grande diversidade em termos biológicos, culturais e de paisagens dessa imensa região. Contudo, segundo o estudo de Eva e Huber (2005), predominam as florestas tropicais úmidas, e a maior extensão corresponde à *Amazônia senso stricto.* Paisagisticamente, certamente, não é uma região homogênea, além das florestas tropicais úmidas existem também florestas tropicais secas, florestas inundáveis, pradarias, agricultura, e outras paisagens (Tabela 2).

Tabela 2 - Ocupação do solo das sub-regiões da Grande Amazônia

Ocupação do solo	Superfície das sub-regiões, km²						
	Amazônia Sensu Stricto	Andes	Planalto	Guiana	Gurupi	Total	%
Florestas tropicais úmidas	4.586.909	237.013	34.976	805.007	56.418	5.720.323	70,4
Florestas tropicais secas	82.282	58.966	171.263	11.305	1.819	325.635	4,0
Floresta inundável	189.983	244	2.132	37.134	5.017	234.510	2,9
Agricultura	406.995	56.593	352.728	27.129	94.025	937.470	11,5
Pradarias e matos	235.344	196.562	299.629	81.308	3.064	815.907	10,0
Solos com vegetação esparsa ou escassa	97.660	4.826	4.222	8.279	1.120	86.108	1,1
Corpos de água	-	1.360	-	-	-	1.360	0,0
Total	5.569.174	555.564	864.951	970.161	161.463	8.121.313	100,0
%	68,6	6,8	10,7	11,9	2,0	100,0	

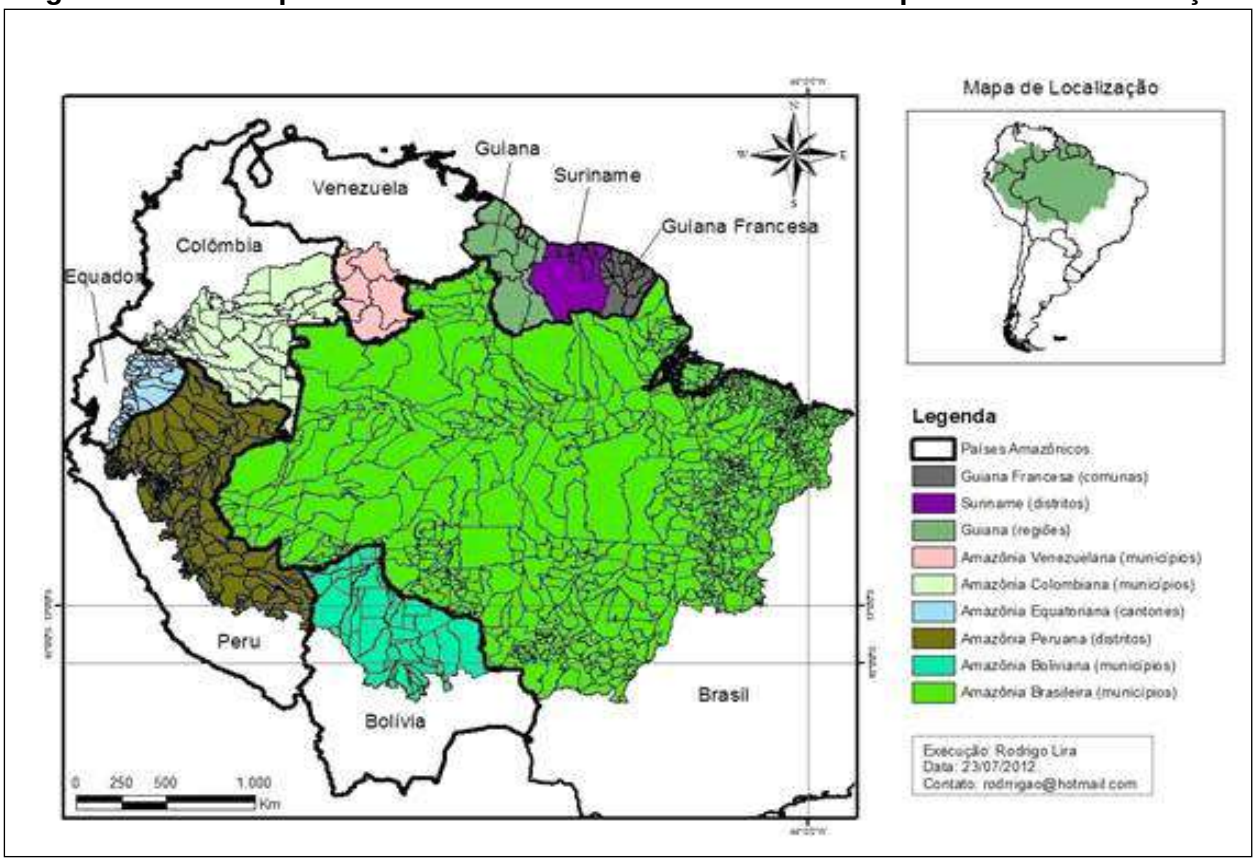
Fonte: Eva e Huber (2005, p. 14).

Outra questão importante é saber quantas pessoas habitam a Amazônia. Estimar a população da região é um trabalho tão árduo quanto delimitá-la. As estimativas são diversas conforme a fonte e a área delimitada. O estudo do PNUMA/OTCA (2008) estimou em 38.777.600 a população total da Grande Região para 2005. Segundo Aragón (2013, p. 58), essa cifra representaria mais de três vezes a população de Portugal, quase a população da Argentina, mais que a do Canadá, e mais de duas vezes a do Chile. E ao contrário do que muitos pensam, a população da região concentra-se, principalmente, em áreas urbanas, incluindo cidades de mais de 1 milhão de habitantes (Manaus e Belém).

Em um esforço por estimar a população da região conforme os censos de população de cada país, pesquisadores do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, utilizando as divisões administrativas utilizadas nos censos,

conseguiram identificar em cada Amazônia Nacional as unidades administrativas (municípios ou equivalentes) onde políticas eram implementadas, ou seja, uma delimitação da Amazônia com fins de intervenção. O mapa resultante desse exercício tem sofrido desde sua primeira versão em 2005 (ARAGÓN, 2005, p. 16) ligeiras adaptações. A última versão reproduzida na Figura 1 é de 2013 (ARAGÓN, 2013, p. 44).

Figura 1 – Divisão político-administrativa da Grande Amazônia para fins de intervenção



Fonte: Aragón (2013, p. 44). Obs.: Na Amazônia colombiana incluem-se municípios e *corregimientos.* Na Amazônia Legal (Brasil), inclui-se a totalidade do estado do Maranhão.

Somando-se as áreas das divisões administrativas, a superfície da região chega a quase 7 milhões e meio de km^2: Brasil (67,98%), Peru (10,14%), Colômbia (6,40%), Equador (1,55%), Bolívia (5,31%), Venezuela (2,45%), Guiana (2,87%), Suriname (2,18%) e Guiana Francesa (1,12%) (Tabela 3). No que tange à população, conforme os últimos censos, apesar de eles serem realizados em anos diferentes, a população alcança 34205602 (Tabela 3). A população está distribuída em mais de 1.200 municípios ou áreas similares, mas está concentrada na Amazônia brasileira (73,48%) e na Amazônia peruana (13,37%).

Tabela 3: Área e população dos países amazônicos e da Amazônia conforme os últimos censos

País	Ano do censo	Área do país	Área da Amazônia			População do país	População da Amazônia		
			Absoluta	% do país	% da região		Absoluta	% do país	% da regiã o
Bolívia	2012	1098581	398000	36,23	5,31	10059856	981441	9,76	2,87
Peru	2007	1285215	759057	59,06	10,14	27412157	4574375	16,69	13,37
Equador	2010	256730	115745	45,08	1,55	14483499	739814	5,11	2,16
Colômbia	2005	1138906	477274	41,91	6,40	41468384	747267	1,80	2,18
Venezuela	2011	912046	183500	20,12	2,45	27227930	146480	0,54	0,43
Guiana	2012	214999	214999	100,00	2,87	747884	747884	100,00	2,19
Suriname	2012	163470	163470	100,00	2,18	541638	541638	100,00	1,58
Guiana Francesa	2014	84000	84000	100,00	1,12	252338	252338	100,00	0,74
Brasil	2010	8514876	5088666	59,76	67,98	190755799	25474365	13,35	73,48
Total		1366882 3	7484711	53,63	100,00	312987649	34205602	10,93	100,0 0

Fonte: Censo de cada país.

A dimensão internacional da Amazônia em nível regional revela toda a complexidade da região em termos físicos e humanos. Desde qualquer critério, a população que habita a região é nada desprezível, contestando aqueles que ainda acreditam no mito do vazio amazônico. Algumas das paisagens da região só existem em certas partes, como nos Andes, por exemplo, mas que exercem sérios impactos ambientais noutras partes da região. É o caso dos altos nevados dos Andes, onde se originam os grandes rios amazônicos. O processo de redução das geleiras poderá sim afetar os fluxos de água que alimentam esses rios. O desmatamento da floresta andina poderá gerar sérias consequências para o resto da região e a contaminação por mercúrio e petróleo nos rios da Amazônia nos países andinos é transportada rio abaixo. A construção de grandes represas na Amazônia brasileira tem produzido sérias controvérsias por afetar a flora, a fauna e a sobrevivência de comunidades fora da Amazônia brasileira, como no caso do impacto das hidrelétricas do rio Madeira no ambiente e na economia da Amazônia boliviana, especialmente do departamento de Pando (WRM, 2010). Mas também com o ambicioso programa de construção de hidrelétricas e grandes concessões de exploração florestal na Amazônia peruana (DOUROJEANNI et al., 2009; SERRA VEGA, 2016). Esses são só uns poucos exemplos das consequências da ignorância da dimensão internacional da Amazônia em nível regional das políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento da região em cada país. Mas mesmo em nível nacional se advoga por uma maior integração da Amazônia das áreas altas dos Andes com as zonas baixas (RAMÍREZ MONTENEGRO, 2016).

A dimensão internacional da Amazônia em nível global

A dimensão internacional da Amazônia em nível global refere-se à atenção que o mundo vem dando à região pelo seu importante papel nas mudanças climáticas e abundância de recursos naturais cada vez mais demandados pela economia ao redor do mundo. Tal atenção tem alertado os países amazônicos sobre os cuidados que merece a região sob a ameaça de contestar a própria soberania sobre esses territórios.

Na medida em que o enorme estoque de recursos naturais existente na Amazônia e o papel crucial que a região desempenha nas mudanças climáticas globais são mais bem conhecidos, aumenta a atenção mundial sobre os destinos da região, até o ponto da própria soberania dos países amazônicos sobre suas respectivas Amazônias ser questionada em prol do bem comum ou do equilíbrio ambiental do planeta (MENDES, 2001; ARAGÓN, 2013; AMIN, 2015). Como afirma Becker (2004, p. 129), o processo de mercantilização da natureza, que o mundo vive hoje, valoriza economicamente recursos naturais até pouco tempo atrás considerados de livre uso como a água, o ar (créditos de carbono) e a biodiversidade, abundantes na Amazônia.

O debate sobre a internacionalização da Amazônia resume-se na manchete do *The New York Times*, de maio de 2008: “De quem é esta floresta amazônica, afinal?”, colocando em dúvida a soberania dos países amazônicos sobre a região, por não cuidarem como deveriam da região (ARAGÓN, 2008). Um documento que circulou mundialmente na internet, mesmo antes da manchete do *The New York Times,* sintetiza claramente a controvérsia. Trata-se da resposta dada pelo senador Cristovam Buarque em debate numa universidade em Nova Iorque, em novembro de 2000, ao ser questionado sobre que pensava como humanista, sobre a internacionalização da Amazônia. Pelo contundente e clara, a resposta merece reproduzir-se na integra.

Diz o senador (referindo-se a Amazônia brasileira) (BUARQUE, 2000): “Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso.” E continuou dizendo que como humanista, “sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade”.

E esclareceu:

> Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia é para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

E continuou:

> Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, possa ser manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado.

E explicou:

> Durante o encontro em que recebi a pergunta, as Nações Unidas reuniam o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu disse que Nova York, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Comecemos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver.

E concluiu:

> Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

A questão da internacionalização da Amazônia acirrou-se principalmente a partir dos anos 1980 quando o processo de globalização intensificou-se alcançando o mundo inteiro. Esse processo, segundo Amin (2015), redimensionou as forças econômicas mundiais demandando novos produtos e novas tecnologias para que as potências hegemônicas se mantivessem competitivas. E nesse novo cenário internacional a Amazônia passou a desempenhar papel central. A contínua mercantilização da natureza converteu a Amazônia numa marca global, ou representação simbólica "institucionalizada por parâmetros socioeconômicos e culturais publicizados em escala mundial pelo campo da comunicação" (AMARAL FILHO, 2008, p. 16). O termo Amazônia simboliza meio ambiente, ecologia, índios, populações tradicionais, floresta, oxigênio, água, biodiversidade, preservação etc., e, nesse sentido, o que importa não é a representação física, mas o valor simbólico que leva seu nome. Agregar aos produtos e serviços o termo Amazônia ou alguma coisa que a ele remeta, eleva o valor econômico desses produtos e serviços. Como concluem Amaral Filho (2008) e Aragón (2013), a Amazônia, por meio de sua conversão em marca, passa a se constituir em múltiplos produtos que além de sua existência material, incorporam o valor simbólico que a palavra Amazônia contém. A Amazônia, portanto, representa uma soma de ativos e passivos ligados a um símbolo que leva seu nome e que tem valor, o qual é utilizado na composição de mensagens para uma grande variedade de mercadorias e de serviços ao redor do mundo.

Hoje, a questão amazônica alcançou os mais elevados foros políticos e científicos mundiais colocando a região no centro dos mais diversos interesses e gerando novos questionamentos sobre os destinos da região (PALACIO; WAKILD, 2016; PINTO et al., 2016; BORGES; DOMINGUES, 2016; AMIN, 2015). Um dos mais importantes desses questionamentos refere-se à questão do uso da água, que destacamos a seguir para ilustrar a dimensão internacional da Amazônia em nível global.

Um dos assuntos mais candentes da atualidade em nível global é a questão do uso da água. Mesmo que as taxas de fecundidade em nível mundial estejam em declínio, a população ainda está crescendo, projetando seu pico, conforme as Nações Unidas, para 2100, quando seremos mais de 11 bilhões de pessoas (UNFPA, 2017).

Mas o número de pessoas, em si, significa pouco, o que significativamente pode gerar a escassez da água são os padrões de consumo, de uso, e de gestão dos recursos hídricos, entre outros fatores. Como a quantidade da água existente na Terra não pode ser aumentada, resta diminuir a demanda (consumo), buscar fontes ainda pouco utilizadas (águas de reuso, águas subterrâneas, chuva e outras), e melhorar a gestão tanto em áreas de escassez como em áreas de abundância. E é aqui onde a Amazônia torna-se importante aos olhos do mundo.

Mesmo que cerca de ¾ da superfície da Terra sejam cobertos por água, ela é um recurso escasso para o consumo: 97,5% dela é salgada e somente 1% é água doce facilmente utilizável, sendo que aproximadamente 15% desta proporção está localizada na Amazônia (BECKER, 2003), enquanto extensas áreas do mundo sofrem com a escassez dela. Na verdade a água é um dos recursos mais mal distribuídos do planeta: "Mais de 40% da água dos rios, das rochas-reservatórios e dos lagos, encontram-se concentrados em seis países: Brasil, Rússia, Canadá, Estados Unidos, China e Índia" (DIAS; ARAGÓN, 2003, p. 456). Segundo Barros e Amin (2007), todos os continentes detêm, hoje, menos água disponível *per capita* que em 1950. A América Latina mantém a maior quantidade de água disponível no mundo, mas diminuiu de 105 mil metros cúbicos por habitante em 1950, para 28,3 mil metros cúbicos por pessoa em 2000.

A demanda por água tende a aumentar no mundo por diversas razões. Além do próprio crescimento da população, especialmente em áreas urbanas, acirra-se a disputa entre os diversos usos da água na medida em que aumenta a industrialização, a mecanização da agricultura, a irrigação, a expansão da pecuária e outros. Todos esses fatores, agregando-se a má distribuição, tornaram a água mais valorizada economicamente. As Nações Unidas estimam que se medidas urgentes não forem tomadas, 2,7 bilhões de pessoas enfrentarão escassez de água em 2025 (UN, 2003), e outras estimativas calculam que 1,5 bilhões de pessoas já não têm acesso à água (SELBORNE, 2002).

Enquanto isso, a abundância de água da Amazônia apresenta-se para alguns como verdadeira panaceia para resolver o problema da demanda mundial do recurso, chegando-se, inclusive, a chamá-la do ouro azul, passível de se comercializar no futuro como ocorre com o petróleo atualmente (BECKER, 2003). E é que as cifras são realmente fabulosas. A descarga de água do Amazonas no oceano é estimada em 220.000 m^3 por segundo, equivalente a aproximadamente 20% da água doce despejada em todos os oceanos (PNUMA/OTCA, 2008). O gigantesco volume de água que é despejado pelo rio Amazonas no oceano penetra até 100 km mar adentro. Jerson Kelman, ex-presidente da Agência Nacional das Águas do Brasil, estima que a água despejada pelo Amazonas no Atlântico poderia folgadamente suprir o consumo de água doce de toda a população mundial:

> Se, por hipótese, todos os seis bilhões de seres humanos que habitam o planeta fossem convencidos a beber apenas água engarrafada do rio Amazonas, seria necessário utilizar o volume médio por ele despejado no mar durante apenas 1,5 minutos para atender toda a demanda diária mundial. Entretanto, como a maior parte da humanidade não consome água engarrafada, o volume despejado em menos de dois segundos seria suficiente

> para abastecer todas as garrafas de água de mesa consumidas no mundo, ao longo de um dia, cerca de 360 milhões de litros (KELMAN, 2004, p. 1).

Um possível mercado de água em nível global surge do seu duplo caráter: é um recurso vital (sem água não existe vida) com valor econômico pela sua escassez relativa e sua distribuição desigual no mundo (ARAGÓN, 2013). O ponto crítico, pois, refere-se à questão da propriedade da água e a regulação do seu uso pelo mercado (CASTRO, 2003). Por conseguinte, aqueles países e regiões com grandes reservas de água doce (como a Amazônia) apresentarão vantagens relativas e deverão jogar papel preponderante na geopolítica da água. Nesse sentido, a possibilidade de comercializar *água in natura* da Amazônia torna-se uma possibilidade que não se pode descartar (BARROS; AMIN, 2007).

Contudo, deve-se considerar que o uso da água na Amazônia diferencia-se de seu uso no mundo.

> Enquanto o nível global se caracteriza por escassez de oferta e forte crescimento do consumo, na Amazônia torna-se agudo o paradoxo brasileiro de abundância do recurso natural e de baixo consumo, em parte decorrente da inacessibilidade social ao recurso em razão da carência de serviços (BECKER, 2003, p. 289).

Esse paradoxo reflete-se nos baixos índices de desenvolvimento humano presentes na região. As cidades amazônicas estão entre as mais insalubres do mundo, chegando a se assemelhar às mais pobres da África (STEINBRENNER, 2009); e a maioria das pequenas cidades espalhadas na região carece de água potável e de serviços sanitários (BECKER, 2003). Nesse sentido, políticas específicas voltadas para a gestão dos recursos hídricos em áreas de abundância, como a Amazônia, são urgentes. Entre os assuntos a serem abordados na gestão dos recursos hídricos na Amazônia destacam-se estratégias para lidar com a dispersão de doenças de origem hídrica que ocorre a velocidades muito rápidas; com as enchentes; com o transporte; com o saneamento; com as secas ocasionais e prolongadas; e com o melhoramento da qualidade da água para o consumo humano. E, finalmente, como lidar com o processo de privatização da água para consumo doméstico numa região com enorme quantidade de água (ARAGÓN, 2013).

Existem outros assuntos em nível global, igualmente importantes aos do uso da água que atingem diretamente a Amazônia, como, por exemplo, a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera e a questão do uso sustentável da biodiversidade, que vale a pena mencionar aqui, mesmo que resumidamente.

A partir do protocolo de Quito de 1997, a comercialização de créditos de carbono em nível global converteu-se num importante mercado internacional. Certamente poderia ser um bom negocio para a Amazônia, pois, somente na Amazônia brasileira, existem cerca de 200 mil km^2 de áreas degradadas onde se poderiam programar projetos de reflorestamento que gerariam 150 milhões de dólares por ano pela venda de créditos de carbono (NOBRE, A. D.; NOBRE, C. A., 2005). Contudo, diversas críticas têm surgido sobre o mercado de créditos de carbono, destacando três que atingem diretamente a Amazônia: 1) dependendo do tipo de reflorestamento este pode estimular a monocultura com espécies de rápido crescimento, afetando a biodiversidade, 2) para que a redução das emissões de CO_2 seja significativa serão necessárias extensas plantações, o que demandaria elevados custos operacionais, e 3) o mecanismo de mercado de créditos de carbono não contempla o CO_2 já retido na floresta em pé (SANTILLI; MOUTINHO, 2006, ARAGÓN, 2013).

Nesse sentido Nobre, A. D. e Nobre, C. A. (2005) estimam que o Brasil contribua anualmente com a emissão de 80 a 90 milhões de toneladas de CO_2 resultantes da queima de combustíveis fosseis e com 200 a 250 milhões de toneladas geradas por alterações do uso do solo, principalmente desmatamento. O desmatamento da Amazônia seria responsável pela emissão de cerca de 200 milhões de toneladas de CO_2 anualmente (SANTILLI; MOUTINHO, 2006). Isto é, em teoria, caso o desmatamento da Amazônia fosse totalmente controlado (desmatamento zero), e o não desmatamento compensado, 200 milhões de toneladas anuais a menos de CO_2 seriam emitidas à atmosfera, e a sua vez, a floresta em pé e a conservação da biodiversidade seriam valorizadas (ARAGÓN, 2013).

Aliás, o uso sustentável da biodiversidade é outro assunto de relevância global para a Amazônia. A Amazônia alberga a maior biodiversidade do planeta e a demanda por novos produtos derivados dela é uma das questões mais sensíveis de nossos dias. A este respeito, Aragón (2013, p. 272) formula perguntas ainda não plenamente respondidas: como regular sua utilização e mercado tanto em nível local como global? Como incorporar nessa regulação o direito de propriedade de comunidades que desenvolveram práticas que redundaram na preservação ou inclusive na ampliação de própria biodiversidade? Como incorporar em tudo isso o respeito ao saber local? Enquanto isso argumenta Amin (2015), a *biopirataria* converteu-se numa atividade delituosa economicamente rendosa e crescente ao redor do mundo.

Sintetizando. A importância da dimensão internacional da Amazônia em nível global é resumida numa única frase de Ignacy Sachs, criador do conceito de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986), precursor do de desenvolvimento sustentável:

> Somos todos amazônidas, já que o futuro da nossa espécie sobre o planeta Terra vai depender em boa medida do destino que será dado à floresta amazônica, grande dispensadora de climas e reguladora do regime hídrico, além de deter uma riquíssima biodiversidade (SACHS, 2008, p. 1).

As palavras de Ignacy Sachs chamam a reflexão sobre a necessidade de buscar formas de incorporar nas políticas de desenvolvimento as oportunidades que oferece a Amazônia para o mundo, mas também os desafios que representa explorar seus recursos naturais de forma sustentável mantendo a soberania dos países que têm o privilégio de compartilhar a região.

Considerações finais

No mundo contemporâneo a dimensão internacional da Amazônia assume cada vez mais importância nos destinos da região. Em nível regional, diversos assuntos só poderão ser tratados em conjunto com os demais países da região tais como o controle da *biopirataria*, do contrabando, do tráfico de armas e de pessoas; o transporte fluvial e a mobilidade transfronteiriça, entre outros. Iniciativas de integração física regional, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), deverão ser reavaliadas para colocá-las ao benefício da região e não somente ao serviço dos mercados globais (DOMINGUES, 2017). Enfim, os planos nacionais de desenvolvimento amazônico não podem ignorar a dimensão internacional da região sem se importar com as consequências geradas para os países vizinhos.

Porem, grandes esforços deverão ser feitos para superar as diferenças de diversa natureza entre os países amazônicos para se conseguir uma maior integração regional e políticas supranacionais. O Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 2002, com o intuito de operacionalizar o Tratado de Cooperação Amazônica assinado em 1978, apresenta enormes dificuldades para implementar seu Plano Estratégico. A legislação ambiental diverge de país para país, dificultando, inclusive, iniciativas bi e tri nacionais de gestão ambiental em áreas de fronteira, como acontece, por exemplo, com a gestão dos recursos hídricos na tríplice fronteira de Brasil/Peru/Colômbia (CHINDOY, 2016).

Em nível global, pela importância que a Amazônia alcançou no mundo, ela pode ser o palco de políticas que levem a uma nova era civilizatória, baseada nos direitos da natureza e dos homens e mulheres em busca do bem-estar humano, mas os desafios são também enormes, e os questionamentos ao respeito abundam (ARAGÓN, 2015).

Em junho de 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a conferência das Nações Unidas Rio+20, com o propósito de: 1) avaliar o cumprimento dos compromissos acordados na Rio-92; 2) analisar a contribuição da economia verde para alcançar o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza; e 3) definir a estrutura de governança internacional necessária para viabilizar o desenvolvimento sustentável, incluindo a captação de fundos necessários para implementar as ações propostas (ARAGÓN, 2013).

A conferência não alcançou os resultados esperados. Conforme analisa Boaventura de Souza Santos (2012) a Conferência não gerou, entre outros, compromissos para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, conseguir acesso universal a saúde, ou definir formas de gerir recursos para promover o desenvolvimento sustentável. E alerta sobre os cuidados a considerar com a economia verde ao tratar de:

> Convencer os mercados (sempre livres, sem qualquer restrições) sobre as oportunidades de lucro em investirem no meio ambiente, calculando custos ambientais e atribuindo valor de mercado à natureza. Ou seja, não há outro modo de nos relacionarmos entre humanos e com a natureza que não seja o mercado (SANTOS, 2012).

Foi necessário, portanto, realizar outras conferências para as Nações Unidas definir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, adotados na sede da ONU em Nova Iorque, em setembro de 2015, por 193 países, para serem alcançados até 2030. São 17 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2017): 1) acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre os países; 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento

sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16) Promover sociedades pacifistas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Praticamente em todos esses objetivos, a Amazônia torna-se cada vez mais relevante.

Referências

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia***:* uma promessa publicitária para fidelização de consumidores nos mercados globais. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do Século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais***,* Coimbra, n. 107, p. 107-138, 2015.

ARAGÓN, Luis E. Desenvolvimento amazônico em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais***,* Coimbra, n. 107, p. 5-16, 2015.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARAGÓN, Luis E . “De quem é esta floresta amazônica, afinal?” **Scientific American/Brasil**, São Paulo: Dueto Editorial, v. 3, p. 14-21, 2008.

ARAGÓN, Luis E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In ARAGÓN, Luis E (Org.) **Populações da Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA Editora, 2005. p. 13-23.

BARROS, Fernanda Gene Nunes; AMIN, Mario Miguel. A água da bacia amazônica brasileira é um bem econômico? Tem valor? In ARAGÓN, Luis E . (Org.) **População e meio ambiente na Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA Editora, 2007. p. 137-157.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In MENDES, Armando Dias (Org). **Amazônia**: terra e civilização*.* Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In ARAGÓN, Luis E; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia***.* Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 273-298.

BERNARD, Deryck M. Observations on the status of demography information in Guyana. In ARAGÓN, Luis E (Org.) **Populações da Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA Editora, 2005. p. 103-114.

BORGES, Fábio; DOMINGUES, Vitor Alves. Geopolítica da Amazônia no início do século XXI: drogas, infraestrutura e conflitos indígenas. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 55-79.

BUARQUE, Cristovam. **Internacionalização da Amazônia**, 2000. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/reportagem_amazonia.htm. Acesso em: 8 jun. 2017. Reproduzido também em Aragón (2013, p. 49-51).

CASTRO, Edna. Geopolítica da água e novos dilemas a propósito da Amazônia e seus recursos naturais. In ARAGÓN, Luis E; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia.** Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 321-339.

CHINDOY, Maria Ernestina Garreta. **Mandatos nacionales y realidades locales**: análisis de la política pública del água en la frontera amazónica. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

DIAS, Marco Antonio; ARAGÓN, Luis E. Cooperação amazônica para o conhecimento e uso sustentável dos recursos hídricos da região. In ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 453-474.

DOMINGUES, Vitor Alves. **O impacto da Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na qualidade de vida do Eixo Amazônico**: um estudo de caso da rodovia Tarapoto-Yurimaguas. 2017. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2017.

DOUROJEANNI, Marc; BARANDARIÁN, Alberto; DOUROJEANNI, Diego. **Amazonia peruana en 2021***:* explotación de recursos naturales e infraestructura – Qué está pasando?, Qué es lo que significa para el futuro? Lima: ProNaturaleza, 2009. Disponível em: http://www.amazonia-andina.org/sites/default/files/amazonia_peruana_en_2021.pdf. Acesso em 8 jun. 2017.

EVA, H. D.; HUBER, O. (Ed.) **Proposta para definição dos limites geográficos da Amazônia**. Luxemburgo: Comunidades Europeias, 2005.

GUTIÉRREZ REY, Franz; ACOSTA MUÑOZ, Luis Eduardo; SALAZAR CARDONA, Carlos Ariel. **Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana**: un enfoque para el desarrollo sostenible. Bogotá; Instituto Sinchi, 2004.

KELMAN, Jerson. Hidropirataria na Amazônia. **Folha do Meio Ambiente, Ponto de Vista**. Brasília, v. 15, n. 152, out. 2004. Disponível em: http://www.kelman.com.br/pdf/hidropirataria_amazonia2.pdf. Acesso em 10 jun. 2017.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Critica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. Apresentação. In ARAGÓN. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 19-20.

MENDES, Armando. **Amazônia**: modos de (o)usar. Manaus: Editora Valer, 2001.

NOBRE, Antonio Donato; NOBRE, Carlos Afonso. O carbono e a Amazônia: o incerto conhecimento atual e estratégias de mitigação de emissões. **Revista Ciência&Ambiente***,* Santa Maria-RS, v. 31, p. 39-47, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Jr. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luis E; OLIVEIRA, José Aldemir (Org.) **Amazônia no cenário sul-americano***.* Manaus: Edua, 2009. p. 41-77.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo***:* A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em; https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 18 jun. 2017.

PALACIO, Germán; WAKILD, Emily. Amazonia cambia con el mundo: elementos para comprender Amazonia contemporânea. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA Editora, 2016. p. 13-35.

PINTO, Rafaela Sena; AMIN, Mario Miguel; SILVA, Mayane Bento. Meio ambiente como questão de securitização da Amazônia. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA Editora, 2016. p. 37-54.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Geo Amazônia**: perspectivas do meio ambiente na Amazônia. Brasília: PNUMA/OTCA, 2008.

RAMÍREZ MONTENEGRO, Roberto. La integración amazônica: una perspectiva desde el piedemonte andino-amazónico. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA Editora, 2016. p. 103-120.

SACHS, Ignacy. **Amazônia**: laboratório de biocivilizações do futuro, 2008. Disponível em: http://dowbor.org/2008/10/amazonia-laboratorio-de-biocivilizacoes-do-futuro-outubro-2008-2.html/. Acesso em 10 jun. 2017.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir*.* São Paulo: Vertice, 1986.

SANTILLI, Márcio; MOUTINHO, Paulo. O desmatamento na Amazônia e a efetividade do Protocolo de Quioto. **Revista Ciencia&Ambiente***,* Santa Maria-RS, v. 32, p. 61-71, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Rio+20 as críticas. **Carta Maior***,* 08/02/2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Rio-20-as-criticas/19497. Acesso em 14 de jun. 2017.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Amazônia: desafio nacional. **Cadernos SBPC**, n. 27, 2007. Disponível em: http:///www.sbpcnet.org.br; Acesso em: 8 jun. 2017.

SELBORNE, Lord. **A ética do uso da água doce***: um levantamento.* Brasília: UNESCO, 2002.

SERRA VEGA, José. Costos y benefícios del proyecto hidroeléctrico del rio Inambari, Perú. In: ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 257-274.

STEINBRENNER, Rosane. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos "fantasmas" da Amazônia). In: ARAGÓN, Luis E; OLIVEIRA, José Aldemir (Org.) **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Edua, 2009. p. 19-40.

UN – United Nations. **Water for people, water for life**: world water development report. Paris: UNESCO, 2003.

UNFPA – United Nations Population Fund. **World population trends**. Disponível em: www.unfpa.org/world-population-trends. Acesso em: 9 jun. 2017.

WRM – Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Bolívia: hidrelétricas do rio Madeira denunciadas perante o Tribunal Permanente dos Povos. **Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**, n. 155, 30.06.2010. Disponível em: wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/Bolívia-hidreletricas-do-rio-madeira-denunciadas-perante-o-tribunal-permanente-dos-povos/. Acesso em: 07 jun. 2017.

Sobre o autor

Luis Eduardo Aragón – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Nacional da Colômbia; Mestrado e Doutorado em Geografia pela Michigan State University; Pós-Doutorado pela Brown University e pela Universidade de Estocolmo; Professor Titular da Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.15-33 , dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 26 de junho de 2017
Devolvido para a revisão em 08 de setembro de 2017
Aceito para a publicação em 10 de novembro de 2017

Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica do século XIX*

Francivaldo Alves Nunes
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil
E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto, nos ocupamos em analisar a relação entre os discursos construídos em torno da natureza amazônica, caracterizado pela defesa de sua domesticação através da atuação do Estado imperial. Nesse caso, tentamos demonstrar como esses valores, pautados pelo controle do espaço amazônico, principalmente quanto suas potenciais riquezas florestais, exigirá das autoridades públicas um desempenho não apenas de manutenção da ordem, mas de instituição promotora de políticas que promovessem os hábitos das populações locais e a consequente dominação sobre os rios e florestas. Incorporando leituras de pensadores europeus sobre as terras da América, estes intelectuais e agentes públicos do século XIX, construíram um discursos em que o Estado brasileiro não mais se afirmasse apenas pelo uso da forças militares, mas que conduzisse a autoridade do governo ao interior do país, através de ações que asseguravam os interesses dos grupos dominantes locais e que estava revestida de um discurso de promoção da ordem, da modernidade e da civilização.

Palavras-chave: Natureza; Estado Imperial; Amazônia; século XIX.

Inventing a new state knowledge about the Amazonian nature of the XIX century

Abstract

In this text, we focus on analyzing the relationship between the discourses constructed around the Amazonian nature, characterized by the defense of its domestication through the performance of the Imperial State. In this case, we try to demonstrate how these values, guided by the control of Amazonian space, mainly as to their potential forest resources, will require public authorities not only to maintain order but also to promote policies that promote the habits of local populations and the consequent domination over rivers and forests. Incorporating readings of European thinkers on the lands of America, these intellectuals and public agents of the nineteenth century, constructed a discourse in which the Brazilian State no longer asserted itself only by the use of the military forces, but that led the authority of the government to the interior of the country, through actions that ensured the interests of local dominant groups and that was clothed in a discourse to promote order, modernity and civilization.

Keywords: Nature; Imperial State; Amazon; 19th century.

Inventando un nuevo saber estatal sobre la naturaleza amazónica del siglo XIX

Resumen

En este texto, nos ocupamos en analizar la relación entre los discursos construidos en torno a la naturaleza amazónica, caracterizado por la defensa de su domesticación a través de la actuación del Estado imperial. En ese caso, intentamos demostrar cómo esos valores,

* O texto é resultado de pesquisas desenvolvidas através do projeto "Ocupação da terra, paisagem e produção rural nos aldeamentos e colônias agrícolas do Pará", com financiamento do CNPq.

pautados por el control del espacio amazónico, principalmente en cuanto a sus potenciales riquezas forestales, exigirá de las autoridades públicas un desempeño no sólo de mantenimiento del orden, sino de institución promotora de políticas que promuevan los hábitos de las poblaciones locales y la consecuente dominación sobre los ríos y los bosques. Incorporando lecturas de pensadores europeos sobre las tierras de América, estos intelectuales y agentes públicos del siglo XIX, construyeron un discurso en el que el Estado brasileño ya no se afirmara sólo por el uso de las fuerzas militares, sino que condujera la autoridad del gobierno al interior del país a través de acciones que aseguraban los intereses de los grupos dominantes locales y que estaba revestida de un discurso de promoción del orden, de la modernidad y de la civilización.

Palabras clave: Naturaleza; Estado Imperial; Amazonia; siglo XIX.

Apresentando o tema pelo contexto

A assertiva de que em meados do século XIX se consolida um discurso que legitima as ações do governo imperial como necessárias para promover a modernização do país, o que necessariamente estava associada à necessidade de difusão de hábitos civilizados e a incorporação desses valores nas práticas econômicas, incluindo a agricultura, é o que defendemos neste texto. A justificativa, nos dizeres dos agentes públicos, era de que estas ações posicionaria o Estado brasileiro em condições semelhantes a países como Inglaterra e Estados Unidos, pensados na época, como modelos de organização econômica e portadores de modernas técnicas produtivas. Partindo da crença de que o poder político de alguma maneira moldava a nação, a atuação governamental devia voltar-se para o favorecimento de práticas agrícolas de forma a transformar-se numa ação humana sobre a natureza, com a perspectiva de transformá-la em fonte de progresso e civilização.

Para esses "novos tempos", nos alertava Eric Hobsbawn (1991, p. 32), a existência do Estado se justificaria por impor novos valores, caracterizados como portadores de uma perspectiva moderna e civilizadora, principalmente para as regiões que advinham de uma experiência colonizadora, como o Brasil. Estas ordenações deviam ser estabelecidas ao conjunto do território nacional, submetendo aquilo que se chamava de "privatismo local" ao poder político nacional e como sustentáculo aos interesses da classe economicamente dominante da época. Segundo Gabriela Nunes Ferreira (1999, p. 165) seria, para os construtores da nação, numa referência aos intelectuais e políticos que pensavam o país e atuavam nas agências públicas e órgão de poder da época, "o maior avanço rumo à civilização". O que se considerava como avanço, no entanto, estava associado ao reconhecimento de que boa parte da população encontrava-se subjugada aos hábitos não condizentes com o que se pensava enquanto prática moderna.

Do ponto de vista da agricultura, principal atividades econômica da época, destacava Julio Bentivoglio (2007, p. 33), constituía o reconhecimento da necessidade de introdução de outras práticas de cultivo e a negação as experiências acumuladas pelas populações nativas

em lidar com a terra. Para Maria Elisa Mader (2006, p. 91), a defesa de uma nova postura do homem frente ao mundo natural, revestida de um discurso civilizador, é o elemento principal na legitimação de um posicionamento que apresenta o espaço territorial brasileiro como dicotômico, representando alguns espaços como locais de barbárie - no caso do interior, outros de civilização - centros urbanos. Ao enfatizar o peso que o meio natural teve no processo de constituição das identidades nacionais nas Américas, a autora demonstra como esse foi um elemento central na formulação de uma concepção de nação, em que a etnicidade, ou seja, o controle sobre as populações nativas e suas terras, se converte em importante fator de legitimação desses Estados Nacionais.

Nestes discursos quer permeiam as décadas de 1830 a 1880, as áreas de colonização se constituem enquanto espaços implantados em locais aonde antes imperavam a selvageria ou incivilização. Eram espaços em que a natureza ainda não estava domesticada de acordo com as necessidades humanas. Para esta questão, diríamos que natureza deve ser entendida como objeto sobre o qual os indivíduos elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para construir imagens e idéias que vão compor repertórios diversos, entre eles os constitutivos da identidade de um território e de um povo, e conseqüentemente produzirão as condições materiais para a sustentação desses indivíduos (PRADO, 1999, p. 180).

Do ponto de vista dos interesses do governo imperial, portanto, os espaços de colonização na Amazônia deveriam garantir o controle dessas áreas e assegurar o domínio sobre as forças da natureza. No entanto, não se trata de áreas caracterizadas apenas pela ausência da ação humana, mas de locais caracterizados no imaginário das autoridades como terras de riquezas, que precisavam se conhecidas e exploradas. Diante de um contexto pautado pela necessidade de controle do território e afirmação dos interesses nacionais, que se constrói um conjunto de discursos que pauta a região amazônica como de natureza que necessariamente precisava ser domesticada.

Interpretações da natureza das Américas - olhares para Amazônia

As diferentes percepções sobre o meio natural na Amazônia, ora como espaço de barbárie ora de civilização, que em parte definiram as ações colonizadoras, como observaremos posteriormente com maiores detalhes, resultavam também das divergentes proposições de naturalistas, historiadores, cientistas e geógrafos sobre a natureza e sociedade nas terras da América. Neste aspecto, os estudos de Maria Elisa Mader (2006, p. 92) apontam que nas nascentes nações americanas, essa relação entre o meio natural e a ideia de nação teve um peso ainda maior, pois esteve associada e encontrou legitimidade na antiga e constante referência à pujança da natureza e à grandiosidade do território nas

Américas. Estes elementos lhe conferiam positividade, pois apontavam como locais possuidores de riquezas disponibilizadas no meio natural, e também negatividade, visto que as forças da natureza submetiam o homem a depender das vontades naturais, não permitindo o domínio e a domesticação desses espaços.

Nessa perspectiva, em que se projetava para as nações americanas um futuro repleto de grandeza, com possibilidades ilimitadas, e em que outras projeções apresentavam um futuro marcado por desafios e dificuldades ligadas às limitações impostas por espaços naturais selvagens, que a natureza grandiosa, intocada e enigmática do território americano, parecia prever a emergência de nações marcadas pela necessidade de promover ações colonizadoras. Tratava-se de medidas que não apenas permitissem promover o povoamento desses espaços, mas que assegurassem o desenvolvimento de técnicas que permitissem a exploração dos recursos naturais e o consequente domínio do espaço considerado eminentemente natural.

Nos estudos desenvolvidos por Antonello Gerbi (1996) são identificadas as polêmicas entre os que procuram denegrir a imagem da América. Alguns afirmavam a inferioridade de sua natureza e o processo de degeneração da população americana por não apresentar as condições necessárias para o exercício de domínio sobre animais e plantas, e outros que replicaram esses argumentos, não aceitando tais acusações e prevendo um futuro grandioso para a região, justamente pela pujança dos espaços naturais, como as florestas tropicais e a possibilidade de exploração dos seus recursos.

Para Gerbi (1996), já nos textos dos antigos descritores da natureza americana, a exemplo de Gonzalo Fernandez de Oviedo, padre Acosta e padre Cobo, cujas anotações remetem aos séculos XVI e XVII, se registrava com detalhes as muitas peculiaridades físicas do chamado Novo Mundo e as numerosas diferenças entre os animais e a vegetação da América, se comparadas a Europa. Nesses escritos, se deixava antever a famosa polêmica sobre a América que irá se instalar dos dois lados do Atlântico por meio da formulação de teorias, que em diversos planos e por um longo tempo, apresentará o novo continente ou como portador de uma natureza degenerativa, por ser selvagem e não domesticável, ou por possuir um espaço natural muito mais pujante e grandioso que outras regiões do mundo. Esta característica poderia promover o surgimento de nações mais prósperas.

Nesta polêmica, iniciada de maneira marcadamente detratora por Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, em meados do século XVIII, e que foi continuada em grande parte pelos escritos de Cornelius Franciscus de Pauw e intensificada com as respostas de seus interlocutores, se evidenciava a tendência do século XVIII de interpretar como uma relação rígida, necessária, causal, a ligação entre os viventes e o natural, a criatura e o ambiente. E ainda, circunscrevia para o século XIX, os desafios dos novos Estados em formação, ou seja, o necessário domínio sobre as forças da natureza.

Nesse caso, é o naturalista Georges-Louis Leclerc quem primeiro formula como teoria a tese da “debilidade” ou “imaturidade” das terras das Américas, quando apresentou a ideia de que as espécies animais existentes no Novo Mundo, sejam elas as selvagens ou domésticas, apresentavam características diferentes e em muitos casos, inferiores ou mais frágeis que as encontradas no Velho Mundo. Esta situação era resultado, na visão do conde de Buffon, da natureza americana, que se mostrava hostil e inadequada ao desenvolvimento dos animais e, também, em parte, dos homens, já que estes não podiam dominá-las, submetendo-a e revertendo-a em seu benefício (GERBI, 1996, p. 20).

Classificando e inserindo o homem em um modelo eurocêntrico e hierárquico de climas mais temperados, o conde Buffon na obra *Histoire naturelle de l’homme*, apresentava a Europa e partes da Ásia como espaços adequados para o desenvolvimento de plantas e animais. No caso, justificava suas reflexões, pois estes estariam localizados em uma área ideal de clima mais temperado, habitada por isso, por povos civilizados, enquanto que o Novo Mundo teria a maior parte de suas terras habitadas na zona tórrida, o que propiciaria toda a sorte de desvios negativos quanto ao desenvolvimento do meio natural (GERBI, 1996, p. 20). Neste aspecto, a América era então identificada como ambiente úmido e quente, o que teria contribuído para que a região fosse prolífica em animais pequenos e débeis, e privada de grandes animais. Uma situação que seria provocada pelo não domínio da natureza.

De acordo com Antonello Gerbi (1996), os escritos de Buffon marcam um momento em que a discussão sobre a originalidade da América toma molde de discurso científico, estabelecendo um espaço privilegiado para a disseminação da degradação do ambiente e do homem americano. Após estes estudos, a discussão se estende e permanecerá presente na reflexão de grandes autores do século XVIII e XIX, como Goeth, Lineu, Herder, Kant, e outros, até culminar nas concepções opostas de Hegel e Humboldt e, mais tarde sofrer a desvalorização enquanto questão científica. No entanto, esses discursos seriam identificados como formadores de uma visão de mundo presentes não apenas nos escritos dos viajantes que percorreram a América, mas das autoridades e intelectuais formadores das nações americanas.

O filósofo Cornelius de Pauw, mais radical nos seus escritos, estende esta tese ao homem americano, apresentando-o não como imaturo, mas como degenerado, fruto da maldição de uma natureza fraca e corrompida e de uma história de catástrofes. Não dominando essa natureza hostil e selvagem, os homens da América, assim como os outros animais, tinham também terminados por entrarem em processo de deterioração. Acreditando na ação depravadora dos trópicos, na obra *Recherches philosophiques sur les Américains*, ele reduz os americanos a povos inferiores e sem história, impossibilitados de sair do estado selvagem. Seria, pois, “incapaz de promover o progresso”, o que se justificaria “por não se adequar a leis, por viver em estado de inércia e não cultivar o espírito, vivendo na mais

completa liberdade". Em outras palavras, o homem da América era degenerado, corrompido, insensível, ocioso, indolente e incapacitado para o desenvolvimento mental (GERBI, 1996, p. 41).

Estas provocativas suscitaram de imediato uma série de discussões que tomaram a forma de réplicas e contra-réplicas dos mais variados interlocutores. Na Europa, tornava-se comum os pronunciamentos em apologia à teoria do "bom selvagem" e da idéia de natureza dadivosa, grandiosa e virgem. Acompanhavam-se ainda os discursos que valorizavam as antigas civilizações pré-colombianas e também de geógrafos e naturalistas que rejeitavam uma visão tão negativa da América. O próprio Buffon, diante do extremismo das posições de Cornelius de Pauw, retifica suas primeiras explicações degenerativas e, em *Époques de la nature*, publicado em 1777, escreve que a América é um mundo jovem e em muitos aspectos imaturo, o que não significaria um espaços degenerado. Nesse caso, o que se por um aspecto negava a perspectiva degenerativa do homem do Novo Mundo, por outro limitava as imperfeições produzidas pelo clima aos animais e plantas presente na América. Para Roberto Ventura (1991, p. 22), estudos como do filósofo Cornelius de Pauw inverteu a visão paradisíaca da América ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela negatividade. Nestes estudos destacava-se, portanto, a inferioridade do ambiente do Novo Mundo e a fraqueza das formas de vida que o habitavam.

Embora se registre nos estudos de Buffon e de Cornelius de Pauw uma visão de inferioridade do ambiente natural, ou ainda por falarem em imaturidade e degeneração do continente americano, estabelecendo grau elevado de negatividade na relação entre homem e espaço natural, estas análises, até certo ponto, estavam inovando ao adotar um conceito evolutivo da natureza. Neste aspecto, sugeria um possível desenvolvimento do meio natural, algo inteiramente novo na história deste conceito de natureza. Até o momento, e aí seguindo uma tradição bíblica e aristotélica, faltava aos historiadores antigos e aos primeiros naturalistas da América a ideia de evolução na sua concepção de natureza, pois acreditavam na fixidez das espécies, na imobilidade da natureza ou na sua variabilidade como algo despregado por completo no espaço, algo no qual não aparecia de modo algum, nas palavras de Antonello Gerbi (1978, p. 12), "o tácito, infinito andar do tempo".

No novo conceito que surge destas polêmicas teorias de meados do século XVIII, a natureza é convertida em algo vivo, fluido e cambiante, fruto de uma ampla liberdade de crítica. Neste aspecto, diríamos que, apesar dos qualificativos degeneradores e negativos aplicados à América, eles permitiam vislumbrar um momento posterior diferente. O simples reconhecimento da diversidade da natureza americana já, em parte, rompia com a antiga e pacífica unidade da natureza, permitindo uma nova definição e, por conseguinte, uma nova lógica na leitura das coisas naturais.

Ao tentar responder ao afinado espírito crítico e ao agudo orgulho europeísta que

sugeriam uma visão negativa da natureza, dos animais e dos habitantes da América, ganhou força outra percepção do continente americano que, ao concebê-lo enquanto "filho da Europa", tentava integrá-lo à marcha inexorável da história do Ocidente em direção ao progresso e à civilização, justificando, assim, a missão civilizadora que a Europa arrogava para si. A América, nessa outra perspectiva, podia assim ser confiada uma missão ideal. Enquanto herdeira da Europa poderia vir a constituir-se em uma síntese que ajudaria a dar razão à existência de todas as partes do mundo, tornando-a, ao mesmo tempo em que, pensável e inteligível, também possível de se desenvolver de forma moderna e civilizada (ROUQUIÉ, 1991).

De acordo com Mary Louise Pratt (1992, p. 212), ao tentarem destruir a tese da inferioridade da América, repetida e difundida por naturalistas, historiadores, cientistas e geógrafos, estas novas percepções passaram a reinventar a América enquanto natureza recriada. No entanto, não se tratava de uma natureza acessível, reconhecível ou categorizável, mas enquanto natureza dramática, extraordinária, capaz de ultrapassar o conhecimento e intelecção humanos. Não uma natureza que senta e espera ser conhecida, analisada e possuída, mas uma natureza em movimento, impulsionada por forças vitais em grande parte invisível para os olhos humanos. Seria "uma natureza que apequenava os homens, determinava o seu ser, excitava as suas paixões, desafia seus poderes de percepção". Para isso, foi preciso bem mais que os não muitos consistentes esforços levados a cabo até então. Tornou-se necessário invocar a palavra da ciência que ganhava espaços cada vez maiores, conferindo credibilidade a essas interpretações e dando ao discurso científico voz de autoridade para explicar a natureza e a sociedade.

No caso dos naturalistas norte-americanos, estes partem da certeza de que os componentes de sua matéria, os animais, plantas, minerais e homens eram tão dignos de estudo e tão relevantes quanto quaisquer outros do mundo. Mais do que isso, os defensores da natureza norte-americana dedicaram-se à tarefa de provar que, em muitos aspectos, o Novo Mundo era superior ao Velho. É assim que, ao longo do século XIX, nos Estados Unidos, a sua natureza selvagem, intocada, grandiosa, enigmática, será valorada positivamente, corroborando a idéia de que na região poderia se constituir em uma grande e promissora nação (WEINBERG, 1935).

É, no entanto, na Europa, que a América encontra nesse período um grande defensor. Trata-se do naturalista Alexander Von Humboldt. Ao visitar a América para estudar o problema das relações entre as criaturas vivas e o ambiente natural, acaba não só arrebatado pela natureza dos trópicos, que considera generosa e exuberante, como também exalta o clima, os animais domésticos e as espécies selvagens, identificando-as como mais vigorosas que a do Velho Mundo. A expedição científica de Alexandre Von Humboldt pela região equinocial do Novo Mundo, de modo geral, destinava-se a obtenção de novos

conhecimentos sobre a América. Sua jornada, além de marcar a transição das primeiras viagens de descobrimentos para uma nova fase de expedições focadas em problemas claramente e cientificamente definidos, marcou a convergência a uma nova visão do Novo Mundo ao público europeu (KOHLHEPP, 2006, p. 260).

Diferentemente dos naturalistas do século XVIII, Humboldt atribui importância à meticulosa observação de fatos antrópicos, bem como aos estudos empíricos de campo, rompendo, em parte com uma percepção distanciada e eurocêntrica da América. Sua viagem pela América do Sul, México, Estado unidos e Cuba durou de 1799 a 1804, mas a publicação de seus escritos divulgando seus resultados prolongou-se por décadas, tendo a redação definitiva do *Reise in die Aequinocial-Gegenden dês neuen Continents*, publicada em 1859 (KOHLHEPP, 2006, p. 261).

Nos seus escritos, Humboldt combate à tese de Buffon da imaturidade do continente americano, dando como provas científicas o fato de naturalistas terem encontrado na América fósseis de que remontava a antiguidade. Reafirmava ainda sua convicção sobre a substancial identidade natural de todos os homens, em toda a escala da civilização. Nesse aspecto, negava explicitamente a suposição de que existiam raças humanas superiores e inferiores. Numa visível crítica aos escritores, que haviam se surpreendido muito mais com os contrastes do que com a harmonia da natureza na América, Humboldt afirmava que estes haviam descrito o continente americano como um lugar pantanoso, adverso à multiplicação dos animais, recentemente habitado por hordas tão pouco civilizadas. Esta situação teria revestido estas investigações históricas de um caráter de ceticismo absoluto que havia substituído uma crítica sadia sobre o novo continente. Além disso, sugere no homem civilizado uma dúvida sutil sobre o valor da civilização e seus triunfos tão difundidos, insinuando a precariedade de seus progressos (GERBI, 1996).

As críticas de Humboldt indicam, em certa medida, uma ruptura com a imagem negativa da América veiculada pelos escritos iluministas. Humboldt procurava, por exemplo, explicar por que a América do Sul seria menos quente e seca do que outras terras em latitude semelhante. Em trechos citados por Louis Pratt (1999, p. 216), dizia que “as numerosas montanhas onde abundam as fontes, cujos picos cobertos de neve pairam sobre os extratos de nuvens e causam a queda de correntes de ar por seus declives; a abundância de rios de enorme vazão, que após muita sinuosidade procuram à costa mais distante; estepes carentes de areia, e, portanto, absorvendo menos calor; florestas impenetráveis, as quais protegendo as terras dos raios solares, ou irradiando calor da superfície de suas folhas, cobrem as plantas ricamente irrigadas e exalam no ponto mais distante, prodigiosas quantidades de umidade, em parte absorvida, em parte gerada”. Desses aspectos, afirmava ainda, “depende a vegetação luxuriante e exuberante e aquela riqueza da folhagem que são peculiarmente característica do Novo Continente”.

As observações de Humboldt seriam um bom exemplo de como a história natural, imbuída do estatuto da cientificidade, poderia conferir certa identidade a um país ou região, ressaltando suas singularidades e identificando um ser original, distinto e autônomo. Nesse aspecto, o orgulho americano nascia como louvor das qualidades físicas da natureza do continente. Se os americanos não podiam vangloriar-se de seu passado, seja colonial ou o mais remoto das comunidades e das grandes civilizações indígenas, identificado ao atraso e inconciliável com as novas ideias de civilização e progresso, eles podiam sim, exaltar a natureza americana, repleta de atributos positivos, fecunda, vigorosa, fresca, viçosa, que parecia prometer e garantir um futuro ilimitado. Como dizia Roberto Ventura (1991, p. 43), “a natureza deixou de ser espaço de contemplação estética ou de projeção filosófica, para se tornar solo que integra e dá identidade às matrizes étnicas e culturais, lançadas aos trópicos pela história universal”.

A hipótese desenvolvida por Marco Antonio Pamplona (2003) segue essa ideia ao afirmar que a exaltação da natureza nas Américas pode ter substituído o papel que a tradição e a herança desempenhariam no processo de legitimação dessas novas identidades. Podemos afirmar, portanto, que esses construtores das novas nações americanas não podiam e não queriam, nesse momento, vangloriar-se de seu passado, fosse o passado colonial dos últimos séculos, identificado ao obscurantismo, ao atraso, o oposto do progresso e das luzes da época, fosse o passado mais remoto da vida tribal e das dinastias indígenas, ambos inconciliáveis com as novas ideias de humanismo, tolerância e liberdade civil. Por isso, vangloriaram-se e buscavam legitimidade, não em uma herança histórica ou em uma antiguidade mítica, mas no vigor fecundo da natureza circundante, vigorosa, exuberante, que parecia prometer generosamente, ou mesmo garantir um desenvolvimento futuro ilimitado.

No caso do Brasil, os construtores da nação apontavam as características naturais do território brasileiro como importantes no desenvolvimento econômico do país, por apresentar meio natural exuberante e portador de inúmeros recursos. No entanto, era necessário considerar as características do território na organização e divisão política, administrativa e judiciária do país, pois seria o território que definiria a concentração da população e a riqueza das diferentes regiões. Igualmente se reconhecia como características do país a grandeza do território, a dispersão de seu povoamento, a existência de grandes espaços não colonizados. Esta seria conseqüência de uma herança colonial, cujo sistema de exploração do solo levava a um rápido esgotamento, o incipiente sistema de estradas que dificultava a formação de núcleos e as comunicações (URUGUAI, 2002, p. 118).

Embora se observe nos estudos de cientistas, viajantes e intelectuais a descrição dos aspectos naturais do Brasil, caracterizados pela opulência e riqueza da vegetação, nos discursos das autoridades, o meio natural aparece carregado de significados e valores negativos, pois se constituiriam como espaços em que predominavam a falta de governo, de

leis, de população, de ordem e civilização (COSER, 2005, p. 241). Como exemplo, temos as descrições do príncipe Adalberto (2002, p. 179), da Prússia, sobre as colossais florestas virgens da Amazônia, que “cobriria quase toda a extensão do território da região”, e caracterizadas como “florestas intermináveis, de um esplendor, amplitude e exuberância de vegetação”, característica peculiar da região, e que brotavam “do mais fértil solo do nosso planeta, refrescado e emudecido pelas frequentes chuvas equatoriais”. No entanto, quando se admite a presença do homem nestes espaços, associa-se a uma total dependência das forças da natureza ou um fiel cumpridor dos desígnios naturais, não estando submetido a uma atividade econômica regular e mercantil, ou seja, voltada para o comércio. Defendia-se a intervenção das autoridades nestes espaços de forma a promover o controle dessas áreas e o desenvolvimento de técnicas de exploração dos recursos naturais, tornando os indivíduos independentes dos condicionantes naturais.

Os elementos que compunham a natureza, como florestas, rios e lagos, diante dessas novas perspectivas, ou seja, de uma agricultura regular e mercantil, e ainda do melhor aproveitamento dos recursos extrativistas, deveriam ser aproveitados no sentido de promover o progresso e desenvolvimento do país. Tratava-se de negar a ideia de uma natureza hostil e inadequada ao desenvolvimento humano, e atribuir valor ao meio natural como possível de assegurar o desenvolvimento econômico. A Amazônia que se apresentava enquanto espaço predominantemente natural era identificada como região economicamente estratégica para a prosperidade do Brasil, uma vez que possuía diversos e valiosos recursos naturais. Neste aspecto, os programas de colonização para esta região se por um lado se justificava pela necessidade de povoamento, este aumento populacional só se legitimava pela necessária exploração dos recursos disponibilizados pela natureza.

Seguindo a concepção científica predominante no início do século XIX, fundada na doutrina fisiocrata, que sustentava ser a terra a única e verdadeira fonte de riqueza, que as reflexões do conde de Bufon, Cornelius de Pauw e Alexandre Von Humboldt quanto a natureza, ganham expressividade nos discursos das autoridades brasileiras que pensavam a Amazônia. Importante destacar que para os fisiocratas, de forma bem geral, só a agricultura era produtiva, uma vez que só a agricultura teria a possibilidade de produzir uma quantidade de riqueza superior à que era consumida. Diante destes princípios, acreditava-se que o potencial da natureza amazônica poderia contribuir para a formação do “mais rico e opulento dos países conhecidos", dizia um importante intelectual do Pará da primeira metade do século XIX, Antonio Baena.

De acordo com Michelle de Barros (2006, p. 16), Antonio Baena vivenciou momentos conflituosos dentro da própria província e parecia estar atento aos debates acerca da constituição de um corpo político unificado e da identidade brasileira. Integrado a essas discussões, almejava a inserção de uma província ao Norte do Império, possuidora de

inúmeras riquezas em seu entender, mas que, no entanto, necessitava de ações capazes de reverterem às potencialidades em reais vantagens.

Ao tomar conhecimento dos estudos dos naturalistas sobre as terras da América, a exemplo das pesquisas desenvolvidas por Alexandre Von Humbold, em que identifica uma vegetação exuberante e em que “os homens nas terras subjacentes ao círculo equinocial, possivelmente, teria forças para vencer a prolixa fecundidade”, Antonio Baena inventava um discurso de que não se conhecia até então e nem se explorava da forma mais adequada os recursos que a floresta disponibilizava. Ao aproximar essas observações das condições naturais da Amazônia ou na tentativa de verificar semelhança das teses desses naturalistas com a realidade da província do Grão-Pará, sintetiza a perspectiva construída por intelectuais e autoridades da região, de um ambiente desconhecido. Como se observa, a natureza que aflora nos discursos da intelectualidade paraense tem seu valor associado aos recursos que se possa dela extrair. Sobre esta questão, defendia-se um esquadrinhamento de cada produto natural, pois seria importante ter uma ideia dessa natureza e a utilização que se poderia fazer de toda sua riqueza (BARROS, 2006, p. 52).

Diante de uma natureza tão opulenta e grandiosa eram necessários que os homens colhessem todos os benefícios possíveis espalhados pelas selvas, vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos que compunham a região. Sendo assim, caberia aos amazônidas a tarefa de desvendar sua terra para melhor explorar suas riquezas. Portanto, a riqueza que traria o destaque da região no cenário brasileiro, estava atrelada ao fato de possuir e de utilizar, com outros métodos, os produtos naturais. Assim, se evocava a ideia de uma natureza utilitária em que as plantas e animais teriam sido criados para atender as necessidades humanas.

Analisando a sujeição do mundo natural pelo homem, Keith Thomas (1998, p. 21-22) destaca sobre a questão uma percepção tradicional em que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deveriam se subordinar a seus desejos e necessidades. Este pressuposto estaria fundamentado na percepção aristotélica de que a natureza não faz nada em vão, tudo tem um propósito, ou ainda, na perspectiva de que a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos. Nos parece que estas observações, em parte, são apontadas nos registros dos agentes públicos e intelectuais que estão pensando as terras e florestas amazônicas, a exemplo de Antonio Baena.

Retomando as teses sobre o espaço natural na América, tanto nos escritos dos que percebiam a natureza nas terras do Novo Mundo como grandiosa e possuidora de recursos, quanto aos que a observavam como espaço de permanente barbárie, que tolhia a criatividade humana, a natureza era apontada sob uma dupla via de ação, ou como dominadora ou como dominada. Quem decidia esse trajeto de dominação era o próprio homem no lidar com o espaço natural, sendo que essa dominação se efetivaria através do conhecimento, da ciência,

e do trabalho.

Ao reproduzir este discurso, as autoridades provinciais do Pará legitimavam as ações colonizadoras como necessárias para o desenvolvimento de técnicas que transformasse o espaço amazônico, possibilitando o exercício do domínio do homem sobre a natureza, em especial as florestas e rios da região. As inquietações das autoridades provinciais frente à relação do homem com a natureza estavam, portanto, na incapacidade do melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados pelas floretas da região.

Nas florestas, as árvores eram consideradas como símbolo de maior riqueza da região. Nos escritos de Antonio Baena (2004, p. 148), estas eram conhecidas como "aristocracia da vegetação", isto por que suas utilidades eram variadas, e dava uma condição de principal produto a ser aproveitado na ação de domínio do homem sobre o espaço natural da região amazônica. Portanto, se constituía como comum, os discursos que condenavam a destruição das árvores por meio das queimadas, isto por que, diante das suas utilidades, destacava-se a extração de tintas, bebidas, madeira para construção e material para carvoaria. Chegava-se, inclusive a apontar que em nenhum outro ponto da terra as madeiras para construção eram vistas em tão grande quantidade quanto nas terras da Amazônia (ADALBERTO, 2002, p. 215). Assim, o posicionamento contrário à derrubada das matas pelos agricultores estava associado ao necessário aproveitamento deste recurso, ou seja, a preocupação era de ordem prática, utilização de madeiras para construção, para uso doméstico e combustível.

Ainda seguindo os posicionamentos de Antonio Baena (2004, p. 72), o lavrador paraense devia se desvencilhar do que chamava de "pernicioso método" de queimar a floresta, utilizado pelos indígenas desde os primórdios da colonização, e procurar desvendar sua terra, para melhor cultivá-la e extrair maiores riquezas. Nas inflexões deste interlocutor, havia a necessidade de intervenção do governo imperial sobre as ações dos colonos no Pará, uma vez que entendia que o lavrador não se aplicaria diligentemente, não aproveitava todo o potencial das ricas terras de florestas do Pará. Neste caso, como veremos mais a frente, o que haveria, era um uso equivocado da natureza, uma "lavoura errática" que deveria ser combatida.

Os métodos desenvolvidos pelos silvícolas, indígenas considerados brutos ou selvagens pelos europeus no início da colonização, seriam os responsáveis pelo inadequado aproveitamento da natureza pelo homem amazônico. Embora se reconhecesse que algumas medidas governamentais haviam sido tomadas na perspectiva de superar as práticas indígenas de cultivo e da consequente relação com o meio natural, estas ações estavam apenas circunscritas a instruções aos agricultores para que abandonassem o estado principiante e prejudicial, para evitar uma agricultura "desordenada". Ainda não havia se desenvolvido ação colonizadora capaz de estabelecer a ligação entre o estudo das plantas e

o trabalho do agricultor.

Aos programas de colonização era atribuída a tarefa de se desenvolver ações que promovessem a supremacia da ação humana sobre a natureza, de forma a transformá-la em fonte de riqueza, progresso e civilização. Assim, as paisagens naturais costumeiramente associadas à barbárie, ao vazio demográfico, à selvageria, justificavam a elaboração de projetos e a concretização de ações políticas civilizadoras. A barbárie, nestas elaborações, poderia transformar-se em civilização, o deserto, representando o vazio, a desordem e a selvageria, podia tornar-se espaço de ordem, de população, de civilização. É, portanto, a possibilidade da transformação de um em outro, que dá sentido aos projetos de colonização na Amazônia e a defesa da agricultura como atividade econômica a ser implantada nesses projetos.

Condicionantes para ocupação da Amazônia - apontamentos de conclusão

Terrenos “convenientemente acidentados e sobranceiros a toda sorte de inundação”; “solo profundamente coberto ou composto, pela maior parte, de húmus, que o torne extraordinariamente fecundo”; “florestas ricas de madeiras, as mais estimadas”; “águas salutíferas, postas em abundância”; “clima e ar fresco” e “rios onde vapores pudessem navegar facilitando a comunicação com a capital” são algumas das condições apresentadas como indicativo do local mais apropriado para se constituírem enquanto espaços de colonização. O relatório do presidente do Pará em 1874, Pedro Vicente de Azevedo, apresentado a Assembléia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro daquele ano, denuncia que a implantação de espaços de produção agrícola e colonização não dependia apenas da região ter disponibilidade de terrenos devolutos, mas evidencia que esses locais apresentassem condicionantes naturais que atendessem aos propósitos a que essas áreas seriam disponibilizadas.

Outro elemento que favorecia a escolha dessas áreas estava associado à situação climática. A temperatura da região amazônica era apresentada como favorável, por ser caracterizada por um clima e ar fresco, característico de terras de floresta, e não suscetíveis a grandes alterações térmicas. Estudos realizados nos últimos anos da década de 1850 e registrados por José Coelho da Gama e Abreu (1986, p. 38-40) davam conta de que o clima nesta região girava em torno de 26 graus, tendo ainda um volume de chuva mensal de 761 milímetros; dados que acabavam reforçando os discursos de que o clima e o volume de chuva nas áreas de floresta da Amazônia eram ideais para irrigação das terras e apropriado para atividade agrícola.

Sobre o clima e salubridade, o naturalista Henry Bates (1979, p. 22-23), em passagem pela província do Pará alguns anos antes das observações de José Coelho da

Gama e Abreu, ou seja, 1848, e reforçando os dados anteriormente apresentado, destacava o caso dos norte-americanos que residiam na região. Segundo depoimento, estes afirmavam que o calor não seria tão opressivo quanto em Nova Iorque e Filadélfia no verão. Quanto à umidade, esta era apresentada como excessiva, mas as chuvas não eram tão pesadas nem tão contínuas, na estação das águas, quanto em outros climas tropicais. A facilidade com o clima da região se devia ainda ao fato de se verificar que não havia riscos em ficar a pessoa exposta ao ar da noite, nem em morar em terrenos pantanosos. Alguns ingleses e norte-americanos, observa Henry Bates, estabelecidos nessas áreas, já residiam a vinte ou trinta anos, e pareciam "tão corados e saudáveis como se nunca tivessem deixado sua terra natal". O clima também havia favorecido as mulheres nativas que pareciam conservar "sua boa aparência e robustez", mesmo quando já haviam deixado de ser jovens.

Embora o clima não suscetível as grandes alterações climáticas favorecessem a atividade agrícola, uma vez que permitiria o cultivo em quase todos os períodos do ano, outro fator, considerado ainda mais significativo pelas autoridades, marcaria os discursos dos administradores provinciais sobre as áreas de colonização na Amazônia. Tratava-se das "exuberantes matas tropicais" que recobria o solo da região. De acordo com os estudos de Eugênia Egler (1961, p. 529), essa exuberância da mata virgem teria impressionado os governantes, "fazendo-os cogitar em transformar a fictícia uberdade das terras florestais num manancial para abastecimento dos centros urbanos". Nesse aspecto, é importante destacar que ao se referir as frondosas árvores devem ser consideradas duas questões: a primeira que associava à exuberância das matas a fertilidade da terra para o plantio, e a segunda que corresponde ao aproveitamento dos recursos que poderiam ser extraídos dessas florestas.

Embora a escolha dos espaços de colonização estivesse associada aos propósitos ou finalidades a que se destinavam essas áreas, há de se considerar que havia toda uma construção representativa sobre a natureza desses espaços. Esses significados apareceram recorrentemente nos discursos e ações dos administradores do Império e demonstravam a importância do meio natural no processo de construção das percepções sobre um dado território. Franciane Gama Lacerda (2006, p. 210-212), em estudo sobre as relações sociais envolvendo migrantes na Amazônia nas últimas décadas do século XIX e início do XX, identifica diversos discursos que envolviam autoridades, cronistas, viajantes, naturalistas e estudiosos, nos quais costumeiramente associavam as matas como espaços insalubres e hostis. Nesses relatos, era comum atribuir o aparecimento de doenças como a malária e o impaludismo, ou ainda os riscos de se deparar com animais ferozes, como atributo da presença de áreas de florestas na região. Ademais, se identifica nas falas dos governantes percepções sobre as matas como locais portadores de "riquezas naturais que ali jazem espalhadas", ou espaços de "ricos produtos florestais". Essas autoridades, ao que parece, referiam-se à extração do óleo de copaíba, castanha, cumarú, o anil, a baunilha, o cravo, a

andiroba, e, principalmente, a madeira, considerados como produtos comuns das matas amazônicas.

Embora se observe a necessidade da instituição de políticas que busquem desenvolver as atividades econômicas, nos parece que a incorporação de leituras de pensadores europeus sobre as terras da América, permitiu aos intelectuais e agentes públicos do século XIX no Brasil a construção de discursos que tratava o Estado como instituição que se afirmava apenas por ações militares. Ao Estado imperial competia levar autoridade ao interior da região através de ações, que por um momento, assegurassem os interesses dos grupos dominantes locais, por outro, estivessem revestidas de um discurso de promoção da ordem, da modernização e da civilização. A invenção da necessidade de um suposto saber sobre a natureza construído nestes discursos, portanto, que vão pautar a agenda definidora das forma e dos espaços de colonização da Amazônia, como as condições da terra, clima e cobertura vegetal.

Referências

ABREU, J. **As regiões Amazônicas:** Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa. 1896.

ADALBERTO, P. **Brasil:** Amazonas e Xingu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002.

BAENA, A. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2004.

BARROS, M. **"Germes de Grandeza":** Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império (1823-1850). Dissertação de Mestrado. CFCH-UFPA: Belém. 2006.

BATES, H. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979.

BENTIVOGLIO, J. **Os negócios do Império:** a política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860). Catalão: São João: UFG – Campus Catalão. 2007.

COSER, I. **Civilização e Sertão no pensamento social do século XIX**. Caderno CRH. Salvador. vol. 18, nº. 44, 237-249. 2005.

ÉGLER, E. **A Zona Bragantina no Estado do Pará**. Revista Brasileira de Geografia. São Paulo, vol. 23, nº 03 (julho-setembro). 1961.

FERREIRA, G. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec. 2006.

GERBI, A. **La Naturaleza de Lãs Índias Nuevas.** De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernandez de Oviedo. México: Fondo de Cultura Econômica. 1978.

GERBI, A. **O Novo Mundo:** historia de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

HOBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismos desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

KOLHEPP, G. Descobertas científicas da Expedição de Alexandre Von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob ponto de vista geográfico. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 06, nº. 1, 2º semestre. 2006.

LACERDA, F. Entre o Sertão e a Floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1891-1916). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº. 51, 197-225. 2006.

MADER, M. **Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai**. Tese de Doutorado em História Social, ICHF-UFF, Niterói. 2006.

PARÁ. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874**. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará. 1874.

PAMPLONA, M. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: FGV, nº 32, 3-31. 2003.

PENTEADO, A. **Problema de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA. 1967.

PRADO, M. **América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: EDUSP. 1999.

PRATT, M. **Os Olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC. 1999.

ROUQUIÉ, A. **O Extremo-Ocidente.** Introdução à América Latina**.** São Paulo: EDUSP. 1991.

THOMAS, K. **O homem e mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

URUGUAI, V. **Ensaio sobre Direito Administrativo**. CARVALHO, J (org.). Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.

VENTURA, R. **Estilo Tropical: historia cultural e polêmicas literárias no Brasil.** 1870-1914. São Paulo: Companhia das letras. 1991.

WEINBERG, A. **Manifest Destiny.** A Study of National Expansionism in American History. Baltimore: Johns Hopkins, 1935.

Sobre o autor

Francivaldo Alves Nunes – Graduação em História pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará; Doutorado em andamento em História Social pela Universidade Federal Fluminense; Pesquisador Produtividade CNPq, nível 2, vinculado ao INCT Rede Proprietas (Brasil); Professor na Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

NUNES, Francivaldo Nunes. Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica do século XIX. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 34-50, dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 06 de outubro de 2017
Devolvido para a revisão em 18 de novembro de 2017
Aceito para a publicação em 24 de janeiro de 2018

Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163[1]

Rosane Brito
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: rosanebrito@ufpa.br

Edna Castro
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: edna.mrcastro@gmail.com.

Resumo

Uma década após a implantação do Plano para a Área de Influência da BR 163- Rodovia Santarém-Cuiabá, definido como estratégico pelo governo federal para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia, procuramos mostrar neste artigo resultados observados por meio das dinâmicas econômicas nas cidades de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop, nos estados do Pará e Mato Grosso. Essas cidades integram, em posições estratégicas, o desenho do grande corredor de transporte multimodal em que se transformou a rodovia. Os investimentos do Estado em infrestrutura, associados à iniciativa privada, destinam-se especialmente aos setores da mineração e do agronegócio, bastante atraentes aos interesses transnacionais da economia mundializada, que vêm promovendo profundos impactos sociais e ambientais no entorno da rodovia. A abordagem situa ações que iniciaram com o Plano BR-163, com o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC I e II, e o Programa de Investimento em Logística (PIL), para mostrar como tais instrumentos estão a serviço de uma lógica desenvolvimentista que se funda em relações coloniais. Recorremos a análises do campo pós-colonial, bem como a dados demográficos, do desmatamento e da produção econômica, para entender os conflitos sociais que vêm se agravando nos processos recentes, nas múltiplas fronteiras que se entrecruzam na BR-163.

Palavras-chave: Rodovia BR-163; Amazônia; desenvolvimento.

Development and Conflict in the Amazon - a glimpse into the coloniality of on-going processes in BR-163

Abstract

A decade after the implementation of the Plan for the Area of Influence of the BR 163 - Santarém-Cuiabá Highway, defined as strategic by the federal government for the socioeconomic and environmental development of the Amazon, we tried to show in this article results observed through the economic dynamics in the cities of Santarém, Itaituba, Novo Progresso and Sinop, in the states of Pará and Mato Grosso. These cities integrate, in strategic positions, the design of the great multimodal transport corridor in which the highway was transformed. State investments in infrastructure, associated with private enterprise, are especially aimed at the mining and agribusiness sectors, which are very attractive to the transnational interests of the globalized economy, which have promoted profound social and environmental impacts on

[1] Este artigo é um desdobramento de trabalho anterior que consta da publicação "Territórios em transformação na Amazônia" e do artigo que consta dos anais do Seminário Internacional América Latina – políticas e conflitos contemporâneos, de 2017.

the road. The approach places actions that began with the BR-163 Plan, the Growth Acceleration Program, PAC I and II, and the Investment Logistics Program (PIL), to show how these instruments are at the service of a developmental logic that is based on colonial relations. We revisit analyzes of the postcolonial field, as well as demographic, deforestation and economic production, to understand the social conflicts that have been aggravating in recent processes, in the multiple frontiers that intersect in BR-163.

Keywords: Highway BR-163; Amazon; development.

Desarrollo y conflictos en la Amazonia - una mirada sobre la colonialidad de los procesos en curso en la BR-163

Resumen

Una década después de la implantación del Plan para el Área de Influencia de la BR 163-Rodovia Santarém-Cuiabá, definido como estratégico por el gobierno federal para el desarrollo socioeconómico y ambiental de la Amazonia, procuramos mostrar en este artículo resultados observados por medio de las dinámicas económicas en las ciudades de Santarém, Itaituba, Nuevo Progreso y Sinop, en los estados de Pará y Mato Grosso. Estas ciudades integran, en posiciones estratégicas, el diseño del gran corredor de transporte multimodal en que se transformó la carretera. Las inversiones del Estado en infrestructura, asociadas a la iniciativa privada, se destinan especialmente a los sectores de la minería y del agronegocio, bastante atractivos a los intereses transnacionales de la economía mundializada, que vienen promoviendo profundos impactos sociales y ambientales en el entorno de la carretera. El enfoque sitúa acciones que iniciaron con el Plan BR-163, con el Programa de Aceleración del Crecimiento, PAC I y II, y el Programa de Inversión en Logística (PIL), para mostrar cómo tales instrumentos están al servicio de una lógica desarrollista que se funda en relaciones coloniales. Re-corremos a análisis del campo poscolonial, así como a datos demográficos, de la deforestación y de la producción económica, para entender los conflictos sociales que vienen agravándose en los procesos recientes, en las múltiples fronteras que se entrecruzan en la BR-163.

Palabras clave: Carretera BR-163; Amazonia; desarrollo.

Introdução

O desenvolvimento da Amazônia, mais especificamente do entorno da BR-163, rodovia Santarém-Cuiabá, toma por base contribuições teóricas fundamentais que partem do paradigma da modernidade-colonialidade, para discutir o fenômeno do poder e das formas de dominação, assim como de autores que interpretam as configurações do capitalismo mundial e especificamente da América Latina, analisando o processo de “desenvolvimento” no continente.

O presente trabalho ampara-se nos resultados de pesquisas dos últimos dez anos, vinculadas ao GETTAM/NAEA, atualizadas recentemente por meio de pesquisa de campo, que incluiu pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, Igreja, associações e também do poder público estatal local.

A área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá ocupa uma imensa parcela da Amazônia, constituída por 1.232 milhão de km², em que se localizam 73 municípios, sendo 28 no estado do Pará, 39 no Mato Grosso e 06 no Amazonas, o que corresponde a 14,47% do território nacional e abrange em torno de dois milhões de pessoas (CASTRO, 2007).

O asfaltamento e a duplicação de grande parte da rodovia BR-163 e outros grandes projetos e investimentos definidos pelo governo federal brasileiro, nesse período, visam a exportação de matérias-primas ao mercado externo, produzidas em grande parte nos estados do Pará e do Mato Grosso, hoje *commodities* muito importantes na balança comercial do Brasil, como a soja, o ouro e outros metais de grande valor no mercado internacional. O ponto de culminância dessa rota é o município de Itaituba, que inclui o porto do distrito de Miritituba e possibilita o escoamento da produção para o mercado mundial, pelo Arco Norte, com considerável redução de gastos e tempo em relação aos portos de Santos e Paranaguá.

O crescimento da infraestrutura, uma exigência para dar suporte à nova dinâmica de exploração, produção e circulação de mercadorias, é objeto da articulação de fortes grupos de poder e interesses econômicos diversos, por envolver a construção de hidrelétricas, portos, estações de transbordo de cargas, a duplicação de novos trechos da BR-163 e também uma ferrovia ao longo de toda a extensão da rodovia, a Ferrogrão[2], projetos estes de interesse do grande capital nacional e internacional, chinês e de vários outros países, que constituem no conjunto a chamada logística de transporte multimodal, apresentada no discurso do governo federal brasileiro como fundamental para colocar o país na rota do desenvolvimento.

As graves questões socioeconômicas e ambientais do entorno da BR-163, que levam a muitos conflitos sociais existentes naqueles lugares, apesar dos vultosos recursos públicos e privados já destinados ou previstos para aquele grande eixo, revelam que as chamadas políticas de modernização e de desenvolvimento, fortemente ressaltadas nos discursos dos agentes do Estado e dos grupos empresariais, não vêm resolvendo a pobreza e a má distribuição de renda que atingem a maioria, assim como têm produzido sérios riscos para a sustentabilidade humana e ambiental. A cultura de povos amazônicos, atividades econômicas ligadas à pequena produção, populações tradicionais e comunidades ribeirinhas, os rios, a floresta estão sendo destruídas, ou passando por fortes e irreversíveis agressões.

Os investimentos atuais do Estado brasileiro e da iniciativa privada, assim como as pressões do mercado internacional, evidenciam que a produção do agronegócio e o equilíbrio da balança comercial brasileira têm estatuto de prioridade, o que leva ao avanço do

[2] A EF-170, chamada Ferrogrão, atualmente em fase de audiências públicas, visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil, conectando a região Centro-Oeste ao porto de Miritituba. A execução do projeto, que consta da Lei 13.452/2017, implica em redução do Parque Nacional Jamanxim, com graves consequências socioambientais. Os investimentos estimados em R$12,6 bilhões, segundo o governo federal devem promover o transporte de 25 milhões de toneladas de grãos em 2020, chegando a 42,3 milhões de toneladas em 2050.

extrativismo e ao desinvestimento na indústria e na verticalização da produção, em um claro processo de reprimarização da economia nacional.

Tal processo confirma aquilo que para Quijano (2002) revela a colonialidade do controle do trabalho, definidora da "geografia social do capitalismo", que implica na integração dos países da América Latina ao capitalismo mundial, mas obedecendo aos papéis estabelecidos historicamente pelas forças hegemônicas do sistema. O autor analisa criticamente a modernidade, desde a colonização da América, que entende ter sido concebida pelo poder hegemônico europeu e fundada na ideia de raça, que produziu a classificação social básica da população e legitimou a superioridade dos dominantes.

A partir de então, foram definidas formas de controle e de exploração do trabalho e da produção-apropriação-distribuição de produtos, determinantes na estrutura de privilégios e das condições do trabalho assalariado, com desigualdades estruturais entre brancos europeus e as demais raças. O autor denomina esse processo histórico de "colonialidade do controle do trabalho".

A partir do asfaltamento de parte da rodovia BR-163, o processo de ocupação da região passou a ter novos e intensos fluxos de capital, de trabalhadores e de investimentos. As novas dinâmicas e interesses combinaram-se com questões historicamente identificadas na região exacerbando embates entre setores ligados à expansão da fronteira agrícola, em vista dos interesses econômicos articulados nacional e internacionalmente, e pequenos produtores; tráfico de metais preciosos; avanço ilegal sobre os estoques naturais da região, com desmatamento acima dos níveis definidos legalmente e invasão de áreas de preservação ambiental; desintegração e conflitos entre ações governamentais; grilagem de terras; precaríssimas políticas de ordenamento territorial, objeto de muitas disputas pela posse da terra e para ter acesso a políticas de crédito governamental; conflitos com etnias indígenas, em defesa de suas terras e culturas; atuação de movimentos sociais ambientalistas contrários à exploração predatória, entre tantos outros problemas.

Analisa-se neste trabalho as repercussões econômicas, sociais e ambientais nos municípios estudados, bem como a dimensão e a complexidade das questões que advêm do crescimento econômico, que não se traduz em desenvolvimento. São considerados, então, os municípios de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop, os três primeiros no Pará e o último no Mato Grosso, por serem representativos das dinâmicas socioeconomicas por que tem passado aquela grande área da Amazônia.

Situa-se, assim, em um primeiro momento, o Plano BR-163 Sustentável no contexto dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia (FEARNSIDE, 2010), para avaliar pertinências e contrastes nas lógicas de construção desses instrumentos de planejamento, e dos investimentos e políticas públicas que deles decorrem, correlacionando-os com o PAC I e II e o PIL. No segundo momento, são analisados dados demográficos, o desmatamento, a

produção econômica e os conflitos existentes, vinculando-os às unidades da federação a que pertencem os municípios.

A partir de então, são analisadas as dinâmicas em curso e os processos mundiais, que configuram a subalternidade das relações, em particular dos países da América Latina. Os resultados apontam relações e processos de dominação das elites políticas e econômicas brasileiras, que reproduzem a lógica do poder colonial e reforçam os estereótipos e a rigidez dos papéis definidos historicamente aos subalternos.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho baseia-se em dados e análises da pesquisa que vem sendo desenvolvida na região pelo Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/ UFPA, por meio de pesquisa documental e de entrevistas semi-estruturadas, envolvendo agentes sociais de diferentes setores sociais e econômicos e também dos níveis de gestão do Estado, bem como se assenta em dados secundários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros.

As reflexões são feitas à luz dos estudos de Edna Castro (2004; 2007; 2012; 2013), Milton Santos (2006; 2010); Arturo Escobar (2005); Philip Fearnside (2005; 2012); Aníbal Quijano (2002; 2005) e do Grupo Regional sobre *Financiamiento e Infraestructura* (2014), para discutir a concepção de desenvolvimento para a região de abrangênca da BR-163, assim como de modo geral para a Amazônia, que se vincula a definições externas tomadas nas esferas dominantes do poder do capitalismo mundial; inclusive dos setores que os representam em nível nacional, cujos interesses são coincidentes com os que reproduzem a lógica colonial, reafirmando nos tempos atuais o colonialismo interno no país.

A BR-163 no contexto dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia

> A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia resulta efetivamente de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, entre as quais as novas demandas do mercado mundial e a diferenciação interna de setores econômicos que alteraram o uso da terra e a estrutura da propriedade. Para entender essa alteração, é preciso considerar a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais, fundamental para identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de agentes econômicos sobre os recursos naturais (CASTRO, 2007, p.107).

Os grandes projetos de integração no Brasil foram produzidos com base no discurso que associa a ideia de desenvolvimento à de fortalecimento da nação. Nesse sentido, Edna Castro (2007) identifica essa estratégia nos governos militares, décadas de 1960 e 1970, que

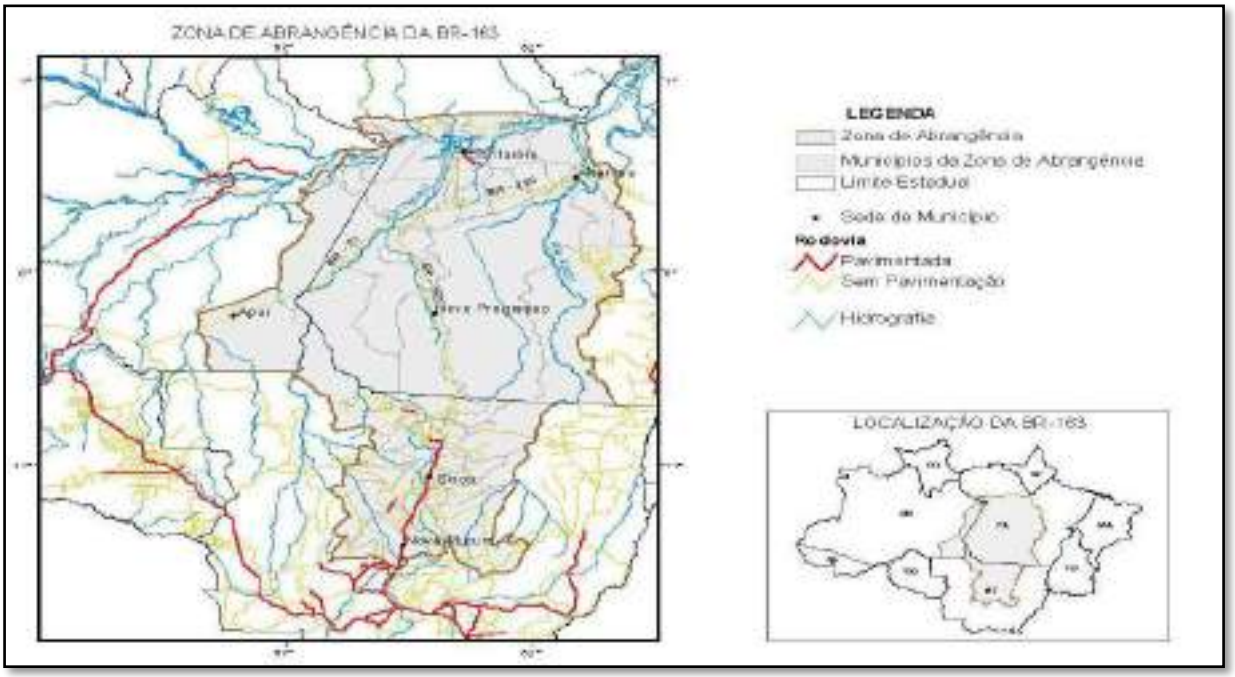
definiram grandes projetos de integração para a Amazônia, representados especialmente pelas rodovias Transamazônica (BR-230), Manaus-Porto Velho (BR-364), Santarém-Cuiabá (BR-163) e Perimetral Norte (BR-210), muito embora desde o Estado Novo, nos anos 30 do século passado, Getúlio Vargas já tivesse definido o “Programa Marcha para o Oeste”.

Identificado por muitos analistas como uma estratégia de dominação política e ideológica na região, esse programa foi seguido por outros, na década de 1970, como o Programa de Integração Nacional e o Polamazônia, sendo que em todos eles, como esclarece Castro, foi sempre reforçada a imagem da Amazônia como celeiro de recursos naturais inesgotáveis, em meio a um grande vazio propício à expansão do capital e ao acesso a esses estoques (CASTRO, 2008).

Elaborado neste século, o Plano BR-163 Sustentável seguiu a mesma lógica de implementação de planos a partir de grandes “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, o que na visão de Philip Fearnside (2012) confirma a antiga estratégia dos governos brasileiros, tal como ocorreu também com o Consórcio Brasiliana, nos anos 2000, entre outros. Os grandes planos visam fomentar a atividade econômica em geral e, em função da amplitude das ações propostas e investimentos necessários, contam não apenas com recursos públicos, mas também privados, que passam a ter peso relevante, refletindo interesses e investimentos do grande capital na formulação dos Planos Plurianuais do país, um instrumento próprio do Estado.

Os grandes eixos, como bem alerta o autor, não correspondem às unidades geográficas existentes, como os municípios, estados ou regiões, sobrepondo-se, portanto aos interesses locais e regionais. A figura abaixo permite visualizar a área de abrangência da rodovia BR-163, bem como a posição estratégica que ocupa, por dar acesso aos portos localizados na região Norte do país, que possibilitam a exportação da produção brasileira a todos os demais continentes (Figura 1).

Figura 1: Zona de Abrangência da Br-163



Por outro lado, esses grandes eixos tentam criar imagens de novos arranjos territoriais que nem sempre obtêm adesão no imaginário social e político da sociedade (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2005; CASTRO, 2012), ao mesmo tempo em que passam a submeter às necessidades e prioridades definidas local e regionalmente a novas e poderosas articulações e interesses, que em muitos casos desconsideram as populações locais, suas culturas, atividades econômicas, locais de moradia e de interação social.

Os grandes projetos de infraestrutura para o país, que passam a integrar os planos plurianuais do governo federal, em especial no caso da BR-163 e da BR-319 (Manaus-Porto Velho), na Amazônia Legal (CASTRO, 2012; 2013), atenta Fearnside (2012), são encaminhados para execução e os efeitos deletérios são sempre considerados como estando sob o controle dos mecanismos de governança. Analisa o autor, entretanto, tomando o desmatamento como referência, que têm sido idealizados na formulação desses projetos níveis de governança muito maiores do que se pode constatar nas ações do Estado. A seu ver, essa realidade se tornou recorrente desde o Programa Brasil em Ação, sucedido pelo Programa Avança Brasil, depois pelo Plano Plurianual e pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o balanço do PAC-2, apresentado em dezembro de 2014, o governo federal executou, entre 2011 e 2014, mais de R$1 trilhão de investimentos nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética, sendo que desse valor 66,9 bilhões foram aplicados em transportes (rodovias, portos, ferrovias e aeroportos). No caso da BR-163, a

projeção atual é que o asfaltamento total da rodovia seja concluído até o final de 2018[3]. Tais investimentos reiteram os discursos governamentais sobre a necessidade de criar novas rotas para a exportação da produção do país, gerar empregos e fortalecer diversas atividades econômicas, constituindo grande esforço para vencer o cenário de crise econômica mundial.

Em junho de 2015, como parte dessa estratégia, o então Ministro do Planejamento lançou a segunda etapa do PIL, cuja fase inicial ocorreu em agosto de 2012, visando à modernização da infraestrutura de transportes no país, com a participação do setor privado, em que foram previstos R$ 198,4 bilhões em investimentos, sendo R$ 69,2 bilhões entre 2015-2018 e R$ 129,2 bilhões a partir de 2019. Do total, R$ 66,1 bilhões destinam-se a rodovias, que escoam a produção agrícola e ampliam a trafegabilidade no país.

Tomando o oeste do Pará como exemplo das novas dinâmicas e vultosos investimentos que associam interesses do Estado ao grande capital, tem-se a dimensão da importância da BR-163, atualmente, para o escoamento da safra de grãos, em especial da soja. O Ministério dos Transportes em seus programas e investimentos afirma que a rodovia é de fato um canal estratégico e uma das principais rotas nacionais para acessar os portos, permitindo a exportação da produção agrícola do país pela região Norte (RODRIGUES; RODRIGUES, CASTRO, 2014; RODRIGUES, RODRIGUES, 2015).

Na distribuição espacial da produção brasileira, safra 2014-2015, dos 202,2 milhões de toneladas de grãos, novo recorde do país, mais de 85 milhões (42%) estão localizados na região Centro-Oeste, que poderão percorrer uma rota mais curta e lucrativa até os portos e estações de transbordo de cargas do estado do Pará.

De acordo com estudo realizado pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), entidade formada por federações e entidades nacionais que integram o sistema nacional de transporte, o preço do frete é decisivo na escolha modal. Citando o escoamento de dois produtos dos mais importantes da produção agrícola do país, a soja e o milho, o estudo refere que o custo do frete pode representar algo em torno de 50% do valor recebido por tonelada do milho e mais de 20% no caso da soja.

Assim, grandes *tradings* e operadoras logísticas que visam reduzir os custos de transporte das indústrias estão se instalando em Miritituba, distrito de Itaituba, às margens do rio Tapajós. Dado o volume da produção do Centro-Oeste, em especial do Mato Grosso, e o

[3] Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (2017): **"**Desde a divisa com Mato Grosso até a entrada para o Porto de Miritituba, a BR-163 possui 710 quilômetros. Deste total, 620 quilômetros já foram pavimentados pelo DNIT. Somente neste trecho da rodovia o Governo federal já investiu R$ 1,37 bilhão em obras de implantação e pavimentação. Há dois lotes com obras de construção em andamento. No lote de obras sob responsabilidade do Exército, próximo a Novo Progresso, de um total de 65 quilômetros, falta asfaltar 58. No outro lote, próximo a Trairão, de um total de 137 quilômetros, falta asfaltar cerca de 30 quilômetros. A meta é concluir as obras em 2018**"**. (Disponível em: http://www.transportes.gov.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/6420-a%C3%A7%C3%B5es-do-dnit-visam-garantir-trafegabilidade-na-br-163-no-par%C3%A1.html. Acesso em: 12 dez. 2017)

acesso pela BR-163 essas empresas e indústrias associarão a ampliação da distribuição aos mercados interno e externo à crescente lucratividade.

Quanto aos portos, o PAC-2 prevê, na etapa de concessões portuárias, dois blocos de arrendamento, com 29 concessões no primeiro bloco, sendo 20 no Pará. Somente na região de Miritituba, em Itaituba, está planejada a implantação de 26 Estações de Transbordo de Carga (ETCs) (RODRIGUES, 2017) e em apenas oito dessas estações a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), em estudo feito em 2015 sobre transporte e desenvolvimento, menciona a previsão de ser gerado um fluxo de 100 mil carretas/mês na BR-163, no período de alta da safra do Mato Grosso.

A questão do lugar, o Estado e as dinâmicas do capitalismo mundial

Em relação ao lugar, toma-se aqui a perspectiva de Santos (2006) quando trata da importância de apreendê-lo a partir do sentido da luta social entre interesses divergentes. Por ser constituído por virtualidades de diferentes valores, o lugar tem o seu uso condicionado à força que os grupos sociais detêm sobre ele, sempre desigual, por envolver a luta pelo poder entre dominantes e dominados. Nesse sentido, a divisão do trabalho, como postula o autor, pressupõe a existência de conflitos, sendo alguns mais relevantes, como os que opõem o Estado e o Mercado, que não são dois grandes blocos homogêneos em si mesmos, havendo distinções importantes no interior de cada um deles, conforme os interesses que os mobilizam e a força que cada grupo dispõe. As empresas têm, assim, maior ou menor poder de impor uma divisão do trabalho adequada aos seus interesses e competem – ou se aliam - às diversas escalas do poder público pela organização e uso do território.

Arturo Escobar (2005) discute as novas metáforas da mobilidade que implicam em desterritorialização, cruzamento de fronteiras e outros fenômenos próprios à dinâmica atual do capitalismo e ressalta que o lugar “desapareceu no frenesi da globalização... e isso tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia” (2005, p. 1). O autor parte das perspectivas teóricas do pós-desenvolvimento e da ecologia política, que a seu ver trazem esperança e a possibilidade de rearticular a defesa do lugar frente às dinâmicas aceleradas dos processos globais.

Analisa Escobar que a marginalização do lugar não constitui fato isolado, nem ocorre ao acaso, mas tem caráter abrangente e hegemônico por se sustentar nas teorias ocidentais, cujas bases historicamente repousam no colonialismo. A dominância do espaço sobre o lugar na construção da epistemologia ocidental, afirma o autor, leva à interpretação do mundo a partir da visão eurocêntrica e homogeneizadora que invisibiliza tudo o que em termos da natureza, da cultura e das formas de conceber o mundo tem caráter mais específico, por estar

vinculado a um local ou a uma região. Entende o autor que o lugar é “central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente e essencial para imaginar outros contextos de construção da política, do conhecimento e da identidade” (2005, p.9).

Escobar também analisa o lugar criticamente, por não ser uma panaceia, pois possui formas próprias de opressão e relações de poder pelas quais se conecta com o mundo, submetendo o local e tornando-o reprodutor da lógica hegemônica. Entende o autor, entretanto, que é possível construir alternativas coletivas, com as comunidades e movimentos sociais, na luta em defesa das relações com a natureza, a economia e a cultura, no território.

Por outro lado, compreender o que vem ocorrendo nos municípios em questão, mesmo não sendo estes os responsáveis pela definição dos investimentos e políticas locais priorizados na execução dos planos traçados externamente, significa buscar nos lugares estratégicos para os interesses do grande capital, os impactos e repercussões observados no território (CASTRO, 2012). A pesquisa demonstra que esses locais vêm sendo diretamente afetados pelas transformações espaciais e econômicas provocadas pelas grandes obras e novas dinâmicas, porque é neles que as políticas se materializam, interferindo diretamente no uso social do território e na qualidade de vida das pessoas.

A análise, neste trabalho, funda-se também em questões que envolvem o poder exercido pelo Estado capitalista nas definições e políticas que reverberam diretamente em âmbito local, sem que as vozes dos diretamente atingidos sejam ouvidas.

A estrutura do poder mundial, afirma Quijano (2002), combina três elementos fundamentais – a dominação, a exploração e o conflito –, e o Estado é parte importante da articulação entre a colonialidade do poder, o capitalismo como padrão universal de exploração social e a submissão à hegemonia do padrão eurocêntrico. O autor ressalta que, bem distante do propalado Estado-nação moderno, como estrutura de autoridade e forma de dominação coletiva amparada nos pressupostos da igualdade jurídico-política e da representatividade política do conjunto dos cidadãos, o que há é a “constituição de um bloco imperial e a desdemocratização e desnacionalização dos Estados dependentes, que se converteram em agências político-administrativas do capital financeiro mundial e do bloco imperial mundial” (2002, p. 11).

Tal bloco “é formado não apenas pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos, mas também pelas entidades intergovernamentais de controle e exercício da violência (OTAN, FMI, Banco Mundial, BID) e as grandes corporações globais” (2002, p. 11), define a agenda de reprivatização local e global dos Estados dependentes e “responde cada vez menos à representação política do conjunto de setores sociais de cada país”, conformando assim uma espécie de “governo mundial invisível” (2002, p. 12).

Mecanismos de cooperação e financiamento internacional

Nessa mesma direção, o Grupo de Trabalho Regional sobre *Financiamiento e Infraestructura* (2014), formado por entidades de vários países da América Latina, analisa o desenvolvimento do Brasil e da Amazônia no cenário mundial por meio dos fluxos do capital internacional e pela lógica de funcionamento da economia mundial. Assim, ao tratar sobre o panorama dos financiamentos na América Latina e o contexto em que se insere o banco do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Grupo analisa os atuais cenários deste continente e a redefinição dos marcos normativos de instituições nacionais, regionais e multilaterais.

A análise do Grupo Regional se estende ao processo político decisório sobre os grandes eixos de integração a ser priorizados, fortemente concentrado na Unasur, atentando para o papel do Brasil, com instituições como o BNDES, cujos investimentos suplantam os do Banco Mundial e os do Banco Interamericano de Desenvolvimento, expandindo-se para vários países sul-americanos e africanos. O estudo alerta para os arranjos e projetos entre Brasil e China e para a importância do BRICS na agenda atual de investimentos no Brasil.

Os projetos de infraestrutura relacionados à Amazônia, conforme o Grupo Regional, são apresentados nos discursos como fundamentais para superar a crise econômica mundial, criar postos de trabalho e valorizar os investimentos, fatores ditos fundamentais para vencer a pobreza e as desigualdades e inserir o país e a região nos processos de internacionalização da economia. Por essa lógica, torna-se-ia plenamente justificável, inclusive, abrir mão de salvaguardas socioambientais e direitos sociais, caso constituam empecilho aos projetos e investimentos.

Especialmente nos setores de transporte e energia, como vem acontecendo na Amazônia, tais projetos e obras integram as estratégias de reprodução e acumulação capitalistas das últimas décadas, inclusive na agenda de investimentos e políticas públicas em vários outros países da América Latina, sendo do interesse não apenas dos governos nacionais, mas de grupos como o G-20 e o BRICS e das agências multilaterais de crédito.

Para além da sincronia entre os interesses desses grupos e dos Estados nacionais há também decorrências comuns a esses padrões de investimentos e prioridades nos países, como os conflitos socioambientais que geram e a violação de direitos das comunidades. Frente à dimensão dos problemas, o Grupo concluiu que as tensões tendem ao agravamento e propõe mecanismos de monitoramento integrados, capazes de produzir articulação e comunicação estratégicas para que possam vir a ter efetividade regional e local.

O Grupo Regional debruça-se ainda sobre o fato de os investimentos nos grandes projetos de infraestrutura visarem manter os países da América Latina na condição de fornecedores de matérias-primas. Apesar do crescimento econômico de alguns locais desses

países, a desigualdade, a pobreza e a concentração de renda têm se mantido, historicamente. Os grandes projetos de infraestrutura significam também, ressalta o Grupo, uma agenda de privatizações, subsídios, incentivos fiscais e regimes regulatórios, reduzindo a capacidade de investimento do Estado em outros setores da economia e nas políticas sociais.

Dinâmicas econômicas e fluxos populacionais dos lugares

Foram tomados como referência os quatro municípios incluídos na pesquisa, bem como as repercussões nos estados em que se inserem, quanto às alterações demográficas, o desmatamento e os indicadores econômicos. As dinâmicas econômicas no entorno da rodovia Santarém-Cuiabá a partir do início do Plano BR-163 levaram a um intenso dinamismo social, em especial quanto ao deslocamento da área rural para a área urbana.

Tomando os censos demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010 e a projeção da população residente em 2015, os municípios de Santarém e Sinop são os que apresentam maior variação na projeção de aumento populacional, entre 2000 e 2015, sendo de 11,42% em Santarém e de 73,61% em Sinop (Tabela 1).

Tabelá 1: Aumento populacional e projeção, entre 2000 e 2015

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE (hab)			
	Ano 2000	Ano 2010	Projeção 2015	Variação % aprox.(2000-2015)
Itaituba	94.750	97.493	98.446	3,90
Novo Progresso	24.948	25.124	25.135	0,75
Santarém	262.538	294.580	292.520	11,42
Sinop	74.831	113.099	129.916	73,61
Total	457.067	530.296	546.017	

Fonte: IBGE – Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010

Quanto ao deslocamento da população rural para a área urbana, no período 2000-2010, os censos demográficos do IBGE atestam um intenso fluxo de pessoas do campo para a cidade. Chama a atenção, em especial, o município de Novo Progresso, que registra uma redução de mais de 50% da população da área rural e o crescimento de 84,01% da população urbana, assim como Sinop que, diferentemente dos demais municípios aqui analisados,

apresentou considerável elevação de sua população rural, em torno de 170%, e de sua população urbana (38%), no mesmo período (Tabela 2).

Tabela 2: Censo Demográfico (hab) da popução rural e urbana de Itaituba, Novo Progresso, Santarém e Sinop

Municípios	População Rural			População Área Urbana		
	Ano 2000	Ano 2010	Var. % aprox.	Ano 2000	Ano 2010	Var. % aprox.
Itaituba	30.624	26.811	(-) 12,45	64.486	70.682	(+) 9,60
Novo Progresso	15.320	7.407	(-) 51,65	9.628	17.717	(+) 84,01
Santarém	76.241	78.790	(+) 3,34	186.297	217.790	(+) 16,90
Sinop	7.125	19.346	(+)171,52	67.706	93.753	(+) 38,47
Total	129.310	132.354	(+) 2,35	328.117	399.942	(+) 21,89

Fonte: IBGE – Censos demográficos dos anos 2000 e 2010.

Índices de desmatamento preocupantes

O desmatamento na Amazônia Legal continua a ser preocupante, no período de julho de 2014 a agosto de 2015, sendo que os estados do Amazonas (54%), Rondônia (41%) e Mato Grosso (40%) foram os que mais desmataram.

De acordo com o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que detecta exclusivamente desmatamentos tipo corte raso, houve redução de cerca de 80%, entre 2004 e 2014, também nos estados do Mato Grosso (91%) e Pará (78%). Os dados, portanto, revelam que o governo federal empreendeu à época, que coincide com o início das ações do Plano Amazônia Sustentável e do Plano BR-163 Sustentável, políticas e ações que se mostraram eficazes para a redução do desmatamento na Amazônia.

Dados mais recentes apresentados pelo Prodes, entretanto, revelam o quanto o desmatamento ainda é preocupante, tanto mais quando se considera que as atividades mais lucrativas, em torno das quais os vultosos investimentos governamentais e privados vêm sendo feitos, produzem desmatamento e grandes danos ambientais. De acordo com dados divulgados pelo PRODES, em agosto de 2015, os desmatamentos do tipo corte raso na Amazônia Legal, entre ago-2013 e jul-2014, corresponderam a 5.012 km², dos quais quase 60% encontravam-se localizados justamente nos estados do Pará e Mato Grosso alcançando 1.887 km² e 1.075 km², respectivamente.

O INPE registrou crescimento de mais de 800 km² do desmatamento na Amazônia Legal, que passou para 5.831 km², em 2015. A então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informou naquele momento que os três estados da Amazônia Legal em que houve recrudescimento do desmatamento receberam R$ 200 milhões do governo federal para modernizar seus sistemas de licenciamento e de fiscalização.

A mudança no padrão do desmatamento das áreas, antes pulverizado e atualmente existente em grandes extensões, deve-se à expansão da pecuária e da agricultura naqueles estados. Na BR-163, ainda de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o agravamento da situação deve-se também ao fato de que as áreas não consolidadas estão sendo convertidas com base em desembargos administrativos e judiciais, no Mato Grosso, embora o Código Florestal defina que somente as áreas consolidadas que tiveram sua destinação alterada antes de 2008, e ainda dependendo do caso, poderão ser liberadas de multas e embargos.

Segundo os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), outro sistema de monitoramento do INPE, entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2016, foram identificados 4832,31 km², incluindo corte raso e degradação florestal na Amazônia Legal, apesar da grande concentração de nuvens no período, que impediu a observação de parte da região.

De acordo com o Plano BR-163 Sustentável, o desmatamento na região deveria ser reduzido ao mínimo, rompendo com o padrão extensivo de uso do solo que caracterizou a Amazônia ao longo de sua história, para obter equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação da floresta. O Macrozoneamento da Amazônia Legal (decreto nº 7378/2010), elaborado pelo governo federal naquele ano para orientar políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente, preconizava que as estratégias produtivas e de gestão ambiental e territorial da região deveriam necessariamente estar em conformidade com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da Amazônia.

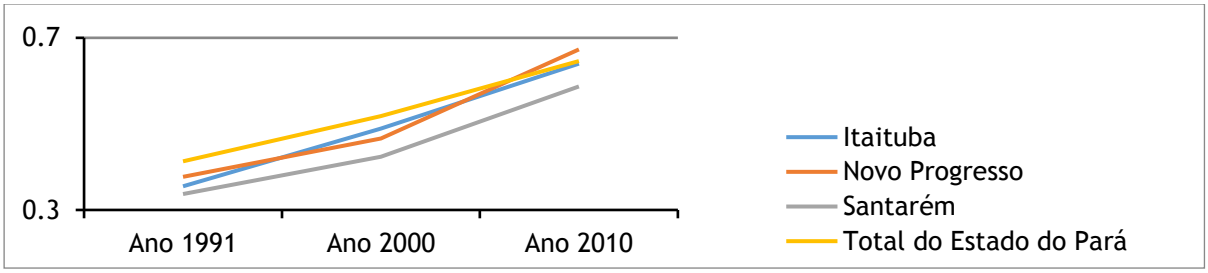
Ainda segundo aquele instrumento, as frentes de expansão deveriam ser contidas, com a implementação de áreas protegidas e de usos alternativos, e a área denominada de “coração da floresta” defendida com atividades produtivas sustentáveis. Para isso, seriam asseguradas restrições ao crédito rural e para a agroindústria, de modo a conter a expansão da pecuária e da monocultura.

Em 2017, o quadro das atividades econômicas da região aponta para o incremento das atividades extensivas de interesse do agronegócio, com forte pressão e expansão da fronteira agrícola.

A economia e indicadores dos municípios e regiões

Conforme os censos realizados pelo IBGE, nos anos de 2000 e 2010, houve melhoria nos quatro municípios (Itaituba, Novo Progresso, Santarém e Sinop) em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), composto por três dimensões do desenvolvimento humano (longevidade, educação e renda). São as seguintes as variações no período, em cada um deles: Itaituba = 0,489 e 0,640; Novo Progresso= 0,466 e 0,673; Santarém= 0,555 e 0,691; e Sinop = 0,626 e 0,754, respectivamente (GrÁfico 1).

Grágico 1: Índice de Desenvolvimento Humano – 1991 a 2010



Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), comparando os valores do ano de 2006, logo após o início do Plano BR-163, com os do ano de 2012, bem como a posição dos estados do Pará e Mato Grosso e das regiões Norte e Centro-Oeste no PIB brasileiro, em 2011 e 2012, é possível chegar a algumas conclusões. Cabe esclarecer que o valor adicionado bruto a preços correntes é igual à produção menos o consumo intermediário, ou seja, os custos referentes aos insumos.

Ao comparar o valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária, no período 2006-2012, em Itaituba e Santarém o aumento ficou na faixa de 80 a 90%, enquanto que em Novo Progresso cresceu em torno de 105% e em Sinop o crescimento ultrapassou 200%. Na indústria, comparando o valor adicionado bruto a preços correntes, entre 2006-2012, a média de crescimento foi bem inferior em três dos municípios, em relação à produção agropecuária e ao setor de serviços, ficando na faixa de 14% em Novo Progresso, 33% em Santarém, 58% em Sinop e 71% em Itaituba.

Quanto ao setor de serviços, a comparação do valor adicionado bruto a preços correntes no período 2006-2012 indica que houve crescimento da ordem de 68% em Itaituba, 80% em Santarém e em Novo Progresso, e 160% em Sinop.

O PIB a preços correntes nos anos de 2006 e 2012 indica aumento na faixa dos 70% em Santarém e Itaituba, 83% em Novo Progresso e 140% em Sinop. É fato, portanto, que esses índices revelam crescimento expressivo da economia desses municípios, no período.

É necessário, porém, observar outros aspectos também revelados por esses dados e por outros sobre os estados e regiões a que pertencem: o valor adicionado bruto referente à indústria, em dois dos municípios (Novo Progresso e Santarém), teve crescimento bem

inferior, em relação aos outros dois setores (agropecuária e serviços); em Itaituba, o crescimento dos três setores apresenta uma equivalência percentual; enquanto que em Sinop o crescimento do valor adicionado relativo à indústria (58%), embora considerável, está bem aquém dos percentuais relativos à agropecuária (207%) e aos serviços (160%). Depreende-se, então, que a economia desses municípios segue a tendência do crescimento da região, concentrada nos setores primário e terciário, havendo menor investimento na indústria de transformação, responsável pela agregação de valor aos produtos dos setores agroextrativistas e mineral.

Por outro lado, a produção desses municípios, embora apresentando crescimento considerável, não tem promovido alterações positivas relevantes que cheguem a alterar o PIB do Pará e do Mato Grosso, nem a posição desses estados em suas respectivas regiões e destas no PIB do país, até 2012. A participação do Pará no PIB do país foi de 2,1%, nos anos de 2011 e 2012, mantendo-se no 12º lugar no ranking do país. O Mato Grosso apresentou discreto decréscimo no PIB de 2012 (1,8%), em relação a 2011 (1,7%), permanecendo no 14º lugar no ranking do país.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram pequenas variações na comparação do PIB dos anos de 2011 e 2012, entre as regiões brasileiras. A região Norte apresentou redução de 0,1% entre os dois anos, passando de 5,4% para 5,3%, no cenário nacional; enquanto que a região Centro-Oeste apresentou um acréscimo de 0,2% no PIB de 2011 (9,6%), em relação ao de 2012 (9,8%).

A pecuária, atividade extensiva por excelência, também se destaca entre as atividades econômicas de dois daqueles municípios, segundo dados do IBGE, valendo registrar que há discrepâncias consideráveis entre os dados desse Instituto e os divulgados pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa do Pará (Fapespa). Tomando como referência os dados do IBGE, constata-se o crescimento considerável do rebanho bovino, o de maior peso naquela região, nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, no período 2004-2014. No primeiro caso, houve aumento de 91,05% e em Novo Progresso foi registrado um crescimento de 55,92%.

O financiamento e o uso da terra na produção de grãos

Dados de abril de 2016, publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativos ao 7º levantamento da safra brasileira, são importantes para identificar os produtos que têm obtido os maiores investimentos por parte do governo federal, por meio dos programas de financiamento da produção agrícola - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor

(Pronamp) e do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf) -, assim como por outros financiamentos sem vínculos específicos.

Na tabela abaixo (Tabela 3), estão identificadas as somas de recursos que financiaram a produção das cinco principais culturas da produção nacional, movimentadas através do Banco Central do Brasil: arroz, algodão, feijão, milho e soja. Tais produtos foram aqui priorizados em função de corresponderem, de acordo com o monitoramento da safra brasileira 2015-2016, a 96,56% da estimativa de toda a produção de grãos do país nesse período, incluídas as culturas de verão e de inverno. Considerando que a BR-163 é de grande interesse para o transporte da produção agrícola, foram analisados os créditos destinados a esse setor, entre 2013 e 2015, nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 3: Financiamento da produção de grãos – Regiões Norte e Centro-Oeste - 2013 a 2015 (Créditos em milhões)

PRODUTO	REGIÃO NORTE			REGIÃO CENTRO-OESTE		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Milho	82,598	87,735	92,444	2.192,395	2.555,928	3.029,158
Soja	483,209	762,140	888,792	6.240,585	8.201,402	7.857,188
Arroz	70,746	92,852	90,487	49,346	59,280	35,427
Algodão	4,007	24,792	15,230	827,117	977,907	634,374
Feijão	3,725	5,086	7,162	100,318	86,849	57,331
TOTAL	644,285	972,605	1.094,115	9.409,761	11.881,366	11.613,478

Fonte: Bacen – jan. 2013 a fev. 2016

Observa-se que, à exceção da produção de arroz, o investimento para esse setor tem se concentrado muito mais fortemente na região Centro-Oeste do que na região Norte, com destaque para a soja e milho em relação às outras culturas, ficando a produção de algodão como 3ª prioridade no financiamento da produção.

Ressalte-se que, ao levantar o tipo de financiamento-crédito, conforme dados do 7º Levantamento da Conab, constata-se que a fonte “sem vínculo específico”, ou seja, não vinculada aos programas de financiamento da produção agrícola do governo federal (Pronaf e Pronamp), apresenta investimentos por parte dos agentes econômicos da ordem de R$14,6 bi para a soja e R$4,9 bi para a cultura do milho, o que representa que 77,58% de todos os recursos investidos por essa fonte estão concentrados nessas duas culturas.

Tomando como referência os créditos federais (Pronaf e Pronamp) destinados às cinco culturas principais da produção do país, em 2015, observa-se que, embora proporcionalmente muito menores do que os recursos “sem vínculo específico”, o

financiamento federal da produção agrícola também tem se concentrado na produção da soja e do milho, correspondendo a 86,89% do total investido por esses programas.

Quanto à estimativa das áreas plantadas das culturas da soja e milho, segundo a Conab (safra 2015/2016 - abril), também comparativamente, ou seja, no conjunto das cinco principais culturas produzidas no país, quase 89% dos 54.6 milhões de hectares estão destinados às duas culturas, sendo que destes 60,60% à soja e 28,32% ao milho. Mesmo quando a relação inclui todas as culturas de verão e inverno, a destinação de áreas plantadas à soja fica em torno dos 55%.

Ao considerar a dinâmica atual do mercado internacional, que interfere diretamente nas definições econômicas para a região objeto da pesquisa, de acordo com os dados divulgados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em março de 2016, o Brasil consta como o maior exportador de soja do mundo. Para a safra 2015-2016 houve, segundo o USDA, um aumento das exportações brasileiras de soja, que passaram de 57 para 58 milhões de toneladas, sendo atribuído esse aumento às altas exportações ocorridas entre janeiro e março de 2016, em consequência da alta do dólar frente ao real, o que incentiva ainda mais o comércio internacional de grãos.

A produção mineral na área de influência da BR-163

O município de Itaituba, na região do Tapajós, constitui uma província mineral, sendo a atividade garimpeira a principal, tanto pelas reservas minerais e atividades ligadas diretamente ao setor como por ser nuclear, impulsionando outras atividades e setores econômicos, como o da pecuária, madeireiro e do comércio, sendo responsável, conforme agentes econômicos desses setores, por algo em torno de 80% da economia do município.

A exploração do ouro e de vários outros metais preciosos, com reservas de grande potencial, tem atraído fortes grupos empresariais, nacionais e internacionais - canadenses, do Reino Unido, alemães e de outros países -, que se utilizam de sofisticadas máquinas e equipamentos, promovendo extração profunda dos minérios com sondas e outras tecnologias avançadas, o que implica na previsão de esgotamento muito mais rápido das reservas primárias.

Não obstante a intensa movimentação de capitais, a atividade garimpeira não é verticalizada e apresenta muitos impasses no cenário de curto e médio prazos, inclusive quanto aos impactos socioambientais. Grande parte da extração ocorre de forma clandestina e em áreas proibidas legalmente, pois a área da Reserva Garimpeira do Tapajós foi sobreposta e está em conflito com a Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós.

Segundo o presidente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem, as mineradoras de fora estão exercendo forte pressão para que os garimpeiros locais deixem suas áreas. Além dessas situações, que têm gerado muitos conflitos, há uma série de outros como os que ocorrem frequentemente em terras indígenas, pois os donos de garimpos não reconhecem as terras e os direitos dos povos indígenas. Há também confrontos entre garimpeiros e as forças federais envolvendo atos de violência, mortes e queima de equipamentos.

Em um desses episódios recentes, veiculado em setembro de 2017 pela Folha de São Paulo, uma balsa escariante no valor de R$1,5 mi, de propriedade do presidente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem, atuava em um megagarimpo ilegal de cerca de 400 hectares no rio Jamanxim, entre a Terra Indígena Sawré Muybu e a Flona Itaituba II, ambas vetadas à mineração. O Grupo Especializado de Fiscalização do Ibama foi oresponsável pela operação.

Há, entretanto, posições contraditórias e conflitos de interesses entre os próprios agentes governamentais locais, bem demarcados nos relatos dos agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), de Itaituba, em cujos discursos são defendidos a preservação ambiental e o controle do avanço desenfreado sobre as reservas minerais em áreas de extração proibida, e o do então secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Mineração, com poder de decisão sobre o desenvolvimento local, que vem priorizando o aumento da arrecadação tributária proveniente da exportação do ouro e de outros metais preciosos.

Os conflitos no campo do poder estatal estendem-se às esferas estadual e federal repercutindo diretamente nas políticas e investimentos, ou na falta destes. Outra representante da Semma relata que, apesar de Itaituba possuir grandes áreas como Unidades de Conservação, não há vinculação efetiva desse órgão com o Ibama, nem mesmo quando os conflitos demandam a ação da Polícia Federal, já que as áreas pertencem à União, ou ainda da Polícia Militar do Estado do Pará, burocratizada e pouco efetiva, na avaliação daquela agente.

Considerações Finais

Santos (2006), ao tratar sobre o global e o local e interpretar questões territoriais a partir das redes produtivas, de comércio, de transporte e de informação, afirma que são inseparáveis da questão do poder e cada vez mais globais. As situações de conflito que se estabelecem a partir de então, nas lutas pelo uso do espaço, inclusive por meio das redes,

definem as posições dos dominantes e dos dominados, mas devem ser sempre reguladas, o que pode atenuar ou agravar os conflitos, dependendo das normas e instrumentos dos poderes nacional e locais, porque não é o “mundo” que os determina.

Cabe ao Estado, mesmo em uma economia globalizada e submetido às fortes pressões externas, a regulação e a busca da solução para os conflitos. É possível, também, refere o autor, que os próprios conflitos e disputas levem ao fortalecimento de vínculos horizontais e promovam a coesão de outros interesses, que não os dominantes, que sejam capazes de recolocar as questões sociais dos dominados em outras bases, forçando o reconhecimento político de suas reivindicações.

Estão, porém, em curso graves processos de violência, deslocamentos forçados, desastres ambientais e sociais, como consequências do fortalecimento das alianças entre grandes conglomerados financeiros e o Estado, que reforçam a submissão ao padrão de dominação e exploração, identificados por Quijano (2002; 2005), gerando novos conflitos e agravando os historicamente existentes.

O modelo de “desenvolvimento” definido e em curso na Amazônia segue a lógica da dominação e da produção do capitalismo mundial, centrada na integração globalizada dos países à economia internacional, que assegura a permanência das desigualdades estruturais nos processos de produção e de exploração do trabalho, gerando pobreza e ainda maior reconcentração da riqueza. A pilhagem dos recursos naturais, a usurpação de territórios, o autoritarismo dos processos e a burla aos direitos garantidos constitucionalmente, em benefício do grande capital, estão a exigir de fato o fortalecimentos dos vínculos horizontais, dos dominados ou subalternizados, em processos de resistência que aliem os interesses destes em grande escala.

Continua na ordem do dia, desses tempos, o desafio de aprofundar os debates e apontar proposições e rumos no sentido de superar os impasses que estão postos para a Amazônia, como de resto para o caos sistêmico da grande crise capitalista e das opressões que se fundam na colonialidade das relações de poder.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.290, de 06.12.2007. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163**, no trecho Cuiabá/MT-Santarém/PA-Plano BR-163 Sustentável. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6290.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Plano agrícola e pecuário 2014-2015**. Disponível em: <www.agicultura.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Medidas para escoamento da safra de grãos 2014-2015**. Disponível em: <www.transportes.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

CASTRO, Edna*;* MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém*.* **Paper do Naea**, n. 179, 2004.

CASTRO, Edna*;* MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio*.* **Paper do Naea**, n. 180, 2004.

CASTRO, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

CASTRO, Edna. **Sociedade, Territorio e Conflitos**: a Br 163 em Questão. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH (Online)**, v. 25, p. 45-62, 2012.

CASTRO, Edna. Amazônia no século XXI: estratégias do agronegócio, desmatamento e dinâmicas sócioterritóriais. In: KREKELER, BIRGIT; KÖNIG, EVA; NEUMANN, STEFAN; ÖLSCHLEGER, HANS-DIETER. (Org.). **Para quê serve o conhecimento se eu não posso dividi-lo? / Was nützt alles Wissen, wenn man es nicht teilen kann?**. 1ed.Berlin: Estudios Indiana, 2013. p. 227-247.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. T**ransportes & desenvolvimento** – Entraves logísticos ao escoamento de soja e milho. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Paginas/Pesquisas_Detalhes.aspx?p=15>. Acesso em: 16 set. 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

FEARNSIDE, Philip. M. Carga pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia*.* In: TORRES, M. (Ed.) **Amazônia revelada***:* os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília, 2005. p. 397-423.

FEARNSIDE, Philip. M. Consequências do desmatamento da Amazônia. **Scientific American Brasil**, p. 54-59, 2010.

FEARNSIDE, Philip. M. A tomada de decisão sobre grandes estradas amazônicas. In: BAGER, A. (Ed.). **Ecologia de Estradas***:* tendências e pesquisas. Editora da Universidade Federal de Lavras (MG). Lavras: 2012. p. 59-75.

GOVERNO DO PARÁ. FAPESPA. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/i3geo/PAINEL/relatorio-economia-pecuaria1.php>. Acesso em: 17 set.2015.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. **Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163 - Cuiabá-Santarém**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005.

GRUPO REGIONAL SOBRE FINANCIAMIENTO E INFRAESTRUCTURA. **Cuál es el contexto regional em el que se inserta el nuevo banco de los Brics?** Derecho, Ambiente y Recursos: Lima: 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Acesso em: 15 abr.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Acesso em: 15 abr.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações sobre a Economia Mineral do Estado do Pará**. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004356.pdf>. Acesso em: 16 set.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Monitoramento da Amazônia**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em: 15 set.2015.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/pib_municipal_2005_2012.pdf>. Acesso em: set. 2015.

MCTI.INPE. PRODES. **Coordenação Geral de Observação da Terra (OBT)**. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm. Acesso em: 17 set. 2015.

PARÁ. **IDESP**. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/index.php/series/pib-estadual>. Acesso em: set. 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Ano 17, n. 37, 2002. p. 4-28.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (Org.). Ciudad Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, Jondison C. **Portos no Rio Tapajós**: Arco de desenvolvimento e justiça social. Rio de Janeiro: IBASE, 2017 (Cartilha).

RODRIGUES, Jondison C.; RODRIGUES, Jovenildo. A produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará: lógicas e contradições das políticas públicas. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, p. 1-21, 2015.

RODRIGUES, Jondison. C.; RODRIGUES, Jovenildo C.; CASTRO, Edna. Transporte hidroviário, portos e terminais interiores na Amazônia brasileira: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. **Geo UERJ**, v. 1, n. 25, p. 115-137, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez: 2010. p. 584-602.

Sobre as autoras

Rosane Brito – Graduação em Administração pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, Pará, Brasil; Mestrado em Plenajamento e Desenvolvimento pela UFPA; Doutorado em andamento em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela UFPA.

Edna Castro – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; Professora da UFPA.

Como citar este artigo

BRITO, R.; CASTRO, E. Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 51-73, dossiê, 2018.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras.

Recebido para publicação em 08 de outubro de 2017
Devolvido para a revisão em 19 de novembro de 2017
Aceito para a publicação em 31 de janeiro de 2018

Interrogating the Advance of Agribusiness in the Amazon: Production, Rent and Politics

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Cardiff University – Cardiff, País de Gales.
e-mail: IorisA@cardiff.ac.uk

Abstract

The political-economy of the agriculture frontier in the Brazilian state of Mato Grosso, in the southern sections of the Amazon Region, is analysed in order to question the productivist argument commonly presented by the agribusiness sector. The assessment makes use of the category of rent considered as a proportion of exchange value diverted from production for the payment to the landowners and its class-based allies. The frontier in Mato Grosso has had basically three main rent extraction periods: a first moment when rent was forged by the state apparatus (1970s-1980s), a second period with serious turbulence and a macroeconomic transition (1980s-1990s) and a third phase with more complex flows of rent due to the neoliberalization of agribusiness (since the late 1990s). At the frontier of agribusiness, agricultural activity depends on combined strategies of rent creation and rent extraction. Empirical results suggest that rent is more than just the extraction of value from the use of land, but there is a wider capture of value from the network of relations that maintain land in production. Rent derives from land through the formation of a powerful network state-landowners-private agroindustrial sector that provides the conditions for rent extraction.

Keywords: Agribusiness; neoliberalism; state; Mato Grosso; Brazil; soybean; frontier; agri-food sector; transnational corporations (TNC).

Interrogando o Avanço do Agronegócio na Amazônia: Produção, Renda e Política

Resumo

Foi analisada a economia política da fronteira agrícola em Mato Grosso, na porção sul da Região Amazônica, com o fim de questionar o argumento produtivista comumente invocado pelo agronegócio nacional. A avaliação fez uso da categoria de renda, considerada como uma proporção do valor monetário desviado da produção para proprietários rurais e outros setores aliados do agronegócio. Na fronteira do agronegócio, a atividade agrícola depende de estratégias combinadas e específicas de criação e extração de renda. Em termos históricos, a fronteira em Mato Grosso teve basicamente três períodos principais: um primeiro momento em que o aparelho de estado alavancou renda (1970s-1980), um segundo período com sérias turbulências e necessária transição macroeconômica (1980s-1990) e uma terceira fase com fluxos de renda mais complexos devido à neoliberalização do agronegócio (desde o final da década de 1990). Resultados empíricos sugerem que a renda é mais do que apenas a extração de valor do uso da terra, mas há uma captura de valor através de múltiplas relações voltadas a sustentar a produção. A renda deriva da formação de uma poderosa rede estado-proprietários-setor privado agroindustrial, a qual proporciona as condições básicas para sua extração.

Palavras-chave: Agronegócio; neoliberalismo; Estado; Mato Grosso; Brasil; soja; fronteira; setor agro-alimentar; corporações transnacionais (TNC).

Interroger le Progrès de l'Agro-Business en Amazonie: Production, Rente et Politique

Résumé

Il a été analysé l'économie politique de la frontière agricole dans le Mato Grosso, en la partie sud de la région amazonienne, afin de remettre en question l'argument productiviste communément invoqué par l'agro-business nationale. L'évaluation a utilisé la catégorie de rente, considérée comme une proportion de la valeur monétaire détournée de la production vers les propriétaires fonciers ruraux et d'autres secteurs alliés. À la frontière de l'agro-business, l'activité agricole dépend de stratégies combinées et spécifiques pour la création et l'extraction de rente. La frontière dans le Mato Grosso avait essentiellement trois périodes principales: un premier moment où la rente a été forgée par l'appareil d'Etat (1970-1980), une deuxième période de fortes turbulences et nécessaire transition macroéconomique (années 1980-1990) et troisième étape avec des flux de rente complexes en raison de la néo-libéralisation de l'agriculture (depuis la fin des années 1990). Les résultats empiriques suggèrent que la rente est plus que juste l'extraction de la valeur de l'utilisation des terres, mais il y a une capture de valeur à travers des relations multiples visant à maintenir la production. La rente provient à travers la formation d'un puissant réseau d'état-propriétaires fonciers-secteur agro-industriel privé qui à la fois fournit les conditions pour l'extraction du loyer.

Mots-clés: agro-business; néolibéralisme; Etat; Mato Grosso; Brésil; soja; frontière; secteur agroalimentaire; sociétés transnationales (TNC).

Introduction

The Amazon is nowadays one of the most disputed frontiers of the advance of a Western-type of modernity over new territories, peoples and ecosystems previously beyond the reach of mass markets. Development policies have demanded an intensified exploitation of minerals, timber, water, biodiversity, etc., as well as the expansion of plantation farms and the construction of gigantic dams (such as the controversial Belo Monte dam in the lower Xingu River and similar projects in the Tapajós and other strategic river basins). Because the majority of the regional population have benefited much less from the tardy insertion of the Amazon in national development agendas, we are left with some serious questions: if the promises of development are largely false, how the forest has been involved in poverty-making? Poverty – defined as a condition of unsatisfied material and sociopolitical needs caused by combined mechanisms of exploitation, alienation and exclusion – cannot be seen as simply the result of bad development practices or the failed insertion of deprived groups in the otherwise benign process of development (as typically described in official documents and mainstream interpretations). On the contrary, the prevailing model of development systematically reinforces hardship and destitution, at the same time that corrodes the forest. Poverty, as much as development and economic progress, is a relational phenomenon that arises from the selective configuration of productive activities and the authoritarian allocation of opportunities and economic results. It has been an integral component of the economic transformation initiated

in the Amazon in the latter half of the last century, it is the dark side of the accelerated accumulation of wealth and export of goods and commodities.

The crucial problem is the transformation of the complex socioecology of the Amazon into a platform for the accumulation of capital and the exercise of authoritarian politics. Development in the Amazon has entailed the conversion of extensive areas into landscapes of impoverishment where the prospect of a better life for the majority of the population is constantly undermined. It is therefore important to try to understand the meaning and consequences of the poverty-making geography of development in the Amazon. The interactions between society and (the rest of) nature bring the imprint of old and new forms of injustice, which are central driving-forces in the reshaping of landscapes according to the balance of political power. Poverty is a socioecological phenomenon that is dynamically connected with the inequalities and injustices ingrained in the process of development. Governmental instruments (such as credit, subsidies and the granting of private property) and infrastructure investments (in the form of roads, ports, and warehouses) attracted different contingents of people to the Amazon, who have only marginally benefited from the process of development. The end result is Amazonian biodiversity also filled with inequalities and asymmetries that spread from the local to the regional and the international scales. Poverty and affluence are metabolized through the appropriation and transformation of the forest, which is powerfully incorporated into the production of social differences.

In that context, the expansion of soybean-dominated agribusiness in the Brazilian State of Mato Grosso, in the southern section of the Amazon, is a subject of growing controversy (IORIS, 2017). The rapid transformation of Mato Grosso offers a paradigmatic example of the late stages of the long-'Green Revolution' (see PATEL, 2013), of the conversion of Amazon forest and savannah vegetation into large-scale farmland (e.g. LAVAL, 2015; RAUSCH, 2014; RICHARDS, 2015) and, ultimately, of the encroachment of globalized capitalism upon agriculture (e.g. GOODMAN and REDCLIFT, 1981; MARTINS, 2010; PEINE, 2010). In the last few years, a growing literature on Mato Grosso's intense agriculture activity, the history of rural colonization, and the idiosyncrasies of agribusiness entrepreneurship has become available (e.g. ARVOR et al., 2013; DESCONSI, 2011; RICHARDS et al., 2014; WEINHOLD et al., 2013).[1] Yet, there is still a demand for critical studies that go beyond land use change, the contradictions of productivism and the failures of government interventions, but that focus on other issues such as intersectoral exchanges, racial discrimination, household and personal repercussions and the ideological biases of hegemonic science (see OLIVEIRA and HECHT, 2016 and others in this special issue of the Journal of Peasant Studies). Departing from the existing narratives and interpretations of state interventions and

[1] Agribusiness is heuristically defined here as all activities associated with commercial agri-food (including industrial-like farming, agroindustry and trade).

political alliances (IORIS, 2015), the intention with the present article is to question the trajectory of agribusiness in the region from a politico-economic perspective and, in particular, weigh up production versus the economic role of rents.[2] The motivation of the research was to interrogate the productivist argument commonly presented by the agribusiness sector in support of calls for more favourable public policies and state concessions.

Our analytical strategy was to examine the significance of rent extraction for the advance and consolidation of commodity production in Mato Grosso. A qualitative case study was carried out and drew upon semi-structured interviews, longitudinal observation of practices and cross-sectoral interactions, analysis of documentation, newspaper articles, reports and secondary data. The research involved three fieldwork campaigns conducted between 2013 and 2015 that consisted of visits to cropping areas, private companies, research centres (such as the Embrapa unit in Sinop), indigenous communities and subsistence farming communities, attendance at public meetings and interviews in the municipalities of Sinop, Cláudia, Lucas do Rio Verde and Sorriso (located in the Teles Pires River Basin, where most of the agribusiness production is located), as well as in the capital city Cuiabá. With the help of local academics, interviewees and informants were identified, initial contacts were set up, and the research then followed a snowball approach targeting different sectors, from farmers and businesspeople to politicians and public authorities. Interviews and other qualitative material were transcribed, coded and examined in Portuguese; only the extracts reproduced in this paper were translated into English. The analysis of historical documents served to consider the importance of rent-forging during the period of frontier expansion (1970s-1980s), while interviews and site observations were particularly helpful to understand the more complex flows of rent in the recent and ongoing phase of neoliberalized agribusiness (since the 1990s). After revisiting the literature on rent, the next sections will demonstrate that, rather than a pre-given and easily definable concept, rent encapsulates the spatial transformation and the political complexity of new agricultural frontiers. The final part is an attempt to summarize the findings and propose a new conceptualisation of the rent of agribusiness.[3]

Capitalism, Agriculture and Rent Extraction

The politico-economic concept of rent, despite the controversies it generates, constitutes one of the most invaluable tools to understand old and new features of the capitalist economy. That is because rent remains “one of the most powerful and contradictory aspects of the political economy of capitalism” (SWYNGEDOUW, 2012, p.314). Rent is typically

[2] For analytical purposes, rents are considering as additional sources of income beyond direct production activities.
[3] Agriculture frontiers, as Mato Grosso in the 1970s, are defined as geographical areas with zero, but imminently positive, rents (JEPSON, 2006)

understood as all payments based on the fixed nature of resources, that is, “rent is a distinguished feature of every resource whose price increase does not alter the demand” (TRATNIK et al., 2009, p.105). It is basically an ‘extra’ payment for a factor of production – such as land and natural resources– in excess of the cost needed to bring that factor into production. This is classically the case with ground-rent, which is related to payment for using someone else’s land (i.e. landowner’s). Rent also includes the income gained by those who have privileges or patents or are beneficiaries of other contrived exclusivity, such as protection due to favourable policies and legislation. In this case, the seeking of rents involves the attempt to increase one’s share of existing wealth without creating new wealth. Already for Adam Smith (2008, p.217), “rent is the produce of those powers of nature, the use of which the landlord lends to the farmer”. Smith depicted it as a relational phenomenon, insofar as the rent of food producing land ‘regulates’ the rent of other cultivated land. The realization of the relational and differential basis of rent was later expanded by Ricardo (2004), who argued that ground-rent derived from the incorporation of lower quality land into production. Although Ricardo’s analysis is quite schematic, it is possible to learn something here about the opportunistic and exploitative behaviour of landowners in a situation of increasing land scarcity and capricious fertility.

Also Marx was intrigued by the function of rent in the relations of production and that he emphasized the socio-political attributes of rent in his frontal critique of the ‘sanctity’ of private property (without ever producing a comprehensive rent theory). According to Lefebvre (1991, p.324), Marx recognized the impossibility of reducing capitalist economy to the polarization between bourgeoisie and proletariat, because landed property and landowners showed no signs of disappearing, nor “did ground rent suddenly abandon the field to profits and wages.” For Marx, all categories of bourgeois economics, such as wage, rent, exchange, profit, are ultimately derived from the alienation of labour and the conversion of everything into a sellable object (MÉSZÁROS, 2005). In the final part of his *opus magnum* [i.e. *Das Kapital*], land and agriculture re-emerge emphatically and Marx delineates the dialectics capital-land-labour as essential to comprehend the reproduction of capitalist relations and, ultimately, the production of the spaces of capitalism. While Ricardo focused on accumulation, Marx shifted his attention to production. According to Marx (1991), “the monopoly of landed property is a historical precondition for the capitalist mode of production and remains its permanent foundation” (p. 754) and whatever “the specific form of rent may be, all types have this in common: the appropriation of rent is the economic form in which landed property is realized” (p. 772). Marx significantly extended the concepts of extensive and intensive rents proposed by Ricardo, calling these respectively ‘Differential Rent I’ (equal amounts of capital invested) and ‘Differential Rent II’ (unequal investments).

Marx (1991, p.772) argued that all ground-rent is essentially surplus-value or "the product of surplus labour" (i.e. the additional time worked by farmers to pay the rent, beyond the time required to reproduce themselves). According to Harvey (2006), Marx shared the same impression of most political-economists that rent is paid to parasitic landowners, who simultaneously drain on both capitalists and labourers. Ground-rent, thus, should not be confused with profit, which involves productive human action and the appropriation of surplus-value by the capitalist, but is a gain acquired at the expense of the privileged position of the landowner. Marx's main insight was to more directly relate rent to production and profitability (both involving the payment to landowner or not, as in the cases where the producer is the landowner) and, crucially, refer to the ways in which the mobilization of land and other resources affects the value of commodities and the redistribution of surplus-value (SWYNGEDOUW, 2012). Marx concentrated on the historically specific form of landed property transformed by the intervention of capital and capitalism, especially the transformation of surplus profit into ground-rent. To achieve that, Marx considered four types of rents, 'Differential I' and 'II', and 'monopolistic' (associated with the unique character of land or location) and especially 'absolute' rents from the extraction of surplus-value by landlords (related to the value of agricultural products is higher than their price and the fact that agriculture has lower average organic composition of capital compared with industry). Absolute and monopoly rents are more directly related to production costs, while differential rent demonstrates the dynamics of expanding land-use and the connection between production areas.

Rent theory evolved very little over the next half a century or so after Marx's death, a period increasingly dominated by a focus on marginal utility and marginal use of land, basically treating land as merely another form of capital. Some noteworthy exceptions were the work of Lenin, in 1901, on the agrarian question, Hilferding, in 1910, on cartel rents, Schumpeter, in 1934, on entrepreneurial rents and Sraffa, in 1960, on a neo-Ricardian theory of value. The study of rent re-emerged in the 1960s mainly because of rapid increase of land and housing prices in the USA. Neoclassical authors, such as Alonso, in 1964, advanced the concept of rent-paying ability and the allocation of rent across different urban locations, which could lead to the most efficient land-use pattern. Economists operating within the marginalist paradigm maintain that rent arises when the supply of a factor is inelastic or less than elastic, for example, the supply of land cannot be increased when demand, and its price, rises. Haila (1990) aptly observes that the debate has evolved in multiple directions since the 1970s, with the complication that the protagonists have discussed disparate questions. One important concept of this decade was 'rent seeking', related to the unproductive behaviour of some societies or groups due to the introduction of protection systems (tariffs, quotas) and industrial support (licences, permits). Krueger (1974) is the main author here as she argues that the

formulation of policies is greatly affected by business players trying to influence the political process to obtain favourable outcomes or avoid unfavourable ones at the expense of the misallocation of resources to wider society. The perverse side of rent seeking activities is the extra, unsolicited costs on the economy, because it means private gains without increasing production (SCHMITZ et al., 2002). Costs rise because “the creation of rents by state intervention and the allocation of rents to political supporters invite other social players to engage in rent seeking” (NGO, 2009, p.40).

While mainstream economists emphasized the relevance of rent as extra production costs, leftist authors, such as David Harvey, have considered rent as part of the contested production of space and the actual, lived injustices of contemporary capitalism, The author found, “deeply buried within Marx’s writings”, elements to understand the co-ordinating role of the circulation of capital in search of rent and the resulting spatial reorganization of activities and the influence on land use (HARVEY, 2006, p.331). Consequently, Marx’s theory of ground-rent is inseparable from his theory of capitalist production and reproduction. Marx elaborated on the four types of rent aforementioned as the result of the very evolution of capitalism and the legacy from pre-capitalist, feudal times (as in the case of the legitimacy of large private estates). If the magnitude of rent influences directly the price of land, investments, interventions and state policies affect especially the magnitude of Differential Rent I (SWYNGEDOUW, 2012). At the same time, Differential Rent II is a crucial mechanism for the insertion of agriculture into capitalist relations, and it is directly connected with the application of technology (see FRIEDLAND et al., 1981) to increase the productivity of agricultural labour and maximize surplus-value. Furthermore, profit (surplus-value) and rent (excess surplus-value appropriated outside production) dialectically complement each other, given that surplus-value is the product of agricultural labour set in motion by the institutionalization of rent yielding private property.

Although rent can be a drain on immediate capital accumulation (as it diverts value extracted from the exploitation of labour-power), it plays other very important roles in capitalist relations of production and reproduction. Rent influences the relocation of surplus value and decisions about what and where to invest and produce (in both urban and rural areas). Furthermore, rent provides legitimacy to commodification and private property, regulates capital circulation and accumulation and coordinates investment and the flow of capital across different sectors (HARVEY, 2006); rent also shapes conflicts between different land users, for instance, subsistence farming, land for resource exploitation, agribusiness farming and land as financial assets, which require active state coordination and the mediation of land markets (SWYNGEDOUW, 2012). For critical ecological economics, rent seeking attitudes are important elements to explain the unsustainable use of natural resources and ecosystems, given that rent represents the redistribution of surplus value derived from the monopolization

of nature (BURKETT, 2014). Rent is also a worthy concept to clarify the sudden richness of oil-rich countries controlled by a rentier elite, the inescapable destruction of socio-ecological systems and the conversion of biological flows into commodities (as in the case of the so-called 'ecosystem services').

Moreover, it is still necessary to bring this discussion to 21st century's agrarian dilemmas and, as recommended by Guthman (2002), theorize how rent and surplus values are translated into meanings. A renovated usage of the rent as an analytical category of agribusiness must necessarily explain where rent comes from, who benefits or losses out, and its part in production, accumulation and politics of globalized agri-food markets. And it should specifically help to address the difficulty the original Marxist rent theory to convincingly explain the advance of agrarian capitalism – primarily employing absolute rent – and the removal of biophysical obstacles that prevent the increase of surplus-value (GHOSH, 1985; see MARX, 1968, p.20-21). In that regard, areas of agriculture frontier such as Mato Grosso offer an experimental opportunity to study the organization of agrarian capitalism and, crucially, the transition from Keynesian to neoliberalized policies. In the first moment, in the 1970s/80s, the prospect of rent extraction worked as an incentive for the opening and consolidation of new private properties with the strategic help of the state; later, since the 1990s and under an increasing influence of the private agroindustrial sector, regional agribusiness became highly integrated into the national economy and connected to globalized markets. Over the last four decades, various mechanisms of rent extraction were put in place and these have evolved according to the modernization of Brazilian capitalism and its current dependency on primary commodity exports. The persistent relevance of rent extraction in new areas of agriculture-cum-agribusiness in Mato Grosso is analyzed next.

Forging Rents through the State

Mato Grosso, as most of the Amazon, was for several centuries a sub-continent with countless natural riches but major accessibility and operational difficulties. What is now the territory of Mato Grosso was an area long disputed by the imperial ambitious of Portugal and Spain. The extraction of precious minerals after the discovery of gold in 1719 (SIQUEIRA, 1982) represented a source of high, concentrated rents that entailed the settlement of the colonial frontiers and the organization of the first towns (PRADO JR, 1977). The 'gold rush' was short lived and soon Mato Grosso underwent a period of economic and social marginalization, which only saw some modest improvement after the Paraguay War (1864-1870) with the gradual revival of production and the commercialization of rubber, mate leaves, sugar and cattle (Ioris, 2012). After the civil and military uprising led by President Vargas in 1930, national-developmentalist policies were put in place followed by resolute efforts to fill the

'large voids' in the Brazilian map. A well-orchestrated March for the West was launched with the mission of contacting and pacifying the indigenous groups (still largely ignored by the state and disconnected from the rest of society). The March for the West was boosted with the foundation of a new capital Goiânia in the neighbouring State of Goiás, in 1937, and the new national capital, Brasília, in 1960. At the same time, the provincial (state) administration of Mato Grosso was encouraged to put for sale vast areas of 'untouched' land – in effect, rent-income assets inhabited by indigenous peoples – often bought by public and private colonization schemes and real estate speculators (MORENO, 2007).

The process took a dramatic turn during the military administrations that ruled the country between 1964 and 1985. The emphasis was then on the Cold War ideology of 'national security' and the promotion of state-led economic development. Initially the new dictatorship pursued orthodox, liberal policies that primarily favoured the great international capital (RIBEIRO, 2016), but soon the regime had to make also increasing concessions to national and international private companies (BRANFORD and GLOCK, 1985). The conquest of the Amazon was considered a golden geopolitical opportunity and soon the federal government was granting land, providing incentives and boosting the regional infrastructure (i.e. roads, ports, communications, etc.); in addition, poor family farmers and landless groups in the rest of the country could be relocated northwards to placate socio-political turbulences elsewhere in the country (TORRES, 2005). Because most of Mato Grosso is contained within what is considered 'Legal Amazon' (an official designation introduced in 1953) – including areas of both forest and *cerrado* [savannah] – it was eligible to take part in the megalomaniac plans of the generals. A large-scale process of land grabbing and socio-ecological transformation was vigorously promoted by the authoritarian state (largely funded by foreign loans and supported by northern governments) in the name of progress and international development. Those who arrived first could, to some extent, occupy the best lands and receive greater support from public agencies, something that Delgado (2012, p.111) describes as 'gain of pioneer' (in effect, the appropriation of Differential rent I). Heavy investments funded by the government were put to work and, as Marx (1973, p.252) had long ago observed, capital is the "presupposition" of modern landed properties.

With the establishment of an official agency (SUDAM) in charge of developing the Amazon in 1966, large farms were opened by business groups established elsewhere in the country, which basically wanted to secure easy money from subsidies, tax exemptions (e.g. on timber), duty-free machinery imports and interest-free loans (which were often forgiven and never paid back, cf. KOHLHEPP, 2001).[4] "The Brazilian capitalism, of patrimonialist tradition, discovered an extremely fertile terrain for development, in which the authoritarian state

[4] One main scheme was the investment of 50% of corporate tax liability in Amazon projects (basically, transforming taxes into venture capital)

concentrated resources in order to distribute discretionarily to those privy to the [military] regime" (TAVARES and ASSIS, 1986, p.30). Not by chance, during the bloodiest phase of the political repression, the government launched the first and second National Integration Plans (respectively in 1970 and 1975) with the primary goal of expanding the agriculture frontier towards the centre-north of the country (the first plan included the construction of the important motorway BR-163 connecting Cuiabá to Santarém, concluded in 1976, that provided access to north of Mato Grosso, including the Teles Pires basin). Along the lines of national development plans, specific initiatives mobilized resources for the Centre-West region, as in the case of Plan for the Development of the Cerrado (POLOCENTRO), in 1975, with a US$ 250 million budget to incorporate new 3.7 million hectares of pasture (1.2 million), cropland (1.8 million) and forest (0.7 million); in practice the programme reached 2.06 million hectares, which was nonetheless an impressive accomplishment (MÜLLER, 1989). Thousands of projects were approved during the implementation of POLOCENTRO (around 1/5 in Mato Grosso) to assist, primarily, large scale landowners, who controlled 58% of the projects and were the receivers of 76.5% of the money (SILVA, 1985). It was the case that "the state here takes a 'pioneer' role in opening up sectors and areas initially unattractive to certain capitals" (GOODMAN and REDCLIFT, 1981, p.149). In addition, PROTERRA (1971-1979) provided loans with negative interest rates for land purchase, especially for private colonisation, while PROCEDER, since 1976 and financed by the Japanese government, invested in agriculture research and new colonisation projects. Also a sophisticated, nationwide agriculture research facility (Embrapa) was inaugurated in 1973 and soon developed significant new technologies, particularly focused on the cultivation of the acidic lands of the Centre-West region.

The irony is that such intense national mobilization was less about agricultural production than other political and socio-economic goals related to the creating and release of new streams of rents from freshly promoted agribusiness. Agricultural development opened up a 'speculative front' that had little to do with production, but rather with large landowners greatly benefiting from the intensification of the land market and for the availability of public incentives. Land was rapidly becoming a commodity, regardless of its productivity and of the production of agricultural commodities. As calculated by Almeida (1992), the transference of subsistence farmers to the Amazon was marginally viable (in the sense that paid for the opportunity costs of capital and labour), but the price paid by the small-scale settlers (to buy their land) and by nature (deforestation) was very high and the economic success of the whole process will take time to be confirmed. The secondary importance of production is also demonstrated because the transfer of family farmers to the areas was by and large a failure, at the same time that new business companies were established "more as land traders than production units. The more interesting fact for the new companies was not the low price of the land, but its rapid appreciation" (SAWYER, 1984, p.22-23). The value of Amazonian lands

increased at 100% per year (in real terms) in the 1970s (with an exponential rise between 1973 and 1975) due to the expectation of future returns and public incentives (MAHAR, 1979). The speculative basis of the frontier is related to the fact that the price of land in Brazil is directly related to potential territorial rent and inversely related to the rate of interest, which was relatively low in the period (RANGEL, 2000), an important correlation early identified by Marx (1991, p.761).

The prospects of easily accessible land and official financial support in the new areas of Mato Grosso helped to mitigate social dissatisfaction among poor family farmers in the rest of the country, but most of them ended up as employees in the larger farms and, therefore, producers of surplus-value then converted to rent. The whole process confirmed the observation of Mandel about the tendency to reproduce absolute rent in countries, such as Brazil, where capitalist agribusiness penetrated belatedly (in MARX, 1991, p.68). In that turbulent process, the most central player was (and still is) the state and its power to create properties and unleash rents from new politico-economic arrangements (despite the fact that the state is ignored in most studies on the sociology of agriculture cf. BUTTEL et al., 1990). For instance, in the year 1978 alone, there were around 170 separate lines of rural credit available and the national volume of credit reached US$ 16 billion, roughly the same as the net value of Brazilian agricultural production; most of the operations were concentrated in the Centre-South of the country (IBRD 1979, in GOODMAN and REDCLIFT, 1981, p.144). Pereira (2012, p.39) adds that fiscal incentives powerfully increased rent and boosted other production factors, “among those it is noticeable the process of agrarian concentration.” The new farming land was primarily concentrated in large properties, a pattern that was maintained almost unchanged during the expansion of the frontier and despite the fact that more than 400,00 migrants moved to the state, although excluded from decisions that affected their own interests (WOOD and WILSON, 1984): between 1970 and 1996, the total area of properties with less than 100 hectares in Mato Grosso remained the same (3.3% of the total agriculture area), while the area in properties with more than 1,000 hectares reduced marginally from 85.2% to 82.2% (cf. IBGE, quoted in Ramminger, 2008).

Agriculture and food production were not much more than mere excuses of official plans and political speeches, because the main game was around securing subsidies, concessions and incentives from the state, often through the use of illegal mechanisms (such as false land titles) and the violent removal of any obstacles (such as the presence of squatter-peasants or indigenous groups). Rice was the main crop cultivated in Mato Grosso in this period, but the area of production dropped from 780,000 hectares in the 1977/78 season to 404,000 hectares in 1984/85 (CUNHA, 2008). Other crops, such as maize, cotton and sugar-cane had comparable poor performances (at the same time, soybean started to expand significantly after 1985, especially because of propitious export opportunities, as discussed in

the next section). Those disappointing results were normally attributed to inadequate technologies and, in the 1980s, to declining state funds; nonetheless rents from Mato Grosso agribusiness played a crucial role in the wider expansion of capitalism in the country (regardless of frustrated production and low productivity). Instead of profits from commodity production, rents were obtained from the newly created properties and then transferred to finance urban-industrial activities in the south and southeast regions. It involved a process of spatial dislocation as long as the rent from Mato Grosso agribusiness intensified production and accumulation elsewhere in the country. If it is true that the productivity of labour increased (when compared with traditional latifundia), the main goal and the main source of income was not production, but the release of rents that were forged through the creation of the agriculture frontier. The rent-forging mechanism gain momentum and the opening of the new areas continued after the end of the main government programmes; in total, between 1970 and 1990, 35 private enterprises organised 104 settlement projects and agriculture cooperatives that settled 3.9 million hectares of land in Mato Grosso (JEPSON et al., 2010).

The new agricultural frontier was a large spatial phenomenon that was ultimately both rent-forging and rent-dependent. The extraction of ground-rent (related to the appropriation of land and the exploitation of labour-power) was the most immediate goal, but it was organically connected with the appropriation of state incentives, concessions and subsidised loans. In that sense, the alleged success of the frontier was predetermined in advance and it only depended on its simple existence: it was seen as inherently successful by politicians and many others, an entire new, brave world bequeathed by the military to Brazilian geography. From the perspective of the main economic and political centres, the realization of the agribusiness frontier neither depended on the amount grain produced, nor on productivity rates. Moreover, the vitality of the agricultural frontier was severely affected by the macroeconomic turbulence, hyperinflation and exhaustion of public funds throughout the 1980s. The established channels of rent flow could not continue to operate and alternatives were urgently needed. The result was that from the early 1990s, the state assumed a more strategic, indirect role in terms of rent-forging, such as coordination of the insertion into global markets and looking after logistics; for instance, rural credit funded by the National Treasury was 64% in 1985, 22% in 1994 and only 3.5% in 1996 (and around 8% in 2008). At the same time, soybean became the undisputed king of Brazilian agribusiness and Mato Grosso, the ice on the cake, because of a combination of more favourable exchange rates, the boom of commodity prices (in general terms, between early 2000s to 2014) and the competent mobilization of famers. It means that soybean was the ideal crop to allow the reorientation of the rents obtained from agribusiness, as discussed below with the assistance of the interviews conducted in Mato Grosso.

Consolidating Rents through Markets

The economic turmoil of the 1980s, which coincided with the end of initial pattern of agricultural expansion in Mato Grosso, were primarily consequence of the exhaustion of the authoritarian-developmentalist platform introduced by the military dictatorship and its excessive reliance on international loans. The first period was marked by the production of a new spatial order by concerted state interventions and the mobilization of a range of social groups to the region, which paved the way for the extraction of agribusiness rents from a web of politico-economics relations created around new rural private properties (IORIS, 2016). Significant rents were extracted from putting land into agriculture, from real estate speculation and from the siphoning off government incentives for use elsewhere in the country. However, this model of rent extraction had necessarily to evolve in tandem with the macroeconomic transition to more flexible mechanisms of production and capital accumulation. Especially with an acute financial crisis initiated in 1985-1986, it was necessary to reorganize the basis of agribusiness.

In the new context, the role and the partnership between the big grain TNCs (Bunge, Cargill, Dreyfus and ADM) and seed and agrochemical TNCs (Monsanto, Syngenta, Basf, Bayer and Dow) became even more strategic, as these were no longer only buying crops, but increasingly financing production and farm infrastructure. Numerous technological adjustments were also put in place, but the prevailing monoculture systems, including the intense use of agrochemicals, digital technology and heavy machinery, were largely maintained. Production became highly specialized on soybean and few other crops, which further attracted resources away from the production of staples. Soybean-based agribusiness actually provides a good example of the rapid growth of power, influence and control over the supply, processing and trade of food by transnational agribusiness (BERNSTEIN, 2011). TNCs – which in Mato Grosso are called ‘tradings’, which is a short form of ‘input/trading companies’ – operate with very low risk and have a strong bargain position, what confirms that when the opportunities for primitive accumulation diminish, capital starts to cannibalize itself through the subordination of some capitalists to others (HARVEY, 2006).

Because of the specificities of the Brazilian economy, since the 1990s there has been a growing political relevance of the rents extracted from the renovated agribusiness sector of Mato Grosso to attend macroeconomic demands, and in that process corporations and landowners have also managed to further consolidate their political and economic status. It had basically to do with the heterodox attempts adopted to control inflation and strengthen the currency. After more than a decade with spiralling rates of inflation, in 1994 the federal government introduced an ingenious economic strategy, known as the Real Plan in 1994, which launched a much stronger currency, curbed hyperinflation and paved the road to further

reforms. Political support to the Real Plan was further achieved with the facilitation of credit to the general population to consume goods and services (O'DOUGHERTY, 1999). On the other hand, the country started to face serious balance of payment difficulties due to the overvalued currency, deindustrialization and heavy debt service obligations. With growing public and private deficits, one of the main sources of foreign currency was exactly the export of soybean and a few other primary commodities (HALL et al., 2014). In a situation with challenging macroeconomic adjustment, the rent of agribusiness greatly helped to maintain the Real Plan and fund growing government expenditures. It was also helped by the introduction of tax exemptions, as the 1996 Kandir Law[5] that removed provincial (state) taxes on the export of primary commodities, such as soybean, under the need to mitigate the growing federal deficit created by the Real Plan (although it has penalized the state administrations). Agribusiness exports became even more attractive when Brazil floated the national currency (Real) in 1999, which sent a shock across its economy that set Brazil's soybean boom into motion. This leverage effect of agribusiness rents was facilitated by the favourable market prices in the first decade of the century, which is often described as the 'commodity boom' due to the rising demand (particularly from China). Between 2000 and 2005, the area of soybean production doubled in Mato Grosso (from 3.12 million to 6.20 million hectares, cf. Cunha, 2008) and continued to expand throughout the decade. All that represented a shift from 'big-state' agribusiness to the current 'big-market' agribusiness.

In a context of major political and economic tensions, agribusiness is described as an island of prosperity and the leaders of the sector in Mato Grosso didn't hesitate to say that the national and state economy has been "saved by agribusiness" (IMEA, 2016). However, agriculture is notoriously cyclical and a few good years are normally followed by a spell of negative returns. In 2005, there was another severe crisis when soy prices dropped, oil and input prices rose, together with high interest rates and credit restrictions. Soybean farmers organized widespread protests, famously in April, 2006 and specifically targeted the state for their problems and for market failures, that is, the state failures were perceived as the main cause of their distress (PEINE, 2010). The leaders of the farming sector formed strategic, and lasting, political alliances with municipal and state authorities in order to put pressure on the federal administration. Because of the costs and risks involved, farmers expected to receive at least a baseline agribusiness rent (regardless of the vagaries of the market and the climate) equivalent to their effort to move to the region and their conformity with state calls to create new agricultural areas. As the area with soybean declined from 6.197 million hectares in 2005/06 to 5.125 in 2006/07 in Mato Grosso (cf. CUNHA, 2008, p.18), the government had to intervene in the form of debt renegotiation, new lines of credit and other concessions. In actual

[5] Complementary Law No 87/1996, named after the socio-democratic Congressman Antonio Kandir

fact, in moments like 2005/06, the federal state had to act to maintain the rent of agribusiness flowing both to appease the rural sector and also to secure one of its main sources of foreign currency (soybean export).

Soybean production in Mato Grosso reached staggering 28.5 million tons and occupied in 9.2 million hectares in the season 2014/15, according to IMEA. As in previous decades, production pressures again triggered higher land prices and, consequently, higher agribusiness rents coming from production (absolute rent) and form real estate speculation (i.e. monopoly rent). The Centre-West region saw the highest increase of land prices in the country, 16% per year between 2003 and 2012 (according to the National Agriculture Federation, CNA).[6] In the best areas of Mato Grosso, the cost can reach 700 bags of 60 kg of soybean grain per hectare or even 1,000 bags (normally, land purchase is calculated in bags). As land values rose, landowners consolidated their claims on land by deforesting or opened their land to increase their property values (RICHARDS, 2015). In a good year, production can leave a profit of 5 bags, which means that it would take 140 years just to pay for the investment; the evident conclusion is that new land is not acquired for production only, but to store accumulated profits (surplus-value) and to gain from price increases.[7] The land market in the region could not be better for the landowners, but it has increasingly squeezed farmers without their own land (i.e. those farmers who by definition pay monopoly rent). Interestingly, there is an equivalent phenomenon in the opposite direction: the squeeze of small and medium-size landowners by companies (e.g. Amaggi, Bom Futuro, etc.) that cultivate vast areas (e.g. 30,000 hectares or more) with the application of capital from external investors. “Now, literally hundreds of thousands of farm units are operated by a handful of companies that manage millions of hectares across South America” (OLIVEIRA and HECHT, 2016, p.265). In this last case, although these small number of operators pay rent to the landowners, but in return benefit hugely more from the (almost monopolist) conditions of agribusiness production in Mato Grosso.

Nonetheless, increases in production, output and investment in Brazil were not followed by gains in productivity; on the contrary, agribusiness remains essentially a rentist activity that expands production due to the incorporation of new areas and the exploitation of labour-power. Although the agribusiness farmers of Mato Grosso created a parallel research facility (called MT Foundation, which competes with the official research structures such as Embrapa), their technological improvements are really small adjustments in the existing technological package made available especially by the companies that sell machinery and

[6] Published in the magazine *Dinheiro Rural*, No. 103, May 2013 (available at http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/corrida-pela-terra, accessed on 16 Mar 2016).

[7] The non-agricultural component of land demand is clearly prevalent in Brazil, but land rent markets are seen as underperforming because of unreliable property rights and the lack of effective dispute resolution mechanisms (Assunção and Chiavari, 2014).

agrochemicals. Helfand and Rezende (2004) demonstrate that most than two thirds of the output growth in the Brazilian agriculture comes from input growth and not from increases in productivity or technological change; the simple fact that the least productive farmers systematically leave the activity and that the least productive land is often withdrawn from production (when market prices are less favourable) also explain apparent technological gains when there is none. The apparent success of agribusiness is not directly related to production or productivity improvements, but it is first of all derived from the reinforcement of a specific institutional arrangement that in recent years has tried to ameliorate its image, as in the case of the incorporation of the symbolism of sustainability (LACERDA, 2011). Needless to say that in the European Union, 'political rents' associated with the adoption of the Common Agricultural Policy (CAP) have been systematically legitimized under food security and environmental protection claims (SPOERER, 2015).

Other perverse side of the more recent phase of agribusiness rent extraction is that TNCs and similarly influential companies became even more active in the financing of production and, later, capture of the agribusiness rents. In a context of very favourable commodity prices in international markets and the need to mitigate the national trade deficit, was the increasing influence of international grain TNCs and the growing role of emerging Brazilian equivalents, as in the case of Amaggi, in terms of commercialization and funding the production. Such companies own most of the warehouse capacity in Mato Grosso (190 units, capable of storing 5.84 million tonnes) and the four international TNCs control 95% of soybean export and charge interest three times higher than public financing (RECOMPENSA JOSEPH et al., 2011). In the season 2015/16, the TNCs increased production funding, especially because of easier access to international loans with lower interest rates. Variable costs in Mato Grosso increased by 10% in production season 2015/16, compared with the previous season and the contribution of TNCs and private banks, in terms of financing, increased from 15% to 28%, while the contribution of public funds declined from 19% to 15% (IMEA, 2015). A main contradiction here is that the risks associated with production, including phytosanitary and market uncertainties, remain basically with the farmers and are only partially mitigated by the state in moments of acute crisis. For instance, since 2011, the prices of agriculture commodities have declined in global markets, at the same time that the costs of production have increased for farmers in Mato Grosso putting the profitability at risk.

The growing dependence of farmers upon credit "represents the transformation of rent into the form of interest; their receipt of state support signifies rent in the form of a subsidy and dependence upon the 'technological treadmill' of seed mechanical and other chemical inputs, represents a system of landed property in which rent potentially accrues to industrial capital despite its separation from ownership of the land" (FINE, 1994, p.532-533). According to IMEA (Bulleting No. 384, 18 Dec 2015), in 2015 the production was record in Mato Grosso

(9.02 million hectares, 28.08 million ton), but total production costs increased to R$ 2,468.39/ha due to higher input prices; the overall profit in 2014/2015 is lower than in previous years. Taken as a whole, mechanics of agribusiness rent extraction evolved from the 1970s/80s to the 2000s/10s, following an increasingly relevant involvement of national and foreign companies and the ambivalent participation of the state apparatus (highly dependent on foreign currency accrued from commodity exports, but also ready to intervene when there is a risk of collapse due to market instability). Rent not only increased in terms of the amount of money involved (due to significantly higher production), but it is also more asymmetrically distributed and primarily flows to the pockets of the government and large corporations, at the expense of the gain secured by farmers, labourers and local society. That is why Amin (1987) and others mistake when claim that the capitalization of agriculture intensified since the expansion of the imperialist phase of capitalism and the elimination of land rent; in effect, capitalist agriculture is intrinsically rentist and the production and extraction of rents is an integral element of the extraction of surplus-value and accumulation of capital though and in relation to 'agriculture-cum-agribusiness'.

Interpreting Rents and Trends

The previous two sections demonstrate that rent extraction has been an important politico-economic phenomenon since the establishment of the new agriculture frontier in Mato Grosso in the 1970s. Rent mechanisms were forged by concerted state interventions and have evolved in tandem with the expansion, modernization and intensification of production. It has also worked as an additional source of income to landowners, agroindustrial companies and the state apparatus (the main rent-collectors) beyond the realm of production and commercialization, and even represents a safety net against the market and agro-climatic vagaries of agriculture. A comprehensive agrarian transformation was launched by the militarized state primarily to create large-scale properties (as a rule, subsidiaries of companies based in the southeast of the country and instrumental in attracting further government incentives) and to attract peasants and workers to the region (the majority of these would become employees in farms and cities and not be able to maintain their own property). In the first moment, the main provider of rent extraction conditions was the federal state which triggered flows of ground-rent (as in the form of rising land prices and land speculation) and ultimately paved the road for the subsequent consolidation of the rent of agribusiness (as the interconnected, highly politicized rent that is extracted by the stronger groups from the totality of agribusiness activities).

If the agricultural frontier was a region where the level rent was zero, it was soon converted into an entirely new spatial order in which rent extraction was the main economic

engine. Such politico-economic arrangement underwent a significant crisis in the 1980s due to the inadequacy of agricultural techniques, low profitability and high vulnerability of the crops then cultivated (as rice, guarana and coffee) and, especially, the exhaustion of government funds. The agribusiness sector in Mato Grosso was then reorganized with the concentration of rural properties, the expansion of soybean and a few other crops (cotton, maize, etc.) and a stronger and more aggressive intervention of TNCs and agroindustries. Since the late 1990s (a few years after the introduction of the macroeconomic Real Plan), the rent of agribusiness became more reliant on strategic alliances between landowners and private companies – which is certainly not without tensions and disputes – with the endorsement of an increasingly neoliberalized state apparatus. The reason for the support and political leniency towards agribusiness is that the state became increasingly dependent on the rent coming from the sector in the form of exports of primary commodities, which was needed to fund a growing current account deficit. It should be noted that authors, such as Walker (2014), are wrong when claim that the first phase was characterized by 'rent capture' in the 1960s-late 1980s, followed by 'global market integration' from the late 1990s. In reality, rent was and remains a decisive element of agribusiness production and agrarian relations in the region.

Building upon the empirical results from Mato Grosso and upon the politico-economic literature, it should be possible to organize our findings around three main conclusions. First, the extraction of rent results from the convergence of different and highly politicized processes. Rent is not merely the payment to the landlord by those who work on agricultural production, but it embraces a range of class-related processes that make possible its extraction. It is essentially the attainment of gains from a situation of unequal power and private (exclusive) ownership of an economically valuable asset. Therefore rent reflects the ability to mobilize social forces and reconfigure existing social institutions according to privileges accumulated over time and maintained in the course of class struggles. Marx (1988, 55) had early observed that the "rent of land is established as a result of the *struggle between tenant and landlord*", which is a hostile antagonism that is "the basis of social organization." Where the landlord is also the farmer, this tension is transferred to struggles between the agriculture sector and the rest of society.

Second, rent goes beyond the extraction of value from private property only, but more fundamentally it is the appropriation of value from circumstances historically given for the production and reproduction of capital. Harvey (2009, p.170) describes "class monopoly" rents with respect to the power of landlords over low-income tenants, which is a notion that can be expanded to incorporate the unfavourable position of food consumers and wider society concerning agri-food businesses. In this case, if the labour-force is exploited for the immediate creation of rent, wider society and agri-food customers are also paying rent to companies and transnational corporations (TNCs) because of their power position (something described by

Fishman, 2007 as the 'Wal-Mart effect') and their ability to operate as quasi-state agencies. Rent is thus a relational phenomenon between different players and different moments and locations in the process of production and capital circulation. It means that the more immediate economic gain derived from ground-rent is only the final result of the thicker configuration of class-based disputes that make rent workable. Third, such contested mechanics of rent extraction also require a sustained, pro-active intervention of the state in order to control the spaces of production and coordinate such societal forces beyond the market. The apparatus of the state plays a crucial role in the legitimization and collection of rents derived from the unevenness of power between landowners, workers and food customers. Large-scale state interventions create a pool of economic rents in the form of subsidies and facilitated permits, while a core part of business strategy is to capture these income effect rents or at least avoid taking hits to existing asset values (HELM, 2010). At the same time, the state is a political and economic beneficiary of broad agribusiness rents – from commodity production to landowners, and also to companies and TNCs – in the form of strategic alliances, payment of taxes and dynamization of the economy.

For all those reasons, and because of the intensification, financialization and integration of agribusiness across multiple activities, more than simply ground-rent, there is today a much wider mechanism of rent extraction from the sector as a whole. The *rent of agribusiness* is not only the convergence of the four components of ground-rent, but it means a qualitative, ontological conversion into deeply interconnected flows of rent between landowners, the apparatus of the state and, crucially, a small number of agri-food companies, including the powerful agroindustrial sector, such as TNCs. In the case of 'agriculture-cum-agribusiness' frontier, the materiality of rent continues to be the exploitation of labour-force and the appropriation of socionature (the main rent-payers), but rent derives from the creation of new private properties and from the organization of a network between state-landlords-agroindustry that guarantees and intensified the extraction of rent. This network operates to stabilize production, reduce risks (although in favour of the stronger players) and maximize the extraction of surplus-value from the working force and profits from the consumers of agri-food goods. More importantly, because of the economic shield offered by rent, agribusiness has been able to flourished and even managed to prevent the prospects of more ecological, less capitalist patterns of food production. In a very interesting and provocative article, Grinberg (2013) unambiguously demonstrates the role of agrarian rents, extracted through various forms of state policies and regulatory measures, in sustaining macroeconomic goals and fuelling Import Substitution Industrialisation in Brazil since the 1940s (at least). According to this author, between 1947 and 2008, more than US$ 1 trillion [R$ 3.460 trillion] were transferred from agriculture to other economic sectors.

Overall, the rent of agribusiness provides strong incentives for the maintenance of rural properties and attracts investments in production (which in the end trigger additional rent gains). Rent is therefore not a barrier to agrarian capitalism and agribusiness, but operates as a safeguard mechanism against market instabilities, credit restrictions and bio-climatic risks. It is essentially a cost paid by workers (in the form of surplus-value), by socionature (in the form of deforestation, soil and water degradation, etc.) and the whole society (in the form of profit) to those in control of private rural properties and eventually state agencies and corporations. The widespread claim that agribusiness in Mato Grosso constitutes a history of success due to its high productivity and growing production is only partially true. A great deal of the success of agribusiness also derives from the creation of rent extraction opportunities in a context of violent spatial reconfiguration. The above analysis demonstrates that rent is not a mere economic instrument or a social institution for private gain, but it essentially provided the baseline conditions necessary to maintain and boost the agribusiness sector. Agribusiness became so vibrant and widely praised in Mato Grosso because it emerged as a rent-forging activity, at the same time that it has always been rent-dependent, despite all the semiotic claims of innovation, leadership and technical competence.

References

ALMEIDA, A. L. O. *Colonização dirigida na Amazônia*. Série IPEA No. 135. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

AMIN, S. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. São Paulo: Vértice, 1987.

ARVOR, D.; DUBREUIL, V.; SIMÕES, M.; BÉGUÉ, A. Mapping and spatial analysis of the soybean agricultural frontier in Mato Grosso, Brazil, using remote sensing data. *GeoJournal*, v.78, n.5, p.833-50, 2013.

ASSUNÇÃO, J.; CHIAVARI, J. *Land rental markets in Brazil: A missed opportunity*. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2014.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. *Sociologias*, v.27, p.51-81, 2011.

BRANFORD, S.; GLOCK, O. *The last frontier: Fighting over land in the Amazon*. London: Zed Books, 1985.

BURKETT, P. *Marx and nature: A red and green perspective.* Chicago: Haymarket Books, 2014.

BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE JR, G. W. *The sociology of agriculture*. New York: Greenwood Press, 1990.

CUNHA, O. E. *Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005*. Cuiabá, 2008. MSc dissertation – Federal University of Mato Grosso (UFMT), Brazil.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DESCONSI, C. *A marcha dos 'pequenos proprietários rurais': Trajetória de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

FINE, B. Towards a political economy of food. *Review of International Political Economy*, v.1, n.3, p.519-45, 1994.

FISHMAN, C. *The Wal-Mart effect: How an out-of-town superstore became a superpower*. 2nd ed. London: Penguin Books, 2007.

FRIEDLAND, W. H.; BARTON, A. E.; THOMAS, R. J. *Manufacturing green gold*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GHOSH, J. Differential and absolute land rent. *The Journal of Peasant Studies*, v.13, n.1, p.67-82, 1985.

GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *From peasant to proletariat: Capitalist development and agrarian transitions*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.

GRINBERG, N. Capital accumulation and ground-rent in Brazil: 1953-2008. *International Review of Applied Economics*, v.27, n.4, p.449-71, 2013.

GUTHMAN, J. Commodified meanings, meaningful commodities: Re-thinking production-consumption links through the organic system of provision. *Sociologia Ruralis*, v.42, n.4, 295-311, 2002.

HAILA, A. The theory of land rent at the crossroads. *Environment and Planning D*, v.8, 275-96, 1990.

HALL, R. J.; KAVESKI, I. D. S.; HEIN, N. Análise do endividamento e o impacto no custo da dívida e rentabilidade das empresas do agronegócio brasileiro listadas na BM&FBovespa. *Custos e Agronegócio*, v.10, n.4, 39–59, 2014.

HARVEY, D. *The limits to capital*. 2nd ed. London and New York: Verso, 2006.

HARVEY, D. *Social justice and the city*. Revised ed. Athens and London: University of Georgia Press, 2009.

HELFAND, S.M.; REZENDE, G. C. The impact of sector-specific and economy-wide policy reforms on the agricultural sector in Brazil: 1980-98. *Contemporary Economic Policy*, v.22, n.2, 194-212, 2004.

HELM, D. Government failure, rent-seeking, and capture: The design of climate change policy. *Oxford Review of Economic Policy*, v.26, n.2, 182-96, 2010.

IMEA (Mato Grosso Institute of Agricultural Economics). *Composição do funding do custeio da soja para safra 2015/16 em Mato Grosso*. Bulletin December/2015. Cuiabá, 2015.

IMEA (Mato Grosso Institute of Agricultural Economics). *Conjuntura econômica*. No. 22, April/2016. Cuiabá, 2016.

IORIS, A. A. R. Reassessing development: Pantanal's history, dilemmas and prospect. In: *Tropical wetland management: The South-American Pantanal and the international experience*, Ioris, A. A. R. (ed.), p.199-222. Farnham, Surrey: Ashgate, 2012.

IORIS, A. A. R. Theorizing state-environment relationships: Antinomies of flexibility and legitimacy. *Progress in Human Geography*, v.39, n.2, p.167-84, 2015.

IORIS, A. A. R. Agribusiness in Brazil: The narrative drives on. *Revista NERA*, v.33, p.139-54, 2016.

IORIS, A. A. R. Encroachment and entrenchment of agro-neoliberalism in the Centre-West of Brazil. *Journal of Rural Studies*, v.51, p.15-27, 2017.

JEPSON, W. Producing a modern agricultural frontier: Firms and cooperatives in Eastern Mato Grosso, Brazil. *Economic Geography*, v.82, n.3, p.289-316, 2006.

JEPSON, W., BRANNSTROM, C.; FILIPPI, A. Access regimes and regional land change in the Brazilian Cerrado, 1972-2002. *Annals of the Association of American Geographers*, v.100, n.1, p.87-111, 2010.

KOHLHEPP, G. Amazonia 2000: An evaluation of three decades of regional planning and development programmes in the Brazilian Amazon Region. *Amazoniana*, v.16, n.3-4, p.363-95, 2001.

KRUEGER, A. O. The political economy of the rent-seeking society. *American Economic Review*, v.64, n.3, p.291-303, 1974.

LACERDA, E. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. *Ruris*, v.5, n.1, p.183-207, 2011.

LAVAL, E. Luttes au sein du régime alimentaire néolibéral: Résistance et émergence politique des producteurs de soja du Mato Grosso. *Revue Canadienne d'Études du Développement*, v.36, n.3, p.296-312, 2015.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Trans. D. Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

MAHAR, D. J. *Frontier development policy in Brazil: A study of Amazonia*. New York: Praeger, 1979.

MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra*. 9th ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. *Theories of surplus-value. Vol. 2*. Trans. R. Simpson. Moscow: Progress, 1968.

MARX, K. *Grundrisse*. Trans. M. Nicolaus. London: Penguin, 1973.

MARX, K. *Economic and philosophic manuscripts*. Trans. M. Milligan. Amherst: Prometheus, 1988.

MARX, K. *Capital. Vol. 3*. Trans. D. Fernbach. London: Penguin, 1991.

MÉSZÁROS, I. *Marx's theory of alienation*. London: Merlin Press, 2005.

MORENO, G. *Terra e poder em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

NGO, T. W. Rent seeking under the licensing state: The institutional sources of economic corruption in China. In: *Preventing corruption in Asia: Institutional design and policy capacity*, Gong, T; Ma, S. K. (eds.), p.38-56. London and New York: Routledge, 2009.

O'DOUGHERTY, M. The devalued state and nation: Neoliberalism and the moral economy discourse of the Brazilian middle class, 1986-1994. *Latin American Perspectives*, v.26, n.1, p.151-74, 1999.

OLIVEIRA, G.; HECHT, S. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: Globalization, intensification and neo-nature in South America. *Journal of Peasant Studies*, v.43, n.2, p.251-85, 2016.

PATEL, R. The long Green Revolution. *Journal of Peasant Studies*, v.40, n.1, p.1-63, 2013.

PEINE, E.K. Corporate mobilization on the soybean frontier of Mato Grosso, Brazil. In: *Contesting development: Critical struggles for social change*, McMichael, P. (ed.), p.132-45. New York and London: Routledge, 2010.

PEREIRA, B. D. *Agropecuária de Mato Grosso: Velhas questões de uma nova economia*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 15th ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMMINGER, R. 2008. A modernização da agricultura e indicadores sociais no Estado de Mato Grosso (1980-2005). Cuiabá, 2008. MSc dissertation – Federal University of Mato Grosso (UFMT), Brazil.

RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. 2nd ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RAUSCH, L. Convergent agrarian frontiers in the settlement of Mato Grosso, Brazil. *Historical Geography*, v.42, p.276-97, 2014.

RECOMPENSA JOSEPH, L. C.; PEREIRA, B. D.; RECOMPENSA JOSEPH, T. W. (eds.). *Identificando, mapeando e analisando sistemas produtivos inovativos e/ou arranjos produtivos locais em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

RIBEIRO, H. S. *Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia oriental.* Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RICARDO, D. *The principles of political economy and taxation*. Mineola: Dover Publications, 2004.

RICHARDS, P. What drives indirect land use change? How Brazil's agriculture sector influences frontier deforestation. *Annals of the Association of American Geographers*, v.105, n.5, p.1026-40, 2015.

RICHARDS, P.; WALKER, R.; ARIMA, E. Y. Spatially complex land change: The indirect effect of Brazil's agricultural sector on land use in Amazonia. *Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions*, 29, p.1-9, 2014.

SAWYER, D. R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: Ensaio de interpretação estrutural e espacial. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.1, n.1/2, p.3-34, 1984.

SCHMITZ, A.; FURTAN, H.; BAYLIS, K. *Agricultural policy, agribusiness, and rent-seeking behavior*. Toronto: University of Toronto Press, 2002.

SILVA, R. R. A expansão da fronteira produtiva nos cerrados. *Fundação João Pinheiro*, v.15, p.53-61, 1985.

SIQUEIRA, E. M. As minas de Cuiabá: Primeiros tempos. *Revista Universidade*, v.2, n.1, p.25-32, 1982.

SMITH, A. *Wealth of Nations*. Selected edition. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SPOERER, M. Agricultural protection and support in the European Economic Community, 1962-92: Rent-seeking or welfare policy. *European Review of Economic History*, v.19, n.2, p.195-214, 2015.

SWYNGEDOUW, E. Rent and landed property. In: *The Elgar companion to Marxist economics*, Fine, B.; Saad-Filho, A. (eds.), p.310-15. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2012.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos*. 2nd ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

TORRES, M. (ed.). *Amazônia revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.

TRATNIK, M.; FRANIC, R.; SVRZNJAK, K.; BASIC, F. Land rents as a criterion for regionalization: The case of wheat growing in Croatia. *Land Use Policy*, v.26, n.1, p.104-11, 2009.

WALKER, R. Sparing land for nature in the Brazilian Amazon: Implications from location rent theory. *Geographical Analysis*, v.46, p.18-36, 2014.

WEINHOLD, D.; KILLICK, E.; REIS, E. J. Soybeans, poverty and inequality in the Brazilian Amazon. *World Development*, v.52, p.132-43, 2013.

WOOD, C. H.; WILSON, J. The magnitude of migration to the Brazilian frontier. In: *Frontier expansion in Amazonia,* Schmink M.; Wood, C. H. (eds.), p.142-52. Gainesville: University of Florida Press, 1984.

Sobre o autor

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestrado em Environmental Change and Management pela Oxford University; Doutorado em Geography and Environment pela University of Aberdeen; Atualmente é Senior lecture em Cardiff University, no País de Gales.

Como citar este artigo

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Interrogating the Advance of Agribusiness in the Amazon: Production, Rent and Politics. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.74-97, dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 05 de setembro de 2017
Devolvido para a revisão em 11 de dezembro de 2017

Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira

Pedro Marcelo Staevie
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil e Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), Foz do Iguaçú, Paraná, Brasil
E-mail: pedro.staevie@unila.edu.br

Resumo

Sem buscar esgotar o debate, no presente artigo busca-se realizar um breve balanço sobre as discussões relacionadas aos impactos da expansão do agronegócio, em particular a sojicultura, sobre a floresta amazônica. O debate não se resume aos impactos ambientais, mas também às conseqüências sociais resultantes deste processo. De um lado apresentamos algumas idéias dos defensores da ampliação do agrosbusiness na região e por outro lado a dos opositores, contrários a esta expansão por acreditarem ser negativa para o meio ambiente e para, por exemplo, as populações indígenas e as comunidades remanescentes de quilombolas.

Palavras-Chave: agronegócio; impactos; Amazônia.

Stock of discussions on the impact of agribusiness on the Brazilian Amazon

Abstract

Without seeking to exhaust the debate, this article seeks to carry out a brief review of the discussions related to the impacts of the expansion of agribusiness, in particular soy farming, on the Amazonian forest. The debate is not limited to the environmental impacts, but also to the social consequences resulting from this process. On the one hand we present some ideas of the proponents of agrosbusiness expansion in the region and, on the other hand, of the opponents who oppose this expansion because they believe that they are negative for the environment and for, for example, the indigenous populations and the remaining quilombola communities.

Key-words: agribusiness; impacts; Amazon**.**

Un balance de las discusiones sobre los impactos del agronegocio sobre la Amazonia brasileña

Resumen

Sin buscar agotar el debate, en el presente artículo se busca realizar un breve balance sobre las discusiones relacionadas a los impactos de la expansión del agronegocio, en particular la soja, sobre la selva amazónica. El debate no se resume a los impactos ambientales, sino también a las consecuencias sociales resultantes de este proceso. De un lado presentamos algunas ideas de los defensores de la ampliación del agrosbusiness en la región y por otro lado la de los opositores, contrarios a esta expansión por creer ser negativa para el medio ambiente y para, por ejemplo, las poblaciones indígenas y las comunidades remanentes de quilombolas.

Palabras clave: agroindustria; impactos; Amazonia.

Introdução

Um debate atual, importante e recorrente no que tange ao futuro do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira diz respeito à introdução do agronegócio, sobretudo de grãos (particularmente a soja), em seu território. Esta leguminosa é intensamente produzida no Brasil a partir, principalmente, dos anos 1970 no sul do país e, aos poucos, foi se espalhando por vastas áreas do território nacional, alcançando há cerca de vinte anos a Amazônia. Ainda que esta seja uma cultura central na abordagem deste debate, não é a única.

A partir dos anos 1960, inicia-se um processo mais intenso de ocupação do território amazônico, considerado então como um grande vazio demográfico que necessitava urgentemente ser ocupado para deixar esta condição de amplo espaço desocupado. O mote da ocupação amazônica dentro de uma lógica de integração nacional, advogado pelo estamento militar à frente do governo federal era o de “integrar para não entregar”. Dentro de uma nova conjectura de planejamento regional integrada da Amazônia, vista a partir de então inserida na lógica do capitalismo internacional, os governos militares levaram a frente diversos megaprojetos desenvolvimentistas para a região, apoiados no capital privado nacional e internacional, tais como a construção da rodovia Transamazônica, a implementação da Zona Franca de Manaus, o Projeto Jari (no estado do Amapá), as Hidroelétrica de Tucuruí (no estado do Pará) e Balbina (no estado do Amazonas), dentre outros.

Boa parte das políticas de ocupação da região amazônica se deram através de programas de colonização agrícola dirigida, desenvolvidos pelo governo federal e também pela iniciativa privada. Tais políticas ocorreram, sobretudo, a partir da ascensão dos militares ao poder. Nos primeiros anos do regime militar, o público alvo dos projetos de colonização (e não de reforma agrária) era de pequenos agricultores do Nordeste brasileiro. Este foco se deu pela leitura do governo que, estes projetos poderiam resolver os conflitos agrários naquela região (Nordeste), bastante recorrentes naquela porção do território nacional. A idéia era que ao levar os nordestinos para a Amazônia resolveria os conflitos, pois a Amazônia era *muita terra para pouca gente* Dessa forma, não haveria conflitos por terra na região. Com isso, focava-se então nas pessoas oriundas da região onde havia *muita gente para pouca terra.*

Em um segundo momento, a partir do Plano de Integração Nacional (1970) e com maior intensidade a partir do governo do presidente Ernesto Geisel em 1974, há uma mudança no público-alvo dos referidos projetos. Agora a escolha recai sobre os sulistas, tidos como mais capacitados para levar o desenvolvimento da produção agrícola para a região. Projetos estatais e cooperativos, como o assentamento humano que deu origem a cidade de Sinop, no estado do Mato Grosso, por exemplo, são levados a cabo na Amazônia. A denominação de Sinop, no norte do estado, deriva do acrônimo de *Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná*,

nome da empresa responsável pela colonização do norte de Mato Grosso por agricultores do norte paranaense. O processo que ocupou a área na qual atualmente se situa a área urbana do município se iniciou em ainda em 1972, durante a aquisição de mais de 500 mil hectares de terreno pela Colonizadora Sinop S.A., que se localizam a uma distância de 500 km de Cuiabá na BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Programas como o Poloamazônia, o Polocentro e o Prodecer (estes dois últimos voltados mais ao Cerrado) incentivavam o deslocamento de significativos contingentes populacionais, sobretudo do Paraná e Rio Grande do Sul em direção ao norte, num movimento de ocupação intensiva dos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Pará. Tendo em vista serem esses novos imigrantes oriundos de estados fortemente produtores de grãos - particularmente soja - a atividade começa a ser desenvolvida nos estados apontados anteriormente. Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Rondônia são importantes produtores de soja, particularmente o Mato Grosso, maior produtor nacional desta leguminosa. O crescimento desta lavoura no estado foi espantoso, saltando de cerca de 2 milhões de toneladas colhidas no início dos anos 1990 para nada menos do que 30 milhões de toneladas atuais (G1, 2017). A termo de exemplo, entre as safras de 2006/2007 e 20013/14 a cultura incorporou mais de 9 milhões de hectares em área plantada no país, parte dela na região amazônica. No Pará, os municípios com maior crescimento da lavoura de soja são Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis e Rondon do Pará. Dados da Embrapa apontam um crescimento médio de 15% ao ano. O sul paraense é outra região que vem se destacando na sojicultura. Redenção, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras passaram de uma área plantada de 500 hectares em 2002 para 110 mil hectares em 2014, um acréscimo de mais de 200 vezes em pouco mais de uma década.

Procedimentos metodológicos

A partir de uma revisão de trabalhos científicos sobre a temática por ora abordada, juntamente com a verificação dos dados acerca da expansão do agronegócio, sobretudo da sojicultura, procedemos ao debate apresentado no presente artigo.

A expansão do agronegócio na Amazônia brasileira tem sido objeto de análise por parte de cientistas de distintas formações e matrizes de pensamento, além de também ser alvo de distintos agentes políticos e sociais.

Este debate toma cada vez mais corpo com a confirmação empírica do crescimento das atividades ligadas ao *agrobusiness* na região em questão. Hodiernamente, verifica-se um avanço da ocupação do espaço amazônico pelas grandes lavouras empresariais, que

contribuem para a balança comercial brasileira e, de forma mais ampla, para o chamado balanço de pagamentos do país. Sem sombra de dúvidas esta ampliação produtiva na Amazônia, inserida numa lógica capitalista de produção, resulta em expressivos impactos de ordem econômica, ambiental, social e até mesmo cultural para as populações amazônidas que são atingidas direta ou indiretamente pelos empreendimentos.

Alguns analistas enxergam com bons olhos essa expansão, ao passo que outros criticam veementemente o fenômeno, dadas suas distintas interpretações e interesses que subjazem suas análises. Por isso, resolvemos proceder a uma revisão de alguns trabalhos científicos que tratam da temática proposta para subsidiar o presente artigo, que, como deixamos claro no título, busca fazer um balanço do debate sobre os impactos da expansão do agronegócio na Amazônia brasileira, apresentando posições favoráveis e contrárias ao processo em questão.

Notoriamente, o debate, como dito, se amplia com a confirmação da crescente produção em grande escala dos principais produtos da pauta de exportações agropecuárias do país na Amazônia Legal[1] brasileira.

O debate atual

Nos primeiros anos do século XXI, tem se intensificado o interesse de empreendedores agroindustriais, tanto nacionais como internacionais, pela Amazônia. Estes empresários são atraídos pelo baixo preço da terra, comparado a outras regiões, como o Sul e o Centro Oeste, por exemplo; o baixo custo da mão de obra; o baixo custo de produção, resultante da grande quantidade de chuva e de incidência solar; dentre outras (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004). Nas palavras destes autores, “essa presença é marcante, especialmente, no setor do reflorestamento e da produção de madeira; na produção de grãos, com destaque para a soja e, em menor escala, para o arroz e o milho; e na agroindústria bovina (frigoríficos e laticínios)” (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004, p.25).

A partir do movimento de deslocamento e ampliação da produção em direção à Amazônia, apontado anteriormente, inicia-se com maior intensidade debates científicos e não-científicos sobre as consequências deste para a manutenção do ecossistema amazônico em todas as suas dimensões. Perda de biodiversidade, contaminação das águas, compactação de solo, alteração do regime hídrico e tantos outros problemas ambientais são levantados como estandarte da luta contra a expansão da sojicultura na região amazônica, suscitando

[1] A Amazônia Legal brasileira foi definida na lei n.1806, de 06 de janeiro de 1953. Atualmente pertencem à Amazônia Legal todos os estados da Região Norte, o estado do Mato Grosso, porção do Estado do Maranhão à oeste do meridiano 44º e 0,8% do estado de Goiás.Sua área total é de aproximadamente 5.217.000 km², cerca de 60% do território nacional.

um amplo debate entre os defensores desta bandeira e os que não comungam, pelo menos não de forma radical, esta visão tida como ambientalista. Entretanto, não obstante o que afirmamos anteriormente, este debate (de cunho amplamente ambientalista não pode ser desvinculado da discussão sobre a ideia da aptidão edafoclimática da região, sobretudo no que diz respeito ao quesito pedológico do ecossistema amazônico para a produção de grãos e de outras culturas agrícolas.

Para McGrath e Vera Diaz (2006), nos últimos anos percebe-se uma evolução no pensamento acerca do potencial agronômico dos solos amazônicos em direção à aceitação de que os mesmos podem e são apropriados para o cultivo de lavouras contínuas. Segundo estes autores, os defensores da não atividade de cultivo contínuo na Amazônia,

> argumentavam que devido às características dos solos, apenas atividades extensivas como a agricultura de corte e queima, os sistemas agroflorestais, o manejo florestal e a sivicultura eram viáveis [...] a vocação dos solos amazônicos era o manejo florestal" (MCGRATH; VERA DIAZ, p. 152, 2006).

A região amazônica apresenta ampla diversidade geológica, onde encontramos rochas sedimentares, metamórficas e magmáticas, de diferentes origens e diversas idades. Ocorre variação significativa na geomorfologia ou na topografia. Por isso, os solos da região também apresentam contraste e diversidade (MALAVOLTA, apud VIEIRA; SANTOS, 1987). Segundo estes autores, os principais tipos de solo encontrados na Amazônia são o latossolo amarelo, o latossolo vermelho-amarelo e o podzólico vermelho-amarelo.

No sentido da evolução, começa a se desenvolver ainda na década de 1970 uma posição contrária a esta apresentada anteriormente por McGrath e Vera Diaz (2006), a partir de pesquisas desenvolvidas por Sanchez e Buol. Estes autores argumentavam que alguns tipos de solos encontrados na Amazônia que "tinham boa estrutura e textura e os problemas de toxicidade de alumínio e baixa fertilidade poderiam ser corrigidos com a combinação apropriada de insumos químicos" (MCGRATH, VERA DIAZ, 2006 p. 152). Defendem ser fundamental entender a fertilidade dos solos da Amazônia e compreender as práticas destinadas a aumentar a produtividade agrícola dos mesmos, possibilitando que este ecossistema possa ser perturbado com o mínimo de dano irreversível. Por exemplo, segundo Malavolta (apud VIERIA; SANTOS, 1987), a compactação do solo originada pela utilização de máquinas pesadas e que deteriora a estrutura pela redução da taxa de infiltração de água e de aproveitamento dos nutrientes do solo pode ser anulada, em grande parte "pelo emprego da calagem e de adubação" (MALAVOLTA, apud VIEIRA; SANTOS, 1987, p.394) em dose e aplicação correta para determinado solo e objetivo agronômico.

As condições climáticas da Amazônia também eram e ainda são consideradas por alguns empecilhos para o desenvolvimento da produção de grãos na região, principalmente em função da elevada taxa pluviométrica nela existente, ainda que não observada em toda a

região. Entretanto, a partir da elaboração de pesquisas agronômicas que levaram à criação de novas variedades (de soja, no caso) tolerantes aos baixos níveis de fósforo e aos elevados níveis de alumínio, além de adaptação às circunstâncias de clima, as barreiras impostas pelas condições do solo para a lavoura de soja na Amazônia brasileira foram derrubadas (MCGRATH; VERA DIAZ, 2006). Segundo estes,

> até as condições climáticas são um fator cada vez menos limitantes, desde que os programas de pesquisa de soja brasileiros têm desenvolvido germoplasmas de período juvenil longo, adequados para as condições tropicais de latitudes mais baixas (MCGRATH; VERA DIAZ, 2006, p. 153).

Em Roraima, por exemplo, considerada a última fronteira agrícola do país, na fronteira com Venezuela e Guiana, a sojicultora vem atraindo cada vez mais investidores nacionais e internacionais, que apostam nas sementes da Embrapa para alavancar a produção. Hoje, segundo a Embrapa (2017), aproximadamente 95% da soja plantada naquele estado é proveniente do trabalho de pesquisa da empresa, com materiais melhorados e incorporação de importantes incrementos tecnológicos. São dez as cultivares já testadas em área de produtor e campos experimentais, todas disponibilizadas para cultivo.

Ainda conforme a Embrapa, Roraima desponta como um novo pólo sojicultor na Amazônia. Para pesquisadores da empresa, Roraima possui condições de solo e clima adequados para o cultivo do grão. O estado possui atualmente 25 mil hectares de área plantada e produtividade em torno de 3,0 mil toneladas por hectare. Segundo estimativas da Embrapa, até o ano de 2020 serão cultivados em torno de cem mil hectares de soja integrados à bovinocultura de corte, com uma repercussão financeira de R$ 500 milhões de reais. Um das vantagens da região, segundo pesquisadores da Embrapa, é a safra invertida. Em agosto/setembro, quando os sojicultores de outros estados do país estão iniciando a semeadura, em Roraima a colheita já está começando (EMBRAPA, 2017)

A Embrapa começou as pesquisas com a soja no estado de Roraima no início da década de 1980, visando a incorporação de parte do cerrado roraimense, também conhecido como lavrado, ao processo produtivo do grão. Em 1982, ocorreu a recomendação da primeira cultivar de soja para estado, a BRS Tropical. Este material apresentava produtividade em torno 1.500 kg/ha, baixo para os padrões atuais devido à falta de maiores conhecimentos tecnológicos sobre adaptação da soja às condições de baixa latitude, como é o caso do estado roraimense (EMBRAPA, 2017).

Em 2014 foram recomendadas mais três novas cultivares: BRS 7980, BRS 8381 e BRS 8581. Além do elevado potencial produtivo, esses materiais incorporam avanços tecnológicos importantes como ciclo mais curto e resistência à maioria dos nematóides,

parasitas que atacam as raízes das plantas, prejudicando a absorção e a translocação de água e nutrientes que ocorrem na região (EMBRAPA, 2017)

O ciclo mais curto, segundo pesquisadores da Embrapa, oferece maior segurança ao sojicultor por ampliar a janela de semeadura e minimizar o efeito dos veranicos, permite a incorporação de áreas com período chuvoso mais curto, além da implantação de pastagem, associada ao cultivo da soja, na mesma safra, decisivo para o sucesso da integração lavoura-pecuária (EMBRAPA, 2017).

A novidade mais recente, em relação às cultivares para o cerrado roraimense foi a disponibilização, no ano de 2016, de três novas cultivares de soja: a BRS 8780, a BRS 9180 IPRO e a BRS 9383 IPRO. As duas últimas incorporam os mais recentes avanços em biotecnologia, que trazem a expressão "BT", apresentando tolerância ao herbicida glifosato e proteção contra as principais lagartas da cultura da soja (EMBRAPA, 2017).

No estado vizinho, Amazonas, os primeiros trabalhos com soja, segundo Wherman e Duarte (2004) foram anteriores, na segunda metade dos anos 1970. O Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), sediado em Manaus, criou a Divisão de Ciências Agronômicas e começou a intensificar as pesquisas com a leguminosa (WHERMAN; DUARTE, 2004). Segundo estas autoras, nos três primeiros anos, as pesquisas foram direcionadas para adaptação de variedades, adubação e correção do solo, fitossanidade e fotoperiodismo. Destacam ainda trabalho de Hartwig e Kihl (1979), que identificaram um gene na soja que posterga o início da produção de hormônios que desencadeiam o florescimento e maturação da planta. “A descoberta desse gene foi fundamental para o desenvolvimento de cultivares para baixas latitudes” (WHERMAN; DUARTE, 2004, p. 149).

Outros fatores, como a criação de infra-estrutura, crescimento da demanda nos mercados internacionais, baixo preço da terra, dentre outros, são apontados também como fundamentais para o deslocamento da produção em direção não só a Roraima, mas ao Norte como um todo, rumo à Amazônia, sobretudo a partir dos anos 2000. Ainda que a expansão para a Amazônia se dê já na década de 1970, esse movimento se intensifica para estados como Roraima somente nos anos 2000.

Autores como Fearnside (2000), por exemplo, vêem com preocupação esta expansão da sojicultura pelo território amazônico. Nas palavras do autor, “a soja representa uma recente e poderosa ameaça à biodiversidade na Amazônia brasileira” (FEARNSIDE, 2000, p.74). Para ele, o problema não reside apenas na lavoura de soja propriamente dita, mas também no que chama de “efeito de arrasto”, investimentos em infra-estrutura que provocam a destruição e fragmentação de imensas áreas de floresta. Nas palavras de Fearnside:

> o impacto da soja excede em muito a perda direta de áreas naturais convertidas a este uso de terra porque somente a soja pode justificar o desenvolvimento da infra-estrutura volumosa necessária para prover transporte para o escoamento da safra e para a entrada de insumos (FEARNSIDE, 2000, p. 76).

Fearnside (2000) afirma que mesmo que poucos sojicultores tenham derrubado a floresta para exercer sua atividade produtiva, estes compraram áreas já desmatadas de pequenos agricultores, que por sua vez se deslocam para áreas de fronteira e iniciam novamente o desmatamento. Aponta também para o prejuízo ambiental decorrente da utilização de agrotóxicos no combate a doenças, insetos e ervas daninhas no cultivo da soja, como a contaminação de lagos e rios, levando ao contamino dos peixes. Ademais, estes agrotóxicos podem impactar as pessoas diretamente expostas a eles.

Para Almeida e Marin (2010), um grave problema que tem ocorrido com a expansão do agronegócio na Amazônia é o processo de desterritorialização que afeta terras tradicionalmente ocupadas por diversas comunidades na região, afetando diretamente os direitos territoriais destas populações. Os autores entendem como desterritorialização,

> o conjunto de medidas designadas como agroestratégias, que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica, liberando-as tanto de condicionantes jurídico formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundos de pasto, faxinais, ribeirinhos, geraizeiros e outras categorias sociais (ALMEIDA; MARIN, 2010 p. 141)

Tais medidas têm inviabilizado, por exemplo, a titulação definitiva das comunidades remanescentes de quilombo, pois, a propriedade definitiva tornaria equilibrado o jogo de forças nas relações de mercado. Visto que a propriedade não é necessariamente individualizada, sendo condicionada às decisões de associações comunitárias, torna-se obstáculo às transações comerciais, praticamente impedindo-a de se tornar uma mercadoria, como desejaria o mercado (ALMEIDA; MARIN, 2010). Os problemas não se resumiriam às questões ambientais, mas também étnicas, culturais, sociais, dentre outros.

Já McGrath e Vera Diaz (2006), não negam a possibilidade de implicações negativas da soja no ambiente amazônico, mas alertam para a necessidade de um maior conhecimento científico sobre o tema, haja vista ser esta cultura ainda recente na região e que uma avaliação mais apurada neste momento seria mera especulação. Segundo os autores, muitos avaliadores utilizam-se de estudos feitos no cerrado brasileiro e transportam seus resultados para a Amazônia. Outro ponto importante destacado pelos autores é a necessidade de se avaliar a soja em relação a outros sistemas de uso do solo na região. Apontam por exemplo,

que a contribuição, seja direta ou indireta da soja no desmatamento é baixíssima em relação à pecuária, atividade esta responsável por aproximadamente 75% da área desmatada na Amazônia Legal brasileira.

Assim, na tentativa de contribuir para a desmistificação do papel nefasto da sojicultura sobre o ecossistema amazônico, estes autores avaliam alguns tipos de mudanças ambientais que são comumente associados ao plantio da soja, quais sejam: a modificação da cobertura vegetal, do solo, do sistema hidrológico, do ambiente bioquímico, dos agrotóxicos e da biodiversidade. Concluem daí que esta avaliação só pode ser feita a partir da comparação com outros sistemas de uso do solo desenvolvidos na Amazônia. A passagem a seguir é fundamental para entendermos o que querem dizer McGrath e Vera Diaz (2006, p.159):

> Três considerações são relevantes. Primeiro, a soja estabelece uma distinção clara entre área de floresta e área de produção, enquanto a pecuária extensiva e a agricultura de corte e queima avançam continuamente sobre a floresta remanescente. Assim, a soja, ao contrário desses outros sistemas, é potencialmente compatível com a manutenção da floresta remanescente na propriedade. Segundo, o uso regular do fogo para limpar pastos e roçados resulta numa alta freqüência de incêndios [...]. Terceiro, a utilização da água de rios locais pela sojicultura é mínima [...]. Os problemas associados com diferentes usos do solo na Amazônia são diferentes, mas o grau de impacto é semelhante, com um fator agravante: enquanto a soja está restrita a regiões com características muito especificas, a pecuária e da agricultura de corte e queima podem ser praticadas sob uma grande diversidade de condições agronômicas e uma prova disso é que respondem por 95% da área desmatada anualmente.

O problema está, portanto, segundo os autores, na expansão desordenada da produção de soja, e não a produção propriamente dita. Esta desregrada disseminação da sojiciultura é que pode levar a um círculo vicioso de degradação ecológica, em função do não uso apropriado e não planejado de agentes químicos no processo produtivo.

Fearnside (2000), entretanto, aponta para o perigo decorrente de interesses financeiros de empreiteiras e político-eleitoreiros inerentes aos chamados projetos de arrasto. Segundo o autor, estes interesses podem servir como pretexto para a realização de obras públicas vultosas que, aos olhos do povo, pareçam fundamentais para o desenvolvimento da região, o que se tem verificado nos últimos anos, como a construção e ampliação de modais de transportes de carga e hidroelétricas. Os efeitos de arrasto, como afirma Fearnside (2008), referem-se à implementação de outras atividades destrutivas para a floresta, como a exploração pecuária e a exploração madeireira, que se torna cada vez mais acelerada por meio da infra-estrutura construída para a soja. Trata-se do estímulo de investimento privado em função de uma despesa pública em um projeto, principalmente de infraestrutura. A termos de exemplo, a BR 364, que liga os estados do Acre e Mato Grosso, recebeu cerca de R$ 21 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) somente em janeiro de 2008. Ainda no ano de 2007, o terminal da empresa de transporte de soja ligado ao grupo Maggi,

localizada em Porto Velho (RO), movimentou 3 milhões de toneladas de soja para a Europa e Ásia (FEARNSIDE, 2008). Para o autor, nem o sistema de licenciamento ambiental é capaz de impedir o avanço da sojicultura na Amazônia, dada a pressão dos grupos beneficiários desta expansão. Ainda que haja um arcabouço institucional para coibir as práticas deletérias dos grandes empreendimentos, as força econômica e política dos grupos interessados acaba, em muitos casos, sobrepondo seus interesses ao bem comum da população afetada.

Já para Yuyama (2008), o fato da expansão da soja ser considerada nos últimos anos a grande vilã da floresta amazônica é um mito. Isto porque, para o autor, a realidade dos fatos mostra que a sojicultura na Amazônia é inviável, principalmente pelos problemas de logística e da realidade local. Segundo Yuyama (2008), as dificuldades para a produção da leguminosa na Amazônia são inúmeras, como as condições climáticas, altos custos dos insumos, necessidade da melhoria da qualidade dos grãos e armazenamento, umidade, péssimas condições das estradas, dentre outras. "Nessas condições, para o produtor investir na cultura da soja, a Amazônia é um péssimo negócio. Dessa forma, tanto a natureza quanto o conjunto de variáveis mencionadas cuidam, por antecipação, da dizimação da soja na Amazônia" (YUYAMA, 2008, p.53). Portanto, para Yuyama (2008), não há porque se preocupar com esta ameaça, pois esta não passa de discurso vazio.

No tocante à atividade pecuária e sua relação com o desmatamento da Amazônia brasileira, Kaimovitz *et al* (2005) apontam para um forte correlação positiva entre estes dois fenômenos, puxada pela expansão das exportações de carne. Segundo estes autores, o crescimento das exportações de carnes brasileiras está contribuindo para o aumento do desmatamento da floresta amazônica. Na mesma direção de McGrath; Vera Diaz (2006), mostram que a atividade pecuária é amplamente prejudicial à manutenção da floresta em pé. Entretanto, Kaimovitz *et al* (2005) associam esta relação (pecuária x desmatamento) com a expansão da demanda externa pela carne brasileira. Mais uma vez, torna-se importante analisar a sojicultura frente a outras formas de utilização do solo na Amazônia. Não podemos esquecer, entretanto, que a atividade pecuária se inclui no rol do chamado agronegócio. Por isso, achamos por bem destacar este ponto. Numa análise mais apurada da relação do agronegócio com o desmatamento, é imprescindível analisarmos a atividade pecuária como elemento constituinte deste setor produtivo. Entretanto, é importante termos em mente a forma como é praticada a pecuária extensiva na Amazônia. Não obstante, a grande discussão atual reside mesmo na relação entre a soja e o desmatamento, como abordamos anteriormente, subsidiados em autores como McGrath; Vera Diaz (2006) e Fearnside (2000, 2008), por exemplo.

Autores como Nepstad, Stickler e Almeida (2006) também trazem contribuições importantes ao debate. Para estes autores, a preocupação ambiental crescente nos mercados internacionais vem contribuir para a mitigação dos impactos negativos da pecuária e da soja

sobre o ecossistema amazônico. Os demandantes internacionais destes alimentos, assim como os órgãos financiadores das atividades, cada vez mais condicionam suas ações (consumo e financiamento) a garantias ambientais por parte dos ofertantes estrangeiros. Dito de outra forma, quem compra soja e carne, por exemplo, e quem financia estas produções querem a garantia de que estes produtos sejam produzidos com o mínimo de impacto sobre o meio ambiente. Assim sendo, a certificação ambiental torna-se um grande aliado da conservação amazônica. Entretanto, a pergunta que se coloca é a seguinte: será mesmo que os grandes compradores, sobretudo os europeus realmente consideram estas questões ambientais ao adquirirem a soja brasileira?

Como já dissemos anteriormente, a problemática levantada por McGrath e Vera Diaz (2006) reside na expansão desordenada da sojicultura no ecossistema amazônico. Para que isto não ocorra, outros mecanismos ainda não apontados são importantes, a saber: a legislação ambiental aplicada de forma efetiva, o monitoramento do plantio por parte das grandes empresas e um zoneamento efetivo que aponte as áreas nas quais a atividade possa ser desenvolvida de forma a não impactar negativamente o ecossistema. Para alguns autores, como AbSaber (1996), o Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento importante para o correto planejamento da produção agropecuária na Amazônia, ajudando a mitigar os possíveis efeitos negativos da expansão produtiva naquele ecossistema.

Por fim, um problema que pode se apresentar é que a exagerada utilização de insumos químicos leva a um “círculo vicioso de degradação do potencial produtivo e ao aumento da pressão de pragas, elevando os custos de produção*”* (MCGRATH; VERA DIAZ, p. 26). Isto poderia levar a um abandono da atividade produtiva, deixando um legado ambiental negativo para estas áreas em que a atividade fosse deixada de lado. O problema da superprodução de soja pode levar a uma pressão baixista dos preços desta *commoditie* no mercado internacional, acarretando também um abandono da sojicultura, resultando no mesmo cenário descrito anteriormente.

Apesar de todo o discurso (científico ou não) contrário à expansão da soja na Amazônia, um fato é incontestável: a produção desta leguminosa vem se ampliando na região, ratificando o paradigma de que dá para se produzir grãos na Amazônia - as restrições pedológicas advogadas por muitos anos estão caindo por terra. E, segundo McGrath; Vera Diaz (2006) para entendermos as consequências deste processo, ainda necessitamos de maior conhecimento científico sobre o tema. Nas palavras dos autores “uma avaliação neste momento é bastante especulativa” (MCGRATH; VERA DIAZ, 2006, p. 153). Entretanto, como apontam Almeida e Marin (2010), o problema não reside na questão da adaptação da produção ao solo amazônico), da qual nem chegam a tratar, mas dos efeitos perversos que a expansão desenfreada do agronegócio tem legado à região, resultando principalmente num processo de desterritorialização na Amazônia, a partir da irresponsável flexibilização dos

direitos territoriais de indígenas e quilombolas. Esse processo de desterritorialização vem se acelerando com a reestruturação do mercado de terras, resultante da tentativa de redefinição da Amazônia Legal brasileira; da iniciativa de redução da reserva legal dos imóveis rurais; pela liberação de crédito para quem pratica crime ambiental; da proposta de redução da faixa de fronteira internacional e da privatização de terras públicas sem licitação na Amazônia (ALMEIDA; MARIN, 2010).

Considerações finais

Sem buscar esgotar o debate, no presente artigo buscamos fazer um breve balanço da discussão que envolve a expansão do agronegócio, em particular da lavoura de soja, e seus impactos ambientais e sociais na Amazônia brasileira. Nos últimos 20 anos há uma forte aceleração da ampliação do agrobusiness na Amazônia brasileira, o que tem levado a um debate acalorado entre os defensores e os opositores deste movimento.

Por um lado, os defensores advogam que as antigas barreiras, sobretudo podológicas, para a produção de soja na Amazônia, caíram por terra devido ao desenvolvimento de tecnologia que propiciou a produção da soja no solo amazônico, além de adaptável ao clima e regime pluviométrico. Esta possibilidade de produção levaria a uma possibilidade de desenvolvimento econômico para a região, proporcionando ganhos para a população local. Autores como McGrath e Vera Diaz, afirmam que o problema não está na produção propriamente dita, mas sim na expansão desenfreada do cultivo da soja. Uma produção planejada poderia levar sim ao desenvolvimento econômico para a Amazônia brasileira.

De outra parte, autores como Fearnside (2000 e 2008) e Almeida; Marin (2010), afirmam ser problemática a expansão do agronegócio na região amazônica. Para o primeiro, o problema não reside somente no crescimento da lavoura de soja propriamente dito, mas também no que chama de “efeito de arrasto”, ou seja, investimentos em infra-estrutura que provocam a destruição e fragmentação de imensas áreas de floresta, contribuindo enormemente para a perda da biodiversidade no bioma amazônico. Já Almeida; Marin (2010), um sério problema que vem ocorrendo com o alargamento do agronegócio na Amazônia é o processo de desterritorialização que afeta terras tradicionalmente ocupadas por diversas comunidades na região, afetando diretamente os direitos territoriais destas populações, tais como as indígenas e os remanescentes de quilombolas. Isto é resultado de estratégias de apropriação de terras por parte de grandes empresas do setor, articuladas com setores políticos conservadores, institucionalizando políticas públicas voltadas ao incremento de vultosos investimentos no setor agropecuário e minerário.

Há ainda os que defendem ser este debate inócuo, como Yuyama (2008), pois acreditam que a produção da soja e uma expansão geral do agronegócio na Amazônia são inviáveis em função de uma série de elementos, tais como as condições climáticas, a umidade, o custo para produzir e a falta de estrutura logística para a produção em larga escala, dentre outros.

Em suma, não restam dúvidas que a expansão do agronegócio na Amazônia Legal brasileira, em particular a lavoura de soja, seja uma realidade incontestável. Entretanto, os impactos econômicos, sociais, ambientais e até mesmo culturais são interpretados de forma distinta por diferentes autores, resultando numa discussão bastante profícua acerca da temática em questão.

Neste sentido, nos parece que a afirmação de Yuyama (2008) precisa ser recolocada. A expansão da soja e do agronegócio em geral ocorreu e ocorre na Amazônia, mas tal fenômeno se relaciona de fato com os fatores apontados pelo autor e que, a superação das barreiras possa se tornar cada vez mais difícil e custosa, dificultando e até mesmo impedindo o avanço ainda maior da produção agrícola e pecuária na região.

Portanto, nos parece indubitável que o crescente uso da Amazônia para atividades vinculadas ao agronegócio gera impactos de várias ordens e grandezas no ecossistema amazônico e nos seus sociosistemas. Conforme as diferentes posições, estes impactos são positivos e/ ou negativos.

Referências.

AB`SABER; Aziz Nacib. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: USP, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel (Orgs.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

EMBRAPA. **Com sementes da Embrapa, produção de soja cresce em Roraima**. Disponível em <http://embrapa.br/busca-de-noticias/noticia/16502815/com-sementes-da-embrapa-producao-de-soja-cresce-em-roraima>. Acesso em 07 de julho de 2017.

FEARNSIDE, Philip. 2000. O avanço da soja como ameaça à biodiversidade na Amazônia. Pg. 74-82 em **Anais do 5º Simpósio de Ecossistemas Brasileiros**: Conservação. UFES, Vitória.

FEARNSIDE, Philip. Ameaça da soja. In: ULISSES, Capozzoli (org.). **Amazônia:** destinos. Especial Scientific American Brasil. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

G1. MT deve **ter safra de soja recorde apesar de prejuízos por chuvas**. Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/03/producao-de-soja-em-mt-deve-ser-11-maior-apesar-de-prejuizos-por-chuvas.html>. Acesso em 07 de julho de 2017.

KAIMOWITZ, David. et al**. A conexão hambúrguer alimenta a destruição da Amazônia:** desmatamento e pecuária na Amazônia. Center for International Forestry Research (CIFOR), Bogor: Indonésia, 2005.

MALAVOLTA, Eurípedes. Fertilidade dos solos da Amazônia. In: Vieira, L.S.; Santos, P.C. (org.). **Amazônia**: seus solos e outros recursos naturais. São Paulo. Ed. Agronômica Ceres, 1987.

McGRATH, David; VERA DIAZ, Maria Del Carmem. Soja na Amazônia: Impactos ambientais e estratégias de mitigação. **Revista Ciência e Meio Ambiente 32**: p.151-165. Jan/jun 2006. Santa Maria: UFSM, 2006.

NEPSTAD, Daniel; STICKLER, Cláudia; ALMEIDA. 2006. Globalization of the Amazon soy and beef industries: Opportunities for conservation**. Conservation Biology Essays, Vol. 20, N^0 6**, pp. 1595-1603.

SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. Um olhar sobre a Amazônia: das cenas aos cenários. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (Orgs.). **Amazônia:** cenas e cenários. Brasília: Editora UnB, 2004.

WHERMAN; Magda Eva; DUARTE, Laura Maria. o que há em comum entre Região das Missões e lavrados de Roraima? Ou os percursos da soja até a Amazônia Legal. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (Orgs.). **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: Editora UnB, 2004.

YUYAMA, Karou. O revide da natureza. In: ULISSES, Capozzoli. Amazônia: destinos. **Especial Scientific American Brasil**. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

Sobre o autor

Pedro Marcelo Staevie – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia; Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará; Professor da Universidade Federal da Integração Latinoamericana.

Como citar este artigo

STAEVIE, Pedro Marcelo. Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 98-112, Dossiê. 2018.

Recebido para publicação em 11 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 26 de outubro de 2017.
Aceito para a publicação em 12 de dezembro de 2017.

Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense[1].[2]

João Santos Nahum
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
e-mail: prof.joaonahum@gmail.com

Cleison Bastos dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
e-mail: cleisongeo@gmail.com

Resumo

O artigo sustenta que o discurso de produção de dendê para o biodiesel constitui uma ideologia da fronteira. Ao entorno dele, reedita-se a representação de espaço dotado de vantagens comparativas. Para tanto, fundamentamo-nos em dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em relatórios das empresas, bem como em entrevistas com representantes das empresas. Além da introdução e da conclusão, na primeira parte examinamos a produção, consumo e comércio global do dendê indicando que ela se destina à indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene. Na segunda, mostramos a ideologia da fronteira promovida pelo dendê neste início do século XXI, ressaltando a pertinência analítica desta categoria para interpretar dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia.

Palavras-chave: Ideologia da fronteira; dendeicultura; Amazônia; Estado.

Palm for what? Palm for whom? The frontier ideology in Para's Amazon

Abstract

The paper argues that the discourse of palm oil production for biodiesel constitutes a frontier ideology. Around it, the representation of space endowed with comparative advantages is re-edited. To do so, it is based on data from the United States Department of Agriculture, the Brazilian Agricultural Research Corporation, the National Agency for Petroleum, Natural Gas and Biofuels, the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade, and in company reports, as well as interviews with company representatives. In addition to the introduction and conclusion, in the first part examines the palm oil production, consumption and global trade, indicating that it is destined to the food, cosmetics and hygiene industry. The second shows the new frontier ideology promoted by palm oil at the beginning of the 21st century, highlighting the analytical pertinence of this category to interpret territorial dynamics of the Amazonia agrarian space.

Keywords: Frontier ideology; Palm culture; Amazon; State.

[1] Artigo fruto do projeto "Formação territorial e rural da Amazônia", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia" da UFPA.

[2] Nossa gratidão aos professores Gutemberg Armando Diniz Guerra e William Santos de Assis, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da UFPA pela leitura e considerações.

La palme a huile a quoi? La palme à huile pour qui? L´idéologie de la frontière dans l´Amazonie, au Pará

Résumé

Cette article soutien que le discours de la production de palme à huile pour le biodiesel constitue une ideologie de la frontière. Au tour de lui il y a une reédition de la réprésentation de l´espace doté des avantages comparatifs. Pour cela, on prend comme fondements les données du Departement de l´Agriculture des États Unis, de Entreprise Brésilienne de Recherche Agricole, de l´Agence Nationale de Petrole, Gas Naturel et Biocarburantes, du Ministère du Dévélopment, Industrie et des Affaires Étrangeres, des rapports des entreprises, ainsi que des interviews avec des représentants des entreprises. Plus que dans l´introduction et de la conclusion, dans la première partie on examine la production, consumation et comerce global de l´huile de palme en indicant qu´il a la destination pour l´industrie de nourriture, comestics et materiel d´higiene. Dans la deuxième partie on montre l´ideologie de la frontière promu par la cultivation de la palme à huile au depart du XXIème siècle, en metant en relief la pertinence analitique de cette categorie thèorique pour l´interpretation des dinamiques territoriales dans l´espace agraire amazonien.

Mots clés: Ideologie de la frontière; cultivation de palme à huile; Amazonie; État.

Introdução

Na aurora do século XXI a produção do espaço rural na Amazônia paraense tem na dendeicultura um evento que reorganiza paisagem, configuração espacial, dinâmica social, enfim território usado ou espaço geográfico (NAHUM; MALCHER, 2012). Carvalho; Nahum (2014) indicam um período do dendê tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e empresariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra sob o controle de poucas empresas.

Para VEIGA, FURLAN JR, KALTNER (2005, p. 27) “o biodiesel [...] é o principal motivo do interesse atual pelo dendê”. No estado do Pará, o Programa de Óleo de Palma e o Programa Paraense de Incentivo à Produção de Biodiesel - PARABIODIESEL procuram realizar as orientações do programa nacional de produção e uso do biodiesel. Para o Ministério das Minas e Energia essa política tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social, garantir preços competitivos, qualidade e suprimento, produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas (contular o endereço: http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/programa/objetivos_diretrizes.htm).

O Estado, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério das Minas e Energia, indica o dendê como a oleaginosa mais

adequada para produção do biodiesel, seja pelo balanço energético, a produção, produtividade e rentabilidade econômica ou mesmo pela capacidade de recuperar áreas degradas pelo pasto. Segundo o Programa, "produzir biodiesel gera trabalho e renda, tanto no campo, quanto na fábrica. O cultivo da matéria prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimulando a inclusão social em todas as regiões do país" (PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, s/d, p. 5). Entendimento repetido na Mensagem n° 222/2010, que apresenta o Projeto de Lei nº 7.326-C, de 2010 de criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil,

> cuja expansão da produção nacional de óleo de palma permitirá ao Brasil ocupar posição de destaque na produção desse óleo, não só porque poderá se tornar um dos maiores produtores do mundo, mas principalmente pelo fato de que pode fazê-lo de forma sustentável, gerando renda para o pequeno produtor, não permitindo o desmatamento, recuperando áreas, promovendo o reflorestamento com espécies nativas para as áreas de reserva legal e estabelecendo o uso racional e eficiente de áreas consolidadas (BRASIL, 2010, p.5).

O programa atraiu investidores, ampliando a área produzida e colhida e o número de municípios que integram a cadeia produtiva do dendê. Na interpretação de Nahum; Santos (2016, p.281-294) a dendeicultura para biodiesel assinala um dos momentos mais enigmáticos de reprodução do capital no espaço agrário na Amazônia paraense, pois lembra-nos discursos típicos do ufanismo do I PDA (1972-74), que concebem a região como fronteira agrícola, produtora de alimentos e assim atraía o capital financeiro de bancos e mesmo multinacionais do setor automobilístico para o meio rural. Parafraseando Oliveira Filho (1979), desde o lançamento do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em 2004, o Estado brasileiro, oferece ao capital "um conjunto de informações e juízos sobre aquela área que se apresenta como uma alternativa às condições presentes" (OLIVEIRA FILHO, 1979, p.113). Sustentamos que o dendê para biodiesel constitui uma ideologia da fronteira na microrregião de Tomé-açu, tal como enuncia Oliveira Filho (1979).

Na primeira parte do artigo examinamos a produção global do dendê. Indicamos que o óleo de palma se destina à indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene, como demostramos quando focamos o mercado e consumo global, e não à composição do biodiesel. Na segunda parte expomos o dendê para biodiesel enquanto ideologia da fronteira integrante da produção do espaço rural necessário à reprodução do capital agora sob o signo de desenvolvimento territorial rural.

Mostramos que o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, ao incentivarem a monocultura de dendê para o biodiesel, reeditam a ideologia da fronteira agrícola. Sob o paradigma do desenvolvimento

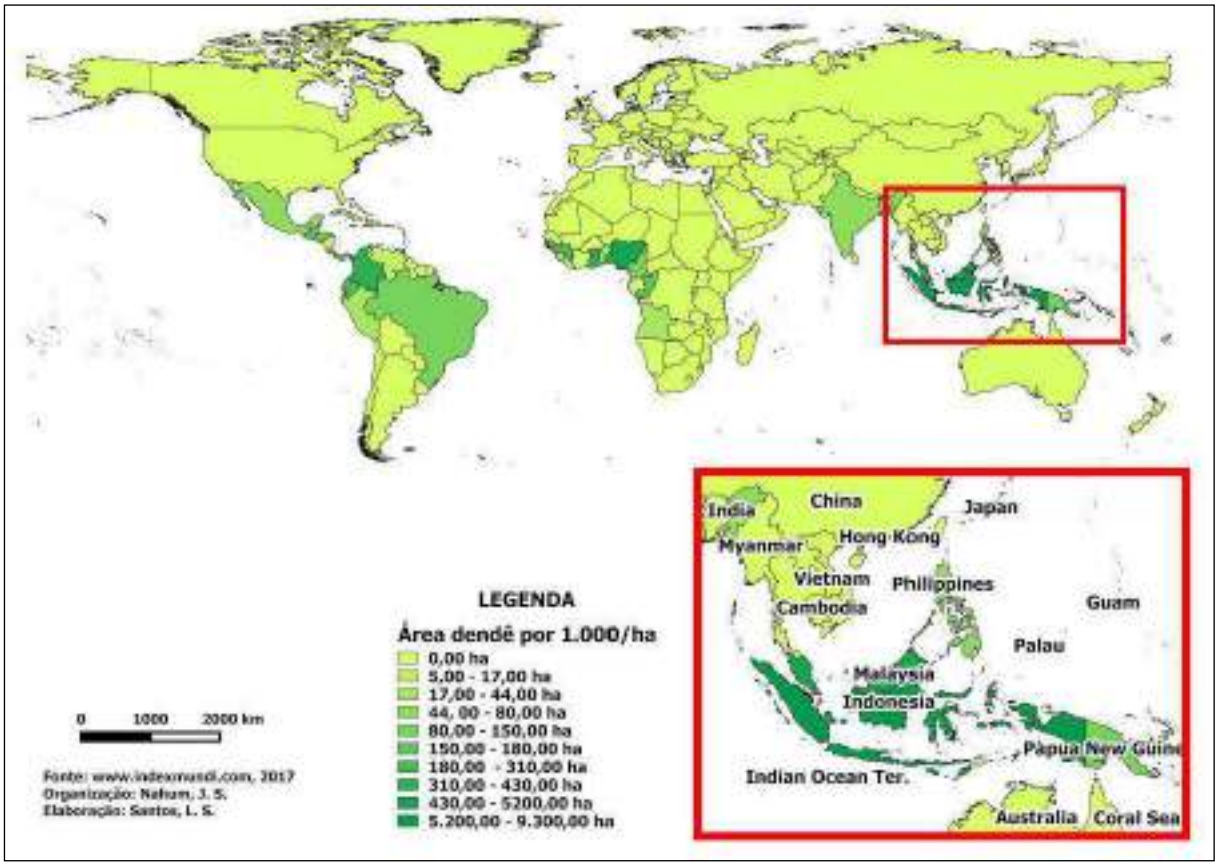
territorial, a tecnocracia estatal e empresarial concebe a dendeicultura como espécie de pensamento único para o meio rural, silenciando a concentração de terra, tensões, conflitos e riscos ambientais, bem como metamorfoseando a luta de terra em regularização fundiária sob o comando da agroindústria do óleo de palma, cujas diretrizes efetivas e orientações situam-se no mercado mundial.

Produção, comércio e consumo global de dendê

Dentre as oleaginosas o dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.*)*, possui a maior produtividade, com rendimento entre 4 a 6 toneladas de óleo/ha/ano, correspondendo a 1,5 vezes a produtividade do óleo de coco, a 2 vezes a do óleo de oliva e mais do que 10 vezes a do óleo de soja, superado apenas pelas algas, que tem produtividade anual entre 50 a 150 toneladas por hectares (SILVA, 2015). A produção dos cachos tem início a partir dos 3,5 anos após o plantio, chegando ao ápice entre 7 e 15 anos. Do ponto de vista econômico sua vida útil é de 25 anos, com rendimentos superiores a 25-28 toneladas de cachos por ha/ano. Dois tipos de óleo são extraídos dos frutos da palma, sendo o mais valioso o do palmiste, proveniente da amêndoa ou endosperma e o produto comum é o óleo decorrente do esmagamento da polpa ou mesocarpo (RIVAL; LEVANG, 2014).

Em 2017 os dados estimativos do *United States Department of Agricultures* (USDA) informam que a área colhida de dendê está em torno de 20.778.000 hectares, distribuídos por 28 países da Ásia, África e América Latina (figura1), totalizando uma produção de aproximadamente 66.835.000 toneladas de óleo de palma, dos quais, apenas 17% tem a certificação da *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO) (WWF, 2016).

Figura 1: Distribuição dos dendezais no mundo em 2017



Fonte: www.indexmundi.com .Organizado pelos autores.

Ainda segundo a mesma fonte, as maiores produções de óleo de palma estão na Indonésia (36.000,00 mil/ton.), Malásia, (21.000,00 mil/ton.), Tailândia (2.200,00 mil/ton.), Colômbia (1.320,00 mil/ton.), Nigéria (970,00 mil/ton.), Guatemala (740,00 mil/ton.), Equador (575,00 mil/ton.), Honduras (545,00 mil/ton.), Papua Nova Guiné (530,00 mil/ton.) Gana (520,00 mil/ton.), Costa do Marfim (415,00 mil/ton), Brasil (410,00mil/ton.). Em comparação ao ano de 2016, os dados do USDA mostram que no Peru, a área destinada para o cultivo em 2017, cresceu 10.00%, na Colômbia 9,41%; no México, 9.41%, na Malásia, 6.12%, nas Filipinas 6.09%, na Tailândia 4.17%, no Brasil 1.50%, Equador, 1.36%, Indonésia, 1.09%. A maior expansão na América Latina deve-se ao fato que na Ásia e África a dendeicultura incorporou extensas áreas: a Indonésia tem 9,300.00 mil/ha, Malásia 5.200,00 mil/ha, Nigéria 2.500,00 mil/ha, Tailândia 750,00 mil/ha, Gana, 400,00 mil/ha.

Considerando-se as condições edafoclimáticas, a densidade tecnológica na matriz produtiva e o ordenamento jurídico, sobretudo no que se refere à legislação ambiental e trabalhista, diferenciamos quatro níveis de produtividades: na Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Indonésia, Malária e Papua Nova Guiné temos produtividade de quatro mil toneladas por hectares; no Senegal, Tailândia, Colômbia, Índia, Equador e Brasil a produtividade é de três mil toneladas por hectares; em Angola, Benin,

Libéria, México, Costa do Marfim, Camarões, Venezuela e Filipinas com duas mil toneladas por hectares; e Serra Leoa, Togo, Peru, República Democrática do Congo e Gana com uma tonelada por hectare.

Os números da tabela 1 indicam que a área brasileira de dendê na década de 2000 cresceu aproximadamente 0,86% em relação a 1990; os dendezais de 2010 são 0,76% maiores que os de 2000, e os de 2015 cresceram 0,75% em relação a 2010. A área produzida em 2015 elevou-se 50,6% em relação àquela de 1990.

Tabela 1- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE DENDÊ (CACHO) NOS INTERVALOS DE 1990-2015

Ano	**1990**	**2000**	**2010**	**2015**
Área (mil/ha)	71.009	81.881	106.420	140.082
Quantidade (mil/ton)	522,883	678,727	1292,713	12147,27

Fonte: https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal . Acesso, 04.04.2017. Organizados pelos autores.

O crescimento dos primeiros quinze anos do século XXI são impulsionados pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (2004) e o de Produção Sustentável de Óleo de Palma (2010). Este último identifica na região norte o potencial para se estabelecer um polo do dendê, pois desde a década de 1960 cultiva-se a palma no estado do Pará. A Mensagem n° 222/2010, que apresenta o Projeto de Lei nº 7.326-C, de 2010, ressalta o amplo mercado consumidor interno e externo, a produtividade elevada da oleaginosa, condições tecnológicas da cadeia produtiva, além de caracterizá-la como

> Intensiva em mão-de-obra, capaz de promover o desenvolvimento sustentável nas Regiões Norte e Nordeste do País, fixando o homem no campo, promovendo o desenvolvimento rural, gerando renda satisfatória ao pequeno produtor, ao mesmo tempo em que pode promover a recuperação de áreas degradas (BRASIL, 2010, p. 5).

Tal como ideologia da fronteira, ressaltam-se as virtudes da produção de óleo de palma, bem como a inserção do agricultor familiar nesta cadeia produtiva. Desde 2005 a Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, que estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor em qualquer parte do território nacional, o Estado cria reserva de mercado para o dendê. Nesta lei o inciso XXV assim define

> Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil (BRASIL, 2005, p. s/r).

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (http://www.anp.gov.br/wwwanp/biocombustiveis/biodiesel), a mistura do biodiesel teve início em 2004 e em novembro de 2014 o percentual obrigatório de biodiesel alcançou 6%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma. Conforme o Boletim Mensal do Biodiesel de novembro de 2015, da Agência Nacional de Petróleo, a composição do biodiesel é biodiesel (6%) + diesel (94%). Igualando-se biodiesel 6% a 100% podemos visualizar o percentual de dendê. De acordo com os dados de 2008 a 2016 do boletim mensal da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), nos 95 boletins examinados, o percentual de dendê na composição do biodiesel nunca ultrapassou 1% do total dos 6% de combustíveis não fósseis. A tabela 2 expõe, a partir dos dados publicados pela ANP, a média anual de participação de óleo de palma na composição do biodiesel.

Tabela 2-PERCENTUAL MÉDIO DE ÓLEO DE PALMA NO BIODIESEL BRASILEIRO (2008 a 2015).

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual (%)	0%	0,36%	0,33%	0,32%	0,71%	1%	0,06%	0,13%	0,39%

Fonte: Boletins Mensais da ANP 2008-2015. Organizado pelos autores.

Em 2008 não encontramos dendê na composição do biodiesel produzido no Brasil; em 2009, essa matéria prima soma com 0,36%; em 2010, com 0,33%; em 2011; com 0,32%; em 2012, com 0,71%. Em 2013, registrou-se o maior percentual do óleo de dendê na composição da produção de biodiesel, 1%; no ano seguinte, o percentual decaiu para 0,06%; em 2015 o percentual foi de 0,13, ainda que, segundo dados da Embrapa (https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal), encontrássemos 85,94 mil/ha de dendê e uma produção de 1.379,19 mil/ton, tornando-o maior produtor nacional. Em 2016, o óleo de palma contribuiu com 0,39% na composição do biodiesel produzido no Brasil. Igualmente em 2016 não encontramos nenhuma usina de biodiesel no Pará.

Os números da tabela 1 indicam que a produção de dendê é maior que o seu percentual utilizado no biodiesel, como expressa a tabela 2. Revelando o hiato entre a concepção do plano e a dinâmica da cadeia produtiva do biodiesel, o que também é ressaltado por um diretor da empresa Marborges nos relata que “o dendê é muito valioso para ser utilizado no biodiesel, nossa produção é vendida para a indústria de alimentos no Brasil e no exterior” (Entrevistado 1). É o exame do comércio e consumo global do dendê que nos permite entender porque o percentual deste no biodiesel é menor que o aumento da produção dessa palma. Longe de nossos propósitos reivindicar a realização disso, mas tão somente revelar o quanto a associação do biodiesel e dendeicultura se conforma como ideologia da fronteira.

Os dados da *European Palm Oil Alliance* (https://www.palmoilandfood.eu/en) mostram que o consumo global de óleo de palma cresceu de 14.600,000 toneladas em 1995 para 1.000.000 em 2015. O WWF (2016) informa que o óleo de palma é o mais comercializado (66%), produzido (39%) e consumido no mundo (38%). Para Rival; Levang (2014),

> o óleo de palma pode substituir a maioria dos outros óleos vegetais e tem uma grande variedade de usos, onde aproximadamente 80% da produção destina-se à indústria alimentícia, componente base para o azeite de mesa, de frituras, margarinas, gordura e produtos de panificação e pastelaria e todos os tipos de preparação de alimentos; 19% da produção do óleo de dendê são utilizados em produtos oleoquímicos para produzir cosméticos, sabonetes, lubrificantes e gorduras, velas, produtos farmacêuticos, entre outros; e apenas 1% destina-se à composição de biocombustíveis (RIVAL; LEVANG, 2014, p.10).

De acordo com Goodman; Sharma (2015) os maiores consumidores de óleo de palma no segmento de alimento embalado são Nestlé, Danone, Kalloyy's, ConAgra Foods, Unilever, Pepsico, General Mills, Heinz, Mondeléz International, Kraft; no de higiene pessoal estão Colgate-Palmolive Company, Henkel, P&G, L'oréal, Reckitt Benckiser, Kao, Estée Lauder Companies, Avon, The Clorox Company; e na indústria de *fast food* encontramos Dunki'n brands, Subway, McDonald's, Burger King, Starbucks Coffee, DQ, CKE Restaurants, Wndy's(0) Yum!.

Os dados de 2017 do *United States Department of Agricultures* (USDA) ranqueiam entre os maiores exportadores de óleo de dendê: Indonésia 25.500 (mil/ton.), Malásia 17.500 (mil/ton.), Guatemala 700,00(mil/ton.), Benin 570 (mil/ton.), Papua Nova Guiné 550 (mil/ton.), Guatemala 485 (mil/ton.), Colômbia 370 (mil/ton.), Honduras 335 (mil/ton.), Equador 280 (mil/ton.), Costa do Marfim 220 (mil/ton.), Emirados Árabes 240 (mil/ton.). O Brasil, junto com Filipinas e Togo, encontra-se na 17ª posição com 50 mil/ton.. Em relação ao consumo doméstico, ainda segundo os dados do USDA, os dez países com maior consumo doméstico de óleo de palma são Índia com 9.600 (mil/ton.), Indonésia 9.600 (mil/ton.), EU-27 6.475 (mil/ton.), China 4.950 (mil/ton.), Malásia 3.570 (mil/ton.), Paquistão 3.030 (mil/ton), Tailândia 2.160 (mil/ton.), Egito 1.300 (mil/ton.), Nigéria 1.530 (mil/ton.), Bangladesh 500 (mil/ton.).

O Brasil com 585 mil/ton., está na 22ª posição, indicando o quanto o mercado consumidor está em expansão. Isso provavelmente ajuda-nos a compreender o *boom* do dendê na Amazônia paraense na década de 2004 a 2013. Neste intervalo de tempo, segundo dados da Embrapa (https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal), a área colhida de 85.889 mil/ha se expande para 126.559 mil/ha, cujo destino é a exportação. Os números do comércio exterior do Pará de 2003 a 2015 da tabela 3 expõe que o óleo de dendê está entre os produtos exportados pelo estado.

Tabela 3-PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO ÓLEO DE DENDÊ NA EXPORTAÇÃO DO PARÁ-2003/2015

Ano	US$ (FOB)	Part. %	Kg	Posição
2003	12.663	*	22.720	*
2004	5.839.389	0,15	12.582.488	27°
2005	16.263.378	0,34	43.567.896	20°
2006	9.295.629	0,14	22.858.021	26°
2007	*	*	*	*
2008	3.189.456	0,03	6.088.410	50°
2009	12.850.599	0,15	22.087.012	23°
2010	11.261.928	0,09	13.935.684	28°
2011	49.304.990	0,27	44.483.558	19°
2012	54.636.573	0,37	56.744.723	18°
2013	59.130.112	0,37	70.852.190	17°
2014	83.433.802	0,59	101.822.330	17°
2015	77.670.234	0,76	130.133.538	16°

*Sem informação
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaboração dos autores.

Em 2010, quando entra em vigor o Plano de Palma, o óleo de palma ocupa a 28ª posição na pauta de exportações do Pará, sendo produzido predominantemente pelo Grupo Agropalma, Marborges, Agroindustrial Palmasa S.A, Refinaria Yossan do Grupo Kabacnic e Dendê do Tauá S/A. De 2010 a dezembro de 2015, entre os produtos exportados pelo estado do Pará, o óleo de palma avança para a 16ª posição. Neste período, em 2012 a empresa Biopalma inaugurou uma usina no município de Moju, e, em 2014, outra no município do Acará. Em Tailândia, o Grupo Agropalma implantou sua sexta usina esmagadora, a Parapalma. De modo que, o crescimento da produção do óleo bruto de dendê não se deu apenas pelo aumento das áreas de plantio e das usinas beneficiadoras, mas também em função da cooperação comercial entre empresas. O Grupo Marborges, por exemplo, beneficia frutos frescos da empresa Guanfeng Group e da empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) e, até 2016, o Grupo beneficiava frutos da empresa Biopalma; assim como a empresa Dentauá e Palmasa processam frutos frescos da empresa Belém Bioenergia Brasil.

Os números da tabela 4 indicam que o óleo de dendê é o quinto produto de exportação do setor agropecuário paraense, antecedido do gado bovino vivo, de carnes, pimenta e da soja.

Tabela 4-PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE 16 PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO PARÁ- (JAN.2014/DEZ.2015)

Principais produtos exportados		(%) Part.jan.2014	(%)Part. Dez. 2015
1°	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	38,65	52,36
2°	Outros minérios de cobre e seus concentrados	15,99	9,58
3°	Alumina calcinada	13,77	9,42
4°	Alumínio não ligado em forma bruta	5,26	4,46
5°	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	3,12	2,31
6°	Ferroníquel	2,62	2,30
7°	Bauxita não calcinada (Minério de alumínio)	2,53	1,57
8°	Pimenta “Piper”, seca	2,22	1,43
9°	Caulim	1,86	1,45
10°	Carnes desossadas de bovino, congeladas	1,85	1,32
11°	Outras madeiras perfiladas, etc, não coníferas	1,69	1,41
12°	Outros bovinos vivos	1,18	1,71
13°	Outros minérios de manganês	0,98	1,24
14°	Outros silícios	0,91	0,69
15°	Hidróxido de Alumínio	0,77	0,47
16°	Óleo de dendê, em bruto	0,76	0,59

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaboração dos autores.

Os relatórios das empresas confirmam que a produção dendê tem como destino a comercialização e não os leilões de biodiesel. O relatório de sustentabilidade da Agropalma registra que ela “é uma empresa que opera no mercado nacional e internacional. Exportamos cerca de 50% da nossa produção - 98% das nossas exportações, aproximadamente, vão para a Europa e 2% para os EUA” (AGROPALMA, 2015.p.16). Sendo que, “em 2015, 82% das vendas foi para a indústria de alimentos e 22,50% outros setores” (AGROPALMA, 2015. p.22). No relatório da BIOPALMA (Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio) mostra que ela “opera, atualmente, no mercado nacional e internacional. Exporta cerca de 47% da produção. Destes, 60% do óleo exportado é destinado ao mercado latino-americano e 40% ao mercado europeu. A receita bruta em 2015 foi de R$ 165,6 milhões (BIOPALMA, 2015. p.10). Igualmente as empresas ADM (ADM do Brasil Ltda), DENPASA-Denpasa – Dendê do Pará S/A, DENTAUÁ (Dendê do Tauá S/A), MARBORGES (Marborges Agroindústria S/A), PALMASA (Agroindustrial Palmasa S/A) atuam no setor no setor plantio, beneficiamento, comercialização. Somente a Belém Bioenergia Brasil (BBB), declara que a empresa “busca liderar uma nova fronteira de geração de energia, levando desenvolvimento à população, associado à integração social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica” (http://www.belembioenergia.com.br/sobre/).

O dendê enquanto ideologia da fronteira no século XXI.

A formação territorial da Amazônia é marcada por encontros, desencontros, tensões e conflitos entre sociedades mercantis, mediadas pelo valor de uso e troca fundidos no dinheiro, e não mercantis, reguladas pelos usos sociais. Entendemos essa dinâmica a partir da categoria fronteira que analisa a criação da condição espacial de existência nos confins do mundo, como lembra Martins (1997). A fronteira não se confunde com limite e área, tampouco é recurso heurístico para contextualizar lugares no interior da unidade econômica e política. Ressalta Oliveira (1979), "na verdade, o modelo teórico de fronteira supõe uma totalidade composta por partes heterogênea e com diferentes ritmos de funcionamento" (OLIVEIRA, 1979, p. 111).

Seguimos Oliveira (1979) e entendemos a fronteira como "uma forma de propor uma investigação" (Ibidem). Investiga a economia política do espaço que transforma frações do reino vegetal, mineral e animal em recurso para reprodução ampliada do capital à despeito do povos, populações e modos de vida. Aos quais se associa a ideia de espaço areal, concebido como vazio a ser ocupado e/ou integrado ao conjunto do território nacional. No entanto,

> a expulsão de um conjunto de indivíduos de sua área de origem não gera automaticamente uma fronteira: para isso é necessário além de outros fatores, que seja fabricada e difundida uma "ideologia da fronteira", oferecendo aos migrantes potenciais um conjunto de informações e juízos sobre aquela área apresentada como uma alternativa às condições presentes (OLIVEIRA FILHO.1979, p. 113).

Ideologia que tenta explicar, justificar e legitimar as tensões e conflitos decorrentes da "expulsão de um conjunto de indivíduos de sua área de origem" (ibidem). Integra a invenção e reinvenção da economia regional amazônica, seja na empresa jesuíta do século XVII, na política mercantil pombalina do século XVIII, no *boom* extrativista da borracha do século XIX, na megalomania de Fordlândia da primeira década do século XX, no projeto Jari da metade do século XX, na Operação Amazônica de 1966, nos planos de desenvolvimento e vários zoneamentos econômico e ecológicos. Em cada momento a ideologia da fronteira associa uma vocação à produção do espaço. A empresa jesuítica insiste no extrativismo, a pombalina se esforça pela colonização agrícola, na *belle époque* acreditava-se na recriação de Paris na América em função do infinito potencial comercial da *Hevea brasiliensis*; Daniel Keith Ludwig queria a indústria de celulose, transportando uma planta industrial para o Amapá, proposição retomada no pós-1966 com os planos de desenvolvimento e suas múltiplas vocações agrícolas, energéticas, minerais, dentre outras, esquematizadas nos polos de crescimento e desenvolvimento.

Na segunda metade do século XX, sob o paradigma de polos de crescimento e desenvolvimento, forma-se uma representação de fronteira amazônica enquanto fração do território nacional cujas riquezas naturais estavam parcialmente aproveitadas em função da

baixa densidade técnica e demográfica, faltando investidores e investimentos. Para tanto, o Estado cria uma série de vantagens comparativas, seja na concessão de terras para lavrar ou mesmo explorar os recursos do solo, subsolo, rios e florestas natureza, seja na forma de incentivos fiscais, creditícios e mesmo mão de obra abundante (NAHUM, 2012; 2013). O resultado dessas ações da Operação Amazônica no meio rural foi a produção do espaço agrário marcado por tensões, conflitos e violência desencadeados a partir da chegada dos grandes projetos hidroelétricos, mineradores, agropecuários e madeireiros que se apropriam de terras onde, desde o final do século XVII, se formou o campesinato caboclo- seja ele ribeirinho, quilombola, agricultor, extrator ou povo da floresta- que habita o lugar, usado a terra de modo a reproduzir sua condição de existência (COSTA, 2012a, 2012b,2012c;MARTINS, 1996,1997; HEBETTE, 2004; GUERRA, 2013; LENÁ; OLIVEIRA, 1992).

No século XXI a proposição de dendê para o biodiesel constitui a nova ideologia da fronteira. Martins (1999) alerta-nos que em se tratando de política no Brasil, o novo vem sempre para reforçar o velho, reproduzindo o poder do atraso. O novo, desse modo, não é novidade, mas um conjunto de estratégias para reprodução do caráter rentista do capitalismo brasileiro. O novo significa reedição, alguns traços mudam, mas o núcleo permanece, isto é, a fronteira enquanto uma espécie de possessão maravilhosa de que nos fala Greebland (1996). Tal como antes nas drogas, no cacau, na borracha, no minério, a crença num produto promissor às demandas do mercado, o óleo de palma, parece suficiente para reerguer a economia regional.

Mas, em relação ao dendê para biodiesel, Campos e Carmélio (2009) advertem que “o biodiesel é mais caro que o diesel, e seus custos subiram em 2008 devido à elevação das cotações das oleaginosas e dos óleos vegetais” (CAMPOS; CARMÉLIO, 2009, p. 67). Silva (2015) nota que apesar de possuir uma das maiores produtividades dentre as principais “oleaginosas passíveis de serem utilizadas para a produção do biodiesel, o óleo de dendê/palma (*Elaeis Guineensis*) possui um tempo de crescimento extenso, causando demora na obtenção do produto, e o teor de óleos extraído é baixo” (SILVA.2015, locais do kindle 867 de 4521).

Em torno do discurso de dendê para o biodiesel, que expressa a orientação estatal em harmonizar-se com a preocupação global de buscar alternativas à matriz energética alicerçada no combustível fóssil, o Estado concebe áreas na Amazônia como fronteira, espaço dotado de “vantagens comparativas”. A começar pela abundância de terras, artifício fruto do zoneamento agroecológico da palma que identifica áreas aptas ao cultivo da palma, concebendo-as como espaço vazio. Assim, o anexo do Decreto 7.172 de 07 de maio de 2010 “mostra que 23.276,73km² de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios, e 69.999,88 km² de área regular, distribuídos por 66 municípios” (NAHUM; SANTOS, 2016. p. 285). Segundo o decreto, “nos municípios da microrregião de Tomé-açu

encontramos 395.120,88 ha preferenciais e 122,5211,68 ha regulares para cultivo de dendê" (NAHUM; SANTOS, 2015, p.4). Faltam apenas investidores e investimentos. Desse modo, a abundância de terras em condições edafoclimáticas potencialmente aptas a cultivo da palma constitui o primeiro atrativo. Terras integrantes de pequenas propriedades de sitiantes camponeses, fazendas de gado, fazenda falidas, dentre outras que serão disputadas no mercado pelas empresas produtoras de dendê que adentram a região.

Multinacionais como a Vale e a Petrobrás que, historicamente, têm seu foco em setores minerais e energéticos, orientam recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de dendê, edificando empresas como BIOPALMA e Petrobrás-Biocombustíveis/GALP. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram varredura fundiária em busca de imóveis rurais potencialmente qualificados para o cultivo (NAHUM; MALCHER, 2012). Trata-se de áreas antropizadas até 2007, pois antes a microrregião de Tomé-Açu conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana.

A dendeicultura é proposta como vetor do desenvolvimento territorial rural, sobretudo gerando emprego, renda e inclusão social. Estado, empresas e associação de produtores celebram acordos institucionais ou não que ampliam a cadeia produtiva do dendê. O Estado, por meio do Programa Nacional de Apoio à Agricultura- PRONAF-Eco, possibilita a empresa contar com uma linha de crédito que apresenta aos agricultores camponeses interessados no cultivo da palma. Avaliam-se as condições ambientais e edafoclimáticas da propriedade do interessado, verifica-se a situação fundiária do imóvel. Para aqueles que desejam cultivar dendê em seu sítio, a empresa aciona técnicos para regularização fundiária do imóvel, quando é o caso, ou treinamento no manejo da palma.

No período de 2013 a maio de 2016, o setor de agricultura familiar do Banco da Amazônia S/A aprovou 610 projetos, somando aproximadamente 45 milhões de reais, situados predominantemente nos municípios de Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, Tailândia e Tomé-açu, na microrregião de Tomé-açu, no nordeste paraense, como demostra a tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de contratos Pronaf-eco por municípios paraenses, área e valor-2013 a 2015.

Ano	Municípios paraenses	Quant/contratos	Área (ha)	Valor (R$)
2013	Acará	20	200	1.520.346,00
2013	Aurora do Pará	2	20	153.425,00
2013	Baião	3	30	232.335,80
2013	Bujaru	2	20	151.767,50
2013	Cametá	8	80	630.642,90
2013	Capitão Poço	9	90	668.964,96
2013	Concórdia do Pará	10	100	760.334,00
2013	Garrafão do Norte	24	240	1.739.377,82
2013	Igarapé-açu	1	10	79.960,00
2013	Irituia	80	581	4.295.059,09
2013	Mãe do Rio	2	20	151.543,84
2013	Mocajuba	7	70	554.750,00
2013	Moju	77	759	5.936.770,13
2013	São Domingos do Capim	60	573,5	4.052.674,39
2013	Tailândia	40	392	3.108.718,60
2013	Tomé-açu	38	380	2.877.125,50
2014	Acará	20	200	1.536.211,50
2014	Concórdia do Pará	7	70	539.619,00
2014	Garrafão do Norte	24	240	1.793.040,00
2014	Moju	87	863	6.682.137,80
2014	São Domingos do Capim	5	45	342.983,17
2014	Tailândia	14	139	1.102.634,00
2014	Tomé-açu	6	60	465.308,50
2015	Acará	7	70	546.389,60
2015	Bujaru	5	50	388.700,00
2015	Concórdia do Pará	5	50	388.700,00
2015	Igarapé-açu	1	7	55.977,60
2015	Moju	25	250	1.942.397,50
2015	São Domingos do Capim	12	120	932.880,00
2015	Tomé-açu	9	88	684.080,00
TOTAL		**610**	**5.817,50**	**44.314.854,20**

Fonte: SIG (Base Mai2016). Organizados pelos autores

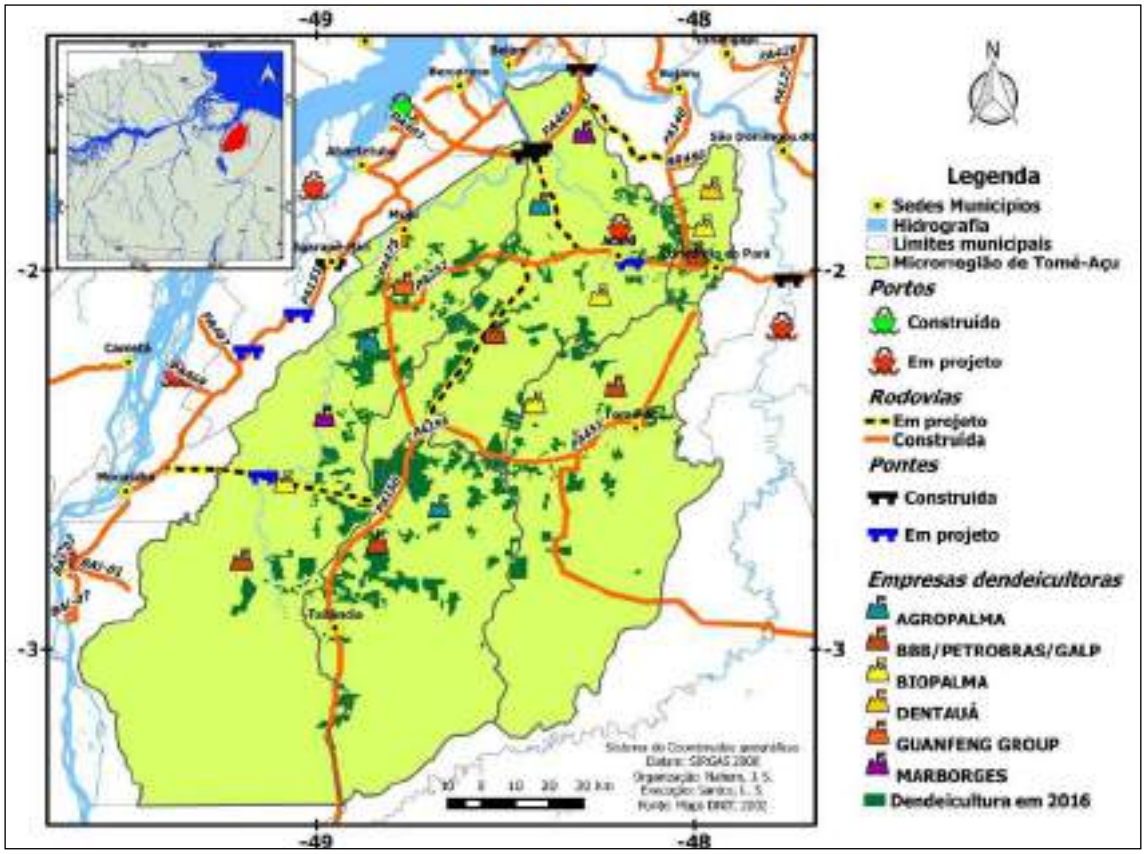
Os projetos de dendê familiar reestruturam o calendário agrícola, ritmo de trabalho e configuração da unidade produtiva do sitiante camponês, agora comandados e regulados pela empresa e pelo mercado de óleo de palma. Desencadeia-se a metamorfose do sitiante camponês em agricultor familiar produtor de dendê. Segundo Nahum; Santos (2017) tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panaceia” para a crise energética. Então empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área produzindo dendê. A empresa compra individualmente áreas e/ou

convida pessoas para aderir ao projeto de produção familiar de dendê. A notícia se espalha e toda comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do dendê, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros tantos, repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual do dendê. Para não ficar sem certificação, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa a empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

Categorizar analiticamente esse produtor associado de dendê tornou-se um desafio para os pesquisadores que têm como ponto de partida de sua intepretação as condições materiais de existência. Não estamos diante de camponês, posto que se metamorfosearam as condições de trabalho, seus comandos e finalidades; nem diante de trabalhadores assalariados, dado que o contrato de adesão à produção de dendê é territorial, tampouco estamos diante de um empreendedor capitalista. Certamente é insuficiente dizer que ele é um trabalhador para o capital. O fato é que essa situação geográfica desafia nossa maturidade e criatividade analítica para visualizar algo que as categorias clássicas não conseguem.

Além da linha de crédito, o Estado cria condições infraestruturais que beneficiam a consolidação e expansão da cadeia produtiva do dendê. O sistema rodoviário e pontes (figura 2) são fundamentais para o funcionamento da cadeia produtiva do dendê. As rodovias e pontes dão fluidez a atividade, pois interligam as áreas de plantio as plantas industriais de extração de óleo bruto. Um dos sistemas de engenharias que contribuíram com a cadeia produtiva do dendê foi a rodovia PA-483, também conhecida como Alça viária, um complexo de pontes sobre os rios (Guamá, Acará, Moju e Moju/cidade) e estradas que permite interligar a região metropolitana de Belém ao município de Barcarena e aos municípios do sudeste paraense a partir da PA-150. Uma extensão da Alça viária importante para a produção regional da dendeicultura foi a rodovia Perna Sul, construída para facilitar o acesso da região Metropolitana de Belém e os municípios do Acará, Concórdia do Pará, Bujaru e Tomné-Açu.

Figura 2: Configuração Espacial da Dendeicultura na microrregião de Tomé-açu em 2016



Fonte: Trabalho de Campo GDEA, fevereiro 2017

Outras rodovias importantes para a atividade são a PA-150, que possibilita o escoamento da produção no polo mais importante da dendeicultura no estado do Pará que se localiza nos municípios de Moju, Tailândia e Acará; a PA-151 interliga a produção dos municípios de Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião; a PA-140 que permite a circulação da produção dos municípios de São Caetano de Odivelas, Santa Izabel, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu; a PA-127 que percorre os municípios de Igarapé-Açu, Maracanã e São Domingo do Capim; a PA-252, também de grande importância, porque permite a ligação entre os municípios de Abaetetuba, Moju, Acará, Concórdia do Pará e Mãe do Rio; a PA-446 está localizada na região nordeste do estado, atendendo aos municípios de Capanema, Primavera e Quatipuru; a PA-124 que conta os municípios de Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ourém, Capanema, Santo Luzia e Salinópolis; um trecho da PA-256, no município de Moju, que está em fase de construção é de fundamental importância para a dendeicultura da microrregião de Tomé-Açu, porque vai interligar a PA-151 a PA-150 através da construção de uma ponte na vila da Soledade, no Alto rio Moju. Permitirá assim que a produção de Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Moju possam ser processadas nas usinas esmagadoras dos municípios de Tailândia, Moju e Acará.

Para se firmar enquanto ideologia da fronteira a dendeicultura precisou conquistar corações e mentes daqueles que na Amazônia construíam oposição à modernização agrícola e sua estrutura agrária desigual, principalmente na sociedade civil. Oposição, que até o final da década de 1980, denuncia a estrutura agrária desigual, a violência no campo e vivifica a luta pela terra ou mesmo reivindica reforma agrária. Oposição construída sob o signo das comunidades eclesiais de base, onde a igreja se fez povo e organiza na cidade e no campo, seja na terra firme, na várzea, sejam nos rios e na floresta, centros comunitários, clubes das mães, pastorais da criança, das ilhas, dentre outras tantas formas de organização do povo que não fosse sindical ou político partidária, reprimidas pelo Estado de exceção que se estabelece no país em março de 1964.

A abertura política da década de 1980 possibilitou a formação de movimentos e organizações sociais, sindicais e político partidárias que naquele momento tinham no horizonte um projeto de Brasil capaz de retomar a construção interrompida pelo golpe civil militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) parecem anunciar novos tempos. Na Amazônia, assim como em outras regiões, as lideranças comunitárias que animavam organizações sociais no campo são disputadas por sindicatos e partidos políticos. Em municípios como Abaetetuba, Moju, Tomé-açu, Acará, Bujaru, Tailândia Marabá, Santarém, temos a simbiose entre sindicatos, partidos e lideranças camponesas fundada na compreensão de que os problemas do campo devem ser equacionados na esfera política e dentro da democracia representativa sindical, partidária e parlamentar.

Lideranças camponesas do sul, sudeste e nordeste paraense, bem como em outras regiões onde a luta pela terra e a construção da reforma agrária era forte, transformam-se em dirigentes sindicais de projeção e são cobiçadas e disputadas pelos partidos. A cada pleito eleitoral os partidos cooptavam esses intelectuais orgânicos do campo para a arena do debate partidário. Assim, independente de coloração ideológica de esquerda ou direita, os partidos têm entre seus candidatos líderes camponeses oriundos de grupos ribeirinhos, quilombolas, agricultores, coletores, dentre outros tantos. Eleitos ou não, incorporam aos poucos o ambiente institucional e abandonam o campo, absorvidos que ficam pela estrutura político partidária, seja na forma de vereador, prefeito, deputado, senador ou mesmo em cargos de assessor do assessor do assessor.

De modo que a construção da dendeicultura para biodiesel em projeto de Estado durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef seria impossível sem transfigurar antigas lideranças do campo paraense, que outrora da organizavam a luta pela terra ou pela reforma agrária, em patronato político (FAORO, 1991) moderno que exerce o poder simbólico (BOURDIEU, 2004) a partir de seus lugares de origem, vivificando constrangimentos econômicos e extra econômicos necessários à manutenção da hegemonia

do projeto de poder, não importando os meios. É no interior da tecnocracia estatal, amparado pelo patronato político, que se propaga a dendeicultura como solução para os problemas de geração de emprego, renda e inclusão social no meio rural, igualmente para conter o desmatamento, recuperar área degradadas.

Desde estão, o patronato- seja na função de senador, deputado, prefeito, vereador ou secretário de agricultura- não poupa esforços em mostrar o Plano da Palma como a primeira política de estado para o meio rural, promovendo a categoria de agricultor familiar produtor de dendê. Patronato que, por exercer influência sobre as associações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, apresenta às comunidades rurais o projeto de produção de óleo da palma como perspectiva de desenvolvimento territorial rural e convida os agricultores familiares a celebrar contratos de associação com as empresas dendeiculturas. Contratos que transformam o sitiante camponês em produtor associado de dendê vivificando assim o que Oliveira (2004) conceitua de monopolização do território pelo capital, pois este usa a terra, sem adquiri-la, e a usufrui da força de trabalho sem contratá-la. Reproduzindo a ideia de que os problemas do campo não são a concentração de terras, as tensões, conflitos e violência, o desmatamento, assoreamento de corpos de água, dentre outros tantos que historicamente estiveram na pauta de reivindicações de um projeto de Brasil. Para o patronato, o principal problema do meio rural é transformar o camponês em consumidor, por isso aponta a geração de renda, emprego e inclusão social. O patronato político age para transformar o camponês, de cidadão imperfeito, em consumidor mais que perfeito, como lembra Santos (2007). A inclusão social como sinônimo de inclusão no mercado é o legado que o patronato chama de desenvolvimento territorial rural impulsionado pela ideologia de dendê para o biodiesel.

Considerações finais

Na fronteira amazônica do início do século XXI o cultivo da palma pede uma análise que transcenda os apriorismos ideológicos. O espaço agrário contém múltiplas possibilidades, sobretudo se concebido numa perspectiva territorial, consideradas a configuração espacial e as dinâmicas sociais que usam o espaço, territorializando ações. Espaço caracterizado pelo uso da terra, como principal força produtiva e meio de produção, por diferentes e divergentes grupos e classes sociais, uns concebendo-o eminentemente como setor produtivo da economia, outros como lugar singularizado por seu modo de vida, o espaço rural é palco, produto e condicionante de lutas entre classes sociais para territorializar seus interesses, isto é, seus usos do território.

Em se tratando do espaço amazônico oriental não acreditamos nas promessas de sustentabilidade ambiental, rentabilidade econômica, inclusão social de agricultores familiares, soberania e segurança energética e alimentar propagandeadas pela dendeicultura. Esta constitui mais um capítulo da economia espacial na Amazônia, onde as virtudes de um produto (drogas do sertão, borracha, manganês, ferro, bauxita, energia, gado) mostraram-se insuficientes para assegurar espaços menos desiguais e mais justos. Formam-se, isto sim, verdadeiros processos de des-envolvimento de comunidades rurais tradicionais, campos descampesinizados, espaços mais e mais esquizofrênicos, organizados segundo comandos exógenos e não daqueles que cotidianamente os vivem.

A dendeicultura não é a solução, nem é a causa dos males que afligem o espaço agrário nas áreas antropizadas. É preciso superar a tradição política que subordina o desenvolvimento da Amazônia à ascensão e queda de um produto no mercado mundial, que deposita todas as esperanças ou mesmo amaldiçoa determinado produto; política sem compromisso com as gerações futuras, que se regozija ao dizer nossos minérios, nossa floresta, nossas riquezas ou mesmo que repete o mito do desenvolvimento em muitos adjetivos, regional, sustentável, territorial, participativo. Sempre mais do mesmo. Esquecendo-se de perguntar quem usufrui das riquezas, sejam elas essências florestais, borracha, madeira, minérios, energia hidroelétrica e dendê. Dendê para quem? Dendê por quê? Dendê para quê?

Portanto, é preciso perguntar quem ganha com a dendeicultura, pois tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê, faz-se necessário considerar quem usufrui os dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra e se beneficia do território; refletir sobre a reprodução do modo de vida do lugar onde o dendê se implanta e expande; e, fundamentalmente, sobre o quanto e como isso compromete as gerações futuras nos espaços onde o boom do dendê ainda tem seus dias de prosperidade.

Referências

AGROPALMA, **Relatório de Sustentabilidade 2015.** 2015. Disponível em: http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/Relatorio_Sustentabilidade_2015_Portugues-1480095831.pdf . Acessado em 05/07/2017.

BIOPALMA da Amazônia, **Relatório de Sustentabilidade 2015**. 2015. Disponível em: http://www.biopalma.com.br/relatorio-sustentavel . Acessado em 05/07/2017.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.493, de 1993 (do Poder Executivo) PL Nº. 17.326-C de 2010.** Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil.

Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/908681.pdf . Acessado em: 27/06/2017.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense: 2004. pp.149-168.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11097.htm . Acessado 06/07/2017.

CAMPOS Arnoldo Anacleto; CARMÉLIO, Edna de Cássia. Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil. ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis.** A energia da controvérsia. São Paulo: Editora Senac. 2009. pp 59-97.

CARVALHO, Ana Cláudia A. de; NAHUM, João Santos. Período do dendê na Amazônia paraense. In: NAHUM, João Santos (Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. pp. 13-40.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo.** Teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. Belém: NAEA. 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia.** Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA. 2012b.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande capital e agricultura na Amazônia.** A experiência Ford no Tapajós. Belém: NAEA. 2012c.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo. 1991.

GOODMAN, Lael K; Sharma, Asha R. **Fries, Face Wash, Forests Scoring America's Top Brands on Their Palm Oil Commitments**. 2015. Disponível em: http://www.ucsusa.org/ , Acesso: 27.06.2017.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões maravilhosas:** o deslumbramento do novo mundo. São Paulo: Edusp, 1996.

GUERRA, Guttemberg Armando Diniz, **O posseiro da fronteira.** Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. Belém: Paka-tatu. 2013.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EdUFPA, 2004. v. 1. (Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento).

LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia. (Org.). **Amazônia.** A fronteira agrícola 20 anos depois. 2ª Ed. Belém: CEJUP/MPEG. 1992.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf . Acessado: 05/07/2017.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira.** A degradação do outro nos confins do mundo. São Paulo: Hucitec. 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hicitec.1999.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20.nº. 2, p. 281-294, mês. 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/download/122591/122602 . Acesso: 26.05.2017.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, Dourados, p.309-331, v.11, n.15, jan-jun.2015a. Disponível em: http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/viewFile/423/pdf . Acesso: 26.05.2017.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. DO SÍTIO CAMPONÊS AO LOTE DE DENDÊ: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.. 37 – MAIO/AGOSTO DE 2017. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera . 2017. Acesso: 20.12.2017.

NAHUM, João Santos. **Região e representação.** A Amazônia nos planos de desenvolvimento. Belém: Editora Açaí. 2013.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v. XVII, n. 985, 25 de julio de 2012. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm .Acessado em: 27/06/2017.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antonio Tiago C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins [Online]**, Paris, 16. 2012. Disponível em: http://confins.revues.org/7947?lang=pt . Acesso: 15/06/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez M. (Orgs.) **O campo no século XXI:** território de vida, de lugar e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra. 2004. pp.29-70.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-140. (n. 11). Disponível em: http://jpoantropologia.com/pdfs/CL_PT_1979_01.pdf. Acessado em: 13/06/2017.

RIVAL, A; LEVANG, P. **La palma de la controversia:** La palma aceitera y los desafíos del desarrollo. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp. 2007.

SILVA, Maia, Ricardo Ramos da. **Biodiesel no Brasil:** Análise de Custo-Benefício: Análise de Custo-Benefício. Curitiba: Appris, 2015.

VEIGA, Alexandre Sanz A. S; FURLAN JR, José J; KALTNER, Franz Josef F. J. **Políticas Públicas na Agroindústria do Dendê na Visão do Produtor**. Belém (PA): Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

WWF, **Palm Oil Buyers Scorecard Measuring the Progress of Palm Oil Buyers**. 2016. Disponível em: https://www.worldwildlife.org/publications/palm-oil-scorecard-2016 . Acesso: 26.05.2017.

Sobre os autores

João Santos Nahum – Graduação em Geografia e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Pontíficia Universidade Católica; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará.

Cleison Bastos dos Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia Paraense. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 115-134, Dossiê. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor **João Santos Nahun**, foi responsável pela revisão bibliográfica, a estruturação do artigo e revisão final. O segundo autor **Cleison Bastos dos Santos** foi responsável pelo levantamento de dados e análise escrita dos dados quantitativos.

Recebido para publicação em 11 de julho de 2017.
Devolvido para a revisão em 06 de setembro de 2017.
Aceito para a publicação em 09 de janeiro de 2018.

Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara[1]

Dérick Lima Gomes
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil
e-mail: dericklima16@hotmail.com

Benedito Ely Valente da Cruz
Universidade Estadual do Pará (UEPA) – Belém, Pará, Brasil
e-mail: bvalente7@yahoo.com.br

Miquéias Freitas Calvi
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Altamira, Pará, Brasil
e-mail: mcalvi@ufpa.br

Cristiano Cardoso dos Reis
Universidade Estadual do Pará (UEPA) – Belém, Pará, Brasil
e-mail: reisss.cr@gmail.com

Resumo

Durante séculos, a produção de gado tem sido uma das principais atividades econômicas no Leste do Marajó, estado do Pará. Hoje, contudo, tensões territoriais aumentaram depois que grandes produtores de arroz, desterritorializados da área indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, mudaram para essa porção do Marajó e expandiram suas atividades agrícolas nas proximidades de territórios quilombolas historicamente situados na região. O objetivo deste estudo é analisar a transferência dos rizicultores para essa região e os impactos que foram causados às populações tradicionais. A área de estudo corresponde a dois municípios localizados em áreas de campos naturais da microrregião do Arari, onde foram estabelecidas duas grandes fazendas de arroz. Os dados das entrevistas e observação direta em campo foram complementados com uma análise da literatura pertinente e revisão de documentos. Constatou-se que os baixos preços para compra e/ou arrendamento das terras, as condições edafoclimáticas e o apoio do Estado à apropriação dos recursos naturais tornaram-se elementos essenciais para atrair e fixar esses grandes empreendimentos agrícolas. Como consequência, mudanças significativas ocorreram nas dinâmicas territoriais do arquipélago, surgindo novos problemas de cunho socioambientais.

Palavras-chave: Rizicultura; territórios quilombolas; Arquipélago do Marajó.

Expansion of agribusiness and socio-environmental conflicts in the Brazilian Amazon

Abstract

For centuries cattle production has been the main economic activity in Brazil's eastern Marajó Archipelago in the State of Pará. Territorial tensions have risen, however, after large

[1] Este trabalho contou com o financiamento do CNPq (processo 409936/2013-8), a quem os autores agradecem.

rice producers from the northern State of Roraima relocated to the region and expanded their activity to the vicinity of the traditional Quilombo Territories. The purpose of this study is to analyze the migration of rice farmers to the archipelago and to measure its impacts on the local populations after the introduction of these large rice plantations. The study area corresponds to two of the municipalities in the archipelago where two large plantations have been established. Data from interviews and from direct observation in the field are complemented with an analysis of the literature and a review of official documents. We find that low land prices, soil and climatic conditions, and the State's support for natural resources appropriation, are essential elements that have attracted large rice farmers to the region. As a result, there has been a shift in the territorial dynamics in the archipelago, and new socio-environmental problems have emerged.

Keywords: Rice production; quilombo territories; Marajó Archipelago.

Expansión de agronegócios y conflictos socioambientales en la Amazonia Brasileña

Resumen

Durante siglos, la producción de ganado ha sido una de las principales actividades económicas en el este de Marajó, estado de Pará. Hoy día, sin embargo, tensiones territoriales aumentan despues de que grandes productores de arroz, desterritorializados del área indígena Raposa Serra do Sol, en el estado de Roraima, se movieran hacia esta porción de Marajó y expandieram sus actividades agrícolas a las proximidades de territórios quilombolas historicamente situados en la región. El objetivo de este estudio es analizar la transferencia de los rizicultores hacia esa región y los impactos que fueron ocasionados a las poblaciones tradicionales. El área de estudio corresponde a dos municipios localizados en áreas de campos naturales de la microregión de Arari, donde fueron establecidas dos grandes haciendas de arroz. Los datos de entrevistas y observaciones directas hechas en el campo fueron complementados con el análisis pertinente de literatura y una revisión de documentos. Se constató que los precios bajos para compra y/o arrendamiento de las tierras, las condiciones edafoclimáticas y el apoyo del Estado en la apropriación de los recursos naturales se tornaron en elementos escenciales para atraer y retener esos grandes emprendimientos agrícolas. Como consecuencia, ocurrieron cambios significativos en las dinámicas territoriales del archipiélago, haciendo que surgan nuevos problemas de cuña socioambiental.

Palabras clave: Rizicultura; territorios quilombolas; Archipiélago de Marajó.

Introdução

> ... Coronel corria os campos do Arari dirigindo a matança dos jacarés, as malhadas e as ferras, tomando terras, surpreendendo vaqueiros no amor com as velhas éguas e as vacas mansas nos encobertos, fechando os lagos para os pescadores e os próprios vaqueiros. Um pescador, Marcelino, antigo vaqueiro no "Paraíso" ousara entrar num lago da fazenda e foi morto a tiros pelo vigia.
> - O vigia tinha ordem para assustá-lo, dizia o Coronel. Foi um tiro de rifle mal calculado. A gente lastima. Mas de que modo se pode ensinar esse povo a respeitar a propriedade, a deixar de ser índio? (JURANDIR, 2008, p. 101).

O trecho citado, oriundo do romance "Marajó", de Dalcídio Jurandir, retrata o poder de Coronel Coutinho por meio de seus empregados. Na defesa de suas extensas terras, a

força e a violência sempre foram instrumentos usados contra descendentes de indígenas e de escravos que estariam “invadindo-as”. O romance demonstra como a posse de grandes terras era proporcional ao poder e prestígio político de sucessores de europeus no arquipélago do Marajó[2].

A realidade da obra deste romancista paraense, entretanto, transcende o período em que foi escrita, pois os conflitos fundiários no Marajó resultam da sua ocupação histórico-desigual e do recente avanço do agronegócio no arquipélago. Se outrora a pecuária caracterizava-se como a principal atividade rural da região, na atualidade é a rizicultura que começa a ocupar essa função, ao ser concebida como símbolo de desenvolvimento por setores que incorporam a autopromoção do *agribusiness* como sinônimo de modernidade, sucesso e geração de riquezas (BRUNO, 2010).

No entanto, esta coexistência e, por vezes, sucessão de latifúndios, não ocorre sem alterações significativas para grupos remanescentes de quilombos no Marajó[3], uma vez que o agronegócio se caracteriza como uma atividade altamente mecanizada, dependente de insumos químicos e que explora grandes extensões de terra com monoculturas, que usualmente prejudicam a dinâmica de vida de comunidades rurais adjacentes (FABRINI; ROSS, 2014). Assim, ainda que os defensores do agronegócio promovam-no como diferente do latifúndio tradicional, suas práticas são responsáveis por atuais processos de concentração de terras, violências e mazelas socioambientais no Brasil (CANUTO, 2004).

A presente pesquisa tem como recorte de análise os campos marajoaras, em sua maior parte localizados na microrregião do Arari, onde dois grandes empreendimentos da rizicultura se estabeleceram próximos dos quilombos de Gurupá e Rosário, nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra, respectivamente.

A desterritorialização de fazendeiros, desapropriados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, após sua demarcação definitiva, influenciou setores do governo do estado do Pará[4] e algumas prefeituras locais a lhes oferecerem incentivos para instalação de um polo rizicultor em terras marajoaras, sugerindo-lhes assim, aos termos de Haesbaert (2012), uma re-territorialização motivada pelos baixos preços de terras e a permissão para captação hídrica sem os necessários estudos de impacto ambiental (BRASIL, 2013a).

[2] O Arquipélago do Marajó trata-se do maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo (microrregião do Arari e Furos de Breves), com aproximadamente três mil ilhas e ilhotas, contando também com uma região predominantemente continental (microrregião de Portel). Juntas, as três microrregiões somam 104.139 km².

[3] Existem quarenta e seis (46) quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares no Marajó: Dezoito (18) em Bagre, um (1) em Cachoeira do Arari, um (1) em Curralinho, onze (11) em Gurupá, dois (2) em Ponta de Pedras e treze (13) em Salvaterra.

[4] Como a “[...] Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará - Famep, Prefeitura e Câmara Municipal de Cachoeira do Arari, Sindicato dos produtores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do mesmo município, Núcleo do Sindicato dos Produtores Rurais do Marajó e Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - Faepa”. (DIÁRIO DO PARÁ, 2016).

Neste contexto, o agronegócio se expande para mais uma sub-região da Amazônia e continua a pôr em (des)encontro fazendeiros e povos tradicionais. Sem perder de vista os diferentes processos escalares, o objetivo do artigo é analisar a transferência dos rizicultores para o Marajó e os impactos causados aos povos tradicionais a partir da instalação desses empreendimentos agrícolas.

Na primeira seção dos resultados discute-se como direcionamentos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira influenciam os avanços dessas atividades às proximidades de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004). Posteriormente, detalham-se os processos de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e o plano de criação do polo rizicultor do Marajó. E por fim, demonstra-se como esse processo vem ocorrendo nos Quilombos de Rosário e Gurupá, principais comunidades impactadas por estes empreendimentos.

Procedimentos metodológicos

Este estudo contou com processos diversos e complementares. Primeiramente, o levantamento bibliográfico subsidiou a construção teórica dos conceitos utilizados na pesquisa, bem como permitiu a análise acerca dos velhos e novos projetos direcionados à Amazônia, roraimense e marajoara. A leitura de documentos oficiais e jornais auxiliou o reconhecimento de detalhes sobre a expansão da rizicultura no arquipélago. Além disto, dados quantitativos do Censo Agropecuário e da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2015; 2016) subsidiaram a explanação acerca da estrutura fundiária e da produção agropecuária do Marajó. O Quadro 1 resume as fontes e as finalidades dos dados secundários utilizados no estudo.

Quadro 1: Fonte de dados secundários e aplicação na pesquisa

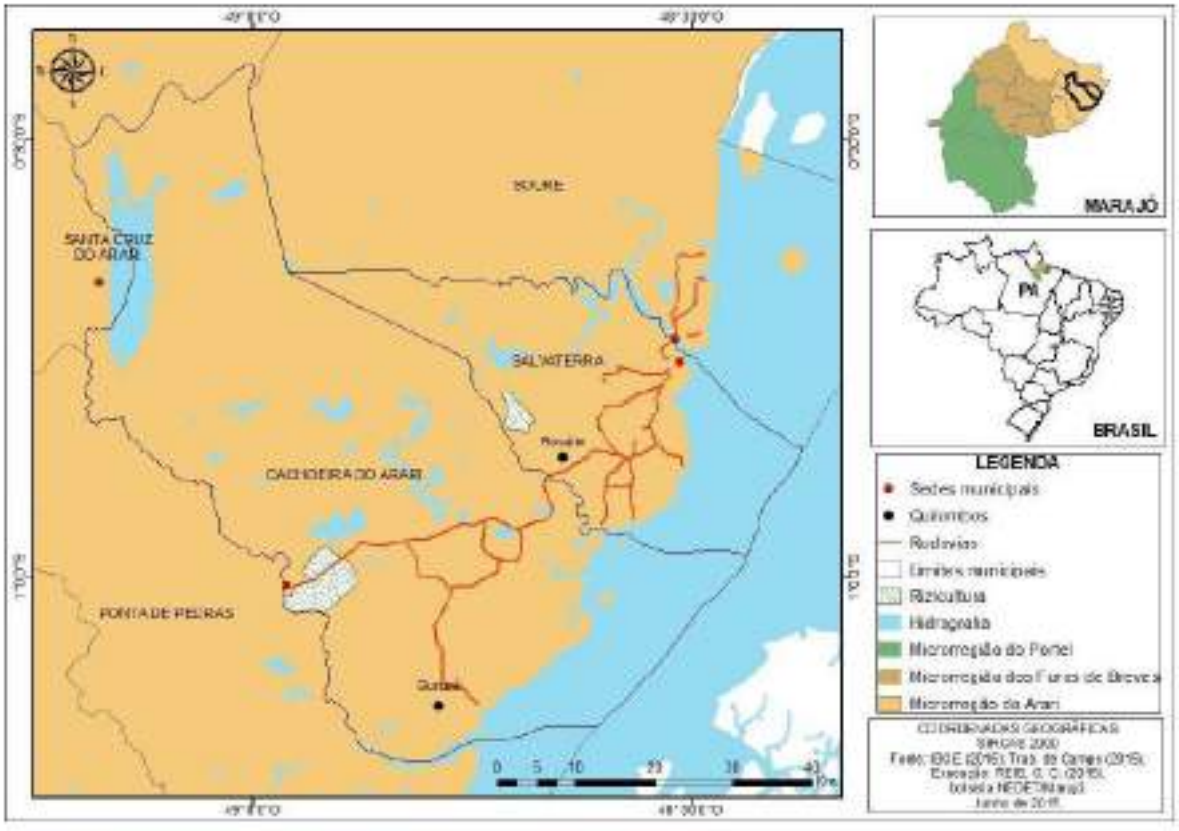
Fonte dos dados	**Utilização na pesquisa**
Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2015).	Caracterização quantitativa da estrutura fundiária do Marajó.
Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2016).	Caracterização quantitativa sobre: a) o efetivo do rebanho bovino e bubalino nas microrregiões do Marajó; b) a produção de arroz nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra.
Jornal Valor Econômico (BARROS, 2014).	a) Entrevista concedida por um dos rizicultores ao jornal; b) dados levantados sobre o preço da terra em Cachoeira do Arari.
Pacto pelo Pará de Redução da Pobreza (PARÁ, 2013).	Caracterização quantitativa acerca do Produto Interno Bruto (PIB) dos setores de serviços, indústrias e agropecuária do Marajó.
	Utilização da entrevista concedida pelo presidente da

FAEPA (2012; 2015).	FAEPA sobre a proposta de criação do polo rizicultor.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os trabalhos de campos ocorreram nos meses de abril, julho e agosto de 2015, nos quilombos de Gurupá e Rosário (Figura 1). Foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com treze quilombolas destes locais sobre suas dinâmicas produtivas, simbólicas e, em especial, sobre a chegada dos produtores de arroz às proximidades dos seus territórios. Estes sujeitos vivem do agroextrativismo, da pesca e da caça, e dois deles também são lideranças em suas comunidades. Foram realizadas ainda entrevistas abertas com um vereador de Salvaterra, um representante do Movimento Marajó Forte e com o coordenador regional da Coordenação Estadual das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado do Pará (MALUNGU), questionando-se o posicionamento destes acerca da rizicultura no arquipélago.

Figura 1: Áreas rizicultoras em larga escala no Marajó e os Quilombos estudados



Seguindo as orientações de Beaud e Weber (2007), analisou-se “verticalmente” o conteúdo próprio das entrevistas, ou seja, em suas individualidades, e “horizontalmente” a relação entre as mesmas, de modo a contextualizar as diferentes narrativas no plano singular do problema pesquisado. Quanto às entrevistas transcritas neste artigo, que foram

gravadas mediante consentimento dos entrevistados, utilizaram-se codinomes para preservar as suas identidades.

A partir da sugestão de Brandão (2007), utilizou-se da observação direta e das anotações no caderno de campo. Tais recursos auxiliaram a produção dos relatórios, relacionados posteriormente às transcrições das entrevistas, aos documentos e à literatura científica. Estas informações foram tratadas e analisadas qualitativamente. Coordenadas geográficas também foram coletadas com receptores GPS para elaboração do mapa de localização das fazendas com produção de arroz e da área estudada.

O recrudescimento da expansão da fronteira de *commodities* na Amazônia

Desde o século XV, os relatos de cronistas, viajantes e ficcionistas europeus preencheram o imaginário da população do velho continente sobre a Amazônia. Na esperança de encontro do paraíso terrestre, da fonte eterna da juventude ou da riqueza adquirida sem esforço físico a partir da fantástica fauna e flora das descrições do Mundo Novo, criou-se, segundo Gondim (2007), uma invenção de Amazônia. Nela, os nativos da região foram concebidos como preguiçosos, apáticos e incapazes de explorar a grandeza natural que os colonizadores então observavam.

Por meio da crença de um espaço com recursos abundantes e inesgotáveis, o mito sempre foi um recurso de poder, de legitimidade da conquista, que perpassa todos os estágios da região e que se reatualiza segundo cada momento histórico, explorando o trabalho, as riquezas e os saberes locais (CASTRO, 2010).

Os conflitos agrários, em particular, intensificaram-se na Amazônia especialmente com as políticas de intervenção do Estado brasileiro na década de 1960. Isto porque os incentivos oferecidos a fazendeiros e empresas para estabelecerem-se na região resultaram em grandes taxas de desmatamentos, concentração fundiária e atos de violência a indígenas e camponeses que já residiam ou chegavam à região amazônica, influenciados pelas propagandas do governo militar sob o *slogan* “terras sem homens para homens sem terra” (HÉBETTE, 2004; LOUREIRO, 2001).

Hoje, a Amazônia pode ser analisada a partir de dois vetores que projetam sobre a região dois modelos de desenvolvimento. O primeiro, segundo Becker (2009), é o vetor tecno-ecológico, que configurou a Amazônia como uma fronteira socioambiental mundial, caracterizando-se como uma força resultante da coalescência de múltiplos projetos em escalas diversas. Exemplo disto é a tentativa de conservação da biodiversidade a partir de projetos estatais, que possuem financiamentos estrangeiros, como o Programa Piloto para

Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) ou o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade (PROBEM).

O próprio Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que até meados de 1980 haviam patrocinado os grandes projetos de infraestrutura e produção na Amazônia, também modificaram, em parte, suas políticas de subsídios, passando a tomar a realização de estudos para conhecimento de proteção ecológica de maneira a restringir liberações de financiamentos que pudessem agredir o meio ambiente[5] (BECKER, 2009).

As políticas oficiais do Estado revelam assim os diferentes objetivos direcionados à região. Nahum (2012), analisando os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, demonstra como no PDA 1972-75 a região foi pensada como fronteira agrícola a ser ocupada sem preocupações ambientais; no PDA 1975-79, como uma fronteira agromineral; e, posteriormente, com as pressões supranacionais relacionadas ao vetor tecno-ecológico (BECKER, 2009), "como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável [no] PDA-1992-95 e PDA-1994-97" (NAHUM, 2012, p. 2).

Quanto ao papel desempenhado pelo país junto à economia global, embora o Brasil tenha diversificado seu parque industrial nas últimas décadas, sua inserção no mercado mundial continua a ser, por excelência, como produtor e exportador de *commodities*[6] (OLIVEIRA, 2016). Para Gudynas (2009), esta é uma característica que se perpetua durante toda a história moderno-colonial dos países da América Latina, pois, se outrora a exploração do continente se alicerçou na exportação comercial dos seus recursos naturais, hoje mesmo os governos progressistas ou de esquerda continuam a insistir em um modelo de crescimento econômico baseado no que o autor denomina de neo-extrativismo, isto é:

> [...] Un estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como proveedores de materias primas, y que si bien el Estado juega un papel más activo, y logra una mayor legitimación por medio de la redistribución de algunos de los excedentes generados por ese extractivismo, de todos modos se repiten los impactos sociales y ambientales negativos. Se utiliza el rótulo de extractivismo en sentido amplio para las actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales, no son processados (o lo son limitadamente), y pasan a ser exportados (GUDYNAS, 2009, p. 188).

A extração de minérios, petróleo e a destinação de terras para monocultivos são algumas das atividades em que os países latino-americanos baseiam suas exportações (GUDYNAS, 2009). Seguindo esta linha de pensamento, Cárceres (2015) utiliza o conceito

[5] Para Becker (2009), tal orientação está associada à nova geopolítica mundial (e ao papel assumido pela Amazônia neste contexto) que não visa unicamente à apropriação direta dos territórios, mas o poder de influenciar na decisão dos Estados sobre o seu uso.

[6] "Entre as principais commodities do campo estão o trigo, milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil há também, o etanol e o boi gordo." (OLIVEIRA, 2016, p. 124).

de acumulação por espoliação[7], de David Harvey (2004), para analisar a expansão do agronegócio na Argentina. Neste país, a abertura de territórios ao agronegócio tem provocado o desenraizamento de camponeses de suas terras e a instalação de empreendimentos agropecuários. Perrault (2013), por sua vez, inverte a semântica do conceito, e denomina de "espoliação por acumulação" o processo neo-extrativista de mineração na Bolívia, que têm como consequências o acumulo de sedimentos tóxicos em terras anteriormente férteis; o acumulo de direitos hídricos, que permite intensivas retiradas de água para a mineração; e a acumulação de terras de acordo com as demandas da atividade mineradora. Em ambos os casos, há a apropriação privada das riquezas adquiridas com os recursos naturais, enquanto os malefícios direcionam-se ao meio ambiente e aos povos que nele vivem e dele necessitam.

Na Amazônia, em particular, a produção de dendê, da soja e a extração de minérios em larga escala são algumas das atividades que também têm modificado negativamente a dinâmica de vida de indígenas, quilombolas e ribeirinhos (BINSZTOK; CARNEIRO; 2015; NAHUM; PAIXÃO JR, 2014; SILVA; SILVA; MACEDO, 2016). Para Castro (2010), a região, com a sua abundância de recursos, tornou-se uma fronteira de *commodities*, de baixo valor agregado e responsável em grande parte pela concentração fundiária, conflitos territoriais e problemas ambientais, principalmente o desmatamento. Essa opção do Estado pela via mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz social e ambientalmente, verifica-se também como a pressão de produtos intensivos de energia tem levado à visão tecnocrática de considerar os rios da Amazônia como prioridade energética, desconsiderando os impactos às populações adjacentes a grandes empreendimentos hidrelétricos. Para Becker (2010), estes aspectos, herdeiros da economia de fronteira, são característicos do outro vetor dinamizador das relações na região: o tecno-industrial, que passou redirecionar a ação do Estado a partir do momento que este retomou sua capacidade de planejamento e intervenção no ordenamento do território.

Fearnside (2013) reforça o arranjo de políticas públicas paralelas e conflitantes na Amazônia, enfatizando seu caráter setorial, em um contexto no qual o Ministério do Meio Ambiente (MMA) costuma perder a "queda de braços" para outros setores federais que, no planejamento nacional, destinam suas ações às construções de infraestruturas ligadas ao crescimento econômico. Isto fica evidente nos Planos Plurianuais (PPA) do governo federal para a região, (re)colocando-a como um espaço estratégico para expansão e acumulação do capital (inter)nacional.

[7] O conceito refere-se às políticas capitalistas de governos neoliberais que visam transferir riquezas públicas para o setor privado, que precisa investir seus excedentes advindos de processos de sobre-acumulação. Se os meios, como a terra, não estão disponíveis, o capitalismo tenta liberá-los por meio de tais práticas espoliadoras, para que então os investimentos possam se concretizar (HARVEY, 2004).

Resultante da concentração fundiária histórica e da coalescência dos vetores tecno-ecológico e tecno-industrial na região, visualiza-se uma inter-relação das problemáticas agrárias às ambientais que acabam perpassando os conflitos no espaço rural brasileiro, em especial da Amazônia. Como no lócus de estudo delimitado, constata-se simultaneamente um papel dúbio do Estado, que tenta atender as pressões ambientalistas sem, entretanto, perder de vista seu caráter desenvolvimentista.

Com relação aos conflitos agrários, em específico, pode-se associar a intensificação da exportação de *commodities* ou de práticas econômicas "desenvolvimentistas", como a do agronegócio, com os estudos que demonstram Terras indígenas e Quilombolas como (na primeira e terceira posição) as mais atingidas por "injustiças ambientais" a partir da expansão de empreendimentos capitalistas no Brasil (ROCHA, 2011).

Segundo Almeida e Marin (2010), essas mobilidades empresariais tendem a expandir exatamente para terras tradicionalmente ocupadas[8] que costumam ter no uso comum, e não no modelo econômico-produtivista, a forma de utilização dos elementos naturais. Isto acontece, pois, embora os índices de concentração fundiária sejam elevados no país, não são nos grandes imóveis rurais que se localizam as áreas preservadas. Segundo os autores, é sob o controle direto de povos e comunidades tradicionais que existe um percentual significativo de áreas com elevada cobertura vegetal, com florestas e cursos d'água ainda preservados, fazendo com que as agroestratégias[9] tentem anular o direito territorial dessas populações, de modo a incorporar aos grandes empreendimentos esses espaços de "recursos abundantes", à suposta vocação regional da Amazônia ao desenvolvimento.

Existe a necessidade de se analisar com cuidado tais situações, de modo a assegurar a esses povos suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2012), pois, ao contrário do discurso pautado no mito da natureza intocada, usualmente têm sido essas populações as principais responsáveis em contribuir para a manutenção da diversidade biológica das florestas tropicais e de outros meios geográficos (DIEGUES, 1993; CASTRO, 1998; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

[8] Segundo Almeida (2004), são sujeitos que tradicionalmente ocupam seus territórios: quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, pequenos agricultores, castanheiros, entre outros.

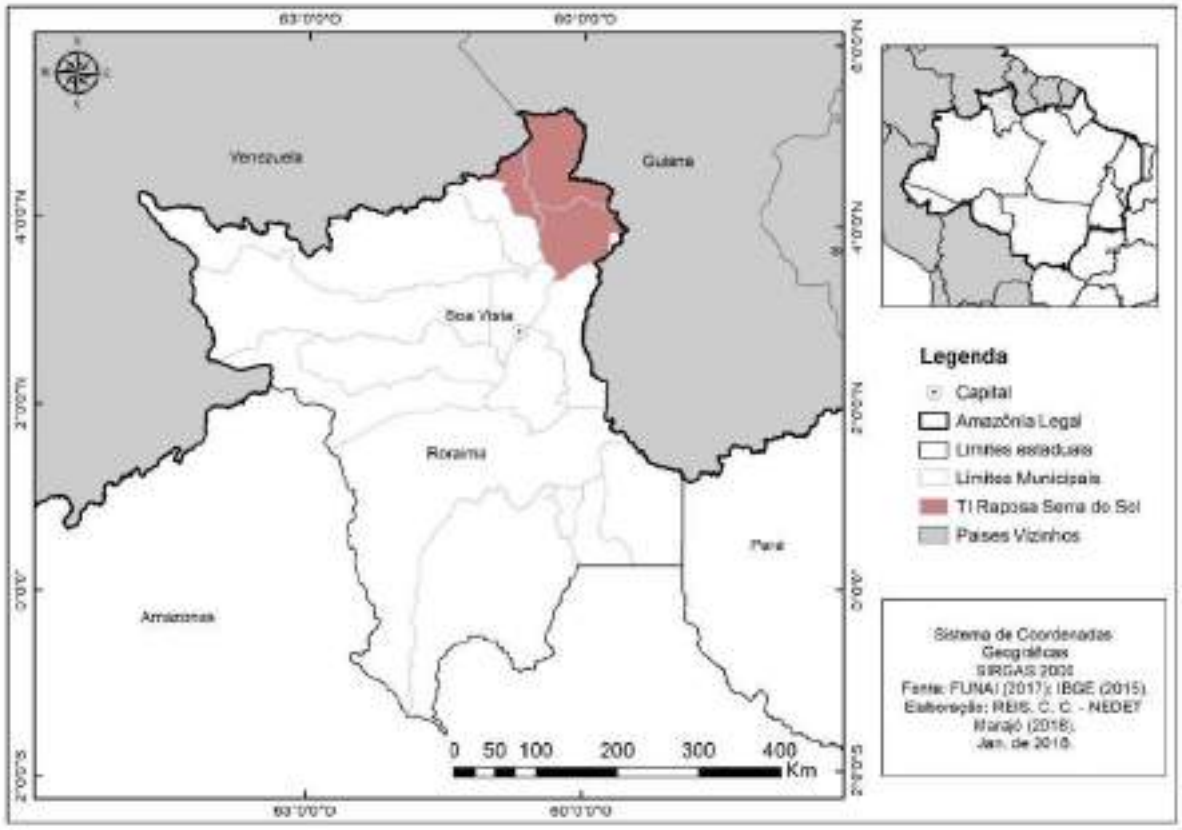
[9] São medidas "[...] vinculadas aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica, liberando-as tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas [...]" (ALMEIDA; MARIN, 2010, p. 141).

Des-re-territorialização do agronegócio na Amazônia: o caso da TI Raposa Serra do Sol

A Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol compreende 1.747.464 hectares. Localizada no Nordeste do estado de Roraima, faz fronteira com países vizinhos: ao norte com a Venezuela e ao leste com a República da Guiana (Figura 2). Está organizada administrativamente em quatro regiões: Serras, Raposa, Surumu e Baixo Cotingo. Os povos indígenas da região são constituídos pelas etnias Inagarico, Patonoma, Macuxi, Wapichana e Taurepang. Toda a população do TI soma 19.933 habitantes (VIEIRA; MATIONI; SILVA, 2012; SILVA, 2012).

De acordo com Vieira, Mationi e Silva (2012), diversas práticas de violência aos indígenas iniciaram-se principalmente após a década de 1970, quando por meio da política de ocupação da Amazônia o governo militar subsidiou a migração de empresários do setor agropecuário para o estado de Roraima. A partir de então, esses agentes do capital ocuparam e alargaram seus domínios sobre áreas indígenas, quando passaram a comprar posses de antigos fazendeiros, causando descontentamento por parte das populações que historicamente ocupavam aquelas terras.

Figura 2: Localização da Terra Indígena Raposa Serra do Sol



Os conflitos que decorreram durante a segunda metade do século XX, tiveram não só ações diretas de fazendeiros, mas de órgãos e instituições do Estado, como a Polícia Civil, Militar e o Exército Brasileiro, que acabavam defendendo os interesses da elite local, dando suporte para ações como destruições de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestro e cárcere privado (VIEIRA; MATIONI; SILVA, 2012).

Porém, o processo de reconhecimento da TI Raposa Serra do Sol não é recente e remonta ao ano de 1917, quando o Governo do Amazonas, a partir da Lei nº. 941, destinou algumas terras da região aos indígenas, objetivando garantir a soberania brasileira daquele espaço. Somente em 1977, entretanto, iniciaram-se no âmbito da FUNAI os estudos antropológicos que pretendiam identificar a Terra Indígena.

Diante de contestações e conflitos judiciais para a diminuição da reserva, em 1998, concretizou-se por meio da Portaria 820/98 a demarcação da área com a extensão original, reservando 400 hectares para o exército. A portaria proibiu a circulação e a permanência de não-índios na região, garantindo, porém, o direito à indenização às benfeitorias existentes na área. Em 15 de abril de 2005, foi finalmente assinado pelo Presidente da República o decreto homologando a demarcação de Raposa Serra do Sol (WIENKE; LAUERMANN, 2008).

Desde então, ocorreu uma série de atos de retaliação a essa decisão judicial, como sequestro de agentes da Polícia Federal e a destruição de estradas e pontes, coordenadas por rizicultores e indígenas contrários à demarcação (WIENKE; LAUERMANN, 2008). Ações ajuizadas também foram tomadas com o objetivo de evitar a efetivação do decreto presidencial – tanto por agricultores da região como por lideranças políticas do estado de Roraima. Dentre estes atos, ressalta-se a destruição da antiga Missão do Surumu, que passou a ser denominada “Centro Indígena de Formação”, localizada dentro da Terra Indígena (VIEIRA; MATIONI; SILVA, 2012).

Destaca-se principalmente o poder político-econômico dos rizicultores, pois detinham área maior que 100 mil hectares, com produção 160 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, mais de 30 mil cabeças de gado e mais de três mil hectares de plantação de soja. Suas fazendas localizavam-se na melhor parte da região: com melhores terras (campos e cerrado) e facilidade de água para irrigação (CONAB, 2009), fatores que estimularam durante décadas a expansão econômica do agronegócio para a área que vivem os indígenas (VIEIRA; MATIONI; SILVA, 2012).

Por conta disto, estes agentes, junto com o estado de Roraima, propuseram a demarcação em ilhas ao invés da demarcação contínua, como preconizada pelo decreto presidencial. Os argumentos basearam-se no discurso da necessidade do desenvolvimento da região, na possível diminuição de empregos e, sobretudo, na garantia da soberania

nacional, que supostamente estaria ameaçada com a retirada dos rizicultores da Terra Indígena (WIENKE; LAUERMANN, 2008).

A proximidade da área com a Guiana e principalmente com a Venezuela é vital para o entendimento destes discursos. As reservas estariam vulneráveis a agentes internacionais, bem como dificultaria o ingresso e a vigilância das fronteiras pelos militares. Como argumentam Wienke e Lauermann (2008), causa estranheza essas desconfianças em relação aos indígenas, porquanto, em épocas anteriores, foram estes sujeitos erguidos à condição de nacionais justamente com o objetivo de assegurar a ocupação das regiões fronteiriças com os países vizinhos.

Vale ressaltar que, além de atentar contra a vida dos povos indígenas, as monoculturas geraram impactos ambientais como desmatamento, contaminação hídrica por meio de agrotóxicos, causando danos à fauna e flora, morte de animais e problemas de saúde às pessoas que os consumiam. Constatou-se também poluição do ar e intervenções irregulares em Áreas de Preservação Permanente (SILVA, 2012).

Mesmo com a resistência de rizicultores e pecuaristas junto ao estado de Roraima contra a desapropriação de suas fazendas localizadas na Terra Indígena, o Supremo Tribunal Federal decidiu, finalmente, pela manutenção da reserva como área contínua em março de 2009, tal como, seu cumprimento imediato, com prazo máximo da saída dos não índios fixado em 30 de abril de 2009 (CONAB, 2009). A decisão judicial influenciou significativamente o desejo de segmentos econômicos apoiados pelo governo do estado do Pará em implantar um polo rizicultor no Marajó, com convites a fazendeiros que foram desapropriados da TI (FAEPA, 2012). No próximo tópico discute-se como a produção do arroz, entre outros resultados, traz algumas modificações de cunho social e ambiental às comunidades adjacentes a estes empreendimentos.

O latifúndio como legado da pecuária e fundamento da expansão da rizicultura

Considerar as externalidades na conformação de determinado espaço, bem como suas próprias dinâmicas internas, é reconhecer que o espaço é produto e condição das relações sociais; apresenta potencialidades e limitações às ações dos indivíduos; e, sobretudo, está inserido em escalas maiores de decisões, sofrendo suas influências diretas e possuindo simultaneamente particularidades (SANTOS, 1977).

O entendimento da atual conjuntura do Marajó perpassa sua formação sócio-espacial, pois se “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1977, p. 87-88). “Sócio-espacial”, com hífen, é utilizado aqui como opção teórica, por representar processo, movimento. Qualifica-se assim

o espaço e as relações sociais que o animam (SOUZA, 2013). Partindo desse pressuposto, destacar-se-á a questão fundiária da microrregião do Arari, localizada no Arquipélago do Marajó. Tal opção tem como fundamento os seguintes fatos: a) a partir do ano de 2010, dois municípios dessa microrregião receberam empreendimentos da rizicultura justamente por ser uma região com predominância de campos naturais[10] e grandes latifúndios; b) as fazendas de arroz estabeleceram-se próximos a quilombos historicamente situados nessa região: Gurupá (Cachoeira do Arari) e Rosário (Salvaterra).

De grande destaque é a posição estratégica que o Marajó possui, pois localiza-se na foz do Rio Amazonas, tendo como litoral o Oceano Atlântico. Sua ocupação inicial esteve ligada à estratégia geopolítica de Portugal, objetivando "assegurar a posse efetiva da imensa região, com seu desaguar a perder de vista por labirínticos rios e florestas" (PACHECO, 2010, p. 18).

O processo de concentração fundiária nos campos marajoaras (predominantes na microrregião do Arari) iniciou-se após o florescimento da pecuária nos pastos naturais, quando criadores de gado foram estimulados pela coroa portuguesa a ocupar o arquipélago com este objetivo econômico. Posteriormente, a formação dos latifúndios locais resultou da desigual distribuição de sesmarias aos primeiros donatários, às missões religiosas e outros indivíduos particulares no Período Pombalino (MIRANDA NETO, 2005; LISBOA, 2012; SOUZA, 2013).

Ainda que a porção leste do Marajó possua potencialidades naturais à pecuária extensiva bovina, sempre encontrou obstáculos ao seu desenvolvimento. Segundo Lisboa (2012), apesar da atividade atravessar os séculos no arquipélago, desde a década de 20 do século XIX, a pecuária vive em crise permanente.

Outros fatores limitam o pleno desenvolvimento desta atividade, tais como: o sistema de extrema seca e cheia, ocasionando elevadas perdas de reses; o aumento do consumo urbano, forçando fazendeiros a exportar o gado em idade de reprodução (MIRANDA NETO, 2005); mas, sobretudo a perda de competitividade, seja pela abertura de rodovias no Sul e Sudeste do Pará à Belém, na década de 1970 (LISBOA, 2012), como pela precária infraestrutura de abatedouros, frigoríficos e no transporte à capital paraense (BRASIL, 2007).

Por outro lado, a pecuária bubalina se adaptou às adversidades da região e se tornou atividade de importância, ocupando espaço no mercado de carnes e laticínios (LISBOA, 2012), ultrapassando também o número de bovinos (tabela 1). Entretanto, houve uma significativa diminuição nesta atividade. Conforme os dados do IBGE (2016), em 1995 o Marajó possuía 614.000 cabeças de gado bubalino, enquanto em 2014 reduziu a 345.133.

[10] Miranda Neto (2005) denomina "dualismo geográfico" a predominância de campos naturais no leste do Marajó, enquanto a oeste, as florestas ocupam a maior parte dos terrenos.

Tabela 1: Efetivo do rebanho bovino e bubalino nas microrregiões do Arquipélago do Marajó – 2014.

Microrregiões	Rebanho Bovino		Rebanho Bubalino	
	Total	Relativo (%)	Total	Relativo (%)
Arari	243.441	91,80	326.311	94,55
Furos de Breves	5.726	2,16	11.971	3,46
Portel	16.021	6,04	6.851	1,99
Arquipélago Marajó	**265.188**	**100,00**	**345.133**	**100,00**

Fonte: IBGE (2016).

Embora a pecuária bovina e bubalina tenha importância econômica na região, a estrutura produtiva do Marajó apresenta uma concentração no setor de Serviços que contribui com 72,8% do Produto Interno Bruto (PIB) da região[11], seguido pelo Agropecuário com 15% e o setor Industrial com 12%. O valor adicionado registrado pelo setor Agropecuário, em sua maioria, "decorreu das atividades da pesca com 54,4%, pecuária com 26,2% e exploração vegetal com 10,1% de participação no setor" (PARÁ, 2013, p. 18).

Se em 2014 a microrregião deteve cerca de 91,79% de todo o gado bovino e 94,54% do bubalino do arquipélago (tabela 01), isto foi influenciado pela apropriação desigual do seu dualismo geográfico, fato que impulsionou a pecuária nos campos naturais encontrados nessa porção do Marajó e que, em consequência, ainda na atualidade apresenta elevada concentração fundiária, uma característica que se estende desde o período colonial.

Nesta microrregião, por exemplo, as áreas de agricultura familiar[12], apesar de apresentarem 12.674 estabelecimentos agropecuários (87% do total), detêm somente 164.165 hectares, ou 10% da área total. Por outro lado, estabelecimentos de agricultura patronal totalizam 1.856 estabelecimentos (13%) e concentram 1.546.951 hectares, ou 90% da área (IBGE, 2015).

Além do fator natural e da alta concentração fundiária, essa microrregião possui terras com preços significativamente mais baixos que em outras regiões do estado do Pará ou do Brasil. Dados levantados pelo jornal Valor Econômico apontam que os 12.000 ha comprados no Marajó por um rizicultor gaúcho custariam R$ 42 milhões de reais se tivessem sido adquiridos na região de Santarém (PA), por exemplo. Em Cachoeira do Arari, no entanto, custaram cerca de R$ 2 milhões, ou seja, 4,7% do preço (BARROS, 2014). Outro ponto a se destacar é a localização privilegiada do arquipélago, próximo de centros consumidores como Belém, Manaus e Macapá.

[11] O PIB do Marajó apresentou uma participação de 2% dessa região no total estimado para o estado do Pará (PARÁ, 2013).

[12] Utiliza-se aqui o termo "Agricultura Familiar" enquanto tamanho de áreas e sua distribuição, e não enquanto conceito teórico. De acordo com a Lei nº. 11.326/2006**,** as áreas de Agricultura Familiar, portanto, são aquelas de até "quatro módulos fiscais", o que equivale a 304 ha na região.

Soma-se a esses fatores atrativos, o incentivo político do Governo do Estado e da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA) de transformar o Marajó em um Polo Rizicultor, pois conforme o seu atual presidente, com até 100 mil hectares a região obteria autossuficiência, além de exportar para outros lugares do território nacional. Dessa forma, o objetivo é "[...] tornar a região do Marajó, com 52 mil quilômetros quadrados, dos quais 1/3 é constituído de campos naturais, um dos maiores polos de rizicultura do país" (FAEPA, 2015, p.1).

Diante disto, este fazendeiro gaúcho, que fora expropriado a partir do reconhecimento definitivo da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, foi convidado para dar continuidade ao seu empreendimento no Marajó, tendo o arroz como produto central (FAEPA, 2012). Este processo, no entanto, tem provocado reações contrárias ao polo de arroz irrigado. Se anteriormente foram os indígenas que resistiram a ações de fazendeiros em Roraima, hoje são os quilombolas do arquipélago que questionam os impactos socioambientais promovidos pela expansão do agronegócio rizicultor.

Este fato reforça os estudos que demonstram Terras Indígenas e Quilombolas como as mais atingidas por "injustiças ambientais" a partir de empreendimentos capitalistas no Brasil (ROCHA, 2011), bem como a tendência de expansão desses agentes às proximidades de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA; MARIN, 2010).

A imagem-discurso da região amazônica – como vazio demográfico, reserva de recursos e espaço atrasado – historicamente teve contida em sua intencionalidade a legitimação de intervenção externa (CASTRO, 2010; GONDIM, 2007; NAHUM, 2012). Assim, para desenvolvê-la, a ação teria "[...] que vir de fora, de algum agente externo civilizador, já que essas populações [locais] não se mostraram capazes de sair do estado de natureza e/ou atraso" (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 21). Estes argumentos perpetuam-se nos dias atuais, como no relato do rizicultor gaúcho:

> Sabe o que estamos fazendo de errado? Estamos produzindo alimentos. Olha só que crime. Estamos trazendo emprego e desenvolvimento a um dos lugares com IDH mais baixos do país. Mas tem gente que não quer ver o Brasil crescer, critica Quartiero [ao conceder entrevista à revista Valor Econômico]. Além da disputa fundiária, pesam contra o deputado acusações de ordem ambiental, como o plantio sem estudos de impacto e a contaminação de rios (BARROS, 2014, p. 1).

Percebe-se na fala do rizicultor alguns elementos usualmente empregados por representantes do agronegócio, como o apelo à produção de alimentos, geração de empregos e a destinação do progresso a um lugar "atrasado", o que demonstraria a importância "social" do empreendimento. Com isto, há a ideia do agronegócio rizicultor como um modelo de desenvolvimento que atenderia a necessidade de todos (BRUNO, 2010;

CANUTO, 2004). No entanto, o que se constata no momento é a reprodução das reais características do *agribusiness*, como a utilização de grandes extensões de terras, maquinários e agrotóxicos (FABRINI; ROSS, 2014).

Por este motivo, serão apresentadas algumas das consequências da ascensão da rizicultura na microrregião do Arari, citando primeiramente as de cunho socioambiental. Encontrados em Roraima (SILVA, 2012) e nos estudos de Huffner e Meireles (2016), novos problemas surgem ao campesinato marajoara, como a poluição hídrica, morte de animais e perca da biodiversidade.

Segundo Huffner e Meireles (2016), o arroz irrigado utiliza-se de significativas descargas de agrotóxicos que podem gerar problemas aos recursos hídricos, pois é uma das culturas com maior uso de água, necessitando cerca de dois mil litros para a produção de um quilograma de arroz. A água empregada é retirada de rios (também aproveitados pelos quilombolas), lagos ou açudes por meio de bombeamento direto dos desvios de cursos d'água construídos para irrigação.

Verificou-se em campo que além da pecuária extensiva como atividade inerente ao latifúndio tradicional, somam-se aqueles grandes proprietários – mais antigos – que extraem a renda da terra a partir do aluguel do pasto a camponeses com pouca ou nenhuma área. O pagamento deste aluguel constitui-se tanto em transferência de parte da produção quanto por dinheiro, em média R$ 8,00 por cabeça/mês no ano da pesquisa (2015).

A principal fonte de renda para muitos sujeitos em Cachoeira do Arari concentra-se na criação do gado. Os pequenos criadores de gado bubalino, por exemplo, têm na venda do leite a principal atividade econômica, por vezes associada com a produção de queijos, enquanto que grandes proprietários desenvolvem pecuária de aptidão para corte. Recentemente, porém, as compras de terras destinadas à rizicultura alcançaram essas áreas que no passado fazendeiros alugavam aos pequenos criadores locais.

Assim, para além de ocupar a área do latifúndio tradicional, a rizicultura tem entre suas consequências sócio-espaciais a exclusão de pequenos criadores do acesso aos pastos outrora alugados, obrigando-os a buscarem espaços mais distantes e caros. Tal processo tende a se intensificar em decorrência da expectativa de expansão do agronegócio por meio do projeto do polo rizicultor.

Mudam-se as denominações, os discursos e, por vezes, algumas práticas. Contudo, o latifúndio persiste na mudança, na forma fundiária concentrada e historicamente estabelecida dessa área da Amazônia oriental. Espaço e território, ainda que sejam conceitos distintos, não são opostos ou separáveis, pois a produção do espaço geográfico (ou sua formação sócio-espacial) cotidianamente está na base do arranjo territorial. O espaço, portanto, não é mero palco ou receptor de ações, mas é produto e condição a posteriores territorializações (SAQUET, 2015).

Assim, os campos marajoaras serviram como requisito à produção e divisão do espaço pela Coroa portuguesa. Tal ação foi resultado da territorialização lusitana no arquipélago e, nos anos seguintes, influenciador das ações políticas que concentraram em posse de poucos as terras da região. Os campos e a sua apropriação histórico-desigual detiveram, dessa forma, papel duplo na formação sócio-espacial do leste do Marajó (MIRANDA NETO, 2005; LISBOA, 2012; SOUZA, 2013).

Hoje, essas mesmas condições, naturais e sociais, influenciam na re-territorialização[13] de rizicultores de Roraima ao arquipélago do Marajó, porquanto, existem grandes extensões de terras concentradas a baixos preços, junto à potencialidade de rios para o abastecimento de suas plantações, auxílio estatal, e, como já exposto, os campos que facilitam o avanço dos empreendimentos.

A chegada do agronegócio e suas promessas de desenvolvimento

Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 13 de dezembro de 2006, Rosário solicita desde 2007 o reconhecimento e a titulação do seu território. A comunidade, localizada no município de Salvaterra, possui cerca de setenta famílias que exercem historicamente atividades ligadas à agricultura, ao extrativismo, à pesca e à caça. Estes quilombolas, que sempre necessitaram das florestas e dos rios para realizarem suas práticas de trabalho, têm agora às proximidades de seu território um rizicultor que também chegou ao Marajó influenciado pelo preço de terra e pela oferta de outros recursos naturais já citados. Advindo do Mato Grosso, ele comprou uma área de aproximadamente 3.700 hectares onde antes existia atividade pecuária não muito promissora economicamente, subutilizada e com poucas cabeças de gado.

Tal como o primeiro rizicultor, este sujeito utilizou um sistema de drenagem feito a partir da construção de “cavagens” para canalizar água do rio Camará à sua fazenda. Grande parte das reinvindicações da associação quilombola de Rosário junto à Coordenação Estadual das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado do Pará (MALUNGU) ocorreu a partir do receio de que o empreendimento causasse vários impactos à comunidade, em particular a possível poluição do rio Camará por agrotóxicos utilizados na fazenda.

Esta preocupação resulta dos fatos já acontecidos em Cachoeira do Arari, município onde o primeiro rizicultor estabeleceu seu empreendimento. Nesta localidade

[13] A perda de controle do território por meio de desapropriação, ou des-territorialização, do agronegócio na TI Raposa Serra do Sol, motivou a criação de um território rizicultor em novas bases, concretizando-se, nos termos de Haesbaert (2012), na sua re-territorialização no Marajó.

houve denúncias de problemas respiratórios aos cidadãos da área urbana, ocasionados por agrotóxicos aplicados por aviões para potencializar a produção agrícola (BRASIL, 2013a). Outro impasse gerado por este empreendimento resultou em ações dos moradores do quilombo de Gurupá junto ao Ministério Público Federal (MPF) diante da construção de um porto – sem consulta prévia – para escoamento da produção à Belém, dentro do território tradicionalmente ocupado por esses sujeitos (BRASIL, 2013b).

A própria Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) concedeu ao primeiro rizicultor a Outorga 420/2010 para a captação de 9.600 m³ de água por dia do Rio Arari, para a irrigação em sua fazenda, sem antes, da elaboração do EIA/RIMA. Problema este também questionado pelo MPF (BRASIL, 2013a). Soma-se a esses fatos, a reclamação de uma das lideranças quilombola de Gurupá, quanto à necessidade desses estudos, pois assim como em Roraima, a comunidade tem percebido o assoreamento do rio, ou em suas palavras: “o rio tá morrendo pra cá” (Seu “Guamá”, agosto/2015).

Com relação ao impacto hídrico, isto é um exemplo do que Zhouri e Laschefski (2010) definem como “conflito ambiental espacial”, pois ainda que a poluição se inicie fora das comunidades, ou seja, em área de propriedade dos arrozeiros, os efeitos dos poluentes não se limitam ao território do empreendimento, ultrapassando-o e afetando as comunidades que dependem dos igarapés e rios para a sobrevivência. Os impactos ocasionados por este tipo de empreendimento no quilombo de Gurupá e sua consequente antecipação de questionamento quanto ao medo de que a poluição se repita em Rosário, são evidenciados na fala de Dona “Margarida”, quilombola do município de Salvaterra:

> Ele [fazendeiro rizicultor de Salvaterra] não poderia perceber que isso ia causar um problema, mas pra nós que precisa do nosso território, de tudo o que existe, nas florestas, nas matas, nas águas, o que a gente precisa pescar, coletar o açaí, com certeza ia sofrer os impactos, né? Grandes impactos. Por quê? Quando foi feito esse plantio, ele mandou fazer uma grande “cavagem”, e a “cavagem” pegava de dentro da fazenda pra margem do rio, então se ele manda pulverizar o plantio do arroz, claro que tudo aquele agrotóxico que cai, vai atingir a terra né, e quando a água, e a maré enche e vaza, aquele agrotóxico vem na água pra dentro do rio, e com isso nós começamos a questionar sobre isso (Dona “Margarida”, abril/2015).

Como ressaltado por Dona “Margarida”, os elementos naturais (água, mata, floresta) que têm uma lógica funcional de autoconsumo a partir da coleta do açaí, do pescado, tal como de simbolismos acerca desses mesmos alimentos, quando colocados em risco de sofrerem danos ambientais por conta da rizicultura, fazem com que quilombolas desta comunidade questionem o modo de dominação do território rizicultor que, pela proximidade locacional, afetaria o território historicamente apropriado pelos quilombolas de Rosário.

Segundo “Cacto”, vereador de Salvaterra, no ano de 2013 o rizicultor mato-grossense e seu filho plantaram aproximadamente 500 hectares e colheram cerca de 40 mil sacos de arroz. Essa primeira colheita, porém, não foi muito produtiva, servindo como “questão de experiência”. Por não deter o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Licença Ambiental Rural (LAR) para seu empreendimento, o fazendeiro parou sua produção no ano de 2014 na tentativa de obter esses documentos.

Pela ausência dos registros supracitados e por não consultar os povos impactados acerca da instalação do empreendimento às suas vizinhanças, a reação do movimento quilombola de Salvaterra junto ao Ministério Público Federal e do Estado do Pará foi realizada de forma jurídica (BRASIL, 2013a; 2013b). Para Dona “Margarida”, esta ação também desacelerou a produção do fazendeiro no ano de 2014. Todavia, de acordo com o vereador “Cacto”, todos estes documentos foram liberados ainda em 2015 ao rizicultor, possibilitando, inclusive, liberação de financiamento pelo Banco da Amazônia S/A na ordem de seis milhões de reais ao seu empreendimento, que pôde então ser reiniciado.

Já no ano seguinte, conforme ilustra a tabela 2, o município onde se encontra o fazendeiro mato-grossense plantou uma área de 600 hectares e obteve 800 toneladas de arroz. Por estar em fase inicial, a produção de Salvaterra difere quantitativamente da de Cachoeira do Arari, que começou em 2011 com a chegada do rizicultor gaúcho e tem aumentado expressivamente. Se em 2011 este município plantou uma área de 2.450 hectares e obteve 6.370 toneladas de arroz, em 2016 estes números aumentaram para 4.500 ha e 19.300 t, respectivamente[14].

Tabela 2: Produção de arroz nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra (2011-2016)

Município	2011		2016	
	Área plantada (ha)	Quantidade (t)	Área plantada (ha)	Quantidade (t)
Cachoeira do Arari	2.450	6.370	4.500	19.300
Salvaterra	-	-	600	800
Total	**2.450**	**6.370**	**5.100**	**20.100**

Fonte: IBGE (2016).

Aliás, o processo de liberação do financiamento ao rizicultor mato-grossense resultou em uma polêmica envolvendo a Câmara Municipal, o então prefeito e vereadores de Salvaterra. A fábrica pública de beneficiamento de abacaxi, localizada no distrito de Condeixa, na PA 154, no município, por muitos anos ficou inutilizável devido à proposta de pagamento irrisório oferecido pelo abacaxi aos camponeses locais. Porém, no final do mês de junho de 2015, a fábrica foi doada para o rizicultor e seu filho.

[14] A série histórica do IBGE (2016) demonstra como nula as produções de arroz de Cachoeira do Arari até 2010 e as de Salvaterra até 2015.

Como contraposição às ações contra a doação, o vereador “Cacto” expõe como ocorreu o processo de conversa entre o rizicultor e o poder público:

> Ele foi na câmara, conversou com alguns vereadores, “tava” tendo assim uns vereadores contra, outros a favor, e eu, na minha opinião, eu acho que é uma coisa boa pra nós aqui, porque nós não temos nenhuma indústria aqui produzindo nada e como o prédio “tava” num estado deplorável assim, uma situação ruim que cada vez mais ia só se destruindo, o tempo, já sabe, que se encarrega disso aí. A erosão vem e vai destruindo, ninguém fez nenhum investimento lá... e eu conversei com ele. Eu disse: “olha, eu vou votar a favor, mesmo sabendo que assim, é inconstitucional” né, porque tu não pode dar uma coisa do município. Só que se tivesse num estado de boa conservação, eu não seria a favor né, porque tu vai dar uma coisa que já estava pronta. [...] Acho que é uma coisa importante pro município, que vai gerar emprego e renda, além dos impostos e que vai levar o nome de Salvaterra longe, porque esse arroz dele não vai ser vendido só aqui (Vereador “Cacto”, julho/2015).

Mesmo sabendo da possível inconstitucionalidade de tal ato, para o vereador essa doação possibilitaria crescimento da agroindústria de *commodities* no município, a geração de empregos e o aumento da arrecadação de impostos. Segundo “Cacto”, o rizicultor de Salvaterra assegurou que o número de empregados na fábrica ficaria no entorno de trinta a quarenta trabalhadores, além dos da fazenda, cerca de vinte a trinta empregados; e que, além do arroz, a proposta apresentada pelo fazendeiro previa plantações de feijão, milho e gergelim.

A doação, de acordo com o político, fez-se necessária devido ao fato de que o “banco só ia financiar se [o imóvel] tivesse no nome da empresa. Aí tem pessoas que pensam diferente: ‘pegou pra hipotecar’. Não, o empréstimo já ‘tava’ concretizado, só tinha que ter um local dele assim pra ser feito o investimento lá” (Vereador “Cacto”, julho/2015). Portanto, o argumento do rizicultor junto ao poder público reside em afirmar que o Banco da Amazônia S/A não financiaria os equipamentos e o empreendimento de maneira geral se a fábrica estivesse no nome do município, justamente por ser um bem público. Por fim, segundo o vereador, a prefeitura adicionou uma ementa aditiva no processo de doação da fábrica ao fazendeiro e seu filho. A ação jurídica teria como objetivo um fundo social para os camponeses como contrapartida do empreendimento. Porém, o rizicultor utilizou como justificativa a seu favor “ajudas” aos quilombolas de Rosário e em outras comunidades adjacentes, argumentando já ter lhes feito preparo de terra e doado fertilizantes e adubos.

O vereador e a prefeitura posicionam-se, por isso, favoráveis ao empreendimento, comentando que “o povo realmente gosta muito dele lá. É um compromisso dele com os pequenos agricultores” (Vereador “Cacto”, julho/2015). Logo, o fundo social no presente momento, de acordo com essa interpretação do poder público, estaria sendo cumprido.

Estas afirmativas “desenvolvimentistas” e as reclamações de cunho socioambiental proferidas pelos quilombolas confirmam a ideia discutida no primeiro tópico acerca da inter-relação das problemáticas agrárias às ambientais que acabam perpassando os conflitos no espaço rural brasileiro, em especial da Amazônia, bem como sobre o papel dúbio do Estado, que tenta atender as pressões ambientalistas sem, entretanto, perder de vista seu caráter desenvolvimentista.

Segundo Poulantzas (1985), esta é uma característica própria do Estado moderno capitalista que, por ser um regulador do equilíbrio de forças que existem na sociedade, pretende oferecer uma estrutura flexível que permita aglutinar os interesses políticos das diferentes camadas sociais e garantir o consentimento das massas populares. Neste equilíbrio de forças, no entanto, as classes dominantes procuram utilizar o Estado como instrumento para promover seus interesses e, de maneira geral, a contínua reprodução do capital, como o fez os rizicultores, sob o argumento de estarem oferecendo benesses às populações locais.

No que se refere à correlação de forças entre o vetor tecno-ecológico e o vetor tecno-industrial, o último tem obtido vitória, alicerçado especialmente no discurso da modernidade, do sucesso e da geração de riquezas pelo agronegócio (BRUNO, 2010). Ainda que grande parte do arquipélago seja considerada Área de Proteção Ambiental[15] (APA) e exista um projeto de transformá-la em uma Reserva da Biosfera[16], há sinalizações governamentais em transformar o Marajó em um polo rizicultor, sob o argumento da geração de renda, impostos e empregos. O fato de apresentar um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do estado do Pará facilita a propagação do discurso do desenvolvimento, materializado em ações concretas, como a negligência de prefeituras e órgãos estaduais na fiscalização de documentos ambientais necessários aos empreendimentos, na doação de bens públicos e nos impactos socioambientais.

Considerações finais

A formação sócio-espacial e a apropriação histórico-desigual dos campos marajoaras influenciaram sobremaneira a configuração de latifúndios na parte leste do arquipélago, onde a pecuária se desenvolveu majoritariamente durante séculos e atualmente a rizicultura surge promulgada pelo Estado e por defensores do agronegócio

[15] A APA da ilha já está em vigor na legislação desde 1989, sem, porém, funcionar de maneira efetiva, pois o plano de manejo ainda está em fase de elaboração.
[16] Já a Reserva da Biosfera é uma proposta antiga dos movimentos sociais regionais com instituições governamentais que visa, sobretudo, a gestão participativa e sustentável dos recursos naturais, com geração de renda e emprego.

como o vetor propulsor do desenvolvimento. As relações diacrônicas têm assim relação direta com a sincronia de territórios contemporâneos e conflitantes (SAQUET, 2015).

A transferência da rizicultura da Terra Indígena localizada em Roraima para as proximidades de quilombos no Marajó demonstra a tendência de avanço desses empreendimentos para esses territórios tradicionais (ROCHA, 2011), causando problemas socioambientais. A tentativa de incorporação destas áreas da Amazônia pelo agronegócio (ALMEIDA; MARIN, 2010), reforça a necessidade da titulação definitiva por essas populações de modo a obterem maior legitimidade jurídica diante dos agentes externos, principalmente em um contexto em que, até presente momento, nenhuma área quilombola de Salvaterra ou de Cachoeira do Arari teve seu território demarcado.

Ainda em processo inicial, o polo rizicultor do Marajó já se assemelha em alguns aspectos com fatos acontecidos em Raposa Serra do Sol. Primeiro, pelos problemas ambientais relatados pelas populações do município de Cachoeira do Arari, quanto ao assoreamento do rio, poluição atmosférica e hídrica decorrentes do uso de agrotóxicos. Segundo, no discurso desenvolvimentista que, de acordo com os rizicultores, objetiva tirar o arquipélago do atraso histórico, tal como argumentavam almejar para Roraima. Por último, nos incentivos obtidos a partir do auxílio estatal que patrocina o polo rizicultor, por meio da doação de estabelecimentos públicos ao beneficiamento do arroz, ou, a permissão para obras de irrigação e desvios de cursos d'água sem Estudos de Impacto Ambiental.

Assim, os inúmeros latifúndios com baixos preços de mercado, as permissões de captação hídrica dos rios locais sem estudos prévios, e os campos naturais – como os de Roraima –, funcionam como atrativos oferecidos pelo Governo do Estado do Pará com as prefeituras locais para transformar o Marajó em um extenso polo de produção de arroz.

As mobilizações ocorridas no ano de 2016 para a formação do Conselho Gestor da APA Marajó são de importância elevada para as novas direções que este processo tomará. Caso posto em prática as regras e o futuro plano de manejo da APA, a sociedade civil pode utilizar-se do reordenamento territorial-ambiental para pensar um planejamento compatível com seus modos de vida, ou seja, com sua histórica sociobiodiversidade.

Hoje, entretanto, percebe-se por parte do governo do Estado e das prefeituras locais o favorecimento aos novos fazendeiros e a negligência referente à legislação ambiental. Torna-se vital, por isso, os títulos definitivos às comunidades quilombolas marajoaras, que agora têm como preocupação não só a histórica concentração fundiária que as limitam o acesso aos recursos, mas também os novos problemas ambientais. O vetor tecno-ecológico pode servir assim como importante instrumento de luta aos quilombolas marajoaras, devido sua força como modelo alternativo de desenvolvimento para a região. Para isto, ele terá que ser efetivamente pensado de acordo com as demandas

destas comunidades, que historicamente vivem, cuidam e necessitam do meio ambiente local.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas. Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 6, n.1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, 2012.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. Campanhas de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Orgs.). **Amazônia. Região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo, 2010. Cap. 6, p. 141-183.

BARROS, B. Crônica de mais um conflito anunciado. **Valor Econômico**, 14/03/2014.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar utilizando dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.

BINSZTOK, J.; CARNEIRO, M. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da Mineração Rio do Norte – PA. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 18, n. 28, p. 92-105, 2015.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Presidência da República. Casa Civil. 2006.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó.** Presidência da República. Casa Civil. Grupo Executivo Interministerial. Grupo executivo do Estado do Pará. 2007.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Empreendimento de rizicultura na Fazenda Reunidas Espírito Santo no Município de Cachoeira do Arari**. Inquérito Civil Público n. 1.23.000.000121/2012-43. Belém, 6 de setembro de 2013a.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Regularização fundiária de comunidades quilombolas na Ilha do Marajó**. Inquérito Civil Público n. 1.23.000.000121/2012-43. Belém, 6 de setembro de 2013b.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., **anais**... Porto de Galinhas, 2010. 20 p.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, Ano 7, n. 5, p. 1-12, 2004.

CÁRCERES, D. M. Acumulation by dispossesion and socio-environmental conflitcts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 1, p. 116-147, 2015.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, n. 92, maio, p. 1-16, 1998.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Orgs.). **Amazônia. Região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo. 2010. Cap. 4, p. 105-122.

CONAB. Mapeamento das Áreas Cultivadas com Arroz na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na safra 2008/09. **Companhia Nacional de Abastecimento**, 2009.

DIÁRIO DO PARÁ. Polo de arroz terá incentivo do governo. Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=164536>. Acesso em: 8 jul 2016.

DIEGUES, A. C. S. Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P.F.; MAIMOM, D. (Orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. APED/ UFPA, 1993. p. 219- 249.

FABRINI, J. E.; ROSS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FAEPA. Arroz: Produtor marajoara recebe homenagem da AEAPA. Disponível em: <http://www.faepanet.com.br/index.php?s=faepa&c=514>. Acesso em: 19 mai 2015.

FAEPA. Polo marajoara de arroz irrigado. **Revista Pará Rural,** Ano 3, 2012.

FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 16, n. 2, p. 9-25, 2013.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2° Ed. – Manaus: Valer, 2007.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP; CLAES (Ed.). **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social), 2009. p. 187–225.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7° ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira***:* 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

HUFFNER, J. G. P.; MEIRELES, R. S. Os reflexos socioeconômicos e ambientais do avanço da rizicultura no município de Cachoeira do Arari no Pará. **Geografares**, Vitória, n. 21, p. 113-127, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 mai 2015.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PP&z=t&o=24>. Acesso em: 09 jul 2016.

JURANDIR, D. **Marajó.** 4°. ed. – Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008.

LISBOA, P. L. B. **A terra dos Aruã**: uma história ecológica do arquipélago do Marajó. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2012.

LOUREIRO, V. R. **Estado, bandidos e heróis**: utopia e luta na Amazônia. 2 ed. – Belém: Cejup, 2001.

MIRANDA NETO, M. J. **Marajó**: desafio da Amazônia – aspectos da relação a modelos exógenos de desenvolvimento. Belém: EDUFPA, 2005.

NAHUM, J. S. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v. 17, n. 985, p. 1-14, 2012.

NAHUM, J. S.; PAIXÃO JUNIOR, P. R. C. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 17, n. 25, p. 47-70, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PACHECO, A. S. A Conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Orgs.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010. Cap. 2, p. 13-32.

PARÁ. **Pacto pelo Pará de Redução da pobreza. Região de Integração do Marajó (2013-2014).** Secretaria Especial de Estado de proteção e Desenvolvimento Social, 2013.

PERRAULT, T. Dispossession by Accumulation? Mining, Water and the Nature of Enclosure on the Bolivian Altiplano. **Antipode**, v. 45, n. 5, p. 1050-1069, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3° ed. São Paulo: Contexto, 2012.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2° ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ROCHA, D. F. Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: ferramenta dos movimentos sociais nas lutas territoriais. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 46-47, 2011.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2° ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, F. C.; SILVA, J. M. O.; MACEDO, C. O. Quilombolas e agronegócio do dendê em disputa pelo território no Alto Acará-PA. In: MACEDO, C. O. et al. (Orgs.). **Os "nós" da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2016. p. 169-189.

SILVA, S. M. Impactos ambientais causados pela rizicultura na região Surumu Terra Indígena Raposa Serra do Sol. In: CONFERÊNCIA DA REDE DE LÍNGUA PORTUGUESA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS, 2., CONGRESSO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO, **Anais...** São Paulo, 2012.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, A. L. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, n. 3, p. 39-65, 2013.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, 2009.

VIEIRA, J. G.; MATIONI, J. V. D.; SILVA, P. S. R. Violência contra os povos indígenas em Roraima e a luta pela homologação da Reserva Raposa Serra do Sol 1970 - 2009. **Canoa do Tempo (UFAM)**, Manaus, v. 5, p. 113-136, 2012.

WENKE, F. F.; LAUERMANN, R. T. O Conflito de Interesses no Processo de Demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol: análise dos discursos envolvidos e da decisão do Supremo Tribunal Federal. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 3, n. 5, p. 95-108, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Coord.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. Introd., p. 11-33.

Sobre o autor

Dérick Lima Gomes – Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Mestrado em andamento em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Benedito Ely Valente da Cruz – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP); Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Belém, Pará, Brasil.

Miquéias Freitas Calvi – Graduação em Ciências Agrárias e Ciências Naturais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em andamento em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Altamira, Pará, Brasil.

Cristiano Cardoso dos Reis – Graduação em andamento em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Como citar este artigo

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miquéias Freitas; REIS, Cristiano Cardoso dos. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.135-161 , dossiê, 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor **Dérick Gomes**, foi responsável pela discussão conceitual e pelo levantamento e discussão de dados. O segundo autor

revisão bibliográfica, a estruturação do artigo e revisão final. O segundo autor **Benedito Ely Valente da Cruz** e o terceiro autor **Miquéias Calvi**, foram responsáveis pela discussão dos dados e o levantamento metodológico. O quarto autor **Cristiano Reis**, foi responsável pelos procedimentos técnicos e tradução.

Recebido para publicação em 02 de outubro de 2017
Devolvido para a revisão em 05 de novembro de 2017
Aceito para a publicação em 22 de janeiro de 2018

Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil

Philip Martin Fearnside
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – Manaus, Amazonas, Brasil
e-mail: pmfearn@inpa.gov.br

Resumo

O reservatório da barragem de Belo Monte foi enchido em dezembro de 2015. O planejamento, licenciamento e construção da barragem haviam seguido inexoravelmente em frente apesar da oposição de vítimas locais dessa obra e de um vasto leque de outros atores. Argumentos lógicos, legais e éticos tinham menos efeito do que as forças políticas e empresariais, priorizando a barragem. Parte da destruição ambiental e da violação dos direitos humanos em Belo Monte foi, aparentemente, financiada pelos contribuintes na Europa e América do Norte com recursos passados por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na forma de empréstimos de política de desenvolvimento (DPLs) concedidos para o Brasil pelo Banco Mundial. Isso abre a oportunidade para reformas no Banco Mundial para eliminar lacunas que permitem financiamentos através de intermediários financeiros. O custo humano e ambiental de Belo Monte também deve fazer com que os governos e as instituições financeiras reconsiderassem a promoção de barragens como sua principal resposta às questões energéticas.

Palavras-chave: Hidrelétricas; povos indígenas; represas; Amazônia; movimentos sociais.

Belo Monte: actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam

Abstract

The reservoir of Brazil's Belo Monte Dam was filled in December 2015. The dam's planning, licensing and construction had rolled inexorably forward despite opposition from local victims of this development and from a wide array of other actors. Logical, legal and ethical arguments had less effect than the political and business forces prioritizing the dam. Part of the environmental destruction and human-rights violation at Belo Monte was apparently financed by taxpayers in North America and Europe with funds passed through Brazil's National Bank for Economic and Social Development (BNDES) from development policy loans (DPLs) to Brazil by the World Bank. This opens the opportunity for World Bank reforms to eliminate loopholes allowing funding through financial intermediaries. The human and environmental cost of Belo Monte should also give pause to governments and financial institutions in promoting dams as their primary response to energy issues.

Keywords: Hydroelectric dams, indigenous peoples, dams, Amazonia, social movements.

Belo Monte: actores y argumentos en la lucha sobre la presa Amazónica más controvertida de Brasil

Resumen

El embalse de la presa de Belo Monte se llenó de diciembre de 2015. La planificación, concesión de licencias y construcción de la presa habían seguido inexorablemente hacia adelante a pesar de la oposición de las víctimas locales del trabajo y de una amplia gama de

otros actores. Argumentos lógicos, legales y éticos tenían menos efecto que las fuerzas políticas y empresariales, dando prioridad a la presa. Parte de la destrucción ambiental y de las violaciones de derechos humanos en Belo Monte aparentemente fue financiado por los contribuyentes de Europa y América del Norte con estos recursos viendo a través del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) en forma de préstamos de política de desarrollo (DPL) concedidos al Brasil por el Banco Mundial. Esto abre la oportunidad para reformas del Banco Mundial con el propósito de eliminar escapatorias jurídicas que permiten el financiamiento a través de intermediarios financieros. El daño humano y ambiental de Belo Monte también debe hacer los gobiernos y las instituciones financieras a reconsideraren la promoción de presas como respuesta principal a los problemas de energía.

Palabras claves: Hidroeléctricas; pueblos indígenas; presas; Amazonía; movimientos sociales.

Introdução

A Belo Monte é uma usina hidrelétrica no Rio Xingu, um afluente do Rio Amazonas que flui para o norte no Estado do Pará (Figura 1). O reservatório foi enchido em dezembro de 2015 e a geração de eletricidade começou em 2016 na casa de força auxiliar de 233-MW, com a capacidade instalada completa de 11.233 MW de Belo Monte para ser concluída em 2019 (Brasil, MME/EPE 2015: 100). Quando plenamente operacional, a barragem vai deixar um trecho de 100 km do rio com apenas 20% da sua vazão normal, afetando diretamente duas áreas indígenas e uma população de ribeirinhos tradicionais (ribeirinhos) neste trecho de "vazão reduzida", além de uma terceira área indígena no Rio Bacajá (um pequeno afluente que desagua no Xingu neste trecho), dentre outros impactos (Figura 2). Outros ribeirinhos e parte da cidade de Altamira estão inundados pelo reservatório. Mesmo grandes, os impactos de Belo Monte em si empalidecem em comparação com os impactos esperados que esta barragem desencadearía rio acima, sendo Belo Monte a força motriz para construção de outras barragens, especialmente a barragem de Babaquara (oficialmente rebatizada como a barragem "Altamira"). O Rio Xingu tem uma das maiores variações anuais na vazão de água de todos os afluentes do Rio Amazonas, com vazões na época da enchente até 60 vezes aquelas da época da vazante. Durante três meses do ano no período de baixa vazão o rio tem água insuficiente para uma única turbina dentre as 20 turbinas na casa de força principal, de 11.000 MW, deixando apenas a casa de força auxiliar de 233 MW em operação. Belo Monte é uma barragem a fio d´água, não uma barragem de armazenamento, e a sua geração elétrica, portanto, depende inteiramente da vazão diária do rio. Como as turbinas são a parte mais cara de qualquer projeto hidrelétrico, a construção de uma barragem que deixa 11.000 MW inativos por três meses é difícil de explicar como decisão econômica e financeira.

A resposta para como uma barragem nessas condições poderia vir a ser considerada reside nos planos oficialmente negados para construir outras barragens rio acima de Belo Monte, a fim de armazenar água para ser liberada durante o período de baixa vazão. Essas barragens inundariam vastas áreas de terra indígena. As proteções nas leis do Brasil, a Constituição e os acordos internacionais foram ignorados repetidamente na medida em que o projeto de Belo Monte avançou (FEARNSIDE 2017a). Os esforços de oposição da população local, organizações ambientalistas e dos direitos humanos, e a comunidade acadêmica foram muito maiores do que nos casos de outras represas amazônicas de alto impacto, tais como aquelas nos Rios Tapajós e Madeira. No entanto, o projeto avançou inexoravelmente até tornar Belo Monte um fato consumado. O projeto de barragem era imune a todos os argumentos – lógicos, jurídicos e morais – e foi bem sucedido na obtenção de suporte nas agências governamentais que o promoveram, nos bancos que o financiaram e nas empresas que investiram nele. Como isso chegou a acontecer e que lições podem ser aprendidas?

Figura 1 – Locais mencionados no texto. Barragens: 1.) Belo Monte, 2.) Balbina, 3.) Tucuruí, 4.) Jirau, 5.) Santo Antônio, 6.) Cachoeira Riberão (Guajará-Mirim), 7.) Babaquara (Altamira), 8.) Chacorão, 9.), São Luiz do Tapajós, 10.) Jatobá

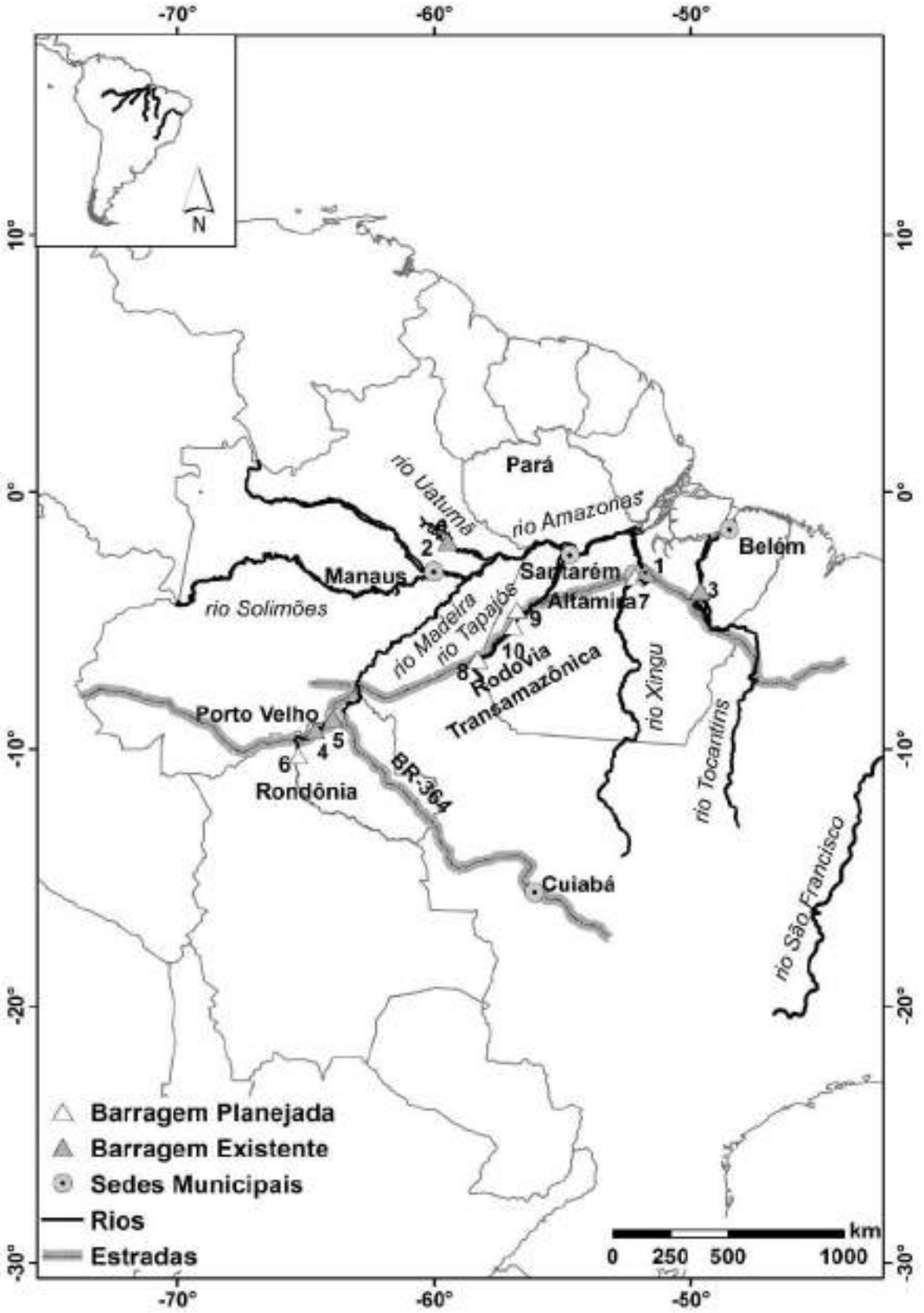
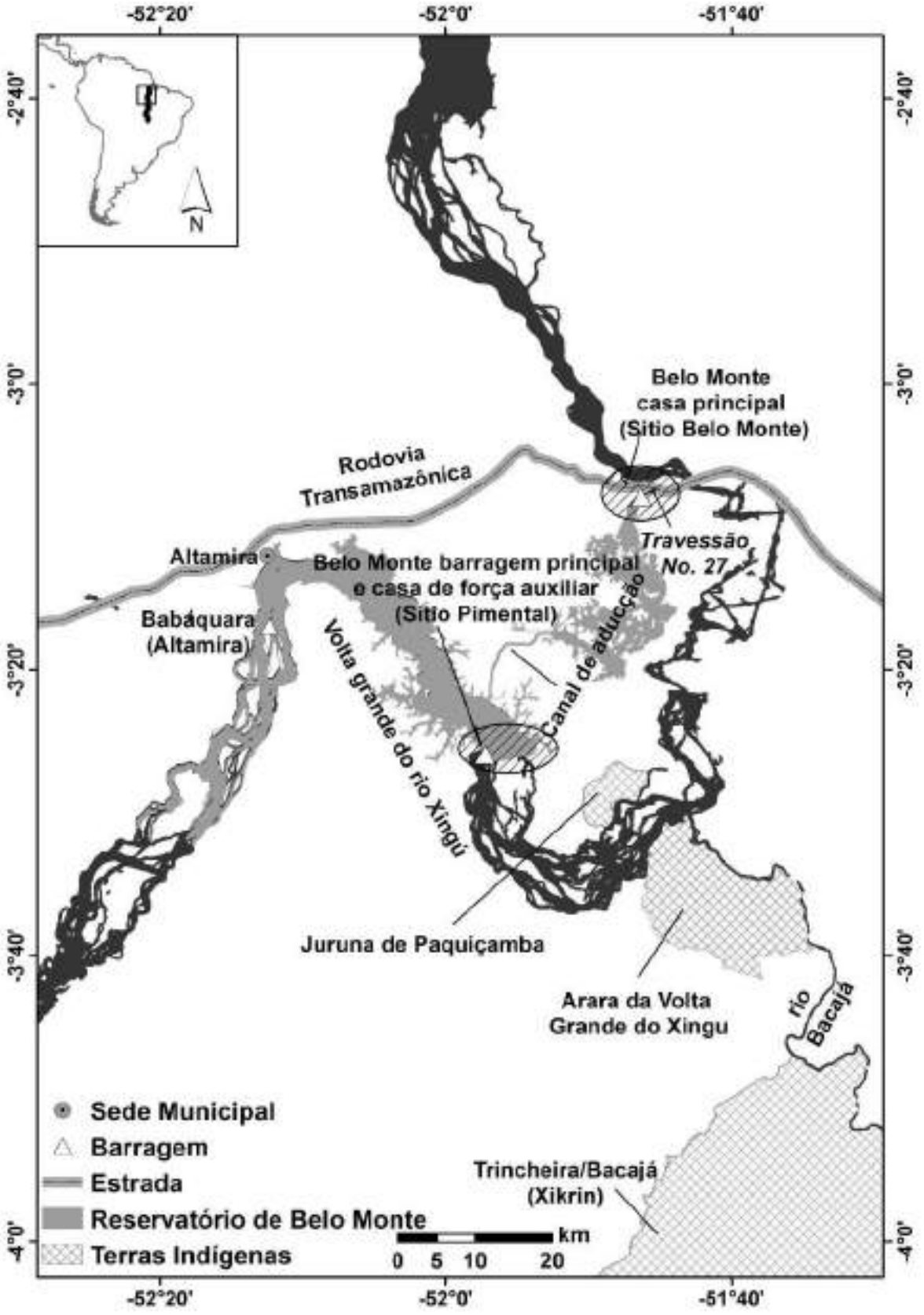


Figura 2 – Belo Monte e a área circundante



Atores na luta pela Belo Monte

Atores pró-barragem

Uma gama de atores compõe os dois lados da luta sobre Belo Monte. Atores pró-barragem incluem as empresas de construção e indústrias produtoras de alumínio e outros produtos eletro-intensivos, empresas de consultoria que preparam relatórios de impacto no processo de licenciamento, os vários grupos de "barrageiros" individuais (engenheiros e outros profissionais, incluindo alguns acadêmicos, que trabalham no esforço de construção de barragens) e agências governamentais que planejam e promovem as barragens, tais como Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Há também interesses de negócios influentes que lucram com a venda de bens e serviços para o esforço de construção de barragens, incluindo a elite comercial de Altamira. Em 2009, os empresários locais e outros apoiando a barragem fundaram o Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu (Fort Xingu). Finalmente, existem políticos em todos os níveis para os quais grandes projetos como represas são úteis como conquistas visíveis que podem ganhar votos nas eleições subsequentes. Em janeiro de 2013, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) liberou informações pela primeira vez sobre doações para campanhas políticas: os quatro maiores para campanhas políticas no Brasil na década anterior eram empresas de construção que construem barragens na Amazônia (GAMA 2013). Três dos quatro maiores doadores para a campanha presidencial de 2010 de Dilma Rousseff foram grandes empresas de construção (ZAMPIER, 2010).

A investigação “Lava Jato” sobre um escândalo maciço de corrupção foi inicialmente focada na Petrobrás (a companhia de petróleo do governo). Vários executivos que têm colaborado com a investigação em troca para sentenças mais leves afirmaram que o mesmo regime que se aplica ao setor petrolífero também se aplica ao setor elétrico (CASADO, 2015; STAUFFER, 2015). O diretor-presidente da empresa construtora Camargo Corrêa confessou-se ter pago subornos para obter contratos de construção de Belo Monte (AMAZONAS EM TEMPO, 2015). A Construtora Andrade Gutierrez também pagou subornos para os contratos de Belo Monte, e o ex-presidente da empresa está em negociações para revelar detalhes como parte de um acordo que lhe permitiu sair da prisão federal para prisão domiciliar enquanto ele enfrenta acusações de procuradores federais de "corrupção, lavagem de dinheiro e participação em uma organização criminosa" (CARVALHO & EZERO, 2016).

Em comparação com opções tais como a conservação de energia ou cessar exportação de alumínio, as barragens têm uma grande vantagem no processo decisório,

devido à possibilidade dos tomadores de decisão e seus partidos políticos obtiveram apoio financeiro de prestadores de serviços interessados em projetos de construção, seja este apoio obtido como doações políticas legais, como doações ilegais de fundos secretos de campanha ("caixa dois") ou como simples subornos (“propinas”) aos políticos chaves. Em março de 2016 o ex-líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal fez uma confissão longa ao Ministério Público Federal em troca de clemência no processo oriundo da investigação Lava Jato. Seu depoimento juramentado de 254 páginas (do Amaral 2016) foi liberado pelo juiz federal encarregado do caso e inclui o seguinte sobre Belo Monte (pp. 69-70):

> *“...[A] propina de Belo Monte serviu como contribuição decisiva para as campanhas eleitorais de 2010 e 2014. O principal agente negociador do Consórcio de Belo Monte foi o empreiteiro FLÁVIO BARRA da* [empresa construtora] *ANDRADE GUTIERREZ. Os números da propina giravam na casa dos R$ 30 milhões* [na época ~US$ 15 milhões]*, destinados às campanhas eleitorais. DELCÍDIO DO AMARAL acredita que os números finais de propina sejam superiores, pois, durante a campanha, houve acordo com relação a "claims" de cerca de R$ 1,5 bilhões* [~US$ 750 milhões]*, apresentadas pelo Consórcio. O acordo com relação a "claims" era uma das condições exigidas para aumentar a contribuição eleitoral das empresas. E preciso dizer que a atuação do "triunvirato", formado por SILAS RONDEAU* [Ministro de Minas e Energia 2005-2007]*, ERENICE GUERA* [chefe da Casa Civil durante a campanha eleitoral de 2010] *e ANTÔNIO PALOCCI* [chefe da Casa Civil em 2011]*, foi fundamental para se chegar ao desenho corporativo e empresarial definitivo do Projeto Belo Monte. DELCÍDIO estima que o valor destinado para as contribuições das campanhas (2010 e 2014) do PMDB e PT atingiram cerca de R$ 45 milhões* [~ US$ 23 milhões]”.

Dilma Vana Rousseff (Presidente do Brasil de janeiro de 2011 até agosto de 2016) serviu no Comitê de Política Energética, de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, na preparação de sua candidatura para a eleição presidencial de outubro de 2002 que iniciou a administração do PT do governo federal. O Presidente Lula nomeou a Dilma como Ministra de Minas e Energia, onde serviu de 2003 até 2005, quando um escândalo de corrupção (o "Mensalão") obrigou o Presidente Lula a substituir o chefe da Casa Civil; a promoção da Dilma para este cargo a tornou a segunda pessoa mais poderosa no governo brasileiro de 2005 até a sua própria candidatura presidencial em 2010. Durante este tempo, ela ficou conhecida como a "mãe do PAC", referindo-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, um pacote de projetos lançado em janeiro de 2007 que incluiu muitas barragens, entre elas Belo Monte. Durante a campanha presidencial de 2010, a publicidade da Dilma destacou a descrição dela como a "mãe do PAC".

O envolvimento pessoal de Dilma na defesa de Belo Monte a tornou o ator mais importante no lado pró-barragem. Um evento emblemático foi uma reunião ministerial em 2011, onde a Ministra do Meio Ambiente tentou levantar a questão de críticas da hidrelétrica

de Belo Monte. O jornal *Folha de São Paulo* informou que a Presidente Dilma cortou a Ministra “aos brados”, gritando “Vocês têm que entender de uma vez por todas que esse projeto é bom, importante para o país, e vai ser feito!”; o jornal afirma que "Dali para frente, ninguém objetou a mais nada, e todos os ministros passaram a defender publicamente a usina como projeto estratégico para a infraestrutura do país" (MAGALHÃES, 2011).

O chefe da Advocacia Geral da União (AGU), um nomeado presidencial, conseguiu-se repetidamente obter decisões judiciais de um conjunto seleto de juízes para derrubar liminares (decisões preliminares) emitidas pelos tribunais inferiores para parar a Belo Monte na pendência de consulta dos povos indígenas ou na falta de cumprir as condicionantes estabelecidas para a represa. O governo pode contar com um pequeno conjunto de juízes federais que se mostram dispostos para rapidamente emitir decisões anulando esses impedimentos (MILLIKAN & HURWITZ 2011). Esses juízes estão, portanto, entre os atores-chave do lado pró-barragem.

Pelo menos 60 contestações jurídicas estão ainda pendentes contra Belo Monte nos tribunais brasileiros, inclusive 22 ações civis públicas (AIDA 2015). Os povos indígenas impactados não foram consultados como exigido pela Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT) (ILO 1989), que o Brasil, assinou em 1991 e ratificou em 2002, e converteu em lei brasileira em 2004 (Brasil, PR 2004). Em 2012, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) decidiu em favor dos povos indígenas em uma dessas ações (Apelação Cível nº 2006.39.03.000711-8), assim fornecendo uma barreira jurídica mais substancial à continuação da construção. O chefe da AGU foi capaz de obter uma audiência privada com o juiz chefe do Supremo Tribunal Federal (STF) e convencê-lo a aceitar um recurso que permitiria a represa avançar na prática. Durante os quatro dias que foi interrompida a construção de Belo Monte, vários membros do poder executivo do governo foram recebidos pelo juiz chefe do STF, e nenhum representante da sociedade civil foi recebido (INTERNATIONAL RIVERS, 2012; ISA 2012). A decisão, que foi feita pelo juiz chefe sem consultar qualquer dos outros juízes da STF, permitiu a construção continuar enquanto se aguardava uma decisão sobre o mérito do caso em algum momento futuro indeterminado. Isso ocorreu apenas duas semanas antes do juiz chefe alcançar a idade de aposentadoria compulsória e ocorreu no meio do julgamento de alta prioridade do escândalo de corrupção do "mensalão" (SEVÁ-FILHO, 2014). Desde esta decisão de 2012, o caso de Belo Monte nunca apareceu na agenda do Supremo Tribunal Federal para apreciação, e a barragem, na prática, foi construída.

Atores antibarragem

Do lado antibarragem, havia vários grupos de povos indígenas (a montante e a jusante de Belo Monte), os ribeirinhos tradicionais não indígenas tanto do trecho do rio a ser inundado como da Volta Grande do Xingu (o trecho de "vazão reduzida"), e muitos moradores de Altamira. Um ator local importante contra Belo Monte foi a Igreja Católica em Altamira. Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu, foi um crítico ferrenho dos planos de barragem desde o momento que os planos se tornaram públicos. Devido aos riscos inerentes a esta posição, ele tem guardas de segurança 24 horas por dia e usa um colete à prova de bala sob suas vestimentas (BRATMAN, 2014, p. 284). Dom Erwin teve acesso aos funcionários de alto nível, e foi para ele que o Presidente Lula prometeu famosamente em julho de 2009 que "não vai empurrar goela abaixo" a Belo Monte (INTERNATIONAL RIVERS, 2009). Dom Erwin mais tarde concluiu que "do que Lula prometeu, nada foi cumprido" (CALIXTO, 2015).

Um conjunto de ONGs brasileiras de atuação nacional tem apoiado o movimento antirepresa local e tem divulgado as implicações da barragem e tentou influenciar as decisões de governo. Foram especialmente ativos o Instituto Socioambiental (ISA)[1], os Amigos da Terra Amazônia Brasileira[2]; a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP)[3], a Comissão Pastoral da Terra (CPT)[4] e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)[5]. ONGs internacionais que tiveram papéis de apoio semelhantes incluíem a Sobrevivência Cultural (*Cultural Survival*)[6], Rios Internacionais (*International Rivers*)[7] e o Monitoramento da Amazônia (*AmazonWatch*)[8].

Grupos de indígenas e seus líderes estavam no centro da luta de Belo Monte. Eles mantiveram a pressão sobre os funcionários do governo através de uma longa série de manifestações e ações diretas, tais como ocupações de escritórios do governo ou dos locais de construção. No entanto, uma séria perda do lado antirepresa tem sido o sucesso do consórcio da barragem em cooptar algumas lideranças indígenas. Isto é feito dando aos líderes selecionados recompensas materiais tais como canoas a motor de popa ("voadeiras"), veículos, combustível e produtos alimentares ("rancho") (HEURICH, 2013). Muito disso foi parte do "Plano Emergêncial" que o consórcio concordou em executar como um programa de dois anos, isto sendo o período enquanto o Plano Básico Ambiental (PBA) estava sendo preparado (NORTE ENERGIA SA, 2011). Pressões internas no seio dos grupos indígenas podiam levar a silenciar os membros do grupo que anteriormente haviam sido abertamente críticos de Belo Monte. Também levou para a fissão de muitas aldeias

[1] http://www.socioambiental.org.br/
[2] http://www.amazonia.org.br/
[3] http://www.cpisp.org.br/
[4] http://www.cptnacional.org.br/
[5] http://www.mabnacional.org.br/
[6] https://www.culturalsurvival.org/
[7] http://www.internationalrivers.org/
[8] http://amazonwatch.org/

indígenas (o número de aldeias aumentou de 19 para 39 entre 2010 e 2015), tanto como resultado de divergências sobre a oposição à hidrelétrica de Belo Monte e como um meio para obter acesso aos bens materiais distribuídos pelo consórcio da barragem para subgrupos dentro as comunidades indígenas, sendo que a distribuição dos benefícios nas comunidades foi muito desigual (QUEIROZ 2015). As vozes dos três grupos indígenas a jusante, que são os mais diretamente afetados pela barragem de Belo Monte em si, calaram-se nos últimos anos. Um evento notável foi um grande encontro organizado pelo ISA em Altamira, em setembro de 2013, reunindo grupos indígenas de toda bacia do Rio Xingu, porém os representantes dos três grupos a jusante (Juruna de Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Xikrin do Bacajá) não vieram (observação pessoal).

Uma organização chave dos adversários locais não indígenas da barragem foi fundada em 1987: o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), renomeado em 1998 como o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Esta organização estava desempenhando um papel importante em resistir às propostas para o "Complexo Altamira" (Belo Monte e Babaquara) no período até a divisão do grupo em 2008. Em agosto de 2001, MDTX reuniu 113 organizações sociais, para elaborar um documento intitulado "SOS Xingu: uma chamada para o bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia" (MDTX, 2001).

Em 25 de agosto de 2001, o chefe do MDTX (Ademir Albeu Federicci, conhecido como "Dema") foi assassinado (ISA, 2001; SWITKES, 2001). O Dema é considerado como um mártir na luta contra Belo Monte. Apesar de dois pistoleiros serem presos, seus mandantes nunca foram identificados (impedindo a confirmação de que se os atiradores foram pagos pelos proponentes da barragem ou por outros interesses na área de Altamira que também estavam descontentes com MDTX).

Quando o PT venceu a eleição presidencial, em outubro de 2002 e o Lula tomou posse em janeiro de 2003, muitos oponentes de Belo Monte estava à espera disto para diminuir ou acabar com apoio do governo federal para Belo Monte, mas o oposto acabou por ser o caso (SEVÁ-FILHO, 2014). Muitos oponentes de barragem tinham laços e a sobreposição de interesses com o PT, causando tensões previsíveis (SCHOLZ et al. 2004, p. 53-56). Sob a administração do PT, o governo federal fez com que substanciais somas sejam disponíveis para ONGs por meio de contratos para uma variedade de projetos sociais e ambientais, apresentando, assim, uma tentação adicional para grupos da sociedade civil moderar as suas críticas dos projetos prioritários como Belo Monte.

O MDTX continuou a opor-se a Belo Monte e sofreu assédio da ELETRONORTE (a empresa elétrica paraestatal que estava fazendo os preparativos para Belo Monte) (MELO, 2005). No entanto, uma divisão estava se desenvolvendo dentro do MDTX, com vários membros tornando-se adeptos da barragem. A Fundação Viver, Produzir e Preservar

(FVPP) foi criada em 1998 como entidade jurídica para o MDTX, e esse status permitiu-lhe competir para contratos com o governo. Em 2006, a FVPP produziu um relatório sobre a história do MDTX (publicado pelo Ministério do Meio Ambiente); o relatório menciona uma posição do grupo contra Belo Monte apenas como uma coisa do passado -- na década de 1990 antes que o nome do grupo ser mudado de "sobrevivência" para "desenvolvimento" (FVPP, 2006, p. 35). O assassinato de Dema não mereceu menção nesta "história", de 65 páginas. No entanto, foi só em 2008 que a FVPP formalmente decidiu "não opor" à Belo Monte, ostensivamente para assegurar que a Rodovia Transamazônica fosse pavimentada (BRATMAN, 2015, p. 70). Além da influência das filiações da liderança da organização ao PT, a estratégia do governo de ligar a pavimentação da rodovia à proposta da barragem tinha sucesso como uma "cunha" para dividir grupos sociais da oposição na área de Altamira (BRATMAN, 2014, p. 277). Recentemente, a FVPP tem-se mostrado indignado que o consórcio da barragem não manteve suas promessas para uma série de ações que beneficiaria os agricultores locais, conforme estipulado nas “condicionantes” para o licenciamento de Belo Monte (BRITO, 2015).

Em 2008, a parte do MDTX que estava contra Belo Monte separou-se para formar o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), mais conhecido simplesmente como "Xingu Vivo"[9]. Xingu Vivo foi fundado em maio de 2008 no Segundo Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Esse grupo, liderado por Antônia Melo, tornou-se (e continua a ser) a organização de base principal contestando Belo Monte. Os “sites” das diferentes organizações dão a impressão de que todos têm uma história contínua de luta conjunta para objetivos comuns. Não são relatados os vários desentendimentos e separações nestes grupos. Divisões adicionais entre os adversários locais da represa ocorreram como resultado de uma visita a Altamira pelo Presidente Lula em junho de 2010 (BRATMAN, 2014, p. 277; SALM, 2010), onde, em um comício realizado no estádio de futebol da cidade, os organizadores do evento conseguiram agravar as divisões entre organizações sociais locais (MARCELO SALAZAR, declaração pública, 29 de janeiro de 2016). Antigos aliados acabaram gritando um com o outro através de uma barreira policial (BRATMAN, 2014, p. 277).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem sido um importante grupo nacional, opondo-se barragens desde a sua fundação em 1991 (ROTHMAN, 2001). No entanto, o MAB está aliado ao PT e ajudou na campanha presidencial de 2002. Quando o PT venceu as eleições e posteriormente fez Belo Monte uma prioridade, o MAB suavizou a sua posição em nível nacional. O MAB só chegou em Altamira em 2009, onde concentrou-se na organização de moradores urbanos que seriam desalojados em Altamira, para exigir uma indenização melhor (BRATMAN, 2015, p. 70). Em 2009, o Dom Erwin criticou o MAB

[9] http://www.xinguvivo.org.br/

publicamente por abandonar a sua oposição à Belo Monte como uma reflexão do fato de que a defesa do grupo para a população deslocada logicamente seria necessário que o projeto de barragem seguisse para frente (BRATMAN, 2014, p. 277-278).

Os adversários não indígenas da barragem se originaram de três grupos distintos. Um é os residentes urbanos de Altamira que foram deslocados, oficialmente 5.141 famílias urbanas (VILLAS-BÔAS et al., 2015, p. 12) ou cerca de 25.000 pessoas. O segundo grupo são os moradores ribeirinhos tradicionais que viviam no litoral e ilhas no que agora é o reservatório de Belo Monte (3.568 famílias ou cerca de 18.000 pessoas) (VILLAS-BÔAS et al. 2015, p. 13) e os ribeirinhos ao longo do trecho de "vazão reduzida" da Volta Grande do Xingu, que também perderam seus meios de subsistência da pesca (DE FRANCESCO & CARNEIRO, 2015). Este autor teve o privilégio de passar algum tempo com ribeirinhos no que é hoje o reservatório, enquanto orientava uma dissertação de mestrado sobre seus meios de subsistência (SILVA-FORSBERG & FEARNSIDE, 1995, 1997); os conhecimentos e capacidades dessas pessoas serão de pouca utilidade no projeto habitacional no travessão nº 27 (uma estrada vincinal que ramifica da Rodovia Transamazônica), onde essa população foi forçosamente realocada (e.g., MPF 2015; Villas-Bôas et al. 2015: 126). Os pequenos agricultores são o terceiro grupo em áreas de colonização da Rodovia Transamazônica perto de Altamira (hoje este grupo é dividido, muitas pessoas tendo trocado de lado para dar suporte à barragem).

Celebridades de vários tipos representam um dos grupos externos que ajudou a dar visibilidade pública aos impactos de Belo Monte. Em 2011, por exemplo, 19 estrelas de novelas da rede Globo de televisão fizeram um vídeo criticando a barragem, embora com algumas imprecisões (MOVIMENTO GOTA D'ÁGUA, 2011). Um contra-vídeo apoiando a barragem foi produzido por um grupo de estudantes de engenharia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (TEMPESTADE EM COPO D'ÁGUA, 2011). O contra-vídeo foi convertido em um artigo de capa da revista *Veja* (ELER & DINIZ, 2011), que foi reimpresso e amplamente distribuído em Altamira pelo consórcio da barragem. Recomendo o meu debate com o professor dos alunos, disponível na rede Terra de televisão de internet (Terra TV, 2011).

Várias celebridades internacionais visitaram Altamira e falaram contra Belo Monte. Estes incluem o cantor Sting em 1989, o cineasta James Cameron e a atriz Segourney Weaver, em 2009 e James Cameron novamente em 2011. O ator e ex-governador da Califórnia Arnold Swartznegger, que foi levado para o Xingu por seu amigo James Cameron em 2011, depois se recusou a comentar publicamente sobre Belo Monte (observação pessoal). O envolvimento das celebridades estrangeiras tem sido controverso dentro e fora do Brasil (JAMPOLSKY, 2012). A Bianca Jagger foi a celebridade mais consistentemente ativa em falar e escrever sobre Belo Monte (JAGGER, 2013).

O Ministério Público Federal (MPF), que foi criado pela Constituição brasileira de 1988 como uma procuradoria especial em defesa dos interesses do povo, teve um papel muito importante, especialmente as representações em Belém e Altamira. O MPF trouxe uma série de processos contra a represa baseada nas várias falhas de seguir os procedimentos de licenciamento e na violação das disposições constitucionais e legais, tais como os requisitos para a consulta dos povos indígenas.

Outros atores incluem agências internacionais dos direitos humanos, tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) (AIDA, 2016). Vários acadêmicos e membros da imprensa têm tido papéis na obtenção e distribuição de informações. Ao longo dos anos, uma série de livros com coleções de trabalhos sobre Belo Monte tem sido uma importante fonte de informações na luta, nomeadamente Santos e de Andrade (1990), Sevá Filho e Switkes (2005), Magalhães e Hernández (2009), de Oliveira e Cohn (2014) e um anexo à versão on-line de Villas-Bôas et al. (2015).

O debate sobre Belo Monte: Argumentos deixados de lado

O lado pró-barragem conseguiu, em grande parte, neutralizar os vários argumentos questionando Belo Monte. A maior parte da percepção popular e as reportagens na grande mídia retratam a barragem como um investimento sábio para o País, tendo impactos mínimos e sendo um projeto que é necessário para reduzir as contas de eletricidade e evitar apagões em lares brasileiros (ELER & DINIZ, 2011). No entanto, estas percepções estão enganadas em todos os sentidos.

Argumentos econômicos a favor da barragem foram efetivamente desmascarados (SOUSA JÚNIOR & REID, 2010; SOUSA JÚNIOR et al., 2006). A barragem é economicamente indefensável, mesmo com os baixos custos de construção inicialmente previstos. Em 2013, o custo já era (pelo menos) o dobro da expectativa na época quando foi tomada a decisão de construir a barragem (VEJA, 2013). Na verdade, este é um padrão geral em todo o mundo, onde barragens normalmente custam muito mais do que as expectativas iniciais e levam mais tempo do que o esperado para completar. Uma revisão de centenas de tais casos ao redor do mundo mostra que este é o padrão normal, não uma exceção isolada (ANSAR et al., 2014; FLYVBJERG, 2009). No caso de Belo Monte, a inviabilidade financeira do projeto é sugerida pelo fato de que a administração do PT teve que usar todos os seus poderes de persuasão política com as empresas e entidades, tais como fundos de pensão, sobre as quais o PT tem influência, para investir no projeto contra a sua vontade (SEVÁ FILHO, 2014). A empresa Camargo Corrêa, que foi envolvida no

planejamento do projeto desde o início, serve apenas como um empreiteiro -- não como um investidor com capital próprio de risco.

Os impactos ambientais, tais como as emissões de gases de efeito estufa, são geralmente pouco discutidos e são reduzidas as afirmações, sem suporte, de que a barragem representa energia "verde" ou "limpa" (FEARNSIDE, 2011, 2012). Os povos indígenas são retratados como não diretamente afetados, uma vez que os grupos a jusante não estão debaixo d'água. Os grupos a montante são ignorados completamente, sendo que as barragens a montante nunca são mencionadas.

A "necessidade" de Belo Monte é questionável, uma vez que o Brasil tem muitas outras opções de energia. As projeções da demanda para eletricidade, que são subjacentes aos planos de construção de barragens, são grosseiramente exageradas (PRADO et al., 2016). Além disso, nem toda a "demanda" é realmente "necessária". Sendo que apenas 28,7% da eletricidade do Brasil é para uso doméstico (BRASIL, MME/EPE 2015: 44), o argumento fácil de que uma decisão de não construir Belo Monte significaria maiores contas da eletricidade nas cidades brasileiras distorce a questão. A maior parte da energia de Belo Monte não se destina para uso doméstico, e muito menos para estender a eletricidade para áreas remotas sem acesso à energia. Quantidades substanciais de eletricidade vão para indústrias com pouco benefício para a população brasileira. Um ponto de partida lógico na reforma política energética está na eliminação da exportação de energia elétrica sob a forma de *commodities* de eletrointensivos, como o alumínio, que gera pouco emprego no País (FEARNSIDE, 2016). O Brasil tem grandes oportunidades para reduzir o consumo de energia por melhorias na eficiência energética e nos sistemas de transmissão e distribuição, e o País tem um enorme potencial para geração eólica e solar, que recebem apenas prioridade simbólica quando comparado com a energia hidrelétrica (BAITELO et al., 2013; BERMANN, 2002; MOREIRA, 2012). Mais recentemente, o Presidente do Brasil vetou todo o financiamento para "energia renovável não hidráulica" no Plano Plurianual 2016-2019 (ISA, 2016).

Questionamentos sobre a legalidade do projeto são pouco compreendidos. O que aparece no noticiário da televisão e a maioria dos relatos de jornal é limitado a uma simples constatação de que uma liminar que travava o projeto de barragem foi “derrubada” por um determinado juiz. A percepção, portanto, é que não deve ter havido nenhum mérito para a liminar travar o projeto. Não mencionado é o fato de que a liminar pode ser baseada em dezenas de páginas detalhando violação de várias leis, enquanto a decisão de derrubar a liminar consiste em algumas poucas linhas, invocando uma “suspensão de segurança” sem tocar sobre o mérito do caso. A história de Belo Monte tem amplamente demonstrado que "a lei não é uma garantia suficiente de fazer respeitar os direitos" (GRAEFF, 2012, p. 277). Há pouco impulso para mudar as leis de suspensão de segurança, porque apenas uma

pequena fração da população brasileira sabe da existência dessas leis, que permitem que as decisões judiciais sejam revertidas se implicam "dano grave" à economia pública (FEARNSIDE, 2015).

Conexões internacionais

Um dos fatores que enfraqueceu a participação de ONGs internacionais na luta contra Belo Monte foi o fato de que a barragem foi, pelo menos no papel, inteiramente paga por fontes brasileiras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou 80% do total de custos, e o resto foi obtido a partir dos fundos de pensão e outras fontes sobre as quais o PT tinha influência (ROJAS & MILLIKAN, 2014, p. 38). No entanto, alguns dos fundos podem ter originado de contribuintes no exterior, com o BNDES, aparentemente, servindo como canal para fluxos monetários de fontes internacionais, de maneira que foram evitadas as proteções que teriam barrado o financiamento de projetos de alto impacto, como Belo Monte. "Empréstimos de Política de Desenvolvimento" (*Development Policy Loans* = DPLs) tornaram-se a forma predominante de empréstimos do Banco Mundial nos últimos anos, representando mais da metade do total dos empréstimos do Banco Mundial (BIC, 2009). Estes empréstimos essencialmente escapam do sistema de avaliação que foi criado no âmbito do Banco Mundial na década de 1980 para evitar projetos ambientalmente e socialmente prejudiciais. DPLs vem com uma série de "gatilhos" (jargão do Banco Mundial para as condições), e os empréstimos, portanto, representam um incentivo para o país destinatário alterar as suas políticas de maneiras e em um ritmo que, caso contrário, não seriam adotadas.

No caso do primeiro DPL ao Brasil para a política ambiental de US$ 1,3 bilhões, a maioria dos "gatilhos" eram alterações benefícios para o meio ambiente, embora alguns, tal como acelerar o processo de licenciamento ambiental do Brasil, não era. O apoio em aberto para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (BRASIL, CIMC, 2008) também é questionável, pois promover hidrelétricas é uma das principais características do plano (FEARNSIDE, 2017b). Avaliações do Banco Mundial da DPL (LUNDELL, 2011) são limitadas à verificação se os "gatilhos" foram atendidos – não uma avaliação de como o dinheiro foi realmente utilizado. ONGs criticaram muito a possibilidade do dinheiro ser usado para projetos como Belo Monte, sendo que o Banco Mundial não sabe para onde o dinheiro vai (AMIGOS DA TERRA AMAZÔNIA BRASILEIRA et al. 2009). Mesmo se o dinheiro for usado nas áreas ambientais associadas às condições que justificavam o financiamento, indiretamente os fundos liberam outros fundos do DPL para projetos prejudiciais, tais como represas amazônicas. Os DPLs para o Brasil essencialmente entram em uma panela

comum no BNDES, e este banco governamental depois usa os fundos para financiar projetos individuais, tais como Belo Monte. Belo Monte recebeu uma série de empréstimos de BNDES com condições altamente favoráveis que seriam indisponíveis para praticamente qualquer outro projeto de desenvolvimento (ROJAS & MILLIKAN, 2014). O BNDES cobrou do consórcio Belo Monte apenas 4% de juros anuais em um empréstimo de 30 anos, enquanto o governo brasileiro simultaneamente se financiava com a venda de títulos de 5 anos de prazo com juros anuais de 10% (LEITÃO, 2010). O consórcio da barragem também obteve uma série incomum de extensões de empréstimo e outras modificações dos termos após a concessão do primeiro DPL (MILLIKAN & GARZÓN, 2015). O BNDES também ignorou o seu próprio regulamento interno em liberar os fundos para Belo Monte sem uma avaliação dos riscos socioambientais e de viabilidade econômica (GARZÓN et al., 2015, p. 131). A relação entre a liderança do BNDES (nomeado pelo governo federal) e empréstimos politicamente motivados recentemente tornou-se público através da investigação de corrupção “Lava Jato” (STAUFFER, p. 2015).

O efeito poderoso de financiamento internacional sobre as lutas por recursos naturais manifesta-se na história passada. Um exemplo disso é o programa POLONOROESTE, que reconstruiu e pavimentou a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e abriu Rondônia para migração e desmatamento maciço (FEARNSIDE, 1987). O financiamento do Banco Mundial significou que os contribuintes na Europa e na América do Norte haviam pago por parte da destruição que eles estavam vendo nas suas telas de televisão. Uma exposição no programa de televisão norteamericano "*60 Minutes*" foi o estímulo fundamental para o Banco Mundial criar seu Departamento do Meio Ambiente em 1987 (WADE, 2011). Hoje, Belo Monte apresenta uma oportunidade para estimular reformas no Banco Mundial, tais como acabar com o uso de intermediários financeiros para ignorar as salvaguardas do Banco e canalizar fundos para projetos danosos. Os impactos de Belo Monte também fornecem um exemplo claro de por que tanto as instituições financeiras como os governos nacionais devem dar prioridade a outras alternativas energéticas, tais como a conservação de energia e a geração a partir de fontes solares e eólicas.

Considerações finais

A hidrelétrica de Belo Monte causou graves danos ambientais e sociais. Um leque amplo de atores agirem durante o licenciamento e a construção da barragem, de um lado para impedir o projeto e do outro para promovê-lo. As forças políticas e financeiras a favor da barragem prevaleceram sobre os argumentos do lado contra. Os impactos de Belo Monte

precisam levar à reconsideração de hidrelétricas como a solução preferida do governo na área energética.

Agradecimentos

As pesquisas do autor são finaciadas exclusivamente por fontes acadêmicas: Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq: proc. 305880/2007-1; 5-575853/2008 304020/2010-9; 573810/2008-7), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM: proc. 708565) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA: PRJ15.125). Marcelo Augusto dos Santos Júnior preparou as figuras. Agradeço a Paulo Maurício Lima de Alencastro Graça pelos comentários. Esta é uma tradução atualizada de Fearnside (2017c).

Referências

AIDA (Associação Interamericana para Defesa Ambiental). **Caso Belo Monte Brasil**. Atualizado agosto de 2015. Disponível em: < http://docplayer.com.br/6597204-Caso-belo-monte-brasil.html>

_____ (Associação Interamericana para Defesa Ambiental). IACHR opens case against Brazil for human rights violations related to Belo Monte Dam. **Amazon Watch**, publicado em 07 de janeiro de 2016. Disponível em: < http://amazonwatch.org/news/2016/0107-iachr-opens-case-against-brazil-for-human-rights-violations-related-to-belo-monte-dam>

AMAZONAS EM TEMPO. Delator deverá revelar propina em Belo Monte. **Amazonas em Tempo**, p. B3, publicado em 07 de março de 2015.

AMIGOS DA TERRA AMAZÔNIA BRASILEIRA & 9 OUTRAS ORGANIZAÇÕES. Letter to World Bank by Brazilian NGOs re $1.3 Billion Environment Loan, publicado em 05 de março de 2009. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/resources/letter-to-world-bank-by-brazilian-ngos-re-1-3-billion-environment-loan-3142>

ANSAR, A., FLYVBJERG, B., BUDZIER, A. & LUNN, D. Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development. **Energy Policy**, 69: 43–56, 2014.

BAITELO, R., YAMAOKA, M., NITTA, R. & BATISTA, R. **[R]evolução Energética: A Caminho do Desenvolvimento**. Greenpeace Brasil, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Revolucao-Energetica-/>

BARROS, J. N. **O Desencantamento das Águas no Sertão - Crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco**. Dissertação de mestrado em planejamento urbano e regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro,172 pp, 2014.

BERMANN, C. **O Brasil não precisa de Belo Monte. Amigos da Terra-Amazônia Brasileira**, São Paulo, SP, Brasil. 4 pp., 2002. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/Outros/Celio_Bermann-Belo_Monte.pdf>

BIC (Bank Information Center). World Bank environmental policy loan to BNDES: Moving money or mainstreaming environmental sustainability? **IFI infobrief**, BIC, Washington, DC, E.U.A. 25 pp, 2009. Disponível em: <http://www.bankinformationcenter.org/en/Document.101658.pdf>

BRASIL, CIMC (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima). **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC -- Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF. 129 pp., 2008. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/imprensa/_arquivos/96_01122008060233.pdf>

BRASIL, MME/EPE (Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética). 2015. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024**. MME/EPE, Brasília, DF. 467 pp. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PDEE/Relatório%20Final%20do%20PDE%202024.pdf>

BRASIL, PR (Presidência da Republica). **Decreto No 5.051**, de 19 de abril de 2004, PR, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>

BRATMAN, E.Z. Contradictions of green development: Human rights and environmental norms in light of Belo Monte dam activism. **Journal of Latin American Studies** 46(2): 261–289, 2014.

_____. Passive revolution in the green economy: activism and the Belo Monte dam. ***International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics.*** 15: 61-77, 2015.

BRITO, R. 2015. Verás que um filho teu não foge à luta. ASCOM Fundação Viver Produzir e Preservar, publicado em 13 de julho de 2015. Disponível em: <http://fvpp.org.br/index.php/noticias/39-veras-que-um-filho-teu-nao-foge-a-luta>

CALIXTO, B. 2015. Dom Erwin Kräutler: "Do que Lula prometeu, nada foi cumprido." *Época Blog do Planeta*, publicado em 01 de abril de 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/05/bdom-erwin-krautlerb-do-que-lula-prometeu-nada-foi-cumprido.html>

CARVALHO, M.C. & MEGALE, B. 2016. Agora delatores, executivos da Andrade deixam a prisão. **Folha de São Paulo**, p. A-4, publicado em 06 de fevereiro de 2016. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1737252-apos-acordo-com-procuradoria-executivos-da-andrade-deixam-prisao.shtml>

CASADO, J. 2015. Lava-Jato investiga Eletrobras e 15 empresas do setor elétrico. **O Globo**, publicado em 29 de julho de 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-investiga-eletrobras-15-empresas-do-setor-eletrico-17001095>

ELER, A. & DINIZ, L. Nocauteados pela lógica. **Veja** 44(49): 140-146, publicado em 07 de dezembro de 2011. Disponível em: < http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>

FEARNSIDE, P.M. Deforestation and international economic development projects in Brazilian Amazonia. **Conservation Biology** 1(3): 214-221, 1987.

_____. Gases de efeito estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA** 14(1): 5-19, 2011. Disponível em: < http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/596/848>

_____. Desafios para midiatização da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. pp. 107-123. In: A. Fausto Neto (Ed.) **A Midiatização da Ciência: Cenários, Desafios, Possibilidades**. Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), Campina Grande, PB. 288 pp., 2012. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-16%20Livro%20Hidrelétricas%20V.1.pdf>

_____. Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans. **Ambio** 44(5): 426-439, 2015.

_____. Environmental and social impacts of hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Implications for the aluminum industry. **World Development**, 77: 48-65, 2016.

_____. Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle. **Die Erde** 148 (2-3): 167-184, 2017a. Disponível em: <http://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/view/265>

_____. Planned disinformation: The example of the Belo Monte Dam as a source of greenhouse gases. pp. 125-142. In: Liz-Rejane Issberner & Philippe Lena (eds.) **Brazil in the Anthropocene***:* Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies. Routledge, Taylor & Francis Group**,** New York, E.U.A. 364 pp., 2017b.

_____. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. **Die Erde** 148(1): 230-243, 2017c. Disponível em: < http://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/download/264/pdf_1>

FLYVBJERG, B. Survival of the unfittest: Why the worst infrastructure gets built – and what we can do about it. **Oxford Review of Economic Policy** 25(3): 344-367, 2009.

FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar). **A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu**. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, DF. 65 pp., 2006. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_publicacao/51_publicacao12012011110058.pdf>

GAMA, P.. Maiores doadores somam gasto de R$1 bi desde 2002. Construtores e bancos são principais financiadores de campanhas eleitorais. **Folha de São Paulo**, p. A6, publicado em 21 de janeiro de 2013. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/89730-maiores-doadoras-somam-gasto-de-r-1-bi-desde-2002.shtml>

GRAEFF, B. Should we adopt a specific regulation to protect people that are displaced by hydroelectric projects? Reflections based on Brazilian law and the 'Belo Monte' case. **Florida A&M University Law Review** 7(2): 261–285, 2012. Disponível em: <http://commons.law.famu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=famulawreview>

HEURICH, G.O. **A barragem e a canoa de Jawitï**. Instituto Socioambiental (ISI), Brasília, DF. 4 pp., 2013. http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/arawete/osaraweteeoplanoemergencial.pdf

ILO (International Labor Organization). C169 - **Indigenous and Tribal Peoples Convention**, 1989 (No. 169). Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=normlexpub:12100:0::no::p12100_ilo_code:c169>

INTERNATIONAL RIVERS. Lula promises not to shove Belo Monte down our throats. **International Rivers Blog**, publicado em 27 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/blogs/232/lula-promises-not-to-shove-belo-monte-down-our-throats>

_____. Supreme court judge overturns suspension of Belo Monte Dam. **International Rivers**, publicado em 28 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/resources/supreme-court-judge-overturns-suspension-of-belo-monte-dam-7656>

ISA (Instituto Socioambiental). Entidades promovem ato de repúdio contra o assassinato de Dema. ISA Brasília, DF. **ISA,** publicado em 30 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=4709>

_____. Ayres Britto acata pedido da AGU e obras de Belo Monte são retomadas. **ISA**, publicado em 28 de agosto de 2012. Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3656>

_____. 2016. Dilma veta energias renováveis não hidráulicas no Plano Plurianual. ***Notícias Socioambientais***, publicado em 21 de janeiro de 2016; atualizado em 27 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dilma-veta-energias-renovaveis-nao-hidraulicas-no-plano-plurianual>

JAGGER, B. 2013. Deadly sins in the Brazilian Amazon. **Huffington Post**, publicado em16 de abril de 2013, atualizado em 16 de junho de 2013. Disponível em: < http://www.huffingtonpost.com/bianca-jagger/belo-monte-dam_b_3076501.html>

JAMPOLSKY, J.A. Activism is the new black! Demonstrating the benefits of international celebrity activism through James Cameron's campaign against the Belo Monte dam. **Colorado Journal of International Environmental Law and Policy**, 23(1): 227–256, 2012. Disponível em: <http://www.colorado.edu/law/sites/default/files/JAMPOLSKY%20_corrected_.pdf>

LEITÃO, M. Belo Monte's Avatar. **International Rivers**, publicado em 24 de junho de 2010. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/resources/belo-monte%E2%80%99s-avatar-2762> [traduzido de *O Globo*].

LUNDELL, M.R. Implementation Status Results Report: Sequence 05. **World Bank**, Washington, D.C., E.U.A. 4 pp., 2011. Disponível em: < http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/02/13836332/implementation-status-results-report-sequence-05>

MAGALHÃES, S.B. & F.D.M. HERNANDEZ (Eds.). **Painel de Especialistas**: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Painel de Especialistas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, Belém, PA, 2009. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Belo_Monte_pareceres_Painel.pdf>

MAGALHÃES, V. Presidente pavio curto. **Folha de São Paulo**, pp. A-16-17, publicado em 13 de novembro de 2011. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/11/13/2>

MDTX (Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu). **Carta - SOS Xingu - Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia**. Rios Vivos, 2001. Disponível em: < http://www.riosvivos.org.br/canal.php?mat=236>

MELO, A. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. pp. 55-57. In: Seva Filho, A.O. & Switkes, G. (Eds.). **Tenotã-Mõ***: Alertas sobre as Conseqüencias dos Projetos Hidrelétricos no rio Xingu*. International Rivers Network, Sao Paulo, SP. 344 pp., 2005.

MILLIKAN, B. & GARZÓN, B.R. 2015. Belo Monte desafia os limites da responsabilidade socioambiental e da transparência do BNDES. pp. 165-169. In: Vozes do Xingu: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte: Vozes do Xingu. Annex to: VILLAS-BÔAS, A., GARZÓN, B.R., REIS, C., AMORIM, L. & LEITE, L. (Eds.). **Dossiê Belo Monte**: Não Há Condições para a Licença de Operação. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, DF. 205 pp., 2015. Disponível em: < http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>

MILLIKAN, B. & HURWITZ, Z. 2011. Landmark vote upholds indigenous rights on Belo Monte. **International Rivers**, publicado em 18 de outubro de 2011 Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/blogs/258/landmark-vote-upholds-indigenous-rights-on-belo-monte>

MOREIRA, P.F. (Ed.). **Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21**: Oportunidades e Desafios*. 2ª ed.* Rios Internacionais, Brasília, DF. 100 pp., 2012. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/node/7525>

MOVIMENTO GOTA D'ÁGUA.. Usina Hidrelétrica de Belo Monte - Movimento Gota D'água. **Youtube***, 2011*. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=hzVIWvm99As>

MPF (Ministério Público Federal). **Relatório de inspeção interinstitucional**: Áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte. MPF, Altamira, PA. 125 pp., 2015. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf>

NORTE ENERGIA SA. *PBA:* **Plano Básico Ambiental, Versão Final**. Norte Energia SA, Rio de Janeiro, RJ. 7 vols. + anexos, 2011. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/2012/05/16/projeto-basico-ambiental-da-uhe-belo-monte/>

PRADO, A.P., ATHAYDE, S., MOSSA J, BOHLMAN, S., LEITE, F. & OLIVER-SMITH, A. How much is enough? An integrated examination of energy security, economic growth and climate change related to hydropower expansion in Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews** 53: 1132-1136, 2016.

QUEIROZ, T. Hidrelétrica de Belo Monte divide aldeias no Xingu. **O Estado de São Paulo**, publicado em 01 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.cliptvnews.com.br/mma/amplia.php?id_noticia=96421>

ROJAS, B. & MILLLIKAN, B. El BNDES y el complejo hidroeléctrico Belo Monte. In: Carillo, I.C. (Ed.) **Casos Paradigmáticos**: De inversión del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social de Brasil (BNDES) en Sur América. Necesidad y Oportunidad para Mejorar Políticas. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), Lima, Peru. 130 pp.,

2014. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/files/attached-files/137_casos_paradigmaticos.pdf>

ROTHMAN, F.D. 2001. A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. **Journal of Environment & Development** 10(4): 317–344, 2001.

SALM, R. Lula em Altamira: a "democracia" acompanhada de forte aparato militar. **Xingu Vivo**, publicado em 30 de junho de 2010. Disponível em: <http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html>

SANTOS, L.A.O. & de ANDRADE, L.M.M. (Eds.). **Hydroelectric Dams on Brazil's Xingu River and Indigenous Peoples.** Cultural Survival Report 30. Cultural Survival, Cambridge, Massachusetts, E.U.A. 192 pp., 1990.

SCHOLZ, I., DRÄGER, D., FLOER, I., NEHER, C. & UNGER, J. **Sociedade civil e política ambiental na Amazônia**: Os casos da barragem de Belo Monte e da Rodovia BR-163. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE). Bonn, Alemanha. 85 pp., 2004. Disponível em: <https://www.die-gdi.de/uploads/media/BuG_11_2004_PORT.pdf>

SEVÁ FILHO, A.O. Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu. Fios condutores e armadilhas (até setembro de 2012). pp. 170-205 In: de Oliveira, J.P. & Cohn, C. (Eds.). **Belo Monte e a Questão Indígena**. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, DF. 337 pp, 2014. Disponível em: <http://www.abant.org.br/file?id=1381>

SEVÁ FILHO, A.O. & SWITKES, G. (Eds.). **Tenotã-mõ***:* Alertas sobre as Conseqüências dos Projetos Hidrelétricos no Rio Xingu, Pará, Brasil. International Rivers Network, São Paulo, SP. 344 pp., 2005. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Tenotã-Mo.pdf>

SILVA-FORSBERG, M.C. & FEARNSIDE, P.M. Agricultural management of caboclos of the Xingu River: A starting point for sustaining populations in degraded areas in the Brazilian Amazon. pp. 90-95 In: Parrotta, J.A. & Kanashiro, M. (Eds.) **Management and Rehabilitation of Degraded Lands and Secondary Forest in Amazonia.** International Institute of Tropical Forestry, U.S.D.A. Forest Service, Rio Piedras, Puerto Rico. 246 pp., 1995.

_____. Brazilian Amazonian *caboclo* agriculture: Effect of fallow period on maize yield. **Forest Ecology and Management** 97(3): 283-291, 1997.

DE FRANCESCO, A. & CARNEIRO, C. (Eds.). **Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca.** Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo, SP. 64 pp, 2015. Disponível em: < https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/atlas-pesca-bm.pdf>

OLIVEIRA, J.P. & COHN, C. (Eds.). **Belo Monte e a Questão Indígena**. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, DF. 337 pp, 2014. Disponível em: < http://www.abant.org.br/file?id=1381>

SOUSA JÚNIOR, W.C. & REID, J. Uncertainties in Amazon hydropower development: Risk scenarios and environmental issues around the Belo Monte dam. **Water Alternatives** 3(2): 249-268, 2010.

SOUSA JÚNIOR, W.C., REID, J. & LEITÃO, N.C.S. 2006. **Custos e benefícios do Complexo Hidrelétrico Belo Monte**: Uma abordagem econômico-ambiental. Conservation Strategy Fund (CSF), Lagoa Santa, MG. 90 pp, 2006. Disponível em: < http://conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/4_Belo_Monte_Dam_Report_mar2006.pdf>

STAUFFER, C. 2015. Eletrobras' corruption probe zeroes in on Brazilian dams. **Reuters**, publicado em 07 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/brazil-eletrobras-idUSL1N1182SY20151007>

SWITKES, G. Leader of movement to stop Amazon dam murdered. **World Rivers Review** 16(5): 13, 2011. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/files/attached-files/wrr.v16.n5.pdf>

TEMPESTADE EM COPO D'ÁGUA. 2011. Alunos da Unicamp apoiam Belo Monte em paródia com vídeo de globais Estudantes rebatem argumentos do vídeo dos globais e defendem a hidrelétrica de Belo Monte. **Youtube**, 26 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=gVC_Y9drhGo>

TERRA TV. Belo Monte no Programa Sustentabilidade Debate busca esclarecer a grande polêmica do momento: A construção da hidrelétrica de Belo Monte, publicado em 06 de dezembro de 2011. **Terra TV**, São Paulo, SP. Disponível em: <http://terratv.terra.com.br/videos/Noticias/Economia/Sustentabilidade/5180-393127/Sustentabilidade-Belo-Monte-06_12-Programa-completo.htm>

VEJA. Custo da usina de Belo Monte já supera os R$ 30 bilhões. **Veja***,* publicado em 12 de maio de 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/custo-da-usina-de-belo-monte-ja-supera-os-r-30-bilhoes>

VILLAS-BÔAS, A., GARZÓN, B.R., REIS, C., AMORIM, L. & LEITE, L. 2015. **Dossiê Belo Monte**: Não Há Condições para a Licença de Operação. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, DF. 55 pp. Disponível em: <http://t.co/zjnVPhPecW>

WADE, R. H. **Boulevard of broken dreams**: The inside story of the World Bank's Polonoroeste Road Project in Brazil's Amazon. Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment Working Paper Nº. 55. London School of Economics and Political Science, London, Reino Unido. 44 pp., 2011. Disponível em: < http://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/wp-content/uploads/2014/02/WP55_world-bank-road-project-brazil.pdf>

ZAMPIER, D. Mais da metade das doações da campanha de Dilma vieram de 41 empresas. **Agência Brasil***,* publicado em 30 de novembro de 2010. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-12-01/mais-da-metade-das-doacoes-da-campanha-de-dilma-vieram-de-41-empresas>

Sobre o autor

Philip Martin Fearnside – Graduação em Biologia pelo Colorado College; Mestrado em Zoologia pela Michigan University; Doutorado em Ciências Biológicas pela Michigan University; Pesquisador Titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – Manaus, Amazonas, Brasil.

Como citar este artigo

FEARNSIDE, Philip M. Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.162-185, Dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 06 de junho de 2017
Aceito para a publicação em 19 de novembro de 2017

Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes-Amazônia-Brasil)[1]

Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil
e-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
e-mail: vickamarinho@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa a desestruturação de territorialidades pesqueiras por grandes projetos hidrelétricos no Vale do Rio Araguari, no Estado do Amapá, particularmente, em comunidades ribeirinhas localizadas no muncípio de Porto Grande e Ferreira Gomes. Este processo acontece diante da apropriação do espaço de pequenos pescadores por Usinas Hidrelétricas (UHE), uma vez que o represamento do curso d'água altera a morfologia do rio, com a formação do lago a montante, provoca seca e cheias repentinas na jusante, o que põe em risco a sobrevivência destes pequenos pescadores. Também acontece a reorganização da pesca nestes ambientes e a desestabilização do uso dos recursos pesqueiros. Usou-se na metodologia uma revisão da literatura sobre território e territorialidade; em campo optou-se pela observação participante, conversas com moradores locais que foram sistematizadas. Os principais resultados identificados referem-se à alteração na atividade dos pescadores do Araguari, mudança no local do pesqueiro e proliferação das dinâmicas dos conflitos entre a comunidade, Estado e empresas geradoras de energia.

Palavras-chaves: Desestruturação territorial; hidrelétricas; territorialidade; pesca; Amapá.

Territorial disruption in the fishery: the installation of hydroelectric power plants at Araguari river (Ferreira Gomes - Amazon - Brazil)

Abstract

This article analyzes the disruption of fishing territorialities by large hydroelectric projects in the Araguari River valley, in the State of Amapá, particularly the riverside communities located in the municipalities of Porto Grande and Ferreira Gomes. This process happens with the appropriation of small fishermen's space by Hydroelectric Power Plants (HPP), since the impoundment of the watercourse changes the morphology of the river, with the upstream formation of the lake, provokes drought and sudden floods in the downstream, which endangers the survival of these small fishermen. It also happens the reorganization of the fishing in these environments and the destabilization in the use of fishing resources. In the methodology was used a literature review on territory and territoriality; in the fieldwork was

[1] Trabalho oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto "Novos ordenamentos territoriais na Amazônia: análises dos impactos gerados a partir da implantação de empreendimentos hidroelétricos no estado do Amapá"; aprovado no Edital 02/2016, com recursos disponibilizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (FAPEAP), em convênio com a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

used the participant observation, and the conversations with local residents were systematized. The main results identified refer to changes in the activity of fishermen in Araguari, to changes in the fishing site and to the proliferation of the dynamics of conflicts between the community, State and companies that generates energy.

Keywords: Territorial disruption; hydroelectric power plants; territoriality; fishing; Amapá.

Desagregación territorial de la actividad pesquera: la implantación de presa hidroeléctrica en la cuenca de Araguari (Ferreira Gomes - Amazônia - Brasil)

Resumen

En este artículo se analiza la desarticulación de la territorialidad la pesca por grandes proyectos hidroeléctricos en el vale del Rio Araguari en el estado de Amapá, en particular de las comunidades ribeirinhas ubicadas en municipio de Porto Grande y Ferreira Gomes. Este proceso tiene lugar frente la apropiación del espacio de pescadores pequeño por las centrales hidroeléctricas, ya que el abarramiento de la corriente cambia la morfología del río, con la formación del lago arriba, provoca la sequía e inundaciones repentinas en el enlace abajo del abarramiento, que amenaza la supervivencia de estos pequeños pescadores. También sucede a la reorganización de la pesca en estos entornos y la desestabilización de la utilización de los recursos pesqueros. Se utiliza la metodología de la revisión de la literatura del territorio y territorialidad; trabajo de campo fue elegido por la observación participante, las conversaciones con la gente del lugar que fueron sistematizadas en el texto. Los principales resultados identificados se relacionan con el cambio en la actividad de los pescadores del Araguari, cambios en la ubicación de la pesca y la proliferación de conflictos entre las empresas de la comunidad, el estado y las empresas de generación de energía.

Palabras clave: Desagregación territorial; hidroeléctrica; la territorialidad; pesca; Amapá.

Introdução

O Brasil é um dos maiores fornecedores de minérios do mundo, além de um grande produtor de energia hidroelétrica na América do Sul. Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2014) mostram o Brasil em destaque, tanto na extração, quanto na produção mineral e hidroelétrica. A participação dos setores mineral e energético no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é expressiva, onde o produto de bens minerais primários representa percentual considerável do PIB (DNPM, 2014). A produção mineral e hidroelétrica no Brasil é de fundamental importância, visto que são estratégicas para a política e economia nacional, além de serem uma das principais justificativas para a implantação de “Grandes Projetos” na Amazônia brasileira, como tentativa de integração às outras regiões e ao capital internacional.

O setor primário minero-metalúrgico e hidroelétrico no Estado do Amapá, mostrou-se durante décadas como um dos mais estratégicos para a economia. Diante deste fato, torna-se necessário analisar como este setor se estabeleceu e de que forma o Estado do Amapá demonstra, entre os outros Estados, ser um importante fornecedor de produtos minerais e

hidroelétricos, para os países desenvolvidos do mundo e para outros estados brasileiros. Dessa forma, a implantação de grandes projetos como aqueles voltados à questão hidroelétrica, em muito estão associados aos problemas ambientais (e sociais) nesta região, envolvendo diversos atores (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mineradores, garimpeiros, pescadores, periferias urbanas etc.) que se organizam para garantir suas atividades e seus territórios (MELLO, 2006). Também, pode-se perceber a presença do Estado na elaboração de políticas voltadas ao planejamento territorial e é no desenrolar dos processos econômicos no espaço amazônico que os atores sociais aparecem, contribuindo com grande parcela às novas relações socioambientais que se implantam na região (PALHETA DA SILVA, 2013).

Todavia, é importante perceber que o Amapá possui em seu território uma rica biodiversidade (GOMES, 1999; COUTINHO, 1997), que sempre atraiu várias empresas que realizam o beneficiamento de minérios ou empreendimentos hidroelétricos planejados e implantados para atender, sobretudo, à projetos de mineração, que fazem com que o Amapá tenha a capacidade de conectar o local à economia internacional (CHAGAS, 2015; CHELALA, 2011), reorganizando o espaço geográfico e provocando, no território, complexidades diferenciadas, articulando relações que fogem à escala local e produzem novas territorialidades a partir da dinâmica econômica das grandes empresas.

A Amazônia amapaense participa diretamente deste cenário, por apresentar diversas vantagens competitivas, que reduziriam os custos produtivos do modelo de acumulação capitalista interessados em aproveitar as vantagens e benefícios socioambientais desta região.

Dessa maneira, este artigo busca fazer um debate acerca da atuação dos empreendimentos hidroelétricos no Estado do Amapá, visto que se trata de uma importante atividade para a sociedade brasileira e, por vezes, danosa à sociedade local. Contudo, apesar de ser uma alternativa econômica que reflete no aumento no PIB brasileiro e estadual, que representa o crescimento econômico da região, existem riscos inerentes a esta atividade, sendo riscos à saúde e ao meio ambiente. Tais impactos negativos podem ser sentidos pelas comunidades próximas, como dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes; além da capital amapaense, no que diz respeito a acidentes de trabalho, vazamentos de combustíveis, alagamentos, como noticiado pela imprensa em 2015 (PACHECO, 2016). Sendo constatados em trabalho de campo por meio de conversas com moradores locais, além de outros riscos ambientais que se mostram de forma nociva para a saúde das pessoas.

A Amazônia amapaense apresenta diversas vantagens competitivas, que reduzem os custos produtivos do modelo de acumulação capitalista – interessado em aproveitar a biomassa abundante, o potencial hidrelétrico disponível, a mão de obra barata, o Estado autoritário e a legislação frágil ou inexistente. Entretanto, as relações sociais em municípios-sede de atividades de exploração mineral (industrial associada à grande empresa; e artesanal

relativa à atividade de garimpo) e de geração de hidroeletricidade no território amapaense foram desencadeadas ao longo da história deste espaço.

Este processo necessita de compreensão, a partir do contexto de articulação entre diferentes atores sociais, identificados em escalas diversas, em que o entendimento das conexões estabelecidas entre o local e os agentes situados nas escalas estaduais, regionais, nacionais e internacionais torna-se elemento basilar para elaboração de políticas públicas para as populações atingidas por estas atividades produtivas. No caso do Amapá é sabido que esta região sempre chamou a atenção de interesses variados, principalmente internacionais, devido às suas riquezas minerais e sua localização estratégica, conforme observaram autores como Sautchuk (et al. 1979), Arruda (1979) e Silveira (1980).

Para a análise deste processo torna-se importante também compreender as territorialidades e seus reflexos nas atividades pesqueiras, bem como analisar o processo de desestruturação desta atividade no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, Brasil. Para isso, foram necessárias pesquisas em campo no ano de 2016, com entrevistas com pescadores na área de interesse, que engloba, entre outros espaços, as áreas atingidas diretamente pela Hidroelétrica Ferreira Gomes, na bacia do rio Araguari, no Amapá.

Sem dúvida, a geração de energia é uma atividade necessária à manutenção da qualidade de vida das populações, porém, monitorar e entender estas atividades são ações imprescindíveis para evitar possíveis efeitos negativos de sua instalação e operação tanto para o meio ambiente, quanto para as populações atingidas direta e indiretamente pelos empreendimentos energéticos e minerais.

Ocupação do vale do rio Araguari

De acordo com Lima (2004), o sítio urbano da cidade de Ferreira Gomes integrava o projeto colonial português de Segurança da Costa Norte Setentrional da Amazônia. Por este motivo, em 1849 foi fundada a Colônia Militar D. Pedro II, no Araguari, cerca de 70 quilometros da sua foz, para abrigar soldados e as suas famílias. Naquele lugar, além da atividade de guarda do territorio, era permitido aos soldados e seus familiares as atividades de lavoura, criação de gado e pesca, devido à abundância de pescado nos diversos fluxos d'água (LIMA, 2004).

Ainda segundo Lima (2004), no ano de 1891 foi fundada a Colônia Ferreira Gomes, localizada a 200 quilômetros da foz do rio Araguari. Esta Colônia integrava o Plano de Colonização do 1º Governo da República (1890). Todavia, foi fechada anos depois, supostamente devido à corrida pelo ouro que aflorava mais ao norte, nas minas de Calçoene. E, durante os anos seguidos esta região foi fadada ao abandono oficial.

Todavia, a partir da instituição do Território Federal do Amapá (TFA), no ano de 1945 se instalam os Serviços de Transportes do Território Federal de Amapá e por meio da aprovação do primeiro Plano Rodoviário de Amapá (Lei Nº. 326 – A:327, 1946), logo seriam abertas algumas vias de penetração que ligariam os arredores de Macapá e Santana até a cachoeira de Paredão, no rio Araguari.

Aquele autor ainda relata que a montante a cachoeira ligava o transporte de caminhões, que chegavam de Macapá, aos barcos de transportes de mercadorias, para as zonas de garimpo localizadas nas cabeceiras dos rios Araguari e Amapari. A jusante, a pequena estrada que chegava de Macapá estabeleceria a ligação necessária entre o porto de Ferreira Gomes e a navegação fluvial até a região das fazendas de gado, no baixo rio Araguari. Na continuação, em 1951, se construiu uma pequena estrada entre Ferreira Gomes e o município de Amapá, seguido do trecho Amapá-Calçoene, em 1952, conectanto a porção central à porção norte do Território Federal do Amapá.

Dessa maneira, as vilas de Ferreira Gomes e Porto Grande foram assumindo importante papel, não somente de centro geográfico, mas de possível centro articulador das logísticas entre o Sul, o Centro-Sul e o Norte do território. Todavia, apesar desta posição estratégica, Ferreira Gomes e Porto Grande funcionaram mais como lugares de passagem do que propriamente como pontos de articulação de uma rede de lugares: a primeira, a região de pecuária do Baixo Araguari – um entreposto de tropeiros que faziam o pouso antes de seguir viagem até Macapá, e a segunda era um ponto de parada para comerciantes que subiam o rio Araguari até as regiões de garimpo.

Todos os trechos rodoviários seriam ampliados entre os anos de 1960 e 1970, tanto pelos sucessivos planos de integração do governo local como pelas políticas públicas federais, sobretudo as políticas rodoviárias, de geração de energia em detrimento da pesca. O quadro 1 mostra as principais vias terrestres de ligação naquele período.

Quadro 01: Estrada BR-156 (Macapá/Oiapoque)

Vias de Ligação	Km	Tempo de percurso previsto/minutos	Revestimento
Macapá/Ferreira Gomes	140	2,3	Laterita
Ferreira Gomes/Tartarugal Grande	78	1,3	Laterita
Tartarugal Grande/Tartarugalzinho	17	0,45	Laterita
Tartarugalzinho/Itaubal do Amapá	10	0,3	Laterita
Itaubal/Cojubim	18	0,2	Laterita
Cojubim/Flexal	13	0,1	Laterita
Flexal/Breu	11	0,15	Laterita
Breu/Ramal Amapá	17	0,2	Laterita
Ramal Amapá/Rio Amapá Grande	28	1	Laterita
Río Amapá Grande/Ramal Calçoene	52	1	Laterita
Ramal Calçoene/Lourenço	98	5	Laterita
Lourenço/Oiapoque	198	0	Laterita
Oiapoque/Clevelândia	6	0,1	Laterita

Fonte: GTFA/SOP/SER (1975).

Esta condição de ponto de passagem se manteve mesmo com a modernização das vias de circulação, ou seja, com a reconfiguração da rede urbana regional, de dendrítica para complexa. A instalação de um entreposto da Estrada de Ferro do Amapá –EFA (1957) em Porto Platon (distante 2 quilometros) e a abertura da rodovia Perimetral Norte (1972) – até hoje inacabada, rearticula o papel de Porto Grande no território. No caso de Ferreira Gomes, a construção e pavimentação da BR-156 enfraquece este papel de entreposto, que antes era dinamizado pelo serviço de travessia da balsa em frente da cidade; e o novo trajeto da estrada e a construção da ponte sobre o Araguari se localizam fora da sede municipal.

É neste conjunto de funções que a pesca assumiu um status de atividade complementar, que serviu de base alimentar para os habitantes das cidades ao longo do curso do rio Araguari. Assim, apesar da gama das atividades regionais, a atividade pesqueira sempre foi necessária e imprescindível à alimentação da população local, de viajantes e para os trabalhadores dos novos empreendimentos regionais (hidrelétricas e mineração). Ou mesmo como parte de novas atividades assumidas pelos municípios da região: turismo ecológico (pesca esportiva e comercial), segunda residência. Todavia, este papel complementar não significa que a pesca tem pouca importância na região, pois sempre se colocou como um diferencial, principalmente na pesca e comercialização de espécies como o trairão (*Hoplias lacerdae*), bastante apreciado na culinária local e pela pesca esportiva.

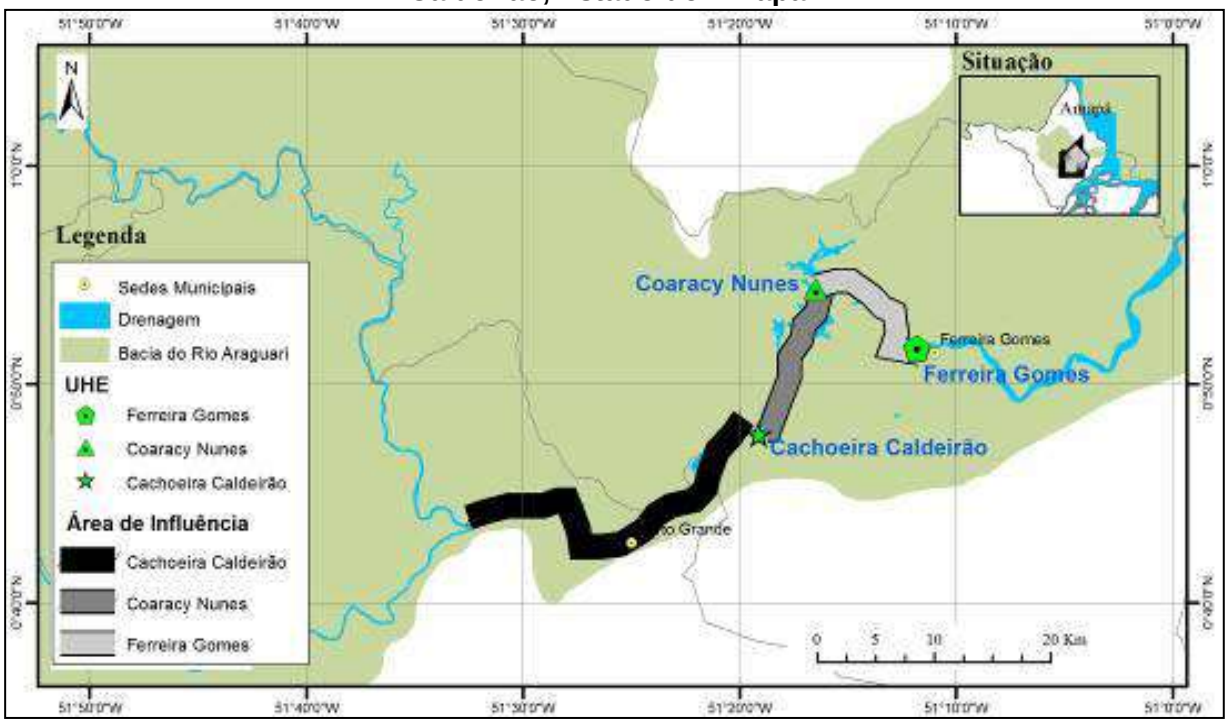
UHE e desestruturação territorial na atividade pesqueira em Ferreira Gomes-AP

No contexto de instalação de empreendimentos hidrelétricos são numerosos os impactos ocasionados, tanto ao ambiente no qual ocorre a materialização dessas obras, como também na organização social e cultural das comunidades que se encontram nas suas áreas

de influência. No que concerne a Ferreira Gomes esta realidade não é diferente, conforme vem se observando, um dos problemas ressaltados e identificados, sobretudo por aqueles que têm na pesca a sua principal fonte de renda, refere-se às mudanças que ocorreram na localização espacial dos territórios de pesca a partir da construção das barragens, as quais atuaram para a desestruturação territorial da atividade pesqueira praticada no rio Araguari.

Entre outros fatores, tais transformações estariam ligadas à alteração da morfologia do rio que se transforma em lago, cujo represamento retém grande volume de sedimentos no sopé da barragem e impõe uma distância de segurança aos pescadores, que não podem se aproximar do local onde há concentração dos cardumes. A figura 1 mostra a localização das hidrelétricas de Cachoeira Caldeirão, Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, ao longo do rio Araguari.

Figura 1: Áreas de Influência das UHE Ferreira Gomes, Coaracy Nunes e Cachoeira Caldeirão, Estado do Amapá



Fonte: Baseado em EIA (2013) e Pesquisa em Campo (2016).

Como se observa na figura, as três UHE estão localizadas a uma curta distância, que impacta diretamente o leito do rio Araguari e sua dinâmica fluvial e, também, limita a pesca jusante das barragens, devido à movimentação de sedimentos e à formação de bancos de areia e de praias, onde antes se localizava os territórios de pesca. Também ocorrem dificuldades de acesso à pesca em novas áreas, antes já ocupadas por outros pescadores e agora sofrendo com os obstáculos causados pelas obras dos empreendimentos energéticos. Na figura 2 é possível visualizar as instalações da UHE Ferreira Gomes, que fica em frente ao município de mesmo nome.

Figura 2: Barragem, vertedouro e casa de Força da UHE – Ferreira Gomes, no Amapá

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores (2016).

Neste contexto, as alterações na pesca do rio Araguari também podem ser observadas pela mudança do tipo de pescaria: de pesca de rio para pesca de lago, o que implica em novas adaptações quanto ao comportamento das espécies ao novo sistema de movimentação da água, além das modificações físico-químicas causadas nas águas devido, principalmente, à decomposição de espécies vegetais inundadas com a formação do pequeno lago. Neste mesmo contexto houve alterações nos períodos das pescarias visto que os pescadores estão passando mais tempo no rio, pois, se antes da barragem estavam acostumados a sair nas primeiras horas do dia e voltar ao final da tarde com uma produção suficiente para a comercialização e alimentação, na atualidade a realidade é outra, para conseguir uma quantidade aproximada de pescado levam vários dias pescando, acondicionando o pescado até garantir um volume suficiente para comercializar e reverter em lucro o dinheiro investido na atividade pesqueira.

O desenvolvimento da atividade pesqueira por si só já envolve um alto grau de imprevisibilidade pela própria natureza dos recursos pesqueiros de um lado e por outro ao desenvolvimento em um espaço de livre acesso, indivisível e inapropriável juridicamente. Entretanto, os pescadores desenvolvem meios pautados em conhecimentos e experiências adquiridas e aprimoradas na prática cotidiana, que possibilitavam a identificação de pesqueiros, constituindo um saber oriundo da interação constante com os ciclos naturais da água, com os períodos da lua, com a vegetação das margens do rio, com profundidade dos cursos d’água, entre outras características.

Entretanto, em ambientes que passaram por grandes modificações, estes conhecimentos tendem a ser menos eficientes na localização dos territórios de pesca, em

função da formação do lago representar uma grande transformação antropogênica a partir da alteração de um meio natural para artificial. Neste sentido, tal mudança de rio para lago, como observado na implantação de hidrelétricas no rio Araguari, cria ainda mais condições adversas, sobretudo do pequeno pescador, que vivência estas variações no seu ambiente de trabalho e sofre os efeitos diretos destas alterações que incidem negativamente na sua própria reprodução social.

Ademais, há de se observar a necessidade da construção e adaptação de novas embarcações, posto que o aparecimento de praias e bancos de areia torna iminente o risco para a navegação a jusante do Araguari; a diminuição do tamanho dos indivíduos a serem recrutados e o aparecimento de outras espécies. Atualmente, as embarcações utilizadas nas pescarias, especialmente aquelas em que os pescadores permanecem durante vários dias no rio Araguari, apresentam mais de 6 metros de comprimento, muitos dos quais utilizam além do barco motorizado, canoas que possibilitam o acesso a lugares de difícil acesso, em que o barco de maior porte não pode adentrar. Com o aparecimento de outras feições no leito do rio, como os bancos de areia, estes tipos de embarcações vêm sendo prejudicadas e mesmo impossibilitadas de uso, dificultando o deslocamento e, por conseguinte, o desenvolvimento da pesca. A figura 3 apresenta algumas embarcações típicas do rio Araguari.

Figura 3: Embarcações típicas do rio Araguari

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores (2016).

Dentre as características que mais determinam a atuação dos pescadores sobre um determinado território, a capacidade de se locomover faz com que seu espaço de atuação não seja restrito a uma área, ou seja, é indefinido por transitar em territórios diferenciados, conforme a ocorrência do pescado e as leis de defeso que determinam onde se deve pescar.

Desse modo, juntamente com os tipos de tecnologia empregada na atividade pesqueira, o tamanho das embarcações e a abrangência da área de pesca devem ser levados em consideração para os pescadores, que se aventuram a permanecer longos dias no rio durante a captura dos peixes (SILVA et al, 2016). Esta situação impõe uma outra leitura de natureza pelos ribeirinhos e uma nova forma de organização do território local, não mais aquela dos ciclos lentos, mas a leitura dos tempos acelerados do risco constante de inundação.

Percepção dos agentes locais

A partir da construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari, os territórios nos quais os pequenos pescadores realizavam suas atividades passaram por alterações, que são percebidas e relatadas nas entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo e mostram uma riqueza de detalhes, evidenciando os conhecimentos acumulados ao longo de décadas de trabalho, fundamentalmente pelos pescadores mais antigos, os quais se orgulham em afirmar que desenvolvem a pesca desde a idade que conseguiram segurar a linha de mão, mas que na atualidade estão temerosos quanto a sua própria reprodução social.

Este quadro de incertezas delineou-se antes mesmo do início das obras das UHE, pois, embora não conhecessem detalhadamente no momento inicial as modificações que ocorreriam em seu ambiente de trabalho; sabiam que seriam afetados, principalmente, após a utilização de máquinas pesadas e de explosivos pelos agentes construtores no leito do rio, modificando o ambiente natural, com o estouro de rochas e posterior construção da barragem, promovendo a dispersão de espécies e diminuição da captura dos recursos pesqueiros.

Neste sentido, os pescadores apontam que a utilização de máquinas e demais materiais pesados atuaram para o aparecimento de condições físicas diferentes daquelas existentes anteriormente. Esta compreensão justifica-se entre outras razões pela transformação do rio em lago, posto que neste processo o ambiente físico passou por alterações referentes não só ao ciclo natural das águas, com interferência nas enchentes e vazantes, como também modificações no próprio leito do rio e nas suas margens. Situação esta que impactou diretamente o desenvolvimento da pesca na região, levando a seguinte afirmativa: “os impactos dessas hidrelétricas na pesca em Ferreira Gomes só quem sabe é quem conviveu, que convive lá dentro”[2]. Tal afirmativa, feita por um pescador em Ferreira Gomes, foi para mostrar que os recursos pesqueiros no rio Araguari estão escassos e que só eles sabem tudo aquilo que estão passando para conseguir uma quantidade mínima pelo

[2] Trecho de uma das entrevistas realizadas com pescador que desenvolve a pesca a mais de 40 anos no rio Araguari.

menos para a alimentação.

Diante desta situação, os pescadores correlacionam a construção das UHEs Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão às inúmeras dificuldades que estão enfrentando no desenvolvimento da atividade pesqueira. A presidente da Colônia de Pescadores Z 7, de Ferreira Gomes, relatou em entrevista que, após o início das obras, os pescadores não sabiam onde pescar, visto que os territórios onde tradicionalmente realizavam esta atividade apresentavam uma nova dinâmica, diferindo das características existentes até então, visto que estas áreas deixaram de ser piscosas e os conhecimentos que possuiam dos locais onde capturar os recursos pesqueiros, pouco poderia ser utilizado, deparando-se com inúmeras incertezas.

Na atualidade, por mais que as condições continuem adversas, os pescadores já conseguiram identificar alguns espaços onde verificam a disponibilidade de peixes. Todavia, estas áreas não são suficientes para atender a todos, tanto os que estão associados na Colônia Z-7, aproximadamente 207 pescadores, como aqueles que não estão associados, mas que exercem a pesca, tanto para a comercialização como para o próprio consumo.

A pesca na região é também praticada em comunidades que desenvolvem outras atividades como principal fonte de renda, tal como a agricultura e a criação de pequenos animais - porco, pato, peru e galinha. Estes indivíduos trabalham durante o dia na agricultura, criação de animais ou outros serviços e ao anoitecer exercem a pesca próximo de suas residências, normalmente nas pontes e margens do rio, com o intuito de conseguir uma quantidade necessária para a própria alimentação.

Em face das transformações que ocorreram e vêm ocorrendo no rio Araguari, os pescadores que realizam a pesca tanto para a comercialização, quanto para a alimentação, deixam evidentes em suas falas que o desenvolvimento desta atividade está cada dia mais difícil, pois percebem na prática que o peixe dispersou, encontrando muitas dificuldades para capturá-los, argumentando que os peixes foram para outros lugares e os que haviam ficado morreram, culpando, sobretudo, os empreendimentos hidrelétricos pela mortandade.

Antes da implantação das barragens os pescadores realizavam a pesca quase que diariamente, não existindo para alguns apenas 1 ou 2 dias de trabalho por semana, mas todos os dias e, mesmo assim, não sentiam a diminuição da quantidade dos recursos pesqueiros capturados. Mas, na atualidade, a realidade é outra, a produção diminuiu substancialmente, com um impacto muito grande sobre a pesca e onde se verifica a disponibilidade desses recursos, são proibidos de pescar, pois são locais identificados como áreas de reservas ou de nas adjacências das hidrelétricas.

Segundo os pescadores, os reservatórios das hidrelétricas e as suas proximidades constituem áreas piscosas, no entanto, são proibidos de se aproximarem e muito menos pescar, sofrendo constantes advertências que são escritas em papéis e afixadas nas

proximidades. Estas mensagens com as proibições são deixadas quando os pescadores se afastam para jogar a rede e ao retornarem se deparam com os recados.

Além das advertências contidas nas mensagens em papel, outros relatos evidenciam um confronto mais direto entre os pescadores e alguns agentes construtores, nos quais os acampamentos que utilizavam próximo às áreas de pesca foram destruidos, não podendo mais permanecer nestes locais. Ou seja, se tratam de barracos nos quais os pescadores guardam seus materiais de pesca e consumo. Assim, neste momento há uma preocupação por parte dos pescadores com a ocorrência de outros enfrentamentos, como pode ser evidenciado no relato de um pescador que vive há mais de 41 anos da pesca no rio Araguari:

> O pescador é uma classe carente que também tem sangue, daqui com uns dias pode acontecer uma coisa pior, entendeu, da gente tá lá e ser abordado, ou eles matarem o pescador ou o pescador matar eles por lá, então é dessa forma que tá surgindo aqui em Ferreira Gomes, conflitos entre o pescador e o pessoal que trabalha na Ferreira Gomes Energia, porque quando eles vejam que as pessoas não entende da área da pesca, eles vão lá e botam banca na cabeça deles, entendeu, eles já tiraram um bocado de pessoal ai, já mandaram o pessoal voltarem daí, não podia pescar, eu sempre peguei o meu barco e fui pra lá para ver como ficava, discuto com todos eles porque eu conheço Ferreira Gomes a fundo, eu conhecia Ferreira Gomes quando subia daqui não tinha empate, sem ter barragem, sem ter nada ai pra frente (Comunicação Pessoal, 2016).

Diante desta situação, observa-se que existe preocupação e mesmo tensão do pescador em relação aos responsáveis por fiscalizar e inibir a pesca nas áreas adjacentes à barragem, visto que não se descarta a possibilidade da ocorrência de tragédias entre os agentes envolvidos. Soma-se a isso que os pescadores se sentem no direito de pescar naquele ambiente, em função de toda a relação que desenvolveram com o rio ao longo de muitos anos de trabalho, sendo um local conhecido como propício para o desenvolvimento das pescarias.

Assim, os pescadores sentem-se temerosos estando impossibilitados de praticarem suas atividades nos lugares costumeiros, situação que interferem na própria reprodução destes pescadores que dependem fundamentalmente da pesca para sobreviver. Outra dificuldade enfrentada refere-se aos custos para exercerem esta atividade, visto que antes da barragem gastavam em média R$ 10,00 e na atualidade (2017), dependendo da distância, gastam cerca de R$ 100,00; dinheiro este que faz falta no complemento da renda familiar.

Foi relatado que durante as obras das UHE de Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes, os pescadores participaram das audiências públicas realizadas pela empresa construtora da hidrelétrica. Entretanto antes mesmo do início das obras já possuiam consciência que pouco poderiam fazer para impedir a instalação do empreendimento. Neste contexto, a Colônia de Pescadores Z-7, desde 2010, vem movendo ações contra a Ferreira

Gomes, Cachoeira Caldeirão e Eletronorte, visando assegurar os direitos dos pescadores.

Desde então, conseguiram aprovar a construção de um galpão para armazenamento do pescado, adquiriram tanques para criação de peixe, receberam recursos para a construção de um trapiche próximo ao mercado de peixe e para uma fábrica de gelo. Outras compensações que foram conseguidas para a região referem-se à construção de uma escola, uma creche no distrito de Paredão e aquisição de uma balsa para a Colônia de Pescadores. Em relação aos tanques para a criação de peixes, já foram entregues e encontram-se no interior do mercado de peixe (em 2016). Contudo, antes de começar a funcionar será realizado um cadastro com os pescadores para saber quais as famílias que estão dispostas a trabalhar. Todos poderão participar desde que apresentem disponibilidade para fazer os cursos de aperfeiçoamento, muitos dos quais advêm das oficinas promovidas pelo PRONATEC.

A presidente da Colônia reconhece a importância do desenvolvimento da aquicultura no município de Ferreira Gomes, salientando que esta medida é necessária, pois no rio os recursos pesqueiros são escassos e os pescadores dependem desta atividade para sobreviver. Embora a Agência de Pescado do Amapá (Pescap) seja importante, principalmente no momento atual, com os pescadores possuindo uma grande dependência, pouco vem sendo feito no sentido de auxiliar estes trabalhadores.

Desse modo, faz-se necessário considerar que embora a aquicultura represente uma alternativa viável como fonte de renda para este pequeno pescador, as dificuldades para implementar tal atividade são inúmeras, demandando profissionais especializados, incentivos econômicos, capacitação destes pescadores que não possuem prática na criação de peixes, entre outros. Ademais, deve-se levar em consideração neste processo que os pescadores estão acostumados a desenvolver a pesca em um ambiente totalmente diferente daquele existente nos tanques, pressupondo dificuldades de adaptações e mesmo divergências de conhecimentos entre os pescadores e os profissionais especializados.

Considerações finais

O trabalho revela a necessidade de participação social na tomada de decisões no que concerne aos ambientes de pesca, cuja população depende diretamente do uso dos recursos naturais para a sua sobrevivência. A ausência deste debate gera um conjunto de alterações na vida desta comunidade: deslocamento de pescadores que viviam na margem do rio e fazem do rio o seu meio de vida; agora os deslocamentos e o tempo de pesca tornam-se maiores e mais demorados para o pescador com fortes resultados negativos na quantidade da produção.

Na área pesquisada vem ocorrendo a perda das referências da localização dos pesqueiros (territórios de pesca), que foram desterritorializados e descaracterizados, pois

foram submersos pela formação do reservatório. Este conhecimento da arte da pesca era intergeracional, passado por gerações, e está sendo prejudicado ou perdido. Desta perspectiva, há de se construir outras territorialidades dentro desta nova lógica, que tenta transformar a pesca de rio em pesca de lago, pescadores artesanais em aquicultores.

A segmentação do rio Araguari, provocada pelas três (3) hidrelétricas, também impede o processo natural de reprodução dos peixes em período de piracema, pois estes não conseguem mais subir até as cabeceiras dos rios para desovar. Os poucos peixes que conseguem passar pelas hidrelétricas ficam exaustos e morrem. O resultado é o desaparecimento dos peixes do rio Araguari, além da operação das usinas que ocasionou a mortandade de toneladas de peixe, em vários eventos.

Por fim, a desestruturação territorial e a busca por novas áreas de pesca geram conflitos de territorialidades: pescadores *versus* empresas geradoras de energia, pescadores *versus* Estado, pescadores *versus* pescadores e moradores locais *versus* empresas. Estes conflitos expressam duas visões antagônicas de desenvolvimento. Uma exógena, vinculada a macrovetores de desenvolvimento global, como os projetos de mineração e hidrelétricos, sem vínculo com o desenvolvimento real do Araguari. Outro endógeno local, vinculado às estratégias de segurança alimentar das pessoas que sempre viveram do rio, seja para política de segurança do território ou geração de alimentos.

Referências

ARRUDA, Marcos. **Daniel Ludwig e a exploração da Amazônia**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CHAGAS, Marco. **Hidrelétricas no Amapá**. Macapá. Disponível em: http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/hidreletricas-no-amapa. Acesso em: 04 ago 2015.

CHELALA, Charles. **O Amapá e as Hidrelétricas**. Macapá: Amapá, 2011. Disponível em: http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/o-amapa-e-as-hidreletricas. Acesso em: 03 ago 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática S.A., 1989.

COUTINHO, Sérgio da Cruz; PIRES, Maria Joaquina. **Jari***:* um banco genético para o futuro. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, DNPM. **Sumário Mineral/MME**. Brasília: DNPM/DIPLAM, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte***:* fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **Antropizacion, Dinámicas de Ocupación del Territorio**

y Desarrollo en la Amazonía Brasileña: el caso del Estado de Amapá, 2004. Tese (Doutorado) - Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Barcelona. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/38493?ln=en> Acesso em: 07 fev. de 2017.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; FRAZÃO, Maíza. Os Conflitos territoriais da pesca na região transfronteiriça entre Oiapoque (Brasil) e Guiana Francesa. *In*: SILVA, Chritian et al. (orgs.). **Produção do Espaço e territorialidade na Amazônia Paraense**: elementos para a análise geográfica. Belém: GAPTA/UFPA, 2016.

MELLO, Neli Aparecida **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

PACHECO, Jonh. Nível do rio Araguari em Ferreira Gomes chegou a 5,5m, diz Defesa. **G1 Amapá**. Disponível em: http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/nivel-do-rio-araguari-em-ferreira-gomes-chegou-55m-diz-defesa.html. Acesso em: 8 mar. 2016.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SAUTCHUK, Jaime; et al. *Projeto Jari:* a invasão americana. São Paulo: Debates, 1979.

SILVA, Christian Nunes. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, 2016, p. 193-214.

SILVEIRA, Modesto da. *Ludwig, imperador do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

Sobre os autores

Christian Nunes da Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará; Doutorado em Ecología Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia; do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Ricardo Ângelo Pereira de Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidad Autónoma de Barcelona; Doutorando em Geografia pela Universidad Autónoma de Barcelona; Professor da Universidade Federal do Amapá.

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; MARINHO, Vicka Nazaré Magalhães. Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes/Amazônia/Brasil). **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 186-201, Dossiê. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor **Christian Nunes da Silva**, desenvolveu as tarefas de elaboração textual e cartográfica.

O segundo autor **Ricardo Ângelo Pereira de Lima**, foi responsável pela produção textual, tradução e cartográfica. A terceira autora **Vicka de Nazaré Magalhães Marinho** foi responsável pela pesquisa de campo, elaboração do texto e tradução.

Recebido para publicação em 06 de outubro de 2017.
Devolvido para a revisão em 10 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 24 de janeiro de 2018.

O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações

Jondison Cardoso Rodrigues
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil
e-mail: jondisoncardosorodrigues@gmail.com

Resumo

O Brasil, principalmente a partir de 2007, começou a se inserir competitivamente nos circuitos produtivos e financeiros globais, via políticas para o aumento de exportações de *commodities*. Contudo, essa inserção no processo de mundialização fez-se por meio da construção de políticas territoriais e de projetos de infraestrutura do Estado, cujo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é emblemático. O PAC construiu uma perspectiva de planejamento e políticas públicas de maneira continuada e de longo prazo. A Amazônia oriental brasileira, principalmente o estado do Pará, foi à região que apresentou e apresenta um grande destaque, com projetos e investimentos (públicos e privados) em obras de infraestrutura: energética, logística (transporte) e construção de terminais portuários privados. Considerando tal discussão, o artigo tem o objetivo de apresentar e debater o projeto Arco Norte e analisar criticamente como se ele se articula com projetos portuários graneleiros já em operação e em processo de construção no Oeste do estado do Pará, Itaituba e Rurópolis.

Palavras-chave: Portos; Logística; Amazônia; Oeste do Pará; Estado.

The Northern Arc and the public port policies for the West of the state of Pará (Itaituba e Rurópolis): presentation, debate and articulations

Abstract

The Brazil, especially since 2007, began to compete competitively in the global productive and financial circuits, through policies to increase commodity exports. However, this insertion in the process of globalization was done through the construction of territorial policies and state infrastructure projects, whose Growth Acceleration Program (PAC) is emblematic. The PAC has built a planning and public policy perspective on an ongoing and long-term basis. The eastern Brazilian Amazon, mainly the state of Pará, was in the region that presented and presents a great highlight, with projects and investments (public and private) in infrastructure works: energy, logistics (transportation) and construction of private port terminals. Considering this discussion, the article aims to present and discuss the Arco Norte project and critically analyze how it articulates with bulk port projects already in operation and in the process of construction in the western state of Pará, Itaituba and Rurópolis.

Keywords: Ports; Logistics; Amazônia; West of Pará; state.

L'Arco Norte et le port des politiques publiques à l'état de Pará Ouest (Itaituba e Rurópolis): présentation, débat et articulations

Resumé

Le Brésil, en particulier depuis 2007, a commencé à concurrencer de manière compétitive dans les circuits financiers et productifs mondiaux, grâce à des politiques visant à accroître les exportations de produits de base. Cependant, cette insertion dans le processus de mondialisation a été réalisée par la construction des politiques territoriales et des projets

d'infrastructure de l'État, dont le programme d'accélération de la croissance (PAC) est emblématique. Le PAC a construit une perspective de planification et de politique publique sur une base continue et à long terme. L'Amazonie de l'est du Brésil, principalement l'État de Pará, était dans la région qui présentait et présente un point culminant, avec des projets et des investissements (publics et privés) dans les travaux d'infrastructure: énergie, logistique (transport) et construction de terminaux portuaires privés. Compte tenu de cette discussion, l'article vise à présenter et à discuter du projet Arco Norte et à analyser de manière critique comment il s'articule avec des projets portuaires en vrac déjà en exploitation et en construction dans la partie ouest de l'État de Pará, Itaituba e Rurópolis.

Mots-clés: Ports; la logistique; Amazon; Ouest Para; état.

Introdução

O Brasil, principalmente a partir de 2007, começou a se inserir, competitivamente, nos circuitos produtivos e financeiros globais, via aumento de exportações de *commodities*, ocasionado por uma conjuntura: i) de fortes investimentos diretos estrangeiros; ii) em uma política de elevação de taxas de juros e câmbio; iii) de incentivos fiscais a empreendimentos estrangeiros; iv) no Estado neodesenvolvimentista; e, v) nas trocas comerciais com seu maior parceiro comercial atualmente, a China. Essa inserção no processo/circuitos monopolísticos-financeiro internacionais de acumulação-ampliação do capital fez-se por meio da construção de estratégias de políticas territoriais e dos projetos de infraestrutura do Estado, particularmente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essa lógica, via políticas públicas portuárias, seria criar estratégias para reduzir o tempo de armazenamento de mercadorias, promover a maior fluidez e o aumento da integração entre os elementos do sistema complexo de produção mundial, de relações e redes informacionais/relacionais e financeiras. Consistindo, assim, na formação de um espaço global de fluxos de mercadorias (MONIOS; WILMSMEIER, 2016), consequentemente, no controle de *supply chain* mundiais, diminuindo os custos de produção, via mais-valia e concorrência intercapitalista, e pressionando a diminuição dos custos na esfera da circulação e produção e alimentando a orgia especulativa e de créditos. Para Martner-Peyrelongue (2014, p. 107): “o porto da globalização, isto é, o porto da integração das redes, é o porto dos movimentos rápidos, da aceleração do tempo, da diferença do tempo lento do porto do protecionismo”. O porto teria segundo esse autor o papel de unificador e integrador das redes e os meios de transporte e articulador de fragmentos territoriais dispersos, um estruturador do território.

O Estado brasileiro, a partir de 2007, vem planejando e executando políticas públicas de infraestrutura de maneira continuada e de longo prazo, sobretudo, na área portuária, por meio de financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados em diversas regiões do Brasil. Na Amazônia oriental brasileira,

essas ações apresentam um grande destaque, com grandes investimentos, públicos e privados, em obras de infraestrutura portuária. Segundo Rodrigues e Rodrigues (2016), até dezembro de 2015, foram concedidas 45 outorgas de instalações portuárias. As instalações portuárias autorizadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), no estado Pará até 2015 foram: i) Transporte Bertolini, em Juruti; ii) Mineração Butirama, Barcarena; iii) Bunge, em Itaituba e Barcarena; iv) Cia. Norte de Navegação e Portos (CIANPORT), em Itaituba; Hidrovias do Brasil S/A, em Itaituba e Barcarena; e, v) Ipiranga Produtos de Petróleo, em Itaituba.

Em virtude dessas políticas de Estado para o desenvolvimento nacional, o objetivo deste artigo é apresentar e debater o projeto Arco Norte e analisar criticamente como se ele se articula com projetos portuários graneleiros já em operação e em processo de construção no Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis). A relevância do artigo é mostrar de forma sistemática e crítica a política de infraestrutura portuária brasileira e suas contradições, forjada pelo Estado brasileiro, a partir de 2007.

Como procedimentos metodológicos adotados para responder ao objetivo aqui proposto, foi utilizado: (1) documento oficial do Estado e das suas políticas públicas, o Arco Norte: um desafio logístico, produzido em 2016, pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, da Câmara dos Deputados; (2) Discurso do Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, no primeiro e segundo Fórum de Debate, A Logística voltada para o Arco Norte, ocorridos respectivamente (áudio gravado): em Santarém-Pará, no dia 24 de Junho de 2016; e, em Barcarena, no dia 02 de dezembro de 2016; (3) o II Plano Nacional de Logística Portuária, cujo uso visou à verificação de possível articulação com o projeto Arco Norte**;** (4) Pesquisa de campo em Itaituba, de 2014 a 2017, onde ocorre a operação e construção de complexos portuários graneleiros (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015a).

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção é marcada por essa sucinta introdução ao debate. A segunda seção traz um breve percurso sobre políticas públicas portuárias no Brasil na década de 1990 e início da década de 2000, e, depois, em uma subseção, políticas públicas portuárias no Brasil a partir de 2007. A terceira seção apresenta e debate o projeto Arco Norte e analisa como ele se articula, isto é, relaciona-se com os projetos portuários graneleiros já em funcionamento e em processo de construção para o Oeste do estado do Pará, Itaituba e Rurópolis. Por fim, na quarta seção são apresentadas algumas considerações finais.

Estado e políticas públicas portuárias no Brasil na década de 1990 e início da década de 2000: uma breve retomada

A política pública de infraestrutura portuária no Brasil sempre esteve ligada à política pública de transportes (CASTRO; LAMY, 1992; SILVEIRA, 2013). Considerava-se a área portuária como parte do transporte, ou mais especificamente, parte da rede multimodal. Os portos, a área portuária, eram concebidos como componentes logísticos, como rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos, e não por serem eixos de articulação nacional-global, de fluxos materiais e imateriais intra/extraescalar, ou como enfatiza Martner-Peyrelongue (2004), os portos passam a serem gestores e articuladores, no tempo e no espaço, de fluxos que abastecem processos territorialmente dispersos e fragmentados.

O Estado brasileiro, para chegar até a compreensão, supostamente mais avançada de sociedade e de Estado, do qual os portos são gestores e articuladores de fluxos, precisou efetuar, sobretudo, a partir do início da década de 1990, políticas públicas para área portuária de forma um pouco mais intensa e continuada, por meio: i) da dissolução da Empresa de Portos do Brasil S.A (PORTOBRÁS), em 1990, via Programa Nacional de Desestatização -, órgão governamental que centralizava a gestão dos portos brasileiros; e, ii) da reformulação do marco regulatório para o setor, cuja lei 8630/1993 é ilustrativa (GOULARTI-FILHO, 2007; MONIÉ, 2011). O Estado, durante a década de 1990, transformou-se em um regulador, estruturador do jogo e com dimensões adaptativas (LOJKINE, 1981), convertendo o setor portuário “en una ‘arena’ en la cual varios grupos y coaliciones compiten de acuerdo a determinadas reglas del juego, sancionadas y garantizadas por el propio estado” (BORON, 2003, p.268) - instituído para manter a ordem e a confiança ao mercado, cuja política formal não se diferenciou da política real (FUENMAYOR, 2014), no entanto, setorizado.

A expectativa do Estado era de que o ajuste fiscal, ancorado principalmente na privatização, e a abertura econômica dessem um “choque de modernidade” ao país, propiciando a estabilidade macroeconômica, sobretudo, dos preços, pois a inflação chegara a 1.863,5%, em 1989, e, a retomada do crescimento econômico (GOULARTI-FILHO, 2016). Esse jogo político e econômico do Estado é sinalizado na criação da lei de Modernização dos Portos, Lei 8.630/1993. Dispositivo que foi fundamental para o Estado brasileiro, pois com isso, houve a possibilidade ampliar a oferta de serviços, consequentemente, os custos da movimentação de mercadorias e a captura de fluxos econômicos para o Estado-nação brasileiro (RODRIGUES; RODRIGUES; CASTRO, 2014).

> A referida lei [Lei 8.630/1993], na sua essência, objetivava, em curto prazo, a descentralização e desregulamentação do setor, a redução da atuação do Estado [que não significa enfraquecimento desse agente], o aumento da participação da iniciativa privada, a racionalização do uso da mão-de-obra e a maior capacitação do trabalhador; a médio prazo, buscava a melhoria da qualidade da mão-de-obra, a racionalização do ambiente de trabalho (estímulo à polivalência) e a redução dos preços e tarifas; finalmente, a longo prazo, o aumento da eficiência e competitividade dos portos (RODRIGUES, RODRIGUES; CASTRO, 2014, p.117).

A criação dessa Lei e a dissolução do PORTOBRÁS, sob o olhar do setor portuário, foram reformas que buscavam promover uma reengenharia institucional e legal para ampliar a competitividade dos ambientes portuários, ao estimular a atuação concorrencial entre os portos (interportos) e no interior dos mesmos (intraportos). Além disso, contribuiu para a configuração do setor portuário brasileiro (MONIÉ, 2011), formado por: Armadores, Práticos, Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO), Agências Marítimas, Agências de Navegação, Companhias Docas, Operadores portuários. Isso desencadeou, durante a década de 1990, em políticas públicas pautadas em financiamento. Até novembro de 1999 foi investido mais de 920 milhões de reais, em 145 contratos assinados para arrendamento de áreas.

Já no início da década de 2000, a política pública portuária no Brasil, calcou-se em intervenções: 1) dragagem; 2) aumento da profundidade dos canais de acesso; 3) informatização das atividades; 4) financiamento público, de maneira tímida, na compra de guindastes elétricos, rebocadores, balanças, empilhadeira, tratores, sugadores para trigo; 5) a especialização das embarcações, granéis sólidos, líquidos e *containers*. Tudo isso para aumentar a fluidez, pois assim os navios passariam menor tempo nos portos e realizariam mais viagens, o que reduziria os custos médios por tonelada transportada e dos fretes, consequentemente aumentando da rentabilidade do setor. Isso contribui para que a movimentação de mercadorias pelos portos, no ano de 2012 tivesse um aumento de 249,78% comparado a 1994.

O movimento na cabotagem cresceu proporcionalmente, em 88%, tendo a sua participação atingido 26% do total, com 97.827 milhões de toneladas (VELASCO; LIMA, 1997). De 1999 a 2010, o total de cargas movimentadas pelos portos brasileiros cresceram 190%; e, o volume do transporte por *containers* cresceu 570%, no mesmo período (ROCHA; BRITTO, 2015). Cabe enfatizar que, em escala mundial, entre 1985 e 2005, o transporte de *containers* cresceu 10% ao ano (ZONDAG *et al*, 2010). Tal fluxo econômico dialogando com Chesnais (1996) significa: “O volume de transações reflete, em primeiro lugar, a amplitude assumida pelas cadeias de operações longas e imbricadas, e pela complexa e frágil pirâmides de créditos e débitos que ligam os principais operadores (bancos, fundos de pensão, fundos mútuos, instituições especializadas)” (CHESNAIS, 1996, p. 243).

Políticas Públicas Portuárias no Brasil a partir de 2007

Segundo Goularti-Filho (2016) mostra que houve um engessamento no planejamento logístico e na ampliação no já caótico sistema de transporte nacional brasileiro, principalmente até o início da década de 2000. Isso devido à ausência de uma agenda política continuada e com estratégias para desconstruir esse quadro caótico. Dentro desse contexto, a partir de 2007, começou a ser constituída, pelo menos de forma mais agressiva, uma visão estratégica

nacional orientadora do planejamento no país, e no seio do aparelho indutor do processo produtivo brasileiro, do Estado brasileiro, com a falácia de investimentos estratégicos inovadores para valorizar “a diversidade cultural e ambiental local e fortalecer a unidade social e territorial” e “favorecer crescimento econômico sustentado, com melhores possibilidades de engendrar uma sociedade mais justa e próspera” (BRASIL, 2008, p.48).

Essa visão estratégica nacional passou a ser exposta em uma série de programas e políticas horizontais, na maioria dos investimentos e em discursos políticos, como forma de superar o chamado custo-Brasil, a multimodalidade. Entre os programas maiores, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007; a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2007; a Política Nacional de Logística e Transporte, em 2007; Plano Nacional de Viação, em 2008; a Política Nacional de Transporte Hidroviário (revisada em 2010); a Política Nacional de Aviação Civil, em 2009; e, o Plano Hidroviário Estratégico, em 2010 (CASTRO, 2012). A criação desses programas, principalmente do PAC, significa um esforço de construção de agenda política continuada e um projeto de Estado.

Segundo Gobbi, Carraro e Furlan (2015), o PAC até 2014 investiu R$ 5,27 bilhões em obras de dragagem, infraestrutura portuária e serviço de inteligência logística, em 24 portos. Somente o PAC, entre 2007 e 2014, injetou, na área de infraestrutura, particularmente de infraestrutura portuária e de transporte, rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, 132,3 bilhões de reais; 65,4 bilhões de reais investidos, de 2007 a 2010, e R$ 66,9 bilhões de reais, de 2011 a 2014.

Esse volume de investimentos em infraestrutura portuária aumentou com o lançamento do I Programa de Investimentos em Logística – Portos (PIL – Portos), em 2012, complementar ao PAC. O objetivo do programa é incentivar a modernização da infraestrutura e da gestão portuária, como também: i) expandir os investimentos federais no setor portuário visando à redução de custos em planejamento; ii) proporcionar o aumento da eficiência portuária e dos fluxos de mercadorias, sobretudo, ao mercado exterior (BRASIL, 2013). O PIL-Portos irá canalizar (o uso do verbo “irá” se deve ao fato de que os investimentos são lentos, apesar de já estrem garantido no plano plurianual 2016-2019), aproximadamente R$ 54,2 bilhões, destinados a estimular os arrendamentos de áreas dentro dos portos e a construção e ampliação de Terminais de Uso Privativo – TUPs; sendo R$ 31 bilhões até 2014/2015 e R$ 23,2 bilhões, entre 2016/2017.

Os portos beneficiados são: a) na Região Sudeste, os de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos; b) no Nordeste, Cabedelo, Itaqui, Pecém, Suape, Aratu e Porto Sul/Ilhéus; c) no Norte, Porto Velho, Santana, Manaus/Itacoatiara, Santarém, Vila do Conde e Belém/Miramar/Outeiro; e, d) no Sul, o Porto de Paranaguá/Antonina, São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Rio Grande. Complementar a isso, o Governo Federal anunciou os primeiros TUPs que poderão ser construídos, com financiamento do Estado. Do total dos 50 TUPs, 27

empreendimentos serão instalados na Região Norte, com um investimento de R$ 1,8 bilhão (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015b).

No dia 22 de dezembro de 2015, é lançado o II Programa de Investimentos em Logística (II PNLP), imerso ao PAC. Esse programa contextualiza a situação atual do setor portuário, a projeção de demanda dos portos, os desafios, os objetivos estratégicos e o portfólio de ações. O dois pilares estratégicos principais são: 1) Aprimorar a governança e modernizar a gestão dos portos organizados; e, 2) Melhorar a produtividade, o nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos na movimentação de carga e no transporte de passageiros. Os investimentos do II PNLP são estimados em R$ 51,28 bilhões, divididos da seguinte forma: i) novos arrendamentos: R$16,24 bilhões; ii) novas Instalações privadas: R$ 19,67 bilhões; iii) prorrogações antecipadas de contratos de arrendamento: R$ 11,11 bilhões; e, iv) investimentos públicos em dragagens: R$ 4,26 bilhões (PNLP, 2015).

Outro ponto do II PNLP foi à relevância às autorizações de instalações portuárias privadas. Cabe pontuar que, em 2013, havia 123 novos pedidos em andamento de autorização de instalação portuária na ANTAQ: sendo 63 para Terminais de Uso Privativos (TUP), 29 para Amazônia; 44 Estações de Transbordo de Carga (ETC), 30 para Amazônia[1] (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015a; 2016). Até o final do ano de 2016, segundo a ANTAQ, houve o lançamento de 132 anúncios públicos para outorga de construção e exploração privada de portos: em 2013 foram 50; em 2014, 24; 34 anúncios em 2015; e, 24 anúncios foram divulgados em 2016 (ANTAQ, 2016). Desse total de anúncios, 55 para Amazônia, dos quais 22 para o estado do Pará; sendo 11 para o Oeste do Pará (ANTAQ, 2016). De julho de 2013 a setembro de 2017 foram autorizados, para explorar e construir: 163 TUPs e 32 ETCs no Brasil. Além disso, foram arquivados: 76 pedidos de autorização de TUPs e 17 de ETCs. Ainda há 100 processos em andamento na Gerência de Autorização de Instalações Portuárias (GAP)/ANTAQ (Informação obtida via solicitação pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao cidadão/e-SIC).

Segundo a Secretaria Especial de Portos (SEP), dentre as instalações portuárias autorizadas (até 13/09/2017) para o Oeste do Pará, estão: Cia. Norte de Navegação e Portos (CIANPORT), em Itaituba; Hidrovias do Brasil S/A, em Itaituba e Barcarena; Bunge em Itaituba e Barcarena; Ipiranga Produtos de Petróleo, em Itaituba; Itaipava S/A, em Itaituba; Transporte Bertolini, em Juruti; Dorinaldo M. da Silva, em Vitória do Xingu; Caulim da Amazônia S/A (CADAM), Almerim; Distribuidora Nacional de Petróleo LTDA (DNP), Santarém; e, Base Belo Monte, em Vitória do Xingu. O porto da Bunge, da Hidrovias do Brasil, Cargill, CIANPORT e

[1] TUP e ETC são modalidades de portos, definidas respectivamente por: instalação portuária explorada mediante autorização; instalação portuária explorada mediante autorização, utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem.

Bertolini[2] já estão em operação. O porto da Caramuru está planejada para iniciar a operação no primeiro semestre de 2018 (Figura 1 e 2).

Figura 1: Portos graneleiros à margem direita do rio Tapajós, Itaituba.

Figura 2: Porto da Caramuru Alimentos, a margem Esquerda do rio Tapajós, Itaituba.

Fonte: Jondison Rodrigues, (a) registrado 27 de maio de 2016 e (b) registrado 16 de outubro de 2016.

No distrito de Mirituba/Itaituba e Santarenzinho/Rurópolis, estão planejadas mais de 26 Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), que formarão um complexo, englobando os municípios de Itaituba e Rurópolis[3]. Além disso, estão planejados também quatro pátios de caminhões em Itaituba e cinco em Novo Progresso, Pará. Há com isso, reservas de territórios (antecipação espacial) para em empresas instalarem-se (Quadro 1).

Quadro 1: Planejados, em operação ou em construção, em Itaituba e Rurópolis, Oeste do Pará.

Porto	Planejados, em operação ou em construção
Bunge	Em operação/Itaituba
Cargill	Em operação/Itaituba
Cianport	Em operação/Itaituba
Hidrovias do Brasil	Em operação/Itaituba
ADM/Atlas	Em operação/Itaituba
Transportes Bertolini Ltda	Planejado/Rurópolis (com licença prévia)
Cevital	Planejado /Itaituba
Odebrecht	Planejado /Rurópolis
Louis Dreyfus Company (LDC)	Planejado /Rurópolis
Cianport	Planejado /Rurópolis
Unirios	Planejado /Itaituba
Chibatão Navegações	Planejado/Itaituba
Reicon	Planejado/Itaituba
Brick Logística	Planejado/Itaituba
Amagi	Planejado/Itaituba
Transportes Bertolini Ltda	Em operação/ Itaituba (porto flutuante)

[2] A Cargill e Transportes Bertolini, até o primeiro semestre de 2017, operava irregularmente um porto flutuante, sem licença da ANTAQ e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

[3] Há também outros portos graneleiros (empresas) em processo de "territorialização produtiva-financeira lenta" no estado do Pará, para a construção do "nó de ligação, como lugar de encontro e de articulação entre espaços do interior e do exterior" (MARTNER-PEYRELONGUE, 2014, p.105-6): Cevital, Cargill e Estação de Transbordo Fluvial S.A., em Barcarena; Cevital, EMBRAPS, CEAGRO e UNIRIOS, em Santarém; Louis Dreyfus Company, em Ponta de Pedras; Brick Logística, em Itupiranga; Bufalos Silos e Logística S.A, em Marabá; Majonav-Transporte Fluvial da Bacia Amazônica Ltda, Cesari Empresa Multimodal de Movimentação de Materiais (CEMULTI) e UNIRIOS, em Belém.

Itaipava S. A.	Planejado/Itaituba
Woodhollow Participações LTDA	Planejado/Itaituba
Caramuru Alimentos	Em construção/Estrutura metálica/Itaituba
ATEMS distribuidora de Petróleo	Planejado/Itaituba
J.F. de Oliveira Navegação Ltda.	Planejado/Itaituba
Venbras Maritima Ltda.	Planejado/Itaituba
Complexo Agroindustrial) - Rio Tapajós Logística Ltda (RTL)	Planejado/Itaituba
Porto Tapajós Incorporação e Empreendimentos Imobiliários SA	Planejado/Rurópolis

Fonte: Elaborado por Jondison Rodrigues, a partir de pesquisa de campo e consulta no site da ANTAQ.

De acordo com pesquisa de Aguiar (2017) ainda há outros portos planejados: da Mobile, Cantagalo, DSR Paraná, Ipiranga e Júlio Simões, em Rurópolis. Assim fica contundente a mudança no vetor logístico para o norte do país e a territorialização do capital financeirizado, com o financiamento a construção desses portos (quadro 1). Com a operação e a construção desses portos planejados, MTPA (2017) estima que a "produção de grãos" deverá passar de 200,7 milhões de toneladas em 2014/15 para 259,7 milhões de toneladas em 2024/25 (MTPA, 2017).

O Arco Norte: um projeto político neoconservador desenvolvimentista?

O Arco Norte é um projeto do Estado brasileiro em sinergia com setores empresariais do agronegócio. Nesse projeto, o Estado, vem assegurar e organizar as condições necessárias para instalações portuárias e logísticas: 1) abertura e pavimentação de estradas, construção de ferrovias e hidrovias; 2) financiamento público a obras privadas; 3) incentivos fiscais e energéticos; 4) dispositivos jurídicos que possibilitem ampliação da chamada segurança jurídica, mais direitos e concessões ao setor empresarial; 5) viabilidade do licenciamento ambiental; 6) qualificação de mão-de-obra; 7) Elaboração de estudos e pesquisas que possam otimizar a movimentação de mercadorias.

Essa postura de assegurar e organizar as condições necessárias, com relação à elaboração de estudos e pesquisas é expresso no Estudo de Impacto Ambiental, do Projeto Ferrovia Paraense S.A., elaborado pela TERRA LTDA, contratada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), do Governo do Estado do Pará, visando à obtenção da Licença Ambiental Prévia do empreendimento em questão, cujo custo do projeto é estimado em mais de R$ 14 bilhões. Essa Ferrovia objetiva o transporte de cerca de 80 milhões de toneladas de minérios e produtos do agronegócio entre a região de Santana do Araguaia e o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, com dois ramais ferroviários para Paragominas e para Rondon do Pará, cortando 23 municípios, dos quais se planeja expulsar mais de 1,2 mil pessoas, sobretudo, povos tradicionais.

O projeto Arco Norte pode ser considerado como "a criação e incorporação de novos objetos e a renovação dos sistemas de engenharias que guiam as empresas e as sociedades a novos hábitos" (OLIVEIRA; LIMA, 2016, p.602-3), como também, a ampliação territorial ou a conexão ao circuito produtivo-financeiro internacional de *commodities* como resultado de um conjunto de condições técnicas e políticas forjadas (ARROYO, 2014), no qual:

> ampliación territorial del circuito se produce como resultado de un conjunto de condiciones técnicas y políticas, o sea gracias a la creación de una alta productividad espacial para el cultivo de la soja. En efecto, al *stock* de recursos naturales preexistentes (topografía, temperatura, distribución de lluvias y días de radiación solar), se van agregando otros factores. Por un lado, se introducen diferentes prácticas, tales como el uso de fertilizantes, los sistemas de irrigación, la utilización de máquinas e implementos modernos y, sobre todo, el uso de semillas mejoradas y de otros insumos (herbicidas, funguicidas e insecticidas). Por otro lado, los gobiernos estatales y federales organizan programas especiales de financiamiento, establecen sistemas de créditos, incentivos fiscales y subsidios. [Além de bancada política partidária ruralista no congresso nacional e ministros de Estado (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) com história de apoio ao agronegócio, a Senadora Katia Abreu (de 1º de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016) e em seguida, o "Rei da Soja", o Senador Blairo Maggi] (ARROYO, 2014, p. 164-5).

As *commodities* são o signo do desenvolvimento que auferem o Estado e setores empresariais do agronegócio. Tal afirmação pauta-se no documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (ASSECOR) (IPEA; ASSECOR, 2017): Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento, no qual tangencia para imprescindibilidade na exportação de *commodities,* para uma forma de crescimento médio do PIB, cerca de 4% a.a. Isso é a configuração desse jogo técnico e político, que é uma forma de promoção de fluidez e integração ao comércio internacional, principalmente com a China, no qual a fluidez não é puramente uma categoria técnica, mas, sobretudo, política; operando sob novas normas de ação (SANTOS, 2012), de projetos políticos.

Corredores Logísticos e o projeto Arco Norte e sua relação com os portos

A construção de corredores logísticos imprimidos nas políticas de planejamento regional brasileira não é apenas uma apresentação de uma perspectiva panorâmica e diagnóstica da infraestrutura mais atual, é também: a) a antecipação e organização espaço-temporal; b) a construção de políticas de interesses de uma fração de uma classe hegemônica e com forte ligação com multinacionais e novos países hegemônicos, a China; c) de ações futuras, para construir, consolidar e mobilizar ações. Tal compreensão é concebida pela Secretaria de Política e Integração do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (SPI/MTPA), particularmente, no projeto Corredores Logísticos Estratégicos: Complexo de

Soja e Milho, lançado dia 15 de maio de 2017. Os corredores logísticos são caracterizados em função de seus usos para deslocamento dos principais produtos da economia brasileira: Complexo de soja e milho; Petróleo e combustíveis; Minério de erro; açúcar; carne; e, automóvel. O complexo soja é a mercadoria que possui protagonismo (Figura 3).

Figura 3: Corredores Logísticos Estratégicos – Exportação.

Fonte: MTPA (2017a).

Esses eixos ou Corredores Logísticos Estratégicos não é o projeto o Arco Norte, mas é base para a construção de política, no qual “a política compreende a capacidade de construção de hegemonia” (THEIS *et al*, 2011, 37) e um projeto societário e sua consecução dos fins definidos (THEIS, 2016). Esses corredores são compostos pelos eixos Tapajós, Madeira, Leste e São Luiz (Figura 3) para corredores de exportação de grãos. Nesse contexto, os portos do Arco Norte estão realizando obras de ampliação, como é o caso de Itacoatiara (AM), Barcarena e Santarém (PA) e São Luís (MA), assim como a construção de terminais portuários privados, em Itaituba (PA), Porto Velho (RO), Barcarena (PA), Santana (AP) e São Luís (MA). Segundo o projeto Arco norte: o desafio logístico: “Há uma clareza muito grande da parte dos planejadores de transportes, estudiosos do tema, operadores logísticos e do setor produtivo, que as alternativas de escoamento mais adequadas para a pujante produção do Centro-Oeste e Norte brasileiro são as que conduzem para os portos da região Norte” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 21).

Isso fez a Amazônia se transformar em um grande canteiro de obras portuárias (RODRIGUES; RODRIGUES, 2016), no qual o Arco Norte passa ser sinônimo de plataforma de exportações de grãos, soja e milho. Helder Barbalho, então Ministro da Secretaria Especial de Portos (SEP) (cargo exercido de 2 de outubro de 2015 a 20 de abril de 2016), enfatizava que o Arco Norte seria oportunidade de desenvolvimento:

> A alternativa do Arco Norte está consolidada e é seguramente o caminho para o desenvolvimento da nossa economia [...] Crise no setor portuário não existe, e particularmente no Pará. O movimento é de crescimento continuado. [...] Estamos realizando seis leilões agora e vamos prosseguir logo depois com mais 20 áreas, 14 delas no Estado do Pará. Portanto, o Arco Norte colocará o Pará em protagonismo (Gravado a partir do discurso do Ministro Helder Barbalho, no dia 03/03/2016, em Belém, no Seminário Setor Portuário: Desafios e Oportunidades, promovido pela Revista Carta Capitais e Editora Confiança, com o patrocínio da Cargill).

Segundo Helder Barbalho, já como Ministro da Integração Nacional, o Arco Norte seria fundamental, pois

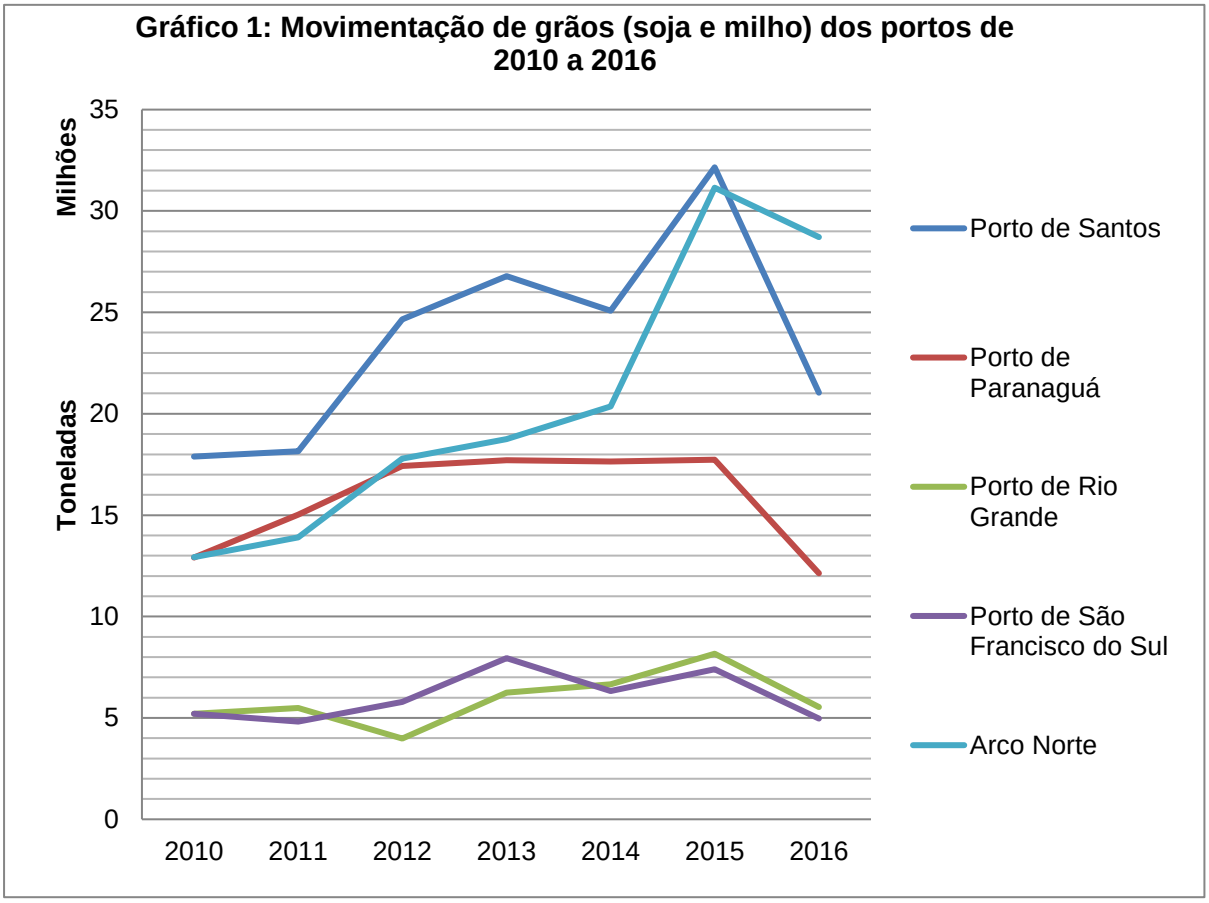
> O mercado internacional precisa sentir segurança para aplicar seu capital e executar o que planeja. Além disso, o Brasil precisa dialogar e entender que sua regulação não pode ser excessiva. É necessário um ambiente mais desburocratizado em nosso país para incentivar o desenvolvimento. Precisamos consolidar novos empreendimentos porque isso significa geração de emprego e renda. É fundamental que o Brasil tenha clareza que as suas leis são leis estáveis, são leis plenas, que garantam a partir daí, a partir da segurança jurídica permitem planejamento e previsibilidade privado e consequentemente para prospecções futuras (Gravado a partir do discurso do Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, durante o '2º Fórum de debates: A Logística voltada para o Arco Norte', em Barcarena/PA, dia 2 de dezembro de 2016).
>
> Estamos unindo sinergias para que as produções da região encontrem um novo caminho no Arco Norte, que é um caminho de desenvolvimento para nossa região. É importante compatibilizar a necessidade de crescimento econômico com a sustentabilidade. Este equilíbrio é um exercício que deve ser feito por todos nós. [...] Está comprovado que escoar a produção pela região Norte é mais barato, transforma o nosso produto nacional em um produto mais competitivo a partir da produção do centro-oeste brasileiro, não mais indo para São Paulo, para o Paraná e encontrando o caminho justamente do estado do Pará. (Gravado a partir do discurso do Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, durante o '1º Fórum de debates: A Logística voltada para o Arco Norte', em Santarém/PA, dia 24 de junho de 2016).

O Arco Norte é tratado como urgência e priorização do Estado brasileiro e dos setores empresariais do agronegócio, não só pelo seu potencial de escoamento, mas, sobretudo, pela melhoraria da competitividade da produção nacional e possibilidade ao produtor e o exportador de grãos, menores custos em transporte; aproximando o mercado de grãos ao mercado Chinês, isto é, estimulando a competitividade do agronegócio no mercado internacional e alimentando lucros de bancos, fundos de investimento e multinacionais. Os investimentos no Arco Norte prometem aliviar o fluxo intenso dos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), o maior complexo portuário do país; desafogando as exportações do

agronegócio, já que mais de 80% do escoamento dos grãos ainda são realizados pelas regiões sul e sudeste. Estima-se que, com essa mudança de corredor, haverá uma redução no custo logístico de até US$ 50 por tonelada (MAPA, 2016).

Essa nova rota de grãos já está em funcionamento parcial. Em 2015 essa nova rota de exportações, movimentou mais de 30 milhões de grãos (Gráfico 1): “A participação do Arco Norte, que há 5 anos, segundo dados do Ministério da Agricultura, escoava 8% do total de soja e milho destinado ao mercado internacional, já alcança 20% dos embarques totais do País” (CAMÂRA DE DEPUTADOS, 2016, p. 145). Cabe pontuar que em 2014 as exportações pelo Arco Norte tinha sido um pouco mais de 20 milhões de toneladas, um aumento de 152,98% (veja a Tabela 2, a movimentação de grãos pelos portos paraenses). O volume esperado para a safra 2016/2017 é: 108 milhões de toneladas de soja e 93 milhões de toneladas de milho (VIEIRA, 2017). Segundo o MTAP (2017b), a produção do complexo, soja, milho e farelo de soja foi de: Safra 2014/2015: 99,3 milhões de toneladas; e, a produção de 2015/2016 foi de: 84,6 milhões de toneladas.

Gráfico 1: Movimentação de grãos (soja e milho) dos portos de 2010 a 2016



[4]Fonte: Elaborado por Jondison Rodrigues a partir de http://web.antaq.gov.br/anuario/

[4] Os portos, em operação, do projeto Arco Norte são: Porto de Santarém/Cargill, Terminal Ponto da Montanha (Barcarena), Bunge Itaituba, Hidrovias do Brasil, Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena, Terminal de Vila do Conde, Porto de Vila do Conde, Porto de Itaqui, Terminal Graneleiro Hermasa, Porto de Santana, Porto de Porto Velho, Porto Cargill Agrícola/RO, Estação Cojubinzinho/RO, Terminal de Expedição de Grãos Portuários/RO e Porto de Porto Velho/RO. Foi considerados, soja e milho, a partir do agrupamento cunhado pela ANTAQ: Sementes

Tabela 1: Movimentação de grãos pelos portos paraenses, de 2010 a 2016, em toneladas

Ano	Porto Santarém/ Cargill	Terminal Ponto da Montanha	Bunge Itaituba	Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena	Terminal de Vila do Conde	Porto da Hidrovias do Brasil	Porto de Vila do Conde
2010	820.853	-	-	-	-	-	-
2011	2.064.745	-	-	-	-	-	-
2012	3.210.575	-	-	-	-	-	-
2013	4.203.700	-	-	-	-	-	-
2014	2.626.119	-	767.976	1.555.396	-	-	-
2015	4.768.192	798.886	1.548.292	3.434.557	-	-	-
2016	4.549.618	1.247.545	1.586.420	3.383.835	916.208	82.325	93.077

Fonte[5]: Elaborado por Jondison Rodrigues a partir de http://web.antaq.gov.br/anuario/

Durante esse intervalo de tempo de movimentação de soja e milho nos portos cresceu significativamente: movimentação de soja (2011-2016), teve um aumento de 88,5% e a movimentação de milho (2011-2016), o crescimento foi de 174,8% (ANTAQ, 2017).

A partir dos fluxos de *commodities* pelos portos paraenses há um processo territorialização e coordenação dos circuitos espaciais produtivos globais (CASTILLO, 2010; ARROYO, 2014), por meio de *trading companies,* empresas de comercialização especializadas em exportação, grandes transacionais, no caso, Bunge, Cargill e ADM.

> Essas grandes empresas do agronegócio dominam, cada vez mais, o beneficiamento (classificação, limpeza, secagem), a assistência técnica, o processamento agroindustrial, o mercado de fertilizantes, o mercado de sementes, o armazenamento, o financiamento da produção, a comercialização e a exportação. Controlam indústrias processadoras, armazéns e silos, empresas de colonização, empresas de comercialização de produtos agrícolas e seus derivados; atuam no transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo, possuem terminais em portos fluviais e marítimos, centros de distribuição, escritórios exportadores, postos avançados de compra de grãos; fornecem crédito de custeio e investimento, prestam assessoria técnica a produtores conveniados, estabelecem parcerias com empresas de logística entre outras ações que variam segundo as especificidades do circuito de cada produto (os complexos soja, algodão, laranja, café e cana-de-açúcar estão entre os mais importantes) (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 24).

O Estado brasileiro figura como grande mediador e jogador, sendo que a Amazônia e o estado do Pará, ou mais especificamente o Oeste do Pará, é uma região protagonista da canalização de investimentos em logística portuária. Cabe destacar que o estado do Pará possui atualmente uma carteira de investimentos na área de logística superior a 22 bilhões de

e frutos oleaginosos; “Cereais” e resíduos e desperdícios das industrias alimentares e Alimentos preparados para animais.

[5] Não inserimos, tanto no Gráfico 1 como na Tabela 1, a movimentação de grãos operado pela Bertolini e Cargill, em Itaituba, pois os dados não foram entregues a ANTAQ; isso deve ao fato que essas empresas estão operando irregularmente sem licença da ANTAQ e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, do estado do Pará. A CIANPORT iniciou a operação no segundo semestre de 2017 e ainda não apresentou dados a ANTAQ.

reais, excluindo os mais de 13 bilhões reais em concessões de outorgas que foram concedidas até o final de 2017. Esses investimentos apontam que o agronegócio no Pará, com a produção de complexos portuários graneleiros de transbordo em Itaituba; e, Barcarena como plataforma de exportação, seria a melhor alternativa para formação de cadeias produtivas e corredores logísticos mais eficientes e eficazes. Segundo Vale (2016, p. 9):

> Estimativas da Associação Nacional de Exportadores de Cereais, o produtor brasileiro de soja gasta, com o transporte de sua mercadoria da fazenda ao porto, quatro vezes aquilo que despende seu concorrente argentino ou norte-americano. O custo superior se deve, entre outras coisas, à predominância do escoamento pelos portos da porção meridional do nosso litoral, distantes dos locais de produção.

O Arco Norte busca consolidar-se como um projeto de Estado, uma vez que foi capturado do agronegócio, o qual tem atualmente como principal arauto do projeto, por está dentro do Estado, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi; do Grupo Amaggi, *trading* brasileira de propriedade do Ministro. A presença do "rei da soja" no MAPA sinaliza certo consenso de *commodities* (SVAMPA, 2013) sobre o projeto Arco Norte. Além da sinergia entre as esferas federal, estadual e municipal no estado do Pará. Na escala estadual, essa construção de consenso, efetuada via o plano PARÁ 2030[6] e na escala municipal, com a atualização dos planos diretores de Itaituba e Barcarena, em 2015 e 2016, respectivamente e em discursos políticos. Outro elemento desse consenso sobre o Arco Norte está na assinatura de convênio, no dia 24 junho de 2016, em Santarém, que inclui Santarém e a região Oeste do estado do Pará, oficialmente, no projeto Arco Norte. Consenso, ou acordos, só entre o Estado e os setores empresariais.

A assinatura desse convênio deu-se no contexto do "Fórum sobre o Arco Norte em Santarém-PA" promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES), da Câmara dos Deputados. Nesse evento houve a apresentação do estudo e do projeto "Arco Norte: um desafio logístico" que versa sobre: planejamento e política de transportes, integração intermodal, logística e licenciamento ambiental. O Arco Norte propõe a instalação de 96 portos nos estados que fazem parte do projeto, Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Bahia, sendo seis em Santarém (PA): a) três na região da Área Verde, da Cevital, EMBRAPS e CEAGRO; b) dois na área da Companhia Docas do Pará, um de exportação de fertilizantes e outro de granéis sólidos; e, c) o sexto ainda sem local definido. Além dessa pactuação sobre a expansão portuária de grãos, o Estado começa a ofertar linhas de crédito para impulsionar

[6] O Pará 2030 é um Plano Estratégico elaborado pelo Governo do Estado do Pará com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável, impulsionado pelos investimentos em setores de negócios escolhidos pelos seus fortes potenciais econômicos. Os investimentos em infraestrutura é setor com forte atenção como forma de possibilitar que o escoamento mercadorias, no caso *commodities*, pelo estado do Pará, para os mercados consumidores internacionais – por exemplo, Europa, e, principalmente Chinês.

o agronegócio e o desenvolvimento no Pará, com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[7].

O Arco Norte, além de projeto de Estado, é um vetor logístico seria um elemento fundamental para integrar os modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, tanto fluvial quanto marítimo, isto é, contribuíra para a integração modal, e a gerência logística de fluxos de mercadorias, principalmente *commodities* agrícolas (RODRIGUES; RODRIGUES, CASTRO, 2014). Dialogando com que diz Castro (2012) esses vetores convergem com a construção de megaprojetos:

> Os megaprojetos hidrelétricos, de transporte e comunicação formam a base dos investimentos do PAC I e II no Brasil, tanto quanto os projetos do IIRSA[/COSIPLAN] na América do Sul. Essas estratégias baseiam-se no mercado global, nos padrões de competitividade e de produtividade que seguem lógicas econômicas e nos processos de produção que obedecem a agendas de diferentes empresas em redes de clientes, de fornecedores ou consumidores. A mira está nos países asiáticos, razão da insistência em saídas pelo Pacífico e pelo Atlântico, para além América do Sul. Esse mercado externo é altamente competitivo e regula os tempos e usos do território. Daí uma preocupação constante com os corredores de transporte, para reduzir os custos e, consequentemente, aumentar a rentabilidade e a competitividade nacional e global (CASTRO, 2012, p. 49).

Essa perspectiva cunhada por Castro (2012) fica evidente no projeto "Arco Norte: um desafio logístico":

> O direcionamento de recursos para os corredores e terminais do Arco Norte contribuiria para equilibrar as tendências de crescimento na produção de várias cadeias produtivas nacionais e, consequentemente, na ampliação da demanda por transportes por essas cadeias. Esses arranjos produtivos têm sua distribuição física e sua logística cada vez mais direcionadas para a utilização do Arco Norte, o que permitirá significativos ganhos de competitividade, notadamente no caso dos graneis agrícolas. [...] Assim, tendo sido apresentados os conceitos de logística e de custo logístico, essenciais para a compreensão do problema do escoamento da produção agrícola brasileira e para a formulação de projetos e de políticas capazes de lhe dar solução, passou-se a considerar os modos e as rotas pelos quais a carga gerada no campo chega às indústrias de beneficiamento e aos portos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 128).

O projeto mostra algumas prioridades complementares e indissociáveis nos investimentos para viabilizar o escoamento pelo Arco Norte, a saber:

- ✓ Recuperação e adequação de capacidade da BR-364/RO;

[7] Cabe destacar que o BNDES concedeu o *"*empréstimo", no valor de R$ 404 milhões para a empresa Hidrovias do Brasil para a construção do seu Terminal de Uso Privado (TUP), no Porto Organizado de Vila do Conde, em Barcarena. Outro financiamento, realizado pelo BNDES, é a Companhia Norte de Navegação e Portos S/A (CIANPORT), com o total *de* R$ 75,9 milhões. Já a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) concedeu financiamento de R$ 77 milhões para a ampliação do Terminal de Grãos Ponta da Montanha (TGPM), localizado no Porto de Vila do Conde, em Barcarena, de propriedade da Archer Daniels Midland (ADM). E o Banco da Amazônia (BASA) financiou R$ 78,6 milhões a Hidrovias Brasil, para a aquisição de 20 balsas graneleiras e 03 empurradores, para operar no transporte de grãos (soja e milho), na hidrovia Madeira-Tapajós.

> ✓ Dragagem e sinalização da hidrovia do rio Madeira;
> ✓ Terminais portuários em Porto Velho;
> ✓ Conclusão da pavimentação da BR-163/PA;
> ✓ Estrada de Ferro EF-170, Ferrogrão, entre Sinop e Miritituba;
> ✓ Terminais portuários em Miritituba (distrito de Itaituba);
> ✓ Conclusão da BR-158/MT;
> ✓ Recuperação das BR-158/PA e 155/PA;
> ✓ Derrocamento do Pedral do Lourenço, na hidrovia do Tocantins;
> ✓ Ramal ferroviário Água Boa (estado do Mato Grosso)-Campinorte (estado de Goiás);
> ✓ Pavimentação das BRs-242/MT, 080/MT e 080/GO;
> ✓ Conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) até Figueirópolis (estado do Tocantins);
> ✓ Terminais portuários em Vila do Conde;
> ✓ Ramal ferroviário Açailândia-Barcarena (denominada de Ferrovia Paraense); e,
> ✓ Com o objetivo de promover a integração regional sul-americana e criar uma alternativa de transporte para os Municípios mais setentrionais do Brasil, a implantação e pavimentação da BR-210/AP/PA/RR, cujos estudos de viabilidade se encontram em andamento (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 21-2).

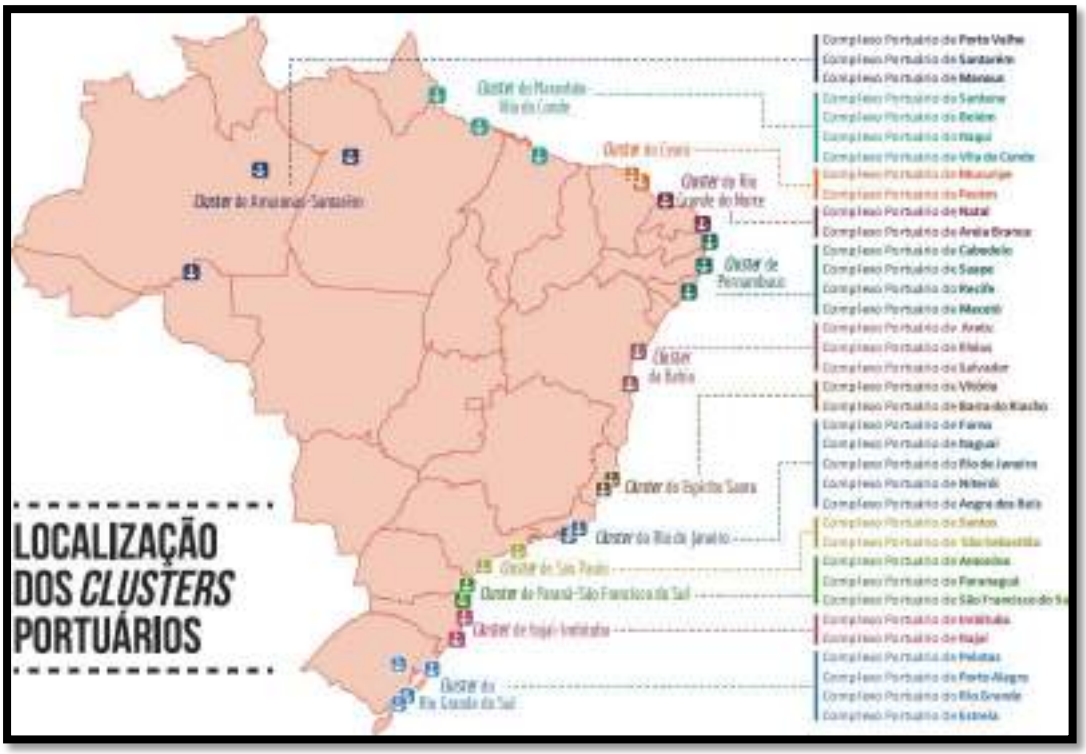
E ainda há, apesar de não está expresso literalmente no projeto “Arco Norte: um desafio logístico”, mas sim nas condições necessárias para sua reprodução, é a construção de hidrelétricas, no Rio Cupari, nos braços leste e oeste, em Rurópolis e no Rio Itapacurá, em Itaituba. Além do Complexo Hidrelétrico São Luiz do Tapajós que foi arquivado, em agosto de 2016, pelo IBAMA, que tem a perspectiva de reabertura de 2020 a 2022. E por fim, a hidrelétrica de Jatobá, no rio Tapajós, em Itaituba, em que Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aceitou os Estudos de Viabilidade da hidrelétrica de Jatobá, no rio Tapajós. Estudos conduzidos por um grupo formado por várias empresas do setor, composto: Eletrobras, Eletronorte, Camargo Corrêa S.A., EDF, Eletricité de France S.A., Cemig, Copel, GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., Endesa Brasil S.A., Neoenergia Investimentos S.A. e Consórcio Tapajós. Publicado no Diário Oficial da União, no dia 02 janeiro de 2018.

A prioridade e articulação desses investimentos, dialogando com Huertas (2010) e Martner-Peyrelongue (2014), deve-se ao fato de que:

> Os caminhos, as pontes, os portos, a pavimentação de uma via são elementos cuja capacidade reside exatamente em condicionar (ou ao menos estabelecer) as variáveis intrínsecas à fluidez territorial – intensidade, qualidade e natureza dos fluxos – que expressam o poder de definir e limitar a dinâmica dos agentes sociais (HUERTAS, 2010, 147).
> Na medida em que pode ser movido indistintamente por um caminhão, uma ferrovia ou um navio, ele evita as rupturas de carga nos terminais portuários ou interiores. Tais características tecnológicas permitem acelerar os fluxos de mercadorias e integrar efetivamente processos produtivos fragmentados no espaço. Nessa medida, permite articular os portos com regiões distantes do interior (MARTNER-PEYRELONGUE, 2014, p. 106).

O Arco Norte converge com dois os programas lançados, respectivamente, em 2015 e 2016, o II PNLP e o Programa de Parceria de Investimentos (PPI). No caso do PPI articula-se com: i) a concessão de duas áreas portuárias, Porto de Santarém, que compõe o Arco Norte: STM 04 – Terminal de Combustíveis em Santarém e STM 05 – Terminal de Combustíveis em Santarém, áreas já arrendadas, em março de 2017; e, ii) Ferrovia Sinop/MT - Mirituba/Itaituba/PA, conhecida como Ferrogrão, que envolve as principais *traders* agrícolas: Bunge, Cargill, ADM e LDC e com parceria com o grupo chinês Shanghai Pengxin[8]. O custo do empreendimento será de aproximadamente de 12,7 bilhões de reais. A estimativa das empresas é que 40% da produção de grãos e farelo de Mato Grosso sejam embarcados por essa linha. Já o II PNLP vem desenhar e denominar a alocação das cargas como *clusters* portuários (Figura 4):

Figura 4: Localização e distribuição espacial dos *Clusters* portuários.



Fonte: PNLP (2015, p. 35).

Os *clusters* que formam o Arco Norte são o *Cluster* do Amazonas-Santarém e o *Cluster* do Maranhão-Vila do Conde. Para PNLP (2015) considera-se *cluster* portuário como sendo conjunto de portos e terminais privados geograficamente próximos entre si. Essa

[8] Cabe salientar que o grupo chinês Hunan Dakang Pasture Farming (DKBA), unidade do grupo Shanghai Pengxin, comprou 53,99% das ações da Belagrícola. O valor do negócio não foi revelado, mas a empresa londrinense – possui negócios relacionados a comercialização de grãos e insumos – com faturamento de R$ 2,8 bilhões. O grupo chinês é o mesmo que, em 2016, havia comprado a Fiagril, companhia do mesmo ramo da Belagrícola. Comprou 57% na Fiagril por cerca de R$ 1 bilhão (US$ 286 milhões). A Fiagril possui sede em Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso.

definição foi tomada devido à semelhança de custos logísticos que incide entre portos próximos. Essas articulações do Arco Norte com diversos planos, lógicas e investimentos, principalmente para o agronegócio, configura-se, como uma proposta de ordenamento territorial, por meio da identificação, organização, antecipação espacial, regulações jurídicas e construção de fixos, portos, hidrovias, ferrovias.

As políticas portuárias correlacionam-se com o projeto Arco Norte, por meio do PAC e PNLP, que, aliás, os dois últimos estão articulados (CASTRO; 2012; 2016), constitui elemento fundamental, visando à integração produtiva, portando não reduzida a dimensão de integração física e sul-americana, através dos moldais e sistemas de comunicação e informação, da Amazônia. Mas, sobretudo, a integração produtiva financeira, ao mercado internacional financeiro, da *supply chain* de *commodieties*, ou seja, na rede logística de *commodieties,* particularmente agrícolas. Cabe destacar, segundo Ioris (2016a), que até 2019 o Brasil responderá por 40% do comércio mundial de grãos de soja e 73% de farelo de soja.

Segundo Rodrigues, Rodrigues e Castro (2014), os investimentos em terminais na Amazônia constituem ações que visam avanços na área de logística global, no armazenamento temporário nos terminais, pautado no modelo *Just-in-time*, para barateamento de remessas. Assim possibilitaria uma sincronização suave entre modos de transporte, transportadores e serviços de logística, por consequência, a sincronização entre operações marítimas/lacustres e de transporte terrestre. Assim a modernização, concessão e construção de terminais privados vão além da integração física nacional e internacional e defesa do território amazônico, inserem-se na lógica do aumento dos fluxos de mercadorias, a captura de capitais, a fluidez nas relações de trocas e a inserção ao processo de expansão do capitalismo financeirizado.

A formação desses novos corredores de exportação, Arco Norte, fortemente organizados e apoiados pelas políticas públicas municipais, estaduais e federal vem se configurando como “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2015), pelos grandes *trading companies*, que acabam por contribuir significativamente: (1) na diferenciação interna do uso do solo e da estrutura da propriedade, especulação fundiária (IORIS, 2016b) e na financeirização do espaço; (2) incorporação de terras, fronteira agrícola de grãos, milho e soja, e desmatamento; (3) desterritorialização de povos tradicionais; (4) conflitos territoriais entre garimpeiros, latifundiários, indígenas e povos tradicionais como todo; e, (5) violação de direitos sociais e étnicos, ao não respeitarem as consultas prévias e ao direito de povos decidirem o futuro dos seus territórios e tradições.

Essa “monopolização do território” e contradições, por meio de *trading companies* agrícolas, já se manifestam no Oeste do Pará, no município de Itaituba:

1) Inchaço populacional, a população está estimada, entre 130 a 140 mil habitantes, sendo que o IBGE estima que seria de 98.523, em 2017. Crescimento decorrente da mobilidade de trabalhadores em busca de emprego em canteiro de obras dos portos, sobrecarregando, sobretudo, o sistema educacional e de saúde;
2) Destruição de sítios arqueológicos;
3) Desmatamento nas áreas direta, indiretamente afetadas e em áreas que não estavam nessa categorização;
4) Assoreamento de igarapés, como o Igarapé de Santo Antônio;
5) Apropriação privada de estradas e ruas, pelos caminhões;
6) A formação de nuvens de poeira e barulhos decorrentes da circulação de caminhões, que tendem a prejudicar a reprodução de espécies da fauna local, principalmente de aves, já que as mesmas são muito sensíveis a ruídos; impactos negativos que prejudicam a fotossíntese, portanto o crescimento e a formação das copas e ramos de árvores, devido à deposição de poeira nas folhas das árvores e plantas;
7) Ocorrência de conflitos territoriais e ambientais,em comunidades de Itaituba, principalmente relacionados ao uso de recursos naturais coletivos, uso de espaços públicos e recursos pesqueiros;
8) O não cumprimento das condicionantes ambientais, emprego, por exemplo, pelos agentes portuários privados, consequentemente produzindo uma “exército de desempregados”;
9) A proibição da atividade pesqueira, na frente ou no percurso dos portos, sob justificativa de se estabelecer uma área de segurança;
10) Interferência no conforto ambiental, com a perda de quietude, da tranquilidade da população rural, com a circulação de caminhões graneleiros;
11) Injustiça ambiental, com tratamento injusto principalmente com relação às informações sobre empreendimentos e a tomadas decisões-deliberativas pela população de Itaituba, em relação ao desenvolvimento, aplicação das leis, regulamentos e políticas;
12) Aumento de todos os tipos de violência, doméstica, no trânsito, por dívidas, e a sensação de medo e insegurança, particularmente no distrito de Miritituba (Figura 5);
13) Prostituição e tráfico de drogas;
15) “Cooptação” (particularmente via silêncio) de instituições de ensino superior, principalmente do Oeste do Pará, como forma de blindagem as críticas e aos questionamentos (RODRIGUES, 2017); e,
16) Desrespeito aos territórios dos povos tradicionais e violação do direito à consulta prévia, livre e informada, sobretudo porque segundo a convenção nº 169/OIT (promulgada pelo Brasil, por meio do Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004), no artigo 7: Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Figura 5: Notícias de Jornais sobre aumento da violência em Itaituba, Pará, 2017

Fonte: http://www.radioligacao.com.br

Fonte: http://blogdojuniorribeiro.blogspot.com.br

Além disso, acidentes e mortes nas rodovias Transamazônica e na Br-163, parte da rodovia que compõe Itaituba, envolvendo carretas, de soja e milho, e carros e motociclistas (Figura 6).

Figura 6: Acidente de carretas (de soja e milho) e carro, Rodovia Transamazônica

Fonte: Jondison Rodrigues, 19 de junho de 2017.

Esses complexos portuários graneleiros significariam, a expressão e resultado de territorialização de dinâmicas territoriais circunscritas à escala regional e com conexões aos

circuitos globais financeiros, com a preponderância/protagonismo do Estado como agente territorial, mediador, regulador, jogador e organizador político do jogo.

Considerações Finais

O território brasileiro, especialmente amazônico, desde o início do século XXI, vem passando por uma série de múltiplas e complexas transformações; resultado da expansão de agentes econômicos transnacionais e estratégias de planejamento estatal, tendo o Estado brasileiro como protagonista dessas intervenções na região. Esse planejamento estatal brasileiro seriam arquiteturas de planejamento que se alinha, sintoniza-se, à política territorial federal, imerso no PAC; seria um projeto que supostamente abriria "oportunidades de negócios, novos empregos e ampliação da capacidade de produção no Estado (do Pará), além de garantir competitividade e diminuição de custos" (SEP, 2016) e transformaria em um "projeto nacional que pense o país de maneira contínua, coesa e articulada" (HUERTAS, 2013, p. 190). Contudo, essas estruturações para formação de corredores de exportação de *commodities*, principalmente agrícolas, são uma forma uma de integração territorial, econômica e financeira, alimentando investimentos especulativos lucrativos, de bancos e multinacionais. Conectando assim o Brasil e o agronegócio aos circuitos globais, ao mercado internacional, da *supply chain* de *commodieties*

O Arco Norte aponta isso, no documento "Arco Norte: um desafio logístico", produzido em 2016. Ele se configura como um projeto do Estado para e com o agronegócio, com uma racionalidade e uma lógica do grande sociometabolismo produtivo e financeiro, isto é, uma lógica distante que se implanta no território (FREDERICO, 2013). O projeto Arco Norte seria uma espécie de modernização, territorial, institucional e política; uma busca de fabricação de uma "hiperfluidez associada à conformação de redes de articulação territorial sobre o espaço global" (MARTNER-PEYRELONGUE, 2014, p. 109).

Além disso, o projeto Arco Norte, carrega consigo, por meio da lógica e práticas, um projeto autoritário e não dialógico e promovedor de violações de direitos humanos e étnicos. No caso de um projeto autoritário e não dialógico, com falta de participação social, exemplifica-se, no encontro do I Fórum de Debate, A Logística voltada para o Arco Norte, ocorrido em Santarém-Pará, dia 24 de Junho de 2016. A reunião foi marcada pela presença de somente políticos e empresários. Já no II Fórum de Debate, A Logística voltada para o Arco Norte, em Barcarena, dia 02 de dezembro de 2016, a participação social deu-se como expectador, sem qualquer ação deliberativa e indicativa de redesenho do projeto.

A respeito das violações, cabe destacar que nas regiões, do projeto do Arco Norte, há e vivem povos tradicionais, assim sendo e dialogando com o Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho -

OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Artigo 7º: os “povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente”. O Estado por meio do projeto Arco Norte, comete violações, como também intensifica ainda mais, com políticas espoliativas; isso em virtude do Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017. Decreto que busca regular a exploração de portos organizados e instalações portuárias, no qual a União pode ceder, expulsando populações e povos tradicionais, para construção de instalações portuárias: Art. 46, do Decreto: “Ato conjunto dos Ministros de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os procedimentos para cessão de áreas públicas da União, com vistas à implantação de instalações portuárias”.

O Arco Norte é uma compactuação com o agronegócio como forma de jogar segundo os ditames da globalização/mundialização de trocas, financeirização econômica, do Efeito China e dos Blocos Econômicos, principalmente os BRICS; ao custo do bem-estar das populações locais que já carregam um grande passivo social histórico, produzido, de inúmeras empresas que profetizaram apoiar o desenvolvimento local, com geração de emprego, renda e inclusão social, da região amazônica, como a Vale, a Albrás/Alunorte, hoje Norsk Hydro, a Biopalma/Vale, a Agropalma, a Alcoa, a Imerys, a Mineração Rio do Norte, a Cargill, a Bunge. Contudo, tais projetos, ampliaram as desigualdades sociais, conflitos fundiários, trabalho escravo, superexploração do trabalhador, etnocídio e degradação ambiental nas cidades, por exemplo, de Barcarena, Santarém, Oriximiná, Ipixuna do Pará, Ourilândia do Norte, Tomé-Açu, Moju, Acará, Paragominas, Parauapebas e Canãa dos Carajás. E agora drenam as riquezas e produzem transformações, violências e degradação socioambiental, em Itaituba e Rurópolis, no Oeste do Pará.

Referências

AGUIAR, D. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul**: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Actionaid/FASE, 2017.

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Anúncios Públicos**. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/AnunciosPublicos.asp>. Acesso em: 30 dez 2016.

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Desempenho do setor aquaviário 2016**. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-Anu%C3%A1rio-Estat%C3%ADstico-2016.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

ARROYO, M. M. Flujos mercantiles y la división territorial del trabajo en Brasil. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 55, n.11, p. 155-172, 2014.

ARRUDA, Z. A. Espacialização da "Logística" como Fato de Organização Produtiva do Território Mato-grossense. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos (Baru)**, v. 2, n. 2, p. 219-246, 2016.

BORON, A. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento:** Volume IV – Estudos Prospectivos - Escolhas Estratégicas. Brasília: MP, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Arco norte**: o desafio logístico. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2016.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, v. 09, n. 18, p. 17-26, 2010.

CASTRO, E. M. R. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Org.). **Amazônia** - região universal e teatro do mundo. São Paulo/Belém: Globo, 2010. p. 105-122.

CASTRO, E. M. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. **Caderno CRH**, v. 23, n. 64, p. 45-61, 2012.

CASTRO, E. M. R. Política nacional de infraestrutura para a Amazônia renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. In: ARAGÓN, L. E.; STAEVIE, P. M. (Org.). **Desenvolvimento, Integração e Conservação da Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2016. p. 241-256.

CASTRO, E. M. R.; et al. Megaprojetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. In: CASTRO, E.; FIGUEIREDO, S. (Org.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. p. 12-42.

CASTRO, N. R.; LAMY, P. A Desregulamentação do setor transportes: o caso do subsetor portuário. **Texto Para Discussão**, n. 284, p.1-45, 1992.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

FREDERICO, S. **Modernização da agricultura e uso do território**: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas de Cerrado. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP**, v. 33, p. 46-61, 2013.

FUENMAYOR, J. Política pública en América Latina en un contexto neoliberal. **Cinta moebio**, n. 50, p. 39-52, 2014.

GOBBI, G.; CARRARO, I. R.; FURLAN, J. Análise do setor portuário brasileiro: deficiências, transformações e melhorias. **Espacios (Caracas)**, v. 36, n. 5, p. 5-20, 2015.

GOULARTI-FILHO, A. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 455-482. 2007.

GOULARTI-FILHO, A. Estado, transportes e planejamento no Brasil: a atuação do GEIPOT na formulação de políticas públicas para os transportes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 3, p. 228-258, 2016.

HUERTAS, D. M**.** O papel dos transportes na expansão recente da fronteira agrícola brasileira. **Revista Transporte y Territorio**, v. 3, p. 145-171, 2010.

HUERTAS, D. M. Fluidez territorial em áreas de expansão da fronteira agrícola no período da globalização. **Geousp**, v. 33, p. 60-75, 2013.

IORIS, A. A. R. Agribusiness in Brazil: the narrative drives on. **Revista NERA**, v. 19, n. 33, p. 139-154, 2016a.

IORIS, A. A. R. Rent of agribusiness in the Amazon: a case study from Mato Grosso. **Land Use Policy**, v. 59, p. 456-466, 2016b.

IPEA; ASSECOR. **Brasil 2035**: cenários para o desenvolvimento. Brasília: IPEA/ASSECOR, 2017.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Exportações de soja e milho pelos portos do Arco Norte cresceram quase 54% em 2015**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/02/exportacoes-de-soja-e-milho-pelos-portos-do-arco-norte-cresceram-quase-54porcento-em-2015>. Acesso em: 2 dez 2016

MARTNER-PEYRELONGUE, C. Articulación territorial de los puertos mexicanos em el contexto de cadenas produtivas globalizadas. **Diseño y Sociedad**, [s.n], p. 1-8, 2004.

MARTNER-PEYRELONGUE, C. O Porto como Nó de Articulação entre os Âmbitos Local e Global. **Espaço Aberto**, v. 5, n. 2, p. 101-122, 2014.

MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.

MONIOS, J., WILMSMEIER, G. Between path dependency and contingency: new challenges for the geography of port system evolution. **Journal of Transport Geography,** v. 51, p. 247-251, 2016.

MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores Logísticos Estratégicos**: Complexo de Soja e Milho. Brasília: MTPA, 2017a.

MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Anuário Estatístico de Transportes 2010 – 2016**. Brasília: MTPA, 2017b. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/images/2017/Sum%C3%A1rio_Executivo_AET_-_2010_-_2016.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

NG, A. K. Y.; PADILHA, F.; PALLIS, A. A. Institutions, bureaucratic and logistical roles of dry ports: the Brazilian experiences. **Journal of Transport Geography**, v. 27, p. 46-55, 2013.

OLIVEIRA, W. B.; LIMA, L. C. Os portos e fluxos no meio técnico-científico-informacional: o caso do Porto de Fortaleza. **Caderno de Geografia**, v. 26, n. 46, p. 597-614, 2016.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp**, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

PNLP. **PNLP 2015- Plano Nacional de Logística Portuária** - relatório de metodologias. Brasília: SEP, 2015.

ROBINSON, R. Ports as elements in value-driven chain systems: the new paradigm. **Maritime Policy & Management***,* v. 29, n. 3, p. 241-255, 2002.

ROCHA, C. H.; BRITTO, P. A. P. Project Finance and Concession Pricing Models: An Application to Brazilian Ports. **Latin American Business Review**, v. 16, n. 2, p. 127-141, 2015.

RODRIGUES, J. C. **Portos no Rio Tapajós**: Arco de desenvolvimento e justiça social. Rio de Janeiro: IBASE, 2017 (Cartilha).

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. A produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará: lógicas e contradições das políticas públicas. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, p. 1-21, 2015a.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Política Pública Portuária e ajuste fiscal de 2015 no Brasil. **Espacios (Caracas)**, v. 36, n. 22, p. 1-20, 2015b.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Política territorial no Oeste do Estado do Pará: identificação, análise e relação da política pública portuária do município de Itaituba. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 10, n. 1, p. 27-43, 2016.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C.; CASTRO, E. M. R. Transporte hidroviário, portos e terminais interiores na Amazônia brasileira: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. **Geo UERJ**, v. 1, n. 25, p. 115-137, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SEP – Secretaria Especial de Portos. **Terminais de Uso Privado**. Disponível em: <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/terminais-de-uso-privado>. Acesso em: 30 dez 2016.

SILVEIRA, M. R. Infraestruturas e Logística de transportes no processo de integração econômica e territorial. **Mercator**, v. 12, n. 2, p. 41-53, 2013.

SOUZA, V. H. P.; SILVEIRA, M. R. Integração territorial na América do Sul: uma análise dos projetos de infraestrutura dos portfólios da IIRSA/COSIPLAN. **Cadernos Prolam**, v. 13, n. 25, p. 137-156, 2014.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.

THEIS, I. M. Desenvolvimento desigual e planejamento regional no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 131, p. 79-97, 2016.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L.; RISCHBIETER, I. L. K.; LINDER, M. C. ; VARGAS, D. B. O cavalo de Troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 120, p. 33-50, 2011.

VALE, L. Prefácio. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Arco norte**: o desafio logístico. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2016. p. 9-10.

VELASCO, L. O. M.; LIMA, E. Navegação de cabotagem no brasil. **Informe Infra- Estrutura**, BNDES, n. 10, p. 1-5, 1997.

VIEIRA, M. **Safra de soja e milho será submetida "a raio-x" de profissionais do campo**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/03/08/internas_economia,852505/safra-de-soja-e-milho-sera-submetida-a-raio-x-de-profissionais.shtml>. Acesso em: 16 maio 2017.

XIAO, Y.; et al. An Analysis of the Dynamics of Ownership, Capacity Investments and Pricing Structure of Ports. **Transport Reviews: A Transnational Transdisciplinary Journal**, v. 32, n. 5, p. 629-652, 2012.

ZONDAG, B.; et al. Port competition modeling including maritime, port, and hinterland characteristics. **Maritime Policy & Management**, v. 37, n. 3, p.179-194, 2010.

Sobre o autor

Jondison Cardoso Rodrigues – Graduação em Ciências Naturais – habilitação em Química pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará; Doutorado em andamento em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

RODRIGUES, Jondison Cardoso O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.202-228 , Dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 01 de outubro de 2017
Devolvido para a revisão em 05 de dezembro de 2017
Aceito para a publicação em 07 de janeiro de 2018

Água, conflitos e política ambiental na Amazônia legal brasileira

Shirley Capela Tozi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: shirleytozi@usp.br

Abraão Levi Mascarenhas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pará, Brasil
E-mail: abraaolevi@hotmail.com

Ricardo Reis Pólen
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: ricardopolen@gmail.com

Resumo

Os grandes desastres ambientais nas diversas áreas do mundo, em virtude das intervenções humanas, para o avanço do capitalismo, trouxeram à tona as discussões sobre os recursos naturais, no que se refere à quantidade e qualidade, e a relação sociedade-natureza. As diferentes formas de se apropriar dos recursos naturais e a não conformidade dos usos nas diferentes sociedades podem gerar conflitos. Na maioria das vezes o conflito é gerado em função da escassez de recursos naturais. Mas e na Amazônia, que é rica em recursos naturais, por que o conflito pode acontecer? O presente artigo tem por objetivo geral discutir a questão da política ambiental inserida no contexto água-recurso hídrico na Amazônia Legal e a os fatores geradores de Conflitos por água. Os dados utilizados sobre conflitos de água na Amazônia legal foram extraídos dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra para os anos de 2007 à 2015, possibilitando construir representações espaciais dos conflitos. O referencial teórico sobre política, questão ambiental e água é essencial para desvendar as questões geradoras de conflitos por água na região da Amazônia Legal. Acredita-se que a gestão negociada é um elemento para equalizar os impactos sociais do uso da água no Estado e na Amazônia Legal.

Palavras-chave: água; conflitos; Amazônia legal.

Water, conflicts and environmental policy in the Brazilian legal Amazon

Abstract

The great environmental disasters in the various areas of the world, because the human interventions, for the advancement of capitalism, have brought to the fore the discussions about natural resources in terms of quantity and quality and the relationship between society and nature. The different ways of appropriating natural resources and the non-conformity of uses in different societies can generate conflicts. Most of the time the conflict is generated because the scarcity of natural resources. But what about the Amazon, which is rich in natural resources, why conflict can happen? The main objective of this article is to discuss the environmental policy in the context of water and water resources in the Legal Amazon and the factors that generate Water Conflicts. The information used on water conflicts in the legal Amazon were extracted from the reports of the Comissão Pastoral da Terra for the years 2007 to 2015, making it possible to construct spatial representations of conflicts. The theoretical reference on politics, environmental issue and water is essential to unravel the issues that generate conflicts over water in the Legal Amazon region. It is believed that negotiated

management is an element to equalize the social impacts of water use in the State and in the Legal Amazon.

Key-words: Water; conflicts; Legal Amazon.

L’Eau, les conflits et politique environnement dans l'Amazonie légale brésilienne

Abstrait

Les grand catastrophes environnement dans les différentes régions du monde, dues aux interventions humaines, pour le progrès du capitalisme, ont mis en évidence les discussions sur les ressources naturelles, en termes de quantité et de qualité, et la relation entre la société et la nature. Les différentes manières d'appropriation des ressources naturelles et la non-conformité des usages dans différentes sociétés peuvent générer des conflits. La plupart du temps, le conflit est généré en raison de la rareté des ressources naturelles. Mais qu'en est-il de l'Amazonie, qui est riche en ressources naturelles, pourquoi un conflit peut-il se produire? L'objectif principal de cet article est de discuter de la politique environnementale dans le contexte des ressources en eau et en eau dans l'Amazonie légale et des facteurs qui génèrent des conflits de l'eau. Les données utilisées sur les conflits de l'eau dans l'Amazonie légale ont été extraites des rapports de la Commission foncière pastorale pour les années 2007 à 2015, permettant de construire des représentations spatiales des conflits. La référence théorique sur la politique, l'environnement et l'eau est essentielle pour éclaircir les problèmes qui génèrent des conflits sur l'eau dans la région amazonienne légale. On pense que la gestion négociée est un élément permettant d'égaliser les impacts sociaux de l'utilisation de l'eau dans l'État et dans l'Amazonie légale
Mots clés: Amazonie, ressources en eau, cartographie.

Mots-clés: L’Eau; conflits; l’Amazonie légale.

Introdução

Vetores que impulsionam encontro de visões de natureza e visões de sociedades estão permeando as políticas de ocupação na Amazônia legal brasileira desde as primeiras estratégias de ocupação dessa vasta região, que sempre foi cenário de (des)encontros das políticas territoriais pensadas à integração junto ao cenário Nacional. Recentemente, as políticas ambientais e as políticas estruturantes que envolvem a gestão dos recursos Naturais possibilitam novas análises sobre os sujeitos que habitam, vivem e se reproduzem na região em tela.

O desenvolvimento de projetos de colonização, construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, hidrovias e a chegada da agricultura monocultura capitalista cria um novo cenário de disputas pelos recursos naturais. No presente artigo, optou em analisar conflitos de água nas áreas rurais na Amazônia Legal no sentido de estabelecer relações entre projetos de desenvolvimento e população local. O balanço das políticas ambientais do ponto de vista conceitual torna-se essencial no contexto dos conflitos, pois as normas institucionais surgem como elemento aglutinador de interesses diversos sobre o uso dos recursos hídricos.

Outro elemento importante é o uso da cartografia, que permite de forma representativa espacializar e localizar as áreas de maior intensidade de conflitos definindo as unidades da federação de maior ou menor quantidades de conflitos. Os recursos da cartografia temática tornaram-se essenciais na demonstração desse fenômeno.

O desenvolvimento de uma fronteira ainda em movimento como a da Amazônia gera conflitos ambientais e movimentos por justiça ambiental, já que políticas públicas territoriais guardam em seu interior contradições da própria política (MELLO-THÉRY, informação verbal[1])

Procedimentos metodológicos

A representação espacial é um recurso importante na espacialização dos dados geográficos, pois nela encontra-se, de forma simples, um modelo complexo da realidade retratada em uma tradução gráfica. Em escala de Amazônia, optou-se no presente artigo o uso de gráficos sobrepostos aos limites dos estados que fazem parte da Amazônia Legal.

Os arquivos *shapefiles* foram fornecidos pelo banco de dado do IBGE (2010), do qual possibilitou usar a tabela de atributo do próprio arquivo para acrescentar os totais de conflitos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), para os anos de 2007 a 2015, ou seja, os dados de nove anos de conflitos relacionado a água.

Os Softwares utilizados para a produção dos cartogramas foram o *Philcarto* e sua extensão *shapeSelect*, o uso desse último permite a manipulação dos dados contidos na tabela dos shapefiles, depois de processar as informações no *Philcarto* migrou-se o arquivo para o formato *.emf que permite a sua leitura em programas gráficos que utilizam a linguagem de vetores bidimensionais (Adobe Illustrator CC, *Inkscape, Coreal Draw, etc.)*. Lançamos mão do software Corel Draw, pois esse programa nos permite manipular vetores e organizar legendas, gráficos, cores entre outros recursos.

Aceitando que os conflitos por água na Amazônica legal são fenômenos capazes de ser representados, optamos pela representação qualitativa-quantitativa das variáveis visuais, possibilitando representar evolução ou variação dos conflitos para as séries temporais, conforme os pressupostos da cartografia temática de Menezes e Fernandes (2013); Jolly (1990); Fitz (2008); Martinelli (2003); Duarte (2002), das quais nos permitiu uma variação de cores para os anos (qualitativa) e para retratar a proporcionalidade dos dados entre grupos de três em três anos optamos pelo uso dos gráficos.

[1] MELLO-THÉRY, aula ministrada na disciplina Políticas Territoriais e Gestão Ambiental do Programa de Pós-Graduação, em nível de Doutorado, em Geografia Humana DINTER USP-Unifesspa/Ufopa/IFPA, ministrada em 27 jun. 2017.

Os aportes da cartografia temática em Théry; Mello-Théry (2012), usando de análise estatística como método de investigação e interpretação dos conflitos na Amazônia Legal pensado como interações das disparidades regionais focados no método de círculos proporcionais com informações quantitativas (ARCHELA; THÉRY, 2008).

A importância que o conceito de Conflito aparece no presente trabalho como aquele de Acselrad (2004), onde as práticas espaciais e o meio ambiente são contestados dentro das formas materiais e simbólicas e, expressas por tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimentos.

As políticas públicas aparecem como uma ação cheia de intencionalidade em longo prazo, essas dentro do processo de implementação carecem, periodicamente, de avaliações dentro do aparelho de Estado. (MELLO-THÉRY, 2011).

Politicas ambientais no contexto brasileiro

A preocupação com a questão ambiental nem sempre esteve entre as prioridades dos governos nos mais diversos países do mundo, e o Brasil não esteva aquém desse fato. Somente no final do século XX que se pôde vivenciar a criação de políticas públicas sérias voltadas para a prevenção de acidentes ambientais, sendo esta uma característica de adequada gestão ambiental.

Até aproximadamente meados do século XX, pouco se conhecia sobre as relações do crescimento econômico e a degradação ambiental, e pouca importância se dava a isso. Não se pode dizer que não havia preocupações com a questão ambiental neste período, mas sim, que ela não era prioritária para a sociedade, governos, ciência e empresas.

Os grandes desastres ecológicos ocorridos a partir das três ultimas décadas do século XX, serviram para direcionar a atenção de governos e empresários sobre a real necessidade de mudança ética em relação ao meio ambiente. Sabemos que os problemas ambientais continuam ocorrendo em todo o mundo, mas, provavelmente, seriam maiores se os governos não tivessem criado normas e instrumentos legais para regulamentar as ações consideradas impactantes ao meio ambiente.

> Foi somente no século XX que a preocupação com o meio ambiente resultou, no Brasil, na elaboração e implementação de políticas públicas com caráter marcadamente ambiental, especialmente a partir da década de 1970, quando aumenta a percepção de que a degradação do planeta podem ter efeitos irreversíveis e catastróficos (BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 27).

A mundialização da problemática ambiental teve como consequência o reforço da legislação internacional sobre o meio ambiente. Os países intensificaram as discussões sobre

a escassez dos recursos naturais e a necessidade de conservá-los. Como exemplos, citamos a Conferência de Estocolmo (1972), a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), a Conferência Rio-92 (1992) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992).

Embora tenhamos percebido que a proteção de recursos naturais, como as florestas e a água, esteve entre as preocupações dos povos antigos, foi somente a partir do início do século XX, com a globalização da problemática ambiental, que a proteção do meio ambiente foi disseminada (CUNHA, 2009).

A dificuldade da Constituição Federal brasileira em estabelecer regulamentações mais efetivas sobre o meio ambiente, devido às especificidades de alguns casos, favoreceu a promulgação de leis do tipo ordinária, como é o caso da Lei Federal n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) ou da Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, intitulada Lei de Crimes Ambientais. Uma lei ordinária ou lei infraconstitucional é regulamentada por um decreto, como o Decreto n° 99.274/90, que regulamentou a PNMA ou o Decreto n° 3.179/99 que dispõe sobre a Lei de Crimes Ambientais (MMA, 2008).

A Política Nacional de Meio Ambiente é o conjunto de instrumentos legais, técnicos, científicos, políticos e econômicos instituídos de modo sistêmico. Seu objetivo é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental necessária à vida, com vistas a assegurar no Brasil condições propícias ao "desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana atendida os diversos princípios que elenca, todos eles voltados à proteção ambiental com intuito de consolidar uma sadia qualidade de vida" (MMA, 2008, p.02).

Dentre os diversos componentes discutidos a respeito das políticas ambientais, sejam elas no mundo ou no Brasil, que têm crescente importância nas agendas políticas de diversos países, se destaca a questão da disponibilidade de água doce e potável para uso humano, industrial ou agrícola. E o Brasil se destaca nesse aspecto, pois possui a maior disponibilidade de água do mundo. De acordo com Bassoi; Guazelli (2004)

> O Brasil possui a maior disponibilidade de água do mundo. Chega a 13,8% do deflúvio médio mundial. Vale lembrar que esse recurso é mal distribuído entre as cinco regiões brasileiras. Há uma inversão entre a disponibilidade de água e a população absoluta. Na Região Norte onde vivem apenas 7% dos brasileiros estão dispostos cerca de 68% dos recursos hídricos do país, enquanto no Sudeste aproximadamente 43% da população absoluta do Brasil disponibiliza apenas 6% desses recursos. (BASSOI; GUAZELLI, 2004, p.26)

Nesse contexto, a região norte, onde se encontra a maior parte da Amazônia brasileira passa a ter papel de destaque no cenário nacional e global uma vez que concentra algumas das maiores bacias hidrográficas do mundo, contribuindo para o desenvolvimento

econômico brasileiro em virtude do seu enorme potencial de geração de energia hidrelétrica. Destaca-se as populações tradicionais cujo devir está relacionado as águas dos rios, relacionando tradições culturais e em consequência, relações econômicas. Além disso, o mundo atual que se encontra cada vez mais com uma carência de água potável em virtude do mau uso pelos diversos setores da sociedade moderna, o que têm proporcionado uma crescente escassez desse recurso em vários países e regiões. Dada a crise hídrica que se consolida em nível global, a água deixará de ser tratada como um bem comum e se tornará um bem econômico. Tal como coloca a lei 9433/1997. Assim, como Becker (2004) indica, a Amazônia passa a ser, no novo âmbito global, a grande fronteira do capital natural. Diante desse fato, alterou-se o significado da Amazônia, com uma valorização estratégica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural, sobretudo as florestas a mega diversidade e a água (BECKER, 2007).

Sendo uma região com uma crescente importância geopolítica no espaço mundial, principalmente a partir da 2ª metade do século XX, a Amazônia mostra-se cada vez mais multifacetada, principalmente em virtude das complexas realidades coexistentes na mesma.

Embora na ótica de Becker (2007) ainda sendo uma fronteira não plenamente estruturada e por isso geradora de realidades novas a Amazônia caracteriza-se cada vez mais como um espaço com uma dinâmica regional própria, pois as últimas décadas, e mais intensamente os últimos 50 anos, têm sido de grandes transformações para a mesma. Transformações estas que a elevaram ao posto de região altamente estratégica no cenário internacional.

> Não se trata mais do domínio das instituições governamentais, nem tanto da expansão territorial da economia e da população nacionais, mas sim de forças que, embora anteriormente presentes, têm uma forte e diferente atuação nas escalas global, nacional e regional/local, configurando verdadeiras fronteiras nesses níveis, pois que geradores de realidades novas. (BECKER, 2007, p. 20)

Percebe-se a partir desta constatação o caráter de espaço em constante transformação e que se define como uma nova fronteira aberta a múltiplas realidades. A coexistência de várias fronteiras na Amazônia remete-se ao fato de haverem inúmeras realidades e diversos atores coexistindo na mesma.

Segundo Becker (1997),

> A fronteira no final do século XX tem novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob o comando de uma nova dimensão de capitais envolvidos: a) Já nasce heterogênea (...); b) Já nasce urbana (...); c) o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos infra-estruturais (BECKER,1997, p. 10).

Nas palavras de Thery (2005),

> A Amazônia está, portanto, vivendo um momento de mutações, o qual transforma até as suas dimensões. Não no sistema métrico, onde ela mantém os milhões de metros cúbicos de água, de quilômetros quadrados de florestas e de milhões de espécies ainda desconhecidas, que fazem dela uma das principais zonas de biodiversidade do planeta. Mas na métrica mais sutil do peso demográfico, econômico e social, na topologia dos transportes, onde o tempo de percurso conta mais do que o espaço bruto, e as ligações efetivas mais do que as proximidades (THÉRY, 2005, p. 46).

Não podemos esquecer que a região em questão possui uma somatória dos recursos que se caracterizam como altamente estratégicos para qualquer nação e até mesmo para a segurança do planeta neste início de século. Primeiro: a questão do espaço territorial, pois a Amazônia corresponde a 1/20 da superfície do planeta e mais de 40% do território da América do Sul. Segundo: o fato de possuir as maiores reservas de água doce disponíveis no mundo, correspondendo a 17% de todo esse recurso[2]. Terceiro: a mega diversidade biológica constitui-se em outro valor estratégico, pois a Amazônia possui milhões de espécies animais e vegetais que proporcionam enormes possibilidades de desenvolvimento de novas tecnologias e a chamada biotecnologia. Isso sem falar em outras tantas ainda não conhecidas ou catalogadas. Em quarto lugar, podemos caracterizar a sua imensa floresta tropical que sozinha representa 1/3 de todas as florestas latifoliadas do planeta e que se torna alvo dos interesses internacionais não só pela sua já citada biodiversidade, mas, principalmente, neste momento de intensa preocupação com relação ao aquecimento global e a possibilidade de resgate do carbono e retenção de outros gases estufa que a floresta poderia proporcionar, pois o mercado de carbono encontra-se altamente aquecido e por isso mesmo manter a floresta em pé torna-se uma opção mais atrativa.

Dessa forma, nos dizeres de Pinto (2002):

> Todos os cálculos econômicos de futuro incluem o fator amazônico como relevante, sobretudo para setores de ponta: a biotecnologia, a engenharia genética, a tecnologia de novos materiais, o controle da poluição e, naturalmente, refúgios de vida selvagem, cada vez mais vitais para a sobrevivência da humanidade, ou a manutenção de seu ciclo de evolução e progresso (PINTO, 2002 p. 33).

Esses são apenas alguns dos vários fatores estratégicos na região que a tornam nova(s) fronteira(s) atrativa e cobiçada a partir da lógica dos mercados, com o chamado capital natural, e as enormes possibilidades de mercantilização da natureza, com os novos mercados que se abrem com a viabilização deste capital natural, como o mercado do ar, o mercado da vida e o mercado da água.

[2]Vale lembrar que assim como o petróleo no século XX, a água está se tornando um dos principais recursos estratégicos neste início de século XXI.

Nesse caso, a água passa a adquirir valor econômico em função de sua contribuição para um grande número de atividades produtivas e industriais. A Amazônia assume, assim, uma posição internacional de forte cunho geopolítico. Nesta perspectiva, Barros explica que,

> Por apresentar um território muito amplo e uma disponibilidade hídrica superior a de muitos países, a Bacia Amazônica Brasileira se transforma num local estratégico de valor econômico e social, que perpassa pelo entendimento de que a referida bacia é primordial a sobrevivência da biodiversidade da Amazônia e, consequentemente, do mundo [...] alterou- se o significado da Amazônia, com uma valorização estratégica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural, sobretudo as florestas, a megadiversidade e a agua. (BARROS, 2006, p.110)

De acordo com toda essa lógica, Becker (2007) conclui que:

> Enfim, a Amazônia adquiriu uma nova escala como região efetiva do país. Nesse processo de conflitos e mudanças, foram elaboradas geopolíticas de diferentes grupos sociais e, fato novo na região, resistências à sua livre apropriação por forças externas, tanto em nível da construção material quanto da organização social, que influem no seu contexto atual (BECKER, 2007, p.20).

Observa-se que mesmo após décadas de intensa intervenção governamental, do grande capital, nacional e multinacional e seus grandes projetos para a Amazônia ocorreu também à formação de atores sociais que discordam do discurso oficial e buscam explorar a região a partir de uma visão endógena da mesma, ou seja, explorar, pesquisar, usufruir dos recursos da Amazônia de acordo com a lógica dos interesses dos amazônidas, principalmente a partir da década de 1990, conforme Mello-Théry (2011):

> Houve uma mudança da visão externa para a interna e ressalta que a desregulação se manifesta em termos de política territorial com novos recortes (com a multiplicação de áreas reservadas) e com novos atores (as ONG) que contribuem para definir e implementar esta política, em função de sua luta pela demarcação de áreas a serem protegidas, mas igualmente por seus recursos. (MELLO-THÉRY, 2011, p. 153)

Esse fato torna-se viável em virtude de que no final do século XX consolidou-se o processo de globalização e, com ele, se abriu novas possibilidades para a Amazônia com a interconexão não só da economia e das finanças, mas também das arenas política, nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado e a revalorização da natureza (BECKER, 2004, p.33). Esse fato fortalece o surgimento de novos atores sociais e dá maiores possibilidades aos atores sociais tradicionais a partir de: uma maior conectividade; uma nova estrutura econômica como processo de industrialização; um intenso processo de urbanização regional; uma mudança na estrutura da sociedade regional envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade; e a implantação de uma malha socioambiental que representa uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais.

Entretanto, mesmo com todas essas novas possibilidades que se abrem para a crescente importância da Amazônia e as ações governamentais para a mesma, Becker (1997) afirma ainda que:

> As políticas públicas para a Amazônia refletem o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e essa transição se expressa hoje nas políticas públicas desarticuladas. Ambas visam o desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma e pela outra não são apenas diversos, como também opostos e conflitivos.

Desta forma, as políticas na e para a Amazônia apresentam desafios a serem superados, principalmente pela diversidade de necessidades e atores sociais envolvidos.

Politicas estruturantes dos recursos hídricos no Brasil e a água na Amazônia legal.

As políticas sobre as águas no Brasil sempre estiveram relacionadas aos interesses políticos e econômicos pelos quais o país tem passado. Pois, “cada tipo de sociedade estabelece critérios para a maneira pela qual os recursos disponíveis no ambiente devem ser utilizados” (RIBEIRO, 2004, p. 33). Inicialmente, no Brasil, a adoção de políticas voltadas às águas e ao seu controle, esteve relacionada às Ordenações Filipinas, decretada em 1603, ainda no período colonial. As Ordenações Filipinas foram um conjunto de Leis, da coroa portuguesa, organizada em 5 livros: (I) Direito Administrativo e Organização Judiciária; (II) Direito dos Eclesiásticos, do Rei, dos Fidalgos e dos Estrangeiros; (III) Processo Civil; (IV) Direito Civil e Direito Comercial; (V) Direito Penal e Processo Penal. Um dos elementos mais importantes das Ordenações, voltadas ao meio ambiente é a proteção do mesmo, através da introdução da ideia de poluição, proibindo o lançamento de qualquer material nos rios e lagoas, em seu V Livro. As Ordenações Filipinas foram utilizadas até a Constituição Imperial.

A partir de 1808 as perfurações de poços, que antes eram livres, passaram a ser registradas nas Províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere à água utilizada para a fabricação de cervejas e uísque, e inicialmente para a prospecção de petróleo e carvão. Já na província do Nordeste, em função das constantes secas, a autorização foi concedida para abastecimento das populações.

No entanto, dada às legislações incipientes que tratavam sobre as águas, em 1916, quando da promulgação do Código Civil Brasileiro, em seu artigo 584, já determinava “a proibição das construções capazes de poluir, ou inutilizar para o uso ordinário, a água de poço ou fonte alheia, a elas preexistente” (MARQUES JÚNIOR, 2014, p. 31). O Código Civil também faz referência ao usuário poluidor pagador, embora no período não seja utilizado este termo, no qual prima pela manutenção e salubridade da água, em que qualquer indivíduo que

comprometa o mesmo, responderá criminalmente pelas perdas e danos causados, além de pagamento de multa.

Em 1907 Alfredo Valadão apresentou ao Governo Federal a proposta de um Código das Águas, pois, segundo ele, havia necessidade de legislação específica sobre as águas. Porém, só nos anos 1930 a proposta foi discutida e atualizada, dando origem ao Código de Águas, promulgado em 1934 através do Decreto nº 24.643, em que separa a propriedade da terra da propriedade de recursos naturais, principalmente dos essenciais a indústria. Neste período, o Brasil vivenciava o início da industrialização, período ao qual necessitava de insumos minerais e metalúrgicos para o desenvolvimento da industrialização, vinculando os recursos minerais a possibilidade de crescimento da economia brasileira. Destaca-se a criação do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, também em 1934.

O Código de Águas será um instrumento auxiliar para suprir os interesses da industrialização, embora sua competência tenha sido delegada ao Ministério da Agricultura, o privilégio foi dado ao setor urbano-industrial. Segundo Tozi (2002), “Vale a pena ressaltar que o Código de Águas foi promulgado no Governo Vargas, no qual concebia em sua gestão o Estado altamente centralizador e nacionalista, valorizando as aptidões do país, bem como incentivando o seu desenvolvimento” (TOZI, 2002, p. 24). Sobressai-se os interesses econômicos em detrimento dos ambientais.

O Decreto destaca sobre o pertencimento da água, artigo 2º, distinguindo a água como sendo pública, de uso comum ou dominial, comuns e particulares. Também relata sobre a acessibilidade da água, em seu artigo 34, destaca: “É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível” (BRASIL, 1934, apud TOZI, 2002, p. 26). Esses dois artigos deixam claro a tendência ao domínio particular das águas.

Outra consolidação no Decreto-Lei, é a referência ao poluidor pagador, em seus artigos 109 ao 112, primando pela qualidade das águas nas industrias e na agricultura, principalmente.

O Código de Águas será um instrumento do Estado para permitir o uso da água de acordo com os interesses da coletividade, permitindo ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento das águas.

Segundo Marques Júnior (2014),

> Apesar de priorizar o setor energético, o Código de 1934 ressaltou que a exploração da energia hidráulica precisaria satisfazer exigências acauteladoras dos interesses gerais. As necessidades de alimentação e consumo das populações ribeirinhas, a salubridade pública, a navegação, a irrigação, a proteção contra inundações, a conservação e livre circulação do peixe, o escoamento e a rejeição das águas deveriam ser respeitados. O setor elétrico, porém, conduziu a política hídrica brasileira à revelia dos

> demais usos, acumulando, no decorrer do tempo, numerosos conflitos com os demais usuários (MARQUES JUNIOR, 2014, p. 33).

O excesso de burocratização exigida pelo código fez com que ocorresse a descentralização da legislação, sendo criadas legislações setoriais paralelas, para a atuação, por exemplo, do Governo Federal no setor da irrigação na região do semiárido brasileiro, nos anos 1970.

Apenas nos anos 1980, em que o mundo vive um contexto de modernização da gestão ambiental, cujos princípios da gestão sustentável e a política de escassez de recursos naturais e, da água em específico, entram em vigor um modelo de gestão, não mais burocrático, mas integrador-participativo, cuja consequência, na questão hídrica, será a promulgação da Lei nº 9433/97, a chamada Lei das Águas.

> As ideias essenciais que fundamentam a reforma da política de água no Brasil foram formuladas no início dos anos 1980: a água deveria ser administrada de forma integrada, para atender a uma variedade de usuários e objetivos. Isso ocorreria através da participação de um grande elenco de atores interessados [...] nas decisões sobre uso de água, especialmente em contextos de crescimento de demandas (HOCHSTETLER, 2010, p. 09).

O complexo de atores, reconhecidos pela Lei das Águas e a escolha da Bacia Hidrográfica como unidade de gestão territorial desenha uma nova política de água no Brasil refletindo as necessidades e interesses dos usuários de águas. Tendo visão descentralizada e participativa sobre a gestão das águas. A Lei institui a Politica Nacional de Recursos Hídricos, e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

> A política divide-se em fundamentos, objetivos, diretrizes de ação e instrumentos. Logo, os fundamentos são os princípios básicos para a implementação da gestão dos recursos hídricos, mostrando que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento adotada; a gestão deve proporcionar o uso múltiplo, colocando os diversos usos no mesmo patamar, não privilegiando nenhum uso; reconhece que a água é um recurso finito, vulnerável e, portanto, dotado de valor econômico, instituindo a cobrança pela utilização da água; e a gestão deve ser descentralizada e participativa, ou seja, todas as decisões serão tomadas em conjunto, desde os níveis hierárquicos de governo a sociedade organizada e usuários (TOZI, 2002, p. 30 e 31).

O SINGREH possui um arranjo institucional para que a gestão das águas possa ser alcançada, através: do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Comitês de Bacias Hidrográficas; e Agências de Águas.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é o órgão máximo deliberativo e normativo do SINGREH, sendo composto por (Art. 34):

> I - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;
> II - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

> III - representantes dos usuários dos recursos hídricos;
> IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos. (BRASIL, 1997).

O Comitê de Bacias Hidrográficas, conhecido como parlamento das águas, abriga em sua composição os representantes: da União; dos Estados e do Distrito Federal; dos Municípios; dos usuários das águas; das entidades civis de recursos hídricos; todos com atuação comprovada na bacia. Aos comitês competem:

> I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
> II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
> III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
> IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
> V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
> VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
> VII - (VETADO)
> VIII - (VETADO)
> IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.
> Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência. (BRASIL, 1997)

Os Comitês abrigam os usuários das águas, não delegando apenas ao Estado decidir o que cabe ao uso e acesso às águas.

A Agência de Águas exercerá a função de secretaria, tendo como área de atuação um ou mais comitês de bacias.

A Política Nacional de Recursos Hídricos já possui mais de dez anos, desde sua implementação, e embora nem todos os seus objetivos e instrumentos tenham sido colocados em prática, é justa a comemoração da mesma, visto o passivo ambiental herdado que deixava de lado a importância das águas.

> Sem embargo, apesar dos inegáveis avanços, ainda estamos longe de uma condição adequada em termos de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Parcela significativa dos comitês de bacia ainda funciona precariamente, mantendo-se de pé, via-de-regra, graças a algum apoio governamental e, sobretudo, à consciência cidadã de abnegados. Apesar da reconhecida competência técnica e institucional, a Agência Nacional de Águas, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), ainda necessita de melhores condições para bem cumprir a sua relevante missão no timing adequado às necessidades do país, limitada que está pelos estreitos limites orçamentários e pelo seu insuficiente quadro técnico (MACHADO, S/D, p. 01)

Ao longo desses 17 anos de legislação, os estados e municípios tem tentado implementar a Lei das Águas, mas tem esbarrado em diversas problemáticas, desde a falta de estrutura física, até a falta de pessoal capacitado para discutir e aplicar a lei.

Ressaltasse que em 2000 foi Criada a Agencia Nacional das Águas (ANA), órgão regulador, responsável pelos rios de domínio da União, cuja atuação obedecerá aos princípios da Politica Nacional de recursos Hídricos, articulando-se com os órgãos que fazem parte do SINGREH.

No que tange aos estados que compõem a Amazônia Legal, a legislação e a gestão de recursos hídricos ocorreram da seguinte forma:

No Amazonas, Ferreira (2008) relata a existência de Código um Código de Postura da Cidade de Manaus, que fazia parte da Coleção das Leis da Província do Amazonas, de 1872, e,

> No título que tratava do aformoseamento e regularidade da cidade e subúrbios, destacam-se as seguintes proibições em relação aos recursos hídricos:
> a) não era permitido "assoalhar-se as roupas às janelas, ruas e praças, armar cordas para estendê-las nos mesmos lugares, bem como lavá-las nos igarapés que cortam esta cidade";
> b) não era permitido retirar água do igarapé do Aterro para vendê-la à população.
> c) não era permitido "tomar banho nu, lavar roupa e animais nos igarapés ou próximo das fontes que forneceram água para o consumo público".
> Ainda citando, nesta mesma fonte este explica que para essas últimas infrações era cobrada uma multa de dez mil réis ou três dias de prisão (FERREIRA, 2008, p. 27).

A autora ainda destaca que em 1879 a Repartição de Obras Públicas solicitou o melhoramento do sistema de abastecimento de água para a população de Manaus.

Embora existam vários relatos de obras de aterramento e retificações de canais na cidade de Manaus e do sistema de Saneamento básico insuficiente. Somente em 1989 o Estado do Amazonas aprova sua Constituição Estadual, destacando vários artigos que mencionam os recursos hídricos, destacando:

> Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos; os recursos hídricos em relação ao zoneamento-econômico-ecológico; os recursos hídricos nos núcleos especiais, aglomerações, micro e macrorregiões urbanas; as áreas de preservação ambiental como as nascentes dos rios, as faixas de proteções das águas superficiais, sendo consideradas zonas de preservação ambiental as extensões de terras ou águas destinadas às instalações de parque, reservas biológicas, distritos florestais, estações ecológicas e experimentais (FERREIRA, 2008, p. 28).

Anteriormente só existia a Politica Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, Melhoria e Recuperação do Meio Ambiente e da Proteção dos Recursos Naturais, que foi regulamentada através do Decreto nº10.028/1987. Em 2001 foi promulgada a Lei nº

2.712/2001 que tratava sobre a Politica Estadual de Recursos Hídricos, estabelecendo o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo modificada pela Lei nº 2.940/2004, diferenciando-se da Lei Federal, com o acréscimo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado Amazonas e o Plano Ambiental do Estado do Amazonas, também foi inserido em um parágrafo da lei, as águas subterrâneas. Em 2007 a Lei Estadual das águas é revisada, ocasionando a criação de uma nova lei estadual das águas, Lei nº 3.167/2007. A inovação se dá na adoção de procedimentos para a gestão de recursos hídricos. No estado existe um comitê de Bacia: Comitê de bacia do Rio Tarumã, criado em 2009.

No estado do Acre, a legislação que inicialmente se refere às águas é a política ambiental do estado do Acre, Lei 1.117/1994, que traz um artigo específico dos aspectos ambientais das águas subterrâneas. Em 2003 apresenta a Lei nº 1.500/2003, que implanta a Politica Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

No estado de Rondônia, a gestão de Recursos Hídricos está pautada na Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criados através da Lei Complementar nº255/2002. Ainda existem: a Portaria nº 0038/GAB/SEDAM/2004, que aprova a norma e os anexos de I a XV que disciplinam o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do estado de Rondônia; e a Portaria nº 091/GAB/SEDAM/2010, que dispõe sobre procedimentos e define as atividades de fiscalização de recursos hídricos estaduais, que estabelece as normas para apuração de infrações e penalidades aplicáveis nos termos da Lei Complementar nº 255/2002. No estado existem 5 Comitês de bacias: Comitê de bacia do Rio Jaru-Baixo Machado, Comitê de bacia do Rio Jamari, Comitê de bacia do Rio São Miguel e Vale do Guaporé, Comitê de bacia dos Rios Branco e Colorado, Comitê de bacia do alto e Médio Machado.

No Mato Grosso, a Politica Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nasce através da Lei Estadual nº 6.945/1997. Ainda decreta a Lei Estadual nº 9.612/2011, dispõe sobre a administração e conservação das águas subterrâneas de domínio do estado (outorga de águas subterrâneas). E o Decreto Estadual nº 336, de 06 de junho de 2007, regulamenta a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos e adota outras providências. Possui 5 Comitês de bacias: Comitê de bacia do Baixo Teles Pires, Comitê de bacia do Sepotuba, Comitê de bacia do Rio Cuiabá, Comitê de bacia do São Lourenço, Comitê de bacia do Alto Araguaia.

Em Roraima, a Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos se deram através da Lei 547/2006, no título III da referida lei trata especificamente das águas subterrâneas. Em 2007, através do Decreto nº 8.121-E, regulamenta o inciso VI, do artigo 4º, bem como os artigos 29, 30 e 31 da Lei nº 547, que tratam sobre o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

No Amapá, a Lei nº 686/2002 dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Possui Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Órgão gestor.

No estado do Maranhão, a Politica Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos configuram-se através da Lei nº 8.149/2004, regulamentada através do Decreto nº 27.845/2011, e ainda o Decreto nº 28.008/2012 que regulamenta a relação às águas subterrâneas e dá outras providências. Possui Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Fundo Estadual de Recursos Hídricos, Plano Estadual de Recursos Hídricos e Órgão gestor. Possui dois comitês de Bacias: Comitê de Bacia do Rio Mearim, e Comitê de Bacia do Rio Munim.

No Tocantins, a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos foram estabelecidos através da Lei nº 1307/2002. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos foi criado através do Decreto nº 687, de 22 de julho de 1998, e regulamentado pela Lei nº 2.097, de 13 de julho de 2009. Possui Fundo e Plano Estadual de Recursos Hídricos, criados em 2009. Possui 4 comitês estaduais de bacias hidrográficas, são eles: Comitê de Bacia dos Rios Lontra e Corda, Comitê de Bacia do entorno do lago da UHE Luis Eduardo Magalhães – Lajeado, Comitê de Bacia do Rio Formoso do Araguaia, Comitê de Bacia do Rio Manoel Alves da Natividade.

No estado do Pará, a jornada foi semelhante aos outros estados, iniciando por Política Estadual de Meio ambiente, com artigos que destacavam as águas. E em 2001 promulga a Lei nº 6.381/2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Em 2008, publica o Decreto nº 1.367/2008, que dispõe sobre o processo administrativo para apuração das infrações às normas de utilização dos recursos hídricos superficiais, meteóricos e subterrâneos, emergentes ou em depósito. Possui Conselho de recursos Hídricos e Órgão gestor.

Percebe-se que mesmo tardiamente, as Políticas de Recursos hídricos foram implantadas nos estados que compões a Amazônia Legal, mas nem todos possuem comitês de Bacias e os instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.

Em busca da água na Amazônia: normas e institucionalidades geradoras de conflitos.

A água é um elemento natural dotado de valor, que possui distribuição desigual no Brasil, e na Amazônia apresenta quadro de abundância, sendo a maior bacia hidrográfica do

mundo em volume de água e em extensão. A bacia hidrográfica nacional do rio Amazonas fornece 132.145 m³/s de vazão de água, correspondendo a mais 70% do Brasil. Portanto, a problemática da água na Amazônia se refere ao uso e acesso à água, posto que a população vivencie o paradoxo da abundancia versus a inacessibilidade, tal como dito por Becker (2003).

Esse paradoxo pode resultar em conflitos. Pois a prioridade a população não foi dada pelos governantes, o que prima na Amazônia é o interesse do Estado, muitas vezes ignorando a população amazônida. Exemplo disso é a agenda ambiental do Estado que não levam em consideração os valores culturais e de pertencimento da população, para com sua região. O Estado não hesita em buscar na Amazônia recursos necessários ao desenvolvimento do país, isto explica os grandes projetos na Amazônia, deixando de lado as questões ambientais. Pois,

> como temos sido governados pelas urgências, essa questão acaba ficando relativamente secundarizada na agenda, pelo menos em algumas esferas governamentais, e só não está na berlinda em razão do espírito público, da garra e da militância de milhares de pessoas, entre técnicos, ambientalistas e gestores dessa área, seja na esfera pública seja na esfera privada, na esteira das preocupações ambientais planetárias dos dias de hoje. (MACHADO, S/D, p. 02)

A questão ambiental é tão menorizada pelo Estado, que os órgãos ambientais são extremamente deficitários, e muitas vezes não conseguem executar sua atividade fim.

Em 2007, sobre o estado do Pará, Tozi destaca que em pesquisa realizada pela Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará que “o corpo técnico existente nas estruturas de meio ambiente foram classificados em duas categorias: os profissionais de nível superior e os profissionais de nível técnico” (TOZI, 2007, p. 81). Porém, dos 133 municípios do estado do Pará, em 2007, apenas 124 possuíam estrutura de meio ambiente, dos quais 86 possuíam profissionais de nível superior ou técnico. Verificamos assim, a importância que a gestão ambiental vai ter na prática.

Segundo o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos 2015 – Água para um Mundo Sustentável, a demanda por água doce é crescente, o que é perceptível através do consumo de água que cresceu duas vezes mais do que a população. E a probabilidade é que cresça mais 55% até 2050. Mantendo esse uso atual nos padrões de consumo, estima-se que o mundo enfrentará um déficit no abastecimento de água, na ordem de 40%. O relatório atribui a vários fatores a possível falta de água, entre eles, a intensa urbanização, as práticas agrícolas inadequadas e a poluição, que prejudica a oferta de água limpa no mundo.

Ainda segundo o relatório, o Brasil está entre os países que mais registraram stress ambiental. O que pode ser citado: as mudanças nos fluxos naturais dos rios, realizadas entre 1981 e 2014, para a construção de represas ou usinas hidrelétricas causaram maior

degradação dos ecossistemas, com aumento do número de espécies invasoras, além do risco de assoreamento.

Na Amazônia, além do grande impacto ambiental ocasionado pelos grandes projetos de desenvolvimento, ainda temos os desastres ambientais, a crescente demanda por água, secas esporádicas e a não valoração da água. Isto também acontece em virtude da não integração ao ritmo das transformações do Estado e da sociedade. Essa falta ou ausência gestão pode resultar em conflitos, sejam eles diretos ou indiretos.

Para Acselrad (2004, p. 07) não está em causa apenas a escassez futura de meios que se anuncia, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social. Posto que,

> não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o "ambiente" não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos etc. Por outro lado, todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera (ACSELRAD, 2004, p. 07).

Desta maneira não há dissociações reais entre o ambiente e a sociedade. Há uma inter-relação entre estes elementos, já que a sociedade se produz e reproduz por processos sócio-ecológicos. É nesse processo de produção e reprodução que as sociedades usam diferencialmente o meio ambiente, confrontando os projetos de uso e significação. E os usos e significações estão sujeitos a conflitos, pela sua diversidade (ACSELRAD, 2004).

Desde o início do século XXI tem se acirrado os processos de disputas pelo controle, uso e acesso de recursos naturais. O que pode ser verificado através da criação de legislações sobre o meio ambiente, da criação de agências reguladoras. Ainda assim, há o enfrentamento de atores sociais,

> medindo forças entre a imposição de condicionalidades pró-mercantis, atreladas a mecanismos de financiamento, e a busca de formas democratizantes na gestão de recursos de uso comum, com frequência decisivos para a reprodução sócio-cultural de populações ditas "tradicionais" (ACSELRAD, 2004, p. 8).

A sociedade se apropria dos recursos naturais de formas múltiplas e de várias significações. No entanto, a escassez de recursos naturais, ou a percepção de recurso finito, tem nos levado a valorara a natureza apenas de maneira econômica, sendo esquecido por muitos, a significância da natureza, ocorrendo o conflito de interesses e de significados.

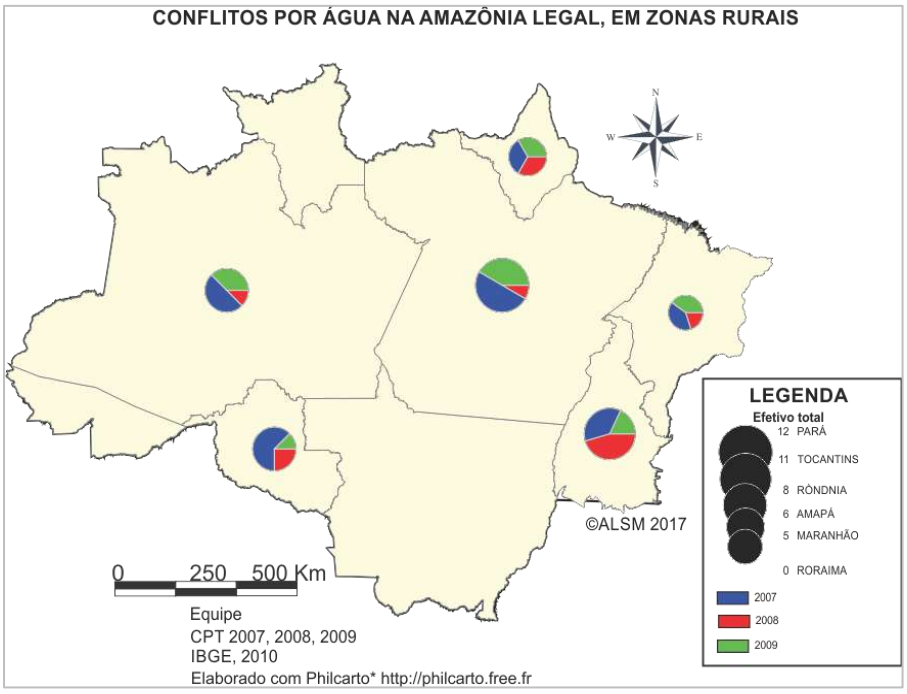
Assim, a

> ideia de conflito ambiental é assim pré-construída como intrínseca à problemática da escassez e as estratégias associadas a tais tipos de

> diagnóstico, fundadas na objetividade suposta da escassez quantitativa, tendem ora a esvaziar o debate político, [...] ora a justificar soluções autoritárias e meritocráticas [...] em nome da salvação da Humanidade ou da segurança internacional (ACSELRAD, 2004, p. 12).

Porém, na Amazônia, o problema não é de escassez de recursos naturais, no que se refere a água, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem relatado conflitos por água em áreas rurais, cujos dados nos fazem pensar sobre as razões e sujeitos dos conflitos. Nas figuras 01 e 02 observam-se a síntese dos conflitos na Amazônia Legal, nos anos 2007, 2008 e 2009. Em 2007 foram 24 conflitos, dos quais, 02 no Amapá, 04 no Amazonas, 02 no Maranhão, 06 no Pará, 05 em Rondônia, e 04 no Tocantins. Em 2008 foram relatados 12 conflitos: 02 conflitos no Amapá, 01 no Amazonas, 01 no Pará, 02 em Rondônia, 05 no Tocantins, 01 no Maranhão. Ocorrendo um decréscimo de 2007 para 2008. Em 2009 foram 18 conflitos: 02 no Amapá, 03 no Amazonas, 05 no Pará, 01 em Rondônia, 02 no Tocantins, 03 no Maranhão e 02 no Mato Grosso. Porém entre 2007 e 2008 ocorre novo crescimento do conflito 50%.

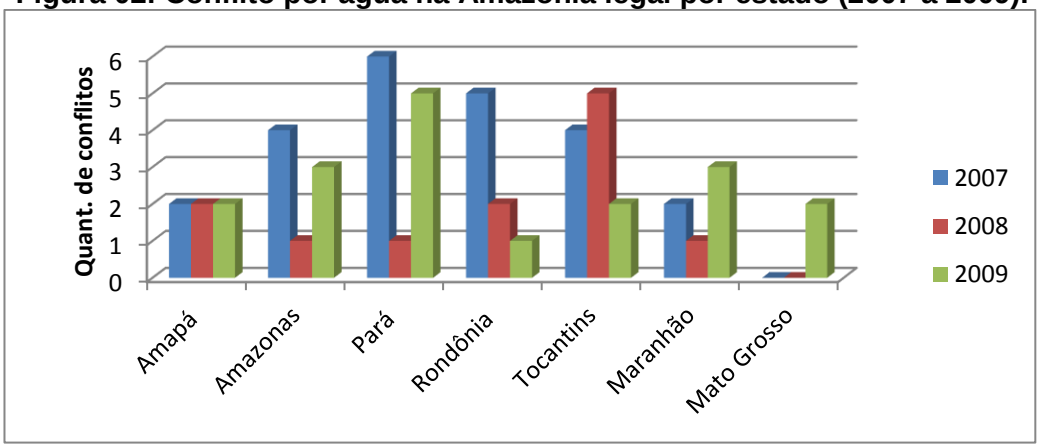
Figura 01: Conflitos por água na Amazônia legal (2007 a 2009).



Fonte: CPT (2007, 2008, 2009); IBGE (2010).

Observa-se que 2007 foi o ano com maior conflito por água na Amazônia legal, em zonas rurais, no triênio 2007, 2008 e 2009. O estado do Pará é o que apresenta os maiores índices de violência, tanto em 2007, quanto 2009.

Figura 02: Conflito por água na Amazônia legal por estado (2007 a 2009).

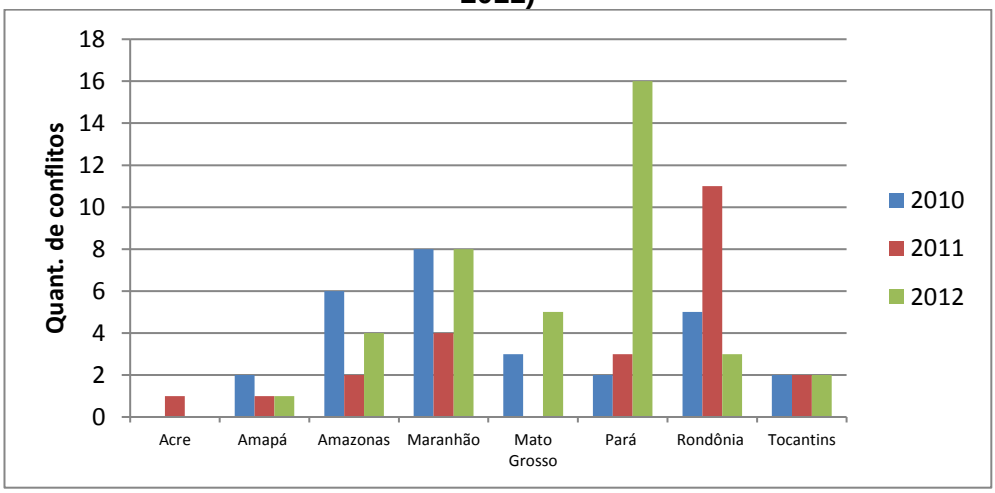


Fonte: CPT (2007, 2008, 2009).

Os estados do Acre e Roraima não apresentam denúncias de conflitos por água em zonas rurais nesse período. Em Tocantins, os maiores números de violência se apresentam em 2007 e 2008. Os conflitos são classificados por tipos: apropriação particular, barragens e açudes, uso e preservação. 15 dos conflitos que ocorreram em 2007 foram por uso e preservação, relacionados à destruição e ou poluição, cujos vetores foram relacionados à fabricas, empresas mineradoras e frigoríficos. Em 2008 o principal tipo de conflito foi por barragens e açudes, e a situação do conflito foi por diminuição do acesso a água, estando relacionadas a existência de Hidrelétricas e Ferrovias. Em 2009 o quadro de conflito cujo tipo é por barragens e açudes se repete ao que aconteceu em 2008. Porém, o quadro de apropriação particular saltou para 7, cujos fatos estão relacionados a impedimento de acesso a água, destruição e poluição, estando envolvidos comunidades, povoados e fazendas.

No triênio 2010, 2011 e 2012 os conflitos aumentaram 50.22% em relação ao período anterior. Em 2010 foram 28 conflitos: no Amapá 02, no Amazonas 06, no Pará 02, em Rondônia 05, no Tocantins 02, no Maranhão 08, e Mato Grosso 03. Os conflitos se acirraram no Amazonas e no Maranhão, cujos motivos foram por Pesca Predatória, e destruição e ou poluição, respectivamente. Vide figuras 03 e 04

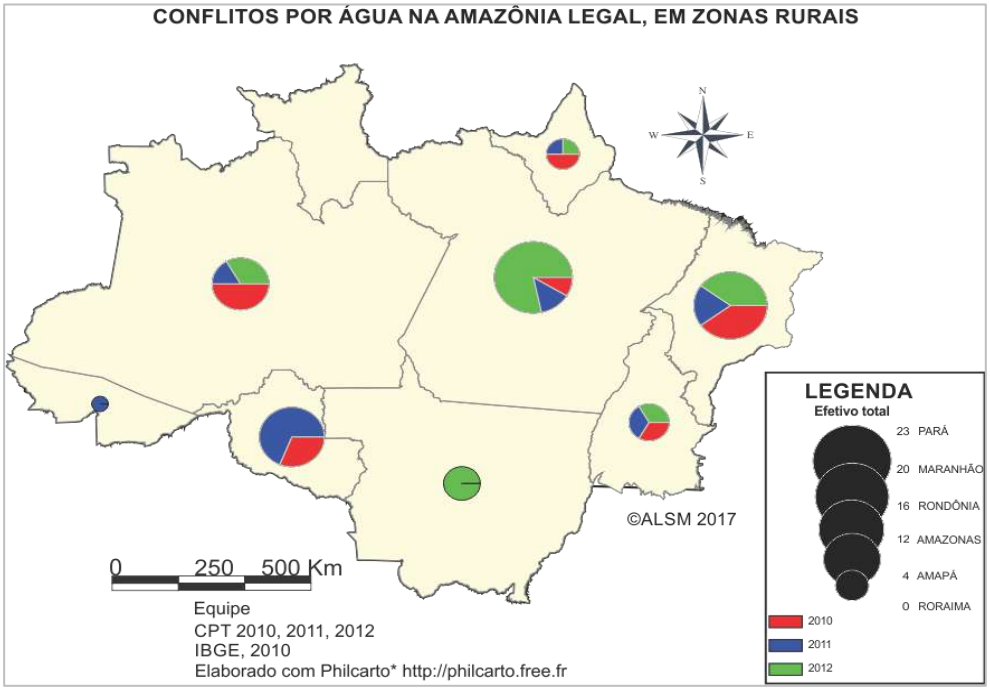
Figura 03: Conflito por água na Amazônia legal por estado, em zonas rurais (2010 a 2011)



Fonte: CPT (2010, 2011, 2012).

Em 2011 foram 24 conflitos, pequena diminuição em relação ao ano anterior, reduzindo os conflitos no Amazonas, passando para 02 conflitos. No Amapá apenas 01 conflito, no Pará 03, em Rondônia, crescimento duplicado, passando para 11 conflitos, o Tocantins continua com os mesmos conflitos 02, no Maranhão reduz para 04, e o Acre apresenta 01 caso.

Figura 04: Conflito por Água na Amazônia Legal, em zonas rurais (2010 a 2012).



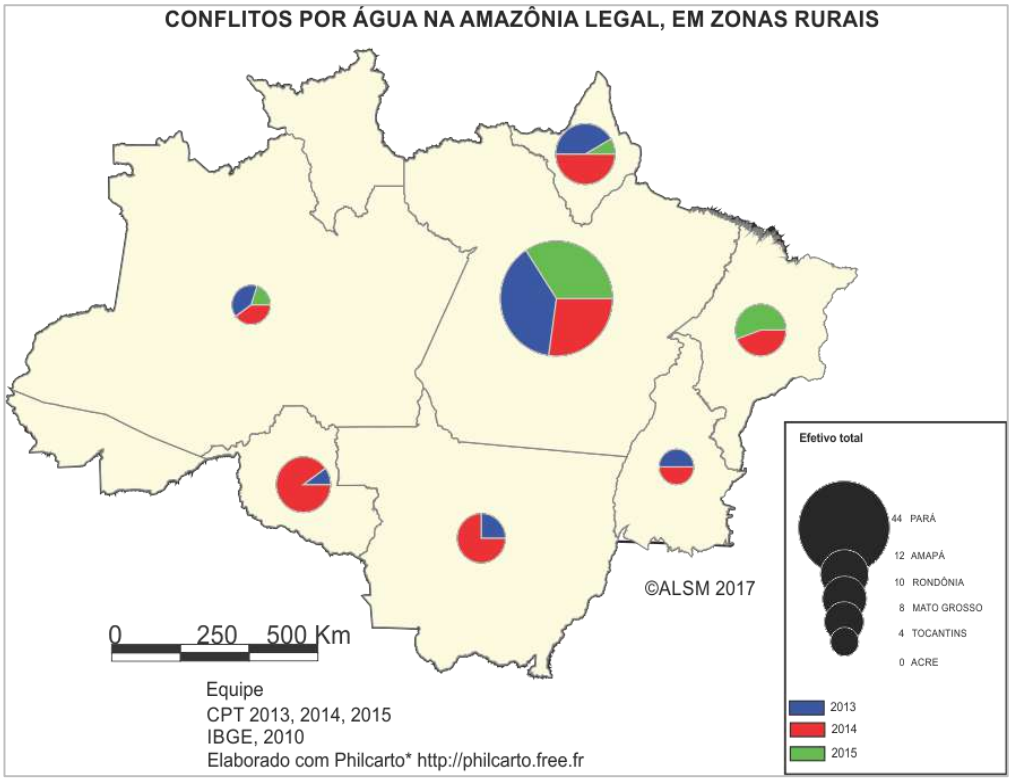
Fonte: CPT (2010, 2011, 2012); IBGE (2010).

Já em 2012, alguns estados permanecem com os mesmos conflitos que o ano anterior, como são os casos de Amapá e Tocantins; em outros ocorre crescimento: Amazonas

com 04, Maranhão com 8, os mesmos de 2010, Mato grosso com 5 casos e o Pará com 16 casos de conflitos, cuja problemática está relacionada a existência ou criação de Barragens e açudes, e os conflitos ocorreram em função da destruição e ou poluição, não cumprimento de procedimentos legais, e falta de projetos de reassentamento. Em 2010 os conflitos foram mais intensos no Amazonas e no Amapá, em 2011 em Rondônia, e em 2012 no Pará e Mato Grosso. Já o Maranhão apresenta os mesmos conflitos em 2010 e 1012.

O último triênio analisado é o de 2013 a 2015. Dos 28 conflitos ocorridos em 2013, 19 ocorreram em função de construção ou existência de Barragens e açudes e pelo não cumprimento de procedimentos legais, em sua maioria. A população do estado que mais sofreu com conflitos em zonas rurais foi o Pará, com 16 conflitos; seguido do Amapá com 05; e Amazonas, Tocantins e Mato Grosso com 02 conflitos cada; e Rondônia com 01 conflito. O que pode ser verificado nas figuras 05 e 06.

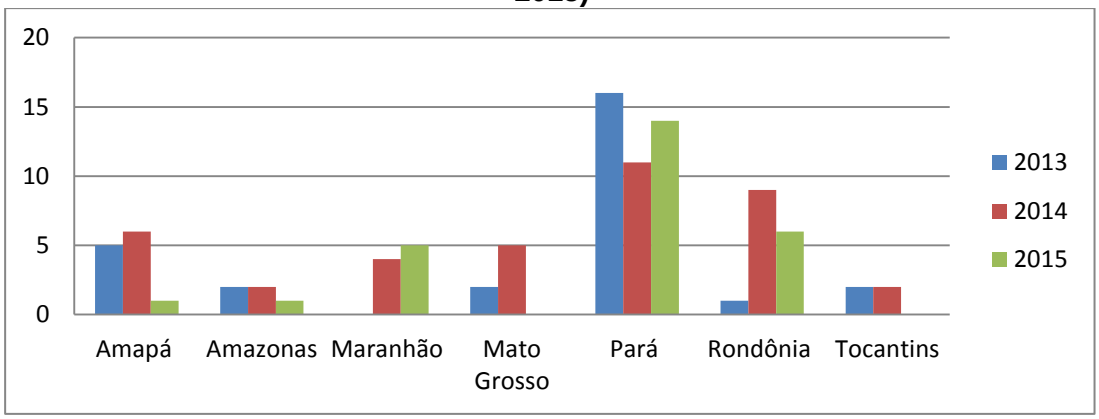
Figura 05: Mapa de Conflito por Água na Amazônia Legal (2013 a 2015).



Fonte: CPT (2013, 2014, 2015); IBGE (2010).

Os conflitos em 2014 obtiveram crescimento em relação ao ano anterior, passando para 39 conflitos, dos quais: 06 no Amapá, 09 em Rondônia, 05 no Mato Grosso e 04 no Maranhão. Nos outros estados obteve decréscimo ou manteve os mesmos: Amazonas e Tocantins 02, e Pará 11. Neste ano, conforme figura 05, a população dos estados do Amapá, Rondônia e Mato Grosso sofreram 78% com conflitos, em virtude de barragens e açudes, cujos envolvidos se referem à existência de Usinas Hidrelétricas.

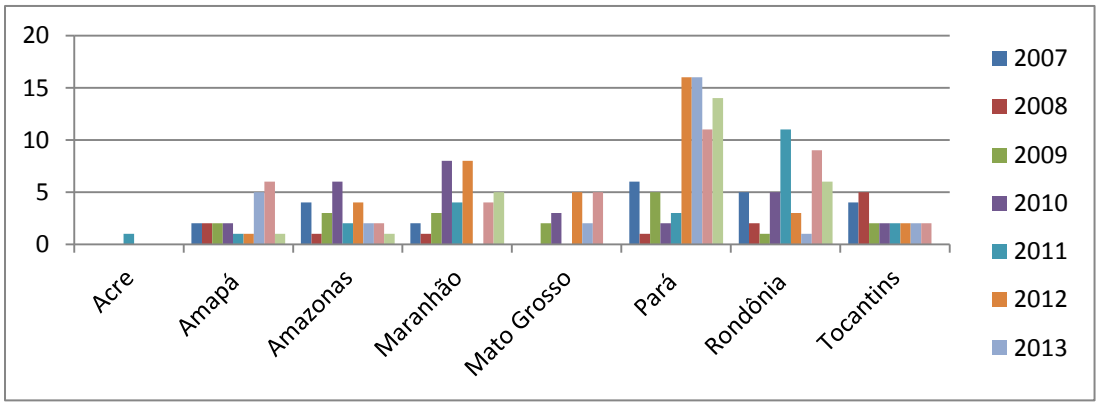
Figura 06: Conflito por Água na Amazônia Legal por estado, em zonas rurais (2013 a 2015)



Fonte: CPT (2013, 2014, 2015).

Em 2015, foram 27 conflitos cujo maior número concentrou-se no Pará, com 14, permanecendo os conflitos em virtude de barragens e açudes, cujos envolvidos se referem à existência de Usinas Hidrelétricas e Comunidades. Os conflitos por água em zonas rurais aparecem também nos estados do Amapá e Amazonas com 01 em cada, Rondônia com 06, e Maranhão com 05 conflitos.

Figura 07: Conflito por água na Amazônia legal por estado, em zonas rurais (2007 a 2014).

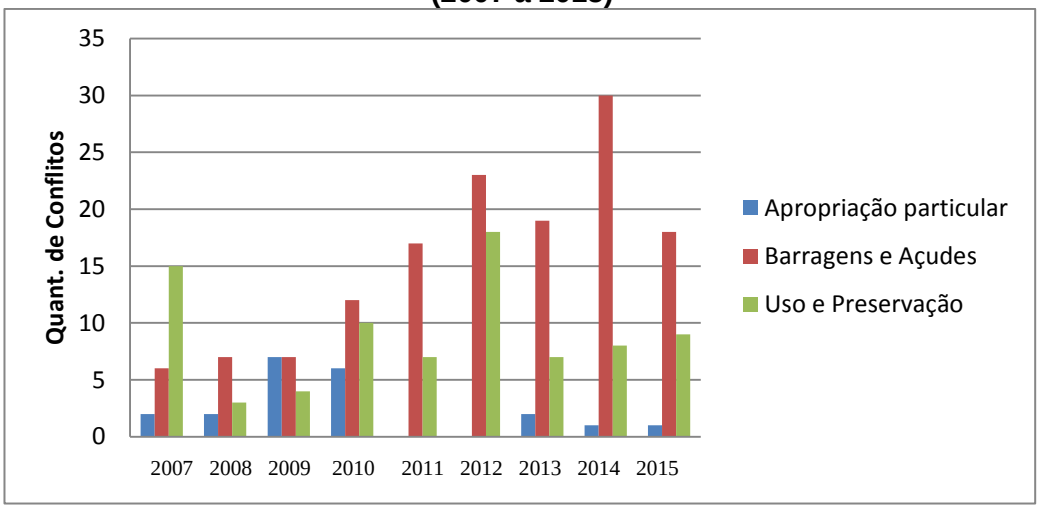


Fonte: CPT (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Em síntese, verifica-se, conforme a figura 07, que os conflitos por água tiveram seu ápice no estado do Pará, principalmente nos anos 2012 e 2013. O estado do Acre aparece em um único evento de conflito, denunciado pela CPT, refletiu as ações da comunidade Lago Novo, cujo conflito se deu por destruição ou poluição. No Amapá os destaques ocorreram em 2013 e 2014, por existência de usina hidrelétrica. No Amazonas, o ápice ocorre em 2010, por pesca predatória realizada por Comunidades. No Maranhão, ocorrem dois ápices: 2010 e

2012 a maioria dos conflitos ocasionados por poluição e destruição em Comunidades, mas também aparece o não cumprimento de procedimentos legais em hidrelétricas. No Mato Grosso as oscilações são pequenas, variando de 0 em 2007 a 05 em 2012 e 2014 e queda em 2015 novamente. Em Rondônia o ápice foi em 2011, com 11 conflitos, todos relacionados a usinas hidrelétricas. E no Tocantins, os 21 conflitos estão relacionados a usinas hidrelétricas e a ferrovia.

Figura 08: Tipos de conflito por água na Amazônia legal por estado, em zonas rurais (2007 a 2015)



Fonte: CPT (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Dos 241 casos de conflitos por água em zonas rurais apresentados, 139 ocorreram em função da existência de Barragens e Açudes. Destas barragens e açudes, 90% estão relacionados a Usinas Hidrelétricas de Tucuruí, Belo Monte, Jirau, Samuel, São Salvador, e PCH do Tapajós. Estando de fora apenas conflitos em virtude de Ferrovia, fazendas e comunidades. Observando-se a maneira pela qual os projetos hidrelétricos geram conflito pelo recurso natural água.

O conflito, por tanto,

> pode ser entendido como uma oposição ou embate entre diferentes forças e interesses, sendo que a ideia de conflito indica que um ou mais atores sociais estão em disputa por um objetivo: controle de um território, de uma população ou de um recurso natural, como a água. Mas, conflito não é entendido como sinônimo de guerra, pois não é um combate ou luta armada entre nações, grupos ou facções, com o emprego de estratégia militar. Desta forma, podemos entender que toda guerra advém de um conflito, mas que pode haver conflito sem que se chegue ao "estado de guerra" (FERREIRA 2015, p. 66).

Ou seja, não verificamos o estado de guerra na Amazônia legal, mas conflitos de interesses no uso e acesso à água em zonas rurais. Reforçando as constatações realizadas, Vieira (2008) declara:

> Porder-se-ia dizer, *a priori*, que os conflitos em recursos hídricos estão diretamente ligados à não disponibilidade de água para todos os propósitos requeridos, seja essa escassez provocada pela distribuição espacial e temporal heterogênea (climas áridos e semi-áridos, secas periódicas) da água ou pelas atividades humanas em geral (desertificação, demandas crescentes, padrões inadequados de uso, poluição) que impactam os recursos. (VIEIRA, 2008, p. 25)

A não disponibilidade de água neste caso não significa quantidade de água, necessariamente, mas, caminhos desviados do percurso natural das águas, atingindo mais de 5.000 famílias.

As políticas ambientais na Amazônia, por vezes só representaram, na prática, as vontades do Estado. Ficando a sociedade à margem dessas decisões, mas sendo a mais impactada pelos prejuízos causados, ou seja, sem acesso a água.

Considerações finais

Os vários conflitos ocasionados por políticas públicas envolvem visões materiais e imateriais em relação aos recursos naturais, são vistos nos processos de apropriação dos recursos hídricos que têm diferentes modos de o-usar a água da Amazônia. Esses conflitos têm mostrado que não há uma única forma de fazer gestão dos conflitos.

As políticas têm no âmbito do Estado o reflexo da produção espacial do meio ambiente, contudo os conflitos são inerentes a sua implementação como instrumento normatizado, cercado de contradições sociais, consequentemente com repercussões socioambientais.

Nos últimos anos, o aumento de conflitos na área rural é reflexo das políticas de desenvolvimento social que visam a apropriação dos recursos naturais, ou seja, consumir o meio ambiente – fazendo aparecer novos conflitos pelo acesso a água, em especial as Usinas Hidroelétricas e as Hidrovias, que são os vetores institucionais que acirram a tensão no uso da água.

O processo de governança é o caminho encontrado pelas normas e leis jurídicas brasileiras, em especial, a gestão dos recursos hídricos via comitê de bacias, que busca descentralizar as tomadas de decisões. Esse processo é embrionário e, na prática, muitas contradições persistem, demandando novas análises dos processos de governança da água na Amazônia. Empreendimentos de larga escala na Amazônia persistem em demandar processos de gestão negociada, esse mecanismo é essencial na busca de conciliar visões de mundo, visões de natureza.

Referências

ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AGENCIA NACIONAL DAS ÁGUAS - ANA. **A História do Uso da Água no Brasil:** do descobrimento ao século XX. Brasília: ANA, 2007.

ARCHELA. Rosely Sampaio; THÉRY. Hervé. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos, **Confins [Online]**, 3, 2008.

BARROS, Fernanda Geni Nunes. **A Bacia Amazônica Brasileira no contexto geopolítico da escassez mundial de agua.** (dissertação de mestrado). Belém: Programa de Pós-Graduação em Economia - UNAMA 2006.

BASSOI, Lineo José & Guazelli, M.R. Controle Ambiental da Água**.** *In*: A. Pilippi, M.A. Romério & G.C. Bruna. **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Editora Manole, 2004.

BECKER, Bertha Koiffmann. Serviços Ambientais e Possibilidades de Inserção da Amazônia no Século XXI. T&C Amazônia, v.1, p. 15-30, 2007**.**

BECKER, Bertha. **Amazônia:** Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na Geopolítica da Água. *In*: ARAGON, Luís Eduardo; KLUSENER-GODT, Miguel (org.). **Problemática do uso local e global da água na Amazônia**. Belém: NAEA, 2003.

BECKER, Bertha. **Amazônia.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1997.

BERNARDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira. A. **Questão Ambiental**: diferentes abordagens. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, Republica Federativa. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: www.senado.gov.br

BRASIL, Republica Federativa. Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9433/97. Brasília, 1997. Disponível em: <www.senado.gov.br>

CUNHA, Sandra Baptista. Canais Fluviais e a Questão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira. A. **Questão Ambiental**: diferentes abordagens. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2007. Goiânia: 2007. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2008. Goiânia: 2008. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2009. Goiânia: 2009. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2010. Goiânia: 2010. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2011. Goiânia: 2011. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2012. Goiânia: 2012. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2013. Goiânia: 2013. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2014. Goiânia: 2014. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos pela água: 2015. Goiânia: 2015. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/category/3-cadernoconflitos

DUARTE. Paulo Araújo. **Fundamentos de Cartografia**. 2ª. Ed rev. ampl. Editora da UFSC, Florianópolis, 2002.

FERREIRA, Anita Rocha Alves dos Santos. **Gestão de Recursos Hídricos no Estado do Amazonas:** uma análise comparativa. (dissertação em administração pública) Manaus: Mestrado Interinstitucional em Administração Pública – Universidade do Estado do Amazonas, 2008.

FERREIRA, Diego Luiz do Nascimento. **Conflito pelo uso da água na Amazônia brasileira:** uma análise envolvendo a atividade mínero-metalúrgica e as comunidades ilha São João e Curuperé no município de Barcarena-Pa. (dissertação de mestrado). Belém: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, 2015.

FITZ. Paulo Roberto. **Cartografia básica.** São Paulo: Oficina de Texto, 2008.

HOCHSTETLER, Kathryn. Prefácio. *In*: ABERS, Rebecca Neaera (Org.). **Água e Política**: Atores, instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacias Hidrográficas no Brasil. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

IBGE. **Malhas digitais Estaduais**, compatível com escala de 1:250.000, Censo 2010.

JOLLY. Fernad. **A Cartografia.** Trad. Tânia Pellegrini, Editora Papirus, Campinas-SP, 1990.

MACHADO, José. **10 Anos da Lei 9433:** avanços e dificuldades. Brasília: ANA, s/d. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/artigos/20071126_ArtigoJoseMachadoABRH.pdf .

MARQUES JÚNIOR, Manoel Francisco Ferreira. **Gestão de Rios Urbanos: os usos e conflitos do rio Mocajatuba em Marituba-Pa**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Licenciatura em Geografia/IFPA, 2014.

MARTINELLI. Marcelo. **Cartografia temática:** cadernos de mapas. Edusp, São Paulo, 2003.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia:** terras públicas e os dilemas do Estado. Fapesp-AnnaBlume, São Paulo, 2011.

MENEZES. Paulo Márcio Leal de; FERNANDES. Manoel do Couto**. Roteiro de Cartografia**. Oficina de texto, São Paulo, 2013.

MMA. **Gestão dos Recursos Naturais**. Brasília: IBAMA, 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. **Internacionalização da Amazônia.** Belém: Ed. Jornal Pessoal, 2002.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. **Água e Saúde Humana em Belém.** Belém: Cejup, 2004. (Coleção Megam).

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Rev. ESTUDOS AVANÇADOS,** n^{0}19 (53), São Paulo, 2005.

THÉRY. H.; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil. Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia–USP**, Volume Especial 30 Anos, (2012),

TOZI, Shirley Capela. Esse **Rio é Minha Rua, Minha e Tua!** Uma discussão sobre gestão de recursos Hídricos**.** (trabalho de conclusão de curso). Belém: Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA, 2002.

TOZI, Shirley Capela. **Municipalização da gestão Ambiental no Estado do Pará:** Situação atual dos municípios paraenses. (dissertação de Mestrado). Belém: Programa de pós-Graduação em Geografia da UFPA, 2007.

VIEIRA, Zedna Mara de Castro Lucena. **Metodologia de análise de conflitos na implantação de medidas de gestão de demanda de água.** 2008. 238f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

Sobre os autores

Shirley Capela Tozi – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo.

Abraão Levi dos Santos Mascarenhas – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará; Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo.

Ricardo dos Reis Pólen – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo.

Como citar este artigo

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo. Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 228-255, Dossiê. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A primeira autora **Shirley Capela Tozi**, ficou responsável por discutir as questões sobre recursos hídricos, bem como os conflitos por água. O segundo autor **Abraão Levi dos Santos Mascarenhas**, ficou responsável pela Elaboração dos Cartogramas e descrição das questões metodológica da produção da representação espacial. O terceiro autor **Ricardo Reis Pólen**, ficou responsável por discutir as políticas ambientais no contexto brasileiro.

Recebido para publicação em 27 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 24 de janeiro de 2018.

O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará

Jovenildo Cardoso Rodrigues
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: jovengeo@yahoo.com.br

José Sobreiro Filho
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: sobreirounesp@gmail.com

Adolfo Oliveira Neto
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: adolfoneto@ufpa.br

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o rural e o urbano no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém (RMB), Pará, no início do século XXI. Tal perspectiva, faz-se relevante enquanto possibilidade para se compreender a condição espacial de Ananindeua, como espaço marcado por ruralidades e urbanidades, por convergências socioespaciais e dinâmicas territoriais inerentes ao processo de globalização, expressas nas formas espaciais e nos conteúdos urbanos que, longe de constituírem tão somente manifestações das determinações impostas pela produção capitalista do espaço, exprimem ou permitem revelar uma realidade social complexa e diversa, marcada por práticas espaciais que encontram-se associadas a movimentos de (re)existência de camponeses das franjas urbanas denotando a coexistência de um mosaico de múltiplos territórios e territorialidades nos quais a relação urbano-rural, campo-cidade permitem revelar a condição espacial de Ananindeua como espaço de coexistência e de (re)existência, as contradições inerentes ao processo de reestruturação e produção do capital no espaço, bem como, a reprodução das relações sociais de produção.

Palavras-chave: Rural-Urbano; campo-cidade; condição espacial; Ananindeua; Pará.

The rural and the urban in the metropolitan amazon: relationships from Ananindeua, Pará

Abstract

This article aims to analyze the rural and urban in the city of Ananindeua, Metropolitan Region of Belém (RMB), Pará, at the beginning of the 21st century. This perspective becomes relevant as a possibility to understand the spatial condition of Ananindeua, as a space marked by ruralities and urbanities, socio-spatial convergences and territorial dynamics inherent to the globalization process, expressed in spatial forms and urban contents that, far from Are merely manifestations of the determinations imposed by the capitalist production of space, express or permit to reveal a complex and diverse social reality, marked by spatial practices that are associated with peasant (re) existence movements of urban fringe dwellers denoting the coexistence of a mosaic of multiple territories and territorialities in which the urban-rural, countryside-city relationship reveals Ananindeua spatial condition as a space of coexistence and (re) existence, the contradictions inherent to the process of restructuring and production of capital in space, as well as the reproduction of social relations of production.

Keywords: Rural-urban; field-city; spatial condition; Ananindeua; Pará.

El rural y el urbano en la Amazonia metropolitana: reflexiones a partir de Ananindeua, Pará

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar el rural y el urbano en el municipio de Ananindeua, Región Metropolitana de Belém (RMB), Pará, a principios del siglo XXI. Tal perspectiva, se hace relevante como posibilidad para comprender la condición espacial de Ananindeua, como espacio marcado por ruralidades y urbanidades, por convergencias socioespaciales y dinámicas territoriales inherentes al proceso de globalización, expresadas en las formas espaciales y en los contenidos urbanos que, lejos de que constituyen tan sólo manifestaciones de las determinaciones impuestas por la producción capitalista del espacio, expresan o permiten revelar una realidad social compleja y diversa, marcada por prácticas espaciales que se encuentran asociadas a movimientos de (re) existencia de campesinos de las franjas urbanas denotan la coexistencia de un mosaico de múltiples territorios y territorialidades en los que la relación urbano-rural, campo-ciudad permiten revelar la condición espacial de Ananindeua como espacio de coexistencia y de (re) existencia, las contradicciones inherentes al proceso de reestructuración y producción del capital en el espacio, así como la reproducción de las relaciones sociales de producción.

Palabras clave: Rural-urbano; campo-ciudad; condición espacial; Ananindeua; Pará.

Introdução

Localizado no Nordeste do Estado do Pará, o município de Ananindeua[1] (mapa 1), atualmente se apresenta como um espaço marcado por “acúmulo de tempos” (SANTOS, 1993; SANTOS, 1998) e convergências de modos de vida que se relacionam conflituosamente e/ou solidariamente. Em outras palavras, podemos pensar que as diversas temporalidades, modos de vida, espacialidades, densidades, velocidades e lógicas convivem e, portanto, expressam uma configuração territorial complexa, singular e ao mesmo tempo plural, bem como também embotada de intersujetividades rurais-urbanas.

Resultado de múltiplas e diversas manifestações dos fenômenos urbanos e rurais na Amazônia, o respectivo município configura-se como espaço de intensas e aceleradas transformações socioespaciais, sobretudo a partir dos anos 2000, como produto dos processos de urbanização extensiva do espaço amazônico (MONTE-MOR, 1998) e de metropolização do espaço belenense, processos estes que vem contribuindo para a produção de relações urbanas e rurais diversas e desiguais.

[1] O mapa 1 permite identificar a situação geográfica do município de Ananindeua no contexto da Região Metropolitana de Belém (RMB) e sua delimitação político-administrativa da área rural e da área urbana, bem como, a morfologia da estrutura dos arruamentos.

As determinações impostas pela produção capitalista do espaço em Ananindeua exprimem ou permitem revelar uma realidade social complexa e diversa, marcada por práticas socioespaciais que encontram-se associadas a movimentos de (re)existência de moradores das franjas urbanas, dos espaços de especulações e dos espaço rurais (camponeses, ribeirinhos, quilombolas, movimentos socioterritoriais de luta por moradia) denotando múltiplos territórios compostos por um mosaico de elementos singulares da relação urbano-rural, que expressam a um só tempo, a condição espacial de Ananindeua, as contradições inerentes ao processo de produção do capital no espaço, bem como a reprodução das relações sociais de produção e os modos de vida.

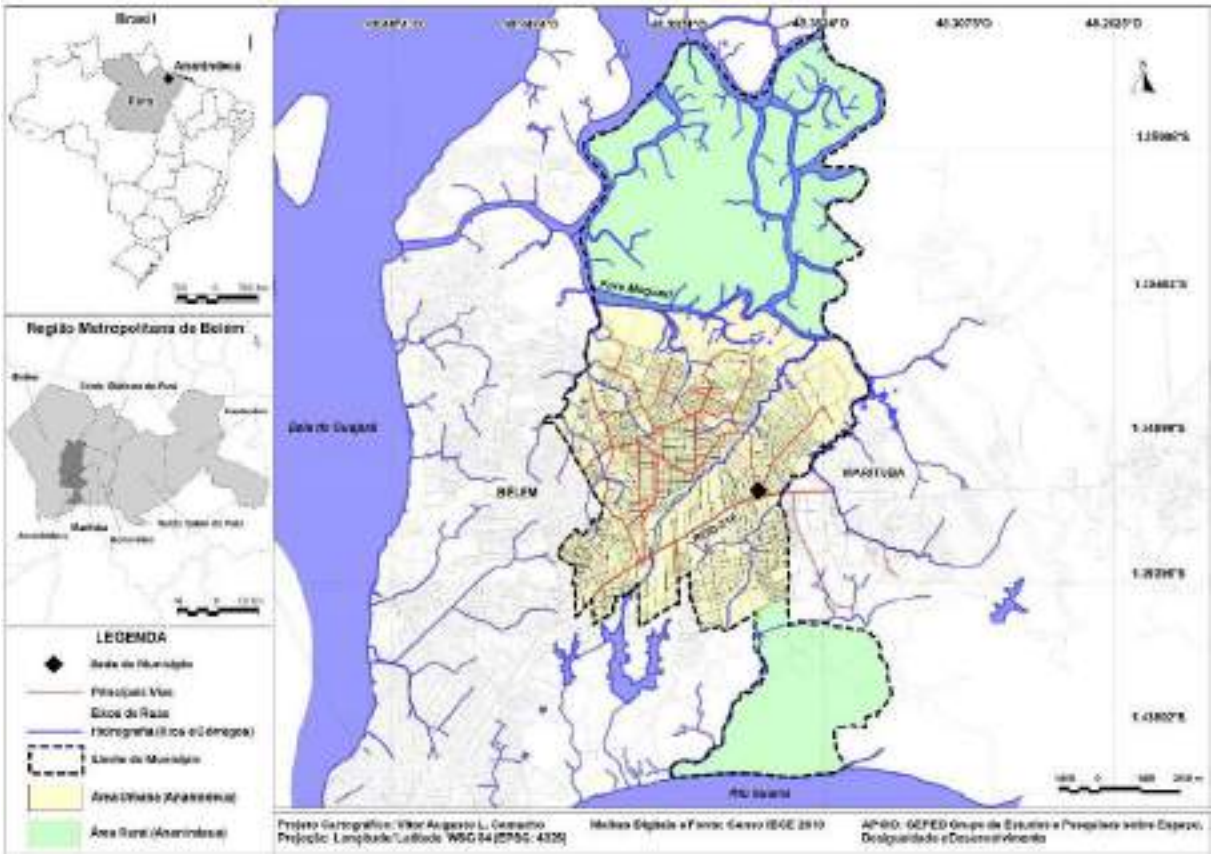
A coexistência do rural e do urbano constituem ainda como resultado de espacialidades e de territorialidades engendradas num contexto de incorporação desigual da Amazônia na divisão territorial do trabalho e dos novos nexos da globalização reeditando o processo de produção do espaço, tendo a urbanização extensiva (MONTE-MOR, 1998) do espaço amazônico como uma condição para a reprodução do capital no território metropolitano.

A perspectiva metodológica de pesquisa se embasa numa preocupação que demanda imbricamento teórico e operativo para melhor realizar as análises das contradições territoriais imanentes à produção do espaço e reprodução do espaço urbano e rural aos auspícios do pensamento dialético. Do ponto de vista dos procedimentos operativos, efetuamos levantamento e análise bibliográfica e documental, registros fotográficos, observações sistemáticas qualitativas, produção cartográfica e pesquisa de campo. Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas, que se constituíram como elementos importantes para o entendimento das relações rural-urbano e cidade-campo. Com efeito, o rural e o urbano em Ananindeua expressa a condição espacial do lugar, a reprodução das relações sociais de produção, as contradições inerentes ao desenvolvimento desigual reveladas nas relações campo-cidade, bem como espacialidades e territorialidades diversas e desiguais elementos que para além de demonstrarem a precarização e a pobreza revelam as (re)existências.

O artigo encontra-se subdividido em cinco partes complementares. Na primeira apresentamos uma breve abordagem aos conceitos de rural e urbano. A segunda parte é marcada por uma contextualização da formação do município e da cidade de Ananindeua no âmbito da Região Metropolitana de Belém (RMB). Por sua vez, a terceira parte consiste na análise da relação campo-cidade, abordando expressões da paisagem, as dinâmicas e contradições socioespaciais. Na quarta parte focamos especificamente na condição espacial em Ananindeua, abordando de maneira específica as condições de reprodução social dos camponeses das franjas urbanas no Bairro do Curuçambá. Por fim, apresentaremos as considerações finais, que constituem momento no qual esboçamos algumas reflexões que permitem pensar elementos gerais, as particularidades e singularidades do espaço

ananindeuense, enquanto síntese de contradições, coexistências e (re)existências inerentes à condição espacial rural e urbana de Ananindeua.

Figura 1: Mapa de situação geográfica do Município e da cidade de Ananindeua, Pará



O Rural-urbano: revisão crítica a algumas perspectivas teóricas

O rural e o urbano constituem termos que apresentam contornos, recortes, composicionalidades e significados específicos de acordo com os campos do saber, com as particularidades e singularidades dos lugares e suas representações políticas, simbólicas e culturais embotadas de intencionalidades. Considerando a importância de se pensar os debates acerca do rural e do urbano na Amazônia para melhor se compreender não somente as especificidades, mas também suas interpenetrações dialéticas, duas indagações se fazem importantes *a priori*: Como apreender o rural e o urbano? Quais perspectivas teóricas podemos acionar para refletir acerca do urbano e rural amazônico?

A respeito da primeira indagação, Endlich (2006) adverte-nos para o fato de que pensar a sociedade atual requer que possamos estabelecer mediações, associações e/ou vinculações com o urbano, posto que a civilização contemporânea caracteriza-se por uma

condição urbana expressa tanto nas formas espaciais, quanto nos conteúdos urbanos metropolitanos ou não metropolitanos (CARLOS, 2014; CARLOS, 2015).

De um ponto de vista pragmático, o estabelecimento dos limites do rural e do urbano continua sendo motivo de preocupação e de muita imprecisão, sobretudo no que tange às delimitações de perímetros urbanos e rurais e classificação de áreas para fins estatísticos (ENDLICH, 2006). Neste sentido, os limites oficiais e/ou delimitação administrativa têm sido utilizados como adjetivos territoriais enquanto elementos para expressar as diferenciações entre o rural e o urbano, perspectiva esta que tende a auxiliar o poder público na constituição de planos, programas e projetos (ENDLICH, 2006).

Não obstante, a adoção de tal limite sem nenhum outro critério, frequentemente utilizado por parte de prefeituras municipais via Lei Orgânica municipal para diferenciar áreas urbanas de áreas rurais (normalmente sem estudo prévio por parte das câmaras municipais de diversas cidades amazônicas que costumam replicar tal prática de maneira a atender seus interesses) implica em sérios problemas para efeito de uma análise interpretativa mais fiel à realidade social do lugar. A título de exemplificação temos o município de Tucuruí, no Sudeste do Estado do Pará, que em seu zoneamento municipal estabelece a Vila Permanente como Zona Rural. Não obstante, tal espaço possui um conjunto de dinâmicas urbanas com presença de um hospital regional, supermercados, farmácias, bancos, laboratórios, hospitais particulares, dentre outros estabelecimentos comerciais e de serviços públicos e privados, fluxos de mercadorias, serviços e pessoas, que expressam a centralidade urbana do lugar. Tais afirmações constam nos estudos realizados por Rocha (2008) que caracterizou tal espaço como "*Company Town*", "Cidade Companhia" espaço construído para abrigar trabalhadores durante e depois da construção da hidrelétrica de Tucuruí.

Ao seu modo, Abramovay (2000) levanta a necessidade de definição de um patamar demográfico como elemento a ser considerado para se estabelecer uma diferenciação entre o rural e o urbano. Segundo a perspectiva deste autor, a concentração e/ou aglomeração demográfica expressaria o urbano, ao passo que o rural definir-se-ia como sinônimo de dispersão.

Por sua vez, a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE define o rural como espaço que apresenta menor densidade demográfica quando comparado com o meio urbano (ENDLICH, 2006). Para o caso do Brasil, considerando os parâmetros da OCDE, somente seriam urbanos os espaços que apresentassem densidade demográfica superior a 150 habitantes por Km² (BERNADELLI, 2006).

As reflexões de Abramovay (2000) e Veiga (2002) vão ao encontro desta perspectiva, guardadas as suas especificidades, à medida em que os autores em questão propõem que se considere três elementos para a definição do rural: 1) o tamanho populacional, 2) a densidade demográfica e 3) localização. A metodologia desenvolvida por Veiga (2002) para

pensar o Brasil rural, que considera os respectivos indicadores, aponta que apenas 411 dos 5507 municípios brasileiros existentes nos anos de 2000 seriam urbanos. Em outras palavras, cerca de 80% dos municípios brasileiros poderiam ser considerados como rurais.

Ainda para Veiga (2002) a densidade demográfica seria o critério mais importante a ser adotado para estabelecer diferenciações entre o rural e o urbano. Veiga (2002) ressalta também que o desenvolvimento rural no Brasil deveria apontar para uma reflexão acerca da necessidade de se promover a "revalorização do ambiente natural" de maneira a questionar ou mesmo negar a perspectiva da "urbanização do campo".

Endlich (2006) ressalta que o uso isolado deste critério expressa uma incompreensão do urbano do ponto de vista dos conteúdos socioespaciais, dos processos e das dinâmicas socioterritoriais inerentes à realidade social brasileira. Tal perspectiva tende a reforçar a dicotomia rural *versus* urbano, campo *versus* cidade, impedindo-nos de pensar as ruralidades, urbanidades, processualidades inerentes a diversidade do urbano e suas manifestações socioespaciais.

Uma terceira perspectiva desenvolvida nas reflexões de Beaujeu-Garnier (1997) ressalta que o rural reuniria percentual significativo da população envolvida em atividades primárias, ao passo que a população urbana estaria envolvida em atividades secundárias e terciárias. Do ponto de vista de um entendimento acerca do novo rural e do novo urbano brasileiro, Santos (1993) propõe que a clássica divisão rural e urbano no Brasil (que centra-se em abordagem das diferenciações por setores econômicos), seja substituída pela divisão em dois subtipos, quais sejam: os espaços agrícolas e os espaços urbanos. Tais subtipos, segundo Santos(1993) permitiriam pensar as regiões agrícolas e as regiões urbanas[2], à medida que muitas regiões agrícolas (e não rurais) no Brasil contém cidades. Por sua vez, em determinadas situações geográficas, teríamos regiões urbanas que contém atividades agrícolas (SANTOS, 1993).

Santos (1993) afirma ainda que as enormes diferenças regionais em relação ao nível de desenvolvimento econômico oferecem problemas para a análise principalmente quando se considera algumas regiões "deprimidas", marcadas por baixo nível de renda e modernização precária. Tais elementos tenderiam a reforçar a dependência funcional entre cidades (SANTOS, 1993).

Endlich (2006) e Bernadelli (2006) afirmam que diante dos desafios de análise do rural e do urbano, dadas as limitações de critérios normativos, necessitamos pensar o rural e o urbano a partir de suas relações, bem como, de sua historicidade e de sua geograficidade,

[2] Segundo Santos (1993) a região urbana tem sua unidade devido sobretudo à interrelação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, as quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. Por sua vez, a região agrícola tem sua unidade devida à interrelação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes (SANTOS, 1993).

considerando as metamorfoses dos territórios, bem como, as determinações processuais que vem contribuindo para a redefinição da condição social nos espaços rurais e urbanos.

Lefebvre (1969) apresenta-nos uma reflexão importante, como ponto de partida para pensarmos o rural e urbano. Para este autor, o rural designa uma condição de vida marcada por disposição técnica precária, por muito tempo de trabalho na produção da subsistência e por constituir-se em processo que não está isento das contradições que permeiam o capitalismo. Dentro dessa perspectiva, a comunidade rural consiste em uma forma de agrupamento social marcada pela relação de proximidade com a natureza, bem como, por singularidades em suas relações de trabalho (LEFEBVRE, 1969).

Por sua vez, o urbano representa uma condição social no qual torna-se possível a superação da precariedade, posto que as condições objetivas materiais e técnicas já existem (LEFEBVRE, 1969). Não obstante, a superação real da vida precária constitui ainda uma perspectiva do *devir* diante das contradições impostas pelo modo capitalista de produção. Dessa maneira, o urbano concebido por Lefebvre como tendência de "urbanização completa da sociedade" pressupõe pensar as melhores condições materiais de vida e de trabalho humano. Tal condição urbana, enquanto perspectiva positiva da sociedade humana em formação, sinaliza para conquistas em relação à qualidade de vida nas relações humanas (LEFEBVRE, 2006).

Considerando a compreensão do urbano enquanto processo que se forma e se constitui no contexto da urbanização da sociedade, Lefebvre (2006) sugere que devamos pensar o rural e o urbano como processos relacionais, que se interpenetram, encontrando-se articulados, à medida em que o rural constitui momento de formação histórica da sociedade, encontrando-se imerso como parte do urbano, este último compreendido como totalidade em totalização.

Ainda para Lefebvre (1969), a urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, como resultado da maneira contraditória como se desenvolve os valores de troca, fato que vem contribuindo para a permanência de "ilhas de ruralidade" em razão da implosão/explosão da cidade. Neste sentido, a relação urbano-rural intensifica-se, uma vez que estruturas agrárias dissolvem-se contribuindo para o afluxo de camponeses despossuídos de terra, que afluem para as cidades em busca de trabalho e subsistência (LEFEBVRE, 1969).

Lefebvre (1969) compreende as favelas como espaços que estabelecem a mediação entre o campo e a cidade, constituindo-se como condição para a reprodução das relações sociais de produção expressas a partir de um conjunto de precariedades e privações quando se considera o urbano enquanto positividade, ou seja, a sociedade urbana em vias de desenvolvimento socioespacial. Como podemos pensar tal afirmação quando consideramos a realidade brasileira e amazônica?

A esse respeito, Alonso & Castro (2016) afirmam que se tornou corriqueiro nos discursos das políticas públicas e nas práticas de planejamento urbano concebidas e implementadas para a Amazônia brasileira, analogias dicotômicas que associavam o urbano à modernização, ao moderno e "civilizado"; ao passo que o rural frequentemente vem sendo associado a ideia de "atrasado" e "não civilizado". Seguindo esta perspectiva evolucionista, economicista e etnocêntrica, as populações amazônicas tendem a serem vistas a partir de estereótipos comumente associados a uma "racionalidade do atraso".

As ideias apresentadas por Alonso & Castro (2016) permite que façamos uma reflexão crítica no sentido de superação de afirmações que tendem a colocar a técnica e a modernização como elementos de superação da condição rural na Amazônia. Compreendemos que a condição rural não está relacionada a um suposto "atraso" nos níveis de desenvolvimento da técnica e da modernização do território amazônico, mas ao processo de colonização que se impôs no âmbito da incorporação da Amazônia no contexto de mundialização do capital, cujas contradições estão expressas nas paisagens e configurações territoriais urbanas e rurais da Amazônia brasileira, a partir da reprodução de assentamentos urbanos precários, conflitos fundiários, concentração de terra, violência no campo e na cidade, segregação socioespacial, condições de vida precária em espaços urbanos e rurais.

Considerando as especificidades do espaço amazônico, entendemos que o rural-urbano necessita ser compreendido como ***relação***, em razão da interpenetração, imbricamento e dialeticidade dos referidos processos. Por sua vez, o rural-urbano necessita ser apreendido também enquanto ***condição*** espacial, diante da necessidade de pensarmos a reprodução das relações sociais de produção no tempo histórico-geográfico. Ademais, mas não menos importante, o rural-urbano deve ser entendido como ***contradição,*** posto que tais processos não estão isentos da interferência das determinações inerentes ao desenvolvimento geográfico desigual e suas manifestações socioespaciais em escalas metropolitanas e não metropolitanas, no rural e no urbano como desigualdade socioespacial, processo este resultante da implosão/explosão da cidade. Com efeito, estas indagações nos remetem à uma tentativa de apresentar algumas perspectivas do rural e do urbano que ao nosso ver, constituem ponto de partida para o entendimento das relações rural-urbano, campo-cidade na Amazônia brasileira. Por fim, acreditamos que alguns aspectos são de suma relevância para pensar as perspectivas teóricas no que se refere ao rural urbano:

- Rural e Urbano não podem se restringir a requisitos meramente quantitativos. Concentração/aglomeração e dispersão enquanto sinônimos de critérios quantitativos desdenham das constituições subjetivas por trás do amplo conjunto de relações e subjetividades que povoam os modos de vida e, portanto, os espaços rurais-urbanos no Brasil e na Amazônia. Ademais, desmerecem uma imensa quantidade de modos de vida tradicionais promovendo um processo de homogeneização que empobrece a

leitura do campo e da cidade. A base central desta leitura pobre, homogeneizadora e, até certo ponto, positivista deriva do pensamento do Paradigma do Capitalismo Agrário e, portanto, é inadequada para se compreender a Amazônia e, sobretudo, o Rural e o Urbano;

- O modo de vida e as intersubjetividades também são aspectos imprescindíveis para compreendermos as relações e práticas do urbano e do rural, sobretudo na Amazônia. Isso pressupõe que a urbanização não é, ou ainda não foi, suficiente para extirpar do espaço os diferentes modos de vidas, as distintas lógicas-racionalidades espaço-temporais (SOBREIRO FILHO, 2016), bem como a dinâmica da natureza e a relação com o homem e vice-versa. Obviamente que os processos desenvolvidos em ambos os âmbitos (concentração de terras, êxodo, expropriações etc.) intensificam as relações intersubjetivas e as conexões. No entanto, tal perspectiva e as metodologias positivistas lastreadas em opções quantitativas implicam na homogeneização que ignoram o processo de recampesinização e territorialização de outras especificidades socioterritoriais (quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc.). Enfim, vale destacar que atende, expressivamente, aos interesses de classe;
- A relação entre sujeitos e temporalidade, em muitos casos, são tratadas de forma limitada e embotada de intencionalidades discriminatórias que não correspondem à realidade. Rapidez, lentidão, modernidade, atraso, precário, natureza, artificialidade, técnica etc. são embasados em princípios, quase sempre, neoliberais e/ou capitalistas que promovem uma colonização do instrumental teórico-analítico sobre o urbano e o rural. Vale destacar que o próprio processo de urbanização latino americano não significou a superação de vários problemas via-de-regra atrelados ao campo (atraso, miséria, lentidão, precariedade etc.). Tais circunstâncias reforçam a necessidade de uma perspectiva que permita pensar a indissociabilidade, conflitualidade e solidariedade para se compreender o rural-urbano;

Formação do município e da cidade de Ananindeua: uma breve periodização do rural ao rural-urbano

A gênese e formação do município e da cidade de Ananindeua está relacionada a um lento e paulatino processo de ocupação de terras por parte de escravos fugidos, que passaram a habitar áreas às margens dos Rios Guamá, Acará, Capim e Moju por volta da primeira metade do século XVIII (MARIN; CASTRO, 1999). Nestas circunstâncias espaço-temporais as formas de uso e apropriação do solo no respectivo território (parte Sul do atual

município de Ananindeua) estavam vinculadas a um modo de vida ribeirinho com predomínio de ruralidades.

No século XIX ocorreu um processo de ocupação de áreas ao Norte do atual Município de Ananindeua por caboclos ribeirinhos, no perímetro onde se localiza hoje os Bairros do Curuçambá e Distrito Industrial (SEROTHEAU, 2012). Naquele momento, as formas de uso e apropriação do respectivo espaço estavam atreladas a uma dinâmica ribeirinha, a lógica do valor de uso em detrimento do valor de troca, bem como à preponderância de ruralidades, sobretudo vinculadas as atividades extrativistas, caça e pesca.

O período que compreende entre o final do século XIX até a primeira década do século XX configurou um momento de transformações no território amazônico, com reverberações onde hoje corresponde ao município de Ananindeua. O "*boom*" da atividade da borracha na Amazônia, sobretudo a partir do final do século XIX, fortemente estimulado pelo processo de crescimento acelerado da indústria automobilística nos países desenvolvidos, contribuiu significativamente para induzir uma divisão territorial do trabalho na Amazônia e incorporação de novos sistemas técnicos no território amazônico (WIENSTEIN, 1993). É dentro deste contexto que na escala do território paraense ocorreu o impulso extraordinário na urbanização da capital paraense, fato que resultou em elevado crescimento econômico e demográfico na cidade de Belém, com aumento das demandas por produtos agrícolas (PENTEADO, 1967).

A instalação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) no ano final do século XIX, constituiu evento significativo do ponto de vista de incorporação de novas áreas do nordeste paraense no contexto das dinâmicas econômicas e espaciais de reprodução do capital, voltadas para o atendimento das demandas alimentares da capital paraense (PENTEADO, 1967).

Em escala local, a formação do povoado de Ananindeua no final do século XIX estava vinculado a estratégias e ações do governo provincial visando estimular o processo de colonização de terras férteis na Zona Bragantina, bem como, incrementar a produção de alimentos de maneira a atender o mercado regional e da capital paraense (MOREIRA, 1989). É neste sentido, que o referido povoado será alçado à condição de "Ponta de Trilho" da referida E.F.B. (PENTEADO, 1967) no ano de 1884, com a inauguração dos primeiros 14 quilômetros da E.F.B. que ligaria Belém ao povoado de Ananindeua (ANANINDEUA, 2006). Tal evento possibilitou a implantação de colônias agrícolas e o surgimento de povoados nas imediações das paradas da Estrada de Ferro de Bragança – E.F.B. (PENTEADO, 1967).

No início do século XX o pequeno povoado de Ananindeua constituído nas imediações da E.F.B. logo ganharia novas dimensões e se articularia com o segundo núcleo do futuro distrito de Belenense, qual seja, a Vila Operária, localizada ao Norte da Estação da referida E.F.B. (ANANINDEUA, 2006). A construção da referida Vila teve sua gênese associada às atividades extrativas de Madeira, de maneira a abastecer as caldeiras *Parah Eletric Railways*

and Lighting Company, criada em 1902 (ANANINDEUA, 2006). No ano de 1916, a respectiva empresa inglesa supracitada vendeu esta área do distrito de Ananindeua para a empresa *Sounders & Davis* que ali implantou o Curtume do Maguari (CASTRO, 2009). A implantação do Curtume Maguari contribuiu para a formação da Vila Operária, posteriormente denominada Vila Maguari, considerada como a primeira forma de aglomeração com características urbanas em Ananindeua (CASTRO, 2009).

Os anos que compreendem entre 1920 ao final da década de 50 na escala da Amazônia brasileira é compreendido como um período de decadência econômica e da rede urbana amazônica em razão do declínio da atividade da borracha, produto que fomentou fortemente a economia amazônica entre meados do século XIX e no início do século XX (CORREA, 1988; RODRIGUES, 1997). Em escala local, evidenciamos a fase de continentalização da cidade de Belém, com expansão de seu perímetro urbano e incorporação de áreas rurais ao respectivo perímetro urbano (MOREIRA, 1989). É neste contexto que a Implantação do Curtume Maguari e a instalação e funcionamento da E.F.B. irão contribuir para a produção de uma divisão social do espaço marcado por diferenciações socioespaciais tanto no âmbito das relações campo-cidade em Ananindeua, quanto do ponto de vista das ruralidades e urbanidades que passam a se desenvolver, vinculados não apenas a valores de uso mas também a valores de troca (CASTRO, 2009).

Segundo Castro (2009), na década de 1940, Ananindeua era apenas um distrito de Belém. Tal situação mudou no ano de 1943, quando no dia 30 de dezembro do mesmo ano, por meio do Decreto-lei Estadual nº 4.505, o Interventor Federal Magalhães Barata promulgou a criação do município de Ananindeua (ANANINDEUA, 2006)[3]**.** Não obstante, sua sede municipal foi reconhecida como cidade apenas no dia 31 de dezembro de 1947, sendo composta pela sua sede e pelos distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari (CASTRO, 2009). Tal qual aconteceu com Ananindeua em relação a Belém, seus distritos de Benevides, Benfica e Engenho Ararí foram desmembrados para a criação do município de Benevides pela Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961 (ANANINDEUA, 2006).

A distribuição populacional do município de Ananindeua, segundo o Censo de 1950 indicava a clara condição de município eminentemente rural, uma vez que, dos seus 13.303 habitantes, aproximadamente 1.000 pessoas ocupavam as cerca de 120 casas existentes na sede municipal (ANANINDEUA, 2006).

Do ponto de vista da produção, Ananindeua apresentava na condição de terceiro maior município do estado do Pará em número de indústrias, tendo no Curtume Maguari a sua mais

[3] No ano de 1948, quando o município de Ananindeua já possuía 13 mil habitantes, deu-se início a uma luta jurídica entre os herdeiros das terras do Abacatal e a Comunidade Quilombola, localizada na porção Sul do município. Tal luta perdurou por cerca de cinquenta anos, tendo seu termino em 13 de maio de 1999, quando o Governo do Estado do Pará concede o Título de reconhecimento de domínio das terras aos membros da Cominidade Quilombola (ANANINDEUA, 2006).

expressiva representação, sendo este considerado um dos mais importantes estabelecimentos industriais do Norte do País[4]. Em levantamento realizado em 1956, constatou-se que do total da força de trabalho local apenas cerca de 20% concentravam-se nos ramos da agricultura, pecuária e silvicultura“[5] (ANANINDEUA, 2006).

Segundo estimativa do então Departamento Estadual de Estatística (tabela 1), a população do município no ano de 1956 havia chegado aos 14.995 habitantes, sendo 7.601 residentes no Distrito Sede de Ananindeua (cerca de 50% da população), 2.316 no Distrito de Benevides, 2.347 no Distrito de Benfica e 2.731 no Distrito de Engenheiro Araci (ENCICLOPÉDIA, 1957). As aglomerações urbanas, entretanto, abrigavam apenas cerca de 14% desta população, sendo que aproximadamente 46% dos 2.118 localizavam-se na Cidade de Ananindeua, indicando a não alteração do perfil rural do Município[6].

Tabela 1- Estimativa da população no município de Ananindeua no ano de 1956

Distrito	População	%
Ananindeua	7601	50,6
Benevides	2316	15,5
Benfica	2347	15,7
Engenheiro Araci	2731	18,2
Total	14995	100

Fonte: Baseado em Enciclopédia, 1957.

O período que compreende entre os anos de 1960 a 1980 corresponde a um momento de transformações aceleradas no espaço regional amazônico como resultado do acelerado processo de urbanização induzido pelo Estado a partir de políticas de planejamento que objetivavam promover a incorporação da fronteira urbana amazônica no contexto da divisão territorial do trabalho (BECKER, 1990). Tal incorporação contribuiu para a (des)organização do espaço regional amazônico, que teve como vetores de transformação a tríade Estrada-terra firme-subsolo (GONCALVES, 2001). O avanço dos processos de urbanização do território e da reestruturação da rede urbana paraense teve sua expressão na produção do espaço metropolitano belenense, com crescimento demográfico e espacial das cidades de Belém e Ananindeua.

A concentração demográfica e espacial na área central da cidade de Belém evidenciado sobretudo a partir das decadas de 1970 e 1980, como produto, meio e condição

[4] ENCICLOPÉDIA, 1957, P. 281.
[5] ENCICLOPÉDIA, 1957, p. 281.
[6] ENCICLOPÉDIA, 1957, P. 280.

do processo de produção da “fronteira urbana amazônica” esteve vinculada a uma lógica-racionalidade espaço-temporal (SOBREIRO FILHO, 2016) marcada pelo estímulo ao modernização do território por parte do Estado (RODRIGUES, 2015; BECKER, 1990). Tais estímulos contribuiram significativamente para uma nova configuração na relação campo-cidade, com o aumento de fluxos migratórios de pessoas das áreas rurais para algumas cidades amazônicas fato que resultou em “inchaço urbano” na cidade de Belém (BECKER, 1990; RODRIGUES, 1998).

A densidade e intensidade do processo supracitados, vinculados a ações de agentes econômicos, do Estado, contribuíram para a desteritorialização de agentes produtores do espaço que não possuiam demanda solvável para consumir o espaço da área central da cidade de Belém (RODRIGUES, 1998). Naquele momento, ocorreu o processo de dispersão do espaço metropolitano belenense (RODRIGUES, 1998). Tal dispersão da forma urbana está relacionada aos processos de desconcentração e reconcentração demográfica, econômica e espacial, bem como, a relativa expansão de vetores da urbanização que passaram a promover espacializações em direção aos Eixos da BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro (TRINDADE JR, 1998).

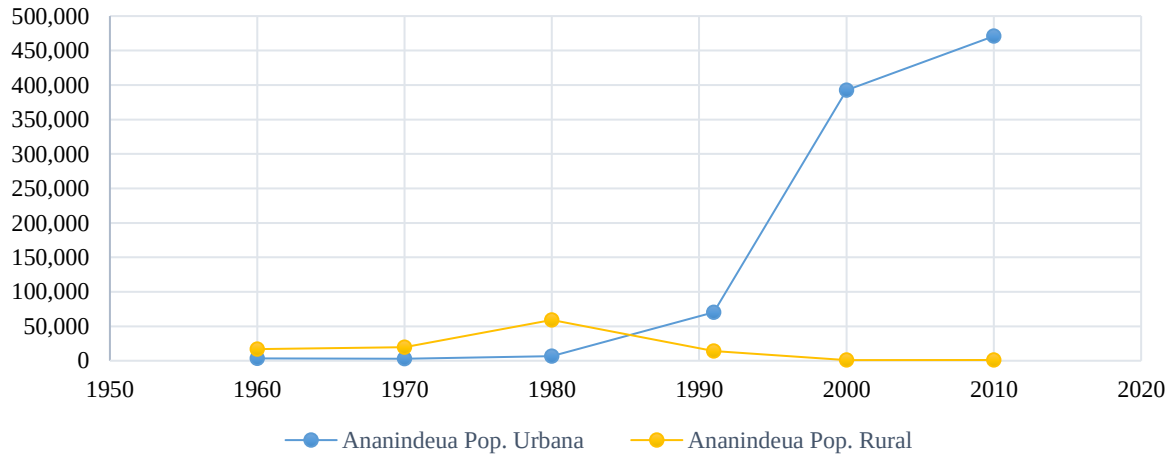
Naquelas circunstâncias histórico-geográficas, áreas do município de Ananindeua consideradas rurais por parte do poder público, passaram a ser incorporadas rapidamente ao perímetro urbano da capital paraense (RODRIGUES, 1998; BARROS, 2009). Assim, o espaço urbano de Ananindeua se consolida primordialmente a partir da implantação dos conjuntos habitacionais[7] (RODRIGUES, 1998)[8].

Do ponto de vista demográfico, o gráfico 1 extraido a partir dos censos do IBGE, permitem expressar a dinâmica populacional do município de Ananindeua, permitindo identificar o período entre os anos de 1980 e começo dos anos de 1990 como momento de rápida e brutal inflexão, quando então a população urbana supera a população rural em número de habitantes.

[7] Segundo Rodrigues (1998), somente entre 1970 e 1980, cerca de 35 empreendimentos foram financiados pelo governo do Estado, chamando atenção para os conjuntos Jardim Maguari, com 2.580 unidades residenciais e concluído em 1982, Geraldo Palmeiras, com 1.100 unidades e concluído em 1986, o Julia Seffer, concluída em 1984, com cerca de 1.172 unidades, e o Cidade Nova, sendo este último, o maior de todos, composto por nove núcleos, concentrando aproximadamente metade da população do município (RODRIGUES, 1998).

[8] O diagnóstico do Plano Diretor urbano de Ananindeua realizado no ano de 2006 subdividiu a sede municipal em Bairros da seguinte maneira: Cidade Nova 1, Cidade Nova 2, Cidade Nova 3, Cidade Nova 4, Cidade Nova 5, Cidade Nova 6, Cidade Nova 7, Cidade Nova 8, Jaderlândia, Guajará, PAAR, Atalaia, 40 Horas, Geraldo Palmeira, Guanabara, Heliolândia, Coqueiro, Icuí-Guajará, Aura, Águas Brancas, Maguarí, Providência, Águas Lindas, Jibóia Branca, Centro e Julia Seffer, Curuçambá, Icuí-Laranjeiras e o Distrito Industrial (ANANINDEUA, 2006).

Gráfico 1: Dinâmica Populacional no município de Ananindeua, Pará (1960-2010).



Por sua vez, a tabela 2 permite ilustrar uma aceleração das taxas de urbanização no município de Ananindeua, que saltou de 10,4% na decada de 1980, para 79,5% na década de 1990, possibilitando demonstrar a intensidade do crescimento demográfico. Um outro aspecto importante evidenciado nos dados dos censos, expressos na tabela 2, diz respeito ao crescimento da população total no município, que saltou de pouco mais de 80.000 habitantes no ano de 1991, para quase 400.000 habitantes nos anos de 2000, fato que demonstra a vertiginosa dinâmica populacional em direção ao referido município da Região Metropolitana de Belém (R.M.B.). A tabela 2 permite ilustrar ainda, que o respectivo município apresenta uma elevada taxa de urbanização (99,8%) para o ano de 2010.

Tabela 2: Dinâmica populacional no município de Ananindeua, Pará.

Período	Pop. Urbana		Pop. Total	Taxa de Urbanização	Pop. Rural
1960	3.353		20.330	16,5%	16.977
1970	2.916		22.527	12,9%	19.611
1980	6.858		66.027	10,4%	59.169
1991	70.051		88.151	79,5%	14.100
2000	392.627		393.569	99,8%	942
2010	470.819		471.980	99,8%	1.161

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Diante dos elementos demográficos apresentados como podemos pensar a relação campo-cidade em Ananindeua? Ainda que as dinâmicas de urbanização tenham avançado sobre o campo ananindeuense de maneira acelerada, a produção agrícola das franjas urbanas de Ananindeua, o modo de vida, a produção artesanal e a atividade pesqueira da

área insular/rural de Ananindeua continuam tendo um papel relevante para o abastecimento de supermercados e feiras de Ananindeua e da capital paraense.

Relação campo-cidade em Ananindeua: expressões e contradições socioespaciais

O período que compreende entre dos anos 2000 ao tempo presente constitui novo momento de formação do espaço metropolitano belenense, marcado por uma sucessão de rupturas e metamorfoses socioespaciais relacionadas ao processo de *"Spreading the Metropolitan Form",* como condição e resultado de novas dinâmicas urbanas associadas aos processos de reestruturação urbana e metropolitana. O *"Urban Sprawl"* constitui produto do processo de mundialização do capital e de metropolização do espaço, fortemente associada ao avanço de novos agentes econômicos que passaram a se territorializar em áreas próximas dos eixos da BR-316 e Augusto Montenegro, fato que repercutiu em processos de desterritorializações e reteritorialização de populações que viviam as margens das referidas rodovias e que passaram a sofrer esse processo face a valorização do espaço, territorializando-se em outras áreas de municípios mais afastados, que compõem o aglomerado metropolitano belenense (VIEIRA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2018).

Tais desterritorializações e reterritorializações estão vinculadas ao processo de produção e consumo desigual na/da cidade. Neste sentido, torna-se evidente nas paisagens urbanas de Ananindeua, as contradições socioespaciais resultantes da divisão social desigual do espaço, expressas nas diferenciações socioespaciais, quando identificamos paisagens urbanas marcadas por dinâmicas capitalistas associadas a produção imobiliária, comércio e serviços (Shopping Centers, Condomínios Fechados localizados em áreas com melhor infraestrutura urbana etc.) voltadas para o atendimento de segmentos sociais que possuem demanda solvável, coexistindo com paisagens que expressam a precariedade das condições de habitação e qualidade de vida, evidenciadas em áreas e bairros periféricos da cidade de Ananindeua.

Em, outras palavras, podemos dizer que o espaço geográfico ananindeuense no início do século XXI constitui-se enquanto um mosaico de espacialidades e territorialidades urbano-rurais que estão diretamente associadas ao processo de produção capitalista do espaço, bem como, à reprodução de relações sociais de produção (capitalistas e não-capitalistas) e suas manifestações socioespaciais. Neste sentido, as formas espaciais dos núcleos centrais da cidade de Ananindeua permitem identificar funções inerentes à condição de centro administrativo, comercial e de serviços, que expressa centralidade a partir da densidade de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços públicos e privados (RODRIGUES, 2017).

Por sua vez, a tabela 3 permite ilustrar que o município de Ananindeua apresenta a maior densidade demográfica, dentre todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, com cerca de 2477,56 hab/Km².

Tabela 3- População, Área e Densidade Demográfica em municípios da Região Metropolitana de Belém, Pará

Município	Total de Habitantes	Área (Km²)	Densidade Demográfica (hab/Km²)
Ananindeua	471 980	190,5	2 477,56
Barcarena	99 859	1 310,3	76,21
Belém	1 393 399	1 059,4	1 315,27
Benevides	51 651	187,8	275
Castanhal	173 149	1 028,9	168,29
Marituba	108 246	103,3	1 047,44
Santa Isabel do Pará	59 466	717,7	82,86

Fonte: Censo do IBGE (2010).

Segundo Rodrigues (2017), o município de Ananindeua apresenta uma lógica de organização interna da cidade, composta por três núcleos centrais principais, quais sejam: Núcleo Cidade Nova, núcleo político administrativo (onde localiza-se a sede do município, bancos, comércio e serviços) e o Eixo da BR-316 entre o quilômetro 1 ao quilômetro 4[9]. O processo de reestruturação da cidade pelo qual vem passando os referidos núcleos de Ananindeua encontra-se fortemente relacionada a uma matriz rodoviária imposta pelo governo federal a partir da década de 1960 ao território metropolitano, fato que contribuiu para intensificar o processo de metropolização do espaço e a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais. Por sua vez, as franjas urbanas de Ananindeua constituem elos mais nítidos de mediação entre o rural e o urbano porque carregam consigo uma condição espacial relacionada a divisão social desigual do espaço cujas expressões revelam as contradições resultantes dos processos de urbanização e metropolização do espaço com manifestações no espaço construído.

Não obstante, no município de Ananindeua evidenciamos um “hibridismo espacial” no que concerne à relação campo-cidade, rural urbano, uma vez que, nas franjas urbanas de Ananindeua, assim como na área rural, desenvolvem-se práticas espaciais e coexistências de temporalidades que revelam uma realidade social em que as atividades agrícolas exercem importância para a sobrevivência de moradores do referido município. Para o caso da área

[9]Acerca deste último núcleo, convém ressaltar a expressiva concentração de filias de concessionárias, pertencentes a grandes corporações nacionais e internacionais, como: Honda, Motobel(tratores), Chevrolet, Mercedes-Benz/Rodobens, Nissan, Iveco (caminhões), KIA Motors, Renault, Ford, Fiat, Hyundai, Raviera Motors e Volkswagen, além de 5 agências bancárias, 2 supermercados, e um Shopping center (Shopping Castanheira).

insular de Ananindeua, composta por 9 ilhas[10] (VIANA, 2017) a atividade da pesca exerce papel significativo para a reprodução social dos moradores do lugar.

Condição espacial e resistência camponesa na Região Metropolitana: os camponeses do bairro do Curuçambá em Ananindeua

A região metropolitana se apresenta expressivamente complexa pelo amplo conjunto de práticas, espacialidades e relações multi e trans-escalares que se desenvolvem e consubstanciam temporalidades, conectividades, conflitos, racionalidades, articulações que compreendem o processo de produção do espaço perante e para com a natureza. O Rural e o Urbano se apresentam historicamente indissociados no processo de produção, consumo e transformação do espaço desde a perspectiva histórica, com a transformação a partir do encontro de diferentes modelos de produção do espaço até a atualidade. Em outras palavras, temos um processo complexo e conflituoso que *a priori* envolve a invasão portuguesa na região e mais tarde se complexifica, ao longo dos séculos, com a abertura de fazendas/glebas que compreendem um outro modelo de produção do espaço também baseado no viés agrário.

Obviamente que diversas mudanças em temos de modelo de sociedade e seus princípios, valores e lógicas que regulamentam as relações são expressivas ao longo do tempo. No entanto, conforme já destacamos, um dos processos mais relevantes para compreendermos a complexidade desta região metropolitana amazônica emerge com o avanço da urbanização, pois a coexistência, correlação e indissociabilidade pressupõe objetivamente tanto práticas quanto intersubjetividade(s) rural(is)-urbana(s) amazônica(s). Em outras palavras, podemos dizer que essa intersubjetividade reedita e até mesmo dissolvem as fronteiras do rural-urbano amazônico a todo momento. Deste modo, alguns pontos parecem extremamente relevantes:

1) A Região Metropolitana de Belém e, sobretudo, o município de Ananindeua devem ser compreendidos por objetividades, intersubjetividades e transubjetividades rurais-urbanas amazônicas dialéticas que tornam-se ainda mais evidentes ao longo do tempo histórico;
2) No bojo do processo de urbanização e metropolização existe um campesinato que busca resistir, sobretudo, através da organização da produção, tendo a coletividade, a organização e a solidariedade como componentes de parcela de sua lógica;

[10] As ilhas de Ananindeua são denominadas de: João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (VIANA, 2017).

3) Este campesinato explicita uma relevância e relações recíprocas, ou seja, o urbano e a metropolização, por mais que sejam a locomotiva de seu processo expropriatório do campesinato, se apresentam com elevado grau de relação e relativa reciprocidade, sobretudo, quanto tomamos como ponto de partida a indissociabilidade Produção-Consumo-Distribuição-Troca;
4) Mesmo diante dos processos de expropriação ocorridos na região metropolitana, a mesma ainda é foco para as ações de um campesinato que busca na mesma outro espaço de reprodução socioespacial (vazios urbanos, espaços públicos e privados, bem como áreas de especulação rural e urbana na metrópole): estar na metrópole também é do interesse do camponês e o mesmo busca resistir para isso;
5) Por último, buscando reforçar a ideia das intersubjetividades e transubjetividades rurais-urbanas Amazônicas, destacamos a existência de processos multi-escalares e imbricações de fronteiras que evidenciam a impossibilidade de operar a dissociabilidade rural-urbano em Ananindeua. As quantidades e qualidades se transmutam e não se dissociam, bem como são fluídas e não se restringem às ontologias do trabalho, mas à compreensão do modo de vida;

Tais pontos peremptórios à compreensão do rural-urbano permite-nos pensar o papel do campesinato na região metropolitana e suas expressões e narrativas evidenciados a partir de entrevistas realizadas. A princípio destacamos o processo de transferência e, portanto, desterritorialização e reterritorialização em outra área (a atual) deste campesinato ainda no bojo da Região Metropolitana, bem como também o desenvolvimento das intersubjetividades rurais-urbanas mais especificamente, neste caso, no município de Ananindeua, diante do avanço da urbanização e ações do poder público:

> Sr. Luiz: [...] Aqui era tudo rural. A nossa história, ela é um pouco longa. Na década de 1969 para 70 nós trabalhávamos na área do curtume Santo Antônio, lá na Terra firme. As áreas lá eram todas da Universidade Federal do Pará. A gente então adquiriu uma concessão através de um arrendamento né, um aforamento que a Universidade dava para os trabalhadores rurais desenvolver pequenas hortas. Nós trabalhamos aproximadamente uns 7 a 8 anos lá. Quando foi na década de 1972 nós fomos transferidos não por falta de terra, mas pela garantia do trabalho para as terras do Maguari aqui em Ananindeua. E nós fomos distribuídos no que hoje é o conjunto da COHAB Cidade Nova 6. A nossa horta era lá onde é o Colégio Godim Lins hoje. Aquela área alí ela era explorada por nós. Quando foi da década de 1979 pra 1980, com a força da urbanização e a construção dos conjuntos habitacionais, nós fomos remanejados de lá pra cá pro Curuçambá, que era onde tinha terra disponível para a agricultura familiar. E nós fomos remanejados através do apoio do BNH, onde o BNH deu todo o suporte, mudança, abertura de áreas, através do trator de esteira [...]. Eles prepararam, nos remanejaram e nós estamos até hoje aqui. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Outro processo extremamente relevante se trata da organização do campesinato com o fito de conquistar avanços organizacionais no sentido produtivo. De formalizações político-jurídicas para poder efetivar o acesso desde o capital usurário até as próprias políticas públicas, bem como o próprio salto de associação à cooperativa foram estratégias para possibilitar a resistência e sua reprodução socioespacial na franja urbana metropolitana belenense:

> Ao chegar aqui nós sentimos uma certa dificuldade em fazer uma certa reinvindicação para o governo porque nós não tínhamos instituições que nos representasse. Aí nós fundamos uma caixa agrícola apoiada pela Secretaria de Agricultura do Estado que já existia. Não era um estatuto, mas que dava um certo respaldo para o agricultor organizado. Quando foi na década de 1984 a caixa agrícola já fugiu da sua função porque as coisas evoluíram e, com essa evolução, ela não tinha muito respaldo para nos amparar legalmente. Onde surgiu os benefícios para financiamento, empréstimo. Aí nós tivemos que fundar uma associação. Nós fundamos essa associação no ano de 1988, que é esta associação que nós estamos até hoje. Com essa associação as coisas mudaram porque com ela nós passamos a ter acesso a um atendimento pelas instituições governamentais. Quando chegou 2003, a associação já não tinha respaldo para atender as nossas necessidades porque as políticas públicas do governo federal chegaram. O mercado abriu. Aí então nós migramos para cooperativa em 2003. Estamos até hoje na cooperativa aonde nós participamos das políticas públicas do governo através da venda pra merenda escolar, das vendas constitucionais para as universidades, para abrigos, para as creches e assim. A cooperativa é formada por 12 associações. Então nós hoje estamos trabalhando ainda engatinhando porque somos muito pequenininhos para participar dos editais lá fora. Mas existem os enquadramentos, existem os direitos das instituições e depois sobra uma fatiazinha para nós. A nossa esperança é alcançar algo melhor. Mas para isso é preciso que nós se prepare melhor também. Estamos nos fortalecendo através da produção. [...] e com essa situação nós estamos aqui, a evolução vai acontecendo, a urbanização vai pressionando e nós éramos aqui 600 agricultores aqui. Migraram uma parte para o interior. Uma parte está distribuída aqui na metropolitana aonde nós contamos com terras para trabalhar. Dentro do nosso município não tem mais. Mas nós não desistimos e temos aqui a nossa agricultura urbana e periurbana. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Não obstante de parcela expressiva do campesinato, as políticas públicas que garantem a comercialização e renda cumprem função importante no processo na efetivação da resistência pela produção. Destacamos, inclusive, que as mesmas são uma forte base para garantir a resistência deste campesinato, visto que parcela significativa alijada deste processo passa a vender suas terras para adquirir outras em áreas mais longínquas ainda da região metropolitana:

> JCR: E os agricultores que migraram, foram para quais municípios?
> Sr. Luiz: Eles estão distribuídos pelos municípios de Benevides, do Acará, Santa bárbara, temos ainda agricultores em Mosqueiro. Aqueles agricultores que tem aptidão para o ramo, eles procuram alternativa para se manterem. Outros fazem campo de futebol, vendem suas propriedades aqui e procuram outro ramo. Mas 1/3 permaneceu. Uns na agricultura periurbana e outros e outras áreas, mas não abandonaram. Com a chegada das políticas públicas nós estamos lutando.
> JCR: quais as políticas públicas hoje?
> Sr. Luiz: Nós temos o PNAI e o programa do MEC e da SEDUC em que n´ss abastece a merenda escolar. É o sistema que coordena esta política pública de

> merenda escolar. [...] é feito uma licitação, pregão, e a gente vai participar. Quem ganhar atende. Quer dizer, não é qualquer um que ganha. Só pode participar agricultores familiares e as instituições que representam. No caso de associação, cooperativa de agricultor familiar, participa. Essa foi uma política pública do governo Lula que veio atender o agricultor familiar que não tinha acesso ao mercado. A outra política pública é o PAA – programa de Aquisição de Alimentos. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Ademais, no atual cenário de golpe e diante de um processo amplo em que o governo Temer execrou a agricultura camponesa familiar de quase todas as instâncias organizacionais, operativas e políticas do Estado, este campesinato passa a viver momentos de maior vulnerabilidade sobretudo pela aniquilação das políticas públicas voltadas para a produção e consumo das classes populares subalternas:

> Sr. Luiz: este cenário é muito triste para nós agricultores familiares. Hoje o agricultor tem o mercado para vender, mas não tem o produto. Por que que ele não tem o produto? Porque ele não tem apoio para produzir adequadamente para poder atender ao volume de produtos que tem que fazer entrega. Aí você tem que fazer de comunidade em comunidade para poder abastecer a demanda. A dificuldade está em obter apoio tanto do Estado quanto do governo federal, apoiar o agricultor para que ele possa ser abastecido e ter condições de escoar a sua produção. E por ele não ter esse apoio, ele não consegue produzir, pois a cooperativa não é governo, não tem dinheiro para financiar o agricultor. O Restaurante popular era bancado com esta produção da agricultura familiar. O governo através da CONAB pagava os agricultores que deixavam os produtos no restaurante popular. O restaurante popular iria fazer o alimento e vender a preço simbólico para ass pessoas pobres. Como essa política pública não é mantida, não é apoiada aqui, os restaurantes populares estão todos fechados por aí.
> Voltando, as universidades são contempladas para seu restaurante através desta compra do PAA para ter um prato a R$1,00. Isto era financiado pelo governo federal. Agora está tudo acabado. Não tem nada. O Exército brasileiro. Os editais saem, aí o exército abre licitação. Nós apresentamos a nossa proposta com preço pequeno e então passamos a abastecer o exército. Sai aqueles atravessadores que estavam explorando. Essa política pública foi criada no governo do Lula, antes da Dilma. Agora com o governo Temer praticamente acabou tudo. Nós estamos de mãos abanando, sem poder desenvolver aquilo de tão bom que nós temos. As pessoas dizem assim: "- Senhor Luiz o senhor é PT". Eu não sou PT, eu não sou coisa nenhuma. Eu sou um produtor rural. E eu tenho, sofro na pele aquilo que não é bom para gente quando o governo vem e estabelece essa política. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Ademais, destacamos a dupla importância da cooperativa, camponês-consumidor, localizada em uma região metropolitana que convive com a pobreza e com a miséria cotidianamente. Por fim, a Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará Pará – COPG, arregimenta uma ordem ampla de produtores:

> Sr. Luiz: São 12 Associações e 700 agricultores. Aqui nas ilhas ela tem a Associação das Ilhas do Igarapé Grande, que tem 200 agricultores. Paulo Fonteles, lá em Mosqueiro, tem 80. O Marimari 1 tem 80, o Marimari 2 tem 80.[...], temos 40 lá na Olga Benário. Aqui na Associação de Agricultores de Ortifrutigrangeiros da Gleba Guajará nós temos uns 200 agricultores, só aqui. A cooperativa atende aqui, mas o domicílio dela é Belém. Porque nós podemos participar da licitação da prefeitura de Ananindeua pela associação e podemos participar da licitação lá da SEDUC pela cooperativa, porque pela prioridade, a instituição tem que ser local. Assim, a nossa

> sede da cooperativa fica em Belém, na Avenida Independência. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

A narrativa de seu Luiz permite-nos apreender as contra-estratégias de resistência de trabalhadores camponeses na Região Metropolitana de Belém, diante das ações promovidas pelo governo federal no sentido de fortalecimento da "razão neoliberal" pautada no estímulo ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar.

Considerações finais

Pensar a relação rural-urbano em Ananindeua pressupõe refletir, do ponto de vista ***geral***, o urbano e o rural como categorias analíticas cujas determinações epistemológicas necessitam ser redefinidas e continuamente problematizadas, uma vez que, as mesmas encontram-se vinculadas a tentativas de se pensar o ***movimento da práxis social***, prenhe de transformações que são operadas em diferentes escalas e dimensões.

Do ponto de vista das ***particularidades***, a relação rural-urbano em Ananindeua necessita ser compreendida enquanto processos socioespaciais que possuem determinações amplas, e que encontram-se amalgamados e dialeticamente articulados enquanto perspectivas que permitem-nos pensar relações e contradições inerentes ao contexto histórico-geográfico no qual impõe-se a produção capitalista do espaço na escala amazônica.

Do ponto de vista das ***singularidades***, necessitamos compreender a relação rural-urbano enquanto condição espacial imanente à reprodução das relações sociais de produção, o que pressupõe pensar o "hibridismo espacial" do lugar, o plano das convergências socioespaciais e coexistências "entre-lugares", que para além de exprimirem sociabilidades diversas, permitem pensar a diversidade do urbano e do rural em Ananindeua, enquanto condição de (sobre)vivencia e (Re)existência social no contexto de produção dos espaços urbanos-rurais.

A reflexões aqui apresentadas constituem elementos lançados para se pensar o rural e o urbano não como pares dicotômicos que se opõem, mas como processos que resultam de reverberações associadas a ações do Estado, à urbanização do território, metropolização do espaço, bem como, à reprodução das relações sociais de produção, de maneira a se apreender as múltiplas e diversas espacialidades e temporalidades urbanas "submersas" nos espaços vividos da cidade de Ananindeua, enquanto mosaico de manifestações urbano-rurais que permeiam a diversidade do espaço amazônico.

Referências

ABRAMOVAY, **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA, (Texto para discussão), 702, 2000. 33p.

ALONSO, S.; CASTRO, E. R. Políticas, mediações e territórios: interpetação sobre o urbano-rural na Amazônia. **Revista de ciências sociales.** Nº 71, octubre, novembre y diciembre, 2016.

ANANINDEUA (2006). **Relatório Diagnóstico do Plano Diretor do município de Ananindeua**, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 2ª edição. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian., 1997. 555p.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de janeiro: ZAHAR Editores, 1990.

BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitaker (Org). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 33-54.

BRASIL. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Volume XIV. Rio de Janeiro, edição do IBGE, 1957.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1960**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1970.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

_____. IBGE. Produto Interno Público dos municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm.> Acesso em: 15/02/2017.

CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.

CARLOS, A. F. A. a produccón contraditoria del espacio urbano y luchas por derechos. **Revista Cidades**, v. 11, n. 19, p. 130-163, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.39-68, jul./set. 1988.

COSTA, B. S. **Relações entre patrões e operarios no pará do século xx: representações do Curtume Maguary para memória da sociedade ananindeuense**. Monografia de Conclusão de Curso (História). ESMAC. 2009.

CRUZ, E. **A Estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitaker (Org). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo " As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea". Belo Horizonte, UGMG, 2006.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** 3ª ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1969.

MARÍN, R. E. A; CASTRO, E. M. R. **No caminho das pedras do Abacatal: experiência de grupos negros no Pará.** Belém: UFPA/NAEA, 1999

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento**: um olhas ambiental. In: SANTOS, M. et. al. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: MOREIRA, Ediorfe. **Obras reunidas de Ediorfe.** Belém: CEJUP, 1989.

PENTEADO, Antônio Carlos Rocha. **Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará.** Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).

ROCHA, Gilberto M. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia.** Belém: UFPA;NUMA, 2008.

RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade, Unidos na Condição: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana:** urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém, NAEA, 1997.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas:** análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

RODRIGUES, L. L. C. **Reestruturação da cidade**: centro e centralidade urbana de Ananindeua a partir dos equipamentos e serviços urbanos essenciais no Eixo da BR-316, km4. Belém, (Monografia) Graduação de Geografia, Universidade da Amazônia, 2017.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SIROTHEAU, J. L. Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade do Abacatal (Pará). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, Belém, Pará, 2012.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. Geografia em Questão, M. Cândido Rondon, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010.

_____. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. GeoGraphos, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015. _____. Ocupações de Terra no Brasil

(1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. GeoGraphos, Alicante, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa:** Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 301p.

VIANA, J. M. M. R. **Atividade Pesqueira e organização social**: o caso das comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro, Ananindeua, Pará. Belém, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2017.

VIEIRA, D. C. M; RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Mapeamento e anális de desigualdades socioespaciais: abordagem interpretativa a partir da cidade de Belém, Pará. **Geosaberes**. Fortaleza, v.9, nº 17, p.1-21, jan-abr, 2018.

Weinstein, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. Edusp, São Paulo: Hucitec, 1993.

Sobre os autores

Jovenildo Cardoso Rodrigues – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará; Doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista; Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará.

José Sobreiro Filho – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil.

Adolfo Oliveira Neto – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará e em Pedagoa pela Universidade do Estado do Pará; Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor da Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará” foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor **Jovenildo Cardoso Rodrigues**, ficou responsável pela revisão teórico-metodológica e levantamento de dados relativos ao espaço urbano. O segundo autor **José Sobreiro Filho**, ficou responsável pela revisão teórico-metodológica

relativa ao espaço agrário. O terceiro autor **Adolfo da Costa Oliveira Neto**, ficou responsável pela construção das representações gráficas, revisão textual e tradução.

Recebido para publicação em 07 de setembro de 2017
Devolvido para a revisão em 30 de setembro de 2017
Aceito para a publicação em 12 de janeiro de 2018

Permanência na Comunidade Cilo Bananal em Vitória do Xingu, Pará: um estudo a partir do lugar

José Antônio Herrera
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Altamira, Pará, Brasil
e-mail: herrera@ufpa.br/herrera@pq.cnpq.br

Fernanda Oliveira Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Altamira, Pará, Brasil
e-mail: nandageo12@gmail.com

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Porto Velho, Rondônia, Brasil
e-mail: mada.geoplan@gmail.com

Resumo

Neste artigo discorre-se acerca da permanência de moradores da comunidade Cilo Bananal, do Município de Vitória do Xingu (PA). Trata-se de uma comunidade formada por nordestinos que vieram trabalhar nos seringais do Alto Xingu, e que tiveram acesso aos seus lotes por meio da ocupação de terras devolutas e doações. Em geral, os comunitários apresentam o sentimento de pertencimento ao seu lugar, mesmo não sendo mais essencialmente agrícola como no início de sua formação. A pesquisa se estabeleceu com o intuito de compreender a lógica de reprodução social do grupo e suas relações com o lugar de morada que os fazem permanecer na comunidade. A metodologia emprega técnicas de coleta de dados como questionários semiestruturados, observação in locus e entrevistas. Os resultados apontados na pesquisa indicam elementos importantes e que são fundamentais para permanência do grupo na comunidade Cilo Bananal, quais sejam: Religiosidade, relação de parentesco e vizinhança, amenidade. Essas conexões explicam em grande medida, os sentidos que os moradores dão à Comunidade. O espaço vivido é construído com base nas redes de solidariedade assim como a infraestrutura e serviços básicos que consolidam a vontade de permanecer.

Palavras-chave: Elemento de permanência; moradores; comunidade; lugar; pertencimento.

Staying in the Community Cilo Bananal in Vitória do Xingu, Pará: a study from the place

Abstract

This research aimed to understand the elements of permanence of rural residents in their community. For the development of this research, we take as an object of study a rural community in the municipality of Vitória do Xingu (PA) call Cilo Bananal. A community that was formed by Nordestinos came to work in the rubber plantations of Upper Xingu. Who had access to their plots through public land and by donations. The community study shows a strong sense of belonging to their place of abode, even if not more essentially agricultural as in the early days of its formation. The motivation for the research was established in order to understand social reproduction of the logic of the group and its relations with the dwelling place that make them stay in the community. The methodology employs data collection techniques such as semi-structured questionnaires, observation and interviews in locus. The results presented in the survey indicate important factors, which are fundamental to the group's stay in Cilo Bananal community, namely: religiosity, kinship and neighborhood amenity. These connections largely explain the way that residents give to live in the community and because I never left it. The

living space is built based on solidarity networks as well as infrastructure and basic services that consolidate the will to stay.

Keywords: Permanent element; residents; community; place; belonging.

Permanecer en el Cilo Bananal Comunidad en Vitória do Xingu, Pará: un estudio del lugar

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo comprender los elementos de la permanencia de la población rural en su comunidad. Para el desarrollo de esta investigación, se toma como objeto de estudio de una comunidad rural en el municipio de Vitória do Xingu, en Pará, llamada Cilo Bananal. Esta es una comunidad que se formó por Nordestinos que vino a trabajar en las plantaciones de caucho de Alto Xingú que tenían acceso a sus parcelas a través de terrenos públicos y por donaciones. El estudio de la comunidad muestra un fuerte sentido de pertenencia a su lugar de residencia, incluso si no más esencialmente agrícola como en los primeros días de su formación. La motivación para la investigación se estableció con el fin de comprender la reproducción social de la lógica del grupo y sus relaciones con la morada que hacer que se queden en la comunidad. La metodología emplea técnicas de recolección de datos, tales como cuestionarios semi-estructurados, observación y entrevistas en el locus. Los resultados presentados en la encuesta indican factores importantes que son fundamentales para la estancia del grupo en la comunidad Cilo Bananal, a saber: religiosidad, parentesco y equipamiento de barrio. Estas conexiones explican en gran medida la forma en que los residentes dan para vivir en la comunidad y porque nunca dejé. El espacio de vida se construye sobre la base de las redes de solidaridad, así como la infraestructura y los servicios básicos que consolidan la voluntad de quedarse.

Palabras-clave: Elementos permanentes; residentes; la comunidad; el lugar; que pertenece.

Introdução

O presente artigo resulta da pesquisa feita na Comunidade Cilo Bananal, no município de Vitória do Xingu (PA). A Comunidade em estudo está inserida num contexto de colonização típica das formações de povoamentos rurais na região da rodovia Transamazônica, que teve como impulso principal as políticas de colonização sobre a justificativa de integração territorial e segurança nacional, em um uso estratégico do espaço.

Dentro desse contexto, levas de imigrantes vindos principalmente nordeste brasileiro, se deslocaram atraídos por um possível espaço de reprodução. Esses fatos estão relacionados com a formação da comunidade Cilo Bananal, possíveis de serem notados a partir de 1950 com o segundo ciclo da borracha, onde Becker (2001, p.135) afirma que, “no caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional”. A ocupação também está ligada, por conseguinte, com o desenvolvimento de grandes projetos, tendo como marco a construção da Transamazônica. Como relata Becker (2001, p.135), “a ocupação se fez invariavelmente e ainda hoje se faz a partir de iniciativas externas. Segunda, a importância da Geopolítica”.

A comunidade foi selecionada por apresentar dinâmica diferenciada em relação as demais que foram acompanhadas pelo Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais (GEDTAM) durante o período 2011 a 2016. Inicialmente, a principal atividade econômica era exclusivamente pautada na agricultura, hoje, o que se constatou é o distanciamento da atividade que os fixaram no meio rural. O enfoque da pesquisa realizada foi diagnosticar as razões que corroboraram para permanência no local, mesmo estando desvinculados da agricultura.

Para chegar aos elementos de permanência foi necessário estudar a comunidade considerando sua composição por múltiplas dimensões, para isso foram delimitadas selecionadas as contribuições teórico-metodológicas, consideradas relevantes para o estudo, em destaque.

Contexto rural: O foco principal do trabalho é a análise do meio rural como lugar de morada e de trabalho, como destaca Brandão (2007, p.57), “o centro da vida vivida e pensada é uma quase sinuosa linha que passa pela natureza, de morar no lugar de trabalho”. Configurando um rural no qual não necessariamente está pautado na produção agrícola e com economia de base nos recursos naturais. O componente definidor, no entanto, é condicionado pela própria relação que os moradores estabelecem com a terra. Nesse sentido, Ponte (2004, p. 7) “analisa o rural como a constituição de um local de vida, com particularidades de modo de vida e referências identitárias, fazendo com que se construa um sentimento do local”.

Deste modo propõem-se, a partir do estudo de caso da comunidade Cilo Bananal, analisar a relação sujeito/lugar, verificando as principais as mudanças ocorridas nas estratégias de reprodução socioespacial da comunidade. Ao realizar a análise fez necessário um olhar do espaço rural, não somente como espaço por excelência da produção agrícola, mas como “espaço de vida” onde tem “gente” que faz escolhas entre o permanecer no campo, não precisando sair do campo para se consolidar como cidadão.

Espaço/lugar: Partiremos do entendimento do Espaço, enquanto objeto de estudo da Geografia, para chegar ao Lugar. Corrêa (1995b, p. 44) define o espaço como “Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas”. Espaço, possui vários significados, no entanto, pretende-se trabalhar com o mesmo no sentido de “constituído como um mosaico de lugares especiais, cada qual estampado pela vontade, valor e memória humana” (BUTTIMER, 1985, p. 177). Nesta perspectiva, o mote do trabalho está no espaço vivido, sendo que este ganha o contorno de “Lugar” à medida que vai estabelecendo valores resultante da relação dos moradores com o próprio espaço.

A opção por centralizar o debate na categoria Lugar, justifica-se pelo reconhecimento e valorização da percepção do morador no seu cotidiano. Necessário destacar que a escolha da categoria foi justamente os elementos presentes dentro do conceito que nos auxiliará na construção da interpretação dos resultados, os quais são: leitura dos lugares por meio da subjetividade do homem comum, valorização dos sentimentos humanos e de suas experiências com seus locais de vida, a relação sujeito-lugar, desvendado um mundo vivido, construído sob as experiências e sob os fundamentos simbólicos do lugar.

Produção Agropecuária Familiar: O termo agricultura familiar, nos remete a vários modos de produzir na agricultura, é por isso que existe uma densidade conceitual muito abrangente relacionada a categoria pela infinidade de situações particulares de produzir no Brasil e na Amazônia. Sobre a generalidade de interpretações relacionado ao termo agricultura familiar, Wanderley (1996, p. 2) relata que “na realidade, a expressão seria ‘um conceito genérico’, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Parafraseando Herrera (2012), ao tentar adaptar os conceitos, agricultura familiar e camponesa, à realidade de produção da Amazônia que apresenta uma diversidade nos seus modos de produzir no campo, por exemplo: ribeirinhos, quebradeiras de coco, seringueiros, quilombolas, indígena, etc. Os conceitos instituídos não abarcariam a demanda das especificidades.

Tendo em vista os questionamentos feitos por Herrera (2012), destaca-se a ressalva que faz sobre a necessidade de pensar a condição da produção familiar na Amazônia para além dos conceitos clássicos estabelecidos, isso por considerar que há uma diversidade de dinâmicas produtivas na Amazônia.

> Notadamente, facilitaria a pesquisa se adotado um ou outro conceito (camponês ou Agricultor Familiar) para fundamentá-la, mais diferente disso a proposição foi adotar a expressão, Produção Agropecuária Familiar- PAF, para tratar a unidade de diversidade, salientando que as situações são as mais diversas, tendo deste a produção familiar pautada em costumes e hábitos tradicionais até as que mantêm o núcleo familiar como gestor e executor das atividades com a interferência direta do capital, tornando uma produção consolidada do ponto de vista capitalista (HERRERA 2012, p. 110).

Destaca-se que os conceitos estabelecidos não abarcariam a diversidade percebida na Amazônia, que vai desde um agricultor camponês até um agricultor familiar mais integrado ao mercado, como rotineiramente acostuma-se acessar nos debates sobre o rural brasileiro. Não que se tenha, aqui, a negação de um ou outro conceito. Na verdade, existe a tentativa de aproximação destes com a realidade amazônica estuda. Por isso, levou em consideração o que Herrera (2012, p. 109) destaca, “estabelecer como ponto focal as intepretações dos produtores que se agrupam pela prática centrada na dinâmica familiar”, permitindo assim uma certa transitoriedade entre os conceitos no estudo da comunidade Cilo Bananal.

Metodologicamente, iniciou esse ensaio com análise bibliográfica numa perspectiva fenomenológica, e observações gerais na comunidade, com o intuito de perceber as relações estabelecidas na comunidade que emerge no lugar. A percepção dos indivíduos e suas histórias está estritamente ligada as suas experiências e seus desejos, são esses atributos que dão significados a partir da vivencia que cada um tem com seu lugar. O que faz um espaço se tornar lugar é o próprio significado que as pessoas atribuem a ele. Nesse sentido Tuan (1975, p. 128) diz que, “é a experiência, individual ou coletiva, que toma os lugares visíveis”. Na mesma linha Holzer (1999, p. 23) afirma, “o lugar tem uma personalidade e um sentido”.

Considerando que na existência há a busca pelos melhores lugares para viver, nossas experiências acontecem no lugar, nosso mundo começa no nosso lugar, lugar esse das brincadeiras, dos primeiros amores, das relações de vizinhança e amizades, as quais proporcionam o sustento através do trabalho. Tuan (1980, p.130) destaque que “as pessoas sonham com os lugares ideais”. No decorrer do trabalho, pensaremos os sujeitos, não como meros fornecedores de informações, mas como construtores do lugar, sujeitos participativos, pois seus anseios entre o permanecer e o sair dos seus lugares são a principal fonte de interpretação das reflexões. Com essa compreensão foi realizado as entrevistas semiestruturadas com intuito de estabelecer a análise socioespacial, capitando dados quantitativos e qualitativos importantes para elaboração deste texto.

Procedimentos metodológicos

O método utilizado na pesquisa é o fenomenológico, pautado no estudo da percepção, envolto de significado, portanto, o estudo da essência, manifestado na consciência do ser (HUSSERL, 1986). De maneira que primou pela concepção individual sobre o lugar natural, seu ponto de referência inicial deu início as suas primeiras experiências.

O lugar nos princípios da fenomenologia é definido como o lugar da existência, vivenciado e com significação atribuídos pelos seus sujeitos, existindo um desenrolar histórico entre ambos. Para Buttimer (1982, p. 176), “é a relação da pessoa e o mundo. A pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo estão engajados nos processos e padrões observáveis no comportamento evidente”. O que vem interessando até hoje com relação a abordagem fenomenológica referente ao estudo do lugar é justamente esse envolvimento com tudo que é humano, tudo que é subjetivo.

Sobre a aplicação da fenomenologia na geografia e principalmente no estudo do lugar, Relph destaca que:

> Se puder ser bem utilizada em geografia, se puder ser combinada com a atitudes do humanismo, acredito que ela terá a oferecer interpretações de

> experiências geográficas é sensíveis recomendações para construção de ambientes e lugares (RELPH,1977, P.179).

Dessa forma, a aplicação do método fenomenológico só é interessante “na medida que é fundada sobre a compreensão das impressões e das atitudes humanas” (GOMES, 1996, P.327). A valorização do mundo das experiências é a principal contribuição da fenomenologia no estudo do lugar, aqui a Comunidade Cilo Bananal.

A fundamentação está nos textos que abordam a família e o trabalho na agricultura, assim como relações com os lugares de morada, amparado a partir das contribuições de estudo de outras comunidades como fez Dantas (2011), Heredia (1979), Woortmann (1997), Garcia Junior (1983), Herrera (2012), assim como o envolvimento dos moradores rurais com seus lugares como mostra o estudo de Tuan (1980; 1983), Oliveira (2014) e Relph (1979).

O mote está em entender o cotidiano das pessoas que vivem na comunidade, identificando os pioneiros (pessoas que residem na comunidade desde a sua formação), que participaram de todo o processo de formação. Foram selecionados cinco pioneiros que relataram sobre a formação socioespacial da comunidade, contribuindo para compreensão acerca de como a mesma foi se organizando durante sua formação, sendo identificados três grupos: a) agricultores; b) moradores não mais agricultores e c) moradores que nunca trabalharam na agricultura.

Foram realizadas vinte (20) entrevistas do universo de trinta e seis (36) domicílios existentes no núcleo comunitário, sendo essas distribuídas pela representação dos três (03) grupos identificados, assim foram feitas: nove (09) entrevistas com moradores que constituíam o grupo (a) agricultores; sete (07) com moradores não mais agricultores e; quatro (04) entrevistas com os moradores que nunca trabalharam na agricultura. Ressaltando que as entrevistas foram feitas com suporte de um formulário composto por questões objetivas e subjetivas.

Para Minayo e Sanches (1993) a pesquisa quantitativa tem como finalidade trazer à luz fatos, indicadores e tendências observáveis. Já as gravações das narrativas serviram como subsidio para percepção da subjetividade, contribuindo para análise qualitativa, a qual segundo Alves (2011, p.18) possibilita perceber “[...] os valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade dos fatos e processos particulares e específicos de grupos ou indivíduos”.

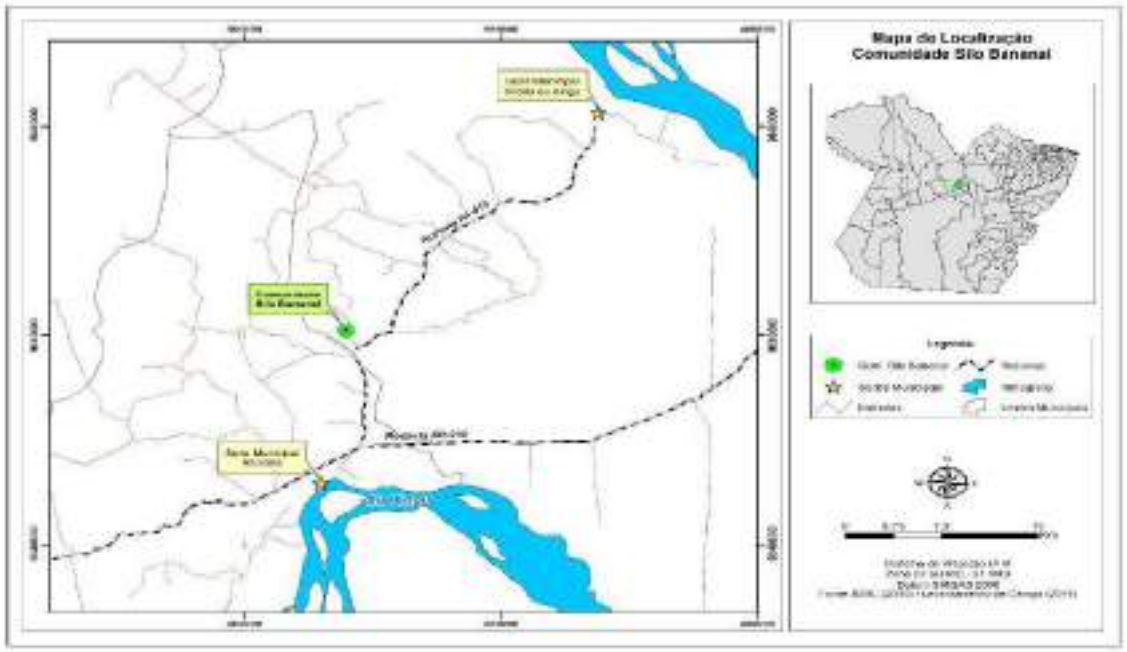
É interessante ressaltar que a pesquisa foi feita com os moradores que mantém relação direta com a vila ou participaram da sua formação, mesmo morando nos lotes, sentem-se parte da comunidade, dependente dos seus serviços prestados no núcleo da vila. A questão central está em verificar os motivos que levaram os moradores permanecerem na comunidade, apesar das possibilidades de saírem em função do aporte do empreendimento

Belo Monte no território, sendo provocados a mobilidade em função postos de trabalhos e/ou indenizações.

Área de estudo: elementos da formação socioespacial

A pequena comunidade conhecida como Cilo Bananal está localizada 2km da rodovia PA 415, que liga Altamira ao município de Vitória do Xingu, aproximadamente 16km da cidade de Altamira e 30 km de Vitória do Xingu no Pará, como pode ser observado no Mapa 1.

Mapa 1: Localização da comunidade Cilo Bananal.



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A ocupação da comunidade tem início no ano de 1965, realizada por nordestinos exclusivamente da cidade de Martinópolis (CE). Os ocupantes da localidade vieram fugindo da seca que afetou o Ceará em 1958, como consta no Caderno de Desenvolvimento Celso Furtado (2011, p. 23), “Em 1958, o Nordeste é atingido por mais uma grande seca, não menos severa. Por esta razão, em 1959 os governadores recém-eleitos no Nordeste assumiam um discurso desenvolvimentista a Juscelino Kubitschek, ao mesmo tempo em que formavam um coro sobre o abandono da região pelo governo federal”.

Diante das dificuldades enfrentadas pela seca, muitos nordestinos aceitaram a proposta do governo federal em migrar para a Amazônia como relata um desses migrantes, pioneiro na ocupação da vila.

> Sou natural do Ceará, da cidade de Martinópolis, o que me fez sai de lá, foi um momento da vida do ser humano, que foi difícil e o Nordeste sempre passou por momentos de crise por causa da seca, aí foi o tempo de 1958,

> esse ano foi um momento difícil para muitas pessoas. Ai em 1959 o governo abriu passagem para muitos nordestinos sai, aí foi o momento que eu saí do Ceará em janeiro de 1959 (Morador pioneiro, C.E).

Os moradores mais antigos (pioneiros) afirmam que a comunidade foi iniciada com oito famílias que saíram do Ceará fugindo da seca para trabalharem principalmente nos seringais do Alto Xingu. Sobre a saída dos nordestinos e seu trabalho nos seringais, Carvalho (2005.p. 95) diz que, "foi uma grave seca, nordestinos que procuraram sua sobrevivência na Amazônia, região imune, por suas águas, ao flagelo. Muitos deles foram se escravizar no duro serviço dos seringais".

Em 1965, com o declínio da exportação da borracha para o mercado internacional, muitos seringueiros abandonaram a atividade e é nesse momento que começa a se formar a comunidade. Sublinha-se, então que a comunidade hoje denominada e reconhecida como Cilo Bananal, originou-se conforme as histórias contadas pelos moradores do lugar, por um senhor chamado José Cardoso de Lima que veio junto com as oito famílias para o Alto Xingu. Como era o mais "letrado" e o mais "intendido" dentre o grupo se destacou e foi exercer atividades que não estavam relacionadas com a extração da borracha.

José Cardoso conseguiu com o tempo juntar dinheiro e comprou um lote onde hoje é a comunidade. Conforme as famílias que vieram com ele do Ceará iam saindo do seringal e essas não tinham perspectiva de retorno para suas terras de origem, ele as convidava para morarem nesse lote e doava um pedaço de terra para construírem suas casas.

Sobre esses aspectos, nota-se na fala de um desses moradores que recebeu a terra para construção de sua casa:

> Seu Cardoso veio com a gente em 1958, mais de todas as oito famílias que vieram trabalhar no seringal aqui no Alto Xingu, ele era o mais letrado, era esperto e sabido, nunca cortou borracha e foi logo de amizade com o dono dos seringais. Ele virou regatão[1], ganhou dinheiro e depois saiu do seringal, comprou esse pedaço de terra que hoje é a vila e conforme não deu mais na borracha lá no Alto ele chamava para o Bananal e doava um pedaço de chão para as pessoas que vinham para cá. (Moradora da comunidade E.C).

Assim, as famílias que saiam dos seringais iam para a comunidade onde recebiam a doação de um pedaço de terra, estabeleciam e demarcavam seu próprio lote na área aos fundos da comunidade que se formava, para eles as terras eram consideradas devolutas. Cada família "tirou", demarcou, sua porção de terra. O que para eles ficou conhecidas como terras devolutas, Carvalho (2005) definiu na literatura como terras livres, pois a:

> existência de uma fronteira agrícola, no interior do país, foi a condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente, pelo fato da existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posses. Conquista um novo território, no qual se instala com seu

[1]Termo que significa: aquele que compra por atacado para vender a retalho. (Dicionário Online em Português)

> grupo familiar e tenta construir um espaço camponês de vida e de trabalho. (CARVALHO, 2005, p. 41-42).

Uma vez instalados, muitos ficaram na vila que era o local de residência e iam para seus lotes produzir, sendo a área dos lotes chamada de centro que é o local de produção, por estar mais ao centro da floresta, distanciando da rodovia. Outros moravam e produziam em seus próprios lotes. Com relação a esse momento de chegada e posse da terra, os moradores relatam:

> De início aqui parecia uma aldeia, um monte de casinha com um único terreiro grande onde as pessoas se reunia para capinar. (Moradora da comunidade, E.C)

> Chegando aqui no Bananal, era mais ou menos assim, você chegava e dizia daqui até aqui e meu, era assim, eram terras devolutas. Mais hoje é tudo regularizado. (Morador da comunidade, E.N)

Ao tirarem seus lotes começaram a trabalhar na agricultura, cada um na sua terra. A produção predominante era/é a agricultura branca, como o arroz, feijão, mandioca e o milho. Com relação aos cultivos citados Heredia (1979) diz que:

> Dentro do roçado predominam a mandioca, o milho e o feijão, culturas que nós costumamos caracterizar como de "subsistência", pois se trata de produtos que são consumidos pelos próprios produtores. Estes produtos provenientes do roçado, ou porque são consumidos diretamente ou pelo dinheiro obtido com a sua venda, são os responsáveis pela subsistência familiar, isto é, pela provisão dos bens necessários à reprodução física e social das famílias desses pequenos produtores (HEREDIA, 1979, p. 8).

Segundo relatos, José Cardoso de Lima, morador que importante no que diz respeito a memória e as histórias contadas pelos atuais moradores, ao acolher os amigos nordestinos que vieram com ele trabalhar nos seringais do Alto Xingu em seu lote, fazendo doações de pequenos pedaços de terra, preocupou-se também em fortalecer os laços da nova comunidade em formação. Com isso instalou uma igreja, sem vínculo com outras denominações já existente e também fundou uma pequena escola na qual o mesmo lecionava. Moradores da época dizem que:

> O sonho dele era formar uma cidade, uma agrovila com o povo dele, e de certa parte acho que realizou o sonho dele pois hoje somos comunidade. Logo após ele fez a igreja para que todos que morassem aqui fossem batizados e casados, essa igreja era independente, não tinha vínculo com nenhuma denominação, por motivos de ausências do seu José Cardoso devido algumas viajem para o Alto a igreja criou vínculo com a Assembleia de Deus, o que não foi bem visto por ele, pois queria formar uma denominação sem vínculo com as tradicionais. Mais a igreja fortaleceu os vínculos, nos finais de semana todos saiam do centro e vinham para a vila se reunir nos cultos e confraternizar, foi um ponto importante para a formação e fortalecimento da comunidade. Depois ele foi professor porque acreditava que o saber tinha que ser distribuído. (Pioneiro da comunidade E. C).

Conforme os relatos, a igreja e a escola foram importantes para o processo de formação da comunidade. Considerados pontos de referência e de recordações dos seus moradores.

Nesse sentido, conhecer a formação socioespacial contribuiu para interpretações e conclusões, as quais apontam diferenças entre a comunidade Cilo Bananal e as demais comunidades do seu entorno, principalmente o interesse de seus comunitários em permanecerem na comunidade enquanto os demais buscavam mecanismos para se deslocarem em função do empreendimento hidrelétrico no território. Afinal, segundo Chaveiro (2014, p.251), “conhecer é aprender a densidade histórica de um tema na relação que possui com a sociedade da qual é parte; conhecer e aprender um fenômeno concretizado no espaço no qual estar determinado”.

Caracterização da comunidade

A comunidade Cilo Bananal está localizada entre as coordenadas 030 04’ 18.6” S, e 0520 11’ 18.9” W, fazendo parte da área rural do município de Vitória do Xingu. Apesar de ser município de Vitoria do Xingu, os moradores da comunidade, devido a proximidade, estabeleceram e ainda estabelecem a relação de dependência com o centro urbano da cidade de Altamira.

Não existem registros, sobre a comunidade, nas prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu, que façam referência a formação ou aspectos históricos, nem mesmo, quanto ao contingente de pessoas que moram efetivamente na localidade. Foram encontrados apenas os tramites recentes, referentes as obras atuais em função das condicionantes geradas pelo empreendimento hidrelétrico Belo Monte. Devido as dificuldades encontradas na obtenção das informações oficiais sobre a vila, optou-se por entrevistar o coordenador do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em Altamira. Com relação a comunidade e seus aspectos o coordenador Douglas Gomes de Oliveira diz que:

> Bom, em primeiro lugar a Transamazônica é colonização, então a primeira estratégia das famílias quando vieram para essa região foi tentar se agrupar. A primeira forma que a gente identifica claramente como forma de agrupamento são os aglomerados familiares, você tem os primos, os tios, os pais, os irmão, então as primeiras relações são de parentesco. Depois os filhos começam a casar e a construir suas casas, a região passa a ser convidativa, outras famílias começam a chegar na localidade, passam a morar. Então no eixo da transamazônica houve muito isso, pequenas aglomerações que depois se tornaram grandes. Se você for perguntar você vai perceber que existe uma relação de parentesco muito grande entre eles e que juntos fazem suas atividades em forma de mutirão, com colheitas, plantios, um modelo bem camponês. A comunidade Bananal ainda é voltada a agricultura e a pecuária, mais é rodeada por fazendas onde a pecuária prevaleceu, os pequenos proprietários foram vendendo seus lotes e os fazendeiros foram comprando e fortalecendo a pecuária na região. Para a

> gente considerar vila em relação a uma localidade rural tem que ter mais de 51 domicílios ocupados naquela localidade para ser separado como um setor a parte, tendo um código e um tratamento diferente como vila, se tiver mais de 51 casas ocupadas, passa a ser uma vila contada em separado da área rural. O Bananal existe uma vila, (chamamos de vila de forma não oficial mais levando em consideração a percepção do morador que considera a localidade como vila). Ela estar dentro de uma área rural maior, mais ela não é contada em separado, ela é uma vila identificada, nós do IBGE identificamos a vila, mas para o IBGE para ser considerado como setor censitário em separado tem que ter no mínimo 51 domicílio ocupados e o Bananal não tem. (Douglas Gomes de Oliveira, coordenador do IBGE em Altamira/PA)

A comunidade Bananal tem 36 domicílios ocupados e mais um ramal onde moram alguns produtores que mantem ligação direta com a vila, a mesma tem um contingente populacional de aproximadamente 130 pessoas. A vila está situada em uma área circundada por fazendas e com atividade predominante a pecuária. Como observado na figura 1:

Figura 1: Imagem da comunidade Cilo Bananal

Fonte: Isaias Oliveira, 2011.

Os principais produtos da comunidade são: a farinha, criação de animais (Porcos e Galinhas) e frutas e verduras, sendo a farinha de mandioca o produto de maior importância desde sua formação até os dias atuais. As atividades agrícolas são realizadas nas áreas dos lotes que ficam nos travessões. Sobre a produção de farinha de mandioca em comunidades rurais na Amazônia, Woortmann (1997) relata que:

> O beneficiamento da farinha pelas famílias, caracterizou mais uma atividade reguladora dos sistemas de produção familiar na Amazônia, primeiro por

> estar naturalmente na base alimentar das pessoas e segundo por ser um produto que pode ser produzido o ano inteiro. (WOORTMANN,1997. p, 238).

Em concordância com o exposto pela autora, os agricultores também afirmam ter a atividade como reguladora de seus sistemas. Para eles a mandioca é de fácil manuseio e adaptável em quase todos tipos de solos, além de ser a base da alimentação da própria unidade de produção. A seguir, na figura 2, é possível verificar o modelo das tradicionais farinheiras da comunidade.

Figura 2: Casa de produção de farinha

Fonte: Acervo GEDTAM (2016)

A comunidade, nós últimos anos, vem ganhando contornos e caracteristicas mais modernas em função do atendimento das condicionantes geradas pela implantação da Hidrelétrica no município de Vitoria do Xingu. Não deixando suas caracteristicas históricas, nota-se a constante reorganização espacial na comunidade, de modo que concilia o tradicionalismo do rural amazônico com estruturas tecnológicas, tornando um atrativo para permanência das famílias no seu lugar.

Após a intervenção da Prefeitura Municipal de Vitoria do Xingu em parceria com a Norte Energia no ano de 2015, a comunidade conta com uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde com atendimento médico, além das igrejas (Assembleia de Deus e Só o Senhor e Deus), um campo de futebol e uma praça. Na figura 3 é possível observar a nova configuração espacial da comunidade. Ao comparar a imagem da figura 3 com a apresentada na figura 1 é possível visualizar as conquistas feitas pela comunidade ao ter reivindicado

melhorias para comunidade, melhorias essas que contribuíram significativamente para decisão tomada pela maioria das famílias de permanecerem na comunidade.

Figura 3: Comunidade Cilo Bananal após reforma em 2015

Fonte: Rosimeire, 2015.

Os moradores da comunidade Cilo Bananal relatam que a escola, a igreja, o campo de futebol e o posto de saúde foram todos construídos por eles, em regime de mutirão, depois que a estrutura estava pronta é que acionaram a prefeitura para arcar com o funcionamento e aparelhamento, processo registrado na fala de um morador:

> Tudo isso aqui foi nos que construímos, um ajudava daqui outro dali quando a gente ia ver estava feito. Só em 2015 que a prefeitura veio e reformou tudo, mais se hoje tem foi porque a gente fez. (Morador da Comunidade, I.O)

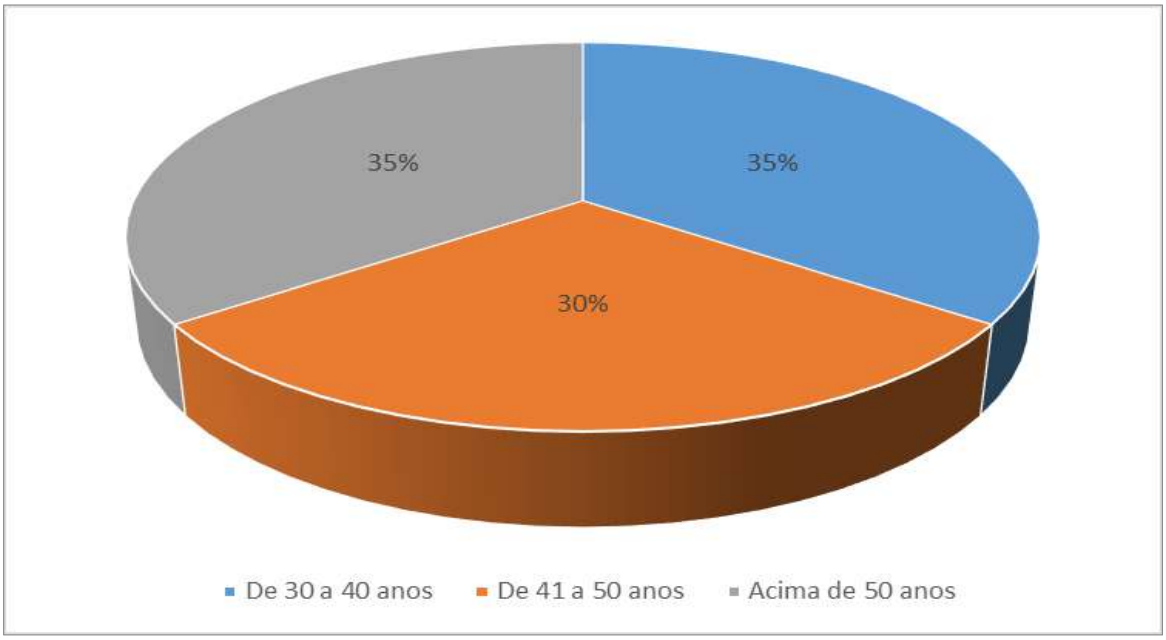
Sendo assim, a relação dos moradores vai além de uma clientela, eles se consideram construtores dos serviços básicos, outrossim, produzem o espaço, bem como os adaptam as suas necessidades.

Características da população Cilo Bananal

Os moradores da comunidade Cilo Bananal residem há muitos anos na localidade, muitos nasceram ou vieram pequenos com seus pais. Conforme mostra o gráfico o grupo que mora de 30 a 40 anos são os naturais da área de estudo, representam 35% do total dos

entrevistados. Os de 41 a 50 anos são moradores que vieram ainda crianças com seus pais, representam 30% e os que estão acima de 50 anos morando na comunidade são aqueles que participaram do processo inicial de formação da comunidade, esse grupo representa 35% dos entrevistados, ver gráfico 1.

Gráfico1: Anos de moradia na comunidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.
Nota: Dados de 20 questionários aplicados.

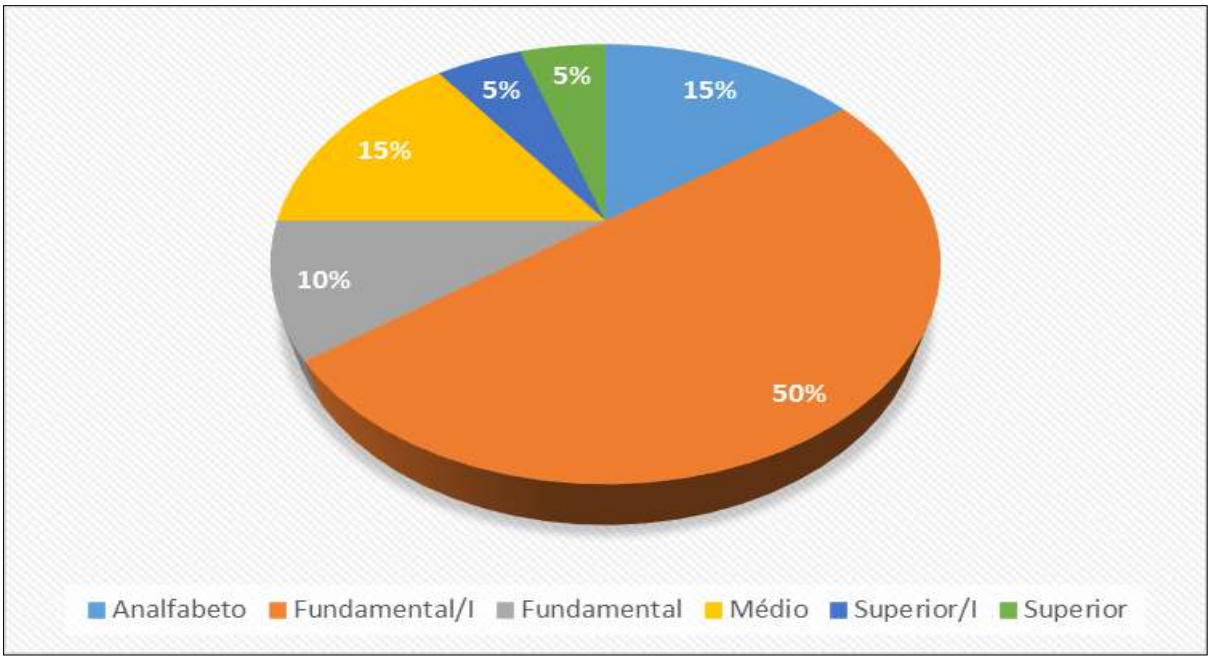
Podemos perceber que a permanência por longos anos na comunidade construiu a identidade do grupo em estudo. Sobre o tempo de vivência nas localidades rurais, Herrera (2012, p. 134) relata que “Localidade (a vila), os lotes, forma um sistema que não é algo dado, mais um complexo construído ao longo da vivência da família”. Tendo como base a história e as redes de parentesco existentes no lugar, construídas durante anos.

Quanto ao estado civil, verificou-se que 80% dos entrevistados são casados, 10% são viúvos e os demais são solteiros (5%) ou divorciados (5%). Destaca-se essa situação por concordar com a Woortmann (1995, p. 157), para quem o “[...] casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mais duas famílias que entram em acordo, trata-se de um *affaire de famille”.*

Como destaca a autora, os casamentos em comunidades rurais estão, em sua maioria, atrelados a herança, ao repasse das terras ou das casas, a preferência e que os indivíduos se casem com membros da própria comunidade, numa espécie de acordo, assim se evita a fragmentação do patrimônio construído, essa realidade e bem comum a comunidade Cilo Bananal.

Quanto o grau de escolaridade dos residentes, observa-se na sua maioria apenas o fundamental incompleto tendo uma representatividade de 50%, apresentado no gráfico 2. Os moradores nessa condição são os sujeitos mais velhos da comunidade que, segundo eles, não tiveram oportunidade para estudar devido ao trabalho na roça, segundo eles quando criança tinham que ajudar os pais, quando adultos tinham que trabalhar para sustentar a própria família.

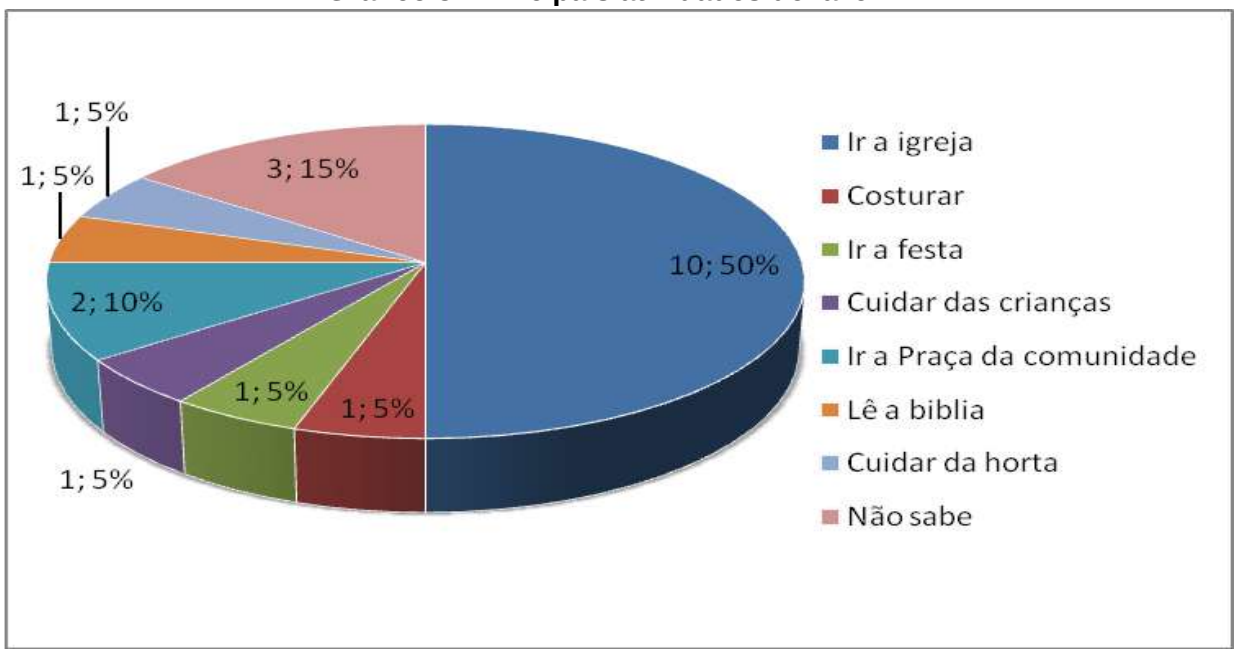
Gráfico 2: Grau de escolaridade dos residentes.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.
Nota: Dados de 20 questionários aplicados

Quanto as principais atividades de lazer, ir à igreja foi a mais relatada, com 50% de representatividade, isso demostra, no gráfico 3, a forte ligação religiosa da comunidade. A igreja foi importante dentro do processo de formação, atualmente constitui o principal ponto de encontro e sociabilidade. A religiosidade em grupos rurais como Relata Santos (2009) expressa a construção da identidade e direcionamentos de comportamentos nas comunidades, funciona como um guia da consciência, de si mesmo e do próximo.

Gráfico 3: Principais atividades de lazer.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.
Nota: Dados de 20 questionários aplicados

As demais atividades, apontadas pelos moradores, também acontecem na própria comunidade, como; ir à praça, cuidar das criações, cuidar da horta, costurar, lê a bíblia. A exceção é ir as festas, registrando a representação de 1,5% de moradores que saem da vila algumas vezes ao longo do ano para participarem de festas.

De acordo os moradores, apesar de ter acontecido a redução das atividades realizadas na agricultura, essa ainda é a principal fonte de renda da comunidade Cilo Bananal, com uma representatividade de 45%, isso porque no passado a comunidade era na sua totalidade agrícola, produziam para o consumo e vendiam o excedente nas feiras em Altamira/PA. Esse excedente servia para a compra de produtos que a família não produzia, como destaca um agricultor da comunidade.

> A gente plantava de tudo, era para comer e para vender, [...] a gente vendia na feira, meu marido saia daqui sabe que horas? 2h da madrugada, para pegar um carro que vinha de Vitória, aí lá tudo que levava vendia, o feijão a farinha. Com o dinheiro da feira a gente comprava o que não tinha aqui, o oléo o açucar. A carne que a gente comia era de caça (Agricultora da comunidade, D.C)

Todos os membros da família trabalhavam na roça, principalmente na produção da farinha de mandioca, que objetivava a venda de parte da produção, as demais atividades como: frutas, feijão e o milho eram e ainda é para o consumo familiar e/ou para as criações como porcos e galinhas.

Sobre a agricultura de base familiar Carvalho (2005, p. 18) diz que, “[...] família é o suporte da produção, cujo objetivo nada mais é que o de garantir a própria existência”.

Atualmente os agricultores da comunidade Cilo Bananal mantem essa mesma estrutura citada por Carvalho, empregam a mão de obra familiar, tendo a farinha ainda como principal produto e vendendo o excedente nas feiras em Altamira/PA.

As demais ocupações registradas em entrevistas, como: vigia, servente, agente administrativo e zelador, todas são realizadas no espaço da própria vila, apenas no caso do professor tem sua função realizadas fora da comunidade, pois atua em uma escola na cidade de Altamira. Entre as famílias, 88% das entrevistas, trabalham na própria comunidade, percentual significativo para manutenção da comunidade rural, tendo em vista que não precisam sair para trabalhar, evitando um movimento pendular, consequentemente o êxodo rural.

Deste modo, os indicadores socioeconômicos (renda, escolaridade, estrutura da comunidade, serviços prestados, formas de lazer, etc.) que apresentamos, servem para expressar o grau de intensidade e comprometimento das relações de sociabilidade e de uma história de comunhão na Cilo Bananal, dando significado à formação da identidade do lugar.

E por que permanecer?

Para responder essa perguntar foi necessário realizar um diagnóstico qualitativo, interpretação individual e coletiva, considerando que o viver em comunidade é viver entre comuns. Evidenciou-se entre famílias pesquisadas que os argumentos mais frequentes quanto ao permanecer na vila estão vinculadas as amenidades relacionados a tranquilidade e ao sossego, a religiosidade e a relação de parentesco e vizinhança.

Com relação às amenidades nos ambientes rurais quais sejam a tranquilidade e o sossego, Veiga (2002, p. 33) diz que, “o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio”. Essa valorização do natural em oposição ao artificialismo da cidade como relatada pelo autor, foi encontrado na Cilo Bananal a medida que os moradores mencionam ter uma vida de paz, sem barulho torna a vida na vila mais agradável. Com relação às amenidades apresentadas, podemos notar nas falas dos três grupos estudados, conforme fragmentos abaixo.

> Viver na colônia e diferente da cidade, não maltratando a cidade até por que precisamos falar que a cidade também tem sua importância. Mais na roça o lugar é mais sossegado (Agricultor residente na comunidade, C. E).
>
> Fico aqui mesmo não sendo mais agricultor por causa da calma. (Ex agricultor residente na comunidade. I. O).
>
> Aqui o clima é mais agradável e melhor para se viver (Residente na comunidade que nunca trabalhou na agricultura R. O).

É notório que as amenidades são um ponto importante, a afabilidade do lugar contribui para o permanecer na comunidade.

A religiosidade é outro ponto comum entre seus moradores, parte expressiva dos moradores são evangélicos. A igreja serve como local de sociabilidade e de regulação do comportamento dos residentes, viver na comunidade e ficar perto da fé. Segundo Naves e Mendes (2015, p. 18).

> A religiosidade influencia o cotidiano dos moradores do meio rural é de grande importância, visto que eles estabelecem uma espécie de código de conduta, permeados pela ideia da obrigação para com a religião.

Conforme a fala dos autores a religiosidade na comunidade Cilo Bananal está presente no cotidiano como condutora da justiça e da verdade. Participar das programações da igreja é colocada como a principal atividade de lazer, marca fundante do lugar que dá identidade ao grupo. Isso fica evidente nas falas apresentadas a seguir:

> Mais o centro de tudo aqui é a igreja, e o caminho estreito mais que nos conduz a verdade, 80% da comunidade e evangélica, a comunidade é forte por causa dela (Agricultor residente na comunidade, E. C.).
>
> Enquanto tiver vida vai ser aqui que vou morar, por que aqui somos de uma mesma região, somos uma família e além do mais somos da mesma fé (Ex agricultor residente na comunidade, J. M).
>
> A igreja nos representa nesse laço de família e comunidade, temos duas coisas que nos orgulha aqui, a igreja que nos ensina o caminho da paz e a escola que nos ensina como andar aqui nesse mundo (Moradora da comunidade, que nunca trabalhou na agricultura. E. E).

Fica evidente que a relação dos moradores com a igreja forma uma identidade coletiva, dando-lhes predicados ao Lugar de morada, um lugar que aglutina qualidades e significados com base nas experiências dos moradores.

Além da religiosidade, ficou constatado que na Comunidade Cilo Bananal as famílias se conectam através das relações de parentescos e vizinhança, morar na comunidade é morar entre os seus, é morar entre parentes mesmo muitas vezes não tendo nenhuma relação consanguíneo. Woortmann (1995), no seu trabalho sobre colonos do sul e sitiantes do nordeste, percebeu essas relações.

> Uniformidade social e territorial fundada em fortes laços de parentesco e vizinhança são as conexões predominantes. O parentesco constitui, então, um contrato; viver em paz significa viver como parentes (WOORTMANN, 1995. p. 30).

Em conformidade com o exposto pela (WOORTMANN, 1995) encontrou-se na comunidade Cilo Bananal as relações parentesco e vizinha como alicerce de segurança e de

paz, pois sempre tem a quem recorrer nas horas difíceis. Os depoimentos dos entrevistados destacam essa situação.

> Aqui todo mundo é amigo desde pequeno, todos conhecidos. Todo mundo é parente e amigo. Então não faz sentido sair daqui. (Agricultor residente na comunidade, E. E).

> Somos uma família aqui, uma grande família e isso nos dá segurança. Além de quase todos aqui servirem a igreja, então somo irmão na fé de sangue e irmãos vizinhos, a gente ajuda um ao outro (Ex agricultor residente na comunidade, J. M).

> Existe perrengue entre a gente existe, mais a gente releva, temos o controle, o controle de Deus em nossas mãos, sentimos muito amor uns pelos outros (Moradora da comunidade, que nunca trabalhou na agricultura, E. O).

O desejo de não sair está fortemente ligado às relações de parentesco e vizinhança, tem como apoio o conjunto de relações que constituem a vida social da comunidade.

As amenidades, as relações de parentesco, vizinhança e a religião, foram elementos comuns entre os entrevistados, mais existe constatações específicas relacionadas aos três grupos que formam a comunidade. No caso dos agricultores residentes são: a autonomia alimentar, a vida saudável e a conservação do patrimônio em memória dos pais, foram os principais motivos para permanecerem.

No caso da Autonomia alimentar, os agricultores relataram que sempre plantaram para suprir suas necessidades, vendendo apenas o excedente para comprar o que não produziam. Deixar a comunidade e a agricultura significaria deixar de produzir e se tornar dependente do “mercado”, como mencionam, isso traz medo já que não sabem fazer outra coisa a não ser cuidar da terra. Segundo Woortmann a autonomia alimentar está voltada para as necessidades da família como relata no trecho abaixo.

> Não se produz para o mercado, mas para a família, mesmo que parte da produção seja vendida na feira. Se o sitiante vende sua produção no mercado, essa produção não é marcada pelo princípio da mercadoria. (...) pelo contrário, e uma negociação entre o que a família precisa. WOORTMANN (1997, p. 182).

Existe uma preocupação muito grande em suprir as necessidades alimentares das famílias, é uma satisfação para o agricultor da comunidade Cilo Bananal precisar de um alimento e ter acesso direto a ele sem precisar comprar, percebe-se nas falas essa satisfação.

> O bom mesmo e morar aqui, cuidar das coisinhas da gente, criar um porco uma galinha, e vim se mantendo com as coisas que a gente tem, por que se a gente for para a cidade a gente vai depender de comprar de tudo. A gente leva para vender lá, se a gente for para lá a gente vai ter que comprar de tudo e a gente não estar acostumado com isso, ai a gente vai sofrer um baque (Agricultora residente na comunidade, L. O).

> É muito satisfatório você plantar uma roça e colher e dali criar uma galinha, um porco, depois você mata e come, não faço nem muita questão de vender, faço questão é em comer mesmo. Chegar alguém da família, um amigo e comer mesmo (Agricultora residente na comunidade, E. E).

A atividade agrícola da uma autonomia alimentar que como relata Garcia (1983, p. 11) “há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa”, esse abastecimento direto é motivo de orgulho para os agricultores da comunidade Cilo Bananal.

Outro ponto expresso pelo grupo como elemento de permanência é a vida saudável que eles levam no campo. A vida saudável está relacionada ao ar puro, sem poluição, proximidade da natureza em oposição aos artificialismos da cidade. Wanderley (1996, p.18) ao tratar dos desafios do mundo rural brasileiro em sua obra afirma que a vida saudável dos Moradores, “esta associada a importância da natureza no seu espaço rural e as formas de vida social nela predominante”. Para as famílias da Cilo Bananal não é diferente e a sensação de bem-estar pode ser observado em coisas simples que se vive na comunidade como frisado nos fragmentos abaixo.

> Minha filha só agua daqui diz tudo, nada paga um banho saudoso que você dá num igarapé. Aqui e muito bom manhinha, muita saúde aqui , o povo tem muita saúde, a natureza dá saúde. Aqui não tem fofoca e todo mundo amigo, uma família (Agricultora residente na comunidade, D. C).

> O clima da roça semple me fornece mais saúde, então fico aqui até Deus quiser (Agricultora residente na comunidade, E. M).

Ficar na comunidade com objetivo de alcançar uma vida saudável, longe da poluição e com contato direto com a natureza, a qualidade de vida estar relacionada a ter saúde que é adiquirida atravez do ar puro e alimentos saudáveis.

Permanecer na comunidade e no local de produção é visto como preservação da memória dos pais, vender a própriedade ou sair da comunidade é um desrespeito a tudo que os pais construiram durante a vida, porque para os agricultores o amor a terra é passado de pai para filho como relata Rosa (2012, p. 8), “a terra como morada da vida cria vínculos tão fortes que podem ser transmitidos de geração para geração”.

> O que faz eu ficar e onrar aquilo que meu pai me ensinou e me deu. (Agricultor residente da comunidade, E. N)

> Já quiseram comprar mais ninguém vende não, depois que papai morrer, vamos prossegui aqui e assim vai ser. O mesmo destino do nosso pai vai ser o nosso, vamos continuar fazendo o que ele gosta, ele criou a gente daqui e aqui e a gente criou os nossos também aqui (Agricultor residente da comunidade, E. O).

Conforme relatos, permanecer está relacionado à sucessão do trabalho e memórias dos pais, a relação com a terra é de um patrimônio que foi trabalhado no curso de uma vida.

Feitosa (2015, p. 4) diz que, “a terra possui um alto valor atribuído, haja vista ser um patrimônio territorial familiar, que passa de geração para geração, sendo o espaço rural envolto de uma relação de respeito”. Esse respeito citado por Feitosa (2015) ao patrimônio em memória dos pais se expressa como um elemento de permanência na comunidade Cilo Bananal.

Notadamente os elementos que levam os agricultores residentes na comunidade a permanecerem, estão relacionados à terra como morada de vida e de trabalho, acesso aos alimentos produzidos e conservação da memória dos antepassados expressa no trabalho e manutenção do patrimônio.

Os ex agricultores residentes, expõem que permanecer morando na comunidade é a segurança, a proximidade da cidade, infraestrutura e serviços prestados.

A segurança aqui relatada não é a da presença do estado com policiamento, até porque ao serem perguntados sobre rondas policiais na comunidade, todos disseram que é inexistente. Mas ao serem perguntados se na comunidade existe violência ou atos criminosos todos responderam que não, nunca existiu. Este fato pode ser notado pela própria conduta religiosa da comunidade, pelo grau de parentesco e/ou conhecidos de infância. Os ex agricultores residentes fazem seus relatos sobre a segurança na comunidade nos fragmentos abaixo.

> A cidade e muita zuada, muito carro, muita quentura, aqui não, você deita numa área dessa ai quando o sol esfria e fica tranquilo. Dormi de porta aberta ai, ninguém mexe, não tem ninguém errado de mexer no que é alei (ex agricultor residente na comunidade. E. O).

> A cidade para mim não dá, a violência está demais, eu me preocupo pois tenho muito netos e filhos, fico temeroso por **eles,** tem muita coisa que leva o jovem para o mal, no interior fica mais fácil de abtar, então enguanto tiver vida vai ser aqui que vou morar, por que aqui somos de uma mesma religião (ex agricultor residente na comunidade, J. A).

Percebe-se na fala dos ex agricultores residentes que na comunidade não acontece violência ou delitos, as pessoas vivem tranquilas e em paz ao ponto de “dormir de porta aberta”. É importante que quando se fala de segurança os moradores sempre comparam a comunidade com a cidade, sendo a violência da cidade um fator que afasta a possibilidade de saírem de suas áreas para morarem na área urbana, pois a cidade é vista como um espaço violento.

Outro ponto destacado pelos ex agricultores é a infraestrutura e a prestação de serviço na comunidade, todos se dizem satisfeitos e orgulhosos das ruas asfaltadas, da praça com internet e academia, do posto de saúde, do campo de futebol, da escola e igreja. Pelos relatos dos moradores não é necessário se deslocar para a cidade para realizar exames, fazer trabalho da escola e outras demais atividades que podem ser feitas na própria comunidade.

Sobre a importância da infraestrutura e prestação de serviços em comunidades rurais, Carvalho (2005) assinala que.

> O primeiro passo para estabilizar a população rural atual é a de garantir à mesma os direitos e serviços básicos para uma existência digna. Isto significa que o estado deve promover programas de habitação, saneamento básico, acesso à água potável, saúde, educação, eletrificação, transportes, comunicação, esportes e lazer acessíveis a todos os rurais. Estes pequenos investimentos terão efeitos econômicos e sociais imediatos, freando o de esvaziamento do campo que se dá, muitas vezes, pela precariedade das condições de vida e pela dificuldade de acesso aos serviços básicos como educação e saúde (CARVALHO,2005, p. 379-380).

Conforme menciona o autor é de suma importância para a fixação do homem no campo a prestação dos serviços básicos e valorização dos espaços das comunidades rurais como forma de se evitar o êxodo rural. Sobre esse ponto os ex agricultores narram que.

> Minha comunidade e muito boa, tenho tudo que quero aqui, tem até orelhão na praça (ex-agricultora residente, E. S).

> Temos nosso posto, nossa escola, nossa igreja, nossa praça, um lugar muito tranquilo, então isso faz com que a gente fique aqui, porque sabemos que tem lugar que não tem tudo isso e os que tem e difícil". (ex-agricultora residente, D. E).

> Aqui a gente tem uma escola de qualidade que todos os netos estudam, transporte escolar que busca e leva, temos um postim de saúde que na hora que precisamos tem um médico para nos atender, quem gosta de brinca de bola tem uma quadra, um igarapé ali em baixo bom de banhar, então aqui nós estamos bem, como é que a gente vai sair daqui para ir para um lugar que talvez nem tenha tudo isso aqui (ex-agricultor residente na comunidade, J. A).

A satisfação com a infraestrutura e prestação de serviços é muito grande entre os moradores da comunidade, motivo esse de ampla relevância como elemento de permanência no seu meio rural.

A proximidade da comunidade às cidades de Altamira/PA e Vitória do Xingu/PA, também é revelado como ponto importante para os ex-agricultores, não porque queiram morar na cidade, mais em situações difíceis a acessibilidade é mais rápida.

> A cidade e bem ai, quando eu quero fazer minha feirinha vou lá e faço (ex-agricultor residente, O. N).

> Daqui pra cidade é um pulo, vou faço o que tenho pra fazer e volto para comunidade, então pra que morar na cidade se moro num lugar melhor. Se não tem aqui a gente busca lá é volta, assim fica todo mundo feliz, a cidade fica feliz por que não vou morar lá e eu fico feliz morando no lugar que cresci (ex-agricultor residente na comunidade, N. A).

Segundo os entrevistados, morar perto da cidade é um elemento importante na medida que não precisam fazer longos percursos quando se quer resolver algo na cidade. Morar perto da cidade não significa como eles dizem "querer morar lá", mais sim fazer uso dos seus serviços com mais agilidade e retornarem para seu lugar de morada e vida.

Os elementos mais citados como fator de permanência nos ex-agricultores residentes estão relacionados à comunidade como lugar de morada, onde podem usufruir de segurança, moram perto da cidade é um nível auto de satisfação com os serviços prestados. O vínculo com a terra como lugar de trabalho na produção da agricultura quase não foi mencionado.

Referente aos moradores da comunidade que nunca trabalharam na agricultura, foi verificado que o permanecer é justificado por causa do apego ao lugar, por terem nascido nela e porque trabalham na própria comunidade (*local do trabalho*).

O apego ao lugar expresso como elemento de permanência devido a própria naturalidade de ter nascido e crescido na comunidade é muito forte entre os moradores que nunca trabalharam na agricultura, observa-se na fala da moradora.

> É uma comunidade que tenho raiz aqui onde desde criança aprendi a amar, não vejo outro lugar pra morar melhor que aqui (Moradora da comunidade, R. O).
>
> Cresci aqui, foi aqui que aprendi a ser gente, foi aqui que conheci a minha fé, então quero que meus filhos também cresçam aqui (Moradora da comunidade, A. L).

Sobre o apego ao lugar Oliveira (2014) destaca.

> Não importa se é um local natural ou construído, a pessoa se liga ao lugar quando este adquiri um significado mais profundo ou mais íntimo. Para os indivíduos, lugar significa seus lares, suas residências, seus lugares de trabalho, de lazer, enfim de todas as suas ações (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

Como menciona a autora, o lugar adquire significado quando está envolto pelas experiências individuais ou coletivas formando enredos de sentidos e vivências expressas no lugar, lugar esse da infância relatada pelos moradores.

Outro ponto citado pelos moradores que não trabalharam na agricultura é que a comunidade além de ser seu local de morada, também é o local do trabalho.

> Permaneço aqui porque aqui fica bem pertinho do meu serviço, tem o posto de saúde ali que trabalho (Morador da comunidade. R).
>
> Aqui moro e trabalho, sou vigia na praça e a minha mulher servente da escola, e só atravessar a rua que a gente já tá no trabalho, isso é muito bom (Morador da comunidade, O. P).

Os elementos de permanência mencionados pelos moradores que nunca tiveram relação com a agricultura, também estão relacionados ao lugar de morada, próximo do relata Relph (2014, p. 19), “[...] lugar é o fenômeno das experiências”. São essas experiências com seus lugares de vida que os fazem permanecer.

Considerações finais

As informações levantadas na pesquisa apontaram elementos importantes de permanência dos moradores na comunidade Cilo Bananal em vitória do Xingu/PA. O estudo na comunidade foi realizado reconhecendo a formação socioespacial da comunidade Cilo Bananal, percebendo que a mesma tem sua reprodução pautada na vivencia comunal com base principalmente nas relações de parentescos e as estabelecidas em função da religiosidade.

A comunidade inicialmente possuía como principal atividade produção agrícola, hoje, já não se verifica mais essa realidade, no entanto não se percebe o êxodo rural. Mesmo não estando mais na agricultura ou nunca ter trabalhado na mesma os moradores continuam na comunidade por considerar que possibilita o bem-estar, consequentemente maior qualidade de vida.

A escolha pela permanência advém como resposta a vários fatores que interagem entre si e levam a um sentimento de satisfação individual e coletiva. Esse sentimento vai desde a formação da comunidade, seus espaços físicos, apego com o lugar, relação de parentesco e vizinhança, amenidades, autonomia alimentar, vida saudável, religiosidade, respeito a memória dos antepassados na conservação do patrimônio, acessibilidade aos centros urbanos próximos, segurança e empregabilidade dentro da própria comunidade.

Foi evidenciado que a Comunidade estudada tem sua identidade entrelaçada com a construção do seu lugar como relata Carvalho (2005), “em verdade tem-se a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específico” ou seja ser da comunidade Cilo bananal e ter origens nordestinas, ser evangélicos e morar num lugar tranquilo entre parentes e amigos, as características do lugar estão emaranhadas com as dos indivíduos residentes nela.

No decorrer da pesquisa ficou registrado os sentimentos topofílicos dos moradores em relação ao seu lugar de morada, Tuan (1980, p. 107) diz que “são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. Portanto, permanecer na comunidade, está ligado aos vínculos afetivos constituídos com o lugar ao longo do tempo. Dessa forma, verificou-se que os vários elementos causadores de satisfação mencionados, culminam para a permanência dos três grupos diagnosticados na comunidade, apesar de algumas especificidades entre eles, os mesos se propõem compor a totalidade da comunidade Cilo Bananal.

Referência

ALVES, Ketiane dos Santos; DA MOTA, Dalva Maria da Maria. Organização do trabalho familiar do espaço rural paraense: novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 9, n. 2, p. 191-215, 2012.

BECKER, BERTHA K. Modelos e cenários para a Amazônia: papel da ciência. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas** - número 12 - setembro 2001, p. 135-159.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP, v. 1, n. 1, 2007.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHISTOFOLETI, A. **Perspectivas da Geografia.** 2ª ed. São Paulo: Difel, p. 165-193, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da geografia in CASTRO Iná Elia de & GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1995b.

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, **Caderno de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, maio de 2011, ano 6, nº. 8. Disponível em: www.centrocelsofurtado.org.br/vocacaonordeste/index2.php, acessado em: 3 maio de 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHAVEIRO, Egmar Felício**.** Corporeidade e Lugar: elos da produção da existência. In: MANDAROLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, p. 249-279, 2014.

GARCIA JR, Alfrânio Raul**. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Paz e Terra,** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra,1983.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e humanidade**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1996. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 19, n. 2, p. 169-173.

HERRERA, José Antônio et al. Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense. 365 f. tese (doutorado) – Unicamp/IE, Campinas, SP, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Disponível em: www.abant.org.br/...trabalho/trabalhos/.../maria%20de%20assuncao%20lima%20de%.
Acesso em: 8 de Junho de 2016.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

HUSSERL, Edmund. A Idéia da Fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1958. _. A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993. Disponível no site: http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02. Acesso em: Abril de 2016.

NAVES, Laila; MENDES, Estevane de Paula Pontes. AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE TERRITORIAL: a comunidade rural Olhos D'água no município de Catalão (GO). Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação-: Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais, v. 1, p. 257, 2015.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera** - ano 7, n. 4 – janeiro/julho de 2004. p. 20-28.

RELPH, Ted. **Humanism, phenomenology, end geography.** Annals of the association of american geographers. New York, v.67, 1977. p. 177-179.

ROSA, Wagner José da. O campesinato como modo de vida. Revista Trilhas da História, v. 1, n. 2, p. 98-107, 2012.

DOS SANTOS, Jucélia Bispo. Etnicidade e religiosidade da comunidade quilombola de Olaria, em Irará (BA). Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES). ISSN 1981-156X, n. 13, 2009.

SARAMAGO, Ligia. Como ponta de lança. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, 2014.

TUAN, Yi-Fu**.** Place: An experiential perspective. **The Geographical Review**. Vol. 65, No. 2. abril, p. 151-165. 1975.

TUAN, Yi-Fu**. Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. p. 129.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX encontro anual da ANPOCS.** GT 17: processos sociais agrários. Caxambu, MG. OUTUBRO 1996. Disponível em http://agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/AA_selecao/2011/Wanderley %20, 1996, pdf. Acessado em junho de 2016.

WOORTMANN, Ellen F**. Herdeiros ,parentes e compadres.** Colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo:Editora universidade de Brasilia,1995.

Sobre os autores

José Antônio Herrera – Graduação em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Altamira, Pará, Brasil.

Fernanda Oliveira Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná; Docente na Universidade Federal de Rondônia.

Como citar este artigo

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Permanência na Comunidade Cilo Bananal em Vitória do Xingu, Pará: um estudo a partir do lugar. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.282-308, Dossiê, 2018.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores**.**

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017
Devolvido para a revisão em 03 de novembro de 2017
Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2018

O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): As primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia Brasileira

Gerd Kohlhepp
Universidade de Tübingen – Tübingen, Alemanha
e-mail: gerd.kohlhepp@t-online.de

Resumo

O Programa Piloto foi uma iniciativa do governo brasileiro, dos países G7 e do Banco Mundial de uma cooperação internacional para a proteção das florestas tropicais do Brasil. Deveria comprovar a compatibilidade entre interesses ecológicos, econômicos e sociais, valorizando o patrimônio natural, as potencialidades produtivas e a diversidade cultural da população regional. Os sub-programas concentraram-se no fomento à produção sustentável, na implantação de áreas protegidas, no fortalecimento das instituições públicas estaduais, responsáveis pela gestão ambiental, na pesquisa científica e na cooperação com organizações da sociedade civil. Apesar de déficits na estruturação foi um dos mais bem-sucedidos programas na proteção das florestas tropicais e no uso sustentável dos recursos naturais. O Programa significou o início de uma nova fase de política responsável de meio ambiente para a Amazônia com participação social, parcerias público-privadas e capacitação de pessoas e instituições na gestão ambiental. Depois do término do Programa, que entrementes havia caído um tanto em esquecimento, seus resultados positivos deveriam ter sido muito mais considerados nos programas de meio ambiente no futuro.

Palavras-chave: Amazônia; florestas tropicais; Programa Piloto; estratégia de política ambiental; desenvolvimento regional.

The International Pilot Program to conserve the Brazilian rain forests (1993-2008): the first strategies of environmental policy and regional development for Brazilian Amazonia

Abstract

The Pilot Program was an initiative of the Brazilian government, the G7 countries and the World Bank in international cooperation to conserve the Brazilian rain forests. Compatibility between ecological, economic and social interests should be proved, revaluing the natural legacy, production potentialities and the cultural diversity of the regional population. The sub-programs concentrated on supporting sustainable production, implementation of protected areas, strengthening of regional public institutions, responsible for environmental management, support of scientific research and cooperation with NGOs. In spite of structural deficiencies, the Program was one of the most successful examples in conserving tropical rain forests and in sustainable use of natural resources. The Pilot Program stood for the beginning of a new phase of responsible environmental policy for the Amazon region, with social participation, public-private partnership and qualification of people and institutions in environmental management. After the conclusion of the Program which has fallen into oblivion in the meantime, the positive results should be much more considered in future environmental programs.

Keywords: Amazonia; tropical forests; Pilot Program; strategy of environmental policy; regional development.

Das Internationale Pilotprogramm zum Schutz der tropischen Regenwälder Brasiliens (1993-2008): Die ersten Strategien zur Umweltpolitik und Regionalentwicklung im brasilianischen Amazonasgebiet

Zusammenfassung

Das Pilotprogramm war eine Initiative der Regierung Brasiliens, der G7 Länder und der Weltbank zur internationalen Zusammenarbeit zum Schutz der brasilianischen Regenwälder. Es sollte die Vereinbarkeit von ökologischen, wirtschaftlichen und sozialen Interessen bewiesen werden, unter Beachtung des Naturerbes, der produktiven Möglichkeiten und der kulturellen Diversität der regionalen Bevölkerung. Die Subprogramme konzentrierten sich auf die Förderung nachhaltiger Produktion, die Einrichtung von Schutzgebieten, die Stärkung der bundesstaatlichen öffentlichen Einrichtungen, die für das Umwelt-Management, die wissenschaftliche Forschung und die Zusammenarbeit mit den Organisationen der Zivilgesellschaft verantwortlich sind. Trotz struktureller Defizite war das Pilotprogramm eines der erfolgreichsten Programme zum Schutz der tropischen Regenwälder und der nachhaltigen Nutzung natürlicher Ressourcen. Das Pilotprogramm bedeutete den Beginn einer neuen Phase verantwortlicher Umweltpolitik für Amazonien, mit sozialer Partizipation, öffentlicher und privater Partnerschaft und der Qualifizierung von Personal und Behörden für Umwelt-Management. Nach Beendigung des Programms, das zwischenzeitlich etwas in Vergessenheit geraten war, hätten dessen positive Ergebnisse viel stärker bei den auf die Zukunft ausgerichteten Umweltprogrammen berücksichtigt werden sollen.

Schlüsselworte: Amazonien; tropische Wälder; Pilotprogramm; Strategie zur Umweltpolitik; Regionalentwicklung.

Introdução

A destruição das florestas tropicais da Amazônia alcançou tal dimensão nos anos 80 e no começo dos anos 90 fazendo com que se procurasse, a nível nacional e internacional, possibilidades que levassem à maior redução do processo de desmatamento e de destruição do meio ambiente através de programas especiais de desenvolvimento regional.

Nos anos 70*,* no auge do "milagre econômico" brasileiro e no âmbito da *mentalidade do eldorado,* as estratégias e concepções de planejamento dos governos militares para a ocupação e o desenvolvimento regional da Amazônia tinham como objetivo a exploração e valorização econômica dos recursos naturais dessa região. A "Operação Amazônia" (1966-70), o "Programa de Integração Nacional" (PIN: 1970-74) e o "Programa Polamazônia" (1974-80), o último numa fase de intensa expansão da participação do setor privado (especialmente projetos pecuários), foram exemplos desta fase de "desenvolvimento" (vide Fig.1). Também os projetos de colonização, tanto estatais (o lema dos governos militares: "terras sem homens para homens sem-terra") como privados, alguns voltados para a satisfação das necessidades básicas da população (Programas de desenvolvimento rural integrados: Polo noroeste, no início dos anos 80), como mega-programas dos anos 80 de desenvolvimento regional (p.ex. Programa Grande Carajás), contribuíram para a forte destruição das florestas tropicais da

Amazônia (MAHAR, 1988; KOHLHEPP, 1984,1991,2007). Nesse tempo da "modernização conservadora", a pecuária e o *agrobusiness* tiveram participação de 50% das derrubadas, a colonização agrária de 40%, enquanto que a indústria, a mineração, a construção de reservatórios, o crescimento urbano e as madeireiras de 10%.

A média anual de destruição das florestas no período entre 1978 e 1988 foi de 21.130 km². Influenciada pela supressão dos incentivos fiscais, a mesma baixando para 11.130 km² no período 1988/91. Mas, entre setembro de 1994 e agosto de 1995 a extensão de destruição das florestas ultrapassou a incrível marca de 29.000 km² (INPE, 1998). É possível que esse repentino aumento das taxas de desmatamento esteja relacionado à ação das grandes madeireiras que, antes e imediatamente após a posse do Presidente Cardoso, tentaram desmatar uma área maior possível, pois sabiam que a reorganização do IBAMA, paralelamente à promulgação de novas regras poderiam introduzir restrições mais rigorosas de desmatamento.

Implementação de um Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7)

Depois de todos os programas de infraestrutura para a Amazônia, pensou-se seriamente pela primeira vez no Brasil no início dos anos de 90 sobre uma nova política de meio ambiente para a região amazônica. Foi criado um programa de cooperação internacional que previa um amplo espectro de medidas para a proteção das florestas tropicais.

Este empreendimento chamado de "Programa Piloto" (vide Fig.1) foi concebido como um programa experimental no âmbito do qual eficazes ações para a proteção e uso sustentável da maior região de florestas tropicais da terra deveriam ser desenvolvidas, postas em prática, além de terem seus resultados testados. O Programa Piloto correspondeu à mais ampla tentativa feita, no sentido de juntar, em uma ação concentrada, atores globais – Banco Mundial, países G7, União Européia – com atores nacionais, regionais e locais, em um programa que deveria constituir a realização de objetivos de desenvolvimento regional sustentável estabelecidos na Agenda 21 da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro em 1992 (KOHLHEPP, 2001).

Figura 1: Políticas de meio ambiente e programas de infraestrutura na Amazônia Brasileira.

O Programa Piloto foi baseado em uma primeira proposta alemã apresentada por ocasião da conferência mundial dos países G7 realizada em 1990 em Houston. O esboço do Programa foi elaborado pelo governo brasileiro no âmbito das preparações da “ECO 92”, com apoio do Banco Mundial e dos países G7. Em Genebra, em dezembro de 1991, foram votadas as modalidades de concepção, financiamento e execução do mesmo. A coordenação do Programa foi conferida ao Banco Mundial. Em 1992 foi criado um fundo fiduciário (*Rain Forest Trust Fund*) para assumir parte dos assuntos financeiros do Programa. A maior parte do financiamento do Programa Piloto foi realizado através de doações e não de simples créditos pelos países G7. Assim resultou a abreviatura do Programa: PPG7.

Novas alternativas de uso deveriam ser testadas e disseminadas na região de florestas da Amazônia a partir de um conceito inovativo de desenvolvimento ecologicamente viável. As novas alternativas de uso poderiam contribuir, a médio e longo prazo, para uma contínua diminuição do desmatamento. Essas medidas deveriam auxiliar não só financeiramente, mas também no conteúdo à reorientação da política regional de desenvolvimento da Amazônia, já iniciada pelo governo brasileiro depois de 1988.

É muito importante mencionar o empenho e a disposição do governo do Brasil na execução do Programa Piloto, uma vez que o mesmo vem enfrentando várias dificuldades: por um lado, por se tratar de uma atividade internacional, surgiram ressalvas sobre a questão da soberania nacional, e por outro, no âmbito da política interna brasileira, onde diferentes

grupos de interesse econômico contrapuseram-se vigorosamente ao Programa colocando-o em questionamento.

Em 1991/92 e diante da iminência da “ECO 92”, o governo brasileiro sentiu-se obrigado a tomar decisão positiva para a execução do Programa Piloto, que serviu naturalmente como “modelo de consciência ecológica”. Todos os atores do Programa Piloto estavam convictos de que convenções restritivas de preservação da natureza, especialmente na área de florestas não poderiam ser executadas politicamente com êxito, se não levassem em consideração a dimensão dos problemas sociais da população regional e local.

O principal objetivo do Programa Piloto foi a otimização das formas de proteção e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras tanto da Amazônia quanto da região da Mata Atlântica, de acordo com critérios sociais e ecológicos, visando sobretudo os interesses da população regional.

O presente trabalho concentra-se na Grande Região Amazônia Legal – certamente a parte mais importante do Programa Piloto. Os projetos na Mata Atlântica que efetivamente tiveram seu início em 1999 não são discutidos aqui, mas tinham igualmente significância regional (MMA, 1999).

Depois das estratégias militares de integração espacial e exploração nos anos 70 e início dos anos 80, faltava um conceito básico de desenvolvimento regional da Amazônia (KOHLHEPP,1990). O planejamento regional para a Amazônia, em alguns casos, era mais “pseudoplanejamento” (AB`SABER,1989). Os princípios básicos do Programa Piloto introduziram uma nova fase e estavam de acordo com as metas de desenvolvimento da Amazônia, declaradas pelo governo (MMA/SCA, 1995,1997a,1998), mas também com uma declaração de consenso dos Estados Amazonenses, os quais desempenharam papel fundamental na execução da descentralização da política ambiental.

O Programa tinha os seguintes objetivos (MMA/SCA, 1996, MMA & World Bank, 1998):

- Comprovar a compatibilidade entre interesses ecológicos, econômicos e sociais no âmbito da política de proteção e utilização das florestas tropicais;
- Realizar uma mudança das estratégias de desenvolvimento para um conceito sadio do ponto de vista ambiental e social, anunciada na nova política regional para a Amazônia;
- Proteger espaços vitais das populações indígenas;
- Preservar a biodiversidade e os recursos genéticos dos ecossistemas florestais dos trópicos;
- Contribuir para a diminuição da emissão de CO2 através da redução das queimadas na floresta amazônica;

- Adaptar os processos de crescimento econômico à capacidade de suporte dos ecossistemas;
- Servir de modelo para a cooperação entre países industrializados e em desenvolvimento na solução de problemas ambientais globais.

Para atingir os objetivos do Programa deveriam ser realizadas as seguintes medidas como parte integrante de todos os projetos do Programa Piloto:

- Fortalecimento das instituições públicas estaduais através da realização das políticas ambientais sustentáveis, considerando o conhecimento popular local e incluindo a participação das ONGs e do setor privado;
- Melhoramento dos modos de exploração dos recursos naturais e da gestão das áreas de proteção ambiental;
- Apoio a pequenos projetos de ONGs regionais e transferência de experiências;
- Auxílio a pesquisas aplicadas e orientadas a um uso sustentável das florestas tropicais.

Durante a preparação do Programa Piloto o governo brasileiro introduziu mudanças fundamentais na área da política do meio ambiente. Após anos de persistentes tentativas por parte de personalidades individuais, no sentido de chamar a atenção pública e especialmente a dos políticos sobre os problemas ambientais foi criado, pelo governo federal, o Ministério de Meio Ambiente, encontrando-se logo depois em pleno funcionamento e com especial atenção voltada para a região amazônica. A nível regional foi estabelecida uma primeira base para a atuação das Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) que deveria ser melhorada no âmbito da descentralização com o apoio do Programa Piloto (BECKER, 2001).

A estrutura de coordenação do Programa Piloto, iniciado em 1993, mostrou a função central desempenhada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do lado brasileiro que, em cooperação com outros ministérios (Justiça, Ciência e Tecnologia), organizou o projeto. Uma comissão científica internacional independente (*International Advisory Group* - IAG[1]), cujos 11 membros foram propostos pelo Banco Mundial, pelos países G7 e pelo Governo Brasileiro com base em sua *expertise* sobre a Amazônia, desempenhou a função de consultoria durante todo o tempo do Programa. Depois de inúmeras reuniões de trabalho, visitas a regiões de relevância e análise de projetos, foram apresentadas sugestões específicas para o andamento do Programa e para a execução de Projetos.

[1] O autor desta contribuição foi membro do IAG de 1993 a 2001 e de 1993 a 1997 foi Presidente desta Comissão.

O Banco Mundial descentralizou a administração do Programa, criando – sobretudo por insistência do IAG - um departamento próprio em Brasília, com coordenação e avaliação do Programa**.** Alguns países doadores também mantinham seus próprios coordenadores.

Nesta fase do Programa Piloto numerosas iniciativas inovadoras devem ser positivamente destacadas: uma diminuição de conflitos regionais através da articulação e participação da população envolvida, com a inclusão de diferentes atores locais em uma iniciativa de baixo para cima (*bottom up*), procedimentos coordenados pelos governos federal, estadual e municipal e integração de projetos em um programa suplementar de pesquisas aplicadas e direcionadas a determinados objetivos. O Programa Piloto abrangeu pelo menos 20 milhões de pessoas que viviam na Amazônia sendo que 70% em cidades. A partir desse ponto de vista, a Amazônia já era uma "*urbanized forest"* (BECKER, 1995) com "*rainforest cities*" (BROWDER & GODFREY, 1997). Mas, o Programa em sua concepção não era adequado a estas condições, pois os problemas ambientais urbanos não foram considerados em um projeto especial.

Subprogramas e componentes do Programa Piloto

Cinco subprogramas desenvolvidos no âmbito do Programa Piloto compreendem uma série de projetos parciais:

- **Projetos Demonstrativos** (propostas de projetos das ONGs),
- **Ciência e Tecnologia Aplicada;**
- **Política de Recursos Naturais;**
- **Manejo de Recursos Naturais** (unidades de conservação, parques e reservas naturais, etc.);
- **Análise e Monitoramento (AMA).**

Os primeiros projetos foram aprovados em 1994 e implementados em 1995. No caso dos **Projetos Demonstrativos** das ONGs e de outras organizações de base tentou-se, pela primeira vez, promover um desenvolvimento de baixo para cima de modo que a população local e regional (pequenos produtores, seringueiros, grupos indígenas, ativistas ecológicos) poderia articular e realizar suas propostas de uso sustentável dos recursos naturais (agrosilvicultura, reabilitação de áreas degradadas, plantas medicinais), orientadas às suas necessidades. Neste caso tratava-se de teste de soluções alternativas para problemas ambientais locais e os projetos eram elementos-chave do PPG7.

Perante às numerosas tentativas do governo de executar iniciativas de proteção da natureza, os Projetos Demonstrativos baseavam-se na concessão da flexibilidade de estruturação própria dos projetos dos grupos envolvidos. Nesse sentido, uma atenção especial era dispensada à capacidade de realização de pequenos projetos. O significado da formação de conhecimentos agrosilviculturais (ANDERSON,1990; SMITH et al., 1998) e a difusão de resultados devem ser sempre ressaltados. A distribuição desses recursos era decidida pelo MMA, juntamente com a organização matriz das ONGs, o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico). Os recursos financeiros fluíam, através de um fundo, diretamente às ONGs.

O projeto, o qual se desenvolveu de forma extremamente favorável e que mostrou efeitos difusores bastante positivos, pôde ser incrementado financeiramente através de meios financeiros adicionais da Alemanha. Outras iniciativas promissoras foram preparadas, como educação ambiental, projetos a nível municipal, assim como projetos demonstrativos de grupos indígenas. A realização de *workshops,* que tinham como objetivo a troca de experiências em diferentes regiões da Amazônia e a realização de cursos de formação e treinamento mostraram ótimos resultados. A comercialização adequada dos produtos gerados através do manejo sustentável, com o aumento de motivação e da capacidade de sobrevivência econômica dos grupos envolvidos poderia ter tido maior significado no futuro, como foi constatado nas Reservas Extrativistas. Para isso, a participação do setor privado deveria ser muito mais intensa. O governo alemão participou com mais de 60% do financiamento dos Projetos Demonstrativos.

Através do subprograma **Ciência e Tecnologia**, fomentou-se não só as pesquisas de ecologia tropical no sentido mais amplo (Centros de Ciências selecionados, como por exemplo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, em Manaus, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém), como também cientistas da região, altamente qualificados. Os incentivos eram destinados sobretudo à pesquisa aplicada sobre ecossistemas, às tecnologias de desenvolvimento sustentável e à melhoria das relações homem-meio-ambiente. No âmbito do programa parcial denominado “pesquisa dirigida”, a comissão seletora brasileira aprovou mais de 100 projetos, os quais apresentaram destacados princípios inovativos. Para fortalecer a contribuição da ciência para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, requerido há muito tempo, fez-se necessário o desenvolvimento de projetos com pesquisas orientadas às necessidades dos grupos alvo e superação dos problemas regionais específicos.

Os projetos de cooperação técnico-científica Brasil-Alemanha, desenvolvidos no âmbito do programa SHIFT (*Studies on Human Impact on Tropical Forests and Floodplains*) foram concebidos como contribuição alemã para o Programa Piloto. Os temas desses projetos estavam de conformidade com as metas do Programa Piloto. Uma transferência dos

resultados do Programa SHIFT a Projetos do Programa Piloto, que já se encontravam em fase de preparação, era desejável, mas o que finalmente não funcionou bem.

No subprograma **Política de Recursos Naturais (SPRN)** tentou-se, pela primeira vez, realizar uma divisão de trabalho afinado entre os governos central, regional e local, no que concerne à política de proteção ambiental na Amazônia. Nisto, destaca-se o importante papel desempenhado pelo fortalecimento da descentralização, na qual os órgãos federais de meio ambiente atuavam através do fomento institucional nas áreas de organização, apoio técnico e pessoal qualificado, enquanto que às populações regionais e locais eram dadas possibilidades para uma participação ativa. Os objetivos eram a busca de soluções duradouras para os conflitos de interesse e conciliar o Programa Piloto com as políticas regional e ambiental planejadas para a Amazônia.

O conceito de zoneamento econômico-ecológico era um instrumento político para a racionalização da ocupação do espaço, ordenação do território e da gestão fundiária para a execução de planos regionais de desenvolvimento sustentável.

A respeito disso foi realizada uma abrangente discussão metodológica (vide AB`SABER, 1989; SAE, 1991; SCHUBART, 1994; BECKER & EGLER, 1997; MMA/SCA, 1997, MAHAR, 2000, entre outros). Para realizar um planejamento estratégico, era prioritariamente necessário o estabelecimento de um sistema de informações sobre as condições básicas de organização espacial. Há pouco tempo passou-se a priorizar subprojetos orientados a uma gestão do meio ambiente integrada. Os subprojetos baseavam-se em um planejamento ambiental implementado pelo Estado, o qual se empenhou na identificação de problemas críticos e ao mesmo tempo na realização de ações estratégicas para solucionar os problemas em regiões prioritárias, (MMA & WORLD BANK, 1998). As Secretarias do Meio Ambiente dos Estados do Acre, Pará e Amazonas foram apoiadas na realização dos projetos por consultores da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Num segundo passo somente foi possível realizar um plano de uso do solo nas regiões críticas com a participação de todos os atores. A execução desse plano de uso do solo apresentou diversos riscos, porém ele foi imprescindível para as medidas de planejamento espacial.

O subprograma **Manejo de Recursos Naturais e Unidades de Conservação** é composto por uma série de projetos básicos, os quais devem contribuir para o melhoramento do uso sustentável dos recursos naturais e para a consolidação da política de meio ambiente do Brasil. Esses projetos abrangiam os seguintes temas:

- Demarcação e proteção de áreas indígenas (PPTAL**);**
- Instalação de Reservas extrativistas (RESEX);

- Manejo sustentável das florestas com a participação da população local e medidas de suporte para a administração florestal (PROMANEJO);
- Manejo de recursos naturais em áreas de várzeas (PROVÁRZEA);
- Estabelecimento de “corredores ecológicos” (parques e reservas);
- Vigilância e controle de queimadas (PRODESQUE).

No âmbito da política de manejo dos recursos naturais, o projeto de demarcação de **Áreas Indígenas** era um dos projetos mais urgentes e planejados há muito tempo, porém representava um tema muito questionado no contexto da política interna e altamente sensível do ponto de vista político (KASBURG & GRAMKOW, 1999). Tanto a proteção da população indígena, que vivia nas florestas tropicais (ca. de 200.000 pessoas em 2002), como o asseguramento do espaço vital e das formas de economia adaptadas ao meio natural constavam como prioridades no Programa Piloto.

Quando o projeto Terras Indígenas (T.I.) foi incorporado ao Programa Piloto (1994/95), apenas a metade das 416 reservas indígenas reconhecidas pela FUNAI eram protegidas por lei. A área total das reservas correspondia a cerca de 21 % da região de planejamento da Amazônia Legal. A legalização de Terras Indígenas, cuja abrangente área era em parte de difícil alcance, caracteriza um processo muito complicado, que exige os procedimentos formais de identificação, definição de fronteiras, demarcação e homologação (registro oficial). No Programa Piloto, foram demarcadas 115 áreas com 40 milhões de hectares. Isto envolveu a abertura de picadas, o assentamento de marcos, etc., ou seja, uma nítida definição dos limites da área para, finalmente, dar início ao preparo do processo de legalização. Além disso, um total de até 70 novas áreas também foram submetidas a estudos de identificação e definição cartográfica de fronteiras e tiveram a identificação concluída.

Como parte do Programa Piloto, o “Projeto para a proteção da população indígena e seus territórios na Amazônia Legal” (PPTAL), contribuiu decisivamente para a rápida identificação, demarcação e com isso o reconhecimento das Terras Indígenas. O Projeto (4/1996 – 12/2005) executou trabalhos em mais de 180 Terras Indígenas tendo podido concluir estes trabalhos de forma exitosa em mais de um terço já até 2002 (GRAMKOW, 2002).

A execução dos projetos estava a cargo da FUNAI, que era apoiada pelas ONGs. A Alemanha participou com a maior parte do financiamento e, através da cooperação técnica, também contribuiu na execução dos projetos. Já que as objeções apresentadas - depois da promulgação do decreto Nr. 1775, em 1996 - contra o reconhecimento de Terras Indígenas foram rejeitadas pelo Ministério da Justiça, esperava-se que maiores atrasos na realização do projeto poderiam ter sido evitados.

A participação da população indígena na demarcação, na vigilância e controle da área sob proteção, contribuiu para um maior êxito do projeto. O projeto PPTAL garantiu a proteção do espaço vital dos povos indígenas, contribuindo para a redução da destruição dos recursos naturais nas áreas habitadas por esses povos. Com isso não era possível, porém, evitar perigos de degradação e perdas dos conhecimentos tradicionais dos indígenas, assim como objetivos "modernos" na comercialização de recursos naturais pela geração mais jovem. A proteção das Terras Indígenas ainda era muito importante porque forças contrárias às necessidades indígenas aumentaram a vulnerabilidade do seu espaço vital. A realização do PPTAL era um marco importantíssimo na "história infinita" das discussões sobre reservas e demarcações. Os meios financeiros internacionais disponíveis dificultaram as atividades de obstrução dos atores do setor privado, como também os argumentos financeiro-políticos para o adiamento do projeto. A doação de terras para Terras Indígenas até hoje permanece como tema constante e controverso.

O estabelecimento de quatro **Reservas Extrativistas** (Chico Mendes e Alto Juruá no Acre, Alto Cajarí no Amapá e Rio Ouro Preto em Rondônia; área total de 21.600 km²) permitiu à população não indígena (seringueiros, coletores de castanha-do-pará) que, em parte, viveu há mais de 120 anos na região, o direito ao uso legal permanente e coletivo dos recursos florestais. Com isso foram executadas formas de uso dos recursos naturais que fossem não só ecologicamente sustentáveis, mas também socialmente compatíveis e economicamente viáveis. Os objetivos mais importantes a serem alcançados eram a proteção contra a destruição das florestas, o asseguramento por lei do espaço vital e econômico, fortalecimento das comunidades locais e preservação da biodiversidade. A concepção das "Reservas Extrativistas" (ALLEGRETTI, 1994) teve boas perspectivas mesmo que a viabilidade econômica não pôde ser garantida somente através da extração da borracha, incluindo outros produtos não madeireiros (frutas, palmáceas, fibras e plantas oleaginosas). Para isso seria necessária uma comercialização bem-sucedida e intensificação do uso dos recursos que atingisse métodos da agrosilvicultura.

O projeto de M**anejo Sustentável das Florestas (PROMANEJO)** com a participação da população local, a ser financiado principalmente pela Alemanha, encontrava-se em fase inicial no fim dos anos 90. Tendo em vista o aumento do consumo nacional da madeira e a crescente participação da Amazônia no comércio mundial de madeira de lei, de 2% em 1989 para 8% em 1995 era de suma importância o fomento de métodos inovativos na economia florestal, de reformas na administração de florestas e da política florestal, de teste cuidadoso de técnicas para o manejo florestal na floresta nacional de Tapajós, inclusão de ONGs e atividades de "*social forestry*". Na futura exportação de madeira, a certificação tornou-se condição fundamental.

O projeto **PROVÁRZEA** merece especial atenção, tendo como objetivo promover o uso sustentável dos recursos naturais das várzeas (SIOLI, 1984; STERNBERG, 1998; JUNK et al., 2000) com enfoque especial na economia pesqueira. Isto significaria alternativas economicamente viáveis para a população ribeirinha em relação ao sistema de rotação de terras (roça).

Num projeto tentou-se integrar áreas de proteção ambiental já existentes em um conceito de “corredores ecológicos”. Com isso deveria ser criada uma rede regional de grandes áreas (52 milhões de hectares) para a proteção da biodiversidade na Amazônia (igualmente na Mata Atlântica). Uma nova legislação, aprovada em 2000, criou um amplo espectro de conservação dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A situação atual sensibilizou o Banco Mundial e o Ministério do Meio Ambiente a se concentrarem em um projeto originalmente planejado para incentivar a reutilização de áreas degradadas como medida de controle dos desmatamentos e das queimadas **(PRODESQUE).** Não obstante, o enfoque central foi o monitoramento e, a nível local, o desenvolvimento e a aplicação de métodos para controle dos desmatamentos ilegais e das queimadas nas áreas prioritárias do projeto da Política de Recursos Naturais.

Em meados de 1998 foi iniciado um projeto de **Monitoramento e Avaliação** do Programa como um todo. No âmbito do mesmo foi feito um estudo sistemático de cada projeto com a finalidade de avaliar os resultados e promover a difusão dos conhecimentos adquiridos. Com um *feedback* mais rápido, o Programa Piloto e seus projetos tornaram-se mais transparentes e, ao mesmo tempo, a capacidade de execução das “lições aprendidas” era submetida a uma análise crítica por todos os atores. Isso foi realizado em estreita cooperação com a comissão de peritos científicos, o IAG, o qual, pela primeira vez desta forma e, em nome de todos os participantes, analisou a concepção, progressos no Programa e avaliações de projetos no âmbito de um programa internacional de meio-ambiente. Os projetos do Programa Piloto, que se encontravam em andamento, estavam localizados em todos os Estados amazonenses, de modo que existiam condições favoráveis ao estabelecimento de rede de projetos interligados com a inclusão, tanto de atores locais como regionais.

Na sua fase inicial, o Programa Piloto dispunha de financiamentos garantidos e recursos já disponíveis no valor de mais de US$ 300 milhões para a cooperação técnica. Esta quantia foi aumentada mais tarde através de desempenhos adicionais de alguns países doadores. O total de recursos no valor de US$ 463 milhões foram destinados ao PPG7 na região amazônica e na Mata Atlântica (MMA/PPG7, 2009). 20% da soma mencionada encontraram-se no fundo fiduciário para florestas tropicais. No PPG7 a Alemanha era o maior doador (50%), seguida pela UE (17%). O Brasil participou com uma taxa de cerca de 11%, sobretudo com financiamento de pessoal.

Depois de um início difícil e com a implementação dos primeiros projetos nos anos de 1994/95, o Programa Piloto alcançou notável progresso. Inicialmente, os enormes problemas administrativos foram claramente subestimados. Estes problemas decorrem não só devido aos processos burocráticos de avaliação e deferimento, que exigem dispêndio de tempo, trabalho e capital, mas também devido ao tamanho da área de trabalho com difícil acessibilidade e às normas regulamentares de todos os participantes: Banco Mundial; países G7; e o governo brasileiro. Por isso nos primeiros anos só uma parte relativamente pequena dos meios financeiros aprovados pôde ser aproveitada. As condições institucionais e políticas que regem a execução dos programas ambientais e de desenvolvimento regional exigiam grandes esforços e paciência de todos os participantes na execução dos projetos do complexo Programa.

A primeira fase do Programa Piloto tinha o objetivo iniciar, intensificar e tirar máximo proveito da cooperação entre instituições do governo e a sociedade civil. Desde 2001 existia um amplo consenso no sentido de desenvolver uma segunda fase do PPG7. Os participantes enfatizaram a sistematização e disseminação dos resultados do Programa Piloto, "*no sentido de influenciar políticas públicas, a articulação com outros programas governamentais sob a responsabilidade de Ministérios não envolvidos diretamente na primeira fase, como o Ministério de Integração Nacional (MI) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*" (KOHLHEPP, 2005, p.79-80).

Considerando que importantes setores econômicos como agricultura, mineração, energia, transporte e planejamento urbano não estavam afinados com os objetivos do Programa Piloto, mostra-se cada vez mais um antagonismo aberto entre as metas dos planejadores e economistas e o programa de meio ambiente. Este fato influenciou negativamente a disposição dos doadores internacionais de entrarem numa segunda fase do Programa. A reforma do desenvolvimento regional tradicional, na forma da política de colonização do INCRA que continuou a situar colonos na Amazônia sob condições precárias, não se realizou de forma adequada. Os projetos de colonização para o PPG7 eram contra-produtivos. O explosivo problema dos sem-terra não poderia ser resolvido por um assentamento desordenado na Amazônia.

Como o Programa Piloto ainda dispunha de meios financeiros suficientes depois de 2001, planejou-se um prolongamento até 2008. Deveria haver esforços no sentido de uma cooperação com outros países da bacia amazônica. Isto não poderia ser realizado da forma planejada pois todos os especialistas disponíveis no Brasil estavam ocupados com os trabalhos dos projetos já iniciados. Os países doadores e o Banco Mundial não queriam dar início a um novo mega-programa antes da consolidação do Programa Piloto pois estaria ligado a morosas negociações internacionais.

Conflitos de interesse entre o Programa Piloto versus novos programas de desenvolvimento para Amazônia

Desde que, nos anos 90, o Programa Piloto foi concebido, as ações estatais na Amazônia desenvolveram-se com fortes disparidades. Por um lado, foram feitos novos investimentos para a ampliação da infraestrutura, para o crescimento econômico e para a integração ao mercado global, por outro há a obrigatoriedade de seguir-se, em consequência do Programa Piloto e como meta da política regional, o desenvolvimento sustentável, a proteção ao espaço vital da população indígena e a preservação do meio ambiente.

Enquanto que a nova política regional integrada (MMA/SCA, 1995,1998) do governo central aspirava a consolidação para a Amazônia e, através da descentralização e participação da sociedade civil empreendendo atitudes decisivas no sentido do uso sustentável de recursos e orientados para os interesses da população local e regional, surgiu, através dos mega-programas “Brasil em Ação” (1996-99) e “Avança Brasil” (2000-2003) (BNDES, 1998; MPBM, 1999; MPOG, 2000) um novo potencial de conflitos de grandes dimensões que, pelo grande interesse da economia privada foi ainda mais intensificado (vide Fig.1). Inúmeros protestos da população local e regional devido a duvidosos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA) estavam lado a lado com os novos mega-programas. Em alguns casos esses exames de meio ambiente, prescritos por lei, levavam a modificações e até à recusa de projetos.

O Programa “Avança Brasil” foi uma iniciativa de modernização conservadora que não mostrou qualquer componente ambiental (BECKER, 1999; NEPSTAD et al., 2000; BARROS et al., 2001) ou relevância social. Os conflitos sociais e econômicos não puderam ser solucionados “pela ótica de negócios” (ALLEGRETTI, 2001). Os não incluídos da população regional sofriam sob a crescente vulnerabilidade social e econômica. (COY, 2001).

Tendo em vista as grandes somas de investimentos, das quais dois terços financiadas pelo governo que até 2003 já superaram visivelmente o Programa Piloto (o montante total dos meios financeiros para o Programa Piloto abrangeu somente 3% da parte I do Programa “Brasil em Ação”), o monitoramento do meio ambiente deveria ter ocupado nível muito mais alto nos programas de infraestrutura.

A expansão da soja significou uma ameaça adicional para partes da floresta tropical na Amazônia. Depois que o plantio da soja estendeu-se com rapidez na região dos campos cerrados no Brasil Central, notificou-se que a soja penetrou a periferia da Amazônia. No norte do Mato Grosso, no leste do Pará e no Amazonas (Região Humaitá) foram realizadas numerosas ações do *agrobusiness* em prol da difusão do plantio da soja (CARVALHO, 1999). Os mercados internacionais, receptores de farelo de soja para ração, principalmente na

Europa, influenciaram o aumento da produção da soja. O Brasil possibilitou nova fase de ampliação da infraestrutura especificamente direcionada para a produção na Amazônia, pois as hidrovias serviam principalmente para o transporte da soja para o norte – com custos drasticamente reduzidos - através do Rio Madeira. Os impactos ambientais da expansão da soja ameaçaram a biodiversidade tropical (FEARNSIDE, 2001). A construção de uma série de usinas hidrelétricas (p. ex.. Belo Monte) criou novos problemas de meio ambiente e tensões sociais por deslocamento de grandes grupos da população local e impactos em reservas indígenas.

A situação de concorrência entre o PPG7 e os projetos de infraestrutura, paralelamente em andamento (vide Figura 1) – projetos obviamente "desenvolvimentistas" - levou à seguinte análise da comissão científica em 2003: Repete-se na Amazônia um "ciclo de expectativa, especulação, expulsão e extensão. A transversalidade de políticas e práticas não está ocorrendo nas frentes de expansão da Amazônia, onde se observa uma retomada e aceleração na apropriação de terras públicas, na degradação das florestas por ação de madeireiros e na expansão da pecuária para amansar o solo antes da expansão da soja" (IAG, 2003a). Faltou a regularização fundiária, sem a qual não teria sido possível o ordenamento territorial efetivo e o desenvolvimento sustentável.

Em 2004, o IAG observou com extrema preocupação a situação da indefinição do Programa Piloto, depois de três anos de fase de transição para o que deveria ser a sua segunda fase (IAG, 2004). A proposta governamental de transformar o Programa Piloto em um dos instrumentos de implementação do Plano Amazônia Sustentável (PAS) (MI/MMA, 2004) estava sem definição, com falta de decisão política e diversas incertezas (IAG, 2003b) contendo diferentes abrangências territoriais (PPG7: Amazônia Legal; PAS: Região Norte e Tocantins) e a questão, em que forma específica o Programa Piloto reativado poderia ser integrado nos PPA e PAS que não são autocoordenados (MELLO, PASQUIS & THÉRY, 2005). O PAS deveria representar a efetiva apropriação do Programa Piloto pelo governo brasileiro.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) começou em 2008 depois de longo tempo de preparo, sob o governo do Presidente Lula (vide Figura 1) ostentando diretrizes para a difícil manobra entre proteção de recursos e desenvolvimento regional econômico. A coordenação estava sob os cuidados da Secretaria de Assuntos Estratégicos e não do Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com o então governo "existe uma oportunidade histórica de aproveitar o patrimônio de conhecimentos acumulados e capital social do PPG-7 na construção de políticas públicas estruturantes, voltadas para a efetivação de novos modelos de desenvolvimento sustentável no país" (MI/MMA, 2004). Estava prevista a integração das

várias dimensões da sustentabilidade – social, cultural, econômica, política e ambiental. Porém, a dificuldade da viabilização do PAS paralisou o processo desencadeado pelo PPG7 de geração de alternativas sustentáveis (IAG, 2005).

Esperava-se com ansiedade as estratégias do novo Governo Lula. Para grande irritação dos ambientalistas, decepção de alguns membros do próprio partido e grande surpresa para boa parte da população, alguns dos projetos de infraestrutura continuaram a merecer atenção especial. Isto se refere principalmente à construção de estradas e à construção de hidrelétricas. Principalmente o "Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá – Santarém*"* cujo asfaltamento na região do Pará desencadeou críticas intensas e temores no sentido de causar maiores impactos ecológicos e impactos nas terras indígenas (IAG, 2003a).

Este "Plano BR-163 Sustentável" tem como objetivo o combate à ocupação ilegal de terras públicas, a criação e consolidação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, a oferta de serviços nos núcleos urbanos (água tratada, saneamento básico), o aumento da segurança alimentar, a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade, entre outros. O Plano atende às demandas da sociedade civil para a sustentabilidade da região, consolidadas na *Carta de Santarém,* de abril de 2004. As primeiras audiências públicas sobre o EIA/ RIMA da BR-163 tiveram lugar em abril de 2004.

A gravidade dos problemas vinculados com o projeto da BR-163, um mero corredor de transporte para "*commodities*" agrícolas (FEARNSIDE, 2007), motivou ampla mobilização de organizações do movimento social – indígenas, produtores familiares, extrativistas -, de ONGs, de órgãos governamentais e de instituições de pesquisa em quatro polos regionais, nos Estados do Pará e de Mato Grosso. No setor energético, tem prioridade a usina hidrelétrica de Belo Monte, junto ao Rio Xingú, cuja construção já havia sido rejeitada em 1988.

Certamente a política para a Amazônia das últimas décadas pode ser explicada pela falta de clareza e programas contraditórios entre fomento do desenvolvimento regional por um lado e fortalecimento do pensamento de proteção e sustentabilidade com financiamento internacional por outro. Enquanto que em anos passados uma política de "desenvolvimento a qualquer preço" não sofreu resistência, nota-se recentemente que objetivos de desenvolvimento ecológico e social sustentável ganham cada vez mais importância sobretudo pela influência de organizações civis.

Paralelos aos programas de infraestrutura e desenvolvimento, contra-produtivos para a continuidade do Programa Piloto e ampliados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (2007-14), foram realizados uma série de programas de meio ambiente e ações para a Amazônia na fase final e mesmo depois do término do Programa Piloto. A mudança da política brasileira de meio ambiente (Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia,

estratégia desmatamento zero, REDD+) é fortemente influenciada pelos discursos de proteção ao clima (COY, KLINGLER & KOHLHEPP, 2017). Em 2008 o Governo apresentou o Plano Nacional para a Mudança do Clima (PNMC) que prevê a redução das emissões na Amazônia em 80% até o ano de 2020, (em relação à média de 1996 até 2005) e em 2010 o Plano ABC Nacional foi implementado (baixo carbono no manejo da terra) (vide Fig.1).

Queimadas e desmatamento - 75% de desmatamento são hoje provocados pelas fazendas de gado - produzem mais de 60% de emissões CO_2 do Brasil. A recessão econômica e oscilações de preços de mercado como também intervenções de mercado (moratória da soja etc.) e o controle de desmatamento contribuíram para a diminuição da destruição das florestas que, no entanto, aumenta nos últimos tempos e que entrementes compreende mais de 20% da área florestal da Amazônia. Evitar uma degradação ecológica e social, rapidamente crescente ajuda ao objetivo do uso sustentável dos recursos regionais, fundamentados em base ecológica, social, econômica e ética para o benefício da população regional e da rica biodiversidade da Amazônia e com isso ao desenvolvimento regional apto para o futuro (KOHLHEPP, 2005). E com isso, é urgente planejar estratégias de desenvolvimento, propósitos de planejamento e ordenamento espacial na Amazônia baseadas neste desenvolvimento sustentável, o que poderia ser alcançado em regiões hoje ainda não degradadas. Mas, "*the battle for the Amazon is far from being won*" (FEARNSIDE, 2015).

Considerações finais

O Programa Piloto que hoje já está quase esquecido, significou inovação extraordinária na política de meio ambiente para a Amazônia. Foi sem dúvida uma situação inédita no início dos anos 90 quando o Brasil assumiu a oferta internacional de um programa de meio ambiente para a Amazônia com base na alta expectativa perante a "ECO 92". Paralelamente os países G7 estavam dispostos a financiar tal programa, coordenado conjuntamente pelo Governo Brasileiro e o Banco Mundial.

Entre os principais resultados positivos do Programa Piloto podem ser destacados:

- O Programa apostou na inovação, na participação social e nas parcerias para testar alternativas sustentáveis de manejo de recursos naturais;
- A descentralização da gestão ambiental em áreas prioritárias dos Estados Amazônicos com aumento da capacidade de formulação de políticas ambientais estaduais;

- A evolução do conceito de gestão compartilhada, através de parcerias público-privadas entre setores do governo e os diversos grupos da sociedade civil (fortes redes de ONGs), como base para a conservação dos recursos naturais;
- A contribuição positiva das ONGs poder ser especialmente destacada;
- A viabilização de processos inéditos de negociação entre governo, sociedade civil e o setor privado, visando a formação de pactos políticos em prol de desenvolvimento sustentável (“Agendas positivas”);
- A implementação dos projetos demonstrativos, visando a geração de renda, o fortalecimento da base de subsistência, a utilização sustentável e conservação dos recursos naturais e a capacitação gerencial entre comunidades locais;
- Capacitações em todos os setores e níveis qualificaram pessoas e instituições;
- O desenvolvimento de metodologias inovadoras de monitoramento e fiscalização do controle de desmatamento.

Alguns déficits na concepção do complexo Programa Piloto e na sua integração na política regional para a Amazônia permanecem, no entanto, latentes:

- A elaboração do PPG7 através um grupo de projetos individualizados – de acordo com demandas setoriais de instituições governamentais – dificultou uma estratégia consistente do Programa;
- A articulação entre os componentes do Programa e outros programas governamentais – inclusive com outros programas do MMA - era frágil;
- Alguns Ministérios importantes não foram envolvidos diretamente (Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional etc.);
- Grande parte dos problemas relacionados aos pequenos colonos não foram considerados (questões fundiárias, assistência técnica, infraestrutura para a pequena produção etc.);
- Problemas urbanos não foram tratados, mesmo sendo a Amazônia uma região urbanizada;
- Mecanismos de uma política ambiental orientados ao combate à pobreza não faziam parte do Programa;
- Limitações institucionais, burocracia nacional e internacional dificultaram a implementação de projetos;
- A divulgação do PPG7 e de seus projetos com a disseminação dos conhecimentos na mídia, especialmente na região amazônica, poderia ter sido melhor;

- As atividades do IAG, a cujas análises críticas os participantes tinham que se acostumar poderiam ter sido concebidas de forma mais efetiva através de melhoramento da base de informações. As recomendações do IAG foram positivamente acolhidas contribuindo para o melhor estruturamento de conteúdo do Programa, mas politicamente somente puderam ser efetivadas em parte;
- Infelizmente não foi possível reduzir a devastação das florestas como pretendido.

Apesar das deficiências mencionadas, o PPG7 teve desempenho pioneiro de um programa de cooperação ambiental internacional, um dos exemplos mais bem-sucedidos no domínio da ecologia dos trópicos e uma fase de aprendizado para todos os participantes. O treinamento de inúmeros funcionários de ministérios brasileiros nas questões da política de meio ambiente e da política regional para a Amazônia foi um grande benefício para a *expertise* – valendo também para os participantes dos países doadores e os colaboradores nos projetos com assistência técnica como também para os membros do grupo de coordenação do Banco Mundial. As inúmeras ONGs que trabalhavam na e sobre a Amazônia também realizaram trabalho pioneiro a nível local e regional (HALL, 1997; GTA & FOE 1994, 1996). A inclusão da ciência em diversos projetos levou a muitos conhecimentos, a publicações científicas em mais amplo espectro da ecologia tropical e promovendo também uma integração internacional de cientistas brasileiros.

A incorporação do Programa Piloto nos objetivos nacionais de desenvolvimento e a implementação prática dos resultados dos projetos infelizmente só pôde ser realizada em parte. A transição do Programa Piloto para novos programas de meio ambiente transcorreu de forma pouco clara e morosa, o que também mostra que nas últimas décadas, a Amazônia não mais se encontra no centro da política brasileira de meio ambiente. A mudança do clima provoca desafios extraordinários em todas as grandes regiões – o que hoje deve ser solucionado sob situação econômica extremamente difícil. Por isto é muito importante que as lições aprendidas do Programa Piloto para a Amazônia não sejam esquecidas, mas que sejam muito mais consideradas nos atuais projetos para a proteção de ecossistemas tropicais e de todo o meio ambiente brasileiro.

Referências

AB´SABER, A.N. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia. Questões de escala e método. **– Estudos Avançados** (USP), vol. 3, n° 5, p. 4-20, 1989.

ALLEGRETTI, M.H. Policies for the use of renewable natural ressources: the Amazon region and extractive activities. In: CLÜSENER-GODT, M. & I. SACHS (orgs**.): Extractivism in the**

Brazilian Amazon: perspectives and regional development. Paris, UNESCO, p.14-33. 1994.

ALLEGRETTI, M.H. Políticas do governo federal frente a problemas ambientais. In: **Amazônia: Avança o Brasil?** Cadernos Adenauer 2, n° 4, p.39-50, 2001.

ANDERSON, A.B. (ed.) **Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest.** New York, Columbia University Press, 1990. 281 p.

BARROS, A.C. et al. Os custos ambientais do Programa Avança Brasil. In: **Amazônia: Avança o Brasil?** Cadernos Adenauer 2, n° 4, p. 51-77, 2001.

BECKER, B.K. Undoing myths: The Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M. & I. SACHS (eds.): **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon Region.** Paris, UNESCO, p. 53-89, 1995.

BECKER, B.K. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**. Cadernos do NAPIAm 6. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/SCA, 1999. 43 p.

BECKER, B.K. Construindo a política brasileira de meio ambiente para a Amazônia: Atores, estratégias e práticas. In: KOHLHEPP, G. (coord.): **Brasil: Modernização e globalização.** Bibliotheca Ibero-Americana 80. Frankfurt am Main, Vervuert; Madrid, Iberoamericana, 2001, p. 197-207.

BECKER, B.K. & C.A.G. EGLER. **Details of the methodology for execution of ecological-economic zoning by the states of the Amazon region**. Brasília, 1997.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). **Programa Amazônia Integrada – PAI.** Rio de Janeiro, 1998.

BROWDER,J.O. & B.J. GODFREY. **Rainforest cities: Urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon.** New York, Columbia University Press, 1997. 429 p.

CARVALHO, R. A Amazônia rumo ao "ciclo da soja". – **Amazonia-Papers**, vol. I, 2. São Paulo, Amigos da Terra. Programa Amazônia, 1999. 8 p.

COY, M. Entre a globalização e a regionalização. Efeitos da modernização, conflitos de interesse e fatores determinantes do desenvolvimento regional sustentável no espaço rural brasileiro. In: KOHLHEPP, G. (coord.): **Brasil: modernização e globalização.** Bibliotheca Ibero-Americana 80, Frankfurt am Main, Vervuert; Madrid, Iberoamericana, 2001, p. 259-273.

COY, M., KLINGLER, M. & G.KOHLHEPP. De *frontier* até pós-*frontier*: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins** (Revista Franco - Brasileira de geografia), 30, 2017, p. 1 – 48. (URL:http://confins.revues.org/11683)

FEARNSIDE, Ph. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. **Environmental Conservation,** 28 (1), 2001, p. 23-38.

FEARNSIDE, Ph. M. Brazil's Cuiabá-Santarém (BR-163) Highway: the environmental cost of paving a soybean corridor through the Amazon. **Environmental Management**, n. 39 (5), 2007, p. 601–14.

FEARNSIDE, Ph. M. Environment: Deforestation soars in the Amazon. **Nature,** n.521 (7553), 2015, p. 423.

GRAMKOW, M. M. (org.), ***Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria***. Brasília: PPTAL, PPG7, 2002.

GTA & FOE (Grupo de Trabalho Amazônico / Friends of the Earth). **Políticas públicas coerentes para a região amazônica.** São Paulo, 1994.

GTA & FOE. **Políticas públicas coerentes para uma Amazônia sustentável. O desafio da inovação e o Programa Piloto**. São Paulo, 1996.

HALL, A., **Sustaining Amazonia: Grassroots action for productive conservation.** Manchester, New York, Manchester University Press, 1997. 269 p.

IAG (International Advisory Group). **PPG7: O PPA 2004-2007 na Amazônia: novas tendências e investimentos em infra-estrutura**. – Relatório da XIX reunião, Brasília, 2003a.

IAG. **PPG7: O Plano Amazônia Sustentável (PAS) e a segunda fase do Programa Piloto.** – Relatório da XX reunião, Brasília, 2003b.

IAG. **PPG7: O Plano BR-163 Sustentável no quadro das políticas governamentais para Amazônia**. – Relatório da XXI reunião, Brasília, 2004.

IAG. **PPG7: Fomento a atividades produtivas sustentáveis na Amazônia**. – Relatório da XXIII reunião. Brasília, 2005.

INPE. **Amazonia – deforestation 1995-1997***.* São José dos Campos, 1998.

JUNK, W.J. et al. **The Central Amazon floodplain: Actual use and options for a sustainable management**. Leiden, Backhuys Publishers, 2000. 584 p.

KASBURG, C. & M.M. GRAMKOW (org.). **Demarcando terras indígenas; experiências e desafios de um projeto de parceria.** Brasília, FUNAI, PPTAL, GTZ, 1999. 312 p.

KOHLHEPP, G. Development planning and practices of economic exploitation in Amazonia. Recent trends in spatial organization of a tropical frontier region in Brazil (1966-1981). In: SIOLI, H. (ed.): **The Amazon. Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin**. Monographiae Biologicae 56, Dordrecht, Boston, Lancaster, Dr. W. Junk Publishers, 1984, p.649-674.

KOHLHEPP, G. Desafios à ciência e às políticas de desenvolvimento regional. Reflexões e recomendações sobre o futuro da Amazônia. – **Estudos Avançados***,* vol. 3, n° 7, 1990, p. 183-199.

KOHLHEPP, G. Impactos regionais de "grandes projetos" e as possibilidades de reorganização do espaço na periferia amazônica. In: ARAGON, L.E. (ed.). **A desordem ecológica na Amazônia.** Série Cooperação Amazônica 7. Belém, UNAMAZ, UFPAM, 1991, p. 253-269.

KOHLHEPP, G. Estratégias da política ambiental e regional para a proteção das florestas tropicais no Brasil. O Programa Piloto Internacional e seus atores em direção ao desenvolvimento sustentável?" In: KOHLHEPP, G. (coord.): **Brasil: Modernização e globalização**. Bibliotheca Ibero-Americana 80. Frankfurt am Main, Vervuert; Madrid, Iberoamericana, 2001, p. 209-234.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento sustentável na Amazônia? Dúvidas na consolidação do Programa Piloto, as recentes estratégias e a realidade amazônica. In:COY, M. & G.KOHLHEPP (coords.): **Amazônia sustentável. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estrategias inovadoras e experiências locais.** Rio de Janeiro, Garamond, 2005, p.75-95.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional na Amazonia Brasileira. In: PASSOS, M.M. dos: **BR-163**. **De estrada dos colonos a corredor de exportação.** Maringá, Ed. Massoni, 2007, p.15-62.

MAHAR, D.J. **Government policies and deforestation in Brazil's Amazon Region**. Washington, D.C., World Bank, 1988.

MAHAR, D.J. **Land use zoning in the Amazon Region: The experience of Rondônia, Acre and Tocantins** (mimeo), 2000. 35 p.

MELLO, N.A. de, PASQUIS, R. & THÉRY, H. A Amazônia 'sustentável' de Marina e Lula. In: COY, M. & G. KOHLHEPP (coords.): **Amazonia sustentável.**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, p. 45-62.

MI (Ministério da Integração Nacional)/MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Plano Amazônia Sustentável – PAS.** *Vol. 1:* **Diagnóstico e Estratégia.** Brasília, 2004. 87 p.

MMA. **Mata Atllântica no PPG7**. Brasília, 1999.

MMA/PPG7. **Caminhos para a sustentabilidade. As contribuições do maior programa ambiental do país para o uso e a proteção das florestas tropicais brasileiras**. Brasília, 2009. 58 p.

MMA/SCA (Secretaria de Coordenação da Amazônia). **Política nacional integrada para a Amazônia Legal.** Brasília, CONAMAZ, 1995. 34 p.

MMA/SCA. **Agenda Amazônia 21**. Bases para discussão. Brasília, 1997.

MMA/SCA. **Síntese das ações para a implementação da política integrada para a Amazônia Legal.** Período de 1995-1997. Brasília, 1998. 95 p.

MMA & WORLD BANK. **Pilot Program to conserve the Brazilian rain forest**. Brasília, 1998. 36 p.

MPBM (Ministry of Planning, Budget and Management). **Avança Brasil. Development structures for investment.** Brasília, 1999. 22 p.

MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). **Brasil em ação.** Relatório Final 1996-1999. Brasília, 2000. 143 p.

NEPSTAD, D.C. et al. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. Belém: Ed.Alves, 2000. 24 p.

SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos). **Programa de Zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal.** Brasília, 1991.

SCHUBART, H.O.R. O Zoneamento ecológico-econõmico como instrumento para o desenvolvimento sustentável. In : D´ÌNCÃO, M.A. & I.M. da SILVEIRA, (orgs.) : **Amazônia e a crise da modernização**. Belém, 1994, p.490-500.

SIOLI, H. (ed.). **The Amazon. Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin.** Monographiae Biologicae 56. Dordrecht, Boston, Lancaster, Dr. W. Junk Publishers, 1984. 763 p.

SMITH, N.J.H. et al. **Agroforestry experiences in the Brazilian Amazon: Constraints and opportunities**. Brasília, World Bank, 1998. 67 p.

STERNBERG, H. O'REILLY. **A água e o homem na várzea do Careiro.** 2.ed. Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1998. 330 p, 2 vol. (1. ed. 1956).

Sobre o autor

Gerd Kohlhepp – Professor *Emeritus* de Geografia Econômica e Social; Ex-Diretor do Centro de Pesquisas sobre a América Latina, Instituto de Geografia, Universidade de Tübingen/ Alemanha.

Como citar este artigo

KOHLHEPP, Gerd. O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): As primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia Brasileira. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.309-331, dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 03 de agosto de 2017
Devolvido para a revisão em 10 de setembro de 2017
Aceito para a publicação em 17 de novembro de 2017

Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado/PA[1]

Neli Aparecida de Mello-Théry
Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil
e-mail: namello@aol.com

Hervé Théry
Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil
e-mail: hthery@aol.com

Resumo

O objetivo do artigo é abordar vetores e elementos das políticas públicas indutoras dos modelos de desenvolvimento predominantes na região de Carajás/Parauapebas/Marabá, a partir do uso dos recursos naturais locais, das relações cidade-campo e da presença e estratégias de movimentos socioterritoriais na região e na APA Igarapé Gelado. Assim enfatizaremos a) o contexto regional e as políticas federais, destacando a origem e a importância que Marabá tinha em períodos em que conceitos de sustentabilidade inexistiam; b) os assentamentos do GETAT como mecanismo redutor das tensões; c) a criação de cidades, planejadas como a "cidadela" (núcleo urbano) de Carajás ou não (Parauapebas), d) os motivos que levaram o governo federal, junto com a sociedade civil, a investir em projetos de desenvolvimento sustentável como possibilidades de novos modelos de desenvolvimento regional e, finalmente, e) as estratégias dos atores.

Palavras-chave: Amazônia; políticas públicas; colonização; cidades; atores.

Ripening of sustainable development experiences: recent transformations in APA Igarapé Gelado/PA

Abstract

The objective of this article is to discuss vectors and elements of the public policies that lead to the predominant development models in the Carajás / Parauapebas / Marabá region, based on the use of local natural resources, city-field relations and strategies of socio-territorial movements. In the region and in the APA Igarapé Gelado. Thus, we will emphasize a) the regional context and federal policies, highlighting the origin and importance that Marabá had in periods when concepts of sustainability did not exist. b) The GETAT settlements as a mechanism to reduce tensions. c) The creation of cities, planned as a "citadel" (urban core) of Carajás, or not (Parauapebas), d) the reasons that led the federal government, together with civil society, to invest in sustainable development projects as possibilities of new models of regional development and, finally, e) the strategies of the actors.

Keywords: Amazon; public policy; colonization; cities; stakeholders.

Maduración de las experiencias de desarrollo sostenible: transformaciones recientes en la APA Igarapé Helado / PA

[1] Este artigo é parte dos resultados dos projetos de pesquisa – DURAMAZ – financiados pela ANR entre 2007 e 2014, cuja análise detalhada esta disponível em "*Et au milieu coule l'Igarapé gelado. Les paysans, la Cooper, la Mairie et la Vale à Parauapebas (Pará, Amazonie brésilienne)*", publicado sob número 00261648v2, https://halshs.archives-ouvertes.fr/search/index.

Resumen

El objetivo del artículo es abordar vectores y elementos de las políticas públicas inductoras de los modelos de desarrollo predominantes en la región de Carajás / Parauapebas / Marabá, a partir del uso de los recursos naturales locales, de las relaciones ciudad-campo y de la presencia y estrategias de movimientos socioterritoriales en la región y en la APA Igarapé Helado. Así enfatizaremos a) el contexto regional y las políticas federales, destacando el origen y la importancia que Marabá tenía en períodos en que conceptos de sustentabilidad no existían; b) los asentamientos del GETAT como mecanismo reductor de las tensiones; c) la creación de ciudades, planificadas como la "ciudadela" de Carajás o no (Parauapebas), d) los motivos que llevaron al gobierno federal, junto a la sociedad civil, a invertir en proyectos de desarrollo sostenible como posibilidades de nuevos modelos de desarrollo regional y, finalmente, e) las estrategias de los actores.

Palabras clave: Amazonia; políticas públicas; colonización; ciudades; actores.

Introdução

Projetos de desenvolvimento sustentável vêm sendo valorizados desde a CNUMAD[2] (1992) notadamente na Amazônia brasileira. São, portanto, mais de 25 anos que ideias vêm sendo transformadas em projetos-piloto na parte brasileira da maior floresta tropical do mundo. O Brasil teve papel pioneiro no estabelecimento de um novo modelo: criação e gestão de áreas protegidas habitadas, no contexto das produções certificadas sobre o plano ambiental, na autorização da gestão de territórios protegidos pelas comunidades locais, na concessão de exploração das florestas nacionais ou ainda a remuneração de serviços ambientais. Há casos de sucessos, mas também numerosos fracassos, muitas vezes devido não apenas a fatores ecológicos, mas aos socioespaciais e econômicos.

Mas, como essas experiências consolidam um novo modelo? Como as populações locais se inserem, se apropriam e transformam suas realidades locais? A dinâmica da sustentabilidade é complexa a apreender e múltiplos fatores interferem simultaneamente.

Nossa análise da percepção de sustentabilidade por pequenos produtores agrícolas, vivendo dentro de uma área de proteção ambiental permeada por conflitos entre atores sociais e atividades econômicas, repousa em uma abordagem geográfica. Na região de Carajás/ Parauapebas/Marabá predominam conflitos fundiários, grilagem, resgates de trabalhadores escravizados e antagonismos entre mineração, seus impactos e outras dinâmicas locais.

[2] Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92.

As análises apresentadas neste artigo resultam de dois projetos de pesquisa sucessivos, DURAMAZ1[3] e DURAMAZ2. Estes objetivaram identificar e analisar os condicionantes do desenvolvimento sustentável, decodificando treze experiências de projetos classificados como sustentáveis, em ambientes e temas distintos e, no segundo, verificar a permanência do modelo sete anos depois. A compreensão dessas "experiências de desenvolvimento sustentável" nos dois projetos DURAMAZ engloba as políticas públicas realizadas desde 1992 dentro desta linha, bem como as experiências promovidas pelas cooperativas locais, as comunidades, as ONG etc., que estabelecem uma dimensão simultaneamente ecológica e social. A metodologia básica foi a pesquisa de campo e uma abordagem sócio-temporal das dinâmicas territoriais, tendo como foco um dos lugares de realização destas políticas – APA do Igarapé Gelado – e os grupos humanos envolvidos.

Para a obtenção de dados primários foram usados, predominantemente, questionários e entrevistas aos atores locais. Enquanto para as entrevistas adotou-se a abordagem pela história de vida, as perguntas dos questionários trataram de aspectos mais diretos como suas percepções e participação em projetos de desenvolvimento sustentável, tipo e comercialização da produção em área de proteção ambiental, entre outros. Os questionários (idênticos nos treze casos estudados) foram ulteriormente analisados quantitativa e qualitativamente de maneira comparativa. E, evidentemente, para a compreensão da atualidade não se pode dispensar o conhecimento do processo de ocupação e transformação socioeconômica e ambiental da região, também via livros e artigos científicos.

As origens da região de Marabá: a exploração de recursos naturais e a questão política

Pode-se dizer que a origem de Marabá está ligada a um conflito político ocorrido em 1892 em Boa Vista do Tocantins (atualmente Tocantinópolis) que resultou na emigração de Carlos Leitão, da sua família e de alguns amigos. Eles desceram o rio Tocantins, se instalaram na beira do Itacaiúnas, um de seus afluentes (KLUCK, VON ATZINGEN, RAMOS et al., 1984, p. 40) e deram o nome de *Burgo Agrícola do Itacaiúnas* à aldeia criada em agosto de 1895. Contaram com o apoio do governo do estado do Pará, por meio de uma subvenção que visava fixar uma pequena população agrícola. Um ano mais tarde, já eram 222 habitantes voltados

[3] Os projetos DURAMAZ, realizados entre 2007 e 2010 e posteriormente entre 2012 a 2016, tiveram recursos da ANR Agence Nationale de la Recherche e foi constituída por equipes multidisciplinares, dentre as quais os dois autores. Dois livros e vários artigos científicos foram publicados durante este período.

à exploração do *caucho (Castilloa ulei)*, uma árvore produtora de látex (parecida à *hevea*) e à castanha do Brasil, os dois produtos objetos de uma forte demanda internacional.

A exploração desses recursos estimulou a migração de centenas de pessoas originárias de Goiás, Ceará, Maranhão e outros Estados do Nordeste. Esse crescimento suscitado por uma atividade comercial provocou a monopolização da compra de látex por alguns operadores que as despachavam pelo rio Tocantins. O nome Marabá foi dado ao estabelecimento comercial instalado na confluência do Itacaiúnas com o Tocantins por Francisco Coelho em 1898, inspirado em um poema de Gonçalves Dias. Após a morte de Carlos Leitão, a pequena aldeia inicial entrou em declínio, tendo a sede da mesma sido transferida ao confluente, quando adotou oficialmente o nome de Marabá em 1904.

A exploração predatória do *caucho* continuou até 1919 quando ocorreu uma queda de preços no mercado internacional e em razão de um conflito político local a produção de castanha a ultrapassou (VELHO, 1972, p. 47). A população não tinha alternativa e essa mudança não alterou em nada as opções econômicas, ao contrário, isso fortaleceu a "vocação" da região à exploração de recursos naturais.

Entre 1920 e 1925 a coleta de castanha continuou ativa nas imediações da vila, entre dezembro e junho, com mais intensidade até março, período onde as águas altas facilitavam o transporte fluvial. Mas, quando a coleta se deslocou em direção a zonas mais distanciadas, onde os trabalhadores passavam semanas seguidas, tornou-se necessário fazer investimentos maiores para obter um controle mais eficaz da produção e apareceram os *barracões* (estabelecimentos comerciais de compra e venda de castanha). Esse comércio criou uma nova elite que, entrando na política, modificou as relações locais de poder. O controle da produção estava majoritariamente nas mãos dos sírios e libaneses, que também possuíam estabelecimentos agrícolas, dominavam a comercialização de alimentos, o transporte fluvial e a produção de motores e barcos (VELHO, 1972, p. 55).

Nas primeiras décadas do século XX, o sistema econômico e político que tinha se desenvolvido na região estava próximo do coronelismo, a velha prática que se caracteriza pela dominação, sobre a vida política local, de uma ou várias famílias que disputam o controle das instituições do Estado em benefício de seus próximos. A grilagem de terras, a concentração de poderes políticos e a troca de favores são as características marcantes dessa forma de vida política.

O estatuto fundiário dos *castanhais* (zona de concentração de árvores de castanhas do Brasil) foi alterado: de zonas concedidas pelo Estado até aquele momento, se tornaram, por meios legais, propriedades privadas. Esta transição foi controlada pelos interesses políticos e evidentemente, favoreceram aos aliados locais da oligarquia. Coube aos prefeitos

autorizar a conversão dos castanhais em propriedades privadas e se beneficiarem da oportunidade de minarem seus adversários e fortalecer seu poder.

Nessas primeiras décadas a vila se desenvolvia lentamente, visto que sua estrutura urbana era extremamente precária. Alguns conflitos entre os produtores de caucho e seus empregados originaram a primeira intervenção do governo do Estado que, em 1904, fundou a subprefeitura, fato que implicava também a criação de um posto de polícia. Era preciso afrontar sérias dificuldades, como as inundações periódicas, especialmente as de 1906 e 1910, que destruíram os barracões e os alojamentos situados nas margens dos rios. Os conflitos entre as oligarquias, a falta de equipamentos urbanos e de representantes do Estado favoreciam um clima de instabilidade e de rebelião.

Estes confrontos enfraqueceram a relação da cidade com o governo do Pará e líderes políticos locais começaram mesmo, em 1908, as negociações para anexar a região ao Estado de Goiás. Essa pressão política permitiu que eles conseguissem fazer de Marabá um Distrito.

A autonomia municipal somente foi acordada em 1923, com a anexação da vila de São João do Araguaia e, no ano seguinte, Marabá já contava dois mil habitantes. No decorrer dos anos 1920 a cidade recebeu alguns equipamentos urbanos como a eletricidade (1929), o mercado municipal (1931), o aeroporto (1935) e um grupo escolar (1939). Em 1940 a cidade já tinha uma população fixa de 2.984 habitantes.

Em meados dos anos 1930, descobriu-se diamantes em Praia Alta, próximo da embocadura do rio Tauari. A partir de 1930, a população local iniciou a alternação de suas atividades, coletando castanhas do Brasil durante o inverno (a estação da seca) e se tornaram garimpeiros de diamantes em águas baixas. Em 1940 foram extraídos milhares de quilates e o fluxo migratório continuou até 1942, mas desde 1944 a produção de diamantes de superfície diminuiu e foi preciso utilizar escafandros (MORAES, 1998, p. 72). Graças a esta atividade, Marabá sobreviveu economicamente durante a segunda guerra, um difícil período, pois a Europa estava devastada e os Estados Unidos eram o único cliente. Marabá contribuiu ao esforço de guerra produzindo cristal de rocha, utilizado em rádio transmissão, para controlar e estabilizar a frequência de ondas sonoras.

A população de Marabá era 6 mil habitantes em 1955 e na década seguinte houve um aumento considerável. O aumento demográfico da década 1960-1970 só não foi maior em decorrência da perda dos distritos de São João do Araguaia e de Santa Isabel, desmembrados de Marabá na criação do município de São João do Araguaia.

O período 1960 a 1985 caracterizou-se pelo crescimento acelerado e por uma mudança das instituições e das infraestruturas, que alteraram completamente as condições do crescimento econômico. Como exemplo podem ser enumerados a “Operação Amazônia”,

pela qual o governo militar que chegou ao poder pelo golpe de Estado de 1964 decretou uma série de normas e de estatutos novos: a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, tornou-se SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), à qual foi atribuída a função de gerenciar e determinar os critérios de distribuição dos subsídios fiscais do FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia) oriundos do FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia). Ao Banco de Crédito da Amazônia (BCA) foi delegada a função de banco de desenvolvimento, análoga ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No Pará, em 1975, a maior parte dos recursos de capital foram destinados à indústria (60%), os serviços absorveram cerca de 25% e o setor agropastoril 12%.

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, a partir de 1960, inicia-se o processo de integração nacional que ligaria, enfim, o Pará ao restante do território brasileiro por via terrestre, e não apenas por via marítima. Em 1970, o governo federal lançou o Programa de Integração Nacional (PIN) com o slogan “A Amazônia, uma terra sem homens para homens sem-terra”. A ocupação da região, favorecida pela distribuição de lotes de terra, atraiu os migrantes do Nordeste. Este movimento migratório gerou o crescimento demográfico, mas sem fixação do homem à terra pois muitos colonos vendiam os lotes pouco depois de sua obtenção, em razão da falta de apoio técnico ou da baixa fertilidade dos solos. Entretanto, o crescimento do mercado urbano favoreceu a pecuária para o consumo de carne.

Em 1970 a região atraiu militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), hostis aos governos militares e que acreditavam que a revolução brasileira deveria ser iniciada a partir do campo, com focos espalhados pelo pais. Os guerrilheiros integraram-se aos pequenos agricultores, fomentaram a discussão sobre a propriedade da terra e os abusos dos militares. Suas atividades tiveram início em 1972 e duraram até 1975, quando o Exército com aproximadamente 10.000 soldados, cercou algumas dezenas de combatentes e os poucos agricultores que os apoiaram. Com a chegada das tropas do Exército à São Geraldo do Araguaia, todas as localidades nas proximidades foram consideradas como setor de segurança nacional, sobre o controle direto do Exército. Três campanhas militares se sucederam e a última provocou a eliminação física dos guerrilheiros (cerca de 70 guerrilheiros e agricultores), incluindo os prisioneiros e, exercendo uma forte coerção sobre a população com o objetivo de impedir a sobrevivência da guerrilha.

A lei de segurança nacional, além de seus aspectos militares e político-administrativos, tinha uma dimensão econômica, destacando-se a implantação do Programa Grande Carajás (PGC) e a barragem de Tucuruí.

A exploração de recursos minerais

A riqueza da região em recursos minerais já era conhecida desde a época da exploração de diamantes e cristais. As formações geológicas, responsáveis pelas grandes clareiras existentes na floresta densa, identificadas em fotos aéreas, já tinham despertado a atenção do geólogo Breno Augusto dos Santos. O reconhecimento geológico na área da Serra de Carajás confirmou a existência de enormes depósitos de minério de ferro, em 31 de julho de 1967. Estas reservas são estimadas em 18 bilhões de toneladas, suficientes para mais de 200 anos de exploração, considerados os atuais ritmos de produção.

Atualmente a exploração mineral não se concentra sobre a produção de ferro, visto que novas minas de cobre e bauxita se desenvolveram a partir do ano 2000. Para proteger estas reservas foi criada uma série de áreas de proteção, incluindo duas Florestas Nacionais (que incluem as jazidas), uma reserva biológica e mais tarde, uma área de proteção ambiental para cobrir o flanco norte, por onde passa a via férrea, além da reserva indígena Xicrim do Cateté.

Antes mesmo de iniciar a exploração do minério de ferro, uma verdadeira corrida do ouro, tocou a região com as descobertas da Serra Pelada, em fevereiro de 1980, quando pepitas de ouro foram encontradas na Fazenda Três Barras, de Genésio Ferreira da Silva, em uma localidade conhecida como Açaizal. Em menos de dois meses o local foi ocupado por 10 mil garimpeiros e, desde os primeiros meses se infiltrou entre eles o comandante Curió, o mesmo representante do Serviço Nacional de Informações (SNI) que tinha contribuído para a queda da guerrilha do Araguaia. Em pouco tempo ele fez um relatório para a Presidência da República propondo a intervenção do Estado. Desta vez ele não estava sozinho como representante do governo: chegaram com ele a Caixa Econômica (compradora do ouro) e outras instituições estatais como os Correios, a Sociedade Telefônica, a Cobal (Sociedade Brasileira de Alimentos), a SUCAM (Fiscalização das campanhas de saúde pública), o hospital FSESP (Fundação Serviços de Saúde), a Polícia Federal e a Polícia Militar.

O controle dos acessos à Serra, onde se instalou uma guarita da Policia Federal impedindo a entrada de carros e de toda pessoa não autorizada, permitiu monitorar o número de garimpeiros de diamantes. Mesmo com todo este aparato de contenção, estimou-se em 51.000 o número de *furões* (garimpeiros não registrados), que se uniram aos 49.000 trabalhadores registrados. Com o passar do tempo começou a se desenvolver uma pequena infraestrutura (armazéns, açougues, igrejas de diferentes cultos), porém, a cada final de semana os garimpeiros se deslocavam, em centenas, na direção de Parauapebas e Curionópolis, as aglomerações mais próximas, que ainda não haviam se emancipado de

Marabá. Estes garimpeiros procuravam o que não encontravam em Serra Pelada: as bebidas alcoólicas e mulheres.

Os loteamentos do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins)[4]

O Programa Grande Carajás (PGC) implicava vários tipos de ação, no âmbito do processo de integração nacional, incluindo a criação de assentamentos agrários promovidos pelo governo federal. Além do povoamento da Amazônia, seu objetivo era o de produzir alimentos para os centros urbanos mais próximos e reduzir os conflitos fundiários na região, os quais causavam instabilidade e violência.

Em 1982, o governo federal, por meio do GETAT, implantou o Projeto de Assentamento (PA) Carajás na região Sudoeste do Pará para 1.555 famílias de colonos vindos principalmente dos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Três Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE) foram implantados sendo o primeiro o PA Carajás 3 (Cedere 1, em 1983) próximo de Parauapebas, onde habitavam os técnicos responsáveis pelo acompanhamento do projeto. O segundo, PA Carajás 2, mais conhecido como Cedere 2, se localizava onde atualmente se encontra a cidade de Canaã de Carajás, o qual devia ser um polo de abastecimento. E, finalmente, as últimas famílias selecionadas para o projeto chegaram no começo de 1985, para ocupar um setor mais próximo da Serra Norte, o PA Carajás 1, mais conhecido como Cedere 3, atual Vila Ouro Verde.

O que explica a diferença de desenvolvimento entre os três Cederes foram suas concepções, funções e estruturas, além da dificuldade de acesso ao Cedere 3, que, implicava transpor o rio Parauapebas que, na época, não tinha pontes.

Em geral no início do projeto, as terras ocupadas tinham ainda florestas, à exceção de algumas regiões onde vivam pessoas que haviam chegado nos anos 1970 e 1980. As terras eram propriedade da União, exceto duas fazendas que foram ocupadas um pouco mais tarde. O GETAT enviou funcionários em cidades de vários Estados do país, recrutando pessoas para participar no Projeto de Assentamento. A escolha das pessoas que seriam aceitas no projeto era feita por assistentes sociais e consistia em um exame médico e uma entrevista destinada a saber se o candidato tinha alguma aptidão para a agricultura e se ele

[4] Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, criado em 1980 e extinto em 1987 em reação contra os conflitos violentos por terra que ocorreram entre os rios Araguaia e Tocantins próximas à província mineral de Carajás. Este organismo, com sede em Marabá e que dependia diretamente do Conselho de Segurança Nacional, tinha por objetivo tranquilizar os investidores. Ele controlava, em um território de 200 000 quilômetros quadrados (incluindo todo o SE do Pará, extremo oeste do Maranhão e parte do Tocantins), as instituições fundiárias da União, notadamente o INCRA (DE REYNAL, 1999).

já não tinha uma propriedade agrícola. Os colonos recebiam lotes de 10 alqueires (50 hectares) atribuídos por sorteio, mas eles tinham um prazo para inspecionar os lugares e escolher outro lote, se necessário.

O projeto previa oferecer uma casa e que os colonos teriam escolas, um dispensário, assistência técnica, rodovias e uma vila (que serviria de centro de apoio aos produtores). Ao seu serviço, igualmente, teria ambulâncias, tratores e caminhões. A família receberia também instrumentos de trabalho (foice, machado, enxada). Além disso, o projeto previa também que nos primeiros meses eles receberiam um salário para esperar até a primeira colheita, assim como alimentos. Fazia parte da estratégia do GETAT instalar os técnicos agrícolas dentro do setor para acelerar a implantação das culturas e ajudar os agricultores vizinhos.

O projeto começou sua fase de decadência quando o general Figueiredo (1979-1985) foi substituído por Jose Sarney (1985-1990), pois não havia mais medicamentos no dispensário, faltava diesel para fazer funcionar os motores, faltava investimentos, pois muitos desses começaram a depender de coletas feitas entre os colonos. Além de todas estas dificuldades, outro motivo das mudanças maciças foi a alta dos preços das terras, que começaram desde o segundo ano: muitos colonos vendiam seus lotes, apesar da menção "não negociável" que figurava sobre o documento de ocupação, à novos migrantes ou a seus vizinhos e partiam para outras regiões, Itupiranga por exemplo, nas quais o dinheiro obtido com a venda permitia-lhes adquirir propriedades maiores.

A migração não se restringia a estes assentamentos e a ocupação agrícola da região se fez por meio do crescimento da pecuária, colocando a questão da terra no centro dos conflitos sociais. Os proprietários das zonas de coleta da castanha do Brasil, que haviam já começado a consolidar a posse da terra, encontraram na pecuária bovina a alternativa à coleta de castanha, visto que a mesma lhes permitia atividades ao longo do ano. A combinação castanha-gado consolidou a grande propriedade e levou à abertura de novos setores, reduzindo a dependência quase exclusiva da castanha. Em pouco tempo a região se tornou autossuficiente em carne e produziu excedentes, exportados para a capital. Os antigos extrativistas tornaram-se a força de trabalho utilizada para a implantação de pastagens e para o cuidado com o gado. O aumento da atividade agravou os conflitos entre produtores pela posse da terra, alguns proprietários se modernizaram e começaram a controlar as zonas de coleta de castanha, onde havia serias dificuldades financeiras. Este processo de concentração da terra reduziu à metade o número (que era aproximadamente 90) e uma boa parte da produção se concentrou nas mãos de seis grandes grupos econômicos.

Do lado dos trabalhadores, as únicas organizações existentes estavam ligadas à Igreja Católica, no final dos anos 1970. Os sindicatos dos trabalhadores rurais tinham fortes restrições e, somente a partir de 1985, relançaram as lutas agrárias e conseguiram negociar,

em 1988, cerca de 300.000 hectares de terra ocupada. A partir deste ato, nasceu a ideia do CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) e em 1996, da Fetagri (Federação dos trabalhadores na agricultura). Os acampamentos ganharam nova dimensão, reunindo até 12.000 pessoas e além da questão da terra, reuniram as reivindicações sobre infraestruturas e créditos.

A criação das cidades da região

A "cidadela"[5] de Carajás e Parauapebas

Parauapebas, que deveria ser apenas um setor de alojamento para os empregados da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) ocupados na construção da estrada de ferro, acabou por atrair milhares de migrantes e também os garimpeiros de Serra Pelada e se tornou uma cidade. Desde meados dos anos 1980, os três primeiros bairros foram Rio Verde (o local original da cidade, do lado da rodovia), Cidade Nova e Bairro União (planejados para os trabalhadores da CVRD e seus subcontratados). A rua do Comércio (Rio Verde) tinha somente casas de madeira ou de pau a pique, mas ela cumpria sua função original, a venda de mercadorias aos garimpeiros e trabalhadores da primeira etapa de implantação do Projeto Ferro Carajás. Um brusco crescimento da população ocorreu em 1982 quando uma grande inundação parou os trabalhos dos garimpeiros. Alguns comerciantes decidiram sair de Curionópolis, onde as atividades estavam suspensas, e se instalarem em Rio Verde, onde ocorriam os pagamentos dos salários de Carajás, ao menos a cada semana.

Faltavam todas as infraestruturas de base, o rio era usado para todas as atividades: água para consumo, banho, lavagem de roupas, etc. Por outro lado, a Cidade Nova sempre foi um bairro mais organizado, a CVRD a planejou para o pessoal dos terceirizados e não para seus empregados que viviam no Núcleo Urbano de Carajás, inaugurado em 1988. Ela exigia que as construções fossem feitas em alvenaria, apesar da ausência de tijolos na região. O material de construção vinha de Marabá.

Grave crise foi provocada pela assinatura da Lei Curió, em 1983, quando os garimpeiros bloquearam rodovias de acesso e ocuparam as principais cidades da região. Foi a partir daí que se iniciou o processo de emancipação de Parauapebas, pois o administrador da época, Chico Brito, solicitou ajuda à prefeitura de Marabá, explicando que não mais iria

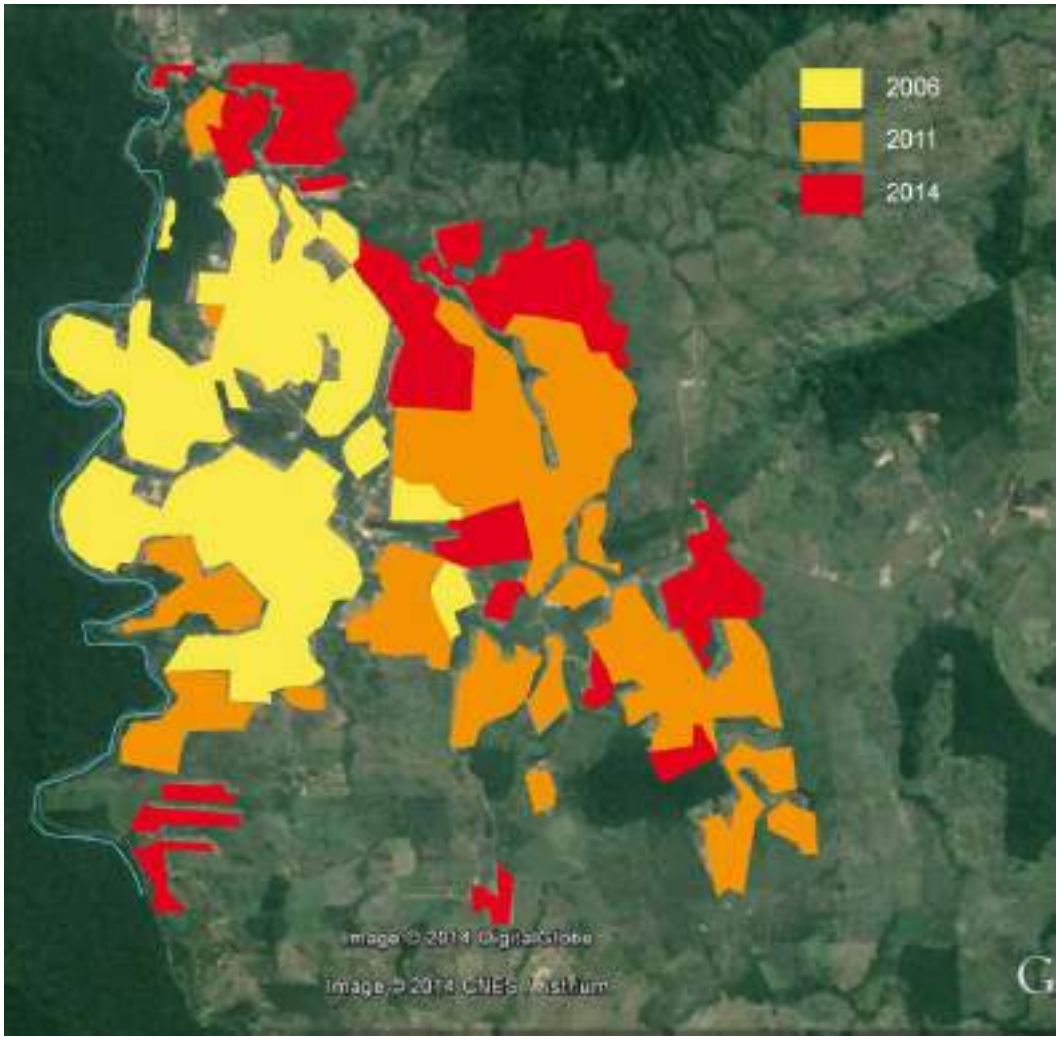
[5] Termo utilizado por Bertha Becker em Fronteira e urbanização repensadas. Revista Brasileira de Geografia, 47 (3/4), p. 357-371, Rio de Janeiro, jul./dez., 1985.

assegurar o funcionamento da cidade com os imóveis públicos totalmente destruídos e recebeu uma resposta negativa.

A consulta popular sobre a emancipação ocorreu em 24 de março de 1988, com um resultado de 2% para o “não” e de 111% para o “sim”: como não havia monitoramento, todos podiam votar quantas vezes quisessem... Em 01 de janeiro de 1989 a cidade de Parauapebas foi instalada com a Câmara municipal e a eleição do prefeito (Faisal Faris Mahmoud Salmen Hussain), ocorreu em novembro daquele ano.

Ações importantes marcaram o período 1993-96, quando o segundo prefeito promoveu o acordo com o BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) e a CVRD para o abastecimento de água e coleta de esgotos. Porém, como a cidade quase dobrou sua população no período de 10 anos, o ganho obtido acabou por não atender toda a população. Na primeira década dos anos 2000, a prefeitura foi administrada por prefeitos oriundos dos movimentos sociais locais. No período entre 2007 e 2014 a cidade praticamente duplicou sua área urbana em função de numerosos loteamentos do programa Minha Casa, Minha Vida.

Figura 1 Crescimento de Parauapebas 2006-2014



Autoria: Hervé Théry, 2014.

Diferentemente, o Núcleo Urbano de Carajás, criado no modelo das *company-town,* desde sua instalação dispunha de todo tipo de infraestrutura e equipamentos urbanos: das habitações totalmente prontas, adequadas a cada tipo de profissional empregado na CVRD, com ruas asfaltadas, centros médicos e escolas, aos serviços complementares como teatro e até mesmo um aeroporto foi construído. Estes moradores foram transferidos de suas cidades de origem ou contratados para trabalharem na companhia, que, como forma de atração oferecia uma estrutura urbana completa, de onde não precisavam sair, pouco conheciam dos problemas de Parauapebas, na outra margem do rio.

Curionópolis, a cidade dos garimpeiros

Originada na bifurcação do km 30, onde se localizava pequena zona de comércio destinada aos garimpeiros que trabalhavam na Serra Pelada, a cidade teve seu desenvolvimento ligado a ela. Dos primeiros anos de exploração do ouro até 1983, Curionópolis era o centro do movimento dos garimpeiros de ouro: nos fins de semana, depois das atividades de garimpagem, a região era ocupada pelos trabalhadores que procuravam prostitutas e bebidas alcoólicas, interditadas na Serra.

Curionópolis, que inicialmente queria se emancipar junto com Parauapebas, em seguida mudou de ideia e decidiu também demandar sua independência. Ganhou sua emancipação de Marabá, em 1988, escolhendo seu nome em homenagem ao comandante Curió. O primeiro pleito ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano.

A decadência de Curionópolis iniciou nos anos 1990, com a exaustão de Serra Pelada, que causou o retorno de muitos habitantes para suas cidades de origem. Outro fator que aumentou os problemas foi a emancipação de Eldorado de Carajás em 1991.

Eldorado de Carajás, do sonho ao massacre

Em 1988 a população de Eldorado tinha participado ativamente a emancipação de Curionópolis, porque acreditava que a sede administrativa se situaria na cidade.

Isto não ocorreu e causou um grande desconforto, origem da discórdia que culmina em 1991. Em 28 de abril daquele ano foi realizado o plebiscito de emancipação: 1.415 votos,

30 “não” e 58 “nulos”. Em dezembro de 1991, o governador Jader Barbalho promulgou a lei 5487 e criou a municipalidade de Eldorado de Carajás.

Porém, o fato que será lembrado como um marco foi o massacre de 19 sem-terra, que ocorreu em 17 de abril de 1996. Na entrada da cidade há um monumento formado por 19 troncos calcinados e 19 cruzes instaladas diante de um pequeno museu.

Possibilidades de um novo modelo regional: os projetos sustentáveis

Muitas das experiências sustentáveis implantadas na Amazônia brasileira articulam dinâmicas locais às práticas ambientais e lógicas sóciodemográficas das populações em torno da ideia de governança ou de resolução de conflitos. O consenso global de que desenvolvimento sustentável se sustenta sobre três dimensões (econômica, social e ambiental) e que busca não comprometer as escolhas das gerações futuras, permite, há mais de 25 anos, aos organismos nacionais e internacionais, às administrações públicas e às ONG reivindica-lo para suas ações. O meio ambiente e sua proteção é o pilar mais solido sobre o qual repousa todos os projetos.

A questão da sustentabilidade foi precocemente integrada nas políticas públicas brasileiras (MELLO, 2002). Simultaneamente, as ONG utilizaram este campo de ação para afirmar sua posição de atores imprescindíveis do desenvolvimento (LACHARTRE e LÉNA, 2002), sendo frequentemente financiadas pelos fundos internacionais e ocupam uma parte importante do campo científico (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001), produzindo contribuições de alto valor pelo conhecimento dos meios amazônicos ou de suas populações. Servindo-se destes conhecimentos, elas empreenderam a implantação de projetos locais sustentáveis (MANCIN, 2001; MELLO, 2002, ANTONI, 2008). Muitos destes projetos utilizam abordagem de mercado como um instrumento para melhorar as condições de vida das populações e assegurar a manutenção de práticas duráveis na gestão do espaço, servindo-se de políticas de certificação ambiental. Nem sempre tais experiências são casos de sucesso, especialmente quando as mesmas não representam os modelos culturais locais, colocando em risco a sustentabilidade dos próprios projetos.

Para a evolução e consolidação dos projetos sustentáveis estas políticas foram fatores dominantes: grandes projetos de iniciativa governamental, com financiamentos ou doações externas, ao lado de ações mais modestas apoiadas pela Igreja, associações caritativas, ONG.

Setorialmente, as políticas públicas ambientais incorporaram a dimensão socioambiental da sustentabilidade, priorizando a implantação de algumas centenas de

projetos pelas ONG, cooperativas, associações, prefeituras municipais. Alguns projetos em execução, financiados pelo BIRD, aproveitaram as revisões de meio termo (para a Amazônia, o Prodeagro e o Planafloro, por meio das iniciativas comunitárias). As novas doações como o PPG7, já incorporou em seu modelo, o financiamento das iniciativas locais via projetos demonstrativos.

Desde os anos 40 do século passado a região amazônica tem sido inserida nas políticas públicas governamentais. A partir dos anos 1970 uma sucessão de planos e programas governamentais foram implantados, grande maioria, de maneira parcial: I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e os programas inclusos em seu interior como o de Integração Nacional (PIN), Programa de Polos Mineralógicos e Agropecuários (Polamazônia) e o Programa Grande Carajás (PGC). Após o final da ditadura, os governos civis continuaram as ações públicas via Brasil em Ação, Avança Brasil, Brasil para todos e os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC) todos incluíram grandes obras de infraestrutura (portos, usinas hidrelétricas, etc.), mesmo que tenha havido também (parcos) recursos para políticas como a de áreas protegidas ou as ambientalizadas como a de conservação da biodiversidade ou a do sistema nacional de unidades de conservação. Em 2008 o Plano Amazônia Sustentável (PAS)[6] incorporou ações comunitárias do Amazônia Solidária e, em 2010 substituiu o PPG-7, visava implantar um "desenvolvimento ambiental sem exclusão social" colocando a população no centro dos investimentos públicos para a região. O PAS inicial, sob a gestão do MMA (Ministério do Meio Ambiente), promoveu entre 2004 e 2008, numerosas reuniões públicas na região, cujas ações incluíam o planejamento e ordenamento territorial, infraestrutura, apoio à produção, inserção social, apoio às instituições, a proteção e gestão ambiental. Em 2008 foi deslocado para o Ministério do Planejamento.

O MMA implantou também o Plano de prevenção e luta contra o desmatamento (PPCDAM – 2004-2011) priorizando ações de ordenamento territorial e, sobretudo, de regularização dos títulos de propriedade. Várias medidas foram adotadas e estimularam o aparecimento de MP para a regularização fundiária a quais foram transformadas na lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

As iniciativas locais

[6] O PAS aprovado em 2008 foi oriundo do Termo de Cooperação firmado em 2003 entre a Presidência da República e alguns dos governadores dos estados da região amazônica, sob a coordenação de Marina Silva, ministra do meio ambiente.

Dentre os recursos do PPG7, o subcomponente PD/A (projetos demonstrativos, tipo A)[7] destinava-se a projetos de associações, cooperativas, municípios e, segundo Mancin (2001) teve grande aceitação permitindo que tornasse um modelo tanto para outros projetos, como para os atores locais. Redes socioambientais e técnicas como o GTA, COIAB, FETAGRI participaram do comitê de gestão e difundiram os critérios do PD/A. Estimularam também a elaboração e implantação de atividades para sistemas agroflorestais e de exploração de recursos não madeireiros, transformação de recursos naturais locais (frutos, castanha, açaí, etc.) em produtos de consumo. Foram experiências que permaneceram por muito tempo, as quais podemos considerar de médio a longo prazo.

Praticamente em todos os projetos a inovação era a estimulação à pratica da governança. O sucesso de muitos destes projetos deveu-se à solidas bases comunitárias existente, constituídas anteriormente nos Estados do Maranhão, Pará, Acre e Mato Grosso.

No Pará foram identificados oito polos regionais: Marabá, Rede Frutos do Cerrado, Transamazônica, Eixo BR364, Purus, Baixo Amazonas, Sul do Amapá, Nordeste do Brasil. Parauapebas foi um dos oito municípios integrantes do polo de Marabá, no qual foram financiados modelos agroflorestais e também atividades de transformação e comercialização destes produtos.

Em Parauapebas, os projetos datam dos anos 1990, especialmente disseminados por meio do PPG7. Considerado um programa pioneiro em alguns aspectos, como o modelo pluri-institucional de planejamento e gestão, integrou a variável proteção da natureza no processo de desenvolvimento e ampliou a participação da sociedade organizada, via Grupo de Trabalho Amazônico – GTA.

As dinâmicas nas zonas de agricultura familiar (Parauapebas – APA do Igarapé Gelado) e as interações com os projetos de desenvolvimento sustentável são bastante visíveis. Estas dinâmicas mostram um conjunto de mutações complexas que resultam tanto de ações espontâneas como de mudanças relacionadas ao clima.

As estratégias dos atores na APA do Igarapé Gelado

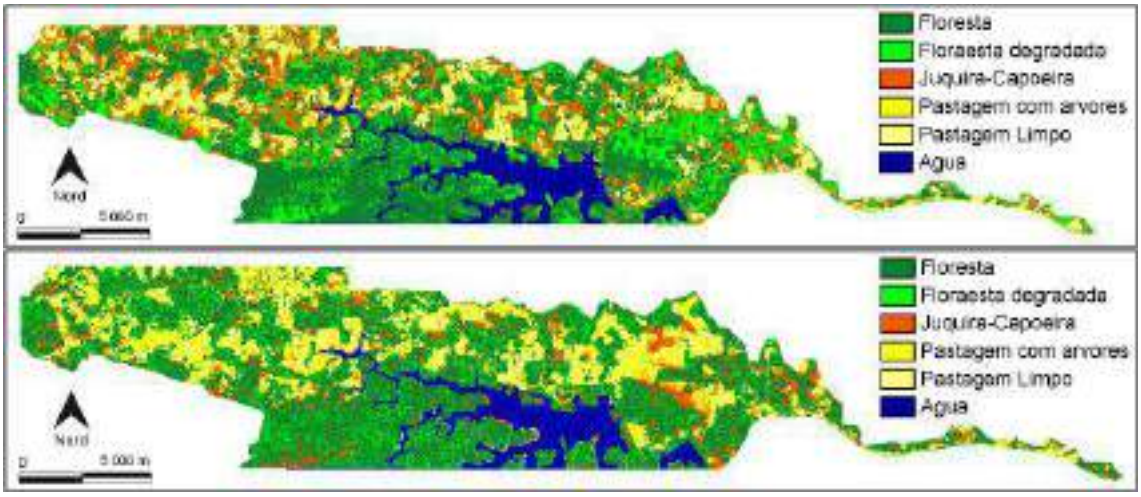
Os atores locais – COOPER (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás), a Vale, a Prefeitura, o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), a APROAPA (Associação dos produtores rurais da Área de Proteção) - foram

[7] Os recursos do PDA foram provenientes da Cooperação Financeira da República Federal da Alemanha por meio do Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW, do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial - FFEM, da União Europeia e do Fundo Fiduciário para o Programa Piloto (PPG-7), administrado pelo Banco Mundial.

identificados pelo DURAMAZ assim como as condições socioambientais locais de implantação dos projetos que visavam a sustentabilidade socioambiental, sendo a COOPER o ator mais estratégico e mobilizador. Na Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado, entre 2007 e 2014 as transformações foram importantes.

As mutações espaciais na APA do Igarapé Gelado são percebidas por meio da comparação de imagens de satélite nos dois períodos.

Figura 2 Uso do solo na APA em 2007 e 2014



Autoria: Solen Le Clec'h, 2014.

Destaca-se a transformação no uso do solo pois houve aumento de áreas agrícolas como resultado da extensão de plantações frutíferas (cupuaçu, açaí, maracujá e outros) e novas áreas de exploração nos interflúvios planos. Identifica-se também uma dinâmica de reconquista de áreas de pastagens degradadas para a agricultura, em razão do projeto PADEQ/PD-A (Projeto Alternativas ao Desmatamento e Queimadas, vinculado ao PD/A, iniciado em 2005), que proibiu o fogo e o desmatamento e contribuiu para o plantio de mandioca, frutas e milho e melancia em rotação. Os produtores moradores da APA possuíam também gado, uma média de 30 cabeças, segundo os dados de 2007, embora enfrentassem dificuldades, incluindo entre elas períodos de maior seca, que se intensifica com o ciclo de vida das pastagens locais. A mudança de técnicas permitiu reduzir as pastagens e a pressão exercida pelo gado. Assim, os resultados do PADEQ foram positivos tanto do ponto de vista ambiental, com a interdição de uso do fogo e do desmatamento, como para a diversificação da produção.

Outra estratégia utilizada pelos atores locais relaciona-se às mudanças nos sistemas de produção com o desenvolvimento de culturas comerciais, especialmente a fruticultura, em detrimento da produção de alimentos para consumo doméstico. A COOPER (criada em 1997) comprava, em 2007, a quase totalidade dos frutos (cupuaçu, açaí, acerola, maracujá)

produzidos na região e mantinha uma forte ação social. A garantia de compra estimulou tanto o crescimento de plantações já existentes como o aparecimento de novas, muitas vezes, substituindo outras produções agrícolas menos rentáveis ou, até mesmo, a pecuária, em crise.

Um balanço sobre os efeitos positivos de projetos de desenvolvimento sustentável na região e na APA mostra alguma melhoria na renda de agricultores, ainda que distinta segundo o sistema adotado (somente agricultura, agricultura e pecuária, pecuária) e a diversificação de sistemas de produção locais, atingindo entre 3 e 6 vezes a renda anterior (DE REYNAL, 1999; POCCARD-CHAPUIS, 2004; VEIGA, OLIVEIRA e BENTES, 2007).

Do ponto de vista da sociedade local e de sua participação, ainda que esta seja reduzida, contribui para se ter boa percepção destes projetos, pois os agricultores mais engajados podiam se fazer representantes da comunidade em geral. Por outro lado, o fato de se exprimirem nas reuniões voltadas para a difusão de informações e ampliação da governança, lhes fortalece a opinião dos bons resultados.

Outro aspecto positivo foi o crescimento da ação e da influência da COOPER junto aos produtores. Parte dos produtores que vendiam seus frutos somente para esta cooperativa, atingia entre 50 e 60% de sua renda com a produção de frutos, e que afirmava a melhoria de sua situação financeira, enquanto outro grupo de produtores que visava completar sua renda, vendia somente o excesso de sua produção. A COOPER exercia um papel importante junto aos pequenos produtores, não apenas pelo transporte e armazenamento gratuito dos frutos, mas também pela compra da totalidade da produção de seus associados, a um preço fixo.

Os produtos transformados (polpa, bombons, etc.) pela COOPER foram preferencialmente vendidos em Parauapebas, entretanto, a direção desta cooperativa trabalhava no sentido de melhorar a organização da colheita e se tornar um polo estruturante da cadeia frutífera e de uma rede de cooperativas frutícolas na Amazônia oriental, fundamentada no comércio solidário, já influenciava a microrregião de Parauapebas e a parte ao sul de Marabá.

Alguns investimentos previstos poderiam modificar, ainda mais, as dinâmicas internas existentes na APA Igarapé-Gelado: o asfaltamento da rodovia que passa nos limites da APA e que permitirá a exploração do cobre pela Vale, a compra de 150 hectares para uma nova área para moradia dos funcionários da mina, a construção de um posto de gasolina. Estes fatores podem também contribuir para a especulação fundiária, a chegada de novos invasores, o desaparecimento da agricultura familiar, contradições já indicadas por Théry (2005), as quais poderiam engendrar diversos tipos de conflitos entre desenvolvimento e conservação ambiental.

Os projetos implantados na APA tiveram um efeito incontestável de diversificação dos sistemas de produção agrícola e com alternativas às queimadas e ao desmatamento. No

entanto, há outros obstáculos e entraves que reduzem a eficácia dos mesmos e a criação de um novo modelo, na lógica da sustentabilidade. A situação da APA é rara na Amazônia, pois se constitui um enclave de agricultores familiares no meio de fazendas de pecuária intensiva. Seus moradores se beneficiaram dos projetos enquanto, fora da APA, as mesmas dinâmicas de desmatamento, queimadas, intensificação da pecuária ou mudança do uso do solo para a agricultura continuam ocorrendo e o controle é quase inexistente.

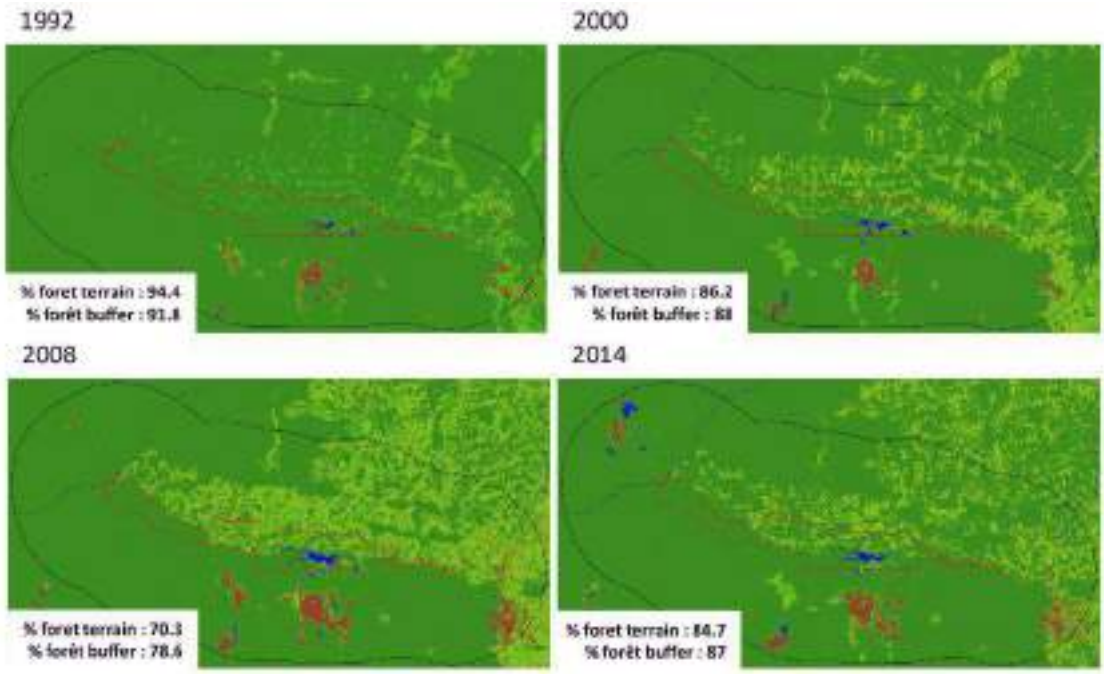
Conclusão: em sete anos, o que mudou?

Em 2014, um novo trabalho de campo, servindo-se das mesmas técnicas utilizadas anteriormente, obtém novos dados. O contexto regional e local se transformaram. O asfaltamento da estrada de Parauapebas para a mina Salobo (Vale) altera a vida na APA; a COOPER muda seu foco social para o de competição segundo regras do mercado, concentrando-se sobre a produção e distribuição de polpas congeladas. A ação social na APA passou a ser realizada pela Estação Conhecimento, sob a responsabilidade da Prefeitura e da Vale (via sua fundação), com o apoio do ICMBIO. A Prefeitura assegura a assistência técnica agrícola e social (escola, merenda escolar e um posto de saúde) e a COOPER não se interessa nem mais pela colheita dos frutos. As reivindicações passaram a ser destinadas à Prefeitura que, em associação com a Vale, procura atende-las, o que significa, comprar a paz social na região.

O asfaltamento da estrada resultou na redução do tempo de viagem para 40 minutos e não mais de 3-4 horas como antes. Desta maneira, a APA vive sob a influência da cidade, onde os produtores conseguem chegar facilmente e onde sua família reside (facilitada pela implantação de grandes áreas do programa Minha Casa, Minha Vida). Seus lotes dentro da APA servem para os finais de semana. Estes agricultores são unanimes ao afirmar que suas condições de vida melhoraram, atribuindo à rodovia e a oferta de residências na periferia de Parauapebas.

A proporção de área com floresta aumentou, mas também as áreas destinadas as pastagens.

Figura 3 Evolução de desmatamento na APA e no seu entorno 1992-2014



Autoria: Damien Arvor, 2014.

Importante ressaltar que a COOPER, que era o ator estratégico em 2007 para a implantação de atividades sustentáveis, alterou significativamente sua estrutura e produção, partindo da identificação de um perfil adequado para a entrada de novos membros e aumentando a taxa de filiação. Com o dinamismo regional e o crescimento de Parauapebas (15,46% entre 2007 e 2010 segundo IBGE), a COOPER não tem problemas quanto a venda de seus produtos, portanto, desinteressou-se de dar a garantia de compra, como fizera anteriormente. Ela fornece incentivos ao plantio, fornece equipamentos, assistência técnica, transporte, adubos e articula diversas parcerias com a Embrapa, Petrobras e FECAT (Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará), representando em 2014 um ator regional bastante articulado.

A Vale mantém, por meio de sua fundação, a Estação Conhecimento, como centro promotor de estímulos à produção, comercialização e beneficiamento do leite, a capacitação dos agricultores (para a produção do queijo ou para o manejo do açaí ou ainda a piscicultura, manejo do gado, inseminação artificial) e a educação básica. O desenvolvimento da bovinocultura foi um dos compromissos quando da implantação do projeto PADEQ e, por iniciativa da Estação Conhecimento, atendeu 53 produtores, forneceu matrizes da espécie Girolando, cerca elétrica, pastagens, curral, na expectativa da produção de 10 a 15 litros de leite, mas a produção não passou de 5 litros/dia/vaca. Esta situação provocou numerosos conflituos entre produtores e a fundação Vale, com atribuição de falhas uns aos outros: a

qualidade e a adaptação ao clima paraense do rebanho, a qualidade dos cursos, a capacidade dos produtores. Em razão destas tensões o projeto que avança lentamente.

A Prefeitura por meio da SEMPROR (Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural) tem como foco a criação de condições favoráveis para fixar o produtor e reduzir os custos da produção. Sua atuação visa estabelecer parcerias e convênios para o desenvolvimento local, contribuir à logística do escoamento da produção ao mercado municipal por meio do fornecimento de transporte e da "Casa de Apoio aos Produtores", manter o programa de mecanização gratuita das terras para conter o desmatamento e queimada de novas áreas para cultivo e dar assistência técnica.

Referências

ANTONI, Giorgio di. **L'Amazonie globalisée:** le programme pilote pour la conservation des forêts tropicales brésiliennes. 2008. Tese (Doutorado em Développement et Relations Internationales). Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, Genebra.

BRANDÃO, J. da Silva. **As Origens de Marabá (1590-1913)**. São Sebastião do Paraíso-MG: ChromoArte, 1998.

DE REYNAL, V. **Agriculture en front-pionnier amazonien, région de Marabá**. 1999. Thèse (doct en Psychologie). INAPG, Paris.

DOUROJEANNI, Marc; PÁDUA, Maria Tereza J. Biodiversidade, a hora decisiva. Curitiba, Editora da UFPR, 2001.

EMMI, M. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

KLUCK, Hilmar H. et al. **Marabá**. 1984.

LACHARTRE, Brigitte; LENA, **Philippe. Les ONG en lusophonie**. Terrains et débats, Lusotopie, Paris: Karthala, 2002.

LANDIM ASSUMPÇÃO, Leilah. **"Experiência Militante: Histórias das assim chamadas ONG"**, Lusotopie, Les ONG en lusophonie. Terrains et débats. Paris: Karthala, 2002.

MANCIN, Rinaldo César. **Estado e sociedade na busca do desenvolvimento sustentável em demonstrativos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira**. Conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento, 1970-2000. 2002. Tese (Doutorado em Geografia).Universidade de São Paulo-Université de Paris X Nanterre, Sao Paulo-Paris.

MELLO, Neli Aparecida de; THÉRY, H. Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia oriental. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, pp. 73-88, 2009.

MELLO, Neli Aparecida de; et al. **Et au milieu coule l'Igarapé gelado.** Les paysans, la Cooper, la Mairie et la Vale à Parauapebas (Pará, Amazonie brésilienne).2017. Disponível em : <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00261648v2>. Acesso em 19 de mar.2018.

MORAES, A. Queiroz de**. Pelas Trilhas de Marabá**. São Sebastião do Paraíso: Chromo Arte, 1998.

POCCARD-CHAPUIS, R. **Les réseaux de la conquête**. Filière bovine et structuration de l'espace sur les fronts pionniers d'Amazonie orientale brésilienne. 2007. Thèse (Doctorat en Geógraphie). Université de Paris, Paris.

Théry, H. De quelques modèles amazoniens. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, n.24, IHEAL, 1997.

VEIGA, I.; OLIVEIRA, M. C.; BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura no sul e sudeste do Pará. In: Tonneau J.P. e Sabourin E. (orgs.). **Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do Processo de penetração numa área de a Transamazônica. Zahar 1972;

Sobre os autores

Neli Aparecida de Mello-Théry – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil; Mestrados em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UNB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil e em Géographie et Pratique du Développement pela Université de Paris Ouest-Nanterre-La Defense, Paris, França; Doutorados em Geographie pela Université de Paris Ouest-Nanterre-La Defense, Paris, França e em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Professora na Escola de Artes, Ciências e Humanidades e dos programas de pós-graduação em Geografia Humana e Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Hervé Théry – Graduação em História e em Geografia pela Université Paris 1, Paris, França; Mestrado em Geografia pela Université Paris 1, Paris, França; Doutorado em Geografia pela Université Paris 1, Paris, França; Livre-docência pela Université Paris Naterre; Professor Visitante da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Como citar este artigo

MELLO-THÉRY, N. A.; THÉRY, H. Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado/Pará **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 331-352, Dossiê, 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Neli Aparecida de Mello-Théry** e **Hervé Théry**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo e resultam do projeto de pesquisa DURAMAZ, financiado pela Agence National de la Recherche – ANR (França) , conforme indicado no referido artigo.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 17 de janeiro de 2018.

Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense[1]

João Marcio Palheta
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
e-mail: jmpalheta@ufpa.br

Adolfo da Costa Oliveira Neto
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
e-mail: adolfoneto@ufpa.br

Resumo

Esse artigo analisa o território da Mesorregião Sudeste Paraense como um dos *locus* preferencias de conflitos envolvendo diferentes atores sociais e as empresas de mineração, além de contestar analiticamente a forma de desenvolvimento social e econômica adotada pelo estado brasileiro na Amazônia Paraense no limiar do século XXI. A Mesorregião Sudeste Paraense é a mais impactada pelas atividades mineradoras da principal companhia mineral do estado, a companhia Vale, esses impactos socioterritoriais têm colocado em debate o fato de a mineração ser a única via de desenvolvimento regional. Os conflitos de interesses entre as populações diretamente atingidas e a política mineral na região amazônica, tem suscitado um amplo debate nas sociedades atingidas – nos últimos 30 anos de exploração mineral da região – e confrontado riqueza e pobreza como paisagem marcante regional, propondo pensar quais são os efeitos das atividades mineradoras nos municípios mineradores do estado do Pará.

Palavras Chave: Conflitos; Mineração; Território; Amazônia Paraense.

For another territorialisation in the Amazon of the Pará State

Abstract

This paper analyses the territory of the southeastern mesoregion of the Pará State, as one of the preferential locus of conflicts that involves different social actors and the mining companies, besides contesting analytically the form of the economic and social development adopted by the Brazilian government in the Amazon of the Pará State at the dawn of the 21st century. The southeastern mesoregion of the Pará State is the most affected by the mining activities of the principal mineral company of the State, the Valle Company. These social and territorial impacts have brought into debate if the mining is the only way of regional development. The conflicts of interests among the populations directly affected and the mineral policy in the Amazon region, have raised a broad debate in the affected societies in the last 30 years of the mineral exploration in the region, confronting the richness and poverty as a remarkable regional landscape, and proposing to reflect about the effects of the mining activities in the mining towns of the Pará State.

Key-words: Conflicts; Mining; Territory; Amazon of the Pará State

[1]As reflexões contidas neste ensaio fazem parte do projeto de pesquisa "Dinâmicas Econômicas e Ordenamentos Territoriais dos Grandes Projetos de Mineração no Estado do Pará (2009-2014)", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico /CNPq.

Por una outra territorialización en la Amazonia paraense

Resumen

Este artículo analiza el territorio de la mesorregión sudeste paraense como uno de los *locus* preferenciales de los conflictos envolviendo diferentes factores sociales y las empresas de minería**,** además de contestar analíticamente la forma de desenvolvimiento social y económica adoptada por el estado brasileño en la amazonia paraense en el inicio del siglo XXI. La mesorregión Sudeste paraense es la más impactada por las actividades mineras de la principal compañía mineral del estado, la compañía Vale, eses impactos socio territoriales tienen colocado en debate se la minería es la única vía de desenvolvimiento regional. Los conflictos de intereses entre los habitantes directamente atingidos y la política mineral en la región amazónica, tienen suscitado un amplio debate en las sociedades atingidas, en los últimos 30 años de exploración mineral de la región, y confrontando riqueza y pobreza como paisaje marcado regional, proponiendo pensar cuales son los efectos de las actividades mineras en los municipios mineros en el estado del Pará.

Palabras clave: Conflictos; Minería; Territorio; Amazonia Paraense.

Introdução

Durante os debates do Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (SINGA) na cidade de Goiânia, em 2015, a mesa redonda que analisava a questão da mineração e os conflitos a partir do uso do território pelas atividades mineradoras – os efeitos espaciais da mineração –, debatíamos a relação direta e indireta entre a questão agrária e a mineração na Amazônia. O avanço da mineração e do agronegócio, tem levantado questões sobre o avanço também dos conflitos[2], em usos diferenciados do território, e a real possibilidade dos projetos virtuais que se colocam para região, porém oferecendo risco às sociedades Amazônidas, os povos tradicionais. O território passa a ser um campo de forças para a sociedade, em busca das suas territorializações e, consequentemente, a garantia de seus direitos sociais.

O território *locus* de embate por parte dos atores sociais na região Amazônica propõe questões de ordem social, política, econômica e ambiental, quando da atuação do Estado na forma de planejamento e ordenamento territorial do passado, das orientações econômicas do presente e do futuro que geram conflitos com as formas de utilização dos recursos naturais, do modo de vida das populações tradicionais e, das urbanizações provocadas por diferentes processos que conectam a escala local a internacional em tempos diferentes de uso do

[2]O conflito social é entendido por nós, segundo o olhar da teoria do conflito de Karl Marx, no qual os sistemas sociais estão divididos e são contraditórios, e uma dessas divisões se apropria da riqueza controlando o poder político e econômico, causando as desigualdades sociais.

território por partes da empresas, do estado e das sociedades locais, como apontamos em Silva; Silva; Oliveira Neto; Nascimento (2017) e Silva; Oliveira Neto (2017).

Diante do avanço do capital intensivo sobre a região, torna-se necessário levantar as seguintes questões: a primeira diante dessas possibilidades de interpretações dos territórios com mineração é a de que lógica nós temos de um Estado Brasileiro frágil diante dos contextos dos mercados e das grandes empresas internacionais! Essa fragilização nacional recai sobre todas as unidades da federação, que possuem algum tipo de atividade mineradora intensificada na Amazônia, em virtude dos principais destinos dos recursos para mineração, por parte do capital no estado brasileiro ser direcionado para essa região; outra proposição dá-se em pensar no ordenamento do território, a partir do qual a ordem hegemônica, se amplia, cria e recria as diferentes territorialidades do capital, que vão se definindo diante dos conflitos implicando em usos diferenciados do território, com perspectivas de risco de autonomia do estado, sendo assim um dos grandes desafios da questão mineral e amazônica, colocando em risco a soberania nacional e o domínio do território por comunidades tradicionais, como as indígenas, por exemplo; e uma terceira presunção são os minérios explorados pelas regiões mineradoras no estado do Pará, o ferro, cobre, níquel, bauxita e a alumina – os principais minérios-produto na pauta de exportação nacional (redefinindo as dinâmicas econômicas), estão entre os mais consumidos no planeta, e como essa exploração se traduz em bem-estar social para as localidades atingidas pela mineração no estado do Pará.

Pensar as diferentes regiões que possuem atividades mineradoras, a partir dessas três dimensões, é considerar uma região Amazônica onde ainda quem possui mais terras ou controla essas terras, faz poder com a terra, sendo ela um instrumento de poder, e quem domina os recursos do subsolo também controla as formas de poder, que decidem sobre o território, quais processo da dinâmica do território são importantes para o capital, dentre outras. Essas dimensões das informações são propostas para se pensar, neste artigo, quais são os efeitos dessa mineração e a questão do subsolo, tomando como base explicativa a Mesorregião Sudeste do estado do Pará, nos primeiros 17 anos do século XXI.

Territórios de *Commodities*

As relações sociais e econômicas e as dinâmicas territoriais na Amazônia têm suscitado um amplo debate nas comunidades que são ou foram atingidas pelas atividades mineradoras. O território das cidades mineradoras, foram incorporados à escala internacional, a partir das empresas, e criado uma crescente expectativa ao governo brasileiro, pautando

seu interesse na balança comercial com as exportações de bens primários minerais, sem dar a devida atenção aos conflitos territoriais que não são somente particularidades do espaço geográfico brasileiro (Figura 01).

Figura 01: Mapas dos Conflitos Minerais na América Latina.

Fonte: IBGE; IBAMA; SISCOM; Environmental Atlas; UOL.
Organização: Carlos Jorge Nogueira de Castro

O território conectado ao mercado internacional torna-se fragmentado diante das alterações nas dinâmicas econômicas locais e no surgimento de novas territorialidades provocadas pelas dinâmicas exógenas ao território. Nesse sentido, a dinâmica territorial acompanha a evolução das transformações no tempo e no espaço, estas provocadas por atores sociais em diferentes níveis, ocasionando ordem e desordem territorial, conectadas em diferentes processos, e inter-relacionadas entre os diferentes usos dos territórios e nas ações provocadas de forma exógena com discurso de desenvolvimento voltada para exportação de *commodities*, em posição ao desenvolvimento local pautado no usos dos recursos naturais pelas comunidades Amazônidas.

Segundo Frischtak e Belluzzo (2014), a questão sobre os recursos naturais, levanta o debate sobre as experiências de alguns países que souberam usar a mineração para melhoria da qualidade de vida de suas sociedades e apontam três argumentos sobre a crítica aos recursos naturais:

> O impacto econômico de uma relativa abundância de recursos naturais desdobra-se em várias dimensões. Para os críticos, há fundamentalmente três argumentos que desqualicariam as vantagens da exploração de recursos naturais. Primeiro, a chamada tendência secular da deterioração dos termos de troca (Prebisch-Singer), que levaria ao empobrecimento progressivo dos países exportadores de *commodities* agrícolas e minerais. Segundo, a maior volatilidade de preços de *commodities* frente aos bens industrializados, que dificultaria a gestão macroeconômica dos países. E terceiro, a fragilidade do legado da exploração de *commodities* tanto no plano econômico-ambiental, como político-institucional. Neste último caso, os críticos apontam para a constituição de uma elite predatória que se apodera do Estado, cujo caso limite são as cleptocracias que lá se incrustam e as guerras civis travadas entre grupos que se digladiam pelas rendas da exploração dos recursos naturais (Frischtak; Belluzzo, 2014. p.10).

Os territórios, principalmente os que possuem recursos minerais, têm sido um dos mais impactados pelos processos sociais e econômicos. A busca por esses recursos por parte do grande capital tem promovido um debate salutar nas sociedades atingidas pelos grandes empreendimentos mineradores, porém com pouca atuação do Estado brasileiro, no sentido de assegurar a soberania dos recursos minerais por parte de suas sociedades. Em escala internacional os investimentos se multiplicam, e se especializam nos territórios de diferentes países na busca pelos recursos minerais.

A consultoria internacional SNL, publicou em 2014 (IBRAM, 2015), os investimentos privados no mundo, e destacou que no Brasil esses investimentos chegavam à casa dos 3% do total dos investimentos na mineração (Figura 02). Ao observar a espacialização desses investimentos, é muito significativo olhar o mundo dos investimentos da mineração das agências privadas, que controlam a mineração e, consequentemente, controlam os territórios na sua área direta de exploração de bens minerais que são estratégicos ao desenvolvimento do país e de qualquer forma de desenvolvimento social econômico. Infelizmente o governo

brasileiro não faz com a devida competência a política industrial e social de controle e soberania dos territórios com mineração, como uma maneira de garantir à sua sociedade a apropriação real dos recursos do subsolo.

Figura 02: Espacialização dos Investimentos em Mineração.

Fonte: IBRAM, 2015.

A forma com vem sendo historicamente explorado os territórios com mineração, coloca em risco a soberania nacional e o futuro das sociedades atingidas pela atividade mineradora, ao não se ter mais o controle dos recursos minerais que saem do subsolo e estão nas mãos da iniciativa privada. Historicamente vem ocorrendo o avanço no mapeamento oficial, por parte do governo brasileiro nos territórios com mineração, este tem sido realizado para mapear os minérios desde as décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2005. Por outro lado, não ocorre por parte do governo brasileiro, com a mesma precisão dos minérios, o mapeamento dos conflitos nesses territórios e tomar a questão mineral na Amazônia como uma questão de soberania nacional, garantindo a apropriação e uso dos territórios com dominialidade das comunidades atingidas pela mineração, a fim de criar outras possibilidades para além da mineradora, para fins de desenvolvimento regional.

Território para além da Mineração

O conhecimento produzido pelo estado brasileiro, sobre os recursos naturais, em territórios amazônicos vem sendo ampliado quando se trata da mineração, e vem evoluindo

até chegar o CENSIPAM, hoje (2017), com a tentativa de mapear todos os recursos minerais que nós temos para fazer parte do banco de dados sobre o potencial dos recursos naturais, principalmente na Amazônia brasileira. O dilema fundamental para além dos mapas georreferenciados dos locais onde existem recursos minerais, vem com a preocupação do tipo de extrativismo que persiste na região, que só tem acelerado a exportação de recursos minerais, sem agregação de valor ao produto e ao trabalho para nós Amazônidas, colocando em riscos as ilhas de Sintropia e aumentando a Entropia socioterritorial.

Para Altvater (2007),

> o processo de produção de entropia, entretanto, é destrutivo porque escava os meios de auto reprodução social e natural. Ao produzir valores de uso que potencialmente satisfazem necessidades humanas, produz também indevidamente dejetos. Cada processo produtivo esta ligado a outputs necessários como assim também a outputs desnecessários ou inclusive prejudiciais. É fisicamente impossível transformar matéria e energia sem produzir desperdícios e em consequência externalidades (ALTAVER, 2007. p.368).

Altvater (2007) ao analisar o processo entrópico levanta o questionamento de que é impossível produzir mudanças, sem gerar impactos. Todo processo de transformação de matéria e energia, gera ganhos e causa perdas, e ao analisar a teoria marxista, inclui o poder de destruição da acumulação capitalista no território. Podemos comparar os processos de acumulação capitalista dos empreendimentos mineradores e, o papel do planejamento do Estado brasileiro nas políticas territoriais de controle e usos dos territórios na Amazônia, como os que intensificaram os impactos sociais nas áreas atingidas pelos grandes empreendimentos, gerando não somente a pobreza regional, como também, os impactos ambientais.

A escolha do estado pelo capital intensivo na região, através dos grandes empreendimentos, gerou dois processos que são fundamentais para as desigualdades regionais, além da baixa agregação de valor ao produto, que foi fundamental para dependência e inibiu a evolução da cadeia produtiva (só haverá ganhos dentro do sistema capitalista de produção para região, se o Brasil parar de insistir somente na mineração); a outra dá-se pela quase ausência de agregação de valor ao trabalho, tornando a região mera fornecedora de mão de obra barata.

Na Amazônia, torna-se necessário investimentos maciços em ciência e tecnologia para sua sociedade. Nós precisamos evoluir com os centros tecnológicos, as universidades, e garantir o acesso da sociedade amazônica às formas de saberes científicos, bem como dominar as suas formas de saber, usar o conhecimento tradicional e se apropriar dele de uma forma que a sociedade possa controlar o seu futuro, respeitando as comunidades atingidas pela mineração e os cenários das sociedades tradicionais para além da mineração.

Temos dois importantes processos de agregação de valor ao desenvolvimento regional, ausentes na Amazônia, que favorecem a apropriação dos produtos pelo grande capital e, sobretudo, para exportação quase que *in natura* dos recursos minerais. Aos Amazônidas cabe, como citado anteriormente, ser mão de obra barata aos grandes empreendimentos, sejam esses os mineradores implantados ou a serem implantados na região, os do agronegócio e/ou grandes empreendimentos de infraestruturas, acelerando os conflitos já existentes na Amazônia.

Esses grandes empreendimentos que mobilizam um contingente significativo da população em busca de emprego e melhores condições de vida, atrai um conjunto de pessoas que vem trabalhar na sua grande maioria como peão de obra, enfim, nós temos um trabalho com baixa qualificação profissional e social. Essa atração populacional acaba na periferia das cidades gerando e aumentando os já existentes conflitos urbanos, assim como outros no meio rural sobre a posse e uso dos territórios, exigindo do Estado Brasileiro uma mudança de mentalidade sobre a região, com a finalidade de colocar a sociedade como controladora da sua própria história, para mudar o extrativismo predatório que insiste como única via de desenvolvimento regional.

A ideia da modernização dos territórios na Amazônia, que possuem mineração, vem ocorrendo no âmbito das grandes empresas, o Estado, por sua vez, não vem com a mesma velocidade que concede os direitos à exploração mineral para as empresas, garantindo formas em que a sociedade possa ter condições de consolidar suas dinâmicas sociais e econômicas, diferentemente do extrativismo mineral em grande escala.

A modernização e as novas tecnologias de domínio em grande escala no sistema capitalista, por parte das grandes empresas no domínio dos mercados, utilizam da união entre a ciência e a técnica sob a égide dos mercados (Santos; Silveira, 2001), para controlar e se apropriar dos recursos em diferentes territórios. O acesso as tecnologias que poderiam criar a possibilidade de domínio para as sociedades controlarem sua própria existência diante dos processos da globalização econômica no ordenamento dos territórios é levantada por Paul Claval (2015),

> Nós vivemos num mundo no qual a mobilidade cresce, em que as técnicas se tornam mais sofisticadas, em que o meio ambiente está ameaçado. A escala na qual os projetos se estabelecem e para a qual os mercados se abrem excede aquela da experiência comum. A maioria não tem a formação necessária para compreender as tecnologias que transformam sua existência (CLAVAL, 2015. P. 137).

A Amazônia tem se tornado para o governo federal e para o grande capital, cada vez mais uma região mineradora, passando a ideia de ser essa a única alternativa ao desenvolvimento regional: a exportação de *commoditie*, ignorando a tradição dos povos da floresta e das comunidades tradicionais, que utilizam a produção agrícola, por exemplo, como

forma de uso do território e de manter as suas territorialidades. Dois tipos de atividades econômicas que se diferenciam e, com as demais dinâmicas territoriais, geram conflitos, quando associadas aos tradicionais conflitos agrários, aos projetos hidrelétricos e aos diferentes conflitos que surgiram ou foram acelerados na região, pós década de 1970, pelas desconsiderações das sociedades locais e das particularidades do ecossistema amazônico.

Esses empreendimentos que aceleram os conflitos do século XXI, e que estão associados aos processos de desenvolvimento econômicos adotado pelo Estado brasileiro em décadas anteriores, modernizaram os conflitos atuais e fizeram surgir diferentes territorialidades, diante da dinâmica econômica pautada nos grandes empreendimentos do agronegócio e mineradores, quase que totalmente voltados para economia de exportação. Sem resolver os conflitos socioterritoriais antigos, o planejamento do estado desconsiderou as novas possibilidades de outros novos conflitos, ao colocar em risco a aptidão das sociedades locais no uso e posse de seus territórios.

Com a aceleração dos interesses internacionais sobre a região amazônica, multiplicaram-se os grandes empreendimentos mineradores conjuntamente com os hidrelétricos, os portos e do agronegócio, e que estão, na Amazônia de hoje, adotados como a solução da balança comercial brasileira e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desconsiderando que esses empreendimentos juntos, direta ou indiretamente, continuam acelerando os Conflitos Socioterritoriais, e que conflitam com as formas de desenvolvimento social e econômico das sociedades amazônicas.

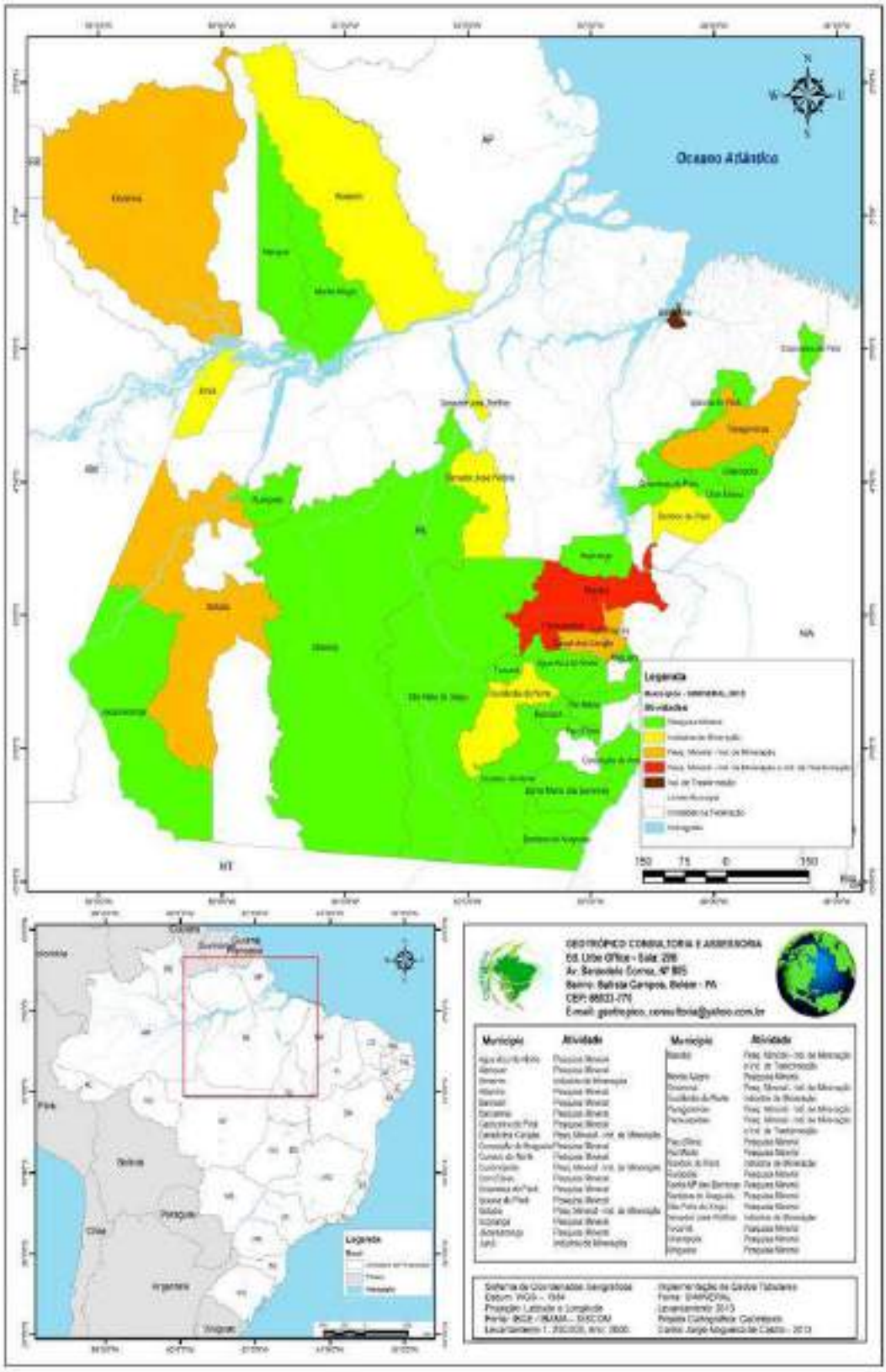
Modernização dolorosa dos territórios: dilemas e desafios para as sociedades atingidas pela mineração

Os pontos no território que são considerados pelos grandes empreendimentos, como pontos luminosos (de interesse do capital), para usar uma expressão do geógrafo Milton Santos (1997), acabam recebendo os investimentos destinados a mineração, apesar da chamada crise econômica atual. Esses pontos luminosos no território não deixaram de receber investimentos na exploração dos recursos naturais, a exemplo dos minerais, um dos fatores que podemos destacar é a multiplicação das empresas de mineração no país, que em 2013, atingiu o número de oito mil oitocentos e setenta empresas, que exploram essa atividade no Brasil (IBRAM, 2015). Na região Norte temos parte dessas empresas, chegando num total de quinhentas e quinze empresas que controlam a mineração.

No que diz respeito às minas no país, temos um total de oito mil e quatrocentas minas, dessas duzentas e trinta e seis com valor bem significativo (IBRAM, 2015). As minas em atividade no Brasil têm um significado que mostra como o ele está se especializando em

termos de mineração, mas apenas na exploração com baixo valor agregado de transformação dos recursos e, nesse caso, a Amazônia tem sido palco e um motor da trajetória dos recursos que serão aplicados na mineração no Brasil, e especificamente para um estado, o estado do Pará com seus 144 municípios, dos quais 39 possuem algum tipo de atividade mineradora (Figura 03), em especial para dois municípios, nesse estado, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Figura 03: municípios com atividades de mineração estado do Pará.



Fonte: IBGE; IBAMA; SISCOM; SIMINERAL.
Organização: Carlos Jorge Nogueira de Castro.

Os dois municípios paraenses citados, possuem juntos a maior exploração de ferro do Brasil em alto teor, as minas de ferro de Carajás em Parauapebas e o projeto S11D em Canaã, que é o maior projeto de mineração do planeta, no qual a empresa Vale utiliza a ideia da mineração sustentável; ela é realmente sustentável no âmbito da empresa, mas ela não é sustentável no âmbito da sociedade. Para a empresa há eficiência de não usar água, de não usar pneus, tudo isso tem um valor significativo no meio ambiente, mas ela não é só isso, vai muito mais além, que é o que significa para o bem estar social, o maior projeto de mineração do planeta num município que até 15 anos atrás era um município agrícola e se tornou um município urbano com 26 mil habitantes (IBGE, 2017), e que, provavelmente, sua população triplicaria para 90 mil habitantes.

O crescimento populacional desses municípios mineradores, como é o caso de Parauapebas é exemplo do processo concentrador de riqueza e distribuidor de pobreza. Parauapebas é considerada a cidade que mais arrecada a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no Brasil em riqueza, e o estado do Pará, destaca-se na economia mineral.

O que tem significado essas classificações no sentido de qualidade de vida das populações, seja da capital paraense, seja da capital da mineração no país, é a mineradora Parauapebas. Por sua vez, os pedidos de requerimentos, autorização de pesquisa e licenciamento se multiplicam pelo estado Paraense, acompanhando a evolução da produção mineral no Brasil. Se serão viáveis ou não é outro processo, mas há uma constante importância do subsolo brasileiro, de uma visão estratégica do capital internacional, e do capital nacional privado, que não é nada estratégica para a sociedade amazônica.

Para o governo federal, o setor mineral, torna-se cada vez mais importante, fundamental as exportações do país, o que garante um saldo positivo na balança comercial brasileira. Em 2014, por exemplo, 73% dessa exportação era o minério de ferro que comandava, ou seja, com S11D de Canaã a previsão é que se aumente esse percentual. No mercado internacional se o valor da tonelada do minério de ferro cair, a empresa que exporta não perde, pois, a tendência é aumentar a exploração do recurso mineral, para garantir o fluxo de exportação e compensar o baixo valor do minério no mercado internacional, muito importante para as empresas internacionais. A empresa não perde se o minério tiver barato ou alto, quem perde são os paraenses, por exemplo, a principal empresa de exploração mineral; a Vale continua acelerando a exportação através dos seus três trens com mais de 300 vagões, nas viagens que faz de Parauapebas ao porto do Maranhão, e deste porto para o mercado internacional.

Aos paraenses e maranhenses ao longo da Estrada de Ferro Carajás cabe ver o trem passar? O trem já passa há 30 anos, com ele boa parte da riqueza brasileira se foi, e o tempo de vida das minas diminuiu. Quais as políticas públicas sociais que foram adotadas ao longo

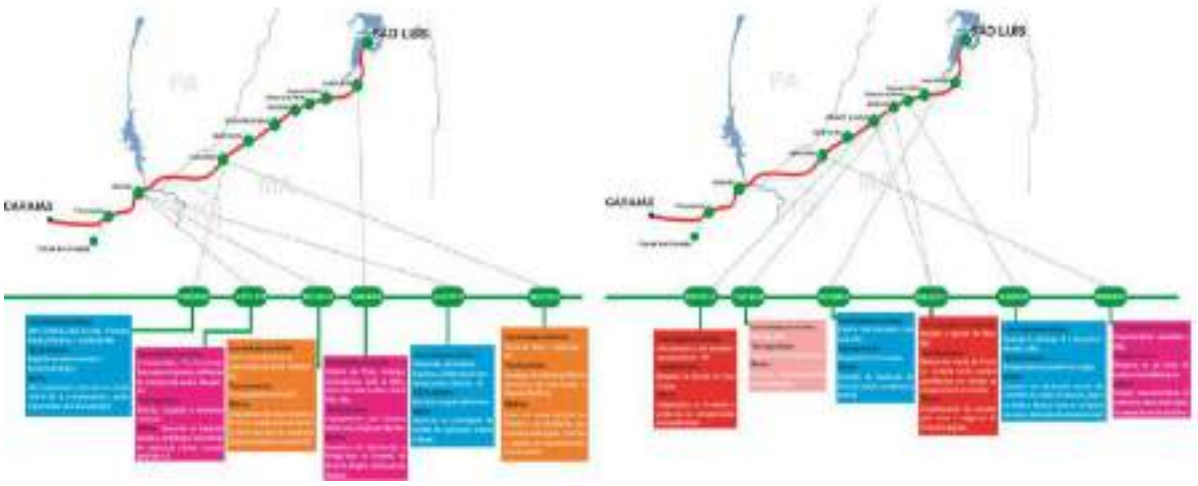
desse período que serviram para garantir o bem-estar social no corredor da EFC? Se há perdas, essas são para os diretamente atingidos pela mineração. Em trinta anos de exploração de Carajás se foi grande parte do minério para fomentar o desenvolvimento econômico de outros países. É uma perda significativa nessa aceleração da exportação das ilhas de Sintropia, e o principal destino é o mercado da China, que consome boa parte desses minérios, nosso principal parceiro comercial brasileiro e do estado paraense.

Segundo o portal do Governo Federal,

> Em 2016, as exportações da mineração (indústria extrativa, excluindo petróleo e gás) participaram com 9,4% do resultado total brasileiro. Os embarques de minério de ferro, principal item dessa pauta, aumentaram 2,1%, passando de 366,2 milhões de toneladas em 2015 para 374 milhões de toneladas em 2016. (http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/01/brasil-exportou-US-36-bilhoes-em-bens-minerais-em-2016).

A participação do Minério de Ferro na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), é considerável, segundo dados do Portal Brasil a arrecadação aumentou em 18,3%, passando de R$ R$ 1,519 bilhão, em 2015, para 1,797 bilhão, em 2016. O minério de ferro corresponde mais de 50% de tudo que é arrecadado no Brasil. O monopólio da mineração é também o poder de controlar milhões e milhões de toneladas, negociar somente com a empresa detentora do monopólio na Amazônia, tem se tornado um desafio constante aos movimentos sociais e a sociedade atingida diretamente pelos projetos mineradores, sejam elas índios, quilombolas, garimpeiros, trabalhadores rurais dentre outros nos quais ou a estrada de ferro passa ou ocorre exploração mineral.

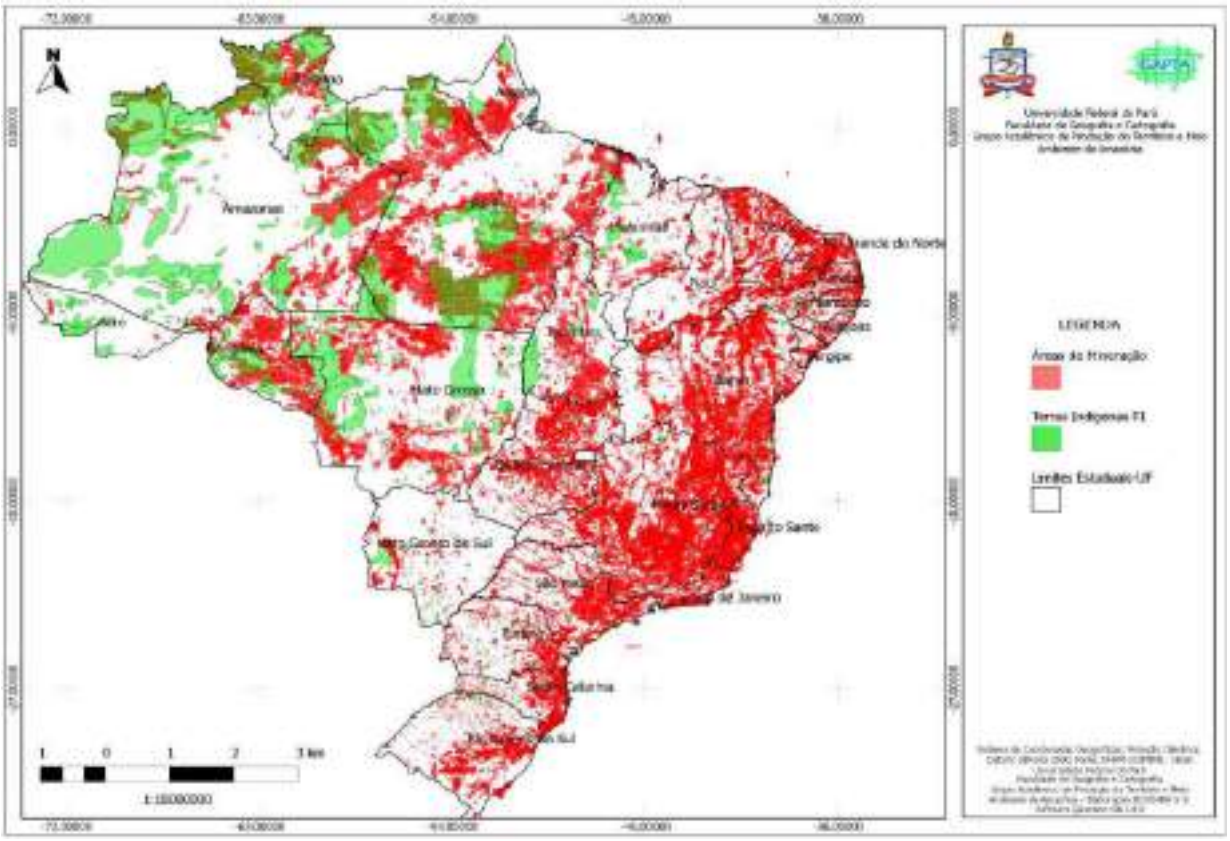
Figura 04: Conflitos nos anos de 2012 e 2013 na Estrada de Ferro Carajás.



Fonte: Justiça nos Trilhos, 2014.

Cansados de esperar pelo poder público, a sociedade civil criou seu mais novo canal de reinvindicação social o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que une diversos atores sociais atingidos pelos projetos mineradores. Passados 30 anos, esse é o primeiro movimento que de fato, organizado pela sociedade civil, questiona os processos pelos quais são implantados os projetos e desconsideradas as sociedades atingidas, buscando seus diretos e as melhorias para as áreas atingidas. No decorrer dos anos de 2012 e 2013, ocorreram vários conflitos ao longo da EFC no Pará e no Maranhão (Figura 04), esses não foram e nem serão os únicos conflitos sociais no corredor de exportação de minérios nessa região. A mineração será realmente a saída da região de Carajás? Pode ser para as empresas e para o estado Brasileiro, mas não é, e nem tem sido, para as sociedades atingidas pelas atividades mineradoras ao longo desses 30 anos de exploração mineral.

Figura 05: áreas de mineração em Indígenas no Brasil.



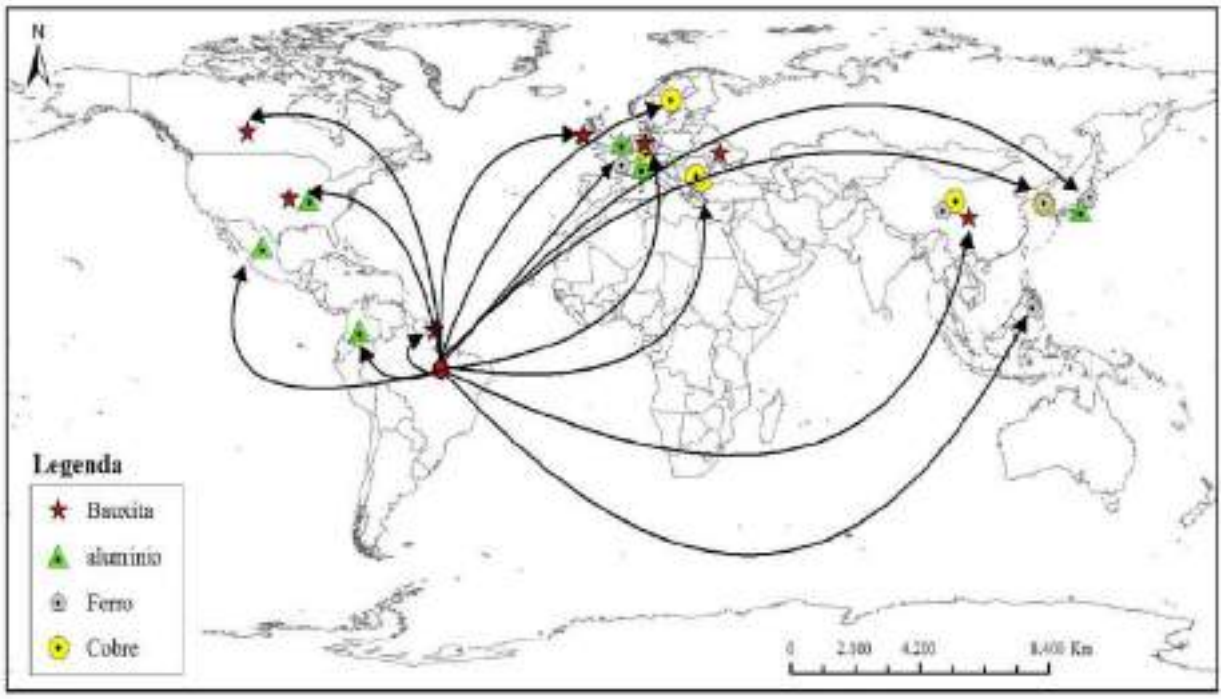
Fonte: DNPM; SIGMINE; IBGE.

A dimensão do impacto do S11D, por exemplo, vai além, do município sede Canaã e de seu vizinho Parauapebas, multiplicando o corredor de *commodities*, ampliado com a duplicação da EFC e com ramal de 100 km de estrada de ferro de Canaã até a EFC, conectando as grandes minas, os grandes eixos rodoferroviários, ao mesmo tempo se multiplicam as tensões e as pressões da atividade mineral sobre as comunidades, como as

indígenas, por exemplo (Figura 05). As terras indígenas sofrerão uma grande pressão dessa corrida pela exploração mineral na região amazônica, alimentada pelo Novo Código da Mineração que atropelou a soberania nacional, entregando de uma vez por todas os depósitos minerais em milhões de toneladas na região ao capital privado, sobretudo internacional, com facilidade que as normas trazem para exploração dos recursos minerais na Amazônia.

Segundo o DNPM, na região amazônica, o Pará é um estado promissor (Figura 06). Observando também a Política Nacional de Ordenamento do Território (Ministério da Integração, 2006), feita no começo do século XXI, pelo governo federal, fica bem claro qual é o motor de desenvolvimento na região Norte para o governo brasileiro: a mineração ,somente. As políticas do estado brasileiro, desconsideram a real potencialidade da floresta amazônica e a diversidade de povos e culturas existentes utilizando o território diferentemente, e esse uso consolida suas territorialidades ameaçadas pelos grandes empreendimentos na região.

Figura 06: destinos das exportações minerais do estado do Pará.



Fonte: SILVA, João Márcio Palheta da. 2013.

Os municípios mineradores que mais se destacam no estado do Pará, são Parauapebas, Canaã, Marabá, Oriximiná, Paragominas, Juruti. Parauapebas no Pará é o maior arrecadador de *royalties* do Brasil, e Canaã até o ano de 2013, era o nono estado que mais arrecadava *royalties*, ou seja, a CEFEM no território nacional, os demais municípios brasileiros, entre os dez maiores arrecadadores, estão localizados em Minas Gerais que concentra o maior número de municípios arrecadadores de *royalties*.

Por sua vez, os municípios atingidos pela mineração no estado do Pará, quando comparamos a receita de suas prefeituras, estas não têm se traduzido em qualidade de vida para suas sociedades, nem tão pouco no vizinho estado do Maranhão, o trecho da Estrada de Ferro Carajás é o corredor onde temos a maior vulnerabilidade social. Quando observamos as áreas de influências consideradas próximas aos grandes projetos de mineração, as atividades econômicas predominantes, agropecuária, indústria e serviço são influenciadas pela mobilidade de pessoas e empresas atraídas pelas atividades dos grandes projetos mineradores. No caso da população a mobilidade é facilitada pela EFC, que fez com que um fluxo contínuo de pessoas migrassem em busca de empregos e melhores condições de vida nesses projetos.

Considerações Finais

Questões territoriais são importantes para se pensar a Amazônia, como o papel desempenhado pelos grupos empresariais no controle das atividades econômicas, que faz com que surjam novas disputas, novos conflitos, na medida em que essas empresas não conseguem “garantir emprego e renda” para as pessoas que migram. O maior exemplo desse processo é Canaã como o projeto S11D, Canaã dos Carajás tinha 13 mil habitantes, era um município rural e passou para 26 mil habitantes, um município Urbano. Outro exemplo já conhecido é Parauapebas com graves problemas sociais, de moradia, de analfabetismo, de violência, um conjunto de problemas sociais que surgem e que a mineração não é responsável diretamente, mas indiretamente é responsável aliada há quase ausência do papel do estado, no sentido de conceber políticas públicas eficientes e eficazes, para que a sociedade possa “absorver” o crescimento econômico que vem da mineração. É preciso garantir que o Estado Nacional seja forte, e não ceda as pressões internacionais e que a mineração seja sobretudo uma questão geopolítica estratégica para a nação brasileira, associada as outras reais potencialidades sociais e econômicas dos povos Amazônidas.

A disputa pelo controle econômico dos recursos naturais é também uma disputa pelo controle político dos lugares. Esse controle político não gerou a transformação social tão esperada pela vinda da mineração como principal fonte de receita aos cofres públicos. Os discursos colocados na região são a garantia de emprego, o desenvolvimento, as melhorias de condições de vida, mas o que de fato ocorreu foi a aceleração dos conflitos já existentes, com as políticas passadas do governo federal, com abertura das hidrelétricas, com a abertura de novas frentes rodoviárias que fizeram aumentar o acirramento desses conflitos junto com as atividades mineradoras.

Os conflitos sociais que foram gerados ao longo da trajetória histórica dos ciclos econômicos na Amazônia, não foram levados em consideração pelo estado brasileiro. Não é mais possível excluir das agendas políticas de decisão os movimentos sociais, a sociedade civil. Essa sociedade civil precisa ter coparticipação na criação de novas políticas territoriais. Garantir que a sociedade brasileira passe a dominar o conhecimento sobre seus territórios, é um projeto verdadeiramente nacional.

Só é possível um pacto social se houver um amplo debate envolvendo as sociedades locais. Um exemplo da ausência da sociedade civil diretamente impactada foi a criação dos seus planos estaduais da mineração, que se tornaram uma cópia do Plano Nacional da Mineração (CHAVES; PALHETA DA SILVA, 2016), e os municípios foram esquecidos nesse debate. Não é burocratizar a questão, mas os municípios deveriam ter os seus planos mineradores municipais, onde a sociedade civil poderia ter uma agenda política, na qual pactuasse que desenvolvimento queremos, como as empresas e o estado brasileiro poderiam contribuir de uma outra maneira, para além da exploração dos recursos naturais.

Os impactos e os conflitos territoriais da mineração deverão continuar com a aprovação do Novo Código da Mineração, que atropelou a sociedade brasileira e a colocou refém do capital, sobretudo internacional. Para que essas atividades de mineração possam ter um efeito multiplicativo na sociedade (por enquanto tem um efeito multiplicativo nas contas municipais e na conta do estado do Pará), precisa ser amplamente debatido com a sociedade, pois é raríssimo o efeito da multiplicação social nos territórios com atividade de mineração. A ideia dos territórios com mineração na Amazônia deve ser acompanhada de planejamentos com a presença ativa das sociedades direta e indiretamente atingida. Para avaliarmos quais rumos do desenvolvimento econômico e social queremos e para olhar a resolução dos possíveis conflitos sociais diante dos que já existem como conflitos indígenas, conflitos de garimpeiros, e repensar o território com autonomia social e política das sociedades atingidas. E, principalmente na Amazônia continue a ser questionada, as formas e as agendas políticas sem a presença da sociedade civil.

Dessa forma, atingiremos uma outra escala de territorialidade, que já existe na região, como a da agricultura, por exemplo que precisa ser incentivada. São os pescadores, os garimpeiros, os trabalhadores rurais que precisam ser incentivados; existe um conjunto de atores que fazem a história da Amazônia de uma forma diferente que não esse de uma grande escala dos grandes capitais com os das empresas mineradoras, e que precisam ter assegurados por parte do Estado Brasileiro seus territórios. Por fim, torna-se urgente e necessária uma nova territorialização na Amazônia, com domínio das sociedades sobre seus territórios.

Referências

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: CLACSO. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715082224/cap15.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

BELLUZZO, Luís de Mello; FRISCHTAK, Cláudio Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico: uma Introdução In: BELLUZZO, Luís de Mello; FRISCHTAK, Cláudio; LAPLANE, Mariano. (orgs.). **Produção de Commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: UNICAMP/IE, 2014. p. 10-20.

BENKO. George. **Desenvolvimento regional e indústria de alta tecnologia**: um estudo das dinâmicas locativas. Finisterra, Lisboa, 1993.

CHAVES, Debora Almeida; SILVA, Joao Marcio Palheta da. **O Plano Nacional da Mineração (2010-2030) e seu Rebatimento no Território Amazônico**. Revista Politica e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, janeiro/ junho 2016, p. 39 a 52.

Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário mineral brasileiro**. Brasília: DNPM, 2010.

Departamento Nacional de Produção Mineral. **Prestação de contas ordinária anual - Relatório de gestão do exercício de 2010**. Brasília: DNPM/DIPLAN, marco 2011.

EMMI, Marilia Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1988.

IBRAM. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2015**. www.ibram.org.br. Acesso em: 12 ago. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Ed. Redondo Castigate Mores. 1999.

Ministério da Integração Nacional. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território** – PNOT (Versão preliminar)**.** Brasília: MI/UNB, agosto de 2006.

PAUL, Claval. **Terra dos homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico- científico informacional. 3 ed. São Paulo:HUCITEC, 1997.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, João Márcio Palheta da. A ilusão do desenvolvimento em territórios de mineração na Amazônia paraense. *In*: NAHUM, João Santos (org.). **Dinâmicas territoriais e políticas no município de Barcarena, no estado do Pará**. Belém: Açaí, 2011. p.13-32.

SILVA, João Márcio Palheta da. A organização econômica dos territórios de mineração na Amazônia. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 289-312.

SILVA, João Márcio Palheta da. A inserção econômica da Amazônia no contexto da globalização. **Revista Geografia e Pesquisa**. Ourinho: UNESP, 2007. p. 7-20.

SILVA, João Márcio Palheta da; MEDEIROS, Glaucia Rodrigues Nascimento; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia e mineração no Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**. Belém, n. 1, v. 01, p. 01-12, jan./jun. 2014.

SILVA, João Márcio Palheta da; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. A geografia dos conflitos pelo uso do território na Amazônia. *In*: SILVA, João Márcio Palheta da; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SILVA, Christian Nunes da. (org.). **Grandes empreendimentos e impactos territoriais no Brasil**. Belém: Editora GAPTA, 2017. p. 331-358.

SILVA. João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da. **Juruti**: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. **Revista Geografia.** Rio de Janeiro, Ano. 18 - No36 – 2016. P. 128-147.

SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; MEDEIROS, Glaucia Rodrigues Nascimento. Geography and Mining in Carajás/Pará (Northern Region of Brazil). **International Journal of Geosciences**, n. 5, 2014, p. 1426-1434. http://dx.doi.org/10.4236/ijg.2014.512116 .

SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; OLIVEIRA NETO, Adolfo; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. Conflicts over the use of territory in mineral Amazon. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 16, sep. 2017.

VALE, Mario. **Conhecimento, inovação e território**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

Sobre os autores

João Márcio Palheta – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Pará, Brasil; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

Adolfo da Costa Oliveira Neto – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil e em Pedagogica pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil; Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil; Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

Como citar este artigo

PALHETA, J. M.; OLIVEIRA NETO, A. C. Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 354-372, Dossiê, 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense” foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor João Marcio Palheta, ficou responsável pela revisão teórico-metodológica e levantamento de dados. O segundo autor Adolfo da Costa Oliveira Neto, ficou responsável pela construção das representações gráficas, revisão textual e tradução.

Recebido para publicação em 09 de setembro de 2017.
Devolvido para a revisão em 26 de outubro de 2017.
Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2017.

Questão agrária, o massacre de Pau d'Arco e violência na Amazônia: entrevista com Ulisses Manaças[1]

Agrarian question, the Pau d'Arco massacre and violence in Amazon: interview with Ulisses Manaças

Cuestión Agraria, el masacre del Pau d'Arco y violencia en la Amazonia: entrevista con Ulises Manacas

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

E-mail: sobreirounesp@gmail.com

Ulisses Manaças

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Via Campesina

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Gostaria que você caracteriza-se como ocorreu a concentração de terras no Pará, as relações oligárquicas e também as relações com o capital estrangeiro para entender um pouco mais o que é essa Questão Agrária do Pará.*

ULISSES: Primeiro, nós estamos vivendo um contexto mundial de um processo cada vez mais crescente de oligopoliozação da agricultura, da produção agrícola no mundo. A agricultura no planeta inteiro passou a ficar refém, na verdade, do capital financeiro no plano internacional. O capital financeiro que é, digamos assim, o capital hegemônico na sociedade acabou absorvendo esse capital menor. Então a agricultura passou a ser muito mais um elemento de mercado. Com as definições sobre os investimentos na agricultura, sobre a própria produção agrícola não são definidas mais nas microrregiões. Elas são definidas no mercado internacional, no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e com isso decorre a chamada divisão internacional do trabalho e, consequentemente, da produção. O Brasil ficou muito mais com essa tarefa de ser um grande produtor de *commodities* agrícolas, um produtor de matérias-primas primárias para o abastecimento do capitalismo central. O país hoje retrocedeu. Da década de 30 até a década de 90 era um país que tinha um processo de industrialização. A década de 90 gera um colapso nesse processo de industrialização dependente, mas era um país que se industrializou e virou a oitava economia mais importante do mundo e de repente acontece um processo, com o advento do neoliberalismo, de

[1] A versão preliminar desta entrevista foi publicada no Boletim Dataluta em junho de 2017.

retrocesso e desindustrialização do Brasil. Com a desindustrialização o Brasil volta a ser, na verdade, como na origem do processo de colonização, um país que produz matérias-primas para o centro do Capital. De um modo que a gente hoje a gente produz e exporta para o mundo matéria-prima bruta como suco de laranja, café, gado em pé, carnes e frangos, ferro bruto ainda para ser processado fora do Brasil. Então o Brasil voltou a ser um país que depende basicamente do saldo da balança comercial destes produtos que são as *commodities*. Isso jogou para o território um reordenamento do processo fundiário. Ou seja, o Capital precisava de uma grande reforma interna para poder dar base para esse modelo ser implantado e nessa passagem da década de 90 é que com o Governo do Fernando Henrique Cardoso que se consolida esse modelo. O Governo do FHC consolidou o que se chama de Novo Mundo Rural que tinha várias subpolíticas para consolidar essa reforma agrária que o Capital precisava. Isso de certa forma se consolidou num país que tinha várias empresas nacionais no campo agrícola e agrário e que foram sendo transnacionalizadas. As empresas internacionais entraram, chegaram no território e tivera incentivos fiscais do Estado brasileiro e foram comprando um conglomerado de empresas. Então hoje o Brasil está conectado ao capital internacional através das transnacionais no campo da produção. Isso obviamente precisava da consolidação de um campo auxiliar. O Pará especificamente e a região Amazônica é tida pelo capital como a última grande fronteira a ser expandida no território. Se você pegar os grandes biomas brasileiros, todos eles estão articulados com o grande Capital. Se pegar os Pampas tem grande produção de soja, de milho e outras *commodities*. Eles avançam no Cerrado Brasileiro que está completamente dominado por setores do Agronegócio, mais especificamente a soja. A Mata Atlântica brasileira é um espaço completamente dominado pelo grande Capital, se pegar naquele eixo São Paulo-Minas Gerais a produção de cana-de-açúcar para a produção dos agrocombustíveis. O Nordeste também monopolizado e hegemonizado pelo grande capital. E a região Amazônica por conta, na realidade por ser ainda esse grande reservatório de matérias-primas de um ecossistema muito mais complexo e por consequência também das dificuldades de transportes e infraestrutura nessa região acabou relativamente preservada. E hoje para o Capital, para esse modelo do chamado Agronegócio que é a junção dos grandes fazendeiros com a composição por estados com o Capital financeiro internacional, para poder esse modelo se sustentar, que hoje representa mais de 40% do saldo da balança comercial brasileira e grande parte das exportações brasileiras, e para se consolidar precisa de mais quantidade de terras. Por que? Porque é um modelo que leva rapidamente a terra à exaustão. Então precisa de novas terras para se reproduzir. Então a Amazônia é esse grande espaço. Primeiro porque se tem reservas ambientais que o Estado garantiu a proteção para ninguém destruir e o Capital precisa dessas áreas. Você tem uma grande quantidade de terras que são pertencentes à Federação/União e ao Estado Paraense e são relativamente protegidas. Ao mesmo tempo você tem a menor

densidade demográfica do Brasil nessa região. E o Pará se destaca nessa região por que? Porque é o Estado que tem mais facilidade de acesso do ponto de vista do transporte. Você tem aqui o eixo hidroviário Arguaia-Tocantins, eixos hidroviários da ilha do Marajó que conectam com o Oceano Atlântico, a possibilidade de chegar através da Bacia do Amazonas para aquela região do Baixo Amazonas no Estado do Pará e isso sem contar o aspecto rodoviário, pois é o estado que tem o melhor acesso de toda a Região Amazônica. Portanto, o Pará se projetou ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 como um grande escoador de todos os conflitos e tensões sociais no Brasil. Por que? Porque a própria Ditadura Militar incentivou, organizou e financiou a vinda de setores econômicos e empresariais do Brasil inteiro para essa região como forma primeiro de colonizar a região amazônica. Criaram então um lema "Uma terra sem homens para homens sem terras" para estimular o fluxo migratório para a região como forma primeiro de garantir a salvaguarda da fronteira pretensa de um inimigo externo. Segundo, para diminuir a tensão porque aconteceram lutas camponesas em várias regiões do Brasil como no Centro-Oeste, Nordeste e no Sul do Brasil também, especialmente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como forma de diminuir essas tensões foram dadas vastas quantidades de terras num processo de colonização na época da Ditadura na Região Amazônica e especificamente no Estado do Pará. Com essa migração trouxe um conjunto grande camponeses pobres, mas ao mesmo tempo de grandes proprietários de terras que foram agraciados com a Ditadura Militar. Inclusive o Capital financeiro internacional. Aqui, bancos como o Bradesco e o Bamerindos na época e que hoje é HSBC garantiram grandes quantidades de terras doadas pela Ditadura Militar com fortes incentivos fiscais. E que foram promotores também de gravíssimos crimes ambientais na região. Com todo esse cenário de concentração fundiária, de migração em massa para a região Amazônica e para o Estado do Pará gerou todo esse caldeirão de tensão fundiária no Estado, sem contar nisso a falta de agilidade e o desinteresse político do Estado em organizar o processo de ordenamento fundiário. Nós sempre tivemos aqui um caos fundiário, que é um grande responsável por todo esse processo de explosão de violência. Ou seja, latifundiários e grileiros de terras que avançam sobre terras onde residem populações camponesas como ribeirinhos, quilombolas, camponeses sem-terra, pequenos agricultores, extrativistas como os povos das florestas. Então essas grandes corporações, esses grandes empresários capitalistas que vieram em busca de terra na Região Amazônica avançam sobre essas terras e exatamente lá na ponta começam grandes conflitos fundiários. Primeiro porque a maioria das propriedades de terras aqui no Pará, mesmo com o ordenamento fundiário feito no chamado Terra Legal, são terras do Estado que são griladas. Então essas terras ainda exigem um processo de disputa que desrespeitando a constituição e o Estado não consegue resolver. Isso gera, obviamente, diversos casos de explosão de violência. Então o Pará tem vários cenários montados. Você tem, por exemplo, o processo de migração mais antigo do Estado

que são as regiões Sul e Sudeste do Pará quando vieram para cá durante as décadas 60 e 70 grandes proprietários de terras. Terras que foram griladas, terras que foram dadas para 20 anos de exploração e depois repassaram do Estado e latifundiários se apropriaram dessas terras de forma indevida e comercializaram essas terras. Isso se reproduz como um caos fundiário. Você tem a Região do Baixo Amazonas, a Região do Xingu também como uma região onde avança o processo de migração interna e também com o processo de explosão do conflito. Também uma região de grande colonização especialmente nas décadas de 60 e 70 onde enviaram uma quantidade gigantesca de camponeses especialmente do Centro-Sul brasileiro e dos estados do Nordeste. E lá também criaram esses problemas porque também são terras que não foram regularizadas. Tanto que o Pará, por conta desse caos fundiário, é o único estado que tem três superintendências regionais do INCRA. Você tem a SR 27 que fica em Marabá, a SR 01 que tem sede em Belém e a SR 30 tem sede em Santarém. Isso para o INCRA tentar garantir o ordenamento fundiário de realização da Reforma Agrária e mesmo assim não tem conseguido dar conta de toda essa demanda e isso tem explodido numa situação de violência. Então é todo esse cenário. Primeiro temos o papel da iniciativa privada que avança desrespeitando a legislação ambiental, desrespeitando a legislação trabalhista e desrespeitando a própria constituição brasileira. Segundo temos a leniência e a participação do Estado que em parte foi colaborador e organizador desse processo na região e, ao mesmo tempo, por conta da sua incompetência não consegue resolver os conflitos. No nosso entendimento, tem origem no processo de ordenamento fundiário e na realização da Reforma Agrária.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *É possível perceber que há uma dependência crônica do Capital em relação ao Estado aqui na região da Amazônia e, sobretudo, aqui no Pará por ser uma fronteira conflituosa. Isso me leva a pensar, com base no par ofensiva-resistência, se nós teríamos uma tipologia de conflitos e se teríamos uma mobilidade desses conflitos visto o avanço do capital rumo à floresta. Como isso tem se dado nos últimos tempos?*

ULISSES: Nós temos feito bastante debates dentro dos movimentos sociais para tentar caracterizar o que são esses conflitos. Pode-se dizer que temos conflitos de natureza estulta quase especificamente que é o problema fundiário, mas que ao mesmo tempo temos vários ciclos onde esses conflitos explodem. Essas regiões Norte e Nordeste do Pará foram a primeira fronteira aberta do processo mais recente. Nós tivemos no período do processo de colonização da região eram os rios as grandes estradas. Eram por meio dos rios que você desenvolvia a região, tanto que as grandes cidades, as mais antigas do estado do Pará e da Amazônia são nas margens dos rios porque o processo de adentrar na floresta, dominar a floresta e criar um processo de colonização é muito mais difícil. Só que na década de 50, com a abertura da Belém-Brasília especialmente, teve um processo de expansão generalizada

desse grande latifúndio na região. Inicialmente a ideia do Presidente Juscelino Kubisckek era abrir a Belém-Brasília e nas margens criar um grande processo de reforma agrária. Conectar os produtores rurais, os trabalhadores pequenos e médios garantindo lotes de propriedade de terras para garantir um processo para o mercado interno de consumo de massa. A ditadura militar rompeu esse processo e agraciou ao entorno das rodovias grandes latifundiários, grandes empresas nacionais e internacionais. Então isso gerou um palco de conflito e tensão. Se analisar da década de 50 até 80, as pessoas que eram assassinadas eram por conflitos nessa região Norte e Nordeste do Pará. Depois disso na década de 80 é aberta a Transamazônica e o palco do conflito migra também para essa região. No Sul e Sudeste do Pará teve a implantação de grandes projetos do Estado brasileiro como, por exemplo, a Mineração no caso da Serra dos Carajás: o projeto Grande Carajás; a abertura da Serra Pelada, um grande garimpo na região; e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Toda a criação daquele parque mineral, da produção de energia e da mineração gerou, sem contar a consolidação do latifúndio pela Ditadura Militar que cedeu terras para grandes empresas, gerou um fluxo migratório gigantesco para essa região. Ou seja, milhares de trabalhadores pobres oriundos da seca no Nordeste, dos conflitos agrários no Centro-Oeste migram para essa região em busca de terra e em busca de trabalho e vão para esses projetos. Só que esses grandes projetos, alguns ao serem fechados e ao concluírem a sua realização como é o caso da hidrelétrica de Tucuruí e Serra Pelada. Quando fecham esses grandes projetos se gera uma população, uma massa sobrante que não tem, na verdade, espaço no meio desses grandes projetos porque a mineração exige uma formação qualificada desse trabalhador. Então essas pessoas que margeiam esses grandes projetos não têm essa possibilidade. Ou seja, grandes cidades vão surgindo nessa região num espaço muito pequeno de tempo como é o caso de Parauapebas, uma cidade que não tem trinta anos e já tem duzentos mil habitantes, você tem o caso de Canaã dos Carajás, uma cidade que não tem vinte anos e é uma cidade que ultrapassa os cinquenta mil habitantes e com perspectiva de chegar a cem mil habitantes, ou seja, as cidades foram crescendo e expandindo na região por conta desse fluxo migratório na região e o grande Capital não absorve essa mão de obra. É exatamente essa massa de sobrantes, de pessoas que vieram do campo, a grande maioria veio do campo, que é o tecido social que os movimentos sociais da região organizam para a ocupação de terras ocupando o grande latifúndio e gera o caos e tensão muito grande. Então é uma região muito rica do ponto de vista dos recursos naturais, mas ao mesmo tempo muito pobre do ponto de vista da assistência e políticas sociais. Então, toda essa massa é o combustível necessário para a explosão das ocupações de terras e ao mesmo tempo para a repressão do Estado, porque o Estado paraense ele se elegeu e se consolidou através de uma violência muito brutal contra o seu povo. Então essa região do Oeste e Sudoeste do Pará tem a origem do conflito através do processo de fluxo migratório em massa e também do incentivo do

próprio Estado paraense. No Baixo Amazonas, na região do Xingu, tivemos a abertura da Transamazônica, a consolidação de grandes projetos na região também, mas é um processo de abertura da fronteira agrícola mais recente. Na década de 70 houve em toda a Transamazônica e na Santarém-Cuiabá um grande palco do conflito, mas agora o grande Capital se consolida de forma gigantesca e brutal. Primeiro porque teve o incentivo do Estado, projetos como o Novo Mundo Rural do governo FHC, o Plano de Aceleração do Crescimento nos governos do PT desde 2003, fizeram o capital se consolidar na região e ao mesmo tempo explodir em novos conflitos como é o caso de Belo Monte, o caso da soja na Santarém-Cuiabá na BR 163, o caso da instalação de grandes infraestruturas como o caso da Cargil no Porto de Santarém, que é um porto maior inclusive que a Companhia Docas do Estado. Grandes projetos se consolidaram na região e agora as Hidrelétricas com cerca de trezentas sendo projetadas somente para a região Amazônica. Então esses grandes projetos estão sendo assentados em terras onde já existem pessoas, sejam comunidades indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas como os chamados povos das florestas. Então isso tem gerado um deslocamento dessa violência para onde o grande Capital vai se consolidar. Então o mapa da violência e da explosão dos conflitos está exatamente onde o Capital se assenta, se consolida e gera uma disputa por território com populações que já moram lá por centenas de anos inclusive. No caso dos povos originários, os indígenas, há milênios já estão. Então o mapa do conflito está exatamente onde o Capital avança. No Sul e Sudeste do Estado do Pará, onde explodiu agora um caso de violência gravíssimo onde morreram só nessa região 16 trabalhadores nos últimos dois meses, se tem um latifúndio antigo, mas ao mesmo tempo uma modernização do consórcio entre o latifúndio e as empresas de mineração. Só para se ter uma ideia, os grandes projetos do latifúndio, como o caso da Fazenda Maria Bonita e Fazenda Cedro na região de Marabá, Eldorado, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Parauapebas, grandes fazendas de produção de gado já têm pedido no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) de direito de lavra dessas terras nessa região. Ou seja, o capital destrói a floresta numa primeira frente, depois vem a agropecuária ou a produção de monocultivo e depois tem a mineração conjugada a esse mesmo processo. Então o Grande Capital não tem contradição na sua lógica de dominação e atua de forma de forma conjugada em uma grande frente. Então, isso tem gerado uma explosão de conflitos que tem ceifado a vida de milhares de pessoas atualmente.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Quando olhamos a história do Pará, sobretudo pensando os conflitos no campo, podemos fazer algumas diferentes alusões às guerras civis, com esmagadora desigualdade de correlação de forças, que não é reconhecida pelo Estado. Temos um processo extremamente hostil relacionado ao campesinato associado ao amplo processo de expropriação e exploração intensa do trabalho e que vem sofrendo alterações,*

criando mais capilaridade, e se complexificando ao longo do tempo. Mas como poderíamos compreender o nosso tempo atual? Qual a atualidade desse processo conflituoso?

ULISSES: Na verdade, os conflitos no campo, primeiro eles têm uma origem na forte atuação do Estado. O Estado, nós não podemos dizer que ele é conivente com esse processo porque ele também é organizador do processo brutal de violência no campo. Desde a colonização aqui, passando, por exemplo, pela Cabanagem que foi uma grande tentativa do povo de tomar iniciativa e tomar o poder para mudar os rumos da organização política democratizando o acesso à terra, se teve uma resposta muito dura do próprio Estado. O Estado reprimiu violentamente esses trabalhadores por conta das suas lutas que são direitos constitucionais, direitos civilizatórios da população do campo na Amazônia e no Pará procuraram buscar. Mas teve, por outro lado, primeiro o Estado nunca se comprometeu com uma efetiva Reforma Agrária aqui. No máximo, nós tivemos foi uma política de assentamentos e de colonização. Isso passando da Ditadura Militar, o processo de abertura democrática e os atuais momentos de tensão social no país. Então o Estado nunca se comprometeu efetivamente com uma reforma agrária do ponto de vista de democratizar o acesso à terra e criar um mercado interno de consumo de massa. Tivemos no máximo políticas de assentamento e colonização. Isso gerou todo esse caos de tensão social. Existem milhares de camponeses pobres na região que dependem de políticas públicas, especialmente de reforma agrária e isso não é efetivado. Isso gera luta social. No entorno da luta social tem a resposta do latifúndio. Por outro lado, tem, digamos assim, outros setores do campesinato que são os povos originários, povos da floresta, indígenas, extrativistas e quilombolas que já vinham a milênios e centenas de anos nesse território aqui que sempre viveram, sempre produziram e nunca receberam nenhuma política pública do Estado para fazer isso aí. Essas pessoas resistem no território há muito tempo e são exatamente essas pessoas que são alvos da cobiça, esses territórios que são alvos da cobiça do grande Capital. Por que? Porque são territórios protegidos. São territórios preservados. Porque esses povos resistem, vivem, garantem a sua subsistência e não depredam o grande meio ambiente e esse grande Capital sabe que tem uma riqueza natural muito grande nesse território. Água, a biomassa, subsolo e isso é alvo de cobiça. Então esse é um dos elementos de conflito e tensão na região. O outro é desse grande Capital privado que, em busca de expansão do seu modelo chamado Agronegócio, disputa palmo-a-palmo o território com essas populações daqui do campo. No momento, nós temos um processo de espacialização do conflito. Por que espacialização? Não é em um território localizado qualquer o conflito. Hoje você tem no Sul e Sudeste do estado a disputa com o grande capital, a disputa com a mineração e tem ao mesmo tempo os territórios tradicionais de comunidades de quilombolas e indígenas onde o agronegócio avança, mas organizado pelo Estado brasileiro e pelo Estado paraense. Um exemplo são as chamas hidrovias que procuram agora garantir um grande escoadouro de transporte e produção do eixo Centro-Sul brasileiro que vai

conectar os portos de Vila do Conde, que está sendo triplicado, ao novo porto dos Pardais, que está sendo projetado para as regiões de Curuçá e ao próprio porto de Belém, as grandes hidrovias Araguaia-Tocantins, a hidrovia do Marajó, a hidrovia do Tapajós irão, na verdade, passar pelas comunidades tradicionais por grandes territórios de comunidades tradicionais gerando um grande conflito. As chamadas hidrelétricas com um processo de inundação porque aqui os rios são de planície, portanto se você represa um rio pega um território muito grande que é inundado e vão acabar também com grandes sítios arqueológicos, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e isso também gera conflito. O asfaltamento e a distribuição de terra, por conta do Estado, a grandes empresas para exploração da floresta na Santarém-Cuiabá e na própria Transamazônica também tem gerado conflitos com as populações tradicionais, os povos das florestas da região. As ferrovias, como a empresa Vale pretende duplicar a sua ferrovia que vem da Serra dos Carajás até o porto de Barcarena à Vila do Conde ao mesmo tempo fazendo uma nova rota de ferrovia, minerodutos como caso de Moju passando no meio de comunidades quilombolas. Toda essa tensão que não é iniciativa pura e simplesmente privada, é a inciativa do Estado patrocinando essas iniciativas que gera essa tensão muito grande. Ou seja, o conflito, se pegar agora aqui na região da ilha do Marajó a consolidação do modelo de produção de monocultivo de arroz por parte dos arrozeiros que estão migrando em massa para essa mesma região, ou seja, aqui na região Norte e Nordeste do Pará que foi escolhido pelo governo brasileiro na época do governo Lula como o melhor microclima para a produção da palma de dendê para os agrocombustíveis, para a indústria de alimentos também tem gerado conflitos com os assentados, sem-terra, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas na região. Ou seja, tem por conta não só do avanço do agronegócio, mas ao mesmo tempo o patrocínio do próprio Estado na consolidação desse modelo predatório na região. Isso é na verdade um grande combustível. Portanto, o conflito, ele não está localizado em uma determinada região, ele está completamente espacializado aqui no Pará exatamente onde está a trajetória de expansão desses projetos.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *É possível perceber que a situação do conflito é ampla. É possível identificar ela espacializada por toda a Amazônia e que se descortina para a sociedade a partir do momento que o capital se territorializa, sobretudo, através de uma relação promiscua com o Estado. Trazendo essa contextualização para o plano atual de violência crescente e dos fatos que ocorreram recentemente, eu gostaria de saber quantos ameaçados nós temos hoje no campo, quantas pessoas foram vítimas de violência e quais os tipos de violência que nós temos e que não se restringem à violência física, mas também ao território, à cultura etc.*

ULISSES: Aqui, nós temos segundo os números da CPT, num cálculo bem mais recente que fizemos desde 1996 que foi o ano do massacre dos Carajás até o ano de 2016, tivemos 801

assassinatos. Isso sem contar os 36 assassinatos que nós tivemos agora em 2017. Até agora em 2017 foram então 837 assassinatos no campo no Brasil e desses, no Estado do Pará, foram mais de 300 assassinatos até meados de 2017. Por que nós pegamos só desde a contabilidade de 96? Porque 96 foi o ano do massacre de Eldorado dos Carajás e foi na verdade um marco, um divisor de águas. Porque o movimentos social foi se dando conta ao mesmo tempo de que as forças de repressão do Estado são colaboradoras do processo de violência. Segundo, porque o Estado fez uma autocrítica pela participação daquela chacina, mas ao mesmo tempo especializou na sua forma de tratar os conflitos no campo. Então o Estado se equipou e criou tropas específicas para fazer as reintegrações de posses. Então o Estado se reorganizou para enfrentar os conflitos no campo. O que supunha para nós que teríamos uma diminuição da violência e nós não tivemos. Há vários ciclos sazonais de explosão de violência. Nós tivemos diminuição dos assassinatos, mas não a diminuição dos conflitos. Então há uma grande contradição nisso. Os conflitos se multiplicaram. Os casos de tortura, os casos de despejos violentos sejam por parte do Estado ou sejam por parte dos despejos clandestinos organizados pelos latifundiários, os atentados, as iniciativas de tentar ceifar a vida dos trabalhadores e os deslocamentos forçados de populações inteiras. Então isso gerou vários processos de violência, seja a violência psicológica com despejos de famílias inteiras que não tem para onde ir e são jogados na rua com uma atuação parcial do judiciário que garante a reintegração de posse para o latifundiário, para o grileiro de terras em terras ilegais sem ao mesmo tempo convocar para um diálogo a população que está disputando a terra. Então um processo de atuação parcial do judiciário. Ao mesmo tempo você tem a conivência do judiciário por conta do processo de não condenação dos mandantes e dos executores dos assassinatos no campo. Se for analisar, nós não temos condenações nos últimos casos. Pouquíssimos os que tiveram. Somente seis mandantes foram a julgamento. Você teve o caso emblemático da irmã Dorothy e os assassinos, no caso o mandante Bida e o Taradão estão na região provocando inclusive novas ameaças contra os trabalhadores na região de Altamira e na região de Anapú. Então são casos emblemáticos de violência. Mesmo no caso de Eldorado dos Carajás você teve a condenação do Coronel Pantoja e do Major Oliveira, mas eles estão respondendo em liberdade e recorrendo com a possibilidade que lhes é cabível dentro da legislação. E você teve a absolvição de todos os soldados que participaram do massacre. Isso demonstra o caso da impunidade. Então, toda essa onda de violência que está aqui tem uma atuação direta do Estado por patrocinar essa onda de violência. Mas ao mesmo tempo você tem a atuação da pistolagem que é um braço, digamos assim, clandestino do grande capital que atua perseguindo seletivamente trabalhadores e trabalhadoras do campo, assassinando. Nos casos dos assassinatos, o que colabora com o processo de violência, o que amplia a possibilidade da impunidade, em cerca de 70% de todos os casos de assassinatos no campo, é que você não tem um inquérito policial

concluído. Se você não tem um inquérito policial concluído, você não tem a condenação. Você não tem a quem acusar, não tem um crime solucionado. Então esse é o grande amparo para as ações. Uma outra questão é que temos no caso dos ameaçados de morte não tem um programa, na realidade tem um programa estadual de proteção à vítima de violência, mas ele não está implementado, não está regulamentado. Está aprovado na assembleia legislativa no Estado do Pará, mas não está regulamentado e se tem no campo, com o governo Federal, um programa de proteção às vítimas de violência no campo que não tem cobertura nem de 10% de todos os problemas de ameaças de morte. Nós fizemos uma contabilidade e a última era de 2007 em que você tinha mais de 113 trabalhadores ameaçados de morte. Na maioria dos casos eram quem? Lideranças de movimentos sociais, posseiros, garimpeiros, indígenas e quilombolas. São essas as principais pessoas ameaçadas e não tem sequer nenhuma proteção do Estado. Hoje, na contabilidade nós tivemos, na última reunião com os movimentos sociais e eles estão fazendo um novo levantamento para fazer uma nova lista de ameaçados de morte. Se pegar uma lista bem parcial, tem no mínimo entre 100 e 200 lideranças e trabalhadores rurais ameaçados de morte aqui no Estado do Pará com toda certeza. Qual o grande problema? Se você comparar os assassinatos no campo com os assassinatos que ocorrem na cidade, obviamente que o número é muito maior, mas aqui, diferente dos assassinatos urbanos, aqui a violência é seletiva. As pessoas que morrem são lideranças forjadas em anos e anos de ocupação e em luta em defesa dos direitos humanos. Então o processo de assassinato aqui é seletivo, ou seja, se assassina para eliminar o processo de luta social no campo.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Observamos ao longo das últimas duas décadas uma transferência da estratégia em alguns lugares do país da pistolagem para a judiciarização. Então tivemos um processo de perseguição política de diferentes lideranças e muitas sendo presas injustamente. Mas quando chegamos no caso do Pará, nos parece que isso não é ainda a atualidade. Por que que ainda temos tão forte as práticas como pistolagem, assassinatos e ameaças aqui no Pará?*

ULISSES: Esse processo de judiciarização está presente também no estado. Nós temos um forte processo de criminalização da luta social. Por que? Primeiro porque a luta pela terra no Pará na década de 80 quando há o processo de abertura democrática, a retomada dos grandes sindicatos aqui das mãos dos chamados pelegos e se teve um processo de lutas massivas na região. O novo sindicalismo emergiu aqui, que não era mais aquele sindicalismo ligado ao Estado, à Ditadura Militar na década de 80. Especialmente grandes sindicatos foram retomados aqui em Conceição do Araguaia, Marabá, Santarém etc. Sindicatos importantes. Toda essa região norte e nordeste do Pará, região de luta intensa da retomada da luta camponesa você tem um processo de repressão também muito brutal, mas é o grande

latifúndio que a gente disputava terra, que morava aqui na região Amazônica, foi se transformando no chamado grande Agronegócio e a disputa com as grandes empresas transnacionais, então esse latifúndio também não tem mais sede aqui, esse grande Agronegócio ele não mora mais aqui na Região. Com exceção de um setor periférico, digamos assim da concentração fundiária, o setor periférico ainda mora aqui, ainda reside aqui. Então esses promovem organizações mais brutais, são esses que contratam pistoleiros, são esses que são mais insanos na sua forma de atuação, que contratam jagunços para espancar, para torturar os trabalhadores rurais, como é o caso mais especifico aqui da fazenda Santa Lucia. Ali são latifundiários grileiros de terra que procuram mesmo consolidar na brutalidade um no processo mais primitivo da posse da terra, são esses que contratam a pistolagem. As grandes empresas estão migrando para um processo mais modernizado da chamada "pistolagem'' que são as empresas de segurança que a gente fala né, as grandes empresas de segurança que estão sendo controladas aqui por latifundiários, por processo de migração de modernização da repressão do campo. Mas ao mesmo tempo tem aliado a isso o processo de judiciarização da disputa pela posse da terra. Se você pegar as ocupações de terras que aconteceram em áreas dominadas pela Vale do Rio Doce em fazendas do Banco Oportunity, aqui você tem um número gigantesco com o número grande de lideranças do movimento sem-terra do MST que sofre um processo na justiça. Nós tivemos três trabalhadores que foram condenados pela Vale com o Martins de Carvalho e mais dois garimpeiros que foram condenados a pagar 5 milhoes de reais de indenização para a Vale por conta de interdição da ferrovia. Lutas sociais para que a Vale fizesse reparos aos seus danos ambientais na região. Condenação. Você tem advogados como Zé Batista, que é da comissão pastoral da terra, também condenados pela Vale por conta da atuação das lutas camponesas da região. E você tem agora só do MST, que nós tivemos só do MST, são 18 trabalhadores que sofrem processos, entre os quais eu, sofrem processos da Vale do Rio Doce também por conta de mobilização de massa na ferrovia da Companhia exigindo da Vale toda a reparação da atuação predatória na região dos crimes ambientais, dos crimes trabalhistas que ela comete e não tem reparação com os trabalhadores. Inclusive em terras do próprio MST, passando por dentro de assentamentos nossos e não tem nenhuma reparação e não tem nenhum compromisso com a população da região. Então tem um processo de judiciarização muito forte também, muito severo, mas ao mesmo tempo a desordem, o caos fundiário do Estado por conta da inoperância, da incompetência e do patrocínio do Estado é o palco das principais tensões aqui. Segundo é que o Estado do Para está completamente desorganizado do ponto de vista da organização das políticas públicas. Se pegar os piores indicadores sociais do Brasil, o Pará está no topo desta listagem. Pior índice da Educação Básica, os crimes ambientais do Pará encabeçando a lista dos piores estados em relação aos crimes ambientais, os crimes em relação desrespeito à legislação trabalhista. Portanto, o Para é campeão nacional de trabalho escravo.

Então o Para é, na verdade, um estado completamente desorganizado do ponto de vista das políticas civilizatórias e que é isso que as populações exigem. Então isso é, digamos assim, um grande amparo, um grande combustível para essa explosão de violência generalizada.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Nas palavras dos movimentos, como ocorreu o Massacre de Pau D'Arco?*

ULISSES:

Bom, agora nós estamos vivendo em um processo de espera da perícia, do resultado da perícia, que os setores públicos estão fazendo em relação ao conflito. Mas, de certa forma, o que que já está segundo o depoimento dos sobreviventes? Essa área foi reocupada agora recentemente depois dos dois processos de reintegração de posse na fazenda Santa Lucia. Foi reocupada recentemente por esses mesmos trabalhadores. Ainda não tinham conseguido nem montar o acampamento na área. Estavam na área, estavam ainda montando o acampamento, quando teve uma operação da polícia militar de Redenção, que não é uma polícia especializada para conflitos agrários muito menos para reintegração de posse. Não foram fazer reintegração de posse, foram, segundo a polícia, cumprir quatro mandatos de prisão e quatorze de busca e apreensão. Foram para a região. Segundo os relatos dos sobreviventes, a polícia chegou atirando, humilhando e espancando os trabalhadores que não conseguiram fugir. Vários conseguiram fugir ainda, outros foram capturados e foram massacrados por conta da operação da polícia. Massacrados literalmente. Esse foi o relato de quem conseguiu fugir e ainda viu os policiais sorrindo, espancando, humilhando os trabalhadores e escutavam vários disparos. Esses trabalhadores fizeram esse depoimento e a imprensa, inclusive, teve acesso a esse depoimento dos que relataram esse fato. A polícia já chegou atirando, o que desmente completamente a tese inicial do sistema de segurança pública de que a polícia foi recebida com balas. Segundo, não há comprovação ainda de que aquelas armas que eles apresentam supostamente dos trabalhadores sejam dos trabalhadores. Você teve, segunda a própria OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, uma manipulação do cenário, do chamado Teatro do IBR como eles falam como uma linguagem militar. Uma completa manipulação e alteração do cenário do conflito. Então, eles retiraram completamente os corpos da região, impediram a autopsia na própria região, um levantamento na própria região. Eles retiraram completamente todas as capsulas de bala. Então isso alterou completamente o cenário da chacina. Mas, de certa forma, os movimentos sociais afirmam que houve uma matança generalizada. Há denúncias de que foram financiados pelos próprios fazendeiros da região pra cometer esse tipo de ação, mas isso só uma investigação mais, digamos assim, delicada vai conseguir apurar. Mas na visão dos movimentos sociais foi uma cachina, um massacre, previamente deliberado pela polícia militar, pelas forças de repressão do Estado. Não há em hipótese alguma a possibilidade de

conflito. No conflito você coloca conflitantes em pé de igualdade, o que não ocorreu em hipótese alguma.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Pensando ainda essa conjuntura do Massacre eu peço nos dê uma contextualização da área e que nos dissesse quantos sobreviventes nós tivemos e quantas pessoas que não foram mortas, mas sofreram algum tipo de violência.*

ULISSES: Essa área que nós estamos falando, a fazenda Santa Lúcia pertence ao Estado. São terras públicas estaduais. Segundo uma das informações que nós temos, são cerca de 5 mil de hectares de terra. Uma fazenda grande, são 5 mil hectares de terra, ou seja, um módulo acima do permitido aqui na região. O fazendeiro, tinha conseguido título de 600 hectares somente e o restante era terra grilada. Então foi pedida a regularização dessa área, mas não foi garantida. Portanto, uma área completamente ilegal, completamente irregular. É completamente irregular que eles permaneceram, como é típico na região. E ali chegaram a ter acampamentos de cerca de 200 famílias antes do primeiro despejo. Só que teve uma primeira reintegração de posse. Aí o pessoal fez mobilização, voltou pra área, houve novamente uma reintegração de posse e agora voltaram pra terra e não tinha ainda tempo hábil para uma nova reintegração de posse. Mas, segundo relato das pessoas, foram 10 assassinados. Dentre eles uma mulher, uma brutalidade terrível né. Foram 7 de uma mesma família e ficaram 14 feridos. Feridos em estado grave inclusive, ainda permanecem 2 feridos em estado grave no hospital em Redenção. Então esse é o cenário e esses 2 inclusive estão sob proteção policial infelizmente por conta da possibilidade de ameaça. Hoje acontece lá em Redenção uma mobilização de fazendeiros, de empresários, organizada pelo sindicato de policiais e por dois deputados federais completamente irresponsáveis que estão incitando a violência. Eles que estão puxando, estimulando essa mobilização, inclusive dizendo que eram bandidos, estimulando de verdade essa violência. Então o clima na região está de completa tensão e a CPT permanece fazendo um acompanhamento disso também como proteção policial por conta das ameaças que estão acontecendo lá. Então hoje as famílias estão completamente dispersas, dispersaram. Estão dispersas e aí como eles eram, na verdade, ligadas à FETRAF, os movimentos sociais estão reunindo aí para ver quais são os procedimentos que vão tomar, mas um dos procedimentos de encaminhamento é a exigência imediata da retomada das áreas por conta do Estado para a criação do assentamento. Uma saída honrosa. E nós estamos responsabilizando diretamente o INCRA, para nós a responsabilidade é inteiramente do Instituto Nacional da Reforma Agrária por conta da origem do conflito. Não tem resolução do conflito, não teve vistoria na área e não teve sequer a desapropriação para a criação do assentamento. Segundo, a responsabilidade completa do Estado, do seu sistema de segurança incompetente e que tem na verdade atuar como um braço armado do grande latifúndio aqui na região. Então, a responsabilidade é completa do

Estado. Eles já se eximiram da irresponsabilidade, dizendo que foram recebidos a balas. Mesmo se fossem recebidos a balas, eles tinham o dever moral de optar por um caminho mais preparado para evitar uma chacina dessa natureza. Foi na verdade patrocinado, tanto que já afastaram imediatamente um policial.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Não houve nenhum tipo de diálogo em que o INCRA pudesse prever a possibilidade desse tipo de conflito? Alguma informação que foi passada anteriormente, algo nesse sentido para que eles que eles tivessem a noção de que isso viria a ocorrer?*

ULISSES: Tudo era plenamente evitável. Primeiro porque o Estado, ele é um mediador dos conflitos sociais. Na acepção do termo, o Estado precisa mediar os conflitos dos diversos interesses de uma determinada sociedade. Qual o problema? É que o Estado atua como um dos colaboradores do conflito tomando posição sempre pelo lado do latifúndio e do Agronegócio. O que que acontece? Foi criado um instrumento entre o governo Brasileiro que é a chamada Comissão Nacional de Mediação de Conflitos Agrários. Essa mesma comissão foi desmantelada, desmontada por esse governo que assumiu a Presidência da República na atualidade, no governo Temer. Então se tinha um desembargador, que era o desembargador Gercino Filho que era o grande responsável por essa comissão nacional de mediação de conflitos agrários. Qual era o papel da comissão? Onde tinha conflito, onde tinha áreas ocupadas essa comissão chamavam os diversos atores. O pretenso proprietário ou proprietário da terra e aqueles que estavam disputando propriedade da terra, no caso posseiros ou sem teto. Chamavam os setores, conversava e procurava junto às autoridades tomar medidas para poder primeiro fazer um levantamento cartorial das propriedades, fazer vistoria da propriedade para ver se ela tinha possibilidade ou não de ser passível de reforma agrária. Essa mesma comissão que atuou no Brasil inteiro minimizando e diminuindo conflitos foi desmantelada quando assumiu a mais de um ano atrás esse governo do Michel Temer que não tem compromisso absoluto nenhum com ninguém. Então o governo demitiu essa mesma comissão, nomeou algumas pessoas para assumir a comissão, mas efetivamente a comissão não está mais atuando. Então isso gerou toda a explosão de violência no Brasil inteiro que são esses 36 assassinatos na atualidade. Segundo, o governo também tem uma comissão Estadual de mediação de conflitos agrários que não está atuando na atualidade. O que significa dizer que o Estado poderia sim atuar, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria poderia pegar das suas atribuições para primeiro fazer um levantamento também cartorial da situação, fazer uma vistoria e logo da propriedade pra saber se ela era ou não passível de reforma agrária. Então isso já dá pelo menos. E a outra era buscar saber se a área era completamente regularizada, o que não é o caso dessa propriedade. Se ela fosse, se o proprietário tivesse seus direitos, era o dever do INCRA buscar uma alternativa

para assentar as famílias. Só que isso não tem operação, não tem atuação e isso gerou obviamente a explosão dos conflitos.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Bom, de um lado nós temos uma mediação dos interesses, com capilaridade inclusive por meio de figuras que tem difundido pelas redes sociais alguns vídeos fazendo ataques diretos. E do outro lado nós não temos então a mediação dos conflitos a favor dos movimentos. Além disso, nós temos esse massacre, mas temos também outros potenciais. Quais são esses outros potenciais e também quais são esses protagonistas dessa mediação de interesses que não são populares dentro do Estado?*

ULISSES: Bom, primeiro é importante destacar quem são aqueles que cometem crime na região. Se tem, por exemplo, em relação aos conflitos no Pará, primeiro os interesses do Capital privado que eu já falei. Latifundiários que atuam de forma criminosa na marginalidade da lei, atuando, perseguindo e contratando pistoleiros. Existe na verdade uma atuação decisiva do que a gente chama de consórcio da morte aqui. Se você pegar todos os casos de assassinatos no campo aqui, por exemplo, você tem o caso da irmã Dorothy de 2005 em que se teve reuniões previamente marcadas com fazendeiros da região que colaboraram, patrocinaram e que os mesmos esconderam os mandantes dos assassinatos em suas propriedades. Você teve no caso o massacre do Eldorado dos Carajás, no Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, que se reunião previamente dizendo como iriam patrocinar, financiar a própria polícia para atuar, no caso a polícia de Parauapebas e Marabá, para promover a chacina do massacre de Eldorado dos Carajás. Por isso ele já foi um assassinato, uma chacina previamente articulada. Na região do sudeste do Pará, naquela região que vai de Marabá até Canãa dos Carajás, Parauapebas, Eldorado e Curionópolis, tiverem reuniões prévias agora dos fazendeiros dizendo que existe uma lista e nós fomos alertados dessa reunião que existiu entre os sindicatos que eles chamam de Produtores Rurais (sindicato de fazendeiros). Fizeram reuniões prévias dizendo que existe uma lista de marcados para morrer que era para todos nós lideranças do MST tomarmos muito cuidado. Essa reunião aconteceu em menos de dois meses atrás, tanto que nós fizemos uma denúncia formal na secretaria de segurança pública do Estado do Pará. Reunimos com secretários de segurança que é o Coronel Janot. Fizemos essa denúncia listada para a secretaria de segurança pública alertando do clima de conflito na região toda. Não foi tomada nenhuma providência e aconteceu novamente assassinatos seguidos na mesma região, ou seja, os crimes são cometidos por agentes do setor privado, nós sabemos quem são, nós denunciamos às autoridades e não há medidas nenhuma em relação a isso. Na região no Baixo Amazonas também, nós sabemos quem são. Latifundiários da região, sojeiros que migram para aquela região de Santarém-Cuiabá e fazem consórcio também. E fizeram denúncias há pouco mais de dois anos. Ameaçados de morte em redes sociais, Padre Boini,

Padre Gilberto, pessoas que atuam defendendo os direitos humanos na região. Na região do Marajó, os mesmos arrozeiros também fazem consórcio para assassinar, para perseguir, para intimidar os trabalhadores, ou seja, existe todo um contexto, um contexto de ameaças que já são previamente estabelecidos, fazem as reuniões e promovem isso aí. Então há uma, o rastro desta situação está muito claro, basta o Estado atuar na perseguição e na repressão desses crimes. Acontece que isso não é, digamos assim, implementado.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Podemos notar que há uma certa arquitetura da violência aqui, uma engenharia da violência e que nós temos também alguns protagonistas como, por exemplo, o caso do deputado Eder Mauro que tem sido um Think Tank do latifúndio e do Agronegócio no tocante à defesa da "propriedade privada". Como nós poderíamos pensar algo mais ou menos nesse sentido?*

ULISSES: Isso aqui seria basicamente aquela engenharia, a operação por baixo desse processo todo. A gente fala muito de assassinato no Pará e na Amazônia. A gente sabe que é o conflito fundiário e a falta de resolução do ordenamento fundiário a raiz do problema, mas você tem os operadores do sistema né. Quem é que opera? Ninguém morre por acaso. Quem é que opera? Primeiro quem assassina quem? Quem assassina objetivamente? Quem executa são pistoleiros, empresa de segurança e a polícia. Você tem aqui esses três, digamos assim, os operadores desse sistema. Mandatos por quem? Quem manda assassinar em primeiro plano? Quem manda assassinar em primeiro plano são os grandes proprietários de terra, latifundiários e grileiros de terra; empresas mais, digamos assim, organizadas do chamado Agronegócio, que são aquelas que já contratam as empresas de segurança. Nós tivemos vários conflitos. Por exemplo, nós tivemos conflito na fazenda Maria Bonita que é do Banco Oportunity. Portanto, um banco de sistema financeiro para empresa de segurança. Nós tivemos os conflitos na fazenda Cedro, também propriedade do Daniel Dantas que é o principal acionista do banco Oportunity e que é na verdade um grande ladrão que grilou terra na região, que comprou diversas propriedades de terra com a porteira fechada. Esse grande capital também contrata e contrata de forma especializada. Teve o caso de um deputado federal, que é deputado federal do PTB, se envolvendo no esquema da máfia das Sanguessuga, que foi a máfia das ambulâncias. Denunciado por desvio de dinheiro público, grilou 7 mil hectares de terra em Santa Luzia do Pará aqui na chamada fazenda Cambará. Sua empresa de segurança com jagunços armados assassinaram um trabalhador rural, torturaram um segundo trabalhador chamado José Valmeresco Soares no ano de 2014. Você teve aí a impunidade até hoje. Ficou 40 dias preso o mandante, filho do pastor que permaneceu pouco tempo na cadeia. Você tem uma engenharia. Quem são aqueles que cooperam nesse sistema? Primeiro, quem opera no sistema são os pistoleiros. Quem contrata, são os chamados fazendeiros. De onde vem o grosso da pistolagem do Estado do

Para? Vem dos Estado do Maranhão. A maioria dos pistoleiros, pistoleiros clássicos que a gente conheceu na luta pela terra aqui como o chamado Sebastião da Terezona, o chamado Zé Mucura que atuava na Região do Tucuruí. A maioria desses pistoleiros vieram do Estado do Maranhão por conta da miserabilidade do Estado e por conta dessa fronteira aberta aqui no Estado do Pará. São contratados na região porque a fronteira é aberta, depois fogem para a mesma região, ou seja, esses pistoleiros atuam em diversas regiões, mas inclusive tem escalas, por exemplo, de preços de cabeças de dirigentes, padre custa determinada quantidade, advogado defensor dos direitos humanos custa determinada quantidade, lideranças dos trabalhadores rurais sem terra custa determinada quantidade, ou seja, existe inclusive tabela de preço em relação a isso. Esses pistoleiros atuam em forma clandestina, tem uma sequência grande de assassinatos que cometem não só no Estado do Pará, mas em outros Estados e transitam especialmente nessa região nossa, especialmente, no Pará, no Tocantins e no Maranhão. Quem mais atua para as chamadas empresas de segurança como já falamos? Então é muito frequente agora na atualidade a atuação de empresas de segurança que nós dizemos que é a profissionalização da antiga pistolagem. Essas empresas de segurança atuam nessas fazendas mais modernas. O chamado setor do agronegócio que atuam inclusive de forma oficial algumas, outras utilizando arma de grosso calibre que não é atribuição dessas empresas de segurança como é a doze de repetição, pistolas também que são de utilização exclusiva da polícia e das forças armadas, ou seja, armas de alcance longo, que não são de atribuições de empresas de segurança. Empresas de segurança só podem atuar no máximo com uma 38, um revolver de calibre 38. Então essas empresas atuam com cartucheira, arma de repetição enfim. Então, essas empresas que atuam oficialmente e também na clandestinidade, que são empresas contratadas do chamado agronegócio. E um outro setor que executa as operações é exatamente a polícia militar que atuam de forma oficial no caso da chacina de Eldorado do Carajás, dessa chacina agora de Pau D'Arco, mas ao mesmo tempo também atua de forma clandestina sendo contratada das mesmas empresas de segurança. Um exemplo disso? Vários dos policiais que participaram do assassinato do Fusquinha, que é Onalício Araujo Barros e do Doutor chamado Valentin Serra na fazenda Goiás II em Parauapebas no ano de 1998, já haviam participado do Massacre de Eldorado dos Carajás como oficiais e de forma oficial do massacre do El Dourado dos Carajás, ou seja, há uma repetição da atuação da polícia de forma oficial, mas ao mesmo tempo sendo contratada para fazer determinadas ações de forma clandestina por proprietários de terra. Então, digamos assim, são esses ou aqueles por conta da operação da chamada pistolagem na região e nos conflitos no Estado do Para.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Durante o primeiro golpe que estabeleceu a ditadura militar nós tivemos uma forte participação dos latifundiários. Tem até um professor amigo que trabalha*

com a ideia do Agrigolpe, Clifford Welch, e ele vem recentemente destacando essa relação do Agronegócio com o Temer e como ocorreu essa aproximação. Isso passa muito despercebido para a maior parte da população. Diante disso, eu fico pensando quais são as fronteiras novas que são abertas para o Capital e para o conflito? E, no caso da Amazônia, quais são os próximos pontos onde podem explodir os conflitos? Onde é iminente? Qual a consequência desse Agrigolpe para a Amazônia, sobretudo, para o Pará?

ULISSES: Isso é importantíssimo. Como a gente está falando que há um processo de expansão do Agronegócio na região e espacialização do conflito nós teremos obviamente novos conflitos explodindo no Pará e na região Amazônica. Isso é no nosso entendimento, o entendimento do MST e dos movimentos sociais, isso é inevitável. Inevitável. Basta ver que primeiro o Estado, através do governo e esse governo golpista que assumiu o Brasil não é o governo de partido político, não é um governo que representa todos os interesses da sociedade Brasileira. Pelo contrário, para nós está caracterizado como um governo de classe. Ele representa os grandes setores do empresariado Brasileiro, o Agronegócio, o setor industrial da FIESP, da FIEPA no caso do Para, da FAEPA (Fundação da Agricultura do estado do Para). Esses setores do empresariado nacional e dos interesses dos internacionais. Então é um governo de classe definido para implementar o desmantelamento da máquina pública em detrimento da consolidação do modelo do grande capital. Então esse governo tem um lado, definiu o seu lado e está desmontando toda a estrutura jurídica Brasileira consolidada e construída com a luta social, com o processo democrático Brasileiro, com a participação do povo brasileiro nessas essas lutas e conquistas. Essa é a característica do momento. Por que? Porque este governo não representa o interesse da maioria da população Brasileira. Por isso eles têm então financiado e colaborado com todo o desmonte daquilo que era que o Brasil construiu de mais avançado no aspecto da legislação. Seja de proteção do trabalho, ou seja de proteção ambiental, esse Estado começou a desmantelar isso para pavimentar a consolidação do chamado modelo do Agronegócio. Basta ver o código florestal que não começa com esse governo. Começa com o governo anterior do presidente Lula e da presidenta Dilma, começaram a relativizar o próprio código florestal Brasileiro. O Congresso Nacional Brasileiro, na verdade quem organizou e patrocinou a flexibilização da legislação ambiental para poder o latifúndio e o agronegócio se consolidarem no Brasil e especialmente na região Amazônica. Você vê agora a MP 759 que foi aprovada no Congresso Nacional que prevê a titularização das terras dos assentamentos para criar um processo de mercantilização dos lotes agrícolas para o agronegócio reconcentrar terra. É uma grande ameaça para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. O processo de emancipação dos assentamentos, ou seja, o Estado abre mão, se isenta das responsabilidades dos assentamentos, da criação e consolidação dos assentamentos para que os assentamentos sejam territórios autônomos. Portanto, com o título de propriedade na mão você pode inclusive comercializar, ou seja, para

o agronegócio avançar ele precisa de terra e território. Então ele visa também os milhões de hectares de terra conquistados pela luta social dos trabalhadores na região Amazônica. Então, por outro lado você tem com essa, digamos assim, abertura, o desmantelamento da legislação ambiental, da legislação trabalhista, da legislação Brasileira que protege as áreas da região Amazônica. Inclusive com a abertura da fronteira, com a compra, com a possibilidade agora com a convocação do Congresso Nacional para a compra de terras por estrangeiros. E aqui na região Amazônica quem concentra propriedades são: Norte Americanos, Chineses e Franceses que concentram cerca de 3 milhões de hectares de terra. Com essa possibilidade concreta aberta agora com esse governo golpista você tem então a possibilidade de uma expansão do agronegócio que já vinha sendo consolidada no governo Brasileiro. O que acontece? Nós temos várias frentes abertas de consolidação do modelo. O que o grande capital e o governo brasileiro pretendem? Primeiro criar um sistema grande de comunicação aqui na região Amazônica. Então, a proposta da consolidação deles é um grande modelo de comunicação e interligar a região através da comunicação. Segundo, um grande e complexo sistema viário ou seja de hidrovia. Hidrovia Araguaia-Tocantins, hidrovia do Marajó e hidrovia do Tapajós para conectar a grande produção de soja, de *commodities* para o centro sul brasileiro, do sul e sudeste do Para, do Nordeste Paraense e da região do Baixo Amazonas através da Santarém-Cuiabá e da Transamazônica que está em expansão com os portos de Santarém, com uma saída para o pacifico, com o porto de Vila do Conde, que está sendo triplicado em Barcarena e há perspectiva de ampliação, com a construção do Porto dos Pardais que seria uma ligação mais direta ainda com o Oceano Atlântico no litoral paraense, ou seja, esse sistema de hidrovias. Um sistema de ferrovias. A Vale já está com plena duplicação da ferrovia que vai desde a Serra dos Carajás até o porto da Vila do Conde. A Vale pretende ainda criar um outro sistema de ferrovia que vai da serra dos Carajás até região de Santarém. A Vale pretende ampliar o seu mineroduto que vai da Serra dos Carajás, passa por Paragominas que é produtor de Salobro, e que vai passar pelo por regiões de Moju, toda essa região nordeste do Estado e que vai conectar com porto de Vila do Conde. Você tem a expansão e consolidação do modelo dos agrocombustíveis e da indústria alimentícia através da palma de dendê no território norte e nordeste Paraense, ou seja, há toda uma espacialização e consolidação do modelo do agronegócio e ao mesmo tempo são essas regiões que começam a explodir conflitos. E no caso da região do Xingu com a indústria da pecuária, chamada terra do meio, avança a indústria da pecuária para a região, conflitos fundiários na região começam a explodir, a instalação das hidrelétricas seja de Belo Monte, que já é uma região extremamente conflituosa com os indígenas e com as populações tradicionais da região, pescadores e tudo mais, você tem ao mesmo tempo agora a mineração com um grande projeto de mineração que está sendo consolidado agora por empresas internacionais. Também a consolidação dos arrozeiros na região do Marajó, ou seja, onde

avança o agronegócio, se consolida também o conflito e são nessas regiões que inevitavelmente irão se multiplicar em novos conflitos na região.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Qual é, na visão dos movimentos socioterritoriais e nessa conjuntura de golpe e de conflito iminente, a importância do território?*
ULISSES: Primeiro, fazendo uma avaliação crítica. A grande crítica que o MST faz em relação aos movimentos sociais, primeiro que os movimentos atuam de forma muito isoladas, atomizadas e dispersas porque são movimentos de massa. Então o movimento de massa, pela sua natureza, a pauta é a evidentemente econômica. Então a pauta é basicamente a existência, sobrevivência e a sua subsistência. Então, por exemplo, os indígenas não querem nada mais do que o governo que já vivem né, essa forma de relação diferenciada com a natureza, com o território, com as suas divindades e com as sua cultura. E isso é fortemente, brutalmente ameaçado quando chega o colonizador através do modelo da pecuária, do garimpo e da expansão do agronegócio. Os movimentos sociais de luta pela terra querem terra e a terra em um primeiro momento também é vista como uma forma de reprodução da sua existência como camponeses, uma existência econômica. Só que depois a gente percebe que só a terra não basta, a gente precisa de outras políticas que aí passam a ser Reforma Agrária e aí já passa a ser território. Então é a passagem da luta pela terra pura e simplesmente como um viés econômico para a luta como um território onde as comunidades têm que ter autonomia, tem que ter autogoverno e autogestão, ela passa a ser uma medida preferencial dos próprios movimentos. Porque se você for analisar, os governos brasileiros criaram assentamentos, mas ao mesmo tempo não implementaram políticas públicas. Você não tem um assentamento sequer que foi completada 100% a implementação de políticas públicas. Então essa transição da mega luta pela terra para a luta pelo território como um espaço de poder, como um espaço de criação de uma nova cultura política, o espaço de criação de uma nova cultura produtiva, como um espaço de contradição com a matriz do grande capital e do agronegócio é na verdade o projeto político que o MST encampa e que o MST acha que os outros movimentos sociais também devem promover. Porque que eu digo que acha? Porque isso é um projeto em transição. Porque? Porque para criar autonomia dos territórios você precisa mudar a matriz tecnológica de produção. Não basta ganhar terra e reproduzir pequenos minifúndios aquilo que o agronegócio produz A roça no topo, a roça de queimada, isso é predatório para a própria região Amazônica. Muito embora seja a tecnologia que está à disposição da agricultura, mas é preciso mudar a matriz tecnológica de produção e para nós a matriz tecnológica de produção chama-se agroecologia. O problema é que a agroecologia, como é uma ciência nova é um tema aberto. É um tema em construção e a mesma experiência para o MST rica, vitoriosa da agroecologia que é implementada no sul do Brasil, não pode ser implementado na Amazônia. Deve-se ser utilizada as boas experiências,

mas a Amazônia é um bioma extremamente complexo. Então é um termo em construção a partir de toda a vivência. Os saberes que as comunidades indígenas já têm aqui são fundamentais para construir essa nova matriz tecnológica de produção. Uma coisa é certa, nós já estamos experimentando isso em diversos territórios nossos. Hoje nós já temos várias experiências multiplicadas de agroecologia e nós queremos que ela se multiplique, se massifique porque para nós agroecologia não é produzir alimentos saudáveis para colocar no mercado alternativo e vender 40% mais caro. Nós não queremos isso, nós queremos vender alimentos baratos. Para vender alimentos baratos para o grosso da população e não só para aqueles que tem recursos para poder comprar, que é para a população pobre mesmo, você tem que multiplicar e massificar essa produção. Esse é o grande objetivo do MST, que é a autonomia na produção de alimentos e criar respeito a esses territórios. Então esse é o nosso projeto político e para nós isso, de fato, colocará em cheque esse modelo predatório do agronegócio.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Antes de finalizar eu gostaria que você falasse da sua participação dentro do MST, da Via Campesina e da CLOC para que pudéssemos compreender a articulação das escalas.*

ULISSES: Antes disso, eu vou falar que nós entendemos a seguinte questão. O capital hoje ele está muito mundializado, o capital globalizado. O chamado capital financeiro submeteu a agricultura e a agricultura é um suporte desse capital financeiro no mundo inteiro. Portanto, a ideia é mercantilizar tudo inclusive todas as formas. Inclusive a própria natureza. Eles atuam nessas diferentes escalas no mundo inteiro, por isso que a gente acha que também que os agricultores não só no Brasil, não só do Pará e na Amazônia, têm que atuar nas diferentes escalas também. Então por isso, por essa necessidade surgiu a necessidade dessas grandes articulações internacionais do próprio MST como, por exemplo, a criação da Via Campesina na década de 90 foi uma necessidade de articular essas lutas em escala planetária que nos fez criar a Via Campesina, que é uma experiência vitoriosa. Hoje se trata da maior organização de trabalhadores e de camponeses, camponeses do mundo inteiro, uma grande articulação global para enfrentar o grande capital também nessas diferentes escalas. E na América Latina a criação da Coordenadoria Latino Americana da Organizações do Campo, que é a CLOC e também atuando em escalas Latino-americana, articulando as lutas, criando uma unidade campesina na região, intercambiando em diversas experiências organizativas fortalecendo cada experiência a partir disso. Então a gente acha que esse capital hoje é a supremacia não só no ponto de vista econômico. Ele é a supremacia, a hegemonia na sociedade no ponto de vista político. A política hoje é refém desse mini projeto. Então no Brasil não existe partido político, com exceção de alguns partidos políticos de esquerda que tem semelhanças na estrutura partidária clássica. Você tem grupos de interesses. Então o governo, esse governo

que assumiu o Brasil, ele é um governo que ele é uma expressão dos interesses do grande capital. Como ele esse grande capital atua em diversas frentes, nós também temos que atuar em diversas frentes. A gente acha que os movimentos sociais do campo têm que atuar primeiro ocupando, lutando pelo desenvolvimento pelo poder político do próprio território ao mesmo tempo se articulando com as iniciativas das cidades. O que existe de experiência importante de dialogo democrático nas academias e na academia em diversas formas subsidiando de conhecimentos camponeses, fazendo esse tipo de diálogo com os saberes do próprio campesinato. Nós temos que criar um braço, mesmo com as contradições do parlamento burguês, mas fazendo também um debate ampliado com parlamentares que tem compromisso com a luta e com a causa social, com os partidos políticos de esquerda, com setores urbanos massivos, especialmente a juventude que vive essa contradição nas grandes periferias, com a população das periferias que serão beneficiadas com o processo massivo de reforma agrária. Esses são os desafios postos na conjuntura. Se o capital atua em diferentes escalas, em diversas frentes, nós dos movimentos sociais também não podemos também viver somente na resistência. Temos que passar contra a ofensiva nessas diferentes escalas e isso requer um grau unidade superior ao alcance do governo na atualidade. Esse é o grande desafio colocado e posto para a gente. Por isso a gente tem atuado dessa forma. Hoje eu sou assentado, no assentamento Martins de Abril, fica a 74km de Belém, faço parte da direção Estadual dos movimentos dos trabalhadores do Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Pará e também faço parte da direção nacional do MST e atuo na coordenação da Via Campesina Amazônia aqui também da região articulando com diversos movimentos sociais.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Qual a importância dessa articulação e, sobretudo, da educação do campo e do IALA Amazônico não só nos contextos das lutas aqui mais locais, mas também em termos de América Latina e mundo?*

ULISSES: Primeiro que nós, à partir dessas experiências, que tiramos várias estratégias de ação global. A gente acha que o MST tem sido uma experiência vitoriosa no ponto de vista organizativo. Tem sido, digamos assim, não um exemplo, porque exemplo eu acho que é muito presunçoso na verdade. Mas o MST é uma experiência vitoriosa do ponto de vista da organização dos camponeses e pode ser uma experiência que pode se multiplicar e se reproduzir de formas diferentes obviamente, mas encorajando o nível de organização superior do campesinato. À partir disso, várias estratégias como, se o capital atua em diferentes escalas, temos que atuar também em diferentes escalas. Então a Via Campesina se tornou o grande escoador dessa política no plano internacional e a CLOC na América Latina. Mas o que nós entendemos? Para consolidar um projeto mais ou menos unificado de luta, onde fortaleça as diversas experiências a partir das particularidade regionais, mas com uma linhas

politicas unificadas era preciso criar experiências de formação do ponto de vista dos trabalhos unificados. Então à partir dessa experiência da Via Campesina, da CLOC, mas também da articulação latino-americana de organização do campo a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da América) com a participação de movimentos sociais, fomos criando experiências de formação em escala ampliada que são os Institutos Latino Americano de Agroecologia, o Instituto Latino Americano de Agroecologia Guarani, o Instituto Latino Americano de Agroecologia no Chile, o Instituto Latino Americano de Agroecologia na própria Venezuela e aqui para Bioma Amazônico nós lançamos o desafio de criar o IALA que é o Instituto Latino Americano de Agroecologia para o bioma amazônico no assentamento do Palmares II, num assentamento do MST na cidade de Parauapebas. Então à partir dessa experiência nós fomos ampliando a relação com a academia que se dispôs a fazer um diálogo conosco e a partir disso várias turma de formação do campo da agroecologia para multiplicar a experiência, o conhecimento e a própria experiência em todo território foi se consolidando. À partir disso, aquilo que a gente já vinha discutindo desde a década de 90 com a consolidação de uma visão ampliada dos movimentos sociais de educação do campo. Primeiro que o Estado sempre teve uma educação para o mundo rural. Na lógica deles era o mundo rural tendo em vista a formação de mão de obra para o mercado capitalista e nós vimos que o processo seria diferente. A ideia era partir do conhecimento e de saberes não de fora para dentro, mas partindo dos conhecimentos que as populações do campo já acumulam e já tenham seu histórico de vida e sistematizando com a experiência da própria academia das escolas, das universidades nós fomos consolidando a ideia de educação do campo os saberes que partem dos próprios sujeitos com seus conhecimentos. Aí foi consolidando esse modelo, conectando essa lógica de formação ampliada que não é só a formação do estudo formal, mas também conhecimentos no campo político e nós fomos então multiplicando essas experiências e isso criou em 2010 um programa que virou lei e que é chamado PRONERA. Multiplicando a possibilidade de ampliação do acesso a essa universidade e isso vai empoderando, dando poder, conhecimento para as populações do próprio movimento sociais. Então essa estratégia para nós é central. Sem educação, com seres humanos ignorantes do ponto de vista do acúmulo de conhecimento nós jamais conseguiremos construir uma estratégia de poder. Então estratégia de poder passa necessariamente pela multiplicação e ampliação do conhecimento e essas estruturas estão a serviço da massificação do conhecimento e do sabe no meio dos camponeses e camponesas e que isso potencializa também a nossa forma de fazer. Ciência, conhecimento e técnica são fundamentais para ampliar as experiências vitoriosas dentro do campesinato.

29 de maio de 2017
Belém, Pará, Brasil

UFPA - Universidade Federal do Pará

Sobre os autores

José Sobreiro Filho – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará.

Ulisses Manaças – Liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Via Campesina.

Como citar esta entrevista

SOBREIRO FILHO, J.; MANAÇAS, U. Questão agrária, o massacre de Pau d'Arco e violência na Amazônia: entrevista com Ulisses Manaças. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 354-372, Dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 03 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 15 de janeiro de 2018.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de**

Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot**. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São**

Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998**.**

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado**

do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149- 169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. “**Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. “**Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.
ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20- 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149- 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48- 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.
NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.